

CDD 350.823 381 22  
CDU 341.17:333.013.6(812.2)"1970"  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
PROGRAMA DE DOUTORADO

**OS PROGRAMAS E PROJETOS  
GOVERNAMENTAIS E SEUS EFEITOS SOBRE  
A ESTRUTURA AGRÁRIA PIAUIENSE NO  
PÓS-70**

**VOLUME I**

WILIAM JORGE BANDEIRA <sup>m</sup>/221

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Doutorado em Economia do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Economia, sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio Salomé Silva

*Este exemplar corresponde ao original da Tese defendida por William Jorge Bandeira em 24/02/94 e orientada pelo Prof. Dr. Sérgio Salomé Silva.*

CPG/IE, 24/02/94  
*Sérgio Silva*  
Campinas - SP  
nov. 1993

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL

**OS PROGRAMAS E PROJETOS  
GOVERNAMENTAIS E SEUS EFEITOS SOBRE  
A ESTRUTURA AGRÁRIA PIAUIENSE NO  
PÓS-70**

**WILIAM JORGE BANDEIRA**

Aprovada em / /

**BANCA EXAMINADORA**

---

Sérgio Salome Silva (ORIENTADOR)  
Doutor em Ciências Sociais

---

---

---

---

---

**D E D I C A T Ó R I A**

à minha esposa **LÍGIA**

às minhas filhas **MAIRA** e

**MARCELA**

pelo **INCENTIVO, PACIÊNCIA e COMPREENSÃO**  
demonstrados no decorrer da  
realização da pesquisa

# A G R A D E C I M E N T O S

Para elaboração deste trabalho, contamos com a colaboração de muitas pessoas, mas queremos expressar nossos **AGRADECIMENTOS ESPECIAIS** a quem teve participação direta e decisiva em sua execução. Assim, agradeço ao

Prof. **DIÓGENES DE MELLO REBELO,**

na condição de Secretário de Planejamento do Estado do Piauí, nos forneceu **condições de transporte** para concretização da pesquisa de campo;

Prof. **LUIZ CARLOS GUEDES,**

diante da impossibilidade do Professor Orientador **rever os últimos quatro capítulos**, tomou para si a tarefa e a executou com competência e dedicação;

Prof. **SÉRGIO SALOMÉ SILVA,**

Orientador e amigo, por sua **dedicação, amizade, experiência e transmissão de conhecimentos**, em todo o decorrer do processo de **discussão**, desde a concepção do projeto até a elaboração do relato final.



# L I S T A   D E   T A B E L A S

		p.
TABELA 1	Evolução da população no Piauí .....	52
TABELA 2	Produção de amêndoas de babaçu no Piauí _ 1937-1956... ..	67
TABELA 3	Valor da produção segundo atividade produtiva _ 1947 - 1970.....	83
TABELA 4	Composição do produto .....	85
TABELA 5	Percentagens de crescimento de indicadores escolhidos_ 1950-1970 .....	86
TABELA 6	Percentagens dos números de estabelecimentos e quantidade de terras, segundo os grupos de área _ 1950 -1960-1970.....	89
TABELA 7	Condição do produtor segundo grupos de áreas .....	90
TABELA 8	Pessoal ocupado: participação percentual .....	95
TABELA 9	Evolução dos estabelecimentos segundo condições do produtor _ 1950-1960-1970 .....	100
TABELA 10	Evolução da área dos estabelecimentos .....	101
TABELA 11	Participação (%) dos estabelecimentos por condição do produtor, segundo grupos de área _ 1970 .....	101
TABELA 12	Participação da produção agropecuária segundo grupos de produtores .....	102
TABELA 13	Receitas (em %) de arrendamentos de terras e pastos, segundo grupos de áreas _ 1975-1980 .....	141

<b>TABELA 14</b>	Receitas de arrendamentos de terras e pastos, e valor da produção agropecuária (valores constantes a preços de 1990) _ 1975-1980 .....	142
<b>TABELA 15</b>	Orçamento do PDRI _ Vale do Fidalgo _ Recursos planejados e aplicados _ 1976-1981 .....	169
<b>TABELA 16</b>	Orçamento do PDRI _ Fazendas Estaduais _ Recursos planejados e aplicados _ 1976-1981 .....	171
<b>TABELA 17</b>	Orçamento do PDRI _ Vale do Gurguéia _ Plano Operativo _ 1976 .....	177
<b>TABELA 18</b>	Quadro resumo dos recursos para o PDRI _ Vale do Parnaíba _ Para os cinco anos .....	184
<b>TABELA 19</b>	Piauí: desempenho dos projetos face à liberação dos recursos do FINOR .....	199
<b>TABELA 20</b>	Proporção (em %) dos estabelecimentos e área, segundo grupos de área total _ 1970-1975-1980 .....	219
<b>TABELA 21</b>	Participação (%) dos produtores, segundo condição do produtor _ 1970-1975-1980-1985 .....	220
<b>TABELA 22</b>	Proporção em (%) da condição do produtor por estabelecimentos segundo grupos de área total _ 1970 - 1975-1980 .....	222
<b>TABELA 23</b>	Variação (%) de estabelecimentos que empregam mão-de-obra em regime temporário em relação ao total de estabelecimentos de cada grupo de área total _ 1970 - 1975-1980 .....	224
<b>TABELA 24</b>	Estabelecimentos que receberam financiamentos segundo grupos de áreas total _ 1970-1975-1980 .....	230
<b>TABELA 25</b>	Percentual de estabelecimentos segundo tecnologia .....	

	aplicada _ Principais produtos _ 1980 .....	236
<b>TABELA 26</b>	Crescimento das pastagens nos anos censitários _ 1970 -1975-1980-1985 .....	237
<b>TABELA 27</b>	Distribuição percentual dos estabelecimentos e área apropriada segundo proprietários e não proprietários por estabelecimentos e área total _ 1970 - 1975 - 1980 - 1985 .....	241
<b>TABELA 28</b>	Participação percentual do valor da produção das principais atividades rurais _ 1970-1975-1980 .....	245
<b>TABELA 29</b>	Participação percentual do valor da produção por grupos de área total _ 1980 .....	247
<b>TABELA 30</b>	Participação percentual do valor da produção segundo condição do proprietário _ 1970-1980 .....	248
<b>TABELA 31</b>	Porcentagem em participação das formas de utilização das terras _ 1970-1980 .....	250
<b>TABELA 32</b>	Participação na produção dos estabelecimentos segundo áreas de lavouras _ 1970-1980 .....	253
<b>TABELA 33</b>	Estabelecimentos por grupos de áreas de lavouras _ 1970-1975-1980 .....	254
<b>TABELA 34</b>	Participação (%) da produção pecuária segundo estabelecimentos diferenciados dos grupos de área total _ 1970-1980 .....	257
<b>TABELA 35</b>	Participação percentual da produção em quantidades físicas dos principais produtos da agropecuária segundo condição do produtor _ 1970-1975-1980 .....	258
<b>TABELA 36</b>	Formas de organização da produção no setor rural piauiense _ 1970-1975-1980 .....	260

<b>TABELA 37</b>	Participação (em %) do valor da produção das principais atividades segundo principais municípios _ 1970 .....	273
<b>TABELA 38</b>	Participação (em %) dos produtores por condição do produtor, segundo principais municípios _ 1970 .....	274
<b>TABELA 39</b>	Variação (em %) na participação do controle das terras do total de estabelecimentos nos grupos de maior área. ....	278
<b>TABELA 40</b>	Participação (em %) dos estabelecimentos administrados por parceiros e arrendatários, segundo municípios selecionados .....	281
<b>TABELA 41</b>	Participação (em %) da força de trabalho, segundo municípios escolhidos _ 1970-1975-1980 .....	286
<b>TABELA 42</b>	Área trabalhada e proporção de estabelecimentos que receberam crédito, segundo municípios selecionados _ 1970-1975-1980 .....	288
<b>TABELA 43</b>	Evolução de indicadores de modernização selecionados segundo municípios _ 1975-1980 .....	290
<b>TABELA 44</b>	Participação (%) dos estabelecimentos segundo atividade econômica principal, municípios selecionados _ 1975-1980 .....	292
<b>TABELA 45</b>	Projeto de desenvolvimento integrado Vale do Parnaíba (empréstimo 2015-BR) Relatório de término do projeto _ Demonstração dos investimentos _ out.81 a mar.87 .....	300
<b>TABELA 46</b>	Projeto Vale do Parnaíba _ Área adquirida e total de lotes distribuídos _ 1981-1986 .....	304
<b>TABELA 47</b>	Número de lotes em relação ao número de produtores sem terra _ 1980 .....	305

<b>TABELA 48</b>	Projeto Lagoa Grande de Buriti dos Lopes _ Evolução de indicadores selecionados _ 1980-1983 .....	326
<b>TABELA 49</b>	Participação em % dos imóveis classificados como minifúndios na sub-região de Picos e a média do Estado _ 1972 .....	340
<b>TABELA 50</b>	Sub-região de Picos _ Composição do valor da produção agropecuária _ 1970 .....	341
<b>TABELA 51</b>	Sub-região das Fazendas Estaduais _ Produção dos estabelecimentos por condição do produtor _ 1970 .....	344
<b>TABELA 52</b>	Sub-região das Fazendas Estaduais _ Composição do valor da produção agropecuária _ 1970 .....	345
<b>TABELA 53</b>	Sub-região das Secas _ Percentagem dos produtores segundo condição do produtor _ 1970 .....	347
<b>TABELA 54</b>	Sub-região das Secas _ Composição do valor da produção agropecuária _ 1970 .....	348
<b>TABELA 55</b>	Sub-região dos Vales Úmidos _ Percentagem dos produtores segundo condição do produtor _ 1970 .....	350
<b>TABELA 56</b>	Sub-região dos Vales Úmidos _ Composição do valor da produção agropecuária _ 1970 .....	351
<b>TABELA 57</b>	Sub-regiões do Semi-árido _ Percentagem dos produtores segundo condição do produtor _ 1970-1975-1980 .....	357
<b>TABELA 58</b>	Emprego da força de trabalho dividida em familiares e empregados temporários em municípios selecionados _ 1970-1975-1980 .....	363
<b>TABELA 59</b>	Evolução de indicadores de uso da terra para municípios selecionados com ou sem projetos governamentais _ 1970-1975-1980 .....	364

<b>TABELA 60</b>	Evolução de indicadores de modernização em municípios selecionados _ 1970-1975-1980 .....	366
<b>TABELA 61</b>	Participação (%) do número de estabelecimentos e área segundo atividade econômica em municípios selecionados _ 1975-1980 .....	368
<b>TABELA 62</b>	Participação (%) dos estabelecimentos segundo grupos de áreas de lavouras em municípios selecionados _ 1975-1980 .....	369
<b>TABELA 63</b>	Variação da participação (%) no valor da produção por principais municípios segundo principais atividades _ 1975-1980 .....	371
<b>TABELA 64</b>	Participação (%) da área e produção dos principais municípios produtores de caju no Semi-árido .....	377
<b>TABELA 65</b>	Quantidade produzida e área colhida de castanha de caju para os principais municípios produtores da região Semi-árida _ 1980-1988 .....	391
<b>TABELA 66</b>	Participação (%) das atividades agropecuárias no valor da produção animal e vegetal nos municípios da sub-região dos Cerrados I _ 1970 .....	412
<b>TABELA 67</b>	Participação (%) dos produtores, segundo condição do produtor, nos municípios da sub-região dos Cerrados I_ 1970 .....	413
<b>TABELA 68</b>	Participação (%) das atividades agropecuárias no valor da produção animal e vegetal nos municípios da sub-região dos Cerrados II _ 1970 .....	415
<b>TABELA 69</b>	Participação (%) dos produtores, segundo condição do produtor, nos municípios da sub-região dos Cerrados II _ 1970 .....	416

<b>TABELA 70</b>	Participação (%) dos estabelecimentos segundo condição do produtor, nos municípios da região dos Cerrados _ 1970-1975-1980 .....	421
<b>TABELA 71</b>	Área trabalhada em relação à área explorada em municípios selecionados da região dos Cerrados _ 1970-1975-1980 .....	425
<b>TABELA 72</b>	Participação (%) da mão-de-obra familiar e empregados temporários nos municípios da região dos Cerrados _ 1970-1975-1980 .....	426
<b>TABELA 73</b>	Evolução de indicadores de uso da terra nos municípios da região dos Cerrados _ 1970-1975-1980 .....	428
<b>TABELA 74</b>	Indicadores de emprego de insumos e máquinas em municípios da região dos Cerrados piauienses _ 1970 - 1975-1980 .....	430
<b>TABELA 75</b>	Participação (%) no valor da produção, das principais atividades agropecuárias nos municípios da região dos Cerrados _ 1970-1975-1980 .....	431
<b>TABELA 76</b>	Evolução do indicador das pastagens plantadas / áreas das lavouras em municípios da região dos Cerrados _ 1970-1975-1980 .....	433
<b>TABELA 77</b>	Porcentagem dos estabelecimentos com áreas de lavouras acima de 10ha nos municípios da região dos cerrados _ 1970-1975-1980 .....	434
<b>TABELA 78</b>	Produção de arroz de produtores capitalizados e não capitalizados em três municípios da sub-região dos Cerrados I (estimativa) _ 1989 .....	445

# L I S T A   D E   Q U A D R O S

		p.
QUADRO 1	Ocupação da mão-de-obra escrava no Piauí _ 1865.....	53
QUADRO 2	Evolução da produção de algodão _ 1857-1865.....	53
QUADRO 3	Número de municípios e população .....	63
QUADRO 4	Cera de carnauba: produção e preços _ 1907-1946 .....	65
QUADRO 5	Produção, custo, receita e lucro da cera de carnaúba _ 1946-1951 .....	66
QUADRO 6	Composição das importações do Piauí (via cabotagem) _ 1951 .....	78
QUADRO 7	Estrutura industrial _ 1950 .....	79
QUADRO 8	Estrutura industrial _ 1960-1970 .....	80
QUADRO 9	Setor comercial _ Alguns indicadores _ 1960-1970 .....	82
QUADRO 10	Utilização da terra e quantidade produzida dos principais produtos da agricultura piauiense _ 1950 - 1970 .....	84
QUADRO 11	Empregados temporários nos meses de maior emprego, segundo período de ocupação _ 1970 .....	98
QUADRO 12	Estabelecimentos e área, segundo condição legal das terras por regiões fisiográficas _ 1950-1970 .....	125
QUADRO 13	Pessoal ocupado, segundo categorias principais, por regiões fisiográficas _ 1950-1970 .....	126



<b>QUADRO 14</b>	Produção extrativa, segundo regiões fisiográficas _ 1950-1970.....	128
<b>QUADRO 15</b>	Evolução da produção agrícola, segundo principais regiões produtoras _ 1950-1970 .....	130
<b>QUADRO 16</b>	Produtores com até 200ha, segundo principais regiões _ 1950-1970 .....	131
<b>QUADRO 17</b>	Utilização das terras dos estabelecimentos com mais de 500ha _ 1970 .....	137
<b>QUADRO 18</b>	Pastagens plantadas (em ha) e número de ocupantes em em municípios escolhidos _ 1970-1975-1980 .....	149
<b>QUADRO 19</b>	Estabelecimentos beneficiados pelo PDRI _ Vale do Gurguéia .....	175
<b>QUADRO 20</b>	Municípios com intervenções fundiárias e com áreas potencialmente irrigáveis .....	187
<b>QUADRO 21</b>	Municípios com intervenções fundiárias em áreas de conflitos .....	188
<b>QUADRO 22</b>	Municípios onde já existiam comunidades organizadas ..	189
<b>QUADRO 23</b>	Piauí: distribuição dos projetos da SUDENE 34/18 e FINOR _ 1971-1984 .....	195
<b>QUADRO 24</b>	Piauí: classificação dos projetos segundo o tipo de exploração da terra .....	199
<b>QUADRO 25</b>	Piauí: projetos de reflorestamento no Piauí financiados pelo IBDF _ 1978-1985 .....	202
<b>QUADRO 26</b>	Projetos segundo estados de origem dos titulares .....	204
<b>QUADRO 27</b>	Piauí: informantes e áreas de lavouras, segundo	

	municípios mais beneficiados com projetos do IBDF _ 1975-1985 .....	205
<b>QUADRO 28</b>	Pessoal ocupado, número de tratores e efetivos de bovinos segundo municípios mais beneficiados com projetos do IBDF _ 1975-1985 .....	206
<b>QUADRO 29</b>	Pró-Várzeas: número de projetos implantados, área e número de beneficiados _ 1981-1988 .....	208
<b>QUADRO 30</b>	PROINE: projetos implantados .....	210
<b>QUADRO 31</b>	Irrigação pública POLONORDESTE: projetos planejados, projetos executados e área-meta para 5 anos _ Início 1986 .....	211
<b>QUADRO 32</b>	Piauí: projetos do DNOCS .....	213
<b>QUADRO 33</b>	Projetos do DNOCS: produtividades por hectare, segundo tipo de culturas .....	213
<b>QUADRO 34</b>	Médias de empregados temporários por estabelecimentos classificados por grupos de área total _ 1970 - 1975 - 1980 .....	225
<b>QUADRO 35</b>	Total de empregados temporários nos meses de maior emprego, por período de ocupação _ 1970-1975-1980 ....	226
<b>QUADRO 36</b>	Média do total de financiamento por estabelecimentos informantes _ 1970-1980 .....	231
<b>QUADRO 37</b>	Evolução do rebanho e índice cabeça/1.000ha de pastagens _ 1970-1975-1980-1985 .....	238
<b>QUADRO 38</b>	Área média dos estabelecimentos segundo principais municípios, por grupos de área total _ 1970-1975-1980.	279
<b>QUADRO 39</b>	Variação no total de terras apropriadas por hectares	

	_ 1970 .....	283
<b>QUADRO 40</b>	Evolução de indicadores de modernização selecionados segundo municípios _ 1970-1975-1980 .....	289
<b>QUADRO 41</b>	Taxa de variação da participação dos estabelecimentos estratificados por grupos de áreas de lavouras segundo municípios _ 1975-1980 .....	295
<b>QUADRO 42</b>	PDRJ Vale do Parnaíba _ Produtividade monetária .....	308
<b>QUADRO 43</b>	Ações executadas pelo PAPP _ 1987-1988-1989 .....	312
<b>QUADRO 44</b>	Ações do PAPP para os principais municípios assistidos .....	315
<b>QUADRO 45</b>	Projeto Lagoa Grande de Buriti dos Lopes _ Número de informantes e área cultivada (ha) segundo proprietários e não proprietários _ 1983 .....	325
<b>QUADRO 46</b>	Área média dos estabelecimentos segundo sub-regiões do Semi-árido _ 1970-1975-1980 .....	353
<b>QUADRO 47</b>	Área média dos estabelecimentos dos municípios dos Vales Unidos que receberam projetos do FINOR na década de 1970 _ 1970-1975-1980 .....	355
<b>QUADRO 48</b>	Indicadores de uso da terra dos principais municípios do Semi-árido classificados segundo recebimento ou não de projetos do FINOR _ 1970-1975-1980 .....	361
<b>QUADRO 49</b>	Número de projetos do FINOR que se instalaram na região Semi-árida _ 1970-1980 .....	374
<b>QUADRO 50</b>	Número de projetos do IBDF _ Reflorestamento com caju por extrato de área em municípios selecionados do Semi-árido _ 1980 .....	376
<b>QUADRO 51</b>	Evolução das áreas com lavouras e pastagens plantadas	

	em municípios selecionados da região Semi-árida que receberam projetos do FINOR e do IBDF _ 1975-1980-1985	390
<b>QUADRO 52</b>	Utilização das terras em municípios selecionados da sub-região das Secas _ 1980 .....	393
<b>QUADRO 53</b>	Área trabalhada, área explorada e área de pastagens plantadas no município de Cristino Castro _ 1975-1980	400
<b>QUADRO 54</b>	Número de estabelecimentos, área total dos estabelecimentos, área trabalhada, área explorada e área total dos estabelecimentos dos municípios da sub-região dos Cerrados I _ 1970 .....	411
<b>QUADRO 55</b>	Número de estabelecimentos, área total dos estabelecimentos, área trabalhada, área explorada e área total dos estabelecimentos dos municípios da sub-região dos Cerrados II _ 1970 .....	414
<b>QUADRO 56</b>	Área média dos estabelecimentos segundo estratos, nos municípios das sub-regiões Cerrados I e II _ 1970-1975-1980 .....	417
<b>QUADRO 57</b>	Utilização da terra segundo atividades principais nos municípios da região dos Cerrados _ 1970-1975-1980 ...	423
<b>QUADRO 58</b>	Número de projetos implantados por ano nos principais municípios da sub-região dos Cerrados I....	436
<b>QUADRO 59</b>	Área territorial e área dos estabelecimentos nos municípios da sub-região dos Cerrados I _ 1970-1975 - 1980 .....	437
<b>QUADRO 60</b>	Projetos do IBDF (IBAMA) nos principais municípios da sub-região dos Cerrados I, por estratos de área, aprovados entre 1978-1985 .....	439
<b>QUADRO 61</b>	Informações sobre o cultivo do caju nos municípios da	

	sub-região dos Cerrados I _ 1978 .....	440
<b>QUADRO 62</b>	Estrutura de distribuição da posse da terra nos municípios da sub-região dos Cerrados I _ 1980 .....	441
<b>QUADRO 63</b>	Estrutura de distribuição da posse da terra nos municípios da sub-região dos Cerrados I _ 1985 .....	441
<b>QUADRO 64</b>	Estrutura de distribuição da posse da terra nos municípios da sub-região dos Cerrados I _ 1980-1985...	442
<b>QUADRO 65</b>	Área cultivada e produção de arroz em municípios da sub-região dos Cerrados I _ 1970-1980-1986 .....	446
<b>QUADRO 66</b>	Nome, área de atividades dos projetos dos Incentivos Fiscais implantados em Ribeiro Gonçalves _ 1980 .....	448
<b>QUADRO 67</b>	Áreas de pastagens plantadas e número de ocupantes em municípios da sub-região dos Cerrados I e municípios vizinhos _ 1975-1980 .....	458
<b>QUADRO 68</b>	Número de parceiros e arrendatários em municípios que fazem fronteira com a sub-região dos Cerrados I _ 1975-1980 .....	459

10

11

CONT

12

13

## LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

<b>AGRINPISA</b>	Companhia de Desenvolvimento Agrícola e Industrial do Piauí S/A
<b>APCR</b>	Apoio às pequenas comunidades rurais
<b>BIRD</b>	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
<b>BNB</b>	Banco do Nordeste do Brasil S/A
<b>BNDS</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>CAI</b>	Complexo agroindustrial
<b>CAP</b>	Compra antecipada da produção
<b>CAPISA</b>	Caucaia Agropecuária do Piauí S/A
<b>CEP</b>	Compra do excedente da produção
<b>CEPA/PI</b>	Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Piauí
<b>CIDAPI</b>	Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Piauí
<b>CODESE</b>	Comissão de Desenvolvimento Econômico
<b>COMDEPI</b>	Companhia de Desenvolvimento do Piauí
<b>CONTAG</b>	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
<b>PNR</b>	
<b>DNOCS</b>	Departamento Nacional de Obras contra Secas
<b>COLONOROESTE</b>	
<b>EMATER</b>	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

<b>EMBRAPA</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>FETAG</b>	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
<b>FGV</b>	Fundação Getúlio Vargas
<b>FINACOM</b>	Fundo para a Comercialização
<b>FINOR</b>	Fundo de Investimentos do Nordeste
<b>FISSET</b>	Fundo de Investimentos Setoriais
<b>FTF</b>	Força de trabalho familiar
<b>Fundação CEPRO</b>	Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais
<b>IBDF</b>	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>INTERPI</b>	Instituto de Terras do Piauí
<b>IPEA</b>	Instituto de Planejamento Econômico e Social
<b>PAPP</b>	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PDRI</b>	Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado
<b>POLONORDESTE</b>	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

<b>PRODECER</b>	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
<b>PROINE</b>	Programa de Irrigação do Nordeste
<b>PRÓ-Várzeas</b> 14.	Programa Nacional de Utilização de Várzeas Irrigáveis
<b>SEPLAN/PI</b>	Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí
<b>SUDENE</b>	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
<b>32 BEC</b>	32 Batalhão de Engenharia e Construção
<b>UNICAMP</b>	Universidade Estadual de Campinas

2.1

2.2

2.3



# S U M Á R I O

	p.
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	29
<b>1 OS SISTEMAS ECONÔMICOS E A ESTRUTURA FUNDIÁRIA: ASPECTOS DA FORMAÇÃO HISTÓRICA ; 1650-1950</b> .....	44
<b>1.1 A pecuária e o algodão e a formação da estrutura fundiária entre os séculos XVIII e XIX</b> .....	46
<b>1.2 O extrativismo e a consolidação da estrutura fundiária na primeira metade do século XX</b> .....	58
<b>1.2.1 A borracha de maniçoba</b> .....	59
<b>1.2.2 A cera de carnaúba</b> .....	64
<b>1.2.3 A amêndoa do babaçu</b> .....	66
<b>1.2.4 Aspectos das relações de produção nas economias do babaçu e cera de carnaúba</b> .....	69
<b>1.3 Considerações gerais</b> .....	72
<b>2 A FORMAÇÃO DO SISTEMA LATIFÚNDIO CAMPONÊS: 1950-1970.....</b>	76
<b>2.1 A nova integração à economia nacional e as mudanças na estrutura da produção agropecuária</b> .....	78
<b>2.2 A expansão do latifúndio e a consolidação da produção camponesa.....</b>	88
<b>2.3 As características básicas do sistema latifúndio-camponês.</b>	94
<b>2.4 Considerações gerais</b> .....	105

<b>3</b>	<b>O LATIFÚNDIO E AS NOVAS FORMAS DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO AGRÁRIO NO PERÍODO 1950-1970 .....</b>	<b>109</b>
<b>3.1</b>	<b>As formas de relações pré-capitalistas no campo: algumas posições teóricas .....</b>	<b>109</b>
<b>3.2</b>	<b>A renda fundiária moderna: elementos teóricos .....</b>	<b>116</b>
<b>3.3</b>	<b>A renda fundiária pré- capitalista: elementos teóricos ...</b>	<b>120</b>
<b>3.4</b>	<b>Novos elementos sobre a formação do sistema latifúndio - camponês no período 1950-1970 .....</b>	<b>123</b>
<b>3.5</b>	<b>Considerações sobre as formas de apropriação do "excedente" agrícola do pequeno produtor rural .....</b>	<b>138</b>
<b>3.5.1</b>	<b>As principais formas de renda .....</b>	<b>139</b>
<b>3.5.2</b>	<b>A pequena produção e o capital comercial .....</b>	<b>150</b>
<b>3.5.3</b>	<b>O latifúndio, as obras governamentais e a valorização das terras .....</b>	<b>153</b>
<b>3.6</b>	<b>Considerações gerais .....</b>	<b>156</b>
<b>4</b>	<b>PRINCIPAIS PROJETOS E PROGRAMAS .....</b>	<b>159</b>
<b>4.1</b>	<b>POLONORDESTE (ou PDRI) .....</b>	<b>159</b>
<b>4.1.1</b>	<b>PDRI do Delta do Parnaíba .....</b>	<b>161</b>
<b>4.1.2</b>	<b>PDRI das Fazendas Estaduais e Vale do Fidalgo .....</b>	<b>166</b>
<b>4.1.3</b>	<b>PDRI do Vale do Gurguéia .....</b>	<b>172</b>
<b>4.2</b>	<b>As tentativas de reformulação na estratégia do POLONORDESTE .....</b>	<b>179</b>

4.2.1	Projeto Vale do Parnaíba .....	179
4.2.1	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP) .....	185
4.3	<b>Os programas dos Incentivos Fiscais e de Irrigação .....</b>	<b>194</b>
4.3.1	Os projetos de Incentivos Fiscais .....	194
4.3.1.1	Os projetos da SUDENE .....	194
4.3.1.2	Os projetos do IBDF .....	202
4.3.1.3	Repercussões gerais sobre a estrutura produtiva .....	204
4.3.2	Os projetos de Irrigação .....	207
4.4	<b>Considerações gerais .....</b>	<b>214</b>
5	<b>OS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E AS MUDANÇAS NO SISTEMA AGRÁRIO NA DÉCADA DE 70 .....</b>	<b>217</b>
5.1	Introdução .....	217
5.2	Mudanças na estrutura fundiária e nas relações de trabalho .....	218
5.3	Mudanças no grau de intensidade da exploração agropecuária .....	229
5.4	<b>A composição da produção agropecuária .....</b>	<b>243</b>
5.4.1	Distribuição do valor da produção entre as várias atividades .....	244
5.4.2	Estrutura da produção dos principais produtos agropecuários .....	250
5.5	<b>As formas de organização da produção .....</b>	<b>260</b>
5.6	<b>Considerações gerais .....</b>	<b>262</b>

<b>6</b>	<b>ANÁLISE DOS EFEITOS DOS PROGRAMAS DO GOVERNO: REGIÃO NORTE</b>	<b>269</b>
<b>6.1</b>	<b>Algumas características da região</b>	<b>272</b>
<b>6.2</b>	<b>Efeitos dos programas governamentais</b>	<b>276</b>
<b>6.2.1</b>	<b>Estrutura fundiária na década de 70</b>	<b>276</b>
<b>6.2.2</b>	<b>Uso da terra e grau de intensificação do processo produtivo</b>	<b>284</b>
<b>6.2.3</b>	<b>As mudanças na composição da produção</b>	<b>291</b>
<b>6.3</b>	<b>Os programas do governo na década de 80</b>	<b>297</b>
<b>6.3.1</b>	<b>Projeto Vale do Parnaíba</b>	<b>297</b>
<b>6.3.2</b>	<b>Programa de Apoio ao Pequeno Produtor - PAPP</b>	<b>310</b>
<b>6.3.3</b>	<b>Os projetos de irrigação do Pró-Várzeas</b>	<b>326</b>
<b>6.4</b>	<b>Considerações gerais</b>	<b>333</b>
<b>7</b>	<b>OS EFEITOS DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS: REGIÃO SEMI-ÁRIDA</b>	<b>337</b>
<b>7.1</b>	<b>Algumas características econômicas das sub-regiões</b>	<b>339</b>
<b>7.1.1</b>	<b>A sub-região de Picos</b>	<b>339</b>
<b>7.1.2</b>	<b>A sub-região das Fazendas Estaduais</b>	<b>342</b>
<b>7.1.3</b>	<b>A sub-região das Secas</b>	<b>345</b>
<b>7.1.4</b>	<b>A sub-região dos Vales Unidos</b>	<b>348</b>
<b>7.2</b>	<b>A análise dos anos 70</b>	<b>351</b>

7.2.1	As mudanças na estrutura fundiária .....	351
7.2.2	Uso da terra e grau de intensificação do processo produtivo .....	360
7.2.3	As mudanças na composição das atividades produtivas .....	367
7.3	Os projetos e programas dos anos 80 .....	373
7.3.1	Considerações gerais sobre os projetos dos Incentivos Fiscais .....	373
7.3.2	A sub-região de Picos .....	377
7.3.3	A sub-região das Fazendas Estaduais .....	380
7.3.4	A sub-região das Secas .....	383
7.3.5	A sub-região dos Vales Úmidos e a irrigação .....	394
7.3.5.10s	principais projetos .....	394
7.4	Considerações gerais .....	403
8	OS EFEITOS DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS NA REGIÃO DOS CERRADOS .....	409
8.1	Algumas características econômicas das sub-regiões .....	410
8.1.1	A sub-região dos Cerrados I .....	410
8.1.2	A sub-região dos Cerrados II .....	413
8.2	A análise dos anos 70 .....	416
8.2.1	As mudanças na estrutura fundiária .....	416
8.2.2	Grau de intensidade da exploração da terra .....	422

8.2.3	Aspectos da evolução da composição das atividades produtivas .....	431
8.3	Os projetos e a dinâmica na sub-Região dos Cerrados I, nos anos 80 .....	436
8.3.1	As repercussões na estrutura fundiária .....	440
8.3.2	Composição das atividades produtivas .....	444
8.3.3	As mudanças nas relações de produção .....	447
8.3.4	As formas de apropriação da renda da terra .....	456
8.3.5	Repercussões no setor urbano .....	460
8.3.6	Mudanças na estrutura do poder local .....	462
8.4	Considerações gerais .....	463
9	CONCLUSÕES GERAIS .....	468
10	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	489

## INTRODUÇÃO

prod.

tecn.

mais

verr

se

### ANÁLISE DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

qui. Nosso objetivo principal é estudar os efeitos dos programas \_  
"Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste  
(POLONORDESTE)", Irrigação e Incentivos Fiscais \_, a partir dos anos  
70, os quais, apesar de apresentarem estratégias e instrumentos  
diferentes e de atingirem agentes econômicos diversos, provocaram, no  
setor rural estadual, importantes transformações. Assim, pretendemos  
verificar a natureza dessas transformações para o setor como um todo,  
procurando responder a seguinte indagação:

**PROGRAMAS DIFERENTES VÊM CONTRIBUINDO PARA AUMENTAR AS  
DIFERENCIAÇÕES, NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO, ENTRE AS REGIÕES  
DO ESTADO, OU, AO CONTRÁRIO, GESTARAM MECANISMOS NO SENTIDO  
DE HOMOGENEIZÁ-LAS?**

A literatura local ainda é muito restrita quanto a estudos e  
exames mais consistentes e abrangentes desses programas, sobretudo,  
quanto à verificação dos seus efeitos, visto em conjunto, para o  
Estado em seu contexto amplo.

prod. As principais avaliações realizadas sobre o POLONORDESTE abordam  
a sua atuação do ponto de vista dos benefícios gerados para o **pequeno  
produtor**. Os resultados apontam, quase sem variações, que os efeitos  
de tal programa foram insuficientes, até negativos, no sentido de  
operar melhorias nas condições de vida desse segmento de produtores,  
argumentando-se, quase sempre, que não apresentou nenhum instrumento  
fundiário apto a modificar a estrutura extremamente concentrada de  
distribuição de terras. (FUNDAÇÃO CEPRO, 1982).

Além disso, seus principais instrumentos, principalmente, a  
implantação de infra-estrutura econômica só serviu para reforçar a  
situação vigente, à medida que tais instrumentos valorizavam as terras

dos grandes proprietários, dificultando o acesso à terra aos pequenos produtores não proprietários. Os instrumentos de crédito, assistência técnica e pesquisas, dificilmente, atingiam esses produtores. De fato, tais constatações apontam para conclusões de que o POLONORDESTE foi um verdadeiro fracasso, em virtude de não atingir os agentes sociais que se propunha a beneficiar e produzir efeitos exatamente inversos aos objetivos explícitos que perseguia, destacando-se, dentre os resultados apontados:

*"...elevação do preço da terra com incentivo à especulação imobiliária, ampliação da concentração fundiária, expulsão de lavradores ocupantes, maior expropriação de pequenos produtores, fortalecimento do poder oligárquico através do clientelismo". (Domingos Neto, Lima, 1988, p.21).*

No entanto, a referida literatura pouco se preocupa com a análise da natureza desses efeitos, a qual poderia revelar os verdadeiros objetivos do programa, embora os autores supracitados sugiram, em afirmações isoladas, que o referido plano contribuiu para uma espécie de *"transformação modernizadora"*, à medida que beneficiou as empresas que se instalaram, com apoio dos Incentivos Fiscais, no âmbito das obras de eletrificação rural e estradas vicinais.

As avaliações do "Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado Vale do Parnaíba (PDRI)" - o qual constituiu o único PDRI do POLONORDESTE que apresentava uma estratégia fundiária mais consistente, pois previa a compra de 200.000ha para distribuição entre cerca de 5.000 produtores sem terra - realizadas pela equipe de avaliação constituída na "Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN/PI)", órgão coordenador do PDRI, não fogem do enfoque das efetuadas sobre o POLONORDESTE como um todo. Ou seja, o grupo analisa o PDRI do ponto de vista do pequeno produtor e chega à conclusão idêntica: o pequeno produtor, mesmo recebendo a terra, não logrou acesso a crédito, à assistência técnica e apoio à comercialização, não se livrando, conseqüentemente, da situação de pobreza.

precis

Quanto aos programas de Irrigação e Incentivos Fiscais, estes ainda não foram objeto de apreciação mais sistemática por parte de especialistas piauienses, desde que desconhecemos qualquer análise



profunda sobre tais ações, no contexto piauiense. No entanto, esses projetos apresentam grande potencial de mudanças, quer na estrutura fundiária, quer nas relações de produção (técnicas e sociais) e têm, sobretudo nos anos 80, aumentado de importância como instrumento de intervenção governamental no setor rural piauiense.

Alguns estudos desses programas foram feitos por técnicos vinculados a "Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)" e institutos de pesquisas da região, destacando-se, porém, as avaliações realizadas por pesquisadores do "Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA)" e da "Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)", como Marques, Moita (1985) e Silva (1988). Estes autores se voltam, mais detalhadamente, para o exame de indicadores de desempenho em nível de projetos, mormente, quanto à criação de emprego e capacidade de produzir modernamente. Com ênfase para os projetos de pecuária de corte, que são em maior número, a análise do IPEA mostra a pequena contribuição em termos de provocar mudanças, sobretudo, porque os cronogramas de aplicação dos recursos recebidos não foram obedecidos, configurando-se desvios para outras aplicações.

Em contraposição, não existem estudos profundos sobre esses programas por autores piauienses, mas diagnósticos gerados na SEPLAN/PI afirmam que esses projetos estão provocando o agravamento da estrutura de distribuição da terra, sem gerar mudanças importantes na estrutura produtiva, o que corrobora os estudos empreendidos para a região como um todo.

Embora sem contestar as referidas abordagens que consideramos corretas, temos interesse em verificar as repercussões que esses programas vêm exercendo na estrutura agrária piauiense, a partir dos anos 70, junto aos pequenos produtores, em uma conjuntura global, que, como decorrência, tentará dar conta de seus efeitos para o setor rural como um todo. Antes, porém, de respondermos a essa questão, surge um problema que necessita ser colocado:

**QUE ESTRUTURA AGRÁRIA PREVALECIA NO SETOR RURAL PIAUIENSE NO INÍCIO DOS ANOS 70?**

Essa é uma questão não suficientemente resolvida, porquanto pouco estudada ou conhecida de forma consistente. O que existem são trabalhos isolados de alguns pesquisadores piauienses, sobretudo de experts da questão agrária, integrantes da "Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (Fundação CEPRO)", que tratam desta temática no Piauí, sob variados aspectos, dentre os quais, o mais corriqueiro, é a estrutura de distribuição da terra.

Também há estudos caracterizando os sistemas produtivos, a pequena produção, as relações de produção etc., mas não há discussões mais aprofundadas sobre os fatores responsáveis pela situação agrária do período 1950-70, quando ocorreram as maiores transformações no sistema agrário estadual, sobretudo, quanto ao aparecimento da produção agrícola de alimentos, que hoje figura como a atividade do setor que abriga a maior parte da população rural e que ainda se encontrava, até o final da década dos anos 60, muito vinculada as unidades latifundiárias, com baixos índices de produtividade.

#### HIPÓTESE DE TRABALHO

A partir dos objetivos propostos, nossa hipótese central é que os programas governamentais, em conjunto, deflagraram um processo de modernização em todo o território estadual, ainda que em ritmo e forma diferentes para as várias regiões. Os argumentos dessa pressuposição decorrem das próprias características dos projetos e programas do governo, os quais, reunidos, abrangem o Estado como um todo.

O POLONORDESTE, por exemplo, tem como instrumentos mais importantes, a implantação de estradas vicinais, eletrificação rural, crédito, assistência técnica, pesquisa, que exercem efeitos imediatos ou não na modernização das atividades agropecuárias e repercutem na valorização produtiva das terras. Logo, incentiva o proprietário de terras ociosas a utilizá-las produtivamente, além de proporcionar o avanço das atividades pecuária e agrícola, esta última, através dos produtores beneficiados, diretamente, pelo programa.

No entanto, este fato não implica, necessariamente, a introdução de relações capitalistas. A mudança de uma forma de criatório bovino extensiva para semi-extensiva, em que o grande criador implanta pastos artificiais e melhora o padrão genético do gado, não é feito através de assalariamento. Os pastos plantados são realizados por famílias que recebem parcelas de terras nas propriedades com a obrigação de devolvê-las, em alguns anos, com pastos formados. A mão-de-obra utilizada também é recrutada entre os próprios moradores do estabelecimento, que se encontram na condição de parceiros ou pequenos arrendatários. Na realidade, tais efeitos são abrangentes, atingindo uma área que cobre vários municípios, inclusive alguns não contemplados, formalmente, pelo POLONORDESTE.

Os projetos, de iniciativa privada, financiados pelos Incentivos Fiscais - "Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) - FINOR Agropecuário", sob a coordenação da SUDENE e "Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET) - FISSET Pesca e Reflorestamento", gerenciado pelo atual "Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA)" - que visam a implantar empresas rurais (agrícolas ou pecuárias), exercem efeitos modernizantes mais diretos, pois significam implantação de empresas com emprego de trabalho assalariado e técnicas modernas de produção, principalmente, os agrícolas.

Esses projetos exercem efeitos menos abrangentes e suas repercussões se dão em ritmo e forma diversificadas, dependendo do número e da natureza das ações implementadas. Os que se dedicam à produção agrícola ou lavouras temporárias (como arroz ou soja) tendem a criar um número maior de empregos e nível superior de insumos modernos e máquinas, enquanto os que preferem a pecuária de corte e as culturas permanentes, como o caju, produzem efeitos menores. No entanto, podem disseminar efeitos nas áreas circunvizinhas, tais como: (1) diminuição dos pastos pelo efeito da cerca; (2) difusão de melhoria do criatório bovino; (3) maior produção de produtos de natureza mais comercial em detrimento dos produtos agrícolas de subsistência - caju, arroz, etc.

Os projetos de Irrigação não conduzem, irreversivelmente, ao

aparecimento de empresas rurais e não beneficiam, somente, grandes produtores agrícolas. Os vários tipos de projetos promovem efeitos diferenciados na estrutura socioeconômica. Os que privilegiam diretamente os proprietários, com crédito para a implantação de infraestrutura de irrigação, como o Pró-Varzeas, são os mais efetivos em termos de proporcionar mudanças no conjunto das relações de produção. Os projetos governamentais, de grande ou pequena escala, por sua vez, tendem a criar uma distinção no interior da pequena produção agrícola, pois, em geral, alcançam pequenos produtores. São os casos dos projetos de Irrigação do "Departamento Nacional de Obras contra Secas (DNOCS)" e do POLONORDESTE.

Todos esses programas, porém, têm como fundamento básico o aperfeiçoamento dos métodos da produção agrícola, contribuindo para o aumento do emprego de insumos químicos e máquinas agrícolas e para as transformações das relações de trabalho. Portanto, em face de utilizarem instrumentos distintos e de possuírem objetivos diferentes, exercem efeitos diferenciados nas relações de produção e nas estruturas da posse e da propriedade da terra. Porém, têm em comum o fato de apontarem na direção da modernização dos métodos produtivos, principalmente, através da maior utilização de insumos químicos e máquinas agrícolas. Assim, a hipótese central pode ser enunciada da seguinte maneira:

**OS PROGRAMAS E PROJETOS GOVERNAMENTAIS \_ POLONORDESTE, INCENTIVOS FISCAIS E PROJETOS DE IRRIGAÇÃO \_ IMPLANTADOS, CONJUNTAMENTE, A PARTIR DOS ANOS 70, DEFLAGRAM UM PROCESSO DE "MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA", QUE TEM COMO PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS O AUMENTO DO EMPREGO DE INSUMOS INDUSTRIAIS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS, O AGRAVAMENTO DA CONCENTRAÇÃO DA POSSE E PROPRIEDADE DA TERRA E A MODIFICAÇÃO NA ESTRUTURA PRODUTIVA E NAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO, AINDA QUE TAIS MUDANÇAS OCORRAM EM RITMO E FORMA DIFERENTES, AO LONGO DO TERRITÓRIO ESTADUAL.**

## O CONCEITO DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

A questão da modernização agrícola, em qualquer contexto, está sempre relacionada com o processo da industrialização e com o ambiente político em que se desenvolve. Moore Jr. (1983, p.407) indica três formas pelas quais a agricultura se moderniza, tendo como pano de fundo condições políticas específicas:

*"A primeira aliou o capitalismo a democracia parlamentar após uma série de revoluções (...). O segundo caminho também era capitalista, mas, na ausência de um forte surto revolucionário, passou através de formas políticas reacionárias até culminar no fascismo (...). A terceira via é evidentemente, a comunista."*

Na primeira via, o autor mostra, como exemplo, os casos da Inglaterra, França e Estados Unidos que, através de revoluções burguesas, determinaram caminhos mais democráticos para a modernização agrícola, tanto pelo estabelecimento de unidades produtivas modernas, como pela implantação de unidades capitalistas administradas por arrendatários explorando trabalhadores assalariados. Entretanto, mesmo apresentando como elemento comum, a existência de revoluções civis, esses países possuem peculiaridades importantes. A Inglaterra e a França se caracterizam por revoluções que destruíram o poder medieval ou o regime econômico do feudalismo, a favor do regime capitalista. Esta passagem, segundo o autor citado,

*"marca a transição do conceito medieval da terra como base de funções e obrigações políticas para a ideia moderna da terra, como um investimento para obtenção de rendimento. A propriedade da terra tende, em resumo a ser comercializada".*

A Guerra Civil, que destruiu o regime escravista do sul, significou, tão-somente, a eliminação de entraves políticos que dificultavam os avanços da ideia de uma plena democracia de base industrial, bem como, a necessidade de expansão dos negócios e dos mercados, a partir da região industrializada do país.

A via comunista tem como exemplos principais a Rússia e a China, sociedades que saíram, praticamente, de regimes feudais (China) ou de

fase adiantada de deterioração desse regime, para experiência socialistas através de revoluções comandadas por camponeses e/o trabalhadores urbanos.

Na segunda via, aparecem a Índia, a Alemanha e o Japão, onde através de revoluções conservadoras, de cima para baixo, ou de ausência de qualquer tipo de revolução, a agricultura se moderniza muito lentamente. Neste último caso, a modernização se dá com forte pressão autoritária sobre os camponeses, que são obrigados a se submeterem a métodos violentos de subordinação à aristocracia proprietária. A esse caminho, Moore, Jr. (1983) denomina de "modernização conservadora".

É esse, com efeito, o caminho que mais nos interessa, pois, no Brasil, a industrialização se deu através de "revoluções" feitas de cima para baixo, as quais, de fato, não atingiam os senhores das terras, que sempre se mantiveram nas alianças políticas responsáveis pelo processo de industrialização. A modernização ocorre por meio de generosos benefícios dados pelo governo à aristocracia rural, na forma de crédito subsidiado ou através de subsídios e incentivos, permitindo a elevação de índices técnicos e mudanças nas relações de trabalho para formas assalariadas ou outras formas, ainda pré-capitalistas, mas altamente vantajosas para os grandes proprietários. Essas formas foram determinadas por condições específicas de localização, solo e clima e elementos financeiros, definindo idiosincrasias regionais notáveis em caráter e no ritmo da modernização.

Quanto ao processo de modernização em si, Kageyama et al. (1984, p.1) mostram diferentes fases das transformações na agricultura, que culminam na formação de complexos agroindustriais, ou seja, modernização, industrialização da agricultura e formação de complexos agroindustriais:

*"Por modernização da agricultura se entende basicamente a mudança na base técnica da produção agrícola. É um processo que ganha dimensão nacional no pós-guerra com a introdução de máquinas na agricultura (tratores importados), de elementos químicos (fertilizantes, defensivos etc.), mudanças de ferramentas e mudanças de culturas e novas variedades (...). A industrialização da agricultura acaba se transformando num*

*ramo de produção semelhante a uma indústria, como uma fábrica que compra determinados insumos e produz matérias-primas para outros ramos da produção.*

Os autores apresentam, entre modernização e industrialização, três grandes distinções. Em primeiro lugar, afirmam que no processo de modernização não há apenas o uso crescente de insumos e máquinas, mas também, mudanças nas relações de trabalho. A diferença é que na modernização ainda havia:

*"... espaço para a pequena produção independente, onde o proprietário (ou o parceiro e o arrendatário) utilizando insumos modernos, seguia produzindo de maneira artesanal (...). A segunda mudança qualitativa é a mecanização (...). A terceira transformação que muda qualitativamente o processo de modernização brasileira nos anos 60 é a internalização do DI, ou seja dos setores produtores de insumos, máquinas e equipamentos para a agricultura. Em seu início, a modernização se viabiliza por meio de importações, de forma que a capacidade de modernização da agricultura brasileira estava limitada pela sua capacidade de exportar". (Kageyama et al., 1987, p.2).*

Para esses estudiosos (p.3), são essas transformações que marcam o processo de "industrialização da agricultura" no Brasil, o qual culmina, a partir de 1975, na constituição dos complexos agroindustriais. Com essa constituição,

*"... tem-se não apenas uma agricultura (grifo do autor), mas vários complexos agroindustriais. E a dinâmica desses segmentos da agricultura é a dos complexos. Em todos eles existem um elemento aglutinador 'administrando-os', que são as políticas do Estado (grifo do autor)".*

Quando da classificação por complexos agroindustriais, os autores ora referendados, apresentam, então, uma tipologia com quatro classes:

a) **complexos completos** - o segmento agrícola se relaciona, a montante e a jusante, com o setor industrial. Este, em seu segmento a montante, produz insumos e equipamentos, especificamente para a atividade, com uma perfeita integração vertical. Exemplos: complexos avícola e de açúcar e álcool;

b) **segmento integrado** - sem vínculos estreitos com a indústria de

insumos, posiciona-se como um fornecedor genérico de insumos químicos e máquinas, mas sem uma integração vertical. Exemplos: fibras, frutas (suco) e laticínios;

c) **conjunto de atividades modernizantes** - dependentes dos setores industriais, não mantém relações específicas e integradas nem "para frente" nem "para trás", ou seja, não caracterizam a forma de complexo;

d) **conjunto de atividades agrícolas com prevalência da produção em bases artesanais** - sem fortes ligações intersetoriais. Exemplos: a agricultura de "pobre", principalmente de produtos alimentares, como feijão, mandioca, milho e arroz.

Nessa concepção, a agricultura brasileira apresenta situações que podem ser enquadradas nas várias categorias estudadas pelos autores: **complexo rural; modernização; industrialização da agricultura; complexos industriais**, podendo ser encontradas, inclusive, em uma mesma Unidade Federativa. Porém, para os nossos propósitos, a concepção de Muller (1982) sobre o padrão de desenvolvimento agrícola no pós-70 é mais adequada, pois adota uma definição de complexo agroindustrial em nível nacional, o que corresponde a um conceito mais geral e abstrato, além de privilegiar o Estado como elemento fundamental na viabilidade da integração indústria-agricultura.

A partir do início dos anos 70, "o Brasil dispunha de um conjunto dos setores industriais e agrícolas interdependentes entre si que poderia, em face das inúmeras definições disponíveis, ser designado como 'complexo agroindustrial (CAI)'" (Muller, 1982, p.48), o que concorre para que o CAI se firme e se defina, especificamente,

*"como o conjunto dos processos técnico-econômicos e sócio-políticos que envolvem a produção agrícola, o beneficiamento e sua transformação, a produção de bens industriais para a agricultura e os serviços financeiros e comerciais correspondentes. O complexo agroindustrial brasileiro inexistia até por volta de 1970 no país, fundamentalmente porque os setores industriais que produziã para a agricultura não estavam constituídos enquanto indústrias localizadas no país".*



É claro que esse processo não atingiu de forma generalizada todos os estabelecimentos agropecuarios, mas trata-se de um movimento que, apesar de se caracterizar como concentrado, por atingir um numero relativamente pequeno de estabelecimentos, imprime ritmo à agricultura brasileira e subordina os setores ainda não integrados, como reitera o mesmo autor, a seguir:

*"Por volta de 1970, praticamente metade da produção agrícola era de interesse dos demandantes de materias-primas e praticamente metade das condições de produção na agricultura dependia da industria de maquinas e demais insumos industriais".*

A produção agrícola cada vez mais depende do uso de maquinas e insumos industriais, isto significa que não basta ser proprietário para garantir a produção, mas que a agricultura subordina-se, cada vez mais, ao capital e ao movimento do capital industrial com interesses na agricultura. As mudanças não se limitam aos aspectos técnico-econômicos, mas abrange, também, a estrutura social do campo:

*"O crescimento da agricultura industrializada, que materializa os interesses sociais modernos, evidencia que este processo particular tende a converter-se em processo geral, a despeito dele se mostrar acentuadamente concentrado do ângulo do numero de estabelecimentos que incorporam processo técnico. Com efeito, pode-se sustentar que houve uma significativa expansão da burguesia e da pequena burguesia industrializada no meio rural do país, juntamente com a diminuição da pequena burguesia tradicional; pode-se sustentar, ademais, que simultaneamente a diminuição dos trabalhadores 'autônomos' (pequenos arrendatários e parceiros), ocorreu um aumento no numero de trabalhadores assalariados, notadamente dos sem-terra, e um aumento ainda maior dos trabalhadores a domicílio, isto é, daquela enorme massa da gente que, conquanto proprietária territorial, não passa de trabalhadores agrícolas para a industria e comércio". (Muller, 1982, p.49).*

Outro aspecto fundamental na formação do CAI é o papel do Estado, que garante a taxa de rentabilidade dos vários grupos econômicos e industriais na agricultura e possibilita ao setor rural propriamente dito ampliar a utilização de insumos industriais, como lembra o referido especialista:

*"O estado 'planifica' a agricultura para o lucro, e, no interior dela, opera uma 'taxa média de lucro' que distribui os capitais e as diversas formas de riqueza produtiva e especulativa" (p. 55)*

Decerto, é possível deduzir que as políticas estatais para a agricultura em suas várias formas: (1) crédito subsidiado; (2) incentivos fiscais; (3) implantação de infra-estrutura econômica; (4) programas setoriais ligados a produtos específicos (cacau, açúcar, álcool, soja etc.); (5) programas especiais destinados a regiões específicas (POLONORDESTE, PROTERRA, Pró-Várzeas etc.), podem estar vinculadas, direta ou indiretamente, aos interesses dos grupos econômicos organizados \_ industriais ou agropecuários \_ que de alguma forma, se beneficiarão com a implementação dos projetos referidos.

Assim, programas governamentais no Piauí (POLONORDESTE, irrigação, incentivos fiscais, crédito rural e outros) podem ser considerados como veículos indutores de modernização agrícola e, conseqüentemente, de mudanças importantes nas estruturas social, econômica e fundiária, mesmo que isso não implique que as unidades produtivas agrárias se vinculem diretamente a indústria de insumos ou à indústria processadora. As mudanças não deixam, porém, de estar vinculadas ao processo técnico-econômico e sociopolítico, denominado por Müller (1982, p.49) de "revolução agrária em curso no país". Assim sendo, pretendemos, essencialmente, verificar se os citados programas governamentais influenciados por interesses do CAPI foram capazes de gerar no setor rural piauiense no pós-70, essa "revolução", que equivaleria a uma "homogeneização" da lógica do movimento dos setores agropecuários no sentido da modernização, com toda a gama de mudanças sociais e econômicas a ela associadas.

#### ALGUNS ELEMENTOS METODOLÓGICOS

Procuramos definir, aqui, as variáveis e os indicadores correspondentes que pretendemos trabalhar, referendando, também, procedimentos da pesquisa de campo e a ordem da exposição do relato final. Assim, temos as seguintes variáveis:

- a) estrutura produtiva - medida através da participação de cada atividade \_ pecuária, lavouras, extrativismo \_ no valor da

produção agropecuária, número de estabelecimentos e quantitativos produzidos:

- b) acesso a crédito bancário - os indicadores principais serão a percentagem de estabelecimentos com financiamentos bancários, a participação dos estabelecimentos de diferentes portes no total de crédito concedido e a média de valor de financiamentos pelos diversos grupos de área:
- c) uso de insumos industriais e máquinas agrícolas - a medida principal será o percentual de estabelecimentos que utilizam fertilizantes, defensivos agrícolas, tratores e arados mecânicos:
- d) relações de trabalho - utilizamos categorias censitárias, tais como: (1) parceria e arrendamentos como categorias de relações de trabalho pre-capitalistas, relações estabelecidas com o médio e grande proprietário de terras através de entrega a produtores sem-terra de pequenas parcelas (em geral, menos de 2ha em média), não só com o intento de receber renda, mas garantir mão-de-obra para as tarefas da unidade latifundiária; (2) trabalhadores na condição de empregados temporários ou contratos de empreitadas, além do emprego permanente; (3) mão-de-obra familiar não remunerada;
- e) estrutura de distribuição da posse da terra - esta variável tem como indicador a distribuição da terra por grupos de área total, segundo os estabelecimentos censitários, os quais não são unidades de propriedade, mas de produção, com a maior parte sendo tocada por produtores não proprietários. As variações no número de parceiros e arrendatários, bem como a sua variação relativa e o crescimento e/ou decréscimo de área anual por grupos de áreas total, levam a mudanças na estrutura da distribuição da posse da terra.

Essas variáveis serão afetadas, direta ou indiretamente, pela estratégia ou por instrumentos de intervenção dos programas ou

projetos governamentais. Como os programas selecionados têm características dessemelhantes e se concentram em áreas distintas do Estado, a análise está dividida por três grandes regiões: (1) **Norte**, onde se concentram os projetos de irrigação, com destaque para o POLONORDESTE, mormente, através do PDRI do Vale do Parnaíba, que atingiu cerca de 28 municípios; (2) **Semi-árida**, onde predominam os projetos do FINOR agropecuario e de produção de cacau financiados pelo FISET, através do então "Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)"; (3) **Cerrados**, onde prevalecem projetos do FINOR, com destaque para produção de arroz, a partir dos anos 80.

A unidade de observação foi o município, com ênfase para os formalmente beneficiados pelos programas referidos, mas incluímos, também, os municípios atingidos indiretamente, para reforçar a hipótese formulada, pois programas como o POLONORDESTE, por exemplo, podem disseminar seus efeitos em uma área bem maior do que a prevista pelos PDRI's. Para a década de 70, dentre os 118 municípios piauienses, na época, são 70 os municípios constantes das tabelas, a partir dos dados dos censos agropecuarios do "Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)", selecionados por serem objeto de intervenção do Estado ou por serem os mais importantes em termos produtivos. No caso dos anos 80, em face de não dispormos de informações censitárias, utilizamos dados de órgãos executores dos programas em análise, extraídos de estudos e pesquisas, além de documentos gerados pelos órgãos oficiais, sobretudo, avaliações desses programas.

As três viagens de campo aos principais municípios atingidos pelos programas, totalizando dez municípios no Norte: 11, na região Semi-árida e três, nos Cerrados, propiciaram a coleta de informações mais qualitativas e a observação "*in loco*", para evidenciar o caráter das mudanças. Para tanto, o procedimento utilizado foi a entrevista não-diretiva com pessoas envolvidas com os programas, como chefes das "Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERs)", presidentes de sindicatos dos trabalhadores rurais, produtores e trabalhadores rurais, direcionando a conversa para as transformações que vinham ocorrendo no município nos últimos vinte anos, no que se refere à produção, estrutura fundiária, relações de trabalho,

modernização das atividades produtivas, situação dos trabalhadores, dentre outros itens. A anotação simultânea de trechos, citações e informações quantitativas fornecidos pelos entrevistados originaram relatórios de viagem, visando a organização lógica dos temas discutidos.

Quanto à estrutura formal, o presente trabalho se desdobra em oito capítulos. Como dito antes, os três primeiros capítulos contêm um estudo da formação da estrutura agrária estadual até o final da década de 60, buscando fornecer uma visão dos fatores responsáveis pela formação dessa estrutura, mediante a discussão de três fases bem diferenciadas da produção do setor agrário piauiense: (1) a pecuária \_ do povoamento até o final do século passado; (2) o extrativismo vegetal \_ primeira metade deste século; (3) formação do sistema latifúndio-camponês \_ período 1950-70.

O capítulo quarto traça uma análise global dos programas governamentais \_ POLONORDESTE, incentivos fiscais e irrigação \_ implementados a partir dos anos 70. Destacamos, então, os instrumentos e estratégias desses projetos, impulsionadores de alterações na estrutura agrária, principalmente aqueles que exercem maior influência no emprego de métodos modernos de produção, bem como, nas relações de trabalho e na estrutura de distribuição da posse e uso da terra.

O capítulo quinto traz uma análise das transformações, em nível global, ressaltando-se as mudanças na estrutura fundiária, nas relações de trabalho, nas relações técnicas e na composição da produção. As informações utilizadas se respaldam nos censos agropecuários dos anos 1970, 1975, 1980 e 1985, com a restrição de que, para este último ano, as informações limitam-se à sinopse preliminar, pois na ocasião da elaboração deste trabalho, ainda não tinha sido divulgado o censo com todas as informações.

Os três últimos capítulos são dedicados à análise por grandes regiões do Estado, escolhidas em função da concentração de ações dos programas governamentais ora discutidos, seguindo-se a mesma metodologia do capítulo anterior, isto é, procuramos verificar as

mudanças nas variáveis citadas, principalmente, a fim de detectar a força de cada programa em promover mudanças nos municípios atingidos diretamente, como também a disseminação desses efeitos nos demais municípios, embora em menor ritmo.

## 1 OS SISTEMAS ECONÔMICOS E A ESTRUTURA FUNDIÁRIA: ASPECTOS DA FORMAÇÃO HISTÓRICA; 1650 - 1950

Neste capítulo, abordaremos aspectos relacionados com a formação histórica, procedendo-se a análise de dois sistemas econômicos: a pecuária e o extrativismo, objetivando perceber a formação da estrutura fundiária estadual e seu inter-relacionamento com as relações básicas de trabalho. Privilegiamos essas variáveis por entendermos que são importantes na explicação da formação da estrutura produtiva que se estabelece no período 1950-70, a qual será objeto de intervenções governamentais, a partir dos anos 70, através de grandes programas e projetos.

A pecuária foi a primeira atividade econômica a se instalar no Piauí, sendo, portanto, responsável pelo "devassamento" do território e da formação do povo e da cultura piauienses. Instaure-se a partir de meados do século XVII, quando a atividade açucareira no litoral nordestino inicia sua decadência. Desse modo, consolida o processo de separação entre os setores açucareiro e pecuario, atingindo desenvolvimento autônomo e ocupando mais o interior da região, enquanto a atividade açucareira preferiu o litoral.

Esse processo separatista foi fruto da expansão e do aumento da rentabilidade da produção açucareira, quando esta obtinha considerável demanda internacional. Com a decadência da indústria açucareira, a expansão da pecuária pelo interior do Nordeste passa a se dar por um processo autônomo, desde que podia se expandir "independentemente" de um mercado regular. Esta é a interpretação de muitos economistas e historiadores da economia nordestina, ressaltando-se Celso Furtado, que exerceu influência marcante em historiadores piauienses.

Devido a essas interpretações, os autores locais, em geral, partem da premissa de que a pecuária piauiense já nasce com características, basicamente, de subsistência, pois não se demandava grandes gastos para se instalar uma fazenda: "levantada uma casa,

*coberta pela maior parte de palha, feito uns currais, e introduzindo os gados, estão povoadas três léguas de terras e estabelecida uma fazenda".* (Santana, 1964, p.24). Ademais, a fazenda pecuarista tinha a capacidade de fornecer quase tudo de que se necessitava — carne, couro, cereais.

Mas a pecuária, em sua trajetória no Piauí, foi marcada por grandes conflitos. Na fase de devassamento, a luta era, em primeiro lugar, contra os indígenas: montar uma fazenda significava não apenas a concessão de terras através das sesmarias, mas, sobretudo, que tal concessão era vinculada ao poder militar para limpar a área e mantê-la. Em segundo lugar, as contendas se travavam entre os sesmeiros, de um lado, e posseiros e foreiros, do outro, como assegura Nunes (1975). Para esse historiador, a estrutura fundiária foi se delineando em um ambiente de empates, onde os mais fortes e poderosos se estabeleciam como grandes senhores de terras, conformando uma **estrutura de distribuição de terras com características altamente concentradoras**. Logo, a montagem de grandes fazendas requeria recursos financeiros não diminutos, pois era necessária a aquisição de gado e mão-de-obra escrava, além dos gastos com a formação dos exércitos.

E, pois, nossa intenção, apreender dos estudos dos analistas da pecuária piauiense, aspectos relacionados com a formação da estrutura fundiária e do movimento das relações de trabalho ao longo da trajetória dessa atividade.

Por outro lado, a **economia extrativa**, cujo desenvolvimento se deu em toda a primeira metade do século XX, interessa-nos, porque colaborou, bastante, para a consolidação de uma estrutura fundiária concentrada, no contexto do território piauiense. Consolidação, porque o extrativismo aconteceu, sobretudo, em áreas territoriais, onde a pecuária não tinha grande expansão. Se a pecuária se localizava, basicamente, no Centro-Sul e Extremo-Sul, o extrativismo concentrava-se no Norte e Semi-árido, além de atingir, sem grande intensidade, as áreas do Alto Parnaíba (Sudeste), completando o perfil da estrutura de **distribuição da propriedade da terra**, embora não possamos afirmar que **até** o final dos anos 40, as terras estaduais já estivessem totalmente **apropriadas** privadamente.



Com efeito, ainda restavam as áreas das "Fazendas Estaduais", denominação para as primeiras fazendas, fundadas por Domingos Afonso Sertão. Após sua morte, essas terras foram herdadas pelos jesuítas, e, depois, tomadas pela União, que por sua vez, repassou-as ao governo estadual, a quem pertenciam até recentemente. Com mais de um milhão de hectares de propriedade do Governo Estadual, essas terras tornaram-se objeto de ocupação por parte de posseiros. Além disso, nas áreas de baixa concentração da atividade extrativista (Alto Parnaíba, por exemplo) e em algumas regiões do Sul, onde predominava a pecuária de caráter extensivo, a existência de terras devolutas ainda era uma realidade.

Este capítulo segue ordem cronológica. Em primeiro lugar, recorrendo a textos de historiadores e economistas que se preocuparam com a análise da formação histórica, levantaremos algumas questões sobre a trajetória da pecuária e da introdução do algodão, no sentido de perceber o processo de formação da estrutura fundiária e das relações de trabalho até o final do século XIX. Em seguida, abordaremos aspectos concernentes à economia extrativa, privilegiando, sempre, as duas variáveis citadas, pois as mesmas podem fornecer elementos para compreensão dos aspectos básicos do sistema agrário que se instalou a partir dos anos 50, que é **nosso principal objetivo**, ao retomar a análise da formação histórica.

### 1.1 A pecuária e o algodão e a formação da estrutura fundiária entre os séculos XVII e XIX

Como colocamos antes, o pensamento predominante entre os autores piauienses que estudaram a atividade pecuária e a de que em toda sua trajetória de mais de dois séculos, apresentou um **caráter basicamente de subsistência**. Essa concepção fundamentava-se na análise de Furtado (1968), para quem a pecuária nordestina passou por duas fases: (1ª) **induzida pela expansão da atividade açucareira** ... até metade do século XVIII - esta última, na sua etapa de alta rentabilidade, expulsou para fora de seus domínios, o litoral, as atividades menos rentáveis.

como: fornecedores de carne e animal de tiro e de madeira; (2ª) crescimento autônomo e de características de subsistência, quando cessa o "efeito dinâmico externo" que impulsionava a economia açucareira.

Como a implantação da pecuária, no Piauí, se efetivou a partir de meados do século XVII, quando a indústria açucareira iniciava seu processo de decadência e a pecuária já se desenvolvia de forma autônoma, supomos que este fato tenha reforçado a pressuposição de que a pecuária piauiense se implanta como atividade de subsistência. No entanto, muitos dos autores, mesmo aceitando essa tese, destacam o caráter conflitioso na inserção dessa ocupação, bem como, a utilização de escravos. Esses elementos não deixam de representar um caráter contraditório da análise, desde que os gastos para manter "exercícios" e comprar escravos para estabelecer uma fazenda eram incompatíveis com uma ocupação tipicamente de subsistência. Isto nos permite explorar as contradições que afloram entre a tese estagnacionista dos estudiosos locais e fatos e dados fornecidos por esses mesmos autores, além de historiadores que abordaram a economia nordestina da época.

Nunes (1975, p.27-28), discorrendo sobre o início do Piauí provincial, afirma:

*"Não havia riqueza natural explorada, não havia agricultura, comércio, e as rendas públicas eram pequenas, como consequência. Apenas a pecuária, e isto mesmo já com forte competição, a perder seus mercados e sem mercado interno, isto é, o mercado provincial, que era constituído de esparsa população paupérrima e ainda sem recursos para o transporte dos subprodutos, provindos dos criatórios".*

Santana (1964, p.23-24), por sua vez, assim inicia a análise da pecuária piauiense:

*"Quando os currais atingiram o Piauí, depois de 1650, a expansão da produção açucareira cessara. Com isso, a pecuária tornou-se preponderantemente de subsistência, ainda que continuasse incorporando mais terras".*

Da mesma forma, técnicos da FUNDAÇÃO CEPRO (1979, p.22), visivelmente influenciados por Santana, posicionam a pecuária

piauiense como uma ocupação que buscou criar, para sobreviver, uma capacidade de "insensibilidade às crises do mercado consumidor" e endossam, então, inteiramente a sua proposição:

*"Surgiu numa época em que a zona açucareira se debatia com a expulsão dos holandeses e com a crise gerada a partir daí. Representou, pois, não um resultado direto do consumo da zona açucareira, mas sim a expansão linear da pecuária nordestina, que implicou na anexação, em apenas algumas dezenas de anos, de uma vasta área. Isso implicou um maior distanciamento dos centros consumidores ou piores condições de comercialização. Mas o que é fundamental é que essa insensibilidade às crises gerou a necessidade de se recorrer a formas de produção econômica ainda mais primitivas que a de outras zonas do Nordeste pecuario".*

Por outro lado, esses mesmos autores (Fundação CEPRO, 1979, p.23-27) destacam três fatos que parecem contradizer esta assertiva:

*"[1] A pecuária piauiense se estabeleceu com um caráter nitidamente escravista (...). [2] O estabelecimento da pecuária no Piauí ocorreu em um contexto de acirrada luta pela escravização e extermínio dos índios" (...). [3] O estabelecimento da pecuária no Piauí ocorreu sob o signo da luta armada pela posse da terra".*

Esses elementos indicam que a fixação das primeiras fazendas no Piauí, em torno de 129, segundo esses estudiosos, não se deu por iniciativa de simples pessoas, expulsas das áreas açucareiras em fase de decadência, mas de indivíduos detentores de recursos suficientes para sustentar conflitos armados e adquirir gado e escravos. Isto se contrapõe à ideia de atividade de subsistência, pois seria irracional, do ponto de vista econômico, gastar recursos em fazendas que não garantiriam retorno imediato.

Da mesma forma, Rocha (1982, p.104-120) atribui à pecuária piauiense, desde o seu início, um crescimento autônomo ou impulsionado somente por fatores internos à própria atividade:

*"Os primeiros fazendeiros começaram a chegar às terras do Piauí em fins do século XVII. Podemos identificar esta época da colonização dentro daquela fase (que representa a segunda no esquema de Furtado) da expansão da pecuária nordestina, em que o crescimento é determinado por fatores internos à própria pecuária independentemente, portanto, da pressão do mercado. Nesse sentido, torna-se exequível a ideia de que não foram as*

*necessidades de gado e de outros produtos da pecuária que motivaram a expansão da atividade criatoria no território piauiense, mas sim a própria decadência da economia açucareira".*

No entanto, outros especialistas sugerem interpretações diferentes. Porto (1974, p.143), por exemplo, revendo a evolução das fazendas de Domingos Afonso Bertão, roge das interpretações apresentadas acima. Em sua visão, essas terras passaram, de início, por uma fase de grande expansão, mormente, quando nas mãos dos jesuitas (1711 a 1760), e por uma fase de decadência, notadamente, com as perdas dos mercados mineiros:

*"Tudo o que diz respeito à história do Piauí está indissoluvelmente ligado a sua pecuária. O comércio do gado orientou os movimentos administrativos dos governos, impondo-lhes uma política econômica toda baseada no mercado da carne e do couro de boi. Foi a chamada 'civilização do couro', que evoca brilhante fase da estrutura econômica do Estado. O boi do Piauí consolidara-se no mercado nacional, incorporando-se ao folclore e merecendo homenagens de escritores e poetas".*

Sobre a segunda fase, afirma:

*"Tudo indica que a pecuária no Piauí tenha começado a declinar na segunda metade do século XVIII, com a perda do rico mercado dos centros mineradores, cujo abastecimento passou a ser feito pelo gado de Minas. O Ceará e o Maranhão inscreviam-se também no mercado da carne, interceptando grande fluxo das exportações piauienses (...). Como se isso não bastasse, o fim do século marcou o dasamento de verdadeira onda de anos secos, culminando com a estiagem famosa de três anos sucessivos (1791-1793), de efeitos catastróficos nos currais de todo o Nordeste (...). A carne do Rio Grande substituiu, até nossos dias, a carne sertaneja no abastecimento do litoral norte". (Porto, 1974, p.155).*

Esta nos parece a interpretação mais coerente quanto à consideração da atividade pecuária piauiense em sua dinâmica evolutiva desde o século XVII, reforçada por Prado Junior (1977, p.66), principalmente, quanto à primeira fase:

*"Em fins do século XVII começa a ser ocupado o interior do atual Estado do Piauí. As condições naturais já são as melhores que no setor ocupado anteriormente: pluviosidade mais elevada e melhor distribuída, cursos de água permanentes. Dai também uma forragem natural de melhor qualidade. As fazendas do Piauí tornar-se-ão logo as mais importantes de todo o*

*Nordeste, e a maior parte do gado consumido na Bahia provém delas, embora tivesse que percorrer, para alcançar seu mercado, cerca de mil e mais quilômetros de caminho".*

É uma posição, também coerente com o relatório de 1697 do Padre Miguel Couto, vigário da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, para quem

*"... naquela freguesia do Piauí as terras estavam repartidas pela metade entre dois donos: Domingos Afonso Sertão e Leonor Pereira Marinho (viuva de Francisco Dias D'Ávila). Haviam (sic) 129 fazendas de gado, habitadas por 441 pessoas entre brancos, negros, índios, mulatas e mestiços (...). Os brancos eram vaqueiros, prepostos dos proprietários, ou foreiros. Os negros eram em numero de 210, pertencendo 4/5 da população das fazendas". (apud Gorender, 1978, p.415)*

Ora, se a atividade pecuária piauiense, nesse período, não fosse rentável, por que esses senhores se interessariam em fundar fazendas e, mais, trazer escravos em proporções razoáveis? Da mesma forma, por que alguém se interessaria em arrendá-las, se não tivesse certeza de que obteria lucros? No decorrer de 65 anos, essa situação se reproduziu de forma ampliada. Em 1762, para sete freguesias do Estado, o caráter escravista das fazendas ainda se acentuou consideravelmente:

*"População livre .....: 7.349  
População escrava ....: 4.644  
No de fazendas .....: 536" (FUNDAÇÃO CEPRO, 1979, p.37)*

Assim, a média de escravos por fazenda alcança 8,66, enquanto que em 1697 era de apenas 1,63. A proporção de escravos em relação a população livre aumentou para 63,2%. Nessa época, devido à decadência do setor açucareiro, foram os mercados de Minas Gerais que sustentaram a dinâmica das fazendas piauienses. Tal proposição se apoia em observações de Furtado (1968, p.82-83):

*"O próprio gado do Nordeste, cujo mercado definhava com a decadência da economia açucareira, tende a deslocar-se em busca do florescente mercado da região mineira. Esse deslocamento do gado nordestino teria que acarretar a elevação dos preços que pagavam os engenhos, razão pela qual provocam reações oficiais e tentativas de interdição.*

*.....  
"A economia mineira constituiu, no século XVIII, um mercado de*

*proporções superiores ao que havia proporcionado a economia açucareira em sua etapa de máxima prosperidade".*

Dessa forma, podemos deduzir que foi a partir da segunda metade do século XVIII que a pecuária começou a declinar, justamente quando entraram, nos mercados de gado, concorrentes mais qualificados como o Rio Grande do Sul, Ceará e Maranhão, com destaque para o primeiro, que, por possuir melhores condições de clima e pastos, produzia gado de melhor qualidade, sem falar no forte desenvolvimento da indústria de charque, o qual constituiu um substituto para a carne fornecida pelas fazendas nordestinas. Prado Júnior (1977, p.68) também atribuiu a crise da pecuária nordestina durante o final do século XVIII a motivos variados:

*"Em meados do século XVIII o sertão do Nordeste alcançou o apogeu do seu desenvolvimento. O gado nele produzido abastecia, sem concorrência, todos os centros populosos do litoral, desde o Maranhão até a Bahia. O gado é conduzido através destas grandes distâncias em manadas de centenas de animais. Cruzando regiões inóspitas, onde até a água é escassa e não raro inexistente (...), o gado chegou naturalmente estropeado a seu destino. A carne que produz, além de pouca, é de má qualidade. Assim, somente a falta de outras fontes de abastecimento alimentar explica a utilização para isto de tão arastadas e desfavoráveis regiões. Em fins do século elas ainda sofrerão golpes mais severos. As secas prolongadas, que sempre foram as periódicas, se multiplicam e se estendem ainda mais, dizimando consideravelmente os rebanhos, que se tornarão de todo incapazes de satisfazerem as necessidades de seus mercados consumidores. Serão substituídos pela carne seca importada do sul da colônia".*

A citação é completa e dispensa comentários. Apenas é preciso acrescentar, em concordância com os autores da Fundação CEPRO (1979), que as secas não atingiam o Piauí na mesma intensidade com que afetavam outros estados nordestinos - Ceará, Bahia, Pernambuco e Alagoas. Mas, entre os fatores arrolados, a distância e a qualidade do rebanho se apresentavam como os maiores entraves para o Piauí continuar participando do mercado. No entanto, o mais importante é que reforça a hipótese do movimento em dois períodos distintos da pecuária, dos quais fica mais ou menos delimitado o início da segunda fase, quando o Estado perdeu o mercado da região mineradora.

As fases da pecuária piauiense podem ser observadas verificando o

movimento da população escrava, considerando-se que a escravidão era a principal forma de relação de trabalho, especialmente na etapa inicial, quando a pecuária estadual participava ativamente do mercado.

A TABELA 1 esclarece as duas grandes épocas da pecuária. A primeira vai de 1682 a 1797, período de crescimento dos mercados mineiros, correspondendo a grande aumento da população escrava e estendendo-se até 1855, embora o subperíodo de 1797 a 1855 mostre a população escrava estagnada ao redor do contingente de 13.000 pessoas. Esse último período marca o início da perda dos mercados mineiros para os criadores piauienses. De 1865 a 1883, apesar de consolidar uma pecuária mais de subsistência, a população escrava mostra tendência crescente, exceto os anos de 1867 a 1871, o que pode se justificar pelo ingresso do Piauí no mercado internacional de algodão, mais entre os anos de 1857 e 1865. Nessa última fase, a participação relativa da população escrava em relação à população total cai bastante, denotando que as relações escravistas na agropecuária piauiense vinham se atenuando rapidamente. Um indicador importante se refere aos registros de venda de escravos para as regiões de maior desenvolvimento. (FUNDAÇÃO CEPRO, 1979).

**TABELA 1 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NO PIAUÍ\***

Anos	População Total	População Escrava	% da População Escrava
1682	488	211	43,24
1762	14.342	4.644	32,38
1797	51.263	13.823	26,96
1855	115.818	13.966	12,06
1865	-	19.204	-
1867	77.674	7.779	10,01
1871	88.042	11.130	12,64
1880	-	21.126	-
1883	-	27.641	-

Fonte: ROCHA, J. Estrutura agrária do Piauí. Carta CEPRO. Teresina, v.8, n.1, p.111, jan./jun.1982.

\* Os dados foram compilados de vários trabalhos sobre o tema e face às dificuldades estatísticas da época, variam de autor para autor, dependendo das fontes consultadas.

Aprofundando um pouco mais a análise da segunda fase, a proposição de que a mão-de-obra escrava passa a ser utilizada na atividade agrícola e reforçada pelos dados do **QUADRO 1**. Para o ano de 1865, registra-se um contingente muito maior dedicado à agricultura, comparado aquele utilizado na atividade de criação. Porém, há um número maior de escravos sem utilização em atividade definida, ou seja, sem ofício, fato que condiz com os registros de sua venda.

### QUADRO 1 - OCUPAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA ESCRAVA NO PIAUÍ \_ 1865

Agricultura	7.033
Criação	1.272
Artes	623
Contingente escravo sem ocupação definida	8.201

Fonte: FUNDAÇÃO CEPRO. *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*. Teresina:1979, p.47.

No ano de 1865, o algodão representava a principal fonte de renda para o Estado, fruto das exportações internacionais. O **QUADRO 2** revela os números para exportações de algodão no período de 1857-58 a 1864-65.

### QUADRO 2 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALGODÃO \_ 1857-1865

Exercício	Algodão em rama (arroba)
1857-58	10.476
1858-59	18.000
1859-60	22.000
1860-61	16.250
1861-62	13.750
1862-63	21.750
1863-64	30.083
1864-65	36.684

Fonte: SANTANA, R. N. M. de. *Evolução histórica da economia piauiense*. Teresina: Cultura, 1964. p. 74



O considerável aumento da utilização de mão-de-obra escrava de 1855 a 1865 (13.966 para 19.204) (TABELA 1) pode estar associado ao crescimento do quantitativo exportado de algodão, registrando-se, nesses anos, certo deslocamento da mão-de-obra escrava da pecuária para a produção de algodão. Quanto ao crescimento no período 1880-83 é difícil de ser explicado, pois, nessa fase, a exportação de algodão sofreu expressiva retração, a não ser que a produção tenha encontrado alternativa de mercado interno. O próprio Santana (1964) registra a implantação de uma fábrica de tecidos de algodão em 1888.

O QUADRO 1 confirma, ainda, que a utilização do trabalho escravo na pecuária já estava atenuada a favor da prática do trabalho livre, cuja remuneração se dava através do recebimento de uma "cria" para cada quatro crias contadas anualmente, configurando o sistema de "quarta".

Essa situação marcou uma movimentação maior da estrutura fundiária no Estado, proporcionada pelo forte aumento da mão-de-obra livre no conjunto da pecuária. O sistema da "quarta" possibilitava ao vaqueiro livre organizar ou fundar pequenas fazendas, o que o "libertava" de seu antigo patrão. Assim, esse sistema permitia a diferenciação das fazendas e da classe dos fazendeiros, distribuídos entre grandes, médios e pequenos. Decerto, nem todos os vaqueiros tornaram-se fazendeiros, mas o sistema permitia que alguns deles chegassem a tal condição, porque existiam muitas terras a ocupar e a instalação de uma fazenda requeria muito pouco capital e homens. Um vaqueiro e uma família podiam tocar até 250 cabeças de gado com alguns cavalos para manejo do gado, o que era viável, embora, para poucos, que tornaram-se grandes fazendeiros.

Ademais, a produção algodoeira pode ter contribuído para a diversificação da estrutura fundiária, a medida que introduz no cenário agrário piauiense a pequena unidade produtiva agrícola, praticada em grande parte por posseiros, vindo se somar às pequenas e médias unidades pecuaristas, formadas por vaqueiros que, de posse de um punhado de gado, iniciavam pequenas fazendas. Outro efeito da cultura do algodão foi a variação da grande unidade pecuarista, que

passa a intercalar a produção pecuária com o algodão, ampliando o conjunto das relações sociais de produção no interior da grande fazenda. Isto significa que a introdução do trabalho livre e da cultura algodoeira, na segunda fase da atividade pecuarista, contribuíram para a formação da estrutura fundiária no período de predomínio da pecuária. De início, era a grande fazenda que aparecia quase absoluta, pois urgiam recursos consideráveis para conquistar a terra, adquirir gado e escravo.

No entanto, quanto a formação, no Piauí, de uma economia diversificada e com forte divisão do trabalho, a pecuária, isoladamente, pouco contribuiu. Ao contrário, as suas próprias características determinaram uma economia em bases primitivas, sobretudo, porque os estabelecimentos produtivos eram verdadeiras unidades autárquicas que produziam o imprescindível para a subsistência de seus moradores. Tanto na fase de prosperidade quanto na decadência, o conteúdo dessas unidades produtivas pouco mudou. Na primeira fase **até o final do século XVIII**, predominavam relações escravistas. O boi servia de alimento e ainda fornecia o couro para produzir outras utilidades, como vestuário, instrumentos de casa e de cozinha, dentre outras, enquanto uma agricultura de subsistência dentro da fazenda fornecia os legumes básicos. Os produtos mais elaborados eram importados dos centros maiores e/ou do exterior.

Na segunda fase **a partir do século XIX**, a relevância crescente do trabalho livre não modificou a situação. Essa relação de trabalho não envolvia pagamento em dinheiro, mas em espécie: o vaqueiro, depois de cinco anos cuidando do gado, tinha direito a receber uma "cria" de cada quatro crias nascidas durante o ano. A prevalência crescente do trabalhador livre, substituindo, pouco a pouco, o escravo, não apresentou problema no Piauí. Quanto à introdução do trabalho livre na agropecuária, Gorender (1978, p.418) afirma que:

*"... trabalho livre e trabalho escravo representavam alternativas viáveis mais ou menos por igual, associando-se com frequência. É evidente também que, no setor primário, o trabalho escravo não obstaculizou a difusão do trabalho livre, como sucedia nas plantagens e nos ofícios artesanais urbanos. O que de certo se explica pela muito menor rentabilidade da*

*pecuária nordestina em relação ao preço do escravo e, ainda sem dúvida, por fatores de ordem socio-cultural (sic)".*

Diante do exposto, a abolição da escravatura no Piauí não apresentou efeitos traumáticos, pois a substituição do escravo pelo homem livre ia vinha se realizando, "naturalmente". A venda de escravos, possibilitada por essa substituição, era tida como uma descapitalização dos fazendeiros piauienses. Isto e, representava, segundo a FUNDAÇÃO CEPRO (1979), apenas uma liberação de recursos antes imobilizados no escravo, com o único problema de que o capital liberado não tinha muitas alternativas de aplicações nas condições da economia piauiense da época.

A este respeito, Porto (1974, p.144), possivelmente influenciado pela observação do segundo período da pecuária incinua, que o escravo se diferenciava pouco do trabalhador livre. Porém, a ideia de que o escravo, no Piauí, sempre, fora tratado como "amigo" do senhor, se desvanece com uma visita ao museu Histórico do Piauí, onde estão diversificados instrumentos de castigo usados pelos escravistas piauienses. Isso ressaltamos, porém, um certo liberalismo nas relações escravo-senhor, aqui, face as próprias características da pecuária se distanciarem muito das atividades açucareira e cafeeira:

*"A abolição da escravatura não teve ressonância no Piauí. O vaqueiro, que nunca fora realmente escravo, continuou seu trabalho na fazenda. Já agora, o patriarcado substituiu o comando nomade, tendo por símbolo a 'Casa Grande', verdadeira Babel de aposentos com uma floresta de armadores de redes".*

De fato, a implantação e reprodução das fazendas não exigiam grandes requerimentos de meios de produção, de subsistência ou, ainda, recursos financeiros, pois

*"o fundo inicial se resumia em certo número de gado para a criação de cavalos, que servirão de animais de trabalho. Uma fazenda pequena (...) participa com 200 a 300 reses, bastando-lhes 25 a 30 cavalos (...). As instalações, por sua vez, são ao extremo sumárias: residências rudimentares e currais que se constroem sem muita dificuldade. As pastagens naturais dispensam preparação, quando muito precisarão ser periodicamente queimadas a fim de revigorarem. Nada, portanto, que, se assemelhe às penosas tarefas de plantio da cana ou formação de um cafezal. A mão-de-obra para a rotina produtiva é reduzida: grandes fazendas não carecem de mais de 15 a 20 homens de trabalho". (Gorender, 1978, p.412).*

Não havia salários monetários, pois mesmo a mão-de-obra livre era paga com crias de gado, pela relação da "quarta". Logo, a pecuária não permitia o avanço da produção agrícola para o mercado, mas tão-somente a produção na própria fazenda, para suprir as necessidades da mesma e tampouco gerava uma demanda urbana de bens industriais. A participação das fazendas nos mercados, através da venda do boi para outros estados, era a única relação econômica comercial. A renda monetária gerada não era gasta de modo a realizar melhoramentos nas fazendas, não se firmando, portanto, como fundo de acumulação interna das fazendas, a não ser para aquisição de escravos na época do "boom" do comércio de gado.

Assim, a expansão da pecuária se restringiu à formação de grandes latifúndios com baixas densidades demográficas e insignificantes índices técnicos, reflexo da baixa diversificação da estrutura produtiva interna. Apenas ensejou raros empreendimentos industriais ligados ao beneficiamento do produto das fazendas - **charque, leite, queijo, manteiga.**

A produção algodoeira, que apareceu a partir do século XIX, nada teve a ver com a pecuária, mas sim, com a demanda internacional, provocada pela Guerra da Secessão nos Estados Unidos, o que permitiu a participação do Brasil. No entanto, a produção do Piauí era residual, limitada às "brechas" ou ao suprimento de oferta quando a demanda internacional se encontrava no auge, desde que os grandes fornecedores eram Ceará e Paraíba.

Embora se admita que o algodão foi, por algum tempo, uma fonte de renda importante, esta renda era apropriada de forma desigual, graças às relações sociais fixadas. Os pequenos produtores independentes se defrontavam, desvantajosamente, com o comerciante-intermediário ou tinham que entregar parte da produção, a título de renda, aos proprietários e mesmo a parte que cabia ao produtor era vendida ao próprio proprietário. Logo, o algodão não era fonte exclusiva de renda para o pequeno produtor, sendo produzido em associação com culturas alimentares, estas representando uma espécie de fundo de consumo, dispensando a compra dos alimentos de outros produtores. Assim, também

o algodão pouco concorreu para a intensificação da divisão social do trabalho, quer no setor rural, quer no rural-urbano.

Nestes termos, a agricultura se desenvolveu, de forma limitada, no período ora em estudo. Fora a produção de pequenos posseiros, era praticada dentro das fazendas como atividade complementar, que garantia a subsistência dos moradores. Esse foi um traço comum em toda a evolução da pecuária, mesmo na época de grande participação nos mercados, a agricultura de subsistência não se tornou incompatível com a criação bovina. Com efeito, a forma extensiva de criatório e a baixa densidade demográfica das fazendas se conciliavam, perfeitamente, com o estabelecimento de pequenas roças para produzir o essencial para seus habitantes, além de servir de pasto para o gado.

No entanto, a cultura do algodão representou um embrião para a formação de um sistema agrícola piauiense. Logo, não pode ser subestimada como um rato novo no contexto produtivo, vindo somar-se a pecuária, gerando o aparecimento de novos agentes sociais enriquecedores do próprio quadro das relações sociais no campo, gerando maior complexidade na divisão social do trabalho, ainda que sem elevar os índices técnicos das explorações agropecuárias.

## 1.2 O extrativismo e a consolidação da estrutura fundiária na primeira metade do século XX

A economia extrativista vegetal aparece no final do século XI, e se estabelece, em toda primeira metade deste século, como a atividade de maior geração de renda para o Estado, com a ressalva de que não foi importante apenas por isto, mas, principalmente, como elemento básico na complementação do quadro fundiário estadual, a proporção que se desenvolve em áreas onde a pecuária estava presente de forma não significativa, com ênfase para o Norte e Semi-árido.

Na conformação da estrutura fundiária, o extrativismo pouco se diferencia da pecuária, pois as unidades produtivas predominantes

requeriam grandes áreas com matas do produto nativo, o que determinou que organizar uma unidade produtiva extrativista só fosse possível a cidadãos com recursos financeiros para controlar grandes áreas e grande quantidade de extratores. Como decorrência, a estrutura de distribuição da terra nas áreas extrativas, **também**, era extremamente concentrada, o que favoreceu a consolidação de uma estrutura fundiária fortemente desigualitária ao longo de todo o território.

De fato, a economia extrativa apresentou feições peculiares. Em primeiro lugar, em face de sua dependência do mercado internacional, tinha caráter bastante instável, com a produção e a renda variando ao sabor da demanda externa e dos contratos que estipulavam cotas e preços. Em segundo lugar, ao longo de 50 anos, o extrativismo apresentou três produtos bastante diferenciados, que tiveram momentos de predominância em períodos variados. Esse último fato muito contribuiu no sentido de não permitir melhoramentos tecnológicos no sistema produtivo, pois o período de grande demanda internacional se esgotava, o que em média significava que para cada produto o ciclo de crescimento era de pouco mais de 15 anos. Assim, cada produto representava um ciclo produtivo curto, perdendo rápido a importância em termos de geração de renda e absorção de mão-de-obra, mesmo que não paralisasse, totalmente, a produção.

#### 1.2.1 A borracha de maniçoba

O primeiro produto extrativo a se destacar no comércio externo foi a **borracha de maniçoba**, que começou a aparecer em escala comercial ao final do século XIX e, já no início do século XX (1902), despontava como uma das principais fontes de renda do erário público. Para Santana (1964), este fato é relevante, pois acontecia à proporção que a renda da pecuária declinava, deixando o tesouro estadual em situação financeira delicada.

A borracha, como produto destinado, exclusivamente, para servir os mercados externos, inaugura um período, no Piauí, em que as

receitas públicas e dos agentes privados passam a depender, fortemente, do comportamento desses mercados. Segundo dados organizados por Queiroz (1984), a borracha constituiu, entre 1901 e 1913, o produto que contribuiu com o maior percentual na receita das exportações (48,8%), superando a pecuária e o algodão, antes, os mais importantes em termos de geração de renda de exportações. Desse período, e no triênio 1909-11 que esta participação é mais forte, pois a borracha atinge índices acima de 60%, índices estes, de real significância, haja vista que as receitas de exportação representavam cerca de 50% da receita total do Estado.

O maior responsável por essa performance das exportações da borracha foi a forte alta dos preços internacionais do produto nos principais mercados consumidores, especialmente, os Estados Unidos. Isto é confirmado quando se comparam as quantidades exportadas da borracha em relação ao algodão e a cera de carnaúba. O algodão, até 1908, apresenta quantidades exportadas superiores a borracha, enquanto a cera de carnaúba, a partir de 1909, supera a borracha, em termos de quantidades exportadas. Porém, os preços para a borracha são bastante altos até 1913, garantindo, assim, a primazia desse último produto, durante quase 15 anos, como o principal item da pauta de exportações piauienses. (Queiroz, 1984).

A atividade produtiva interna passa, pois, a ficar muito mais dependente de uma variável conjuntural, que é o nível dos preços dos produtos exportáveis para o exterior. A ascensão da borracha como o principal produto gerador de renda atrela, portanto, todo o movimento da economia interna e as próprias receitas do estado a essa variável de natureza conjuntural. Assim, a autora ora citada mostra que a borracha passa a participar com mais de 40% das receitas das exportações durante o período de 1902 a 1913, integrando mais de 20% da receita estadual, chegando a alcançar índices acima de 25%, nos anos de 1904 e 1905 e 32%, em 1910.

O volume exportado segue as oscilações na demanda externa. Para Queiroz (1984), entre os anos de 1903 a 1907, este volume fica mais ou menos estável, ao nível de 900.000 kg, caindo para 700.000 kg, em

1908, "com a crise comercial que abalou todo o mundo". No entanto, os volumes exportados no período de 1909 a 1911 apresentam-se crescentes (939.880 kg, em 1909; 1.213.224 kg, em 1910; 1.319.842 kg, em 1911), para, em 1912, retornar ao nível de 1909, seguindo, a partir daí, uma curva decrescente. A crise aconteceu no início de 1914, quando a participação da borracha na receita decresceu para 5,6%, despencando nos anos subsequentes até alcançar a irrisória participação de 0,8%, em 1920, delineando-se como fatores causais, o aumento da participação de outros países no mercado (Sudeste asiático) e a substituição da borracha natural por produtos sintéticos, nos países consumidores.

Mas o que mais interessa na atividade de extração da borracha são as suas repercussões internas, sobretudo, na estrutura produtiva, na estrutura fundiária e nas relações de trabalho. E, para a verificação dos efeitos da economia da borracha, continuaremos recorrendo a Queiroz (1984), decerto, autora do trabalho mais importante sobre essa economia.

A extração da borracha, dada a importância que adquiriu durante mais de uma década, assegurou fortes modificações nas áreas do Estado onde estavam as maiores concentrações da manicebeira, pois se tratava de uma atividade tipicamente extrativa. As áreas de ocorrências, ainda que atinxissem todas as regiões, estavam concentradas em municípios ao Sudeste (incluindo os municípios de São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Jaicós, Valença, Simplicio Mendes, Paulistana, Pio IX e Picos), Sudoeste (Santa Filomena, Gilbués, Bertolândia, Corrente) e Norte (Oeiras, Pedro II, Castelo do Piauí, União, Barras, Piracuruca, Buriti dos Lopes etc.), de conformidade com Queiroz (1984).

A região Sudeste apresentava-se como a mais importante, atingindo, em 1913, 69,7% do número de árvores plantadas, 68,8% do total de cultivadores e 54,5% do total de estabelecimentos. São João do Piauí, Jaicós e São Raimundo Nonato, pertencentes a essa região, eram os maiores produtores, seja em árvores nativas, seja em árvores cultivadas. Estes índices repousam sobre os totais, em 1913.

...de 934 cultivos, pertencentes a 816 cultivadores, sediados em 363 estabelecimentos, empregando 2.260 contos de réis. Dos 32 municípios recenseados, 24 declararam a existência de



*culturas de maniçoba num total de 14.518,7 milhões de pés (...). O total de arvores recenseadas foi de 32.776,4 milhões de pés. No caso das arvores cultivadas, municípios importantes e em que a cultura foi significativa, não declararam esse item". (Queiroz, 1984, p.84).*

A ascensão da economia da borracha de manicoba provocou a subita valorização das terras nas áreas de plantação da maniçoba, principalmente, no Semi-árido (Sudeste). Em uma zona, onde a maior parte das terras ainda não estava apropriada privadamente - os **extratores trabalhavam em terras devolutas ou de terceiros** - a extração da borracha acarretou graves disputas pelas áreas de maior incidência de matas com manicobeiras, o que conduziu a um esquema de exploração, em que os responsáveis pela organização da produção ainda tinham que se preocupar com a defesa de seus espaços.

Assim, como assicura Queiroz (1984), somente os mais fortes conseguiam delimitar ou definir os domínios privados de produção e, dessa forma, a estrutura fundiária ia se definindo a favor da concentração, seguindo o mesmo caminho da pecuária. Na realidade, os chamados extratores representavam, basicamente, a mão-de-obra da economia da manicoba, recebendo pequenas parcelas de terra nas grandes áreas de produção ou extraíndo a borracha em áreas de posse, mas, sempre, subordinados a algum barraquista, ou seja, organizador da produção.

Em suma, a exploração da borracha ocorria via proprietários, arrendatários e posseiros ou pequenos proprietários. Os dois primeiros representavam os grandes produtores, enquanto os pequenos produtores trabalhavam em terras devolutas ou pequenas propriedades. A maior parte da produção se originava dos grandes estabelecimentos, onde os **extratores** se subordinavam ao sistema de barracão, isto é, o pagamento era feito segundo a produção de cada extrator - este último recebia os gêneros e instrumentos dos barraquistas e, no final da semana, **acertava suas contas**, em que, quase sempre, apresentava saldo devedor. Esse processo de endividamento era a forma pela qual o barraquista retinha a mão-de-obra nos manicobais sob o seu domínio. Os pequenos **extratores proprietários** também não escapavam dos barraquistas, que **atuavam nas áreas de predominância desses produtores**.

A mão-de-obra dos maniçobais era recrutada nos próprios locais de produção, além de outros nordestinos que chegavam ao Piauí, empurrados pela seca. Vindos, sobretudo, do Ceará, Pernambuco e Bahia. No que tange à técnica utilizada na extração da borracha, esta era extremamente simples. Os instrumentos de trabalho eram produzidos no local da produção, face à sua grande simplicidade, e eram bem mais rudimentares que os empregados em outras áreas, como a Bahia.

Diríamos que, a economia da borracha atraiu para a área produtora grande contingente de pessoas de fora do Estado, favorecendo o aumento da população estadual, a qual teve a dinâmica expressa no QUADRO 3.

### QUADRO 3 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS E POPULAÇÃO

Anos	Nº de municípios	População (habitantes)
1890	32	267.609
1900	33	334.292
1910	36	428.145

Fonte: QUEIROZ, T. de J. M. *A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí: 1900-1920*. Curitiba: UFPR, 1984. Dissertação (Mestrado em História Económica) - Universidade Federal do Paraná, 1984. p.107-116

Assim, em apenas 20 anos, a população estadual aumentou cerca de 60%. Foram criados quatro municípios no período, dos quais três - Uruçuí, Simplício Mendes e Floriano - ligados, diretamente, às áreas de influência da economia da borracha. Segundo Queiroz (1984, p.111), os dez municípios exportadores de maniçoba *“cresceram numa proporção superior a média dos demais, inclusive a da capital, com exceção dos situados nas rotas comerciais mais importantes”*.

O afluxo populacional não se dirigiu somente para as áreas produtoras, mas, também, para os municípios distribuidores ou centralizadores do comércio, permitindo um maior crescimento das sedes

urbanas desses municípios-empórios. Floriano, Amarante, Teresina, União, José de Freitas e Parnaíba foram os municípios que desempenharam esse papel, na rota Norte e Picos, Valença, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, na rota Sul. Os primeiros recoiham borracha para exportar pelo porto de Iutoia, no litoral maranhense: os segundos, exportavam através de portos da Bahia, Pernambuco e Ceará.

Ainda, segundo a referida estudiosa, a economia da borracha foi decisiva na formação de uma malha urbana, organizada em torno da circulação interna da borracha em direção aos portos de saída, com as cidades de Teresina, Parnaíba, Picos e Floriano crescendo e tornando-se grandes centros urbanos do Estado. Nelas, instalaram-se matrizes e filiais de "casas exportadoras" que financiavam a implantação de perímetros produtores da borracha e enviavam o latex para o exterior. Em 1913, existiam 25 casas exportadoras de borracha no Piauí, sediadas em Parnaíba, Floriano, Amarante, Teresina, União e José de Freitas. Porém, a partir de 1914, a economia da borracha perde quase totalmente os mercados externos, ocasionando a desativação da produção, que, quase desaparece do cenário econômico estadual, frustrando todos os esforços e incentivos a modernização.

### 1.2.2 A cera de carnaúba

De 1918 em diante, a atividade extrativa ganha alento, diante da elevação de cotação da cera de carnaúba no mercado internacional. Esta era usada, entre outras coisas, na produção de velas, graxas para sapato, cera para assoalho, discos, além de servir, de acordo com afirmativa de Porto (1974, p.114), para extração de "ácido picrico, utilizado no fabrico de pólvora de alto poder explosivo", sendo este emprego responsável pelos seus grandes momentos durante o período das duas guerras mundiais. Como no caso da borracha, a produção de cera de carnaúba seguia, fielemente, o movimento dos preços no mercado internacional. O QUADRO 4 fornece uma ideia da relação entre os preços e a quantidade produzida, salientando-se que entre 1921 a 1927, em virtude da queda brusca dos preços da cera, "muitos comerciantes

*faliram e o Piauí atravessou a maior crise comercial de sua história*. (Santana, 1964, p.84).

**QUADRO 4 - CERA DE CARNAÚBA:  
PRODUÇÃO E PREÇOS  
1907-1946**

ANOS	Preços (Arroba) (Em mil reis)	Produção (t)
1907	25\$000	658
1918	60\$000	1.229
1921	15\$000	1.183
1927	60\$000	2.862
1930	30\$000	2.933
1934	30\$000	2.917
1935	35\$000	2.958
1936	86\$000	4.009
1939	melhorou	4.500
1946	Cr\$ 11.000	6.102

Fontes: SANTANA, R. N. M. de. *Evolução histórica da economia piauiense*. Teresina: Cultura, 1964, p.83-86.  
PORTO, C. E. *Roteiro do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974, p.124.

Fica evidenciado que nos períodos das duas grandes guerras, principalmente, durante a Segunda Guerra Mundial, os preços alcançaram patamares altos, permitindo que os exportadores obtivessem grandes lucros com os negócios da exportação da cera, sobretudo, para os Estados Unidos. Nesse último período, os preços só não atingiram níveis superiores, em virtude de acordos entre o Brasil e os Estados Unidos, que estabeleciam preços máximos para a cera. Esses acordos findaram em 1946 e, embora os preços estivessem baixos, ainda propiciaram grandes lucros até 1951, ano em que ocorreu a maior crise do produto. Durante o período de 1947 a 1951, a produção continuou crescendo, chegando a superar os números dos períodos de guerra, que atingiram níveis acima de 6.000 toneladas, o que, graças ao baixo custo por arroba, propiciava altos lucros aos negociadores de cera, como expressos no QUADRO 5.

## QUADRO 5 - PRODUÇÃO, CUSTO, RECEITA E LUCRO DA CERA DE CARNAÚBA - 1946-1951

Anos	Produção (t)	Receita total <sup>(1)</sup>		Custo Total		Lucro Total	
		Cr\$	1.000,00 <sup>(2)</sup>	Cr\$	1.000,00	Cr\$	1.000,00
1946	6.102	406.800		40.680		366.120	
1947	5.408	144.215		36.053		108.161	
1948	4.756	126.827		31.760		95.921	
1949	5.106	156.160		34.040		102.120	
1950	4.942	131.787		32.947		98.840	
1951	4.405	117.467		29.567		88.100	

Fonte:<sup>(3)</sup> PORTO, C. E. *Roteiro do Piauí*. Rio de Janeiro: Arzenova, 1974. p.117-123.

(1) Considerou-se o cálculo de cerca de Cr\$ 100,00 arroba, em média.

(2) Considerou-se o preço de Cr\$ 1.000,00 por arroba, para 1946; a média de Cr\$ 400,00, para 1947-51 e a variação entre Cr\$ 315,00 e Cr\$ 660,00, para 1949-51.

(3) O autor calculava um custo de produção por arroba de cera entre Cr\$ 75,00 e Cr\$ 220,00, fixando a média de Cr\$ 100,00.

Os números do QUADRO 5, mesmo que contestáveis, pois os autores não mostram os preços da cera, a partir de 1947, dão uma visão dos altos lucros repartidos entre os proprietários dos carnaúbaes, exportadores, armadores etc., enquanto os trabalhadores ficavam com a fatia que não alcançava nem 20% da renda total. Outro elemento revelado pelos índices é a tendência decrescente da produção e da receita do período: a receita de 1951, por exemplo, alcançava apenas 28,9% da receita do ano inicial do período 1946-51. No entanto, paradoxalmente, essa fase foi marcada pela política de financiamento da cera pelo governo federal, através da fixação de um preço mínimo, como reforça Santana (1964).

### 1.2.3 A amêndoa do babaçu

Com a crise da cera de carnaúba, chega a vez da amêndoa de babaçu. Exportada, sobretudo para a Alemanha, desde 1911, somente com a Primeira Guerra Mundial, desenvolve a sua produção, conforme o autor referido. Depois de passar por uma fase de crise, entre 1921 a 1927, a partir de 1935, com o acordo entre Brasil e Estados Unidos que previa

a isenção de 0.3 centavos por libra peso, a amendoa do babaçu começa a ser exportada em quantidades significativas. Entre 1942 a 1947, o Maranhão e Piauí exportaram cerca de 96.868 toneladas de amêndoas somente para os Estados Unidos e 85.021 toneladas para outras Unidades da Federação.

**TABELA 2 - PRODUÇÃO DE AMÊNDOAS DE BABAÇU NO PIAUÍ 1937-1956**

Anos	Quantidade (t)	% s/ o total nacional	Valor (Cr\$ 1.000,00)	Valor Médio (Cr\$/t)
1937	6.600	22.3	5.501	834
1938	10.569	23.1	15.161	1.434
1939	11.380	18.4	10.572	929
1940	19.805	29.1	15.844	800
1941	28.015	38.9	25.746	900
1942	20.641	36.5	63.232	6.610
1943	16.478	32.8	28.012	1.700
1944	8.345	19.7	15.135	1.820
1945	21.952	30.6	39.514	1.800
1946	13.745	26.7	23.019	1.675
1947	16.307	25.5	58.013	3.557
1948	17.031	20.6	47.687	2.800
1949	12.204	17.2	35.706	2.926
1950	15.224	20.4	47.069	3.092
1951	18.740	22.6	58.165	3.104
1952	13.197	12.7	48.398	3.667
1953	10.638	16,0	63.817	5.999
1954	10.339	14,0	60.673	5.868
1955	6.046	7,8	43.024	7.116
1956	9.756	12.1	95.183	7.756

Fonte: FUNDAÇÃO CEPRO. Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento. Teresina: 1979. p.47.

A TABELA 2 permite verificar três fases distintas da atividade do babaçu no Piauí. A primeira, de 1937 a 1946, corresponde à época em que os Estados Unidos importaram grandes quantidades do produto, sob a vigência do acordo que estabelecia limites de preços e cotas para o mercado americano (75% da produção brasileira cabiam aos EUA), proporcionando considerável aumento na exportação, mas limitando a rentabilidade do negócio. Um dos acordos previa cotas entre o Piauí e

Maranhão, os principais exportadores de amêndoas do babaçu, segundo Porto (1974, p.134):

"... o acordo de 25 de julho de 1942 estipulava que, nos dois primeiros anos da sua vigência, as safras deveriam se repartidas, cabendo 75% para os Estados Unidos e 25% para o mercado interno. O preço fixado para as amêndoas foi de 125 cruzeiros FOB/tonelada métrica, em Parnaíba, e Cr\$ 125,50 FOB/São Luis (...). Para o óleo, marcava-se o preço de US\$ 10,75 por 100 libras FOB/São Luis, em tambores, ou US\$ 9,75 por 100 libras a granel. Neste período, os americanos receberam do Maranhão 18.767 toneladas de amêndoas e 364 toneladas de óleo. O Piauí contribuía para o acordo com 11.973 toneladas de amêndoa (...). Posteriormente, entrou em vigência uma outra fórmula de divisão das safras, cabendo aos americanos 70%, ficando os 30% para o mercado interno. Nessa conformidade, o Maranhão exportou um montante de 61.305 toneladas de amêndoas, das quais os Estados Unidos receberam 37.706, além de 4.962 toneladas de óleo, enviando-se aos americanos 2.763. O embarque total do Piauí constou de 26.361 toneladas de amêndoas, além de algumas centenas de toneladas".

Considerado por Porto (1974, p.139), como o "período aureo do babaçu, cujos preços atingiram cifras fantásticas", a segunda fase inicia-se em 1947, com o fim dos acordos com os Estados Unidos. Em consequência, os preços foram liberados, o que, com a sustentação da demanda em níveis razoáveis, proporcionou significativos lucros para os exportadores até 1951, embora o mercado interno tivesse superado o externo. De fato, comparando-se os quantitativos exportados pelo Piauí nos dois períodos, tem-se o seguinte panorama:

	Amêndoa (t)			Óleo (t)		
	<u>Pais</u>	<u>Exterior</u>	<u>Total</u>	<u>Pais</u>	<u>Exterior</u>	<u>Total</u>
Período 1942-47	17.983	31.148	49.131	2.316	61	2.377
Período 1948-51	42.853	25.560	68.413	1.313	2.879	4.192

As exportações de amêndoas para o exterior, que representavam 63,3% no primeiro período, passaram para apenas 37,3% no segundo, enquanto aumentou, **consideravelmente**, a participação do óleo exportado de 2,6% para 68,7%. Isto parece resultar da proibição do governo brasileiro de exportar matéria-prima bruta, incentivando, assim, as

atividades industriais de beneficiamento da amêndoa e ampliando, portanto, o mercado interno para o produto, embora esse mercado não tivesse capacidade de absorver toda a produção. Talvez por isso, em 1951, essa proibição tenha sido abolida, ressaltando, porém, que nos anos 50, a procura externa cessa quase totalmente, ficando a amêndoa e o óleo do babaçu dependendo do mercado interno.

A última fase se inicia em 1952 e é marcada pela decadência da atividade do babaçu no Piauí, com a produção e as exportações decrescendo verticalmente, perdendo, portanto, não só a economia do babaçu mas também a extrativa como um todo, a sua grande renda, seja absorvedora como de mão-de-obra.

#### 1.2.4 Aspectos das relações de produção nas economias do babaçu e cera de carnaúba

A discussão a parte das relações de trabalho na produção de cera de carnaúba e amêndoa de babaçu nos ajuda a esclarecer a interação entre a economia extrativa e outras atividades, fator vital para a compreensão do poder disseminador ou multiplicador dessa economia. Sem dúvida, a economia extrativa foi marcada, em se tratando dos principais produtos **borracha, cera de carnaúba e amêndoa do babaçu**, pelo primitivismo nas relações de trabalho. No geral, tratava-se, em todos eles, de trabalho simples e coleta com utilização de instrumentos rudimentares, estes últimos em sua maior parte de propriedade do extrator.

O processo de trabalho na **extração da cera de carnaúba** consistia de sete etapas, sintetizadas por Porto (1974), as quais exigiam mais esforço físico do que algum tipo de instrumento auxiliar sofisticado: (1) **corte e apanha das folhas**; (2) **riscagem ou passagem da folha** por uma trincha de lâminas agudas e presa a uma estaca; (3) **secagem**; (4) **recolha do pó** através de pauladas; (5) **operação de fusão do fogo em tocha** misturado à água; (6) **coagem** e (7) **recolha da cera** depois de esfriar.



O salário ganho pelo trabalhador variava entre 15 a 20 cruzeiros por oito horas de trabalho, com uma produtividade média de três arrobas de cera, enquanto o custo de produção por arroba, segundo cálculo de Porto (1974, p.117), se situava entre "76 a 220 cruzeiros, sendo fixado uma média razoável de 100 cruzeiros, visto a utilização de mão-de-obra escassamente remunerada". O autor não esclarece, em profundidade, os tipos de relações existentes entre proprietários e trabalhadores na extração do pó da palha de carnauba. No entanto, face ao baixo nível salarial, é razoável pressupormos que esse rendimento servisse como complemento de subsistência do trabalhador, o qual era gasto no próprio barracão do dono da terra. A maioria dos trabalhadores possuía sua própria roça de lavouras alimentícias \_ arroz, feijão, milho, mandioca \_ que garantia a outra parte de sua subsistência.

O processo de trabalho na obtenção da amêndoa do coco de babaçu, descrito por Porto (1974, p.131), era mais simples ainda. Consistia, apenas, em apanhar o coco e quebra-lo para obter a amêndoa:

*"O trabalho de apanhar coco é cometido ao homem. As mulheres e as crianças encarregam-se de quebra-lo, o que conseguem colocando o coco horizontalmente no dume de um machado e batendo rapidamente com um pau. O rendimento diário do trabalho de um homem é de cerca de 12 quilos de amêndoas. As mulheres alcançam uma produção de seis a dez quilos. As crianças dois a tres quilos".*

Para esse estudioso, o trabalho é intercalado com a lavoura de subsistência. Em geral, o proprietário do babaçual cede terras as famílias com a obrigação de produzir amêndoas, cuja produção em parte é cedida, como pagamento de renda. Outra parte da produção, o trabalhador se obriga ou não a vender ao proprietário, registrando-se, porém, outras opções: (1) o quebrador de cocos não pagava renda, mas era obrigado a vender ao proprietário toda a produção de amêndoas; (2) o quebrador não se obrigava nem ao pagamento da renda e nem a vender a amêndoa para o proprietário, mas era forçado a comprar no barracão do proprietário, gêneros e instrumentos em um montante igual ou maior do que a metade do apurado na venda das amêndoas, a preços arbitrários.

O autor supracitado estimava em 200.000 a população vivendo em

áreas dos babaçuais, das quais a maior parte (3/4) entremeava a atividade de quebrar coco com a lavoura. As demais dedicavam-se quase que, integralmente, a atividade de quebra, mas muitas estavam de passagem ou vinham de outros lugares, na condição de fugitivo das secas, buscando na exploração do babaçu, uma maneira de matar a fome.

A economia do babaçu propiciou, ainda, incentivos industriais, embora de pequeno porte, na sua maior parte para o beneficiamento da amêndoa e extração do óleo comestível, o que foi relevante, mormente, na garantia da continuidade da atividade extrativa do babaçu, sobretudo, nas áreas de maior concentração de palmeiras.

As relações de produção que se estabeleceram no extrativismo pouco podiam contribuir para gerar uma dinâmica na economia piauiense capaz de proporcionar uma divisão de trabalho mais intensa. A massa salarial criada pela produção extrativa era insuficiente para estimular a implantação de indústrias de bens/salários, a não ser gêneros de primeira necessidade oferecidos pelos próprios proprietários, que os adquiriam no comércio das principais cidades. Também não geravam demanda forte para bens agrícolas, pois a atividade extrativa se combinava com lavouras de subsistência. O mesmo se pode dizer da demanda de meios de produção, desde que os instrumentos empregados eram extremamente simples. Por fim, a atividade não requeria quase nenhum investimento por parte do proprietário, a não ser possuir terras com palmeiras nativas e crédito junto aos grandes comerciantes para pagar as despesas dos barracões.

As únicas iniciativas industriais se limitaram ao beneficiamento da amêndoa do babaçu para a produção de óleo, ocorrendo, com maior vigor, nos anos 40, quando apareceram algumas fábricas, a maior parte, de pequeno porte.

Porém, o extrativismo teve importância na formação da estrutura urbana estadual. As economias da cera de carnauba e do babaçu, por se concentrarem mais no Norte, com destaque para o Vale do rio Parnaíba, possibilitaram o estabelecimento de cidades-empórios às margens do rio, além de permitirem a instalação de companhias de navegação. A

A extração da borracha deu ensejo ao povoamento da área do Semi-árido, tornando cidades como São Raimundo Nonato, São João do Piauí, Simplicio Mendes, Picos e Floriano, principalmente as duas últimas, importantes centros comerciais urbanos. A cera de carnaúba e o babaçu estimularam o crescimento de cidades como Parnaíba, Teresina, União, Barras, Batalha e José de Freitas, contribuindo para tornar o Norte o centro das principais atividades econômicas do Estado na primeira metade do século, sendo os produtos responsáveis pela maior urbanização e densidade demográfica dessa região, fatos estes que permitiram a supremacia do Norte na economia piauiense.

### 1.3 Considerações gerais

A análise efetivada mostrou a trajetória da formação e consolidação de uma estrutura fundiária extremamente concentrada, face às características extensivas e conflituosas em que se desenvolveram, principalmente, as atividades pecuária e extrativa. Na pecuária, em sua primeira fase, em razão do predomínio de relações escravistas e de embates constantes em que se instalavam e se mantinham as fazendas, as unidades produtivas requeriam recursos acessíveis a poucos. Nesse período, que vai do século XVII a metade do século XVIII, existiam alguns sesmeiros que atoravam suas fazendas, além de posseiros que montavam fazendas nas terras ociosas dos grandes sesmeiros, residentes fora do Estado, acarretando lutas ferozes entre posseiros, de um lado, e sesmeiros, de outro, lutas que acabaram favoráveis aos primeiros.

O segundo período da pecuária marca sua decadência, em virtude da perda paulatina dos mercados para produtores mais qualificados e mais próximos dos mercados consumidores, além do charque do Rio Grande do Sul. Nessa época, conquista importância o trabalho livre, na figura do vaqueiro que ganha a "quarta". Esse regime possibilitava uma certa diversificação das estruturas produtiva e fundiária, à medida que alguns vaqueiros, adquirindo algumas cabeças de gado, passavam a estabelecer suas próprias fazendas. Ademais, a introdução do algodão, no século XIX, funcionou como outro fator de diversidade dessas

estruturas, especialmente, pelo aparecimento do pequeno produtor agrícola e da associação do gado com o algodão na grande fazenda.

A economia extrativista não negou a economia pecuária, nem tampouco colaborou para mudar o caráter da atividade agrícola de subsistência. Veio consolidar uma estrutura de propriedade das terras de natureza concentrada e que se harmonizava com a pecuária extensiva e com culturas alimentares voltadas, basicamente, para a subsistência. As terras onde existiam um número grande de árvores nativas de borracha, de carnauba e de babaçu sofreram fortes valorizações, sobretudo, nos períodos de maior vigor da atividade extrativa, com a apropriação das terras acontecendo através de procedimentos em que a força econômico-política se apresentava como elemento indispensável. Com isso, somente poucos conseguiam obter grandes áreas contendo árvores nativas ou propícias à prática da pecuária.

Reiteramos que tais deduções se fundamentam no estudo de Queiroz (1984), desde que, ainda são muito escassas as pesquisas históricas, o que impede melhor fundamentação. Assim, embora sua análise se limite ao uso da borracha de maniçoba, estamos extrapolando e/ou projetando para a economia extrativa como um todo, pois mesmo que os produtos fossem diferentes, as dinâmicas interna e externa seriam as mesmas, tanto para a cera de carnauba, como para a amêndoa de babaçu.

O extrativismo, concentrando-se mais no Norte, contribuiu, de forma decisiva, para a consolidação da estrutura fundiária nessa região, de menor concentração da atividade pecuária. Em contraposição à afirmação de autores (Fundação CEPRO, 1979, p.57), a nosso ver, a economia extrativa não se configurou apenas como uma "atividade complementar" à pecuária, mas aconteceu em zonas onde a pecuária ainda não tinha grande expansão, embora tenham ocorrido coincidências de áreas, pois não havia incompatibilidade entre as duas ocupações no mesmo espaço, desde que ambas se realizassem de forma extensiva. Ressaltamos que onde o extrativismo foi mais forte, detectamos maior vigor na apropriação das terras e maior densidade populacional. Nas áreas de maior concentração da atividade pecuária, como o extremo Sul do Estado e o médio Gurgueia, a densidade demográfica ainda é pequena

e a estruturação urbana incipiente, além de existirem áreas ainda não apropriadas privadamente.

Tais distinções explicam-se pelas singularidades das duas atividades. O extrativismo proporcionou toda uma estrutura interna de circulação dos produtos extrativos, que ligava as áreas produtoras com cidades onde se instalavam as casas exportadoras, as quais, por sua vez, providenciavam o envio dos produtos aos portos de Parnaíba, do Maranhão, do Ceará ou de Pernambuco, favorecendo ligações urbanas que a pecuária não foi capaz de realizar.

No entanto, em virtude do caráter instável que marcou a economia extrativista, não foi possível, para os seus produtores, um desenvolvimento tecnológico dos processos produtivos, sobretudo, quanto à realização de plantios e ao aperfeiçoamento das técnicas de extração e beneficiamento dos produtos. O emprego de instrumentos rudimentares e a manutenção de relações de trabalho pre-capitalistas atenuavam muito os riscos inerentes aos investimentos para montar estabelecimentos de extração vegetal, pois tais investimentos quase se resumiam em obter recursos para montar instalações físicas rústicas e comprar mantimentos para vender aos extratores. As áreas com árvores nativas foram, em muitos casos, apropriadas pela força do prestígio político, mas a maior parte dos produtores montava estabelecimentos produtivos em suas terras ou permitia a extração em troca de renda.

Assim, a exploração extrativa, por sua simplicidade tecnológica e irrisório custo da força de trabalho, representava um baixo investimento de capital. As iniciativas de modernização, algumas delas incentivadas pelo governo, não passaram de ensaios ou ideias que surgiam nos momentos de maior vigor da atividade, mas logo esquecidas ou abandonadas quando diminuía a demanda no mercado internacional. De fato, autores consultados (Santana, 1964; Porto, 1974) falam dessas iniciativas frustradas, mas sem aprofundarem as causas. Para este último, os maiores entraves para a modernização se encontravam na precariedade dos transportes e nas dificuldades em fabricar máquinas adequadas a extração do pó da carnaúba e/ou quebra do coco de babaçu.

Em 1950, final do auge da atividade extrativa, a população piauiense ainda vivia, em sua grande parte, no campo e apenas 16.4% residiam nas cidades. Estas ainda eram muito incipientes. Somente Teresina \_ a Capital \_ detinha pouco mais de 50.000 habitantes, seguida de Parnaíba, que contava com uma população situada entre 30.000 a 50.000 pessoas. Das 49 cidades ou sedes municipais, cerca de 38 possuíam menos de 3.000 habitantes; oito, menos de 10.000. Na verdade, a grande maioria das cidades, dificilmente, poderia ser classificada como áreas urbanas. Mais pareciam povoados onde a população vivia em sua maior parte de atividades agrícolas, e onde, quase não existiam casas comerciais, indústrias ou quaisquer outros equipamentos urbanos que as caracterizassem como cidades, como referenda Bandeira (1985).

## 2 A FORMAÇÃO DO SISTEMA LATIFÚNDIO-CAMPONÊS: 1950-1970

A partir do exposto até então, e intenção nossa, neste capítulo, discutir os elementos básicos das transformações da estrutura produtiva agrária no período 1950-70. Isto porque, a caracterização do sistema agrário que se formou nessa fase é relevante, pois é sobre esse sistema que são implementados os principais projetos e programas governamentais pos-70.

Neste momento, salientamos que concebemos **latifúndio** como a unidade produtiva de mais de 500ha que explora uma atividade agropecuária \_ **pecuária, lavoura ou extrativismo** \_ com a utilização de técnicas produtivas rudimentares. Em geral, a mão-de-obra empregada e a de seus moradores que podem tocar roças de subsistência com a exigência ou não de pagamento de renda em espécie ou em dinheiro, em parcelas de terra cedidas pelo proprietário ou administrador. A renda pode ser paga mediante o fornecimento de mão-de-obra ou formação de pastos, notando-se que esta última forma é muito comum nos latifúndios predominantemente pecuaristas. Portanto, a nossa concepção de latifúndio difere do conceito de estabelecimento, adotado pelo IBGE e da idéia de grandes propriedades sem nenhum aproveitamento produtivo \_ terras ociosas.

O latifúndio é, pois, uma unidade produtiva, onde acontece, necessariamente, relações sociais de produção. Na realidade piauiense aparecem, basicamente, em três formas: (1) **latifúndio pecuarista** \_ com prevalência da atividade pecuária; (2) **latifúndio rentista** \_ onde o proprietário não explora diretamente suas terras, optando por **arrendá-las para produtores não proprietários**, em troca de renda representada, em geral, por produtos (arroz, feijão, milho etc.); (3) **latifúndio extrativista** \_ quando o titular cede parcelas de terras nas áreas de concentração de **babaçu ou carnaúba**, exigindo a renda em amêndoas de babaçu ou cera de carnaúba.

Em suma, por sistema latifúndio-camponês, entendemos uma

estrutura produtiva, cuja unidade de produção básica é a grande propriedade rural **em uma estrutura extremamente concentrada**, que estabelece relações de produção do tipo pré-capitalista, tendo por base o parcelamento de sua área. Tais relações se inserem em uma exploração agropecuária rudimentar, com ênfase para a pecuária extensiva, consorciada com culturas alimentares tocadas por produtores que visam, somente, a subsistência familiar. Mas, estes acabam se envolvendo em relações de subordinação, refletidas em uma série de restrições, que vão desde a determinação dos produtos que devem cultivar até a obrigatoriedade de fornecer serviços gratuitos ao dono.

Mas o domínio do latifúndio não se limita aos seus moradores, estendendo-se aos pequenos produtores proprietários ou posseiros que, por não terem acesso a elementos produtivos (**crédito bancário, assistência técnica, terra suficiente, água etc.**) e à facilidade de comercialização, acabam por recorrer aos grandes proprietários, quer para vender, temporariamente, sua força de trabalho, quer para comercializar seus produtos. De fato, a produção agrícola "*independente*" ou fora dos latifúndios, que se compõe dos produtores de características mais mercantis, em sua maior parte, pratica uma agricultura com baixo índice técnico, participando do sistema pelo aproveitamento da mão-de-obra abundante existente no interior do latifúndio ou dos estabelecimentos minifundiários ligados a pequena produção de subsistência.

Com base em censos agrícolas / agropecuários divulgados pelo INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985), apresentaremos elementos que esclarecem a dinâmica da formação do sistema agrário, para, no capítulo seguinte, fundamentarmos melhor seus determinantes básicos. Então, os pontos principais abordados são: (1) a vinculação entre a nova forma de **integração à economia nacional e a expansão da produção agrícola**; (2) a caracterização do processo de fragmentação da grande propriedade e a **expansão das relações de parceria e arrendamento**, bem como, as **singularidades da produção agrícola "independente"**; (3) outros aspectos concernentes à **concentração de trabalho temporário, condições tecnológicas, variações do latifúndio e distribuição locacional**.



## 2.1 A nova integração à economia nacional e as mudanças na estrutura da produção agropecuária

A crise do extrativismo, no Piauí, ao final dos anos 40, e o aceleramento do processo de formação de um mercado em nível nacional, que possibilitava a expansão capitalista baseada na industrialização, forçaram o Estado a um redirecionamento de sua economia, mormente, quanto a novas formas de integração à economia nacional. Isto porque, durante quase toda a primeira metade deste século, as relações do Piauí com a economia nacional se situavam dentro de um mesmo padrão: o Estado obtinha saldos comerciais com o comércio internacional, mas acumulava déficits com o comércio interno, sobretudo, por causa da importação de gêneros alimentícios e manufaturados.

A FUNDAÇÃO CEPRO (1979), apesar de não dispor de séries estatísticas para todo o período, oferece informações para o ano de 1950. Durante toda a década de 40 \_ 1940-50 \_ o Piauí obteve grandes saldos na balança comercial com o exterior. As importações não passavam de 2% do valor das exportações, até 1946.

### QUADRO 6 - COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES DO PIAUÍ (VIA CABOTAGEM) - 1951

Cr\$ milhões

Gênero do Produto	Importações	Exportações
Materias-Primas	35,4	109,4
Gêneros Alimentícios	61,0	0,5
Manufaturados	120,4	8,4
<b>TOTAL</b>	<b>216,8</b>	<b>118,3</b>

Fonte: FUNDAÇÃO CEPRO. Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento. Teresina: 1979. p. 129.

em: A partir de 1947, este indicador se posicionou em torno de 7% a 8% e o Estado acumulou um saldo de quase 2 bilhões de cruzeiros, o qual, em 1950, alcançou cerca de 173.7 milhões de cruzeiros. Por outro lado, o comércio interno via cabotagem, 1951, resultou em um déficit para o Piauí ao redor de 98.5 milhões de cruzeiros, como configurado no QUADRO 6.

A estrutura das importações acusa que 83.7% do valor importado correspondia a produtos acabados - alimentos e manufaturas. Por outro lado, as exportações para o resto do País se concentravam em matérias-primas. Tais dados mostram uma estrutura produtiva extremamente frágil, em que as atividades agrícolas absorviam cerca de 82.2% da população ativa, com 3,1% da população alocada no setor secundário e 14,1%, nos serviços. (FUNDAÇÃO CEPRO, 1979). Em se tratando das atividades comerciais, o comércio atacadista (de caráter exportador) era responsável por 66% do volume das transações, enquanto o varejista respondia por 34%. O QUADRO 7 expõe a conformação da indústria, a seguir.

### QUADRO 7 - ESTRUTURA INDUSTRIAL - 1950

Subsetores	Nº de Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	Valor da Produção <sup>(1)</sup>
Produtos alimentares	146	196	7.062
Química	15	191	2.848
Têxtil	18	286	1.523
Minerais não-metálicos	122	450	1.201
Couros e peles	05	55	786
Perfumaria, sabões e velas <sup>(2)</sup>	-	-	-
Outros	86	788	2.347
<b>TOTAL</b>	<b>392</b>	<b>1.966</b>	<b>15.767</b>

Fonte: FUNDAÇÃO CEPRO. Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento. Teresina: 1979. p. 134.

(1) Preços constantes de 1970, calculados segundo coluna 2 do Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas (Cr\$ 1.000,00).

(2) Em 1950, era incluído no subsetor químico.

O QUADRO 7 mostra uma estrutura industrial extremamente pobre.

com os ramos químico e têxtil não ultrapassando 15 empregados por estabelecimento, em média, atingindo maior escala. Os subsetores produtos alimentares e minerais não-metálicos apresentavam o maior número de estabelecimentos, mas, em sua maioria, eram firmas de fundo de quintal, muito distantes de empresas capitalistas, mesmo pequenas. Essas informações revelam uma estrutura produtiva voltada, basicamente, para a produção primária, cujo produto principal era o extrativo dirigido a exportação, situação que refletia as bases "arcaicas" das relações de produção no campo. É preciso questionarmos:

### QUAIS AS MUDANÇAS MAIS SIGNIFICATIVAS QUE OCORRERAM A PARTIR DE 1950?

A crise da economia extrativa e o processo de formação de um mercado nacional, com ênfase para produtos manufaturados, trazem transformações marcantes a estrutura produtiva interna e, em especial, ao setor agropecuario. O setor industrial muda de configuração, pois face a concorrência dos produtos de outras Unidades Federativas, principalmente, com a década de 60, os subsetores que possuíam maior escala (têxtil e química), com crescimento importante na década anterior, sofrem forte retrocesso.

### QUADRO 8 - ESTRUTURA INDUSTRIAL - 1960-1970

Subsetores	Nº de Estabelecimentos		Pessoal Ocupado		Valor da Produção <sup>(1)</sup>	
	1960	1970	1960	1970	1960	1970
Produtos alimentares	186	488	544	1.573	8.431	45.134
Química	38	33	280	250	22.625	20.118
Têxtil	497	46	774	220	6.147	12.806
Minerais não-metálicos	216	947	925	1.904	2.218	5.478
Couros e peles	37	94	217	165	2.601	784
Perfumaria, sabões e velas	14	9	60	41	2.583	1.799
Outros	201	867	1.517	2.626	5.980	15.102
<b>TOTAL</b>	<b>1.189</b>	<b>2.484</b>	<b>4.317</b>	<b>6.779</b>	<b>50.585</b>	<b>101.221</b>

Fonte: FUNDAÇÃO CEPRO. Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento. Teresina: 1979. p. 134, 140.

(1) Valores constantes de 1970.

Os QUADROS 7 e 8 demonstram que, entre 1950 a 1960, ocorreu um forte crescimento do número de estabelecimentos no setor têxtil (de 18, em 1950 para 497, em 1960), porém, uma drástica redução em 1970 (de 497 para 46). O mesmo se deu com o pessoal ocupado, embora tenha dobrado o valor da produção, evidência de que só as empresas mais capazes sobreviveram.

Fenômeno semelhante ocorreu no subsetor químico, embora em menores proporções. Por outro lado, os subsetores mais frágeis, compostos por pequenas unidades industriais de caráter familiar, cresceram muito quanto ao número de estabelecimentos, como é o caso de produtos alimentares, minerais não-metálicos, couros e peles. Mas a grande maioria dessas unidades representava, muito mais, formas de sobrevivência das famílias que não encontravam emprego nos principais centros urbanos, como Teresina, Parnaíba, Floriano e Picos.

A estrutura do comércio sofreu importantes mudanças. Para Bandeira (1983), o comércio interestadual, que se limitava quase aos estados nordestinos (em 1950, cerca de 90% do volume importado provinha dos Estados do Ceará, Maranhão e Pernambuco), passou a se expandir rapidamente, levando o Sudeste a aumentar a sua participação no comércio com o Piauí, sobretudo, no que concerne aos produtos de maior densidade tecnológica, como eletrodomésticos e veículos, cujo uso foi facilitado pelos programas de integração nacional, especialmente, os de implantação de rodovias e eletrificação.

Na visão do mesmo autor, o comércio atacadista \_ de caráter exportador \_ cai, expressivamente, em termos de participação, dando lugar à expansão do comércio varejista \_ importador \_, decorrência da queda das exportações de produtos extrativos e da intensificação do comércio por vias internas. O Piauí passa a importar quase todos os produtos manufaturados e agropecuários (de qualidade superior) de que necessitava, enquanto os produtos exportados se resumiam quase que somente a produtos primários \_ arroz, feijão, algodão, couros, gorduras, óleos e outras matérias-primas \_, destinados, em sua maior parte, mais de 80%, ao próprio Nordeste.

O QUADRO 9 revela a mudança da estrutura do comércio nos anos 60, quando é expressivo o aumento da importância do comércio varejista, pois quando se consideram os indicadores "valor das vendas" e "pessoal ocupado". Um fenômeno não expresso pela referida ilustração é que a própria estrutura do comércio atacadista muda bastante, pois as casas exportadoras de produtos extrativos desaparecem, cedendo lugar ao atacadista de produtos manufaturados e agropecuários. Na realidade, a carência de informações nos impede uma análise detalhada do processo de redefinição da posição do Piauí no contexto do desenvolvimento nacional e regional, pois, somente, na década de 70, a SUDENE começa a calcular as contas regionais, incluindo o "Produto Interno Bruto (PIB)" dos estados e as transações comerciais por vias internas.

**QUADRO 9 - SETOR COMERCIAL - ALGUNS INDICADORES**  
**1960-1970**

Indicadores	Período	Comercio Varejista	Comercio Atacadista	Total
Nº de estabelecimentos	1960	4.050	591	4.641
	1970	9.863	806	10.669
Pessoal ocupado	1960	6.718	2.172	8.890
	1970	16.000	1.879	17.879
Valor das vendas <sup>(1)</sup>	1960	116.643	118.982	234.725
	1970	338.257	134.055	472.312
Salários pagos	1960	2.931	4.276	7.207
	1970	8.189	2.950	11.139
% Salários/vendas	1960	2,5	3,6	3,1
	1970	2,4	2,2	2,4

Fonte: FUNDAÇÃO CEPRO. Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento. Teresina: 1979, p. 142.

(1) Valores constantes de 1970.

O setor agropecuário sofreu transformações importantes. A TABELA 3 descreve, no decorrer do período 1947-70, uma reversão total, em se comparando os subsetores extrativo e agropecuário. Este passa de uma

participação de 37,6%, em 1947 para 85,7%, em 1970, enquanto o extrativismo mostra uma trajetória fortemente decrescente.

A atividade extrativa - babaçu, carnaúba - sobrevive em alguns municípios, onde há maior concentração de palmeiras de babaçu e carnaúba, como Barras, Batalha, Esperantina, Miguel Alves, Jose de Freitas e União, principalmente no que se refere ao babaçu, em função da existência de uma fábrica, de bom porte, de extração de óleo da amêndoa de babaçu, em União.

**TABELA 3 - VALOR DA PRODUÇÃO  
SEGUNDO ATIVIDADE  
PRODUTIVA  
1947-1970**

Anos	Total (Cr\$ 1.000.00)	Lavouras (%)	Produção Animal e Derivados (%)	Produção Extrativa Vegetal (%)
1947	502,4	22,7	14,9	62,4
1948	394,0	33,9	23,0	43,1
1949	410,6	37,6	27,3	35,1
1950	476,3	39,0	22,3	38,0
1951	501,3	42,0	21,1	36,9
1952	689,8	43,1	29,2	27,7
1953	684,5	48,1	27,5	24,4
1954	820,7	50,5	31,4	17,8
1955	1.114,1	51,5	37,2	11,3
1956	1.550,3	50,4	32,3	17,3
1957	1.908,3	53,1	27,4	19,5
1958	1.825,7	59,9	18,7	21,4
1959	3.257,9	53,1	27,5	19,4
1970	187.911,0	52,8	32,9 <sup>(1)</sup>	14,3

Fonte: SANTANA, R. M. N. de. *Evolução histórica da economia piauiense*. Teresina: Cultura, 1964. p.106.

(1) Valor da produção animal de grande e médio portes e pequenos animais.

A direção das atividades agrárias pós-50 apresenta como fator principal o grande incremento da produção agrícola para o mercado, registrando-se, também, maior participação da própria pecuária. O QUADRO 10 mostra a evolução da produção dos principais produtos agrícolas e a utilização das terras entre os anos de 1950 a 1970. A

produção alimentícia cresceu, consideravelmente, sobretudo, milho, feijão, arroz e mandioca, acompanhando o aumento das áreas com pastagens naturais e artificiais. Mas a prevalência das pastagens naturais é quase absoluta, denotando o peso do criatório extensivo.

**QUADRO 10 - UTILIZAÇÃO DA TERRA E QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA AGRICULTURA PIAUIENSE 1950-1970**

Anos	Lavouras Permanentes (ha)	Lavouras Temporárias (ha)	Pastagens Naturais (ha)	Pastagens Plantadas (ha)	Matas e Florestas (ha)
1950	8.944	216.169	2.045.265	55.711	2.205.281
1970	114.890	491.202	3.251.161	101.322	2.691.279
PRODUÇÃO AGRÍCOLA					
Anos	Arroz (t)	Cana-de-açúcar	Feijão	Mandioca	Milho (t)
1950	54.895	139.414	5.951	75.536	8.243
1970	54.895	202.713	26.427	185.301	60.753

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1950. Rio de Janeiro: 1950.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1970. Rio de Janeiro: 1970.

Para esclarecer os reflexos das mudanças estruturais da economia estadual, durante o período de 1950-70, utilizamos a TABELA 4, que mostra a composição do produto para o período 1948 a 1968, processando a comparação entre as médias dos períodos 1948-50 e 1966-68. A composição do produto sofre ligeiras mudanças, a indústria e os serviços aumentam, pouco a pouco, de participação, às custas da queda do setor agrícola, embora este setor mude de configuração estrutural. Os subsetores que mais crescem são os "intermediários financeiros" e "governo".

Chama nossa atenção, na comparação entre o QUADRO 10 e a TABELA 4, o acentuado crescimento da produção agropecuária e, ao mesmo tempo, a redução da participação desse setor na renda estadual, o que denota a força do crescimento de atividades ligadas ao setor terciário (ou serviços), como consequência da maior integração do Piauí no contexto nacional. A expansão dos agentes financeiros e do setor "governo" é um reflexo disso, especialmente, no financiamento de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos etc.), cujo uso se viabilizou pelas atividades governamentais, estadual e federal, mormente, através da melhoria de rodovias, redes de distribuição de energia elétrica, serviços de telecomunicações, bem como, da ampliação do número de servidores públicos, acarretando maior sofisticação da máquina administrativa estatal.

Nesta perspectiva, não podemos esquecer que, no período em estudo, ocorreu aceleração do fluxo migratório rural-urbano, provocando maior pressão sobre os serviços públicos e importantes mudanças nas relações de produção no campo.

**TABELA 4 - COMPOSIÇÃO DO PRODUTO**

Setores	Participação	
	1948/1950	1966/1968
<u>Agricultura</u>	46,82	44,07
Lavouras	17,28	26,80
Extração vegetal	18,18	4,40
Produção animal e derivados	11,36	12,87
<u>Indústria</u>	3,40	5,46
<u>Serviços</u>	49,78	50,47
Comércio	23,60	14,56
Intermediários financeiros	3,16	10,48
Transporte e comunicação	5,16	4,41
Governo	7,89	9,77
Aluguéis	1,15	0,98
Outros	8,82	10,27
<u>TOTAL</u>	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>

Fonte: TELES, J. A., PEREIRA, A. R. *Estrutura econômica piauiense*. Teresina: Fundação CEPRO, 1976. p.7.



Aprofundando a análise das transformações no setor agropecuario, através de indicadores apresentados na TABELA 5, vemos que, no período 1950-70, os estabelecimentos que mais crescem (2.081,4%) são os administrados por não proprietários, enquanto os dirigidos pelos proprietários evoluem apenas 151,1%. Como os estabelecimentos com áreas inferiores a 10ha crescem quase no mesmo ritmo dos de não proprietários (1.929,3%) pressupomos que os dois fatos estão relacionados, isto é, a ampliação do número de estabelecimentos no período (538,8%) se explica pela expansão de unidades produtivas agrícolas de pequeno porte, dirigidas, essencialmente, para a subsistência familiar. Outro dado interessante é a realocação do pessoal destinado a lavoura e pecuária: enquanto o nível de pessoas ocupadas nos estabelecimentos com menos de 10ha aumenta em 1.064,2%, na pecuária, há uma redução de 33,3%.

**TABELA 5 - PERCENTAGENS DE  
CRESCIMENTO DE  
INDICADORES ESCOLHIDOS \_  
1950-1970**

Discriminação	%
- Estabelecimentos (total)	538,8
- Estabelecimentos administrados por não-proprietários	2.081,4
- Estabelecimentos administrados por proprietários	151,1
- População urbana	214,6
- População rural	30,7
- Estabelecimentos com menos de 10ha	1.929,3
- Estabelecimentos com mais de 500ha	7,1
- Pessoal ocupado no setor rural	178,4
- Pessoal ocupado nos estabelecimentos com menos de 10ha	1.064,2
- Pessoal ocupado na atividade agrícola	324,1
- Pessoal ocupado na pecuária	-33,3
- Área dos estabelecimentos com menos de 10ha	746,2
- Área dos estabelecimentos com mais de 50ha	-10,6
- Área total dos estabelecimentos	22,0

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1950. Rio de Janeiro: 1950.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1970. Rio de Janeiro: 1970.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico; 1950. Rio de Janeiro: 1950a.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico; 1970. Rio de Janeiro: 1970a.

Esses indicadores parecem denunciar um paradoxo, que é a redução do pessoal ocupado na atividade pecuária, quando a mesma cresce de participação no valor da produção no período de 1950-70, de 22,3% para 32,9%. Este é um ponto a ser esclarecido ao longo do capítulo.

Antecipamos, porém, que a redução do pessoal ocupado na pecuária talvez se refira ao empregado permanente ou residente no estabelecimento, não provocando, necessariamente, redução do pessoal que habita na propriedade, pois, pelos critérios metodológicos do IBGE, uma única propriedade pode incorporar vários estabelecimentos, dependendo do número de parcelas cedidas para produtores não proprietários para a formação de contratos de pequenos arrendamentos ou parcerias. Dessa forma, esses pequenos parceleiros, face às dificuldades de subsistência, acabam se empregando, temporariamente, nos grandes ou médios estabelecimentos e/ou prestando serviços gratuitos ao titular, como pagamento a terra cedida.

Na verdade, essa condição significa a formação de novas relações de produção fundamentadas na expansão do latifúndio, que parcela suas terras para apropriar-se da renda fundiária do tipo pre-capitalista. Processa-se, então, melhor distribuição da posse das terras, que são apropriadas por estabelecimentos com menos de 10ha, os quais cresceram em número cerca de 1.929,3%, enquanto a área dos estabelecimentos com mais de 50ha sofreu redução de 10,65%, no período 1950-70. Isto é melhor evidenciado, quando vemos que a área total dos estabelecimentos subiu somente 22,0%, no mesmo período.

É também nitido, o significativo crescimento da população urbana, comparativamente à população rural, pois, enquanto a primeira mais que triplicou, a segunda aumentou apenas 30,75%. A população urbana passou de 170.584 habitantes, em 1950 para 536.612, em 1970, o que indica pressão crescente sobre a oferta de produtos agropecuários, principalmente de bens alimentícios básicos (feijão, arroz, milho, mandioca), laticínios e proteína animal.

Em resumo, o setor agrário piauiense ganha nova configuração sócioeconômica, a partir da década de 50. A crise da economia

extrativa e as mudanças na divisão regional do trabalho no País, determinando novas relações interregionais. Foram decisivas no redirecionamento das atividades agropecuárias, com o setor de produção agrícola — bens alimentares — ganhando considerável importância, sobretudo, porque abriga a maior parte das unidades produtivas rurais, prioritariamente, de pequena escala. Mas se expandem, também, as unidades latifundiárias baseadas no parcelamento para a formação de produtores com contratos de arrendamento ou parceria, como discutiremos a seguir, com mais profundidade.

## 2.2 A expansão do latifúndio e a consolidação da produção camponesa

Procuramos caracterizar, neste tópico, através de dados censuários, o processo de fragmentação da grande propriedade rural, que determina a formação de novas relações de produção no interior da unidade latifundiária. Simultaneamente e como parte do mesmo processo, expande-se a produção agrícola alimentar, formada por produtores proprietários ou posseiros. Esses produtores, no período, diferenciam-se, basicamente, em dois blocos interdependentes: a pequena produção de subsistência e a produção agrícola comercial.

A TABELA 6 revela a dimensão do movimento na estrutura fundiária, de 1950-70. O número de estabelecimentos com áreas inferiores a 2ha evoluiu de 1.142, em 1950 para 13.954, em 1960 e 100.511, em 1970, indicando um acréscimo de 8.701%, em 20 anos. O mesmo fenômeno aconteceu com o grupo de estabelecimentos com áreas entre 2 a 5ha, o qual passou de um total de apenas 3.264 unidades, em 1950 para 38.217, em 1970, enquanto os demais grupos perderam participação, quanto ao montante de estabelecimentos, inclusive os de 5 a 10ha.

Os estabelecimentos com mais de 500ha perderam participação no total de terras apropriadas. Os de 500 a 1.000ha decresceram dois pontos percentuais no período. Mas aqueles com mais de 1.000ha foram os que mais perderam. Se associarmos tal fato à informação de que foram os estabelecimentos tocados por não proprietários que mais

evoluiram em numero, podemos deduzir que tais estabelecimentos foram formados a partir da fragmentação da grande propriedade. Esse fenômeno caracterizou um movimento da expansão de relações de produção, com base no pequeno arrendamento e na parceria, as quais representam importante elemento de subordinação de boa parte da população rural ao grande proprietário de terras, o que, aliás, não é novidade no Nordeste, principalmente no centro do Semi-árido.

**TABELA 6 - PERCENTAGENS DOS NÚMEROS DE ESTABELECEMENTOS E QUANTIDADE DE TERRAS, SEGUNDO OS GRUPOS DE ÁREA**  
**1950-1960-1970**

GRUPOS DE ÁREA (ha)	ANOS	1950		1960		1970	
		% Nº Estabele- cimentos	% Quant. terras (ha)	% Nº Estabele- cimentos	% Quant. terras (ha)	% Nº Estabele- cimentos	% Quant. terras (ha)
0 - 2		3,35	0,02	16,07	2,39	46,13	0,98
2 - 5		9,57	0,14	15,33	2,14	17,54	1,11
5 - 10		9,30	0,29	8,54	2,71	6,93	1,04
10 - 50		26,68	3,16	27,58	16,06	15,16	8,06
50 - 100		15,25	4,64	11,56	11,38	5,69	8,80
100 - 500		24,91	23,83	15,73	31,73	6,31	30,20
500 - 1.000		5,09	15,13	2,67	13,82	0,89	13,72
1.000 e mais		3,85	52,79	1,72	19,77	0,61	36,09
<b>TOTAL</b>		<b>34.106</b>	<b>7.676.552</b>	<b>82.714</b>	<b>8.524.953</b>	<b>217.886</b>	<b>9.606.731</b>

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censo demográfico; 1950, Rio de Janeiro: 1950a.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censo agrícola; 1960, Rio de Janeiro: 1960.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censo agropecuário; 1970, Rio de Janeiro: 1970.

Esta afirmativa fica mais clara, quando verificamos que muitas famílias que receberam terras na grande propriedade, a título de arrendamento, obtinham até 2ha, o que representava, em 1970, quase a metade do total de estabelecimentos (46,13%), enquanto que se apropriavam de apenas 1% do total das terras registradas pelos

estabelecimentos. Esse grande contingente de famílias, dificilmente, pode ser classificado como fornecedor da produção agrícola que se dirige ao mercado, pois é improvável que nas condições em que trabalham (áreas exiguas) e ainda tendo que pagar renda pela posse da parcela, possam subsistir apenas do trabalho nessas parcelas. É mais lógico inferirmos que essas famílias formam um grupo de pessoas que prestam serviços nas propriedades onde recebem parcelas de terras e empregam-se, temporariamente, nas unidades agrícolas de maior escala, mantendo-se, na verdade, como fornecedores de força de trabalho.

Em 1970, por exemplo, a soma dos arrendatários e parceiros alcançava o montante de 93.206 unidades, ou seja, cerca de 42,8% do total de estabelecimentos, com 97,2% deles se encontrando no grupo de área de até 10ha, embora a grande maioria contasse com menos de 2ha (TABELA 7).

**TABELA 7 - CONDIÇÃO DO PRODUTOR  
SEGUNDO GRUPOS DE ÁREAS**

Grupos de Área (ha)	Condição do Produtor							
	Proprietário		Arrendatário		Parceria		Ocupantes	
	Estabele- cimentos	%	Estabele- cimentos	%	Estabele- cimentos	%	Estabele- cimentos	%
Menos de 10	18.651	25,3	47.674	95,9	42.952	98,7	44.579	89,5
10 - 50	27.046	36,7	1.604	3,3	404	0,9	3.969	8,0
50 - 100	11.445	15,5	215	0,4	80	0,2	653	1,3
100 - 500	13.421	18,2	176	0,3	68	0,2	520	1,0
500 e mais	3.105	4,3	49	0,1	11	0,0	102	0,2
<b>TOTAL</b>	<b>73.668</b>	<b>100,0</b>	<b>49.718</b>	<b>100,0</b>	<b>43.515</b>	<b>100,0</b>	<b>49.823</b>	<b>100,0</b>

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.

Considerando que a produção agrícola mais comercial se origina dos estabelecimentos dirigidos por proprietários e ocupantes que possuem áreas de até 10ha, temos 73.668 proprietários e 49.823 ocupantes, totalizando 123.491 produtores agrícolas, o que equivalia,

em 1970, a 56,7% dos estabelecimentos rurais do Estado. Esse conjunto de produtores se diferencia quanto ao acesso a crédito, uso de insumos modernos, localização e fertilidade dos solos, o que possibilita classificá-los como pequenos, médios e grandes produtores, ou, ainda, como produtores capitalizados e não-capitalizados.

A pequena produção pode ser composta dos produtores com áreas de lavouras de até 10 hectares, os quais representavam, em 1970, o equivalente a 194.942 unidades produtivas, isto é, 94,1% do total. Nesse número, estão incluídos os produtores dentro do latifúndio, os quais não puderam ser isolados. No entanto, podemos considerar os produtores com áreas de lavouras com menos de 2ha, os quais somavam mais de 90.000. Descontando esses produtores, o conjunto da pequena produção agrícola reúne 104.942 produtores (entre proprietários e posseiros). Esses estabelecimentos eram responsáveis por 67,7% da produção (em toneladas) de arroz; 52,7% de feijão; 62,4% de milho e 50,5% de mandioca.

Quanto aos estabelecimentos, com áreas de lavoura entre 10 a 100ha, representavam, em números, 12.041 unidades e, em percentual, 5,8%, respondendo por 18,9% da produção de arroz; 33,7% de feijão; 24,4% de milho e 33,3% de mandioca. Por último, estão os 122 estabelecimentos com mais de 100ha — 0,1% do total de unidades —, contribuindo com 16,5% da produção de arroz; 13,6% de feijão; 13,2% de milho e 16,2% de mandioca.

Esses dois últimos grupos formam o conjunto de médios e grandes produtores e se posicionam como os principais fornecedores de produtos agrícolas para o mercado, pois, se cerca de 60% da produção da primeira categoria era consumida nos próprios estabelecimentos, a parte restante representava, presumivelmente, menos de 40% da produção realmente comercializada, implicando um número pequeno de produtores (5,9% do total) que fornecia mais de 60% da produção levada ao mercado. São eles, também, os maiores consumidores de insumos químicos e máquinas agrícolas e os principais contratantes de trabalhadores temporários, recrutados junto aos produtores que se encontram dentro dos latifúndios e boa parte da pequena produção, principalmente, dos

que trabalham áreas menores e/ou possuem terras com baixa fertilidade e/ou encontram dificuldades em acesso a crédito, água e mercados.

Esses números contradizem a ideia disseminada entre aqueles que abordam a situação agrícola piauiense, de que a maior parte da produção agrícola estadual é fornecida por pequenos produtores de subsistência. Ora, se no período de 1950-70, o rinal dos anos 70 mostra uma realidade distinta, essa tendência deve ter se ampliado ainda mais nas últimas duas décadas, principalmente, com os programas dirigidos aos "pequenos produtores" e com os projetos de irrigação, públicos ou privados, que surgem a partir de 70.

Como dito, anteriormente, a unidade latifundiária e, aqui, concebida, como a propriedade de mais de 500ha, cuja ocupação principal é a pecuária extensiva consorciada com a produção agrícola de seus moradores com contratos de parceria ou arrendamento, não se confundindo, pois, com o estabelecimento - categoria do IBGE. Desde que cada morador aparece como um estabelecimento independente, o latifúndio pode somar vários estabelecimentos, dependendo do número de parcelas que o mesmo cede para produtores não proprietários. No entanto, para efeito de contagem, consideramos latifúndio o estabelecimento com mais de 500ha, face à carencia de dados que reflitam o conceito utilizado.

Durante 1950-70, esses estabelecimentos aumentaram de 3.049, em 1950 para 3.268, em 1970, o que corresponde a uma taxa de crescimento de apenas 7,2%. Mas, se a ampliação numérica não foi grande, a estrutura das relações de produção em seu interior mudou bastante. Essas alterações aconteceram, com maior vigor, nas unidades latifundiárias que antes praticavam o extrativismo e utilizavam mão-de-obra de extratores que ganhavam por produção e possuíam parcelas para culturas de subsistência. A partir de 50, passaram a fornecer parcelas a produtores não proprietários para a extração da renda fundiária pre-capitalista, via contratos de arrendamento ou parcerias.

Essa política dos grandes proprietários possibilitou uma melhor distribuição de terras para os vários grupos de estabelecimentos

classificados por área total, com exceção das unidades acima de 500ha, ainda que tenham diminuído as áreas médias dos estabelecimentos com menos de 10ha. Porém, para os estabelecimentos latifundiários, apesar do aumento da área total em 22%, de 1950-70, os estabelecimentos com mais de 1.000ha reduziram a área total de 4.158.052ha, em 1950 para 3.467.069, em 1970, consolidando o processo de fragmentação da grande propriedade, que aprisionou no seu interior e ao seu redor, um contingente imenso da população rural. Rocha (1988) explica a fragmentação da grande propriedade rural, basicamente, por dois fatores: a inserção marginal na economia nacional e a pressão populacional provocada por migrações no Nordeste.

O primeiro ponto, já visto no capítulo anterior, será aprofundado no capítulo seguinte. No que se refere a **pressão demográfica**, Rocha (1988, p.36) afirma que: "*o processo de multiplicação das pequenas unidades de produção agrícola de subsistência, queira ou não, tem muito a ver com a pressão demográfica*". Entretanto, embora a pressão populacional tenha sido importante na formação das relações de produção, desde 50, dificilmente, pode ser apontada como fator causal primário ou como argumento de peso para explicar o fenômeno de fragmentação do latifúndio. Consideramos que a pressão populacional atuou como um **elemento interveniente** importante, mas as causas mais profundas envolvem fatores complexos, ligados a herança histórica, exposta, anteriormente, e a outros fatores internos e externos, tratados a seguir.

Sem dúvida, a população rural, na fase 1950-70, sofreu forte movimentação, tanto no setor rural quanto em direção as áreas urbanas. Foram os estabelecimentos de até 100ha que mais investiram, quanto à absorção de pessoal ocupado. Com efeito, o pessoal ocupado nesses estabelecimentos cresceu em 365.503 indivíduos, enquanto a população aumentou, no mesmo período, em 268.849 habitantes, ou seja, um percentual a mais de apenas 30%, significando, em média, um acréscimo de 1,35%, anualmente. Esta é uma taxa irrisória, se comparada com o crescimento anual da população urbana, em média, 5,85%, representando 214,6% a mais, no período. Bacellar (1987, p.65) referenda o diferencial de crescimento, de 1950 a 1970:



	1950-60	1960-70
População urbana	5,5	6,2
População rural	0,9	1,8

Portanto, o fluxo migratório da população parece ser muito mais consequência do processo de urbanização, que se acelera com os anos 50 e da própria readaptação das unidades produtivas, principalmente das latifundiárias.

O próximo tópico aprofunda as características do "sistema agrário" que se estabelece, a partir da década de 50, com ênfase para as relações entre os vários tipos de unidades produtivas.

### 2.3 As características básicas do sistema latifúndio-camponês

Como evidenciamos no tópico precedente, a estrutura fundiária piauiense evoluiu, no período 1950-70, no sentido de propiciar acesso à terra a numerosos pequenos produtores, graças, principalmente, ao recebimento de pequenas parcelas dentro das unidades latifundiárias ou ao apossamento de áreas vazias devolutas ou da Igreja. Esse processo se intensificou durante 1950 a 1970, mas se, na primeira década, a quantidade de terras apropriadas pelos estabelecimentos com áreas inferiores a 10ha cresceu de 0,45% em 1950 para 7,24% em 1960, de 1960 a 1970, verificou-se uma reversão brusca.

Isto é, em 1970, esses estabelecimentos, em que pese o forte aumento de participação no total (1960, 40,74%; 1970, 70,6%), diminuíram muito a participação no total de terras apropriadas, haja vista que, em 1970, sua participação era de apenas 3,13%. Fato inverso ocorreu com o grupo de estabelecimentos com áreas superiores a 100ha: entre 1950 a 1960, sua participação nas terras apropriadas caiu de 52,79% para 19,77%, enquanto que, entre 1960 e 1970, subiu para 36,09%.

Esses dados evidenciam que houve, a partir de 1960, uma nitida

retomada do processo de concentração de terras, embora sem diminuição do ritmo do crescimento dos estabelecimentos minúsculos. So que, durante essa última década, foram os pequenos e médios estabelecimentos que sofreram fragmentação. Senão como se justificaria a queda de participação dos estabelecimentos entre 10 a 100ha, seja quanto ao total de estabelecimentos, seja quanto ao total das terras apropriadas? Assim, as unidades de 10 a 50ha participavam, em 1960, com apenas 27,28% no total de estabelecimentos e 16,06%, no total de terras; em 1970, essas participações foram de 15,16% e 8,06%, respectivamente. O mesmo fenômeno ocorreu com estabelecimentos entre 50 a 100ha: 1960 (11,56% e 11,58%), 1970 (5,67% e 3,18%). Logo, enquanto na primeira década do período foram as grandes propriedades que mais se fragmentaram, na segunda década, isto ocorreu mais, com os estabelecimentos entre 10 a 50ha e 50 a 100ha.

Essas transformações tiveram fortes repercussões sobre a estrutura do pessoal ocupado na agropecuária, como visto na TABELA 8. O fato mais marcante foi o formidável crescimento da mão-de-obra familiar. Se, em 1950, representava 57,5% da mão-de-obra do setor, em 1970, saltou para 97,2%. Todas as demais categorias tiveram quedas bruscas, mormente, os empregados temporários, que despencaram do índice de 38,6% para apenas 1,3%. Também os empregados permanentes e os parceiros atingiram índices menores do que a unidade.

**TABELA 8 - PESSOAL OCUPADO:  
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL**

ANOS	Total	Familiar <sup>(1)</sup>	Empregados Permanentes (%)	Empregados Temporários (%)	Parceiros (%)
1950	186.305	57,5	3,9	38,6	10,7
1970	516.736	97,2	0,8	1,3	0,7

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1950, Rio de Janeiro: 1950.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1970, Rio de Janeiro: 1970.

(1) Identificado nos censos como "Responsáveis e membros não remunerados das famílias".

Fundamentados nos dados censuários, acreditamos que esse processo reflete uma mudança radical em relação a estrutura produtiva prevalecente na economia extrativa, a qual recorria, com frequência, a mão-de-obra de parceiros e ao trabalho temporário. Com sua decadência, as famílias que se dedicavam a extração de carnauba ou babaçu passaram a tocar, exclusivamente, suas pequenas propriedades com as culturas alimentares, ou, então, a aceitar parcelas nas médias e grandes propriedades que se fragmentavam. Rocha (1988, p.59), em contraposição, tem outra visão: *... neste período, evidencia-se um retrocesso da economia latifundiária no processo de absorção da mão-de-obra, enquanto as pequenas unidades de produção emergem como principais formas de ocupação*

Tal afirmativa respalda-se em informações do IBGE, para quem as unidades produtivas pequenas, com menos de 10ha, ampliaram a absorção de mão-de-obra, no período, de 23.505 para 332.065, correspondendo a um índice evolutivo de 1113, enquanto nos estabelecimentos de 100 e mais hectares reduziu-se o pessoal ocupado. Ora, parece que a divergência de interpretações reside no fato de que a maior parte da expansão dos pequenos estabelecimentos resultou da fragmentação do próprio latifúndio, que se readaptava às novas condições, dada a crise da economia extrativa. Assim, todas as famílias que receberam parcelas nos latifúndios em troca de renda representavam, na verdade, a maioria do pessoal ocupado nos latifúndios. Logo, a conclusão do citado autor deriva de o mesmo ter incluído essas famílias como parte da pequena produção, diferindo de nossa posição, pois a incluímos na economia do latifúndio.

Como exposto antes, no período estudado, o latifúndio só se fortaleceu, e não foi apenas o latifúndio extrativista que se modificou mediante o pequeno arrendamento com pagamento em amêndoas de babaçu ou po de carnauba, ou ainda, o pagamento com produtos alimentícios, mas também, o latifúndio pecuarista apresentou avanços, tanto na participação do valor da produção, quanto na incorporação de novas pastagens, artificiais ou plantadas. Além disso, ele criou novos vínculos com a pequena produção (principalmente a mais pobre), através do trabalho temporário, fornecido pela família dos pequenos produtores

(menos de 2ha), que sentiam dificuldades em sobreviver, unicamente, com o produto de suas parcelas de terra. Quanto a este aspecto, também, diferimos do referido autor, quando afirma que,

*"... nos períodos chuvosos, os membros das famílias camponesas vivem quase exclusivamente voltados para o trabalho em suas unidades de trabalho, diminuindo, nessa época, a procura por outras formas complementares de sobrevivência".* (Rocha, 1988, p.59-60).

Tal conclusão decorre da não utilização dos dados censitários referentes ao movimento da mão-de-obra e da conceituação de pequena produção aceita por esse autor: *"Todos aqueles estabelecimentos que utilizam áreas inferiores a 100ha"*. (1988, p.44) Assim, a pequena produção, em sua percepção, inclui os parceiros, os arrendatários e quase toda a produção agrícola mercantil, onde se incluem médios e até grandes produtores, os quais possuem mais de 40ha de áreas com lavoura. Isto é, aqueles 5,9% de produtores agrícolas que fornecem cerca de 50% da produção comercializada.

Observando as informações concernentes a 1970 sobre a contratação de mão-de-obra temporária (QUADRO 11), apreendemos, exatamente, o inverso. Os meses de maior ocupação de mão-de-obra são dezembro, janeiro, fevereiro e março \_ meses de maior incidência de chuvas e julho, agosto e setembro \_ meses de colheita.

Isto indica que, se existe um agrupamento de trabalhadores rurais que está à disposição das unidades empregadoras, mesmo nos períodos de maior trabalho nas suas roças, ele só pode ser formado por trabalhadores que estão dentro do latifúndio na condição de moradores, pois, além de suas diminutas parcelas de terra não oferecerem condições de subsistência para suas famílias, ainda são obrigados a pagar renda aos proprietários.

Podemos reunir produtores proprietários ou posseiros que estão em condições precárias de subsistência. Isto porque, a massa de trabalhadores rurais pode ser concebida como as pessoas disponíveis nos estabelecimentos de pequenos arrendatários e parceiros, além dos proprietários e posseiros que possuem menos de 2ha para formar roças.

É claro que nem todas as propriedades com menos de 2ha são reservatórios de mão-de-obra, pois muitas estão em áreas de várzeas ou em outras zonas privilegiadas, garantindo o sustento mínimo da família e, eventualmente, podem até contratar um ou dois trabalhadores em regime temporário durante as fases de mais serviço.

**QUADRO 11 - EMPREGADOS TEMPORÁRIOS  
NOS MESES DE MAIOR  
EMPREGO, SEGUNDO  
PERÍODO DE OCUPAÇÃO -  
1970**

Meses \ Período de Ocupação	Ate 12 meses	2 a menos de 6 meses	4 a menos de 6 meses	6 a menos de 8 meses	8 meses e mais
Janeiro	82.773	53.903	9.424	1.771	546
Fevereiro	54.588	64.067	8.152	1.616	416
Março	26.235	32.674	5.974	1.453	503
Abril	9.733	8.730	6.003	1.308	452
Maió	19.868	13.553	6.698	1.658	857
Junho	32.632	24.753	7.356	1.825	891
Julho	59.405	30.147	6.633	1.979	1.272
Agosto	68.472	26.285	6.262	1.236	978
Setembro	48.174	16.548	5.590	919	603
Outubro	23.733	16.599	4.360	707	437
Novembro	24.097	20.016	5.245	1.060	615
Dezembro	39.332	16.753	6.032	1.306	498

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.

Segundo o INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (1970), mais de 50% dos estabelecimentos com menos de 5ha, não contratou trabalhadores em regime temporário, em nenhum período de 1970, o que correspondia a mais ou menos 77.000 estabelecimentos. Supondo que cada um desses estabelecimentos fornecesse duas pessoas para compor a massa de trabalhadores, teríamos um total de 154.000 indivíduos, quase o montante total contratado como trabalhadores temporários, em janeiro de 1970 (148.417), mês em que houve o maior número de empregados temporários contratados. (QUADRO 11).

T: Aprofundando a questão das relações de trabalho na agricultura piauiense no período 1950-70, ainda através do exame de dados censitários do IBGE, verificamos uma sensível modificação na composição dos estabelecimentos, quanto a condição do produtor ou quanto ao titular da unidade produtiva e, também, acentuado crescimento no número de unidades produtivas. Em 1950, como descreve a TABELA 9, existiam 34.106 estabelecimentos; 87.302, em 1960 e 217.886, em 1970, ou seja, um índice de crescimento, entre 1950 a 1970, de 53%. Quanto a condição do produtor, os censos não permitem uma comparação mais consistente, pois em 1950 e 1960, excluíam a categoria "parceiro" e a incorporaram com a de arrendatário, usando, ainda, a categoria de administrador, que desaparece no censo de 1970, o qual, no entanto, confronta os resultados dos censos anteriores, permitindo a comparação entre essas categorias.

Da TABELA 9, é possível ainda retirar interessantes constatações. Em primeiro lugar, apesar do número de proprietários ter aumentado muito, em termos absolutos, a participação dessa categoria cai bruscamente. Enquanto isso, os estabelecimentos cujos titulares eram não proprietários apresentaram taxas de crescimento espetaculares, revelando um forte aumento dos estabelecimentos mediante o crescimento desses tipos de produtores, que, juntos, arrendatários e ocupantes, alcançaram uma participação de 65,7%.

Como os censos de 1950 e 1960 não distinguem entre parceiros e arrendatários, categorizando como "arrendatário" os estabelecimentos que pagam renda fundiária, isto impossibilita comparar, para todo o período, a evolução dos rendeiros classificados entre parceiros e arrendatários. Isto seria válido, pois eles diferem no que tange às exigências feitas pelos proprietários, não só quanto a forma de pagamento da renda, mas, principalmente, quanto ao produto exigido para saldá-la. Em ambas as relações, as restrições impostas ao produtor são grandes, mas o arrendamento pode indicar menor interesse do proprietário em explorar diretamente suas terras e, por isso, as restrições quanto ao produzir e ao que fazer com a produção são menores do que na parceria.

**TABELA 9 - EVOLUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS SEGUNDO CONDIÇÕES DO PRODUTOR 1950-1960-1970**

Condição do Produtor	1950		1960		1970	
	Estabelecimentos	%	Estabelecimentos	%	Estabelecimentos	%
Proprietário	24.499	80,6	46.914	53,7	69.040	31,7
Arrendatário	1.400	4,1	29.382	33,7	93.638	43,0
Ocupante	936	2,8	4.747	5,4	49.383	22,7
Administrador	4.271	12,5	6.248	7,2	5.825	2,6
Sem Declaração	-	-	11	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>34.106</b>	<b>100,0</b>	<b>87.302</b>	<b>100,0</b>	<b>217.886</b>	<b>100,0</b>

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.

As condições de produção com que se defronta o arrendatário podem, entretanto, ser piores, além de que o risco da exploração recai todo sobre o último. Na parceria, os riscos são divididos, indicando produção em condições melhores e mais interesse do proprietário por maior produtividade agrícola, sendo a parceria uma forma do dono se livrar da exploração direta ou de sanar a falta de mão-de-obra ou de financiamento bancário.

Um outro ponto importante quanto a dinâmica dessas relações se refere ao tamanho das unidades produtivas que mais se expandiram, pois essa variável dá um indicativo das possibilidades produtivas das mesmas, especialmente, quanto ao emprego de melhorias tecnológicas. Os tamanhos médios dos estabelecimentos sofreram redução para todas as categorias de produtores, sendo as mais acentuadas na primeira década do período (TABELA 10), quando foi mais forte o processo de fragmentação das grandes propriedades, o que fica evidenciado pela forte redução das áreas médias dos estabelecimentos tocadas por não proprietários. Se considerarmos, porém, os produtores por grupos de áreas, a situação é mais grave, desde que os produtores minifundiários - até 2ha - apresentam-se como maioria, principalmente entre os produtores não proprietários.

A TABELA 11, por sua vez, confirma que 73.1% dos arrendatários, 76,7% dos parceiros e 54.0% dos ocupantes trabalhavam com unidades produtivas de até 2ha, enquanto entre os proprietários esse índice decaí para 5%.

**TABELA 10 - EVOLUÇÃO DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS**

Condição do Produtor	1950	1960	1970	Índice Evolutivo (%)	
	Área Média (ha/nº estab.)	Área Média (ha/nº estab.)	Área Média (ha/nº estab.)	1950/60	1969/70
Proprietário	171,4	121,4	94,7	-29,2	-22,0
Arrendatário	100,6	16,3	3,3	-83,8	-79,7
Ocupante	127,6	24,3	7,8	-18,1	-67,9
Administrador	679,4	450,8	407,3	-33,6	-9,6

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1950. Rio de Janeiro: 1950.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agrícola; 1960. Rio de Janeiro: 1960.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1970. Rio de Janeiro: 1970.

**TABELA 11 - PARTICIPAÇÃO (%) DOS ESTABELECIMENTOS POR CONDIÇÃO DO PRODUTOR, SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA - 1970**

Grupos de Área (ha)	Estabelecimentos e Área (ha)							
	Proprietários	Área	Arrendatários	Área	Parceiros	Área	Ocupantes	Área
Menos de 1	1,6	0,01	39,4	5,2	35,0	9,6	24,2	1,7
1 a 2	3,4	0,03	33,7	9,0	41,7	23,0	29,8	4,6
2 a 5	9,6	0,25	18,0	10,3	21,0	22,0	25,9	9,8
5 a 10	10,6	0,60	4,5	5,9	1,1	5,3	9,6	5,4
10 a 50	36,8	7,40	3,4	12,7	0,7	9,1	8,0	17,8
50 a 100	15,5	8,81	0,5	6,1	0,2	5,3	1,3	10,6
Maiores de 100	22,5	82,90	0,5	50,8	0,3	26,0	1,2	50,1
<b>TOTAL</b>	73,761 (100,0)	8.850,102 (100,0)	50,480 (100,0)	242,493 (100,0)	43,772 (100,0)	92,982 (100,0)	49,873 (100,0)	421,143 (100,0)

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1970. Rio de Janeiro: 1970.



Isto é indicativo do poder limitado dos produtores não proprietários em fazer uma agricultura mais moderna, sobretudo, quanto ao emprego de máquinas agrícolas e ao uso de insumos químicos, o que fica mais nitido, quando examinamos a distribuição dos vários elementos produtivos a disposição das categorias de produtores referidos. Assim, em 1970, os proprietários detinham:

- 86,1% dos tratores;
- 83,4% do efetivo de bovinos;
- 61,4% do valor da produção agropecuária;
- 91,6% dos meios de transportes;
- 61,4% dos silos e depósitos para produção;
- 74,5% dos arados à tração animal;
- 82,1% dos arados à tração mecânica;
- 80,0% do valor dos bens móveis e imóveis;
- 88,2% do valor dos investimentos; e
- 92,1% do total de terras apropriadas pelos estabelecimentos.

No entanto, tudo isto não significa que os estabelecimentos proprietários praticavam uma agropecuária moderna. Em 1970, existiam, no Estado, apenas 156 tratores e 62 máquinas para colheita, um número muito pequeno, considerando o conjunto dos estabelecimentos produtivos. Percebemos, assim, que em 1970, as atividades produtivas agrárias eram incipientes em termos de utilização de insumos químicos e máquinas agrícolas, como demonstram os seguintes indicadores:

- 0,07% dos estabelecimentos informaram possuir tratores;
- 4,00% possuíam arados à tração animal;
- 0,06% detinham arados à tração mecânica;
- 0,06% usavam adubos químicos;
- 1,70% utilizavam adubos orgânicos;
- 2,10% informaram ter contratado pessoal permanente e temporário;
- 16,60% realizaram investimentos;
- 19,00% contrataram serviços de empreitada.

Desses números, inferimos que nem mesmo os estabelecimentos com

área de lavoura acima de 10ha, que somavam, em 1970, 5,9% do total de estabelecimentos agrícolas, utilizavam técnicas mais aprimoradas, pois os que usavam insumos químicos equivaliam a apenas 0,06% do total. Os indicadores que apontam para índices técnicos satisfatórios são o emprego de tração animal (4%) e uso de adubos orgânicos (11,7%), além do acesso a crédito bancário, restrito a 4,2% das propriedades. Assim, mesmo os estabelecimentos mais comerciais utilizavam, basicamente, os recursos terra e mão-de-obra, o que explica os baixos níveis de produtividade agrícola constatados para todo o território piauiense. Quanto a composição da produção segundo a condição do produtor, a TABELA 12 confirma a baixa importância dos produtores que ocupavam parcelas dentro do latifúndio sob contratos de parcerias ou arrendamentos.

**TABELA 12 - PARTICIPAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA SEGUNDO GRUPOS DE PRODUTORES**

Produtos	Proprietários + Posseiros (%)	Arrendatário + Parceiros (%)
Algodão	71,1	28,9
Arroz	51,2	48,8
Milho	62,4	37,6
Feijão	73,4	26,6
Mandioca	71,4	28,6
Pecuária bovina <sup>(1)</sup>	94,2	5,8
Pecuária suína <sup>(1)</sup>	86,4	13,6
Leite	95,3	4,7

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1970. Rio de Janeiro: 1970.

<sup>(1)</sup> Efetivo em animais.

Somente o arroz e milho tinham alguma importância, porque, além de figurarem como produtos básicos na dieta alimentar dos produtores, eram os preferidos pelos proprietários para o pagamento da renda da terra. Por outro lado, boa parte da produção de arroz, em 1970, era efetivada nas regiões de várzeas, através de parcerias, o mesmo

acontecendo com a produção de milho, principalmente, nos municípios de Itaueira e Flores, onde a relação de parceria era frequente. Esses números evidenciam que os produtores-moradores, dificilmente, podem ser classificados como fornecedores de alimentos para o mercado, pois, descontando o pagamento da renda ao proprietário, o que lhes resta mal dá para o consumo da própria família, sobretudo, quando lembramos que, em sua maioria, tocam estabelecimentos com áreas interiores a 2ha.

Ainda, colocamos, que as relações de trabalho baseadas na parceria e no arrendamento não se difundiram por todo o Estado, indistintamente. A parceria aconteceu, mais intensamente, no Norte (região do baixo e médio Parnaíba), mormente, na produção de arroz de várzeas, nas unidades produtivas com irrigação e na pecuária, através da figura do vaqueiro. Fora disso, a parceria aparecia, também, nas áreas de "sequeiro", nas roças de arroz, milho, feijão e algodão, cujo proprietário utilizava os restos dessas culturas para alimentar o gado na época de pouca chuva. O arrendamento, por sua vez, era muito comum nas áreas de concentração de palmeiras de babaçu, onde a renda era paga através de amendoas de babaçu. Também se concentrava no Nordeste do Estado, principalmente em Barras, Esperantina, Miguel Alves, União, Teresina, Monsenhor Gil, José de Freitas, municípios com grandes áreas de babaçuais.

A medida que se caminhava para o Sul, passando pelo Semi-árido piauiense e indo até o Extremo-Sul e Sudeste (Alto Parnaíba), essas relações iam desaparecendo, dando lugar a outros tipos de relações de trabalho. No Extremo-Sul, por exemplo, os censos do período 1950-70 não registraram a presença de arrendatários ou parceiros, mas só, de produtores "proprietários" e/ou "ocupantes". Nessa zona, predominava a pecuária de características extensivas, com o gado criado solto nas chapadas, necessitando de poucas pessoas para vigia-lo. Os "ocupantes" se dividiam em duas categorias: (1) os posseiros em terras devolutas; (2) os que recebiam parcelas de terras nas fazendas e cuja renda era paga através de trabalho incorporado à terra - limpeza e formação de pastos. Esta última categoria representava a mais importante relação de trabalho na região. Em muitos casos, esses moradores obtinham terras para suas roças e pagavam com dias de trabalho no manejo do gado.

Como nota de esclarecimento, acrescentamos que essas relações foram detectadas por Fiorentino (1982), embora o número de rendeiros que paga renda através da formação de pastos seja imprevisível, sem pesquisa específica, pois o IBGE o registra junto com os "ocupantes", diluindo-o, portanto, com os posseiros clássicos. Entretanto, nossas observações levam a crer que, nas áreas guaristas, com ênfase para o Sul do Estado, grande parte dos gistrados como "ocupantes" é constituída, de fato, por rendeiros formadores de pastos.

No Semi-árido, a **parceria** aparecia com alguma frequência, especialmente, nos vales úmidos (Gurguéia, Fidalgo, Piauí etc.), diante a produção de arroz ou milho, principalmente, no vale do rio Aueira, além da produção de alho nas margens do rio Guaribas, na região de Picos. Nos municípios fora dos vales prevaleciam as relações de **rendeiro**, com pagamento em trabalho na terra ou no manejo do gado, e a **parceria** na produção de algodão, associada com a pecuária extensiva.

#### 4. Considerações gerais

Em síntese, o período de 1950 a 1970, no Piauí, se caracterizou pela formação de uma estrutura produtiva em que o **latifúndio** apresenta-se como a unidade produtiva básica, além de um setor de produção agrícola baseado na pequena produção de subsistência. Trata-se de uma estrutura produtiva que, dadas as íntimas ligações entre o latifúndio e as pequenas unidades agrícolas, principalmente, a vinculação em nível produtivo referente ao fornecimento de mão-de-obra pelas unidades produtivas minúsculas (mesmo as independentes: pequenos proprietários e pequenos posseiros), podemos considerar como um sistema produtivo sustentado em relações de produção pre-capitalistas, que denominamos de *"sistema latifúndio-camponês"*.

Esse sistema se compõe de unidade latifundiária sob três formas: **latifúndio pecuarista, latifúndio rentista e latifúndio pecuário-**

cultura de subsistência. Subjacente ao latifúndio, formou-se a pequena produção agrícola composta de produtores proprietários e posseiros de pequena escala (áreas inferiores a 5ha), além de produtores médios, ocupando áreas que variam de 50 a 100ha. Estes representavam unidades produtivas, basicamente, de proprietários que combinavam a agricultura com a pecuária, também em pequena escala, sobretudo a leiteira, nas proximidades dos maiores centros urbanos, como Teresina, Parnaíba, Floriano e Picos.

Essas formas de latifúndio se espalharam por todo o Estado, mas, em função das características físicas e da herança da formação econômica piauiense, detectamos nitidas idiosincrasias. Assim, o latifúndio pecuarista se concentrou na região do Extremo-Sul e no Sudoeste (alto Parnaíba), onde predominam os Cerrados piauienses. Nessa área, a pecuária de corte representou a principal forma de ocupação até o final da década de 60, registrando-se baixa densidade populacional e uma estrutura fundiária em fase de consolidação nas áreas de Cerrados que, a partir dos anos 70, foram, em grande parte, ocupadas por projetos agropecuários financiados pela SUDENE, com recursos dos Incentivos Fiscais.

Visando a diferenciar do latifúndio pecuarista, adotamos a denominação latifúndio rentista desde que não tem a atividade de criatório bovino como interesse principal do proprietário, mas sim, a produção que recebe, a título de renda, das parcelas cedidas de suas terras para lavradores não proprietários, com a ressalva de que o produto-renda pode ser amendoa de babacu, arroz, milho e feijão, variando a preferência de acordo com a região. Localiza-se, preferencialmente, nas áreas de grande incidência das palmeiras de babacu, mas, em geral, se espalha por todo o Norte do Estado, aparecendo muito pouco no Sul e no Semi-árido. É o latifúndio que se apresenta em maior número, detem a maior quantidade de pessoal ocupado ou de famílias não proprietárias e o que registra o maior número de conflitos, motivados, quase sempre, pela renda abusiva cobrada pelos titulares, principalmente, no regime de arrendamento, quando os arrendatários são obrigados a pagamentos em espécie, independente de boas ou más safras.

O latifúndio pecuário-cultura de subsistência concentra-se na região Semi-árida, notadamente, nos municípios com menor disponibilidade de água, recorrendo-se, então, a açudes construídos pelo governo ou pelos proprietários. Representa a pecuária em sua forma mais extensiva. As parcelas cedidas para os lavradores não proprietários para o plantio de roças de culturas alimentícias e de algodão têm como finalidade suprir de alimentos o gado durante o verão, quando os pastos naturais estão esgotados. O regime de criatório é totalmente extensivo: o gado é criado solto nas chapadas e caatingas, merecendo poucos cuidados em termos de alimentação e manejo. Nesse tipo de latifúndio, a renda em espécie perde importância, prevalecendo a renda em trabalho, referente a prestação de alguns dias de serviço para o proprietário, com antese para o manejo do gado, ou seja, recolher os animais que se espalham pelas caatingas.

A pequena produção também se concentra, basicamente, no Norte, sobretudo, no baixo Parnaíba e nos vales dos rios Longá e outros afluentes do Parnaíba, mas pode ser encontrada em todo o Estado, como no Centro-Norte, aproveitando os vales dos rios Gurgueia, Itaueira, Fidalgo, Piauí, Guaribas, Itaim, Urucui Negro etc. Nas varzeas, predomina a produção de arroz, alho, cebola e milho, enquanto nas terras altas, prevalecem o feijão, o milho, arroz, mandioca, isto é, a policultura alimentar.

Durante o período em análise, a produção agrícola **pequenos e médios proprietários e posseiros** apresentava poucas distinções. Os procedimentos tecnológicos eram os mesmos (baixo ou nulo índice de utilização de máquinas e insumos químicos), independente da extensão das unidades. Em geral, os estabelecimentos com lavouras concentravam-se nos grupos menores (menos de 1ha, 1 a 2ha e 2 a 5ha). Os estabelecimentos com lavouras de maior escala (acima de 5ha) não representavam mais de 10% do total, tanto os administrados por proprietários, como por posseiros. A produção agrícola nos latifúndios, desenvolvida por produtores em regime de parceria ou de arrendamento, mantinha condições mais precárias, pois se concentrava em propriedades com menos de 2ha e por não serem administradas pelos

donos, não realizavam nenhum investimento e muito menos, o emprego de qualquer adubo e defensivo.

Os estabelecimentos agrícolas, embora com baixo índice técnico, contratavam empregados temporários, nas fases de maior serviço, principalmente, os de maior escala. Em geral, mesmo os de menor porte dependiam desse tipo de serviço, porém, a **mão-de-obra básica era a da própria família do produtor**. A mão-de-obra temporária era recrutada, prioritariamente, dos estabelecimentos de não proprietários, em forma de serviço de empreitada ou diária, coexistindo, também, o sistema de ajuda entre famílias, nas menores unidades produtivas.

Um outro aspecto da pequena produção é a utilização intensiva da terra, principalmente, em se tratando dos estabelecimentos de menor escala, até 5ha. Em 1970, por exemplo, as unidades de menos de 2ha exploravam, integralmente, as suas áreas disponíveis com lavouras; as de 2 a 5ha, 91% e as de 5 a 10ha, 80,5% da área total. Esta exploração, combinada com práticas pouco conservacionistas em relação ao uso do solo, significava uma deterioração progressiva da terra e da produtividade agrícola, agravando as condições de vida dos produtores.

Dizíamos, pois, que nos anos estudados, gestou-se uma economia agrária das mais rudimentares, em que as unidades produtivas comerciais eram minoria, deixando para o latifúndio e a produção agrícola de subsistência o domínio quase absoluto do espaço rural piauiense. Fora os determinantes históricos dessa situação, antes abordados, no próximo capítulo, analisaremos outro fator determinante da maior importância: a **questão da renda ou da valorização dos patrimônios agrários no contexto histórico em que se encontrava o Piauí**, reforçando seu relacionamento com a economia brasileira global.

## 5 O LATIFÚNDIO E AS NOVAS FORMAS DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO AGRÁRIO NO PERÍODO 1950-1970

Introduziremos novos elementos para melhor esclarecer a formação de um sistema agrário onde o latifúndio e a pequena produção agrícola de subsistência aparecem como as principais formas de unidades produtivas, ainda que no conjunto da agricultura brasileira, o período considerado, marque uma fase em que as relações capitalistas, no campo, avançam consideravelmente. Essas passam a ser crescentemente dominadas pelo conjunto do capital industrial, superando, pois, a existência de sistemas agrários "independentes" do processo de acumulação de capital no País. Desta forma, este capítulo representa um complemento imprescindível aos anteriores, quando descrevemos aspectos da formação histórica e das estruturas produtiva e agrária diante de uma nova forma de integração a economia nacional.

Para a consecução de tal objetivo, recorreremos a posicionamentos teóricos de autores que trataram do tema, em termos de Brasil, além da própria teoria da renda fundiária em Marx. Esses elementos servirão como referencial teórico para a análise dos dados no Estado, para o período 1950-70.

### 3.1 As formas de relações pré-capitalistas no campo: algumas posições teóricas

Antes da análise das formas de valorização do patrimônio agrário dos grandes proprietários de terra no Estado, discorreremos sobre fundamentos teóricos acerca da "persistência" de formas pré-capitalistas de produção na agricultura brasileira, considerando que os mesmos resumem as principais concepções em voga sobre a questão. Evitamos entrar na discussão entre os que consideram essas formas um entrave para a acumulação de capital e os que advogam a tese da sua



funcionalidade para o mesmo processo, vez que a nossa preocupação maior é entender o sistema agrário que se formou no Piauí no período citado, além de acreditarmos que esse sistema não decorre de estruturas dualistas nem de uma complementaridade harmonica com o processo de acumulação de capital no Brasil.

Como decorrência, os autores selecionados, em nossa visão, adotam posições que percebem essas formas pre-capitalistas como consequência do movimento do capital e que, portanto, encerram contradições próprias desse movimento, embora apresentem concepções diferenciadas.

Silva (1979, p.7) propõe verificar a questão da compatibilidade entre o *"desenvolvimento relativamente importante do capitalismo no conjunto da economia e a manutenção de relações predominantemente pre-capitalistas na agricultura"*, no pós-64. Logo, não trata da origem dessas relações, mas de sua persistência, apesar do domínio do capital no conjunto das atividades produtivas brasileiras. Parte do conceito de *"dominação indireta"* do capital sobre a agricultura, desde que as formas pre-capitalistas só existem como formas dominadas, domínio que não se coloca, somente, através da relação de troca, que aparecem como elementos externos, mas significa que as próprias relações pre-capitalistas estão condicionadas pelo desenvolvimento do capital no conjunto da economia.

Partindo dessa concepção, objetiva demonstrar, teoricamente, que apesar da estrutura de preços relativos entre a agricultura e a indústria ao longo da industrialização brasileira ter se mantido estável, isso não implica que a agricultura não tenha dado uma contribuição significativa ao processo de acumulação de capital. Para esse autor, a contribuição é dada pelos diferenciais de aumento de produtividade que ocorrem ao longo do processo, a favor da indústria.

A demonstração ocorre, através de um exercício envolvendo o movimento da lei do valor, onde, no decorrer do tempo, os aumentos de produtividade na indústria em relação à produtividade constante na agricultura, gera, como resultado, preços de produção constantes para a última, mas lucros ascendentes na indústria. Esse resultado só

acontece porque a predominância de relações pré-capitalistas na agricultura não suscita o movimento de transferência direta de capitais desse setor para a indústria, não participando a agricultura da formação do lucro médio.

No entanto, esse processo encerra contradições próprias da especificidade e do momento do desenvolvimento capitalista no Brasil, não significando, portanto, que as relações pré-capitalistas sejam estáveis. Ao contrário, o próprio movimento do capital induz a passagem da dominação "indireta" para "direta", isto é, o estabelecimento de relações capitalistas no campo, levando a que "as variações dos preços agrícolas passem a influir sobre a taxa média do lucro". (Silva, 1979, p.19).

Assim, essas distinções, que formam tendência, se refletem na própria política agrícola do governo, que, ao mesmo tempo que incentiva o desenvolvimento capitalista na agricultura (através do crédito, por exemplo), instala subsídios e/ou incentivos que se contrapõem a propensões de aumento dos preços relativos em favor da agricultura, ainda que estes últimos sejam insuficientes para deter a tendência provocada pelo crescimento da dominação ferial no sentido de rejeitar concepções, tais como, aquelas que poderiam aceitar o estabelecimento de relações pré-capitalistas na agricultura, simplesmente, porque existiam terra e mão-de-obra abundantes, explicação tentadora, especialmente para o Piauí dos anos 50.

Para Silva (1978, p.252), em sua análise da agricultura para os anos 70, a manutenção de relações pré-capitalistas na agricultura advém de uma "relativa debilidade das transformações capitalistas", significando que o "capital não tem conseguido realizar a apropriação completa do trabalho, nem revolucionar o processo de produção de modo amplo e dinâmico". Essa debilidade se refere à produção dos seguintes elementos:

- a) papel determinante da propriedade da terra, em que a produção agrícola depende ainda da grande propriedade, em um processo em que essa produção se dá de forma extensiva, ou

seja, a renda agrícola vincula-se a quantidade de terra explorada;

- b) **persistência e recriação da pequena produção.** No Brasil, ao contrário da Inglaterra, não se gestou o arrendatário capitalista. Ao invés disso, aparece a *"fusão entre o proprietário territorial e o capitalista"*, que permite ao empresário auferir, ao mesmo tempo, lucro e renda, ainda que tal associação não figure como expropriação dos pequenos produtores, acontecendo, na verdade, uma combinação de diferentes relações de produção;
- c) **as políticas de modernização,** principalmente o crédito rural, não conseguiram generalizar a *"modernização"* para o conjunto da agricultura, a proporção que se concentram em poucos produtos e em regiões específicas. Além disso, o crédito, como política principal, tem sua aplicação, em grande parte, destinada a formar reserva de valor, como terras e animais;
- d) **alto grau de exploração de mão-de-obra empregada.** A pequena propriedade compensa sua inferioridade em relação à grande, com maior esforço de mão-de-obra via aumento da jornada de trabalho e incorporação de mulheres e crianças na jornada de trabalho. Ademais, o pouco emprego de tecnologia tende a deteriorar as condições da pequena produção, obrigando seus membros a completar a subsistência através do emprego temporário.

Como causas principais para a prevalência de relações pré-capitalistas, Silva (1978) menciona: (1) **a aliança entre o capital e a grande propriedade**, resultante de uma forma específica de capitalismo, no Brasil, de caráter reacionário, ligado ao capital monopolista; (2) **a subordinação da agricultura ao capital comercial e/ou industrial**, que mantém a exploração agrícola atrasada para explorá-la *parasitariamente*".

Portanto, esses elementos travam um processo de desenvolvimento

capitalista que, normalmente, significaria a dominação direta do capital, seja na indústria, seja na agricultura. Segundo Silva (1982, p.21), tais elementos decorrem de uma forma de capitalismo "periférico", que não ultrapassou as "etapas" percorridas pelos países centrais. O capitalismo nos países atrasados se desenvolveu dentro da etapa monopolista e *"à medida que estreitou a solidariedade das nações periféricas com o capitalismo internacional, via multinacionais, as economias periféricas se tornam, necessariamente, reflexas"*. Assim, o capital monopolista não necessita, nessas economias, de destruir *"as formas não especificamente capitalistas"*, mas, ao contrário, a existência dessas relações significa um baixo custo de reprodução da força de trabalho para o referido capital.

Neste sentido, parece-nos que as relações não capitalistas no campo foram apenas transformadas ou recriadas pelo desenvolvimento do capitalismo em sua forma monopolista, que, diante de sua condição reflexa, não necessitava transformar as relações agrárias, de forma radical, para viabilizar seu desenvolvimento. Daí seu caráter reacionário, desde que se alia às antigas oligarquias agrárias - **latifúndio e capital comercial**. Cano (1985, p.257) parte da formação econômica da periferia, a qual considera duplamente problemática:

*"De um lado, uma débil integração primária exportadora no mercado internacional (...), o que lhe confere dinâmica de menor crescimento e difusão; de outro, apresentou precário desenvolvimento de relações capitalistas"*.

A fragil estrutura produtiva do Piauí não teve como confrontar-se, competitivamente, com a economia paulista quando do *"processo de formação do mercado nacional"*, nem de outras regiões, com melhores condições para enfrentar a referida competição, como Minas Gerais, estados do Sul e do Centro-Oeste. O capital industrial penetrou apenas marginalmente na periferia, persistindo *"um espaço comandado pelo capital mercantil, que obstaculiza o progresso e mantém o atraso"*, na visão do mesmo autor (p.257). Então, diferentemente do polo, na periferia, em vez do capital industrial, foi o antigo capital comercial que continuou a *"comandar a maior fração do progresso de acumulação"*, o qual aprisionou a agricultura sobre seu domínio, *"capturando-lhe grande parte de excedente: no financiamento,*

*comercialização e distribuição dos produtos tradicionais, tanto os destinados ao mercado interno quanto os destinados às exportações".* (Cano, 1985, p.258).

Para esse teórico, foram o pequeno porte e a fraca articulação financeira regional do capital comercial que impediram que este realizasse a metamorfose para o capital industrial, embora não por falta de oportunidades de inversão modernizadora. A questão era que o mesmo não tinha fôlego para aproveitá-los. Sendo assim, esse capital preferia preservar seu antigo espaço, mantendo como área de "botim" o excedente agrícola gerado pelos pequenos produtores agrícolas da periferia. O processo de modernização da periferia parece, pois, depender do avanço da acumulação do capital, que, através do movimento de

*"centralização e concentração do capital forçara a expulsão do capital mercantil, em direção a sua específica órbita. Quer dizer, teremos que esperar por isto para que o capital mercantil liberte amplos setores produtivos de sua dominação e com isso, o processo de modernização da periferia possa avançar".* (Cano, 1985, p.259).

Politicamente, essa aliança representa um "bloco político conservador" formado pelo capital comercial e seus aliados mais diretos - o latifúndio improdutivo e a especulação urbana - os quais são chamados por Cano (1985, p.260) de "os mais enraizados inimigos da transformação e da modernização".

Oliveira (1977, p.10), estudando a economia brasileira a partir de 1930, sob o prisma do processo da acumulação de capital, coloca essa data como um ponto de inflexão onde se destroem as

*"... regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de criação de condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno".*

Nesse processo não só se redefiniu a expansão industrial, mas também, a agricultura deixa de ser primordial como geradora da renda interna para se tornar elemento fundamental de viabilização da modernização do capital na órbita industrial, o que

"... significava penalizar o custo e a rentabilidade dos fatores que eram tradicionalmente alocados para a produção com destino externo, seja confiscando lucros parciais (o caso do café, por exemplo), seja aumentando o custo relativo do dinheiro emprestado a agricultura". (Oliveira, 1977, p.11)

De acordo com esse autor, a regulamentação dos custos dos fatores de produção se baseava em três elementos:

- a) **regulamentação ao nível da relação capital-trabalho.** A fixação de leis trabalhistas significou uma intervenção nessa relação, evitando que se processasse o mecanismo da livre concorrência no mercado de trabalho, no qual se geraria um diferencial de salários, beneficiando categorias menos abundantes. Então, o estabelecimento de um salário mínimo permitia uma certa **"homogeneização salarial"**, que rebaixava, sobretudo, os salários de categorias mais qualificadas, contribuindo para facilitar o cálculo econômico empresarial em bases vantajosas, tendo como resultante a potencialização do processo de acumulação de capital;
- b) **fixação de custos ou "preços sociais"**. É o Estado arbitrando preços setoriais, distribuindo ganhos e perdas entre **"os diversos estratos ou grupos das classes capitalistas"**, em uma ação planejada a fim de direcionar a economia para o padrão de desenvolvimento capitalista ou transformar as unidades industriais as mais rentáveis do sistema. Esses **"preços sociais"** aparecem sob a forma de financiamento barato, subsídios a importação de máquinas, impondo o confisco a exportação de produtos agrícolas, além do aumento de capacidade do Estado como produtor direto, o qual representa outros benefícios para o setor industrial, mormente, pelo fornecimento de insumos a preços baixos e pelo estabelecimento de mercados cativos para indústrias específicas;
- c) **novo papel da agricultura no período pós-30.** De um lado, o subsetor exportador deve suprir as necessidades do divórcio para importação de máquinas e insumos. De outro, o subsetor de produtos destinados ao mercado interno

"... deve suprir as necessidades das massas urbanas, de forma a não elevar o custo da alimentação, principalmente e secundariamente o custo das matérias-primas, e não obstaculizar (...) o processo de acumulação urbano-industrial". (Oliveira, 1977, p.15).

Nesta perspectiva, o campesinato é expropriado, não em sua propriedade, mas no seu excedente. Essa expropriação se concretiza de várias formas, considerando um campesinato diferenciado. De um lado, o pequeno proprietário é espoliado no processo de comercialização e, de outro, é o campesinato que mantém parcelas de terras de terceiros, conforme o teórico supracitado (1977, p. 16):

"O trabalhador rural ou morador ocupa a terra, desmata, destoca e cultiva as lavouras temporárias chamadas de 'subsistência': nesse processo, ele prepara a terra para as lavouras permanentes ou para a formação de pastos, que não são dele, mas do proprietário, ao passo que a subtração de valor que se opera para o produtor direto reflete-se no preço dos produtos de sua lavoura, rebaixando-os".

Logo, apesar das divergências teóricas, os autores referidos convergem em alguns pontos. O primeiro é o fato de que a **persistência de formas pré-capitalistas na agricultura brasileira**, no período pós-30, esta intimamente atrelada ao processo de acumulação de capital, devido às especificidades inerentes ao capitalismo brasileiro. O segundo diz respeito ao **nível teórico** em que é tratada a questão, que se situa em um contexto ainda mais amplo, no sentido de que exclui, como esperado, singularidades regionais e/ou locais. No entanto, tais formulações nos parecem importantes para pensar essas idiossincrasias, sobretudo, a vinculação das relações internas com o processo de acumulação de capital no Brasil.

### 3.2 A renda fundiária moderna: elementos teóricos

É importante focar elementos referentes à teoria da **renda fundiária em Marx**, para melhor esclarecer a análise da renda fundiária, no Piauí, especialmente, quanto ao não aparecimento da renda fundiária moderna, que exige o estabelecimento de relações capitalistas de produção.

A renda fundiária moderna surge, historicamente, quando a agricultura passa a ser um simples ramo de aplicação de capitais. Logo, a mesma é dominada pelo capital industrial e a exploração agrícola é feita por capitalistas. Mas, para que isso ocorra, é necessário que os trabalhadores rurais já estejam expropriados de seus meios de trabalho e encontrem-se à disposição dos capitalistas que decidem valorizar o capital na atividade agropecuária. Nessas circunstâncias, a renda fundiária pressupõe a propriedade fundiária, o que significa que *"certas pessoas têm o monopólio de dispor de determinados porções do globo terrestre como esteras exclusivas de sua vontade privada, com exclusão de todas as outras"*. (Marx, 1985, p.124).

No entanto, a simples posse desse monopólio não garante que o proprietário valorize suas terras através da apropriação da renda fundiária moderna. O emprego das mesmas pelos capitalistas e o montante de renda gerado dependem do **movimento do capital** em nível nacional e das condições dos **mercados para produtos agrícolas**. Desse movimento e desse comportamento, determina-se a demanda por terras, tanto as utilizadas de forma capitalista, como as que ficam fora da produção agrícola propriamente capitalista. Nessas últimas, os proprietários procuram formas diversas de valorização, que podem significar a utilização não-capitalista, aproveitando a pressão exercida sobre a terra, decorrente do grande grau de concentração que caracteriza o monopólio da propriedade das terras por poucos, como é o caso nacional, ou pode significar a conservação das terras em estado bruto, a espera de valorização.

É, pois, o movimento do capital que determina o uso capitalista das terras. Através do capitalista-arrendatário, este se obriga a pagar ao

*"'proprietário' (arifo do sutor) do solo explorado por ele, em prazos determinados, por exemplo anualmente, uma soma em dinheiro fixado contratualmente (assim como o proprietário paga juros determinados pelo capital monetário) pela permissão de aplicar seu capital nesse campo específico de produção"*. (Marx, 1985, p.125-126).



p) O monopólio da terra aparece como um obstáculo ao capital na exploração agropecuária. obstáculo este, advindo do fato de a terra ser um meio de produção fundamental, que, ao mesmo tempo, não é reprodutível pelo trabalho humano. Por isso, para esse teórico, a

*"renda se constitui em um tributo que o capital tem que pagar ao dono da terra, tributo esse que representa parcela da mais-valia gerada que se transfere para o proprietário da terra, sem que este precise participar diretamente nas relações de produção". (1985, p.125).*

e) Diríamos que a produção capitalista na agricultura dissocia a propriedade fundiária das relações de dominação e servilismo feudais e separa, por completo, o solo, enquanto condição de trabalho, da propriedade fundiária e do senhor da terra, para o qual a renda é só um tributo em dinheiro que, por meio de seu monopólio, ele arrecada do capitalista industrial, ou seja, o arrendatário. A renda fundiária paga pelo arrendatário, fixada contratualmente, configura-se como um montante que se origina da soma de duas formas inseparáveis de renda, categorizadas por Marx (1985), para efeito de estudo, como **renda diferencial I e II e renda absoluta.**

A renda diferencial I corresponde a diferenças de rendimentos provenientes da aplicação de quantidades iguais de capital e de trabalho em solos de iguais superfícies, mas de fertilidades variadas e/ou de diferentes localizações. As bases da renda diferencial I são, portanto, em primeiro lugar, a **fertilidade natural do solo**, face às suas qualidades químicas em termos de posse de "*elementos nutritivos*" para as plantas. Isso abstraindo-se os fatores climáticos, os quais estipulam diferença, sobretudo quanto ao regime pluviométrico, considerando-se uma agricultura de base técnica rudimentar. Em segundo lugar, a **localização** também exerce influência importante na escolha da área a ser empregada. Solos inferiores podem ser escolhidos em detrimento de solos superiores, mas que se localizam distantes dos mercados ou ainda não contam com acesso fácil, principalmente, em termos de infra-estrutura de rodovias e energia elétrica.

Portanto, na definição da renda diferencial I, Marx (1985) tem como pressupostos: (1) nos vários solos com superfícies iguais são

aplicados montantes iguais de capitais; (2) nesse caso, portanto, e a **fertilidade natural do solo** que se torna um elemento crucial no diferencial de renda; (3) a renda diferencial corresponde ao **sobrelucro do produtor** que é transferido ao proprietário, em virtude de não advir do capital, mas de qualidades inerentes ao solo; (4) ela é medida pela **diferença entre o preço de produção** no solo de inferior qualidade. Nesse sentido, solos com qualidades diferentes produzem rendas diferenciais de montantes desiguais, dado que essa renda é, **sempre**, medida em relação ao pior tipo de solo utilizado, sendo que este último não paga renda diferencial.

Mas, para esse estudioso, a renda diferencial II é a forma de renda mais concreta. A renda diferencial I já havia sido definida como a única forma de renda existente. Entretanto, segundo Marx (1985, p.125), o conceito de renda diferencial I é uma primeira etapa para entender a complexidade da questão, em que se destacam elementos naturais importantes que fazem diferença em termos de produtividade, quando se aplicam trabalho e capital na agricultura — **fertilidade dos solos e localização dos terrenos**. Além desses elementos, a renda diferencial II leva em conta *“as diferenças na distribuição do capital (e na capacidade de crédito) entre os arrendatários”*, elementos cruciais no contexto de uma agricultura capitalista.

Assim, a renda diferencial II se cria através de sucessivos empregos de capitais nos mesmos tipos de solos, o que traz resultados diversos para tipos distintos de solos em virtude dos diferenciais de produtividade, tendo como consequência sobrelucros desiguais para os vários tipos de solos. Esses sobrelucros se transformam em renda, à medida que os contratos de arrendamentos são renovados, pois os benefícios de aplicação de capitais na terra se incorporam aos elementos naturais da mesma.

E se a demanda aumenta em proporção menor que a oferta, pode resultar que a produção do pior solo seja superflua. Então, é provável que as rendas diferenciais dos melhores terrenos sejam reduzidos em relação a condição em que se considerava apenas o pressuposto da renda diferencial I, mesmo compreendendo que o

sucessivo emprego de capitais no mesmo terreno resulta em decréscimo de produtividade do solo. A redução da renda diferencial dos vários terrenos acontece à medida que diminui o preço de produção regulador do mercado, com a supressão do uso dos piores solos, sendo que esses preços de produção fundamentam o preço de mercado. Esse resultado teria efeito contrário aquele suposto por David Ricardo, no qual o aumento da oferta agrícola provocaria, sempre, aumento dos preços agrícolas com conseqüente diminuição da taxa geral de lucros, em virtude do aumento do custo de reprodução da força de trabalho.

Acrescentamos que mesmo o pior solo gera renda, pois o proprietário não iria cedê-lo, gratuitamente, ao arrendatário, ate porque esse solo não gera renda diferencial. Para que seja explorado, urge que o preço de mercado proporcione o lucro médio para o arrendatário e mais a renda a ser paga ao dono, renda esta, que, para Marx (1985), é a diferença entre o preço de produção social e o valor do produto agrícola proveniente desse solo, supondo-se que o preço de mercado corresponde exatamente ao valor do produto e não ao preço de produção. No caso da agricultura, o valor é maior que o preço de produção, em virtude da composição orgânica do capital ser inferior à média do conjunto da economia, diante do atraso relativo desse setor em comparação à indústria. Marx denomina essa renda de renda absoluta, a qual depende do movimento da renda diferencial, pois é ele que determina, simultaneamente, o valor e o preço de produção do produto agrícola.

A título de esclarecimento, é recomendável consultar o trabalho sobre a renda fundiária em Marx, quando, inclusive, se confrontam autores, como Silva (1981).

### 3.3 A renda fundiária pré-capitalista: elementos teóricos

A caracterização teórica das formas de renda pré-capitalistas é essencial à fundamentação da análise da renda fundiária, no Piauí, ainda que a origem dessa última difira das formas analisadas por Marx.

Isto porque, os tipos de renda da terra a que se refere Marx (1985), no capítulo "Gênese da renda fundiária capitalista", consistem em formas de renda que surgem antes que se tivessem formado as condições para o estabelecimento da renda moderna. Assim, o desenvolvimento das formas de renda estudadas corresponde à evolução histórica, que, embora não transfigure a renda em sua essência, traz, no seu bojo, avanços notáveis rumo a uma economia com maior divisão do trabalho. Logo, com crescente importância de uma economia de mercado.

A renda em trabalho corresponde a forma mais primitiva de renda, na qual o trabalhador, dono de suas condições de trabalho, presta serviço gratuito ao proprietário, nas terras deste, antes ou depois de ter labutado em sua própria área. Neste caso, aparecem, distintamente, trabalho necessário e trabalho excedente, no tempo e no espaço.

Essa renda advém da condição de servidão que o campones tem em relação ao proprietário fundiário, sem a qual a renda seria impossível. Essa servidão emergia de alguma "coerção" econômica ou política, mas precisava existir certa produtividade natural do trabalhador que lhe permitisse prestar dias de trabalho para o proprietário e garantir sua subsistência no período que trabalhasse para si mesmo, e ainda repor seus instrumentos de trabalho. Nesse caso, a renda coincide com o "excedente econômico" e é apropriada, diretamente, pelo proprietário fundiário, sem a intermediação do arrendatário: a relação do trabalhador com o proprietário é direta, apoiada em servidão e/ou dominação.

A renda em produto configura-se como uma forma metamortoseada da renda em trabalho, com a única distinção de que o mais-produto e o trabalho necessário não se encontram separados, pois supõe (Marx, 1985, p.252-254) um estágio avançado das forças produtivas, em que

*"...o mais-trabalho já não deve ser executado em sua configuração natural, portanto também não mais sob a vigilância direta e a coerção do senhor da terra ou de seu representante, pelo contrário, o produtor direto, impulsionado pelo poder das condições imperantes, em vez de sê-lo pela coerção direta, e pela determinação legal, em vez de sê-lo pelo chicote, deve efetua-lo sob sua própria responsabilidade".*

No entanto, esse tipo de renda ainda pressupõe uma economia natural conjugada com a indústria rural. Ainda não se pensa em termos de relações de custos, o que significa baixa integração com a economia urbana.

A renda em dinheiro pressupõe uma sociedade mais evoluída, mormente, quanto às suas relações de mercados, e de maior avanço na divisão social do trabalho, acarretando, portanto, uma circulação maior de dinheiro. A renda em dinheiro nada muda quanto à essência da renda em produto: **aquela é apenas uma forma mais avançada desta.** O mais-produto social continua sendo excedente do produtor direto, que é apropriado pelo proprietário fundiário. Mas

*"... o caráter de todo modo de produção fica mais ou menos alterado. Perde sua independência, sua desvinculação social. A relação dos custos de produção, em que, agora, entram gastos financeiros maiores ou menores, torna-se decisiva". (Marx, 1985, p.255).*

O mais-trabalho que vai para as mãos do proprietário fundiário e, agora, necessariamente, intermediado pelo mercado, o que supõe significativo desenvolvimento da indústria e do comércio, isso implica uma integração muito mais intensa da agricultura com as atividades urbanas, rompendo-se a economia natural. A lei do valor exige que os produtos sejam vendidos pelos seus valores em termos de trabalho executado em sua produção, pressupondo uma concorrência entre os produtores privados, sobretudo, quanto ao não desperdício de trabalho e materiais, demandando que **a produção seja executada, no mínimo, na proporção das condições médias de produtividade social.** Marx (1985, p.259) fala, ainda, de uma forma de renda mais avançada, mais próxima da renda fundiária moderna. Trata-se do sistema de parceria,

*"onde aquele que cultiva (o arrendatário), além de seu trabalho (próprio ou alheio), fornece uma parte do capital de giro, enquanto o proprietário da terra, além do solo, outra parte do capital de giro (por exemplo, o gado) e o produto é dividido em determinadas proporções, variáveis nos diferentes países, entre o rendeiro e o proprietário da terra".*

Naturalmente que a parte recebida pelo proprietário não seria totalmente renda, mas estaria incluído o juro do capital fornecido

elo último. Este caso representaria um nível maior de especialização do produtor e integração mais intensa com o mercado, além de o produtor aparecer como detentor de uma parte do capital, representando um estágio em que ele se aproxima de um "sócio" do proprietário, em uma relação bem mais próxima do arrendamento capitalista.

### 3.4 Novos elementos sobre a formação do sistema latifúndio-camponês no período 1950-1970

Neste item, pretendemos discutir elementos concernentes às especificidades do Piauí, a fim de esclarecer melhor a evolução de sua estrutura agrária, com respaldo no referencial teórico tratado nos itens precedentes e nos capítulos de teor histórico. Representa, portanto, a introdução de novos elementos em acréscimo aos anteriores, no sentido de deixar mais claro o tipo de sistema agrário prevalecente em território piauiense, no início das intervenções governamentais, anos 70.

A título de hipótese, afirmamos que o sistema agrário que se formou no Piauí, no período de 1950-70, tem como elementos determinantes, dois conjuntos de fatores. O primeiro deles se refere à formação econômica baseada na pecuária e no extrativismo, responsável por uma estrutura fundiária extremamente concentrada, com forte pressão sobre a terra, mormente, na região extrativa (Norte), para onde convergiram numerosas famílias expulsas pelas secas, de outros estados nordestinos e que encontraram na economia extrativista piauiense (e maranhense) um meio de sobrevivência. Ademais, o baixo nível tecnológico associado a relações de trabalho arcaicas determinaram unidades produtivas quase "autárquicas", contribuindo para um baixo crescimento urbano e, conseqüentemente, um mercado interno bastante restrito e concentrado em poucas cidades - Teresina, Parnaíba, Floriano e Picos.

O segundo diz respeito à nova integração com a economia nacional, impondo novas determinações à estrutura agrária. Antes, o

Principal produto piauiense se dirigia para o exterior, enquanto se importavam produtos alimentares e/ou manufaturados do Nordeste e Sudeste. A partir de 1950, o Piauí passa a dirigir a produção agrícola para o mercado interno, tendo que se defrontar com produtos de estados mais avançados. Face à crescente articulação entre os mercados regionais, onde os programas federais da formação de um mercado em nível nacional, quebrando as barreiras interestaduais para a livre circulação de mercadorias, permitia a imposição da lei do valor na determinação dos preços, seja para produtos industriais, seja para produtos agropecuários.

Tal pressuposto atuara com parametro para o desenvolvimento dos temas seguintes. Inicialmente, verificaremos alguns dados que mostrem evolução, no contexto de grandes regiões, de algumas variáveis importantes, com a ressalva de que, para fins de estudo, dividimos o estado em três grandes regiões geográficas, a partir da classificação do IBGE, em microrregiões. O nosso critério de categorização foi o da incidência dos programas governamentais estudados, tendo-se as seguintes regiões, as quais serão melhor definidas nos capítulos 6, 7 e 8: (1) **Norte**, subdividida em Vale do Parnaíba e Cocais; (2) **Semi-árida**, subdividida em Fazendas Estaduais, Picos, Secas e Vales Úmidos; (3) **Cerrados**, subdividida em Cerrados I (Sudoeste) e Cerrados II (Extremo-Sul).

Os anos 50 iniciaram-se com uma profunda crise da economia extrativa, base principal da renda de grande parte das unidades latifundiárias durante toda a primeira metade do século XX, especialmente, no Norte do Estado, onde se concentravam as palmeiras nativas de babaçu e de cera de carnauba. Nas regiões Semi-árida e Cerrados, a atividade predominante era a pecuária extensiva, sobretudo, no Semi-árido, onde esta última se consorciava com o algodão arbóreo. Os Cerrados, especialmente, sua parte a Sudoeste, constituíam uma área quase vazia, a não ser pela presença de alguns grandes proprietários e posseiros que praticavam pecuária extensiva agregada a culturas de subsistência, enquanto em sua parte Sul, prevalecia a pecuária de forma pura, de melhor nível de criatório.

No QUADRO 12, duas regiões se destacam \_ Norte e Semi-árida \_ as quais representavam quase 90% do número de estabelecimentos, seja os tocados por proprietários, seja os administrados por rendeiros. No decorrer da fase de 1950-70, houve uma fragmentação das propriedades, em dois níveis: (1) divisão da propriedade em vários pedaços, decorrente, decerto, de partilha proveniente de heranças; (2) fragmentação da propriedade em parcelas oferecidas para arrendamentos.

**QUADRO 12 - ESTABELECEMENTOS E ÁREA, SEGUNDO CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS POR REGIÕES FISIOGRAFICAS 1950-1970**

Regiões	1950						1970					
	Próprias		Arrendadas		Ocupadas		Próprias		Arrendadas		Ocupadas	
	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A
Norte	11.516	3.528.324	354	120.704	254	30.938	26.499	1.603.633	80.800	240.034	30.819	163.362
Semi-árida	16.468	2.620.546	1.035	15.836	477	62.293	41.698	4.045.879	11.984	85.884	17.516	218.523
Cerrados	3.600	1.380.160	16	4.620	210	28.062	4.211	1.078.063	166	1.050	1.534	39.276

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1950, Rio de Janeiro: 1950.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1970, Rio de Janeiro: 1970.

O primeiro tipo de fragmentação ocorreu com maior força no Semi-árido, enquanto o segundo se deu mais na região Norte. Para esta última, de apenas 354 estabelecimentos arrendados em 1950, temos, em 1970, 80.800 estabelecimentos, configurando cerca de 86,9% do total, enquanto que para o Semi-árido, embora o número de unidades arrendadas tenha aumentado em cerca de 11,6 vezes, essa categoria de estabelecimentos representava só 12,9% do total. Foi no Norte, portanto, onde mais se desenvolveu o sistema de arrendamento, que correspondia, em 1970, a mais de 85% dessa categoria de estabelecimentos para o Estado.



Um traço importante das unidades arrendadas era que representavam pequenos estabelecimentos, cujas áreas médias atingiam, para o Norte, cerca de 3ha e para o sertão, um pouco mais de 7ha.

Uma outra forma de acesso dos pequenos produtores a terra era a ocupação de áreas de terceiros ou públicas, fenômeno, também, quase que restrito as duas primeiras regiões, que detinham menos de 800 estabelecimentos nessa condição, em 1950. Em 1970, esse número alcança mais de 48.000 estabelecimentos, com áreas médias se situando em 5,3ha para o Norte e 12,5ha para o sertão. O QUADRO 13 expõe que eram nessas regiões, onde se concentrava o maior contingente de pessoal ocupado, no período, detendo mais de 86%, em 1950 e 95,8%, em 1970, o que indica que foram elas mais dinâmicas na absorção de força de trabalho.

**QUADRO 13 - PESSOAL OCUPADO, SEGUNDO CATEGORIAS PRINCIPAIS, POR REGIÕES FISIOGRAFICAS 1950-1970**

Regiões	1950				1970			
	Total	FTF <sup>(1)</sup>	Empregados Temporários	Empregados Permanentes	Total	FTF <sup>(1)</sup>	Empregados Temporários	Empregados Permanentes
Norte	75.096	33.852	36.621	4.623	285.511	276.773	2.832	2.372
Semi-árida	86.352	58.107	26.560	1.685	211.514	204.688	3.821	1.188
Cerrados	24.857	15.220	8.744	883	21.711	20.779	260	99

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1950. Rio de Janeiro: 1950. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1970. Rio de Janeiro: 1970.

(1) FTF = Força de trabalho familiar

Um fenômeno importante, evidenciado no QUADRO 13, é a redução da participação dos empregados temporários e permanentes na composição do pessoal ocupado. Para o Norte, esse decréscimo, para o emprego temporário, foi de 48,8%, em 1950 e de apenas 1,0%, em 1970. Para o sertão, essa participação caiu de 30,8% para 1,8%, implicando que o

trabalho familiar não remunerado se transformou em forma quase absoluta de utilização da força de trabalho, no final do período. Essa situação representa, porém, apenas um momento da situação da mão-de-obra, deixando-se de verificar o movimento da mão-de-obra familiar durante o ano, a qual se emprega, por períodos curtos e/ou realiza contratos de parceria ou arrendamento. Excluindo-se, então, a região dos Cerrados, que não acusou grandes transformações em 1950-70, as regiões Norte e Semi-árida apresentaram mudanças marcantes, sobretudo, no conjunto das relações de produção.

Antes de abordarmos a dinâmica do período é interessante colocar alguns aspectos que constituem o ponto de partida do movimento das referidas regiões. Ambas foram expressivamente marcadas pela economia extrativa. A região sertaneja foi, particularmente, importante na produção de borracha de manicoba, produto que possibilitou o progresso dos municípios de Simplicio Mendes, Canto do Buriti, São João e São Raimundo Nonato, além de Floriano, como principal centro comercial da área da borracha. O Norte foi a região de maior desenvolvimento das atividades de extração do babaçu e da cera de carnaúba, favorecendo o crescimento de cidades produtoras e cidades-empórios, com destaque para Parnaíba (cidade litorânea) e Teresina (capital do Estado).

O extrativismo propiciou significativo afluxo de população para as principais unidades produtoras e comerciais, contribuindo, dessa forma, para uma ocupação mais rápida das terras, mais no Norte. O sertão apresentava, também, feição um pouco diferenciada em relação ao Norte: o desenvolvimento da pecuária extensiva consorciada com algodão e culturas alimentares, atividade que cobria a maior parte dos municípios do "centro do semi-árido". Ademais, a sub-região de Picos, formada por pequenos proprietários, praticando a agricultura alimentar, dava à região sertaneja a primazia da produção agrícola estadual. Em 1950, a participação do sertão nos principais produtos agrícolas era:

	<u>Milho</u>	<u>Mandioca</u>	<u>Feijão</u>	<u>Algodão</u>	<u>Arroz</u>
Sertão	61.2%	60.2%	66.5%	79.2%	20.5%

Em 1970, a situação era diferente, com o Norte mantendo melhor participação na produção desses produtos:

	Milho	Mandioca	Feijão	Algodão	Arroz
Norte	60,5%	56,6%	42,8%	52,1%	74,0%
Sertão	31,4%	34,9%	51,4%	45,4%	14,8%

Quanto a produção extrativa, o Norte continuou aumentando a produção, conforme descreve o QUADRO 14, principalmente, no que concerne a produção de amêndoas de babaçu para abastecer a fábrica de óleo comestível que se instalou em União. Os municípios de maior concentração de palmeiras de babaçu — Barras, José de Freitas, Porto, Altos e Nossa Senhora dos Remédios — prosseguiram com a atividade, mas muito modificada quanto as relações econômicas anteriores.

**QUADRO 14 - PRODUÇÃO EXTRATIVA,  
SEGUNDO REGIÕES  
FISIOGRÁFICAS  
1950-1970**

Regiões	1950				1970			
	Amêndoa de Babaçu		Cera de Carnaúba		Amêndoa de Babaçu		Cera de Carnaúba	
	Estabele- cimentos	(t)	Estabele- cimentos	(t)	Estabele- cimentos	(t)	Estabele- cimentos	(t)
Norte	1.954	8.372	4.681	1.965	6.383	12.083	8.460	2.361
Semi-árida	24	35	1.386	670	468	518	1.451	233
Cerrados	475	303	349	64	468	143	-	-

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censo agropecuário; 1950, Rio de Janeiro: 1950.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censo agropecuário; 1970, Rio de Janeiro: 1970.

Portanto, no período 1950-70, foram as regiões Norte e Semi-árida que mais se transformaram, com ênfase para a primeira, que operou readaptações quase radicais em toda sua estrutura produtiva e no conjunto das relações sociais.

## QUAL O SENTIDO DESSAS MUDANÇAS?

Os grandes proprietários preferiram dirigir suas terras para a produção pecuária de forma extensiva e/ou parcela-las para pequenos produtores em troca de renda. O parcelamento da propriedade aparece em dois sentidos: (1) garantir mão-de-obra barata para as tarefas ou trabalhos de abrir novas áreas produtivas na propriedade, como cercamento, manejo do gado, formação de pastos ou trabalho agrícola; (2) obter ganhos via recebimento de renda em espécie ou via produtos agrícolas \_ arroz, milho, feijão etc. \_ , ou via amêndoa de babaçu, nos municípios de maior concentração de babaçuais.

Assim, o latifúndio se expandiu muito no Norte, a ponto de, em 1970, o número de produtores-rendeiros alcançar a participação de 64,3% do total de estabelecimentos da região, embora esses produtores se coloquem na situação mais próxima de fornecedores de mão-de-obra do que propriamente de produtores agrícolas, pois as unidades produtivas tocadas por esses estabelecimentos eram tão diminutas (a maior parte com menos de 2ha), que a sobra, depois de paga a renda, mal garantia o consumo familiar. Por tudo isso, a grande massa de pequenos arrendatários e parceiros não tem sido incluída, por nós, no conceito de pequena produção no Estado. Na região **Semi-árida**, o latifúndio também se estendeu, recorrendo a relações de arrendamento e/ou parceria, porém em ritmo muito menor que no Norte. No **sertão**, essas relações estão mais vinculadas ao fornecimento de trabalho nas tarefas do estabelecimento, com ênfase para o manejo do gado, formação de pastos e limpeza do terreno.

A produção agrícola teve um evolução bastante relevante, nos anos referendados. Partiu de números modestos em 1950, multiplicando em várias vezes, no período, embora o ano de 1970 tenha sido de forte estiagem (**QUADRO 15**). Foi no Norte, onde se registrou a maior expansão da produção agrícola, justamente a zona de maior crescimento urbano, sobretudo, Teresina. Mas foi a produção alimentar de corte tradicional que obteve considerável expansão. Produtos de maior valor comercial e que demandam maior sofisticação tecnológica não despertaram interesse dos produtores piauienses, lembrando que os produtos constantes do

QUADRO 15 significam mais de 80% do valor da produção agrícola estadual.

**QUADRO 15 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, SEGUNDO PRINCIPAIS REGIÕES PRODUTORAS - 1950-1970**

Regiões	1950					1970				
	Algodão (t)	Feijão (t)	Milho (t)	Arroz (t)	Manioca (t)	Algodão (t)	Feijão (t)	Milho (t)	Arroz (t)	Manioca (t)
Norte	791	1.354	2.673	14.601	21.120	1.119	11.310	36.765	41.055	102.977
Semi-árida	3.369	3.956	1.035	4.420	45.575	976	13.585	21.101	8.132	64.682

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1950. Rio de Janeiro: 1950.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1970. Rio de Janeiro: 1970.

A expansão da produção agrícola decorreu do fracionamento da propriedade, principalmente a média e a pequena, forçando um conjunto de pequenos e médios produtores proprietários que se dedicaram, prioritariamente, à produção de bens alimentares. Ademais, o forte crescimento de produtores com acesso a terra através da simples posse completou o quadro de produtores agrícolas estaduais. Logo, se considerarmos que os estabelecimentos de até 200ha formam o conjunto de produtores dedicados basicamente à agricultura, atestamos a evolução desses produtores, nos anos estudados, através do QUADRO 16.

O QUADRO 16 comprova a evolução do número de produtores com até 200ha, em cerca de 700%. Mas, se excluirmos os produtores na condição de parceiros ou arrendatários, verificamos um crescimento dos estabelecimentos produtores agrícolas fora do latifúndio, em torno de 448%, isto é, o seu número é multiplicado por 4,48 no período 1950-70. Quando excluimos os produtores no interior do latifúndio, a região semi-árida apresenta um número maior de unidades agrícolas, o que se justifica, em parte, em virtude de Picos, incluído nessa região, obter uma grande participação de pequenos produtores proprietários,

figurando, assim, como a área que mais progrediu no que tange a pequena produção agrícola mercantil.

**QUADRO 16 - PRODUTORES COM ATÉ  
200ha, SEGUNDO  
PRINCIPAIS REGIÕES  
1950-1970**

Regiões	Total incluindo Rendeiros		Total Menos Produtores-Rendeiros	
	1950	1970	1950	1970
Norte	8.433	125.865	8.079	44.985
Semi-árida	16.154	70.889	15.116	58.905
<b>TOTAL</b>	<b>24.584</b>	<b>196.754</b>	<b>23.195</b>	<b>103.890</b>

**Fontes:** INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo agropecuário*; 1950, Rio de Janeiro: 1950.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo agropecuário*; 1970, Rio de Janeiro: 1970.

Não podemos dizer, no entanto, que foi a pequena produção formada por pequenos produtores proprietários ou posseiros que utilizam basicamente a mão-de-obra familiar, sem acesso a crédito e ao emprego de insumos modernos, explorando no máximo 10ha, para fim exclusivo de subsistência - a grande fornecedora de produtos agrícolas para o mercado. Isto porque, poucos produtores (5,9% do total), classificados por grupos de áreas de lavouras acima de 10ha, detinham, em 1970, 32,4% da produção de arroz, 47,3% da de feijão, 37,6% da de milho e 49,5% da de mandioca.

Pressupondo que o grau de autoconsumo (cuja média é de 55% para o Estado), nas unidades com áreas inferiores a 10ha, é maior que o dos estabelecimentos com extensão acima de 10ha, podemos dizer que, nesse ano, a maior parte da produção agrícola dirigida ao mercado tinha origem em unidades classificadas como médias e grandes explorações agrícolas. Tais unidades podem, em tese, ser aquelas localizadas próximas áreas urbanas ou em zonas de boa fertilidade agrícola, como as áreas ou vales de rios.

Em síntese, a estrutura agrária piauiense, que se formou no período 1950-70, apresenta a seguinte configuração: a **unidade latifundiária**, que tem como atividade principal a pecuária extensiva, cujas relações de produção são a parceria e o arrendamento, sendo a renda, em muitos casos, paga em trabalho, sobretudo no Semi-árido. No Norte, a presença do **latifúndio rentista** é muito importante, vivendo a renda dos moradores, quer em produtos alimentares, quer em produtos extrativos.

A produção agrícola se origina, em primeiro lugar, das pequenas explorações de subsistência, quando os pequenos excedentes individuais são reunidos por atravessadores, que os levam ao mercado. Outra parte da produção para o mercado vem das médias e grandes explorações, cujo objetivo de produção é, fundamentalmente, o mercado, atrelando-se, quase que diretamente, aos grandes atacadistas e recebendo, conseqüentemente, os melhores preços. Por fim, outra parte da produção agrícola dirigida ao mercado é levada pelo latifundiário, em decorrência da renda recebida de seus moradores.

Temos, assim, um sistema agrário em que o latifúndio aparece como unidade importante e a pequena produção de subsistência fica emprensada entre o latifúndio e as médias e grandes explorações, com as quais está ligada, sobretudo, no que tange ao fornecimento de força de trabalho em caráter temporário. Nesta última função, a pequena produção se soma à grande massa de produtores vinculados, diretamente, ao latifúndio, que aparecem como os principais fornecedores de trabalho temporário às demais unidades produtivas. Nessas relações, emerge o capital comercial em suas várias facções (**caminhoneiros, pequenos atravessadores, pequenos e grandes atacadistas**). Os pequenos atravessadores e caminhoneiros se relacionam mais estreitamente com os pequenos produtores, pois estão espalhadas por toda a região e so fornecem pequenos excedentes.

Buscando apreender o porquê dos grandes donos de terra preferirem valorizar suas propriedades através da renda pre-capitalista ou da pecuária extensiva, podemos nos valer, a princípio, do exemplo do grande produtor extrativista. Este obtinha seus lucros com a **venda ao**

terior do produto extrativo (cera de carnauba ou amêndoa de babaçu), cujo nível de acumulação era muito baixo, desde que as despesas se resumiam ao estabelecimento de um barracão de venda de mantimentos para os extratores, que empregavam instrumentos muito simples, registrando-se, ainda, que, em geral, o capital necessário era fornecido pelos grandes exportadores. Não houve, portanto, na economia extrativa, uma acumulação de desenvolvimento tecnológico, nem a formação de um mercado de trabalho rural, onde os trabalhadores tivessem sido expropriados de seus meios de subsistência. Tampouco temos notícia de que tivesse acontecido uma acumulação de recursos financeiros nas mãos de pessoas dispostas a investir em uma agricultura mais moderna.

Assim, para que os grandes proprietários de terra pudessem realizar, internamente, uma produção moderna, teriam que enfrentar quatro condições francamente adversas. Em primeiro lugar, um mercado urbano reduzido a poucas cidades, com uma população de baixo poder aquisitivo, em média. Em segundo lugar, a força de trabalho com baixa qualificação e ainda presa à terra, seja como pequenos proprietários ou posseiros, seja como moradores nas grandes e médias propriedades. Em terceiro lugar, a baixa qualidade do solo e a irregularidade climática de mais da metade do território estadual. E, por último, a baixa acumulação de recursos financeiros e a falta de uma infraestrutura institucional para defender seus interesses, no âmbito regional ou federal.

A maior parte dessas condições resultou da própria formação econômica, o que confirma a tese de Cano (1985), quando atribui a fraca estrutura produtiva da periferia a "uma débil integração pecuária-exportadora no mercado internacional". No Piauí, as duas principais atividades — pecuária e extrativismo —, dado ao seu caráter instável no contexto dos mercados nacional e internacional, determinaram, como vimos antes, uma estrutura produtiva frágil e exportadora de relações de produção em que se dispensava a circulação de mercadorias e, conseqüentemente, de dinheiro, não se produzindo relações econômicas ou de troca entre as unidades produtivas internas.



No lado externo, o confronto com produtores mais qualificados de outros estados produtores agrícolas - São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e outros - seria extremamente desvantajoso para os produtores piauienses, em função dos fatores negativos atrelados a circunstâncias internas. E que as condições de solo e clima, distância em relação aos mercados mais dinâmicos, desqualificação da mão-de-obra, entre outras, tornariam os produtos agrícolas estaduais/regionais pouco competitivos, mesmo considerando a disputa no mercado local.

Pensamos, pois, que mesmo existindo um grupo de indivíduos com recursos financeiros suficientes para um investimento maciço em uma agricultura capitalista, tal procedimento seria irracional, do ponto de vista de cálculo econômico, pois os riscos seriam demasiados. Neste aspecto, as condições específicas do Piauí contrariam a assertiva de Cano (1985, p.258), para quem o capital comercial da periferia não realizou a metamorfose para o capital industrial por causa de sua fragilidade financeira e não por falta de oportunidades e que, por isso, preferia se aliar ao latifúndio para se apropriar do excedente da pequena agricultura comercial e manter a "retrograda estrutura fundiária".

No Piauí, boa parte da acumulação financeira de origem no comércio foi aplicada nas únicas oportunidades industriais que a economia extrativa podia proporcionar - a fabricação de óleo comestível a partir da amêndoa do babaçu e o beneficiamento da cera de carnaúba -, além do que a presença do latifúndio está muito mais relacionada com as condições internas e externas desvantajosas do que propriamente com a sua aliança com o capital comercial.

O capital comercial, aparece, no Estado, com destaque, na fase da economia extrativa, em que surgem "casas exportadoras", em geral filiais de empresas estrangeiras que também atuavam em outras Unidades nordestinas da Federação, que financiavam os "barracões" dos proprietários de áreas de produtos extrativos e cuidavam da comercialização dos referidos produtos para o mercado externo. Mas não há evidências que confirmem a influência decisiva desse capital na

formação da estrutura agrária estadual, no período 1950-70, ou que tenha impedido a modernização das unidades produtivas agrícolas. Na verdade, teve lugar, nessa época, a formação de outra estrutura de intermediação comercial baseada no caminhoneiro, em feiras e no estabelecimento do comércio "atacadista", que pouco tinha a ver com o antigo capital comercial exportador.

Como exemplo, a Casa Marc Jacob, de origem piauiense, depois da crise das exportações de produtos extrativos, dedicou-se a indústria de beneficiamento de cera de carnaúba e ao comércio de eletrodomésticos, não mantendo nenhuma ligação com as atividades agropecuárias dos anos pós-50 e não tendo quase nenhuma relação com os "latifúndios improdutivos".

As formas de valorização do patrimônio agrário dos grandes proprietários, através da **pecuária extensiva, do pequeno arrendamento ou parceria**, eram a maneira mais conveniente de fazerem face as condições prevaícentes. Com efeito, a pecuária extensiva exige pouco investimento (em geral, os maiores gastos se referem a formação do rebanho, o qual se reproduz quase que naturalmente, sem necessitar de muita mão-de-obra, além de se valorizar a taxas superiores a inflação). Ademais, o crédito a atividade foi muito facilitado, principalmente, a partir da década de 60. Todas essas vantagens concorrem para a valorização do patrimônio agrário, sem que se corra quase nenhum risco. Isso sem falar na própria ajuda governamental, concretizada na construção de açudes, estradas, eletrificação, o que além de viabilizar a reprodução do rebanho, sobretudo no fornecimento de água, ainda valorizou as terras dos grandes proprietários.

A entrega de parcelas de terras para produtores não proprietários permite ao dono expandir a área trabalhada no estabelecimento, aumentar os pastos para o gado e garantir o trabalho a baixo custo para as tarefas da propriedade. Além disso, a renda recebida, seja em forma de produtos alimentares (arroz, feijão, milho etc.) seja em forma de amêndoas de babaçu, possibilita uma renda monetária adicional, quando esses produtos são levados ao mercado.

A pequena produção de subsistência permite ao capital comercial \_ atravessadores de toda ordem, pequenos e grandes atacadistas \_ lucros generosos na comercialização dos pequenos "excedentes" de milhares de pequenos produtores, lucros estes advindos da diferença entre o preço ao produtor (geralmente muito baixo) e o preço de mercado, descontados os custos da intermediação. Portanto, pensamos que fatores internos se conjugaram com fatores externos, formalizando um "sistema agrário" piauiense com baixo nível tecnológico, onde a unidade latifundiária assumia grande importância.

Na conjunção desses fatores, os internos parece-nos os mais importantes, pois foram os que forneceram os parâmetros da tomada de decisão para os grandes proprietários, no sentido da utilização de suas terras, no pós-50. Produzir modernamente era um procedimento quase impossível face as desvantagens que os mesmos teriam diante de produtores mais qualificados, com maior experiência produtiva, mão-de-obra mais qualificada e condições naturais, de mercado e organização, nitidamente superiores.

Nessas circunstâncias, o procedimento mais viável para os grandes titulares seria utilizar os elementos favoráveis, fornecidos por condições estruturais fortalecidas ao longo dos séculos anteriores: o monopólio da terra e um contingente populacional no campo desprovido de terras e de organização, situação resultante dos mesmos fatores que geraram um forte concentração de terra nas mãos de poucos. Assim, a pecuária extensiva e a captação de renda, em forma de produto ou de trabalho, mostravam-se muito mais lucrativas e menos arriscadas para os grandes e médios proprietários de terras no Estado, mesmo que tivessem que produzir produtos de qualidade inferior e desfrutar um mercado marginal, isto é, formado pela população urbana mais pobre.

O latifúndio fez um bom negócio com a pecuária extensiva (de baixos custos) e com a extração de renda de seus moradores. Seus produtos eram levados, diretamente, aos atacadistas urbanos e recebiam preços muito próximos dos produtos importados de estados mais desenvolvidos, sem mencionar as vantagens recebidas das políticas do governo, em forma de crédito subsidiado, estradas, eletrificação,

caçudes etc. O QUADRO 17 fornece uma ideia do funcionamento do latifúndio, em termos de uso da terra.

**QUADRO 17 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS  
DOS ESTABELECIMENTOS  
COM MAIS DE 500ha.  
1970**

Estabelecimentos (ha)	Área Total (ha)	Área Trabalhada (ha) <sup>1</sup>	Área Explorada (ha) <sup>2</sup>	Tamanho Médio dos Estabelecimentos (ha)
500 a 1.000ha	1.318.390	30.713	890.095	681,7
1.000 e mais ha	3.466.601	58.970	2.420.647	2.600,1

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.

<sup>1</sup> Área trabalhada = área com lavouras + área com pastagens plantadas

<sup>2</sup> Área Explorada = área trabalhada + pastagens naturais + matas naturais.

Os números evidenciam as formas de aproveitamento das terras desses estabelecimentos. A área trabalhada é diminuta (2,35% para os estabelecimentos entre 500 a 1.000ha e 1,7% para os com área superior a 1.000ha). Prevaecem as pastagens nativas e as terras ociosas, indicando um baixo índice de aproveitamento da terra. No entanto, esses estabelecimentos, que representavam, em 1970, 1,55% do número total, respondiam por:

- 25% dos financiamentos bancários;
- 24,3% do efetivo do rebanho bovino;
- 21,8% do valor dos bens;
- 22,7% dos investimentos;
- 2,0% do pessoal ocupado;
- 16,4% das despesas realizadas;
- 10,3% do valor da produção animal e vegetal;
- 49,8% das terras;
- 56,3% das pastagens nativas; e
- 50,1% das pastagens plantadas.

Esses estabelecimentos não representam propriamente a unidade latifundiária, mas a unidade produtiva do grande proprietário. A unidade latifundiária, para nós, inclui seus moradores com relações de parcerias ou pequenos arrendamentos. Essas unidades ainda eram as principais beneficiárias dos programas estatais de implantação de infra-estrutura econômica no setor rural, dos programas de combate aos efeitos das secas, dos açudes públicos e beneficiavam-se, também, de mais ou menos 25 a 35% da produção agrícola de parceiros e arrendatários, a título de renda pelas parcelas recebidas nas grandes propriedades. Os principais supostos ou elementos que se reproduzem para garantir a rentabilidade desses latifúndios se constituíam em terras e gado, que se valorizavam naturalmente, sobretudo, o rebanho bovino, que, além de valorar-se, ainda cresce, ano a ano, sem requerer maiores cuidados. A própria pastagem plantada, nos latifúndios permanentes, é transferida de graça aos moradores, que recebem parcelas de terra, na condição de entrega-las com pastos plantados.

Esses elementos possibilitam perceber que o latifúndio detém fontes de valorização seguras e lucrativas. No entanto, mais importante que a própria reprodução meramente econômica é o domínio social e político dos latifundiários, baseado no *monopólio da propriedade da terra*, que possibilita o acesso não só aos benefícios dos programas e políticas econômicas, mas, especialmente, o controle de grande massa de pessoas que deles dependem para garantir sua subsistência.

### 3.5 Considerações sobre as formas de apropriação do "excedente" agrícola do pequeno produtor rural

Visando a aprofundar o tópico anterior, procuramos, agora, dar uma idéia do significado e da dimensão das formas de renda pré-capitalistas apropriadas pelos proprietários latifundiários e os benefícios que recebem da intervenção governamental em relação à valorização do patrimônio agrário, além de colocar, alguns elementos sobre as relações entre a produção agrícola e o capital comercial.

No entanto, em face de estarmos limitados aos dados dos censos agropecuários para o período 1950-70, organizados sob a responsabilidade do IBGE, não será possível mostrar, com o nível de detalhamento ideal e desejável, essa relação, de grande importância para um entendimento mais profundo da agropecuária estadual. Além das informações censitárias serem incipientes quanto a renda fundiária, torna-se quase impossível a comparação entre os censos das décadas 1950, 1960 e 1970, pois as variáveis recenseadas variam de censo para censo. Na realidade, somente a partir de 1970, e que o IBGE buscou dar maior uniformização as referidas categorias. Por outro lado, praticamente inexitem, no Piauí, pesquisas sobre as formas de renda fundiária e sua dimensão. Diante desses fatores, o exame a seguir se limita a aspectos genericos da tematica.

### 3.5.1 As principais formas de rendas

As formas pré-capitalistas de renda fundiária, discutidas por Marx, aparecem, no Piauí, em maior ou menor grau e de modo simultâneo, embora não possamos afirmar que o contexto histórico estadual seja similar aquele para que o referido autor preconiza a existencia dessas modalidades de renda. A sua existencia, no Estado, nem ao menos representa reminiscencias de formas de produção atrasadas. Em contraposição, aparecem, simultaneamente, ao avanço de relações capitalistas na agricultura brasileira, formas, pois, ditadas por esse movimento, que tem, na lei do valor, seu epicentro. Sua origem, portanto, tem a ver com a maneira pela qual o proprietário fundiário piauiense decidiu valorizar seu patrimônio face as condições objetivas que se criaram com a formação de um mercado em nível nacional.

Em síntese, as formas em que as rendas aparecem no Estado são:

- a) em dinheiro ou em produto, com montante pré-fixado, em pequeno arrendamento:
- b) em trabalho, como percentual do montante colhido, em contrato de parceria:

c) em trabalho, com fornecimento de trabalho ou formação de pastos em troca de parcelas de terras recebidas na propriedade.

Cada forma de renda significa relações diferenciadas entre o proprietário e o produtor direto. O **pequeno arrendamento** ocorre, com maior frequência, nas áreas de extração vegetal **cera de carnaúba e/ou coco babaçu**, e nas propriedades, cujo titular não tem grande interesse na exploração direta. O **pagamento em produto** é o mais usual e o seu montante é fixado em termos de certas quantidades de cereais (arroz, feijão, milho), de cera de carnaúba ou de amendoas de babaçu, independentemente das circunstâncias em que os produtores labutam e produzem e/ou da safra obtida.

A **parceria** pressupõe um maior interesse do proprietário no processo produtivo. O risco é dividido/partilhado. Em muitos casos, o dono repassa a terra já preparada ao produtor e o percentual da produção cobrado varia de 20 a 50%, oscilando de acordo com as condições de produção. Nas áreas preparadas para irrigação, o percentual tende a ser maior por causa do investimento efetivado pelo proprietário. Esse tipo de renda acontece, com mais regularidade, nas áreas de várzeas e/ou nos vales úmidos, notadamente, no plantio de arroz e, em menor grau, de milho.

A **renda em trabalho** se dá, com maior incidência, nos latifúndios pecuaristas. O produtor direto recebe pequenas parcelas de terras na propriedade e, em troca, é obrigado a prestar serviços gratuitos aos proprietários ou a um valor bem abaixo da diária paga normalmente, na região. Muitas vezes, o pagamento se efetua na formação de pastos nas áreas recebidas, quando o produtor é forçado a devolver as referidas parcelas com pastos, depois de determinado tempo, que vai de dois a cinco anos.

Sem dúvida, essas formas de renda têm muitas semelhanças com as **formas de renda fundiária pré-capitalistas** descritas por Marx (1985). A **renda paga** simboliza um excedente de trabalho apropriado pelo

proprietário. Se bem que, no caso do Piauí, dificilmente, se pode chamá-la de excedente, pois as condições de produção são tão precárias, que a renda que o produtor é impelido a pagar ao dono, em muitos casos, avança sobre o próprio trabalho essencial do produtor. Essa situação é mais comum nos contratos de arrendamento, em que é imposto ao produtor o pagamento da renda fixada, indiferente à safra conquistada. Nos anos (freqüentes, por sinal) de fortes irregularidades climáticas, o arrendatário-produtor, dificilmente, consegue produção suficiente para honrar o compromisso assumido com o proprietário-patrão.

Ainda que, reconhecidamente, a quantificação de cada uma dessas formas de renda seja difícil e complexa sem uma investigação específica, vamos procurar fornecer uma idéia global da relevância de cada uma delas, como antes colocado, através das informações censitárias e dos resultados das observações coletadas, durante as nossas viagens realizadas a 24 municípios. Acrescentamos que não foram divulgados dados sobre receitas de arrendamento no ano de 1970.

**TABELA 13 - RECEITAS (EM %) DE ARRENDAMENTOS DE TERRAS E PASTOS, SEGUNDO GRUPOS DE ÁREAS 1975 - 1980**

Anos	Grupos de áreas (ha)				Total (Cr\$ 1.000,00)
	0 - 10	10 - 100	100 - 500	500 e mais	
1975	4,6	24,7	35,0	35,7	14.196
1980	8,9	30,9	31,7	28,5	146.109

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970, Rio de Janeiro: 1970.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1980, Rio de Janeiro: 1980.

As TABELAS 13 e 14 dão uma idéia das receitas de arrendamentos anos de 1975 e 1980. Essas receitas alcançaram índices



**TABELA 14 - RECEITAS DE ARRENDAMENTOS DE TERRAS E PASTOS, E VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (VALORES CONSTANTES A PREÇOS DE 1990)\***

**1975-1980**

Anos	Receitas em arrendamentos (Cr\$ 1.000,00)	Valor da agropecuária (Cr\$ 1.000,00)	Participação da receita de arrendamento no valor d. produção (%)
1975	594.105,7	39.407.712,2	1,51
1980	573.647,7	40.637.809,0	1,41

**Fontes:** INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Censo agropecuário;** 1970. Rio de Janeiro: 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Censo agropecuário;** 1980. Rio de Janeiro: 1980.

\* Valores deflacionados pelo índice de preços da "Fundação Getúlio Vargas (FGV)" - Coluna 2. Disponibilidades Internas.

insignificantes, com tendência de queda, entre os anos considerados. Como era de se esperar, a maior parte das receitas de arrendamentos e apropriada pelos estabelecimentos com mais de 100ha, os quais atingem o percentual de 70,7%, em 1975 e 60,2%, em 1980.

Verificamos, também, que entre 1975 a 1980, se registrou uma perda de dez pontos percentuais nas receitas de arrendamentos dos estabelecimentos com extensão acima de 100ha, ao mesmo tempo que ocorreu uma forte diminuição do número de arrendatários durante os 15 anos, entre 1970 a 1985, que, de 50.480, em 1970, passaram para 37.975, em 1985, significando uma redução na área dos arrendamentos de 242.200ha para 100.700ha, no mesmo período. Isso denota que os maiores proprietários de terras estão abandonando o sistema de pequenos arrendamentos em favor de outras relações, principalmente, a parceria, que sofreu um processo de intensificação entre 1970 a 1980, refletido na ampliação do contingente de parceiros, de 43.772 para 61.687.

Dificilmente, as informações dos censos revelam toda a

importância do arrendamento, no Estado. Mesmo assim, percebemos que o mesmo teve um índice evolutivo dos mais espetaculares, entre 1950 a 1970, pois no início do período havia apenas 1.400 estabelecimentos com áreas arrendadas, enquanto, no final dessas décadas, esse total subiu para 50.480. Já a quantidade de arrendatários, em 1970, representava cerca de 23,2% da soma de estabelecimentos, contra uma participação de apenas 4,1%, em 1950, ainda que tal quantitativo significasse a participação de todos os estabelecimentos que pagavam aluguel de terras, sem distinção entre parceiros e arrendatários. A relação de arrendamento se desenvolveu, com maior intensidade, nas regiões de maior prevalência de babaquais e carnaubais, a que, apesar da decadência da atividade extrativa, no período, a amendoa de babaçu e a cera de carnaúba continuaram sendo negociadas para indústrias locais e de outros estados.

Os possuidores de áreas com palmeiras cediam lotes de terras para famílias não proprietárias e, em permuta, recebiam o produto extrativo em quantidades pre-determinadas, geralmente, bem acima do estabelecido pelo "Estatuto da Terra". Os dados do IBGE corroboram esta assertiva, pois indicam que, nos municípios de maior concentração de matas com palmeiras de babaçu, os estabelecimentos eram, em sua maioria, em 1970, tocados por titulares arrendatários, atingindo esses índices:

Barras - 76,7%;  
Teresina - 69,4%;  
Miguel Alves - 62,1%;  
União - 63,3%;  
Demerval Lobão - 73,8%;  
Altos - 69,6%;  
Nossa Senhora dos Remédios - 76,9%;  
Agricolândia - 79,8%;  
Água Branca - 68,0% e  
Barro Duro - 51,9%.

O arrendamento não se limitava, porém, às regiões extrativas. Essa prática era, e ainda o é, muito comum em todo o Norte do Estado, onde o pagamento é quase sempre feito em produtos, configurando um

montante de 20 a 40% da safra colhida de produtos alimentares — arroz e feijão, principalmente —, sem qualquer tipo de controle sobre o montante da renda cobrada que, na maioria das vezes, é combinada, de modo informal, entre os contratantes.

É importante informarmos que grande parte desses arrendatários trabalhava em áreas de menos de 1ha, o que somados às péssimas condições de trabalho, acarretava um nível extremamente baixo de produção, mal assegurando o consumo anual da própria família — isso em períodos normais de chuvas. Assim, essa categoria de produtores representava e representa reserva de mão-de-obra a disposição do proprietário para utilização nos trabalhos da terra, mediante remuneração ínfima. É provável, ainda, que muitos deles pagassem a terra com esse trabalho, o que os tornava mais trabalhadores da propriedade do que propriamente rendeiros ou arrendatários.

A bem da verdade, o arrendamento tem se posicionado como um tipo de relação fortemente conflituosa, pois quando a safra do arrendatário é prejudicada por problemas climáticos ou por quaisquer outras causas, o proprietário não deixa de cobrar a renda. Nesses casos, presumivelmente, emergem conflitos, resolvidos, quase sempre, de modo desfavorável ao arrendatário, culminando, frequentemente, na expulsão da terra. Exemplificando esta afirmativa, **Barras, Esperantina, Porto, Altos**, municípios de maior produção extrativa e de maior concentração de arrendatários, são apontados, pelo delegado do "Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)", no Piauí, como os municípios de maior potencial de tensões sociais no campo.

A renda de parceria, que constitui renda em produtos, mantém diferenças importantes em relação ao arrendamento. Na parceria, a renda é fixada em termos de um percentual da produção obtida, o que permite dividir os riscos da atividade com o proprietário. A distinção, contudo, não estaciona aí, embora esta particularidade seja responsável por um menor índice de conflitos entre as partes. É que a parceria pode significar, também, maior interesse do proprietário pela atividade, o que, talvez, explique o fato de essa relação acontecer em estabelecimentos com melhores condições produtivas e mais integradas

ao mercado. Entretanto, por outro lado, pode conduzir a maiores restrições à liberação do produtor em escolher os produtos a serem cultivados ou na forma de negociar o resultado ou o excedente. Também a percentagem da renda cobrada pode ser maior que no arrendamento, dependendo das condições em que o parceiro recebe a terra, ou, ainda, de elementos outros, como fertilidade e localização.

A parceria é comum, no território piauiense, nas regiões dos Vales Umidos, particularmente, nas áreas de varzeas, de rios e lagoas, onde é tradicional a prática de irrigação natural, sobretudo, com a cultura de arroz, embora o milho e o feijão também sejam cultivados. Os estabelecimentos com parceria participavam, em 1970, com cerca de 20,1% do total de unidades recenseadas. Aparecia, com maior predominância, nos municípios com grande potencial de varzeas, onde era importante a produção de arroz com irrigação natural, tais como:

Joaquim Pires - 62,6%;  
Buriti dos Lopes - 58,0%;  
Luzilândia - 65,5%;  
Piripiri - 70,7%;  
Redenção do Gurguéia - 56,3% e  
Campo Maior - 49,0%.

A presença da parceria vem se expandindo em relação ao pequeno arrendamento, mormente, a partir da segunda metade da década de 70, quando o governo começou a incentivar o aproveitamento dos rios e lagoas para o desenvolvimento da irrigação natural, como são exemplos os projetos instalados em Itaueira, Lagoa do Campo Largo (Porto) e Lagoa Grande de Buriti dos Lopes. Neste último município, o governo construiu duas barragens, que favoreceram a regularização das águas no interior da lagoa, visando a ampliar a área para a irrigação. Posteriormente, aprofundaremos a análise dessa ação do governo, desde que, aqui, nos interessa tão-somente dissertar sobre a parceria como uma relação de trabalho mais avançada do que o pequeno arrendamento.

No projeto da Lagoa Grande de Buriti dos Lopes, os proprietários, em número de 13, dominavam uma área de cerca de 620,5ha, dos quais

226,8 eram apropriados por 98 parceiros e 19 ocupantes. A relação de parceria variava entre o fornecimento ou não de instrumentos de trabalho pelos proprietários. No primeiro caso, a cota-parte pertencente ao proprietário era maior, sendo uma parte, renda e outra, pagamento de aluguel do instrumento cedido. Em 1983, a relação de parceria e as respectivas cotas-partes de participação de cada tipo de relação se apresentavam da seguinte forma:

Cota-parte do Proprietário	Nº de Parceiros	Frequência da Cota-parte do Proprietário (%)
1/2	50	27,8
1/3	08	7,4
2/5	01	0,9
1/4	62	57,4
1/5	07	6,5

Verificamos, então, que a cota-parte do proprietário variava de 1/2 (para cada duas unidades colhidas, uma é apropriada pelo proprietário) até 1/5, sendo as mais usuais os tipos 1/2 e 1/4 (25%). No primeiro caso, não significa que a renda paga pelo parceiro seja 50%, pois neste percentual está incluído o pagamento dos aluguéis dos instrumentos e equipamentos **meios de produção, sementes, barcos etc.** que o proprietário cede ao parceiro, enquanto o tipo 1/4, mais comum, denota que os instrumentos ficam por conta do próprio parceiro. (Martins, 1985).

Este é o caso de parceria em que o parceiro é especializado na produção de arroz, traduzindo uma integração com o mercado, ainda que a comercialização fique por conta do proprietário, que, além de receber sua cota-parte, ainda compra a parcela do excedente do parceiro. Esses exemplos constituem o padrão de exploração nas áreas de varzeas, que esta aumentando muito, especialmente, desde os anos 70, com o advento do "Programa Pró-Varzeas". Nessas circunstâncias, a

maioria dos parceiros trabalha em áreas inferiores a 3ha, significando que um proprietário de 200ha de varzeas pode manter relações com várias famílias de parceiros, que utilizam muito pouco a mão-de-obra de terceiros.

A relação de parceria aparece, ainda, em muitas outras circunstâncias, particularmente, em áreas de sequeiros, onde o parceiro não passa de um policultor labutando em condições miseráveis e sendo compelido a fornecer, como renda, parte de sua produção de feijão e milho, obrigando-se, também, a trabalhar, temporariamente, para o proprietário, a fim de complementar sua subsistência.

A renda em trabalho aparece, no Piauí, notadamente, nos latifúndios pecuaristas. Surge na forma de trabalho incorporado à terra - desmatamento, limpeza, formação de pastos ou culturas permanentes. O processo é o mesmo das relações anteriores: a família não proprietária recebe lotes para cultura de subsistência, comprometendo-se, ao final de mais ou menos um a cinco anos, devolver ao titular o lote com pasto formado. Depois disso, as vezes, a mesma família recebe outro lote, na mesma propriedade ou em outra, para efetivar contrato semelhante.

Esta é uma relação também muito complexa de ser qualificada, em nível dos dados dos censos agropecuários. Em primeiro lugar, eles incluem, na categoria de ocupantes, todos os produtores que realizam explorações em terras públicas, devolutas ou de terceiros - com ou sem consentimento do dono - nada pagando pelo seu uso. No entanto, se bem que possam existir pessoas explorando terras de terceiros, sem retribuir sob forma de algum tipo de renda, já foi constatado, através de pesquisa de campo, sobretudo, no Sul do Estado, que na verdade, inúmeros desses produtores são obrigados, ao fim de certo período, a devolver a terra com pasto formado ou com culturas permanentes, ampliando, desse modo, a fronteira interna da propriedade. (Fiorentino, 1982).

Por outro lado, existem, no Estado, muitas famílias que exploram terras públicas e/ou devolutas, fundamentalmente, na área das Fazendas

estaduais, sem pagar nenhum tipo de renda. De fato, não há investigação específica, objetivando delimitar as duas categorias de "ocupantes", nem tampouco, delimitar e/ou mensurar o valor do trabalho realizado nas terras privadas cedidas para esse fim. De forma que, sem isso, é praticamente impossível especular sobre o seu movimento no tempo. No entanto, em nossas visitas ao Sul do Estado, foi possível observar a grande importância que tem esse tipo de renda para a expansão da pecuária da região.

As áreas com pastagens plantadas se ampliaram, consideravelmente, entre 1970 a 1980. Isto é, passaram de 10.320ha. em 1970 para 171.871, em 1975 e 297.045, em 1980, ao mesmo tempo que também aumentou o número de ocupantes, de 49.873 para 65.727 (31,8%), o mesmo acontecendo com a área cultivada por ocupantes, que era de 421.153ha e subiu para 612.701 (45,5%). Outra certeza manifesta é que os possuíam os maiores rebanhos bovinos também contavam com a maior quantidade de ocupantes, com participação bem acentuada em relação aos municípios menos importantes na atividade criatória. Tomando o exemplo das principais cidades do Sul do Estado, justamente aquelas que mais estenderam suas áreas de pastagens plantadas, temos o panorama, expresso em números, no **QUADRO 18**.

Embora não possamos, a partir dos números constantes de **QUADRO 18**, mostrar uma relação positiva entre as variáveis, é possível observar que, para todos os municípios, ocorreu crescimento no número de ocupantes, entre os anos extremos. Este resultado assume maior significação, quando percebemos que, nessas cidades, durante o período considerado, implantaram-se projetos agropecuários, os quais realizaram expulsões de posseiros e pequenos proprietários, procedimento semelhante ao adotado por antigos grandes proprietários da região, que queriam as suas terras "limpas", com a finalidade de utilizá-las ou vendê-las aos projetos que desejavam se instalar nas referidas cidades. Como decorrência, era de se esperar uma propensão a diminuição no total de "ocupantes" (**posseiros em terras devolutas**). Como isto não sucedeu, torna-se viável a suposição de que o aumento do quantitativo dessa categoria de produtor pode estar, de fato, relacionado com a expansão das pastagens artificiais.

**QUADRO 18 - PASTAGENS PLANTADAS  
(EM ha) E NÚMERO DE  
OCUPANTES EM MUNICÍPIOS  
ESCOLHIDOS  
1970 - 1975 - 1980**

Municípios	Pastagens Plantadas (ha)			Numero de Ocupantes		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980
Canto do Buriti	277	16.417	12.607	533	688	1.083
Paulistana	3.057	2.642	2.927	663	1.137	1.553
São João do Piauí	4.230	7.940	15.267	869	1.181	1.089
São Raimundo Nonato	4.901	3.569	8.398	2.230	2.752	5.029
Uruçui	10.181	11.078	12.732	144	146	300
Corrente	5.402	11.216	22.131	168	136	646
Parnagua	3.199	10.833	18.452	108	28	701

**Fontes:** INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo agropecuário*; 1970. Rio de Janeiro: 1970.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo agropecuário*; 1980. Rio de Janeiro: 1980.

A renda em trabalho e, também, muito utilizada nos latifúndios pecuaristas da região Semi-árida - pecuária extensiva - na qual o rezeiro faz sua roça nos lotes cedidos, que servem, depois de colhidos, como pasto para o gado durante o verão. Além disso, esses moradores são obrigados à prestação de serviços não remunerados para o proprietário, particularmente, no manejo do gado.

Portanto, as relações até então discutidas figuram como o conjunto de relações estabelecidas no interior do latifúndio e envolvem a participação de grande parte da população rural, que é o maior contingente de pessoas diretamente envolvido com o fornecimento de mão-de-obra para trabalho temporário, seja para o próprio latifúndio, seja para as unidades produtivas agrícolas, sobretudo, aquelas de maior escala. A seguir, de forma sucinta, abordaremos alguns elementos sobre as relações entre a produção agrícola e o capital comercial.



### 3.5.2 A pequena produção e o capital comercial

Neste tópico, nos circunscreveremos a poucas observações que dão uma idéia geral da complexidade do processo de comercialização dos produtos, até agora muito pouco estudado no Estado. Realmente, não se tem nenhuma pesquisa mais sistemática sobre o fenômeno, de modo que as colocações que faremos se baseiam em informações coletadas em entrevistas realizadas durante as visitas às regiões.

A relação entre a pequena produção e o capital comercial é, nitidamente, desvantajosa para a primeira, pois o segundo aproveita-se das condições precárias desses produtores, em termos de não acesso a crédito bancário, a comercialização e a cooperativas, para adquirir os produtos pelo preço que bem lhe convem. Isto é facilitado à medida que os pequenos produtores tem como único objetivo a venda de excedentes para complementar a subsistência, lembrando, aqui, que, se o excedente de cada produtor individual é, relativamente, pequeno, a sua soma, em se tratando de muitos produtores representa um nível de produção razoável em termos de arroz, feijão, milho, farinha de mandioca, alho, algodão e de outros produtos.

Os pequenos produtores, portanto, não trabalham com o "cálculo econômico", isto é, não se orientam pela "lógica capitalista", em que o preço do produto teria que remunerar/incluir **todos os fatores empregados na produção**, tais como sementes, custo financeiro, adubos, instrumentos de produção etc. Ao contrário, a relação de custo não é relevante, a semente não é selecionada, o adubo, quando usado, é de natureza orgânica, os instrumentos são enxada e facão (alguns recorrem à matraca), não há custo financeiro, a não ser o empréstimo oferecido pelo comerciante, na verdade, um adiantamento empregado para o consumo familiar. Conseqüentemente, o produto negociado com o comerciante não representa trabalho excedente, mas parte do consumo reprodutivo da família, o que significa que, é utópico afirmar que o trabalho desses produtores gera algum excedente que ultrapasse a subsistência ou o estritamente necessário para uma vida simples e miserável.

E lógico que há diferenciações entre os pequenos produtores, face à localização e a fertilidade do solo. Os pequenos proprietários de várzeas conseguem uma produção em níveis bem maiores que os produtores em áreas altas, onde a disponibilidade de água é insuficiente. Além disso, os produtores mais próximos da cidade podem vender diretamente sua produção em feiras ou comércio local, alcançando um melhor preço, em função da existência de menos intermediários na cadeia de comercialização.

Tudo isto, no entanto, denuncia que a economia da pequena produção ainda se dá em moldes de uma "economia natural", em que a atividade agrícola se entremeia com a indústria caseira de fabricação de farinha, goma, doces, aguardente etc. Quando as condições favorecem, sobretudo, em termos de aproximação física, grupos de pequenos produtores formam comunidades com a finalidade de se ajudarem mutuamente e reivindicarem, coletivamente, auxílio governamental visando a consolidar sua luta pelo direito de preservarem antigas posses de terras devolutas, mormente, quando são atacados por "grileiros".

É, pois, evidente, a diferença do pequeno produtor em comparação com o grande proprietário fundiário. Este utiliza seu patrimônio fundiário, com o objetivo de valorizá-lo da melhor maneira possível, além de assegurá-lo como instrumento de poder, enquanto o pequeno proprietário usa seu lote como meio principal de garantir sua sobrevivência física e de sua família.

O relacionamento entre a pequena produção e o capital comercial incorpora gradações acentuadas, conforme as características do produto negociado e da localização do produtor. Por exemplo, um produto como o feijão, que quase não exige nenhum tipo de processamento industrial, mantém diferenças no processo de intermediação, em função da distância dos produtores em relação a um centro consumidor importante.

Exemplificando, a comercialização do feijão produzido em Floriano é diferente da do feijão oriundo de Ribeiro Gonçalves. Em Floriano, centro consumidor importante, o atacadista recebe o produto de um

intermediário, que adquiriu, diretamente, do produtor. Além do que, grande parte do produto é distribuído pelo atacadista no próprio comércio local. No entanto, a produção em um pequeno município, como Ribeiro Gonçalves, distante dos principais centros consumidores, torna a intermediação bem mais complexa, pois envolve um número bem superior de intermediários até chegar às mãos de grandes atacadistas, salvo o grande produtor, que mesmo atuando em localizações geográficas adversas, comercializa, diretamente, seu produto com atacadistas dos grandes centros, dispensando os serviços de pequenos intermediários.

A situação do produtor de pequena escala é, assim, mais precária, pois as condições de seu ingresso no mercado — **dificuldades de acesso a crédito, a armazéns, a transporte** ... — são ainda mais deficientes, o que acarreta redução considerável dos preços. E como, no Piauí, os grandes centros urbanos restringem-se a apenas seis dos 118 municípios, é razoável supor que a maioria dos pequenos produtores rurais enfrenta estado dos mais difíceis em busca de valores/preços justos para seus produtos, permanecendo dependente dos intermediários para crédito, compra de mantimentos etc., em nível bastante acentuado. A produção alimentar comercializada, em mais de 80%, é entregue a intermediários ou atravessadores, sendo quase inexistente a participação de cooperativas e indústrias processadoras na compra desses produtos, segundo informações difundidas pelo IBGE.

Essa complexidade na rede de comercialização está estritamente vinculada a forte concentração da propriedade rural nas mãos de poucos cidadãos, uma vez que tal situação tem como contrapartida, a formação de uma considerável quantidade de pequenos proprietários e de posseiros distribuídos por uma imensa área territorial, isolados uns dos outros, gerando, como consequência, a necessidade de vários agentes intermediários ligados aos grandes atacadistas e usineiros dos principais centros urbanos, que distribuem os produtos aos varejistas ou a outros intermediários, até chegar ao consumidor.

Assim, conforme a distância, a rede de intermediação do capital Comercial envolve o **intermediário primário** — que trata diretamente com o produtor —, o **intermediário secundário ou transportador** — que

leva o produto ao atacadista ou a usina de beneficiamento ..., o caminhoneiro ... que adquire o produto diretamente do produtor ou de um intermediário e o conduz às cidades, para os atacadistas ..., o latifundiário ... que recolhe a produção de seus rendeiros e de outros produtores e negocia com o atacadista. Neste processo, emerge, também, a figura do produtor agrícola mais próspero que, por possuir meios de negociação de seus produtos diretamente com o atacadista dos centros urbanos, recolhe a produção de produtores menores, ganhando, assim, o lucro da intermediação.

O poder do comerciante é forte, consolidado e difícil de ser combatido, como comprovado, quando verificamos a comercialização do algodão em Picos, o qual, em sua quase totalidade (acima de 80%), é entregue ao intermediário. Este, por sua vez, o entrega às usinas de beneficiamento da região ou a atacadistas que negociam com outros estados. Apenas uma pequena parte é negociada diretamente pelo produtor com as usinas ou com a cooperativa de pequenos produtores, localizada em Picos. Esta cooperativa **SUSSUAPARA** ... fundada por pequenos microprodutores de Picos, até hoje, reúne, em seu quadro, mais de 90% de associados dessa categoria, inclusive, a diretoria é toda formada por pequenos produtores. Suas dificuldades para conseguir financiamento bancário são enormes e a ajuda financeira do governo, através do POLONORDESTE, além de insuficiente, chega sempre atrasada, em uma prova irrefutável do baixo poder de mobilização para reduzir a ação dos intermediários, que parecem mais ágeis no contato com os produtores.

### 3.5.3 O latifúndio, as obras governamentais e a valorização das terras

Na ação governamental, existe um outro elemento importante para a reprodução do latifúndio, sobretudo, quanto a valorização da terra. Os açudes, as pontes, as barragens, as estradas, a eletrificação, o crédito subsidiado representam gastos públicos destinados ao setor rural mas que, na ausência de políticas agrárias visando à mudança na

estrutura fundiária, vão beneficiar, diretamente, as áreas dos grandes proprietários, tornando a terra ainda mais inacessível aos pequenos produtores.

O período de 1950-70 determinou, no Piauí, especialmente, a partir da década de 60, a implantação de todo um aparato institucional objetivando disciplinar as ações planejadas, no estilo do "Plano de Metas", remontando, segundo a FUNDAÇÃO CEPRO (1983, p.40) aos anos de 1959-62,

*"coincidindo com o Plano de Metas e a criação da SUDENE, quando então as ações anteriores de governos locais, fundamentalmente burocráticas, administrativas e políticas, deram lugar a várias ações de substancial conteúdo econômico".*

A instituição referendada faz alusão, ainda, a implantação, nessa época, da "Assessoria Econômica da Governadoria do Estado": "Comissão de Desenvolvimento Econômico (CODESE)", posteriormente, transformada em Secretaria de Planejamento: "Companhia de Desenvolvimento Agrícola e Industrial do Piauí (AGRINPIISA)", hoje, "Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Piauí (CIDAPI)"; e, também, a reestruturação do Departamento de Agricultura do Estado", antes extinto.

Esse modelo institucional, criado para executar os investimentos decididos em nível federal, iniciou uma fase de realizações de grandes obras públicas, sobretudo, ligadas a agricultura, as quais representaram, no período de 1947-68, uma despesa pública da ordem de 23% do produto estadual na formação, principalmente, de capital social fixo, como hidrelétrica, açudes, rodovias, estradas vicinais, energia elétrica, abastecimento d'água, telecomunicações etc. (FUNDAÇÃO CEPRO, 1983).

Esse padrão de comportamento das obras públicas, efetivadas em benefício dos grandes proprietários de terras, prosseguiu na década de 70. Para se ter uma ideia, somente no ano de 1970, foi iniciada a construção de 11 açudes, 12 estradas estaduais e 11 estradas federais, beneficiando mais de 20 municípios e centenas de grandes proprietários rurais, conforme declaração do então governador do Estado, em mensagem

encaminhada à Assembleia Legislativa. Durante toda o decênio, o ritmo de implantação de estradas não decresceu, acentuando-se com o advento do POLONORDESTE, em 1976, e intensificando-se, ainda mais, durante os anos 80.

Essa ação governamental, em 1950 a 1970, foi um fator importante para a expansão do latifúndio, desde que as grandes propriedades ganharam maior potencial produtivo, viabilizado pelas obras de açudes, poços, eletrificação e pela abertura de vias de acesso aos mercados urbanos, o que propiciava condições de apropriação da renda pré-capitalista mediante relações de parcerias e pequenos arrendamentos. Isto se concretizou, particularmente, no Norte do Estado, onde foi mais intenso o processo de urbanização e maior a pressão sobre a terra, decorrente do grande afluxo populacional proporcionado pela atividade extrativa e que, rapidamente, perdia esse meio de sobrevivência, em virtude da decadência dessa última atividade.

Mas as obras governamentais — poços, açudes, barragens, pesquisas, assistência técnica, estradas e outras — também se configuraram como elemento essencial na valorização das terras, pois, além de ampliarem o seu potencial produtivo, ainda as dotaram de elementos infra-estruturais que as consolidam como patrimônio, já que funcionam como se fossem "investimentos" de capital, que se incorporam à terra, embora recebidos de forma gratuita.

Assim, além dos grandes proprietários se apropriarem de rendas pré-capitalistas provindas de seus "moradores", ainda se beneficiam da "renda capitalizada", concretizada pelo aumento de preço da terra proporcionado pelas obras do governo, pois, mesmo que essa renda não seja realizada pela venda, incorpora-se como um acréscimo no valor do patrimônio mantido em "reserva". De fato, a renda capitalizada aparece, independentemente, da terra estar incorporada ao processo produtivo. O preço da terra sobe, justamente, porque a terra aumenta seu potencial produtivo, pela incorporação de obras como açude, poços e eletrificação, além de melhores condições de ingresso nos mercados, advindas da construção de estradas, reforçando, neste momento, a inexistência de informações que nos permitam demonstrar a dimensão

desse processo de valorização das terras, nos anos 1950-70, de uma forma mais consistente.

Em suma, a política de obras públicas, para o setor rural piauiense constitui, no período estudado, um elemento fundamental para a execução e reprodução de unidades latifundiárias, significando a manutenção, até o agravamento, de uma forte concentração de terras, o que só piora as condições subhumanas de vida da maioria da população rural.

### 3.6 Considerações gerais

Resumindo, neste capítulo, procuramos, apoiados em posições teóricas de Marx e de analistas brasileiros, acrescentar mais elementos para caracterizar melhor a estrutura socioeconômica do setor rural piauiense, durante o período de 1950 a 1970. Em primeiro lugar, constatamos um **acréscimo desigual dessas relações dentro do Estado, em termos de grandes regiões**, com vantagem para as regiões Norte e Semi-árida, onde se instalou a atividade extrativista. Em contraposição, na região dos Cerrados, abrangendo o Sudoeste e o Extremo-Sul, onde predominou a pecuária, as mudanças foram muito tímidas.

A principal característica dessas mudanças foi o **avanço significativo do número de contratos de parcerias e de pequenos arrendamentos no interior da grande propriedade rural**, sobretudo, no Norte. Por isso, a atividade agrícola baseada na produção alimentar desses pequenos estabelecimentos cresceu, consideravelmente, e passou a ocupar grande parte da população rural. Simultaneamente se expandiu, também fortemente, a pequena produção de subsistência em estabelecimentos minifundiários \_ área abaixo de 2ha \_ de pequenos proprietários ou posseiros (ocupantes). Assim, latifúndio e a pequena produção de subsistência abrigavam, mais ou menos, 90% da população rural, inserida em processos produtivos extremamente rudimentares.

Essas formas de produção prosperaram, no Piauí,

concomitantemente, ao desenvolvimento do capital no conjunto da economia brasileira. No entanto, essas formas de produção não apareceram tão-somente, neste Estado: se difundiram por todo o País, com maior ou menor intensidade, dependendo do grau de desenvolvimento de cada Unidade Federativa, em particular. A este respeito, os autores aqui arrolados, que se dedicaram ao estudo da persistência dessas formas de produção, afirmam que elas estão intimamente atreladas ao movimento do capital, mas guardam íntimas correlações com a formação econômica de cada região brasileira.

Esses fatores criaram condições que determinaram as decisões dos grandes proprietários de terra quanto as formas de valorização de seu patrimônio. A formação econômica no Piauí — pecuária e extrativismo — não proporcionou o avanço tecnológico das explorações agropecuárias, nem a formação de um mercado de trabalho rural, através de expropriação dos trabalhadores, e, muito menos, um mercado urbano amplo e vigoroso. Por isso, os grandes proprietários rurais, para a consecução de uma produção moderna, teriam que enfrentar condições extremamente adversas a fim de valorizar o capital aplicado. Além do mercado urbano incipiente e a baixa qualificação da mão-de-obra, ainda teriam que aplicar grande volume de capitais para melhoria dos solos e a implantação de infra-estrutura de irrigação, face a baixa qualidade dos solos estaduais e a alta irregularidade climática.

Diante dessas condições, o confronto com produtores mais qualificados de outros estados produtores agrícolas — São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Pernambuco, dentre outros — seria bastante desvantajoso para os produtores piauiense, os quais, com certeza, não teriam elementos para enfrentar, competitivamente, os produtos provenientes dos estados citados. Em contrapartida, o caminho seguido pelos grandes proprietários de terra se mostra altamente proveitoso. A pecuária extensiva exige um investimento limitado e pouca mão-de-obra com baixa qualificação. O rebanho se reproduz naturalmente e valoriza a taxas superiores à inflação. O crédito subsidiado e a política governamental de ajuda, eletrificação rural, rodovias, assistência técnica e pesquisas são outros elementos que proporcionam benefícios aos latifúndios pecuaristas. Assim, a



atividade de pecuária extensiva funciona com baixos custos de produção e nível de risco muito baixo.

Outra forma de exploração das terras pelos grandes proprietários foi a extração de renda de produtores não proprietários pela cessão de pequenas parcelas de terra em suas áreas, através de contratos (formais ou informais) de parceria e pequeno arrendamento. Os contratos de arrendamento evoluíram de apenas 1.400, em 1950 para 50.480, em 1970. Os contratos de parceria apresentaram crescimento semelhante. Porém, com o início dos anos 70, os contratos de arrendamentos tem exibido tendência decrescente, enquanto a parceria ganha participação, o que reflete a política governamental de incentivos a produção agrícola nas varzeas irrigáveis, enquanto que os contratos de arrendamento tem indicado crescentes tensões ou conflitos, obrigando intervenções do INCRA, através de desapropriações.

Assim, o latifúndio, fruto de uma estrutura fundiária extremamente concentrada, domina as atividades pecuária e extrativa e, através de contratos de parceria e arrendamento, passa a abrigar, também, em seu interior, uma produção agrícola rudimentar, aprisionando, em seus domínios, uma grande massa populacional, dependente do mesmo para sobreviver.

Por outro lado, essa mesma estrutura fundiária estimula a formação de um grande número de produtores minifundiários (proprietários ou posseiros), formando a chamada produção de subsistência, a qual não deixa de ter ligações fortes com o latifúndio e unidades produtivas agrícolas médias e grandes, mais ligadas ao mercado interno. Essa ligação se dá, basicamente, pelo fornecimento de mão-de-obra através do emprego temporário, nas épocas de maior necessidade de mão-de-obra, tais como, plantio, colheita, formação de campos agrícolas etc.

## 4 PRINCIPAIS PROJETOS E PROGRAMAS

Neste capítulo, faremos uma análise interna dos principais programas governamentais implantados a partir dos anos 70. De início, dissertaremos sobre quatro PDRI's do POLONORDESTE, implementados desde 1976, tendo como principais elementos de estudo os diagnósticos, as estratégias e os orçamentos preconizados nesses PDRI's. Também discutiremos, no que se refere ao mesmo programa, algumas tentativas de reformulação das suas estratégias, as quais aparecem no "PDRI Vale do Parnaíba" e no "Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP)", este último, um programa que substituiu o próprio POLONORDESTE, em 1986.

Em seguida, trataremos dos projetos de Incentivos Fiscais, sob a responsabilidade da SUDENE e do IBDF. Neste caso, como se referem a projetos empresariais, a análise limitar-se-á a uma avaliação das repercussões para variáveis específicas, como **emprego, estrutura produtiva e nível tecnológico**. Nesse nível, não há a preocupação de verificar mudanças, em nível de região ou municípios, nem quanto a diferenciações dos efeitos concernentes a projetos de natureza diversa - **caju, pecuária ou lavouras temporárias**.

Por último, abordaremos os projetos de irrigação, os quais se apresentam sob três formas: (1) "Programa Nacional de Utilização de Várzeas Irrigáveis (Pró-Várzeas)" - projetos privados; (2) **grandes projetos públicos**, gerenciados pelo DNOCS; e (3) **pequenos e grandes projetos públicos**, POLONORDESTE e "Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE)".

### 4.1 POLONORDESTE (ou PDRI's)

O POLONORDESTE começou a ser formulado logo após a "grande seca" de 1970, com o objetivo de reforçar as condições dos produtores rurais mais sensíveis aos efeitos das secas periódicas, efetivando-se, de fato, em outubro de 1974, através do Decreto Federal nº 74.794. A sua filosofia de atuação se baseava em uma

"... abordagem integrada de desenvolvimento rural incluindo componente relativo à transformação da agricultura das regiões semi-áridas, de modo a tornar a atividade produtiva adaptada às condições climáticas". (Sampaio, 1979, p.211).

Sua filosofia de atuação se fundamentava em realizar investimentos concentrados e simultâneos em áreas com capacidade de responder mais positivamente as referidas ações, como vales úmidos, agricultura seca, tabuleiros costeiros e a pré-amazônia. Os investimentos se concentravam nos campos das estradas vicinais, eletrificação rural, armazenagem, pesquisa e experimentação, extensão rural e crédito rural orientado, além de projetos básicos visando à produção. Do ponto de vista prático, sabemos, entretanto, que, no Piauí, as obras do POLONORDESTE, incluindo essas estradas, as obras de eletrificação, postos de saúde, escolas, poços, açudes etc., em sua grande parte, foram realizadas em terras particulares, além de que os pequenos produtores beneficiários do programa eram indicados pelos chefes políticos locais (**grandes latifundiários**), mesmo porque a "Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG)" e os sindicatos rurais não tiveram qualquer envolvimento na seleção dos beneficiados.

Formalmente, o Piauí foi beneficiado através de financiamentos para três PDRI's, localizados em vales úmidos: Delta do Parnaíba, Vale do Gurqueia e Vale do Fidalgo. Registramos um outro PDRI, direcionado para as Fazendas Estaduais, com a finalidade de regularização fundiária em terras do governo, mas que, em termos reais, constituía uma extensão do PDRI do Vale do Fidalgo. O planejamento e a execução iniciaram-se em 1976, abrangendo uma superfície superior à metade do território estadual, contemplando mais os vales das regiões Semi-árida e Norte, sem atingir, porém, os cerrados.

As regiões beneficiadas, apesar de integrarem a bacia do rio Parnaíba, apresentavam problemáticas distintas. A área do Delta do rio Parnaíba era a de maior densidade demográfica e, também, a de maior peso político. Era, ainda, a de maior concentração da produção agrícola alimentar, principalmente, às margens dos rios e lagoas, em que era importante a cultura de arroz com irrigação natural, através de pequenos produtores. As zonas dos Vales do Gurqueia e Fidalgo, pertencentes ao Semi-árido, contavam com bom potencial para a

atividade agropecuária, mormente a pecuária, atividade responsável pela ocupação, sobretudo no Gurgueia. No entanto, para ambas as áreas a agricultura em pequena escala às margens dos rios assumia caráter essencial.

### 1.1 PDRI do Delta do Parnaíba

Este projeto localizava-se na

*"margem direita do curso interior do rio Parnaíba e do próprio delta deste rio, cobrindo uma área de 4,8 mil km<sup>2</sup>. Esta área abrangia uma população rural de 16,6 mil habitantes, com uma densidade demográfica de 16 hab/km<sup>2</sup>".* (PIAUI. Secretaria de Planejamento, 1976a, p.10).

Esta área tem a cidade de **Parnaíba** como seu principal centro urbano, mas apresentava-se em forte decadência em face da crise de sua principal fonte de renda, que eram os negócios do extrativismo. Os outros municípios incluídos neste projeto são: **Luzilândia, Buriti dos Lopes e Joaquim Pires.**

O diagnóstico (PIAUI. Secretaria de Planejamento, 1976a, p.17) com que trabalha a unidade técnica do POLONORDESTE para definir a forma de intervenção na região e extremamente sucinto. Em seu capítulo "Potencialidades e condicionantes", ressalta as condições de clima, solo, água etc., *"dentro do contexto de uso atual, além de, paralelamente, apresentarmos as principais restrições que entravam o desenvolvimento da área"*. Segue, daí, uma descrição das condições da produção agropecuária, disponibilidade de água, população, passando pelas descrições de deficiência de estradas, energia elétrica e comunicações, culminando com uma lista dos fatores de entrave ao processo desenvolvimentista da área, com a possibilidade de agravamento, assim sintetizados:

"a) as terras altas, dentro da atual estrutura fundiária, continuarão a restringir o acesso à terra pela população marginalizada das terras baixas;

"b) a inexistência de uma malha viária que permita o escoamento da produção para os centros consumidores;

"c) a não existência de água nas chapadas reforça as dificuldades anteriores, em virtude da dificuldade de manutenção do homem e do gado:

"d) a impossibilidade de interiorização por parte da assistência técnica, como também de acesso ao crédito por parte do pequeno agricultor, refletirá na evolução do sistema produtivo". (PIAUI, Secretaria de Planejamento, 1976a, p.26).

No capítulo denominado "Objetivos e Estratégias", o documento reafirma os resultados de seu diagnóstico, reiterando o aspecto concentrador da estrutura fundiária da área e a falta de infraestrutura econômica e social. Reconhece, então, logo a seguir, que o "... maior contingente dessa população é constituído por não proprietários de terra, representando um segmento populacional de baixa renda (sobretudo parceiro)". Ressalta, também, o baixo nível da taxa de crescimento populacional entre 1960-70 (1,95%), que, sendo menor que as taxas do Nordeste e do Piauí, denuncia que a região se caracteriza como uma zona de emigração. Neste sentido, surge como objetivo geral,

"A manutenção da população rural em um contingente igual ou superior ao atual, porém com padrão de vida nitidamente melhor que o vigente, isto é, uma renda 'per capita' atual de Cr\$ 520,00 comparada com uma renda 'per capita' futura projetada de Cr\$ 2.900,00 em função do plano de aproveitamento proposto". (PIAUI, Secretaria de Planejamento, 1976a, p.26).

Os valores monetários acima citados, correspondem ao ano de elaboração do projeto, 1976. Em termos de dólares para dezembro de 1990, significa passar de US\$ 87,54 para US\$ 487,83 a renda "per capita". No que concerne à formulação da estratégia de intervenção, o projeto reconhece a existência de duas áreas: (1) área dos aluviões dos rios Parnaíba e Longá; (2) área das terras altas.

Para os aluviões, submetidos, anualmente, a inundações, fato que dificultava as culturas de vazantes (com destaque para o arroz) da população ribeirinha, deveriam ser efetivados estudos de proteção e laminagem das cheias dos principais cursos de água da área, visando ao aproveitamento futuro das zonas baixas do vale, desde que as áreas altas se caracterizam pela ocorrência de solos de baixa fertilidade, salvo uma mancha de solos de melhor qualidade. Como decorrência, a intervenção segue estratégias diferenciadas:

a) nos aluviões, o estratagema se fundamentaria no controle de enchentes, favorecendo o acesso a terra, ao crédito e a outros serviços genéricos, tais como, assistência técnica e organização da comercialização;

b) nas terras altas, teríamos duas opções:

"- nos melhores solos, a atuação pode-se centrar na pecuária leiteira em caráter intensivo e na fruticultura;

"- nos solos de categoria inferior, a pecuária extensiva e a exploração do extrativismo vegetal são, basicamente, as opções possíveis face as limitações dos recursos em solos nessas áreas;

"- além disso, seriam implantadas obras de infra-estrutura econômica e social, de acordo com os resultados do diagnóstico, que apontavam uma deficiência desses serviços, principalmente o sistema rodoviário". (PIAUI, Secretaria de Planejamento, 1976a, p.26).

A escolha do público-meta baseou-se nos dados do IBGE para 1970, referentes a distribuição dos estabelecimentos em grupos de áreas. Assim, foi definido que os beneficiários do projeto seriam os estabelecimentos situados na faixa de 5 a 50ha, para o primeiro ano de atuação do mesmo. Tal alternativa sugere algumas observações.

A priori, fica claro, na seleção do público-meta, que os estabelecimentos indicados seriam aqueles que ao receberem os benefícios do programa, poderiam tornar-se autosuficientes, principalmente, utilizando mão-de-obra familiar. Talvez por isso, tenham sido eliminados aqueles com menos de 5ha. No entanto, o projeto não distinguiu entre proprietários e não proprietários, pois recorreu ao conceito de estabelecimento formulado pelo IBGE. Assim, embora na faixa de área escolhida predomine o produtor na condição de proprietário, o produtor não proprietário teria serias dificuldades de acesso ao crédito bancário, e, mesmo recebendo através da "Carta de Anuência", não o obteria na mesma magnitude do produtor proprietário, em virtude da obrigação de pagar a renda da parcela trabalhada.

Em segundo lugar, o projeto, excluindo do público-meta os estabelecimentos com áreas inferiores a 5ha, alija dos benefícios do

programa cerca de 81% do total de estabelecimentos. Isto parece muito grave, sobretudo, considerando-se o objetivo, em nível teórico, de melhoria do nível de vida da população da área de atuação. Sendo assim, essa exclusão eliminaria das vantagens do programa a maior parte da população rural, justamente a mais pobre, pois é nessa faixa que se concentrava a maioria dos produtores não proprietários. Além disso, com esse procedimento, nem ao menos a meta de reter no campo a maior parte da contingente rural seria alcançada, pois a população mais vulnerável às secas e, logicamente, mais propensa a emigrar, é exatamente aquela que foi excluída.

No entanto, se a estratégia adotada parece incoerente com as metas de melhoria do nível de vida do pequeno produtor e com o intuito de reter o homem no campo, é bastante coesa com os objetivos propostos no Decreto nº 224, de 31 de março de 1978, do Governador do Estado, o qual referenda como principais finalidades do POLONORDESTE, no Piauí, as seguintes proposições:

*"1 Fortalecer a infra-estrutura econômica e social:*

*"2 Dinamizar as atividades produtivas básicas, especialmente quanto:*

*"a) ao aperfeiçoamento e a expansão dos serviços de crédito rural e assistência técnica:*

*"b) a promover o uso insumos modernos na agricultura e na pecuária:*

*"c) a organizar a comercialização e o abastecimento de produtos agropecuários:*

*"3 Ampliar as oportunidades de emprego e incrementar a renda, contribuindo para sua melhor distribuição:*

*"4 Promover o desenvolvimento e a organização agrária".*  
(PIAUI, Governo do Estado, 1978).

Assim, pelos propósitos expostos no Decreto ora mencionado, a preocupação principal do programa, em termos de realidade piauiense era, notadamente, com a **infra-estrutura** e com a **modernização da produção agropecuária**. Não há, concretamente, maior inquietação com o melhoramento das condições de vida da massa da população rural mais carente, a não ser nos objetivos três e quatro, mesmo assim, mediante

colocações genéricas, evasivas e meramente retóricas, pois o programa não dispõe de nenhum instrumento de reestruturação fundiária ou quaisquer outros que permitam promover uma melhor distribuição de renda no Delta do Parnaíba, em favor desse segmento populacional.

### ANÁLISE DO ORÇAMENTO

As colocações anteriores são plenamente confirmadas quando observamos o orçamento do POLONORDESTE para o primeiro ano de atuação do referido PDRI.

ORÇAMENTO	(Cr\$ 1.000,00)	(%)
1 Subprojeto de Apoio	2.660	16,6
- Assistência Técnica e Extensão Rural	1.480	9,3
- Pesquisa e Experimentação	1.080	6,7
- Serviço de Informação de Mercado	100	0,6
2 Infra-Estrutura Econômica	13.020	81,4
- Estradas	11.520	72,0
- Armazenamento	1.500	9,4
3 Infra-Estrutura Social	320	2,0
- Educação	320	2,0
<b>TOTAL GERAL: (1 + 2 + 3)</b>	<b>16.000</b>	<b>100,0</b>

A prioridade quase absoluta é modernizar a produção da área do projeto. Os instrumentos utilizados para alcançá-la são a implantação de rodovias e mudanças nas relações técnicas de produção, esta última através da introdução de crédito, de assistência técnica e de pesquisas. Estes elementos, com exceção do crédito, que não faz parte do orçamento, respondem por cerca de 88,1% dos gastos programados.



ada existe no sentido de mudar mais fortemente as condições de vida do pequeno produtor, a não ser produtores de maior escala que lograram acesso a crédito e assistência técnica. O caráter modernizante do projeto parece manter características bem mais abrangentes, pois atingiria não somente os produtores agrícolas escolhidos, mas, também, o próprio latifúndio.

#### 4.1.2 PDRIs das Fazendas Estaduais e Vale do Fidalgo

Os dois projetos foram tratados em um único documento (PIAUI, Secretaria de Planejamento, 1976b, p.26), em virtude do plano das Fazendas Estaduais constituir uma extensão do PDRI do Vale do Fidalgo e da "situação geográfica relativa das áreas contiguas, além do problema comum de infra-estrutura deficiente".

Os municípios que fazem parte das ações da programação são:

##### Fazendas Estaduais:

- . Floriano;
- . Francisco Aires;
- . Arraial;
- . Nazare do Piauí;
- . São Francisco do Piauí;
- . Oeiras;
- . Santa Cruz do Piauí;
- . Campina do Piauí;
- . Isaias Coelho.

##### Vale do Fidalgo:

- . Simplicio Mendes;
- . Paes Landim;
- . São José do Peixe.

Os municípios contemplados se situam no Centro-Oeste do Estado e pertencem, em sua maior parte, à região Semi-árida. A particularidade

dos mesmos reside no fato da zona das Fazendas Estaduais apresentar situação fundiária instável, notadamente, por causa da situação das posses existentes nas terras das Fazendas (que pertenciam ao governo estadual), as quais precisavam ser regularizadas para que pudessem possibilitar uma ação mais sistemática do programa. Por outro lado, os municípios do Vale do Fidalgo são aqueles que se encontravam em posição mais privilegiada em relação ao vale do rio.

O diagnóstico das áreas - este representa uma síntese dos estudos realizados sobre as áreas em questão, ainda que o documento não cite quais seriam esses estudos - não foge ao estilo essencialmente descritivo, a exemplo do concernente ao PDRI do Delta do Parnaíba. Neste termos, o procedimento é mostrar dados sobre variáveis isoladas, sem nenhuma tentativa de examinar as inter-relações entre as mesmas. Assim, depois de desfilarem dados sobre superfície geográfica, população e estrutura fundiária, seguem informações sobre infra-estrutura econômica e social, bem como, as chamadas potencialidades das áreas, como recursos hídricos, solos e clima, considerados em termos de limitações e potencialidades para a prática agrícola.

Nesse contexto, os problemas detectados diferem muito pouco daqueles arrolados para a região do Delta do Parnaíba. Com efeito, a estrutura fundiária encontrava-se, em 1970, muito concentrada nas mãos de poucos proprietários. No entanto, o nível de apropriação das terras era irrisório para os municípios das Fazendas Estaduais. Os solos são de fertilidade baixa, com o agravante de que nessas zonas, a disponibilidade de água é bastante precária, além do clima ser acentadamente desfavorável para a ocupação agrícola, a não ser durante cerca de quatro meses do ano, quando o período chuvoso é normal.

A produção das duas áreas era basicamente agrícola e de subsistência, respondendo por cerca de 50% do valor da produção, enquanto a pecuária e o extrativismo responsabilizavam-se pelos outros 50%. No entanto, os municípios do Vale do Fidalgo apresentavam uma produção "per capita" maior do que os municípios das Fazendas. Um outro ponto destacado no diagnóstico conciso do plano é a deficiência

da infra-estrutura econômica das áreas, especialmente, no que diz respeito a estradas e eletrificação.

Por outro lado, chama a atenção a total omissão de uma análise da situação da pequena produção nas regiões em foco, o que é sério, tratando-se de um programa dirigido ao apoio a pequena produção. Entretanto, tudo isto tão-somente confirma a nossa assertiva de que o POLONORDESTE, no âmbito piauiense, era visualizado, mais, como um programa de apoio a um segmento específico da produção agropecuária.

A unidade produtiva, para efeito das ações do programa, é definida pelos estabelecimentos entre 10 a 100ha, grupo esse, estratificado em tres subgrupos: 10 a 20ha, 20 a 50ha e 50 a 100ha. A exemplo do PDRI do Delta do Parnaíba, a pequena produção representa a unidade produtiva que pode tornar-se independente, no sentido de que seu titular possa se dedicar integralmente a mesma e conquistar, de forma independente, a subsistência de sua família.

Alias, a escolha do publico-meta entre os estabelecimentos de 10 a 100ha pode parecer contraditória com a premissa de que o programa é um programa de desenvolvimento regional. No entanto, mesmo que o projeto estipule um numero de produtores para ser beneficiado, na prática, isto dificilmente ocorre, a não ser para poucos produtores que fazem projetos de credito junto a EMATER. O que conta mesmo são as obras de infra-estrutura, que acabam protegendo os grandes proprietários, ocasionando maior valorização das suas terras, no incremento da renda cobrada ao morador, sem falar na intensificação da atuação dos comerciantes-intermediários junto aos pequenos produtores.

### ANÁLISE DO ORÇAMENTO

A análise dos recursos destinados aos vários subprojetos dos PDRI's para o Vale do Fidalgo e Fazendas Estaduais permite uma visão mais ampla dos objetivos que o programa pretendia alcançar.

**TABELA 15 - ORÇAMENTO DO PDRI -  
VALE DO FIDALGO  
RECURSOS PLANEJADOS  
E APLICADOS  
1976 - 1981**

(Cr\$ 1.00)

Subprojetos	Volume Planejado	%	Volume Aplicado	%
1 - APOIO A PRODUÇÃO	50.977.216	36,7	44.664.624	41,0
. Assistência Técnica e Extensão	23.610.064	17,0	20.728.782	19,0
. Serviço de Mecanização	10.369.670	7,5	10.335.670	9,4
. Abastecimento de Insumos Agrícolas	720.480	0,6	720.480	0,6
. Defesa Sanitária e Animal	8.417.002	6,0	7.465.441	6,8
. Armazenagem	1.760.000	1,3	1.011.309	1,0
. Açudagem	5.600.000	4,0	4.250.000	4,0
. Classificação de Produtos Vegetais	500.000	0,3	172.942	0,2
2 - INFRA-ESTRUTURA ECONOMICA	56.779.446	40,9	42.532.426	39,1
. Estradas Vicinais	46.079.466	33,1	40.379.446	37,2
. Eletrificação Rural	10.700.000	7,8	2.152.980	1,9
3 - INFRA-ESTRUTURA SOCIAL	25.440.490	18,3	17.620.990	16,2
. Educação	13.781.455	9,9	8.877.049	8,2
. Saúde: Saneamento	10.422.035	7,5	7.534.444	6,9
. Centro Social Rural	1.237.000	0,9	1.706.497	1,1
4 - AÇÕES COMPLEMENTARES	5.742.848	4,1	3.980.064	3,7
. Programa de Microempresas	1.652.628	1,2	1.168.070	1,1
. Compras de Treinamento	208.520	0,1	46.520	0,0
. Administração e Gerenciamento	3.881.700	2,8	2.765.474	2,6
<b>TOTAL</b>	<b>138.940.000</b>	<b>100,0</b>	<b>108.818.104</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PIAUI. Secretaria de Planejamento. O POLONOROESTE no Piauí: uma avaliação referencial: 1976-80. Teresina: Fundação CEPRO, 1982.

Para o Vale do Fidalgo, 67,5% do total dos recursos aplicados, no período 1976-81, foram destinados à infra-estrutura econômica e à modernização agrícola - assistência técnica e mecanização. o que, decerto, é a tônica de todos os PDRI's, pois é notória a intenção de incrementar o emprego de insumos químicos e máquinas na agricultura estadual, isto é, a MODERNIZAÇÃO é o objetivo primeiro a alcançar. Essa estratégia parece coerente com a tendência da agricultura em nível nacional, visando a construir um mercado para as indústrias produtoras de insumos e máquinas. Por isso, é natural que o crédito, a

assistência técnica, as pesquisas, as rodovias e a eletrificação tenham respondido pela maior parte dos recursos aplicados no programa. E tudo isto, justifica o grande volume de recursos aplicados na assistência técnica e extensão rural (19,0%), bem como, o montante de crédito proposto para as unidades produtivas assistidas. (TABELA 15).

Mas o maior volume de recursos foi aplicado em estradas vicinais (37,2%), elemento que, embora facilite a vida do pequeno produtor, tem a capacidade de beneficiar muito mais os médios e grandes proprietários, notadamente, quando não há nenhuma ação fundiária. As estradas intensificam o potencial produtivo das terras desses titulares, aumentando seu valor, dificultando ainda mais o acesso a terra aos pequenos produtores. Isto sem falar no fato de que a valorização das terras e a integração aos mercados incentivam o interesse dos grandes latifundiários ao incremento da produção agrícola, o que traz, como consequência, o acréscimo das rendas cobradas aos produtores parcelários, além de fortes transformações nas relações de trabalho, nem sempre favorável aos pequenos produtores.

Nestes termos, o orçamento está perfeitamente compatível com os objetivos gerais do POLONORDESTE e, especialmente, com as metas traçadas, em nível estadual, as quais se referem a modernização de produtores agrícolas considerados "viáveis", deixando de fora os de pequena escala. Além disso, especificamente para o Piauí, o intuito de dotar as regiões do Estado com infra-estrutura econômica está muito bem contemplado, visto que é considerável o montante de recursos destinados à implantação de estradas vicinais e eletrificação rural.

No caso das Fazendas Estaduais (TABELA 16), o item do orçamento, para o período 1976-81, que mais absorveu recursos foi "Regularização Fundiária", respondendo por cerca de 24,6% do total. Esse segmento tinha como objetivo identificar e demarcar as terras do Estado e identificar os posseiros, para fins de distribuir os títulos de propriedades, e, com isso, estimular condições para um comportamento mais efetivo de apoio às ações produtivas no campo. Porém, não foi objeto de preocupação a redistribuição das referidas áreas no sentido de melhorar a repartição das terras entre os posseiros, pois já era do

conhecimento geral, o fato de alguns poucos indivíduos se apropriarem de áreas sem maiores pretensões de utilizá-las produtivamente, enquanto a maioria dos posseiros era constituída de pequenos lavradores com poucos recursos.

**TABELA 16 - ORÇAMENTO DO PDRI -  
FAZENDAS ESTADUAIS  
RECURSOS PLANEJADOS  
E APLICADOS  
1976 - 1981**

(Cr\$ 1.00)

Subprojetos	Volume Planejado	%	Volume Aplicado	%
<b>1 - APOIO A PRODUÇÃO</b>	66.170.387	53,2	56.750.770	55,5
. Assistência Técnica e Extensão Rural	13.740.000	10,7	11.417.297	11,2
. Pesquisa e Experimentação Agropecuária	2.300.000	1,8	1.821.936	1,8
. Núcleo de Produção e Reprodução de Matrizes de Animais de Médio Porte	2.137.920	1,7	1.552.520	1,5
. Defesa Sanitária e Animal	6.919.247	5,4	5.625.091	5,5
. Acudagem	6.600.000	5,1	5.500.000	5,4
. Regularização Fundiária	28.650.000	22,4	25.161.912	24,6
. Abastecimento de Insumos	900.000	0,7	900.000	0,9
. Centro de Desenvolvimento Agropecuário	1.210.000	0,9	1.150.000	1,1
. Pocos e Testes	2.100.000	1,7	2.100.000	2,0
. Cooperativismo	3.613.190	2,8	1.152.014	1,5
<b>2 - INFRA-ESTRUTURA ECONOMICA</b>	14.410.000	11,3	14.086.032	13,8
. Eletrificação Rural	3.400.000	2,7	3.082.162	3,0
. Estradas Vicinais	11.010.000	8,6	11.003.870	10,8
<b>3 - INFRA-ESTRUTURA SOCIAL</b>	34.534.763	27,0	23.290.296	22,8
. Educação	20.940.763	16,4	13.979.237	13,7
. Saúde: Saneamento	12.444.020	9,7	8.199.461	8,0
. Centro Social Rural	1.150.000	0,9	1.111.598	1,1
<b>4 - AÇÕES COMPLEMENTARES</b>	10.944.860	8,5	6.082.406	7,9
. Programa de Microempresas	2.030.780	1,6	1.607.030	1,5
. Pesquisa Agro-Sócioeconômica	760.186	0,6	760.186	0,6
. Compras de Treinamento	654.080	0,5	194.000	0,2
. Administração e Gerenciamento	7.499.814	5,8	5.521.110	5,4
<b>TOTAL</b>	<b>128.060.000</b>	<b>100,0</b>	<b>102.209.504</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PIAUI. Secretaria de Planejamento. O PIAUI NORDESTE no Piauí: uma avaliação referencial; 1976-80. Teresina: Fundação CEPRO, 1982.

Esta situação propiciava uma estrutura de posse da terra visivelmente desigual, que estava a reclamar uma ação mais rigorosa no sentido de corrigi-la. No entanto, o projeto se propunha apenas a demarcar e regularizar as posses existentes, perdendo uma excelente oportunidade de promover uma verdadeira redistribuição fundiária a favor muitos lavradores pobres, que se encontravam em situação precária de vida. Mas mesmo sem realizar essa tarefa, nem ao menos definir as unidades produtivas a serem incentivadas, foram destinados recursos para a construção de 15 açudes, estradas vicinais, eletrificação rural, assistência técnica, cooperativismo e núcleo de apoio à pecuária. Sendo assim, fica difícil detectarmos quem realmente obteve vantagem desses serviços, isto é, os grandes posseiros, os quais, além de regularizarem suas posses, ainda seriam contemplados com obras que viriam valorizá-las.

Essas ações mantêm, e claro, o padrão de intervenção do POLONORDESTE no Estado, ou seja, pretendiam modernizar a produção agropecuária. Para isso, além da assistência técnica, o crédito e as pesquisas, foi instalada uma patrulha motomecanizada em Oeiras, a exemplo da que já havia em Floriano, além da formação de três patrulhas motomecanizadas para a região do Fidalgo, composta por 23 tratores. Assim, o programa contribuiu para a ampliação do emprego de máquinas e insumos químicos, posicionando-se como uma ação modernizante, o que, ao que tudo indica, prevaleceu sobre a produção de algum tipo de reestruturação fundiária em terras do governo.

#### 4.1.3 PDRI do Vale do Gurguêia

Essa região localiza-se no Extremo-Sul do Estado, beneficiando-se da bacia hidrográfica do rio Gurguêia, tributário do rio Parnaíba. O Vale do Gurguêia, para efeito de intervenção, foi dividido em zonas norte, centro e sul, observando-se que o PDRI excluiu as cidades do norte do Vale, embora não haja no documento (PIAUI. Secretaria de Planejamento, 1976c) nenhuma justificativa para esta exclusão e essa área conte com grande potencial produtivo e razoável densidade populacional. Desta forma, o PDRI incluiu os seguintes municípios:

**Sul do Vale:**

- . Curimatã;
- . Parnaíba;
- . Corrente;

**Centro do Vale:**

- . Cristino Castro;
- . Bom Jesus;
- . Gilbues;
- . Redenção do Gurgueia.

O diagnóstico segue o mesmo padrão utilizado nos outros PDRIs. Isto significa que se caracteriza por ser profundamente descritivo, relatando apenas uma situação estática que incorpora, no entanto, numerosas variáveis, sem que aborde a interação entre as mesmas, especialmente, quanto as relações de produção prevalentes e sua dinâmica no tempo. A ênfase maior é mostrar os limites e as potencialidades da área, sobretudo, quanto às condições de solos, clima, recursos hídricos e disponibilidade de vias de comunicações e de eletrificação rural.

Quanto a determinação da área de intervenção dentro do Vale do Gurgueia, esta obedeceu aos seguintes critérios: (1) **concentração de recursos** nas áreas que pudessem oferecer respostas mais rápidas; (2) **primazia** para as áreas com maiores densidades demográficas; (3) **atendimento prioritário** aos pequenos e médios produtores.

Como decorrência, foram selecionadas as áreas dos municípios de Corrente, onde se pratica uma pecuária com nível tecnológico mais avançado, mormente, quanto ao padrão zootécnico dos animais, e de Bom Jesus, onde se registra maior ocupação agrícola dos solos, ocorrendo, também, uma pecuária de razoável padrão tecnológico, mercê de seu caráter extensivo. A zona circunvizinha ao município de Jerumenha, Centro do Vale, foi posta de lado, apesar de possuir solos de excelente qualidade e de abrigar uma agricultura mais extensiva.



Para a escolha das unidades produtivas beneficiadas, foram utilizados dados do censo agropecuario (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA, 1970). Para os municípios do sul do Vale, as intervenções foram restritas aos estabelecimentos \_ o documento chama de propriedade \_ com áreas de até 200ha, enquanto para os municípios do centro do Vale, selecionaram-se estabelecimentos com até 100ha. Na verdade, o diagnóstico, em seu texto, faz confusão entre **estrutura fundiária** referente à **posse da terra**, que é o conceito com que trabalha o IBGE, com a **estrutura fundiária concernente à propriedade da terra**, categoria do INCRA. Ao final, ficaram assim os estabelecimentos eleitos, segundo estratificação em grupos de áreas:

a) Zona Sul

- explorações de 20 a 50ha
- explorações de 50 a 100ha
- explorações de 100 a 200ha

b) Zona Centro

- explorações de 10 a 20ha
- explorações de 20 a 50ha
- explorações de 50 a 100ha.

Assim, foram excluídos 27,56% nos estabelecimentos inferiores a 20ha para o sul do Vale e 48,74% daqueles com menos de 10ha, para o centro do Vale. Parece-nos que, implicitamente, o documento acredita que os estabelecimentos excluídos não teriam condições, face a sua extensão, de se tornarem autosuficientes a ponto de permitir aos seus titulares a dedicação em tempo integral aos mesmos, garantindo-lhes a subsistência familiar. Porém, sobre esse ponto, seria necessário distinguir, para os estabelecimentos excluídos, a sua localização, pois se um agricultor possuísse entre 5 a 10ha nos **aluviões**, esses hectares seriam suficientes para assegurar seu sustento, caso tivesse condições de cultivá-lo por inteiro, enquanto, nas **terras altas**, os entraves seriam maiores, dada a baixa fertilidade do solo, pouca disponibilidade de água e variações climáticas. Ademais, nem todos os

estabelecimentos existentes nas faixas de áreas incluídas foram atingidos pelo programa.

**QUADRO 19 - ESTABELECEMENTOS  
BENEFICIADOS PELO PDRI  
- VALE DO GURGUÉIA**

SUL DO VALE			CENTRO DO VALE		
Grupos de Área (ha)	Total de Estabelecimentos	Estabelecimentos Beneficiados	Grupos de Área (ha)	Total de Estabelecimentos	Estabelecimentos Beneficiados
20 - 50	466	233	10 - 20	152	148
50 - 100	398	159	20 - 50	305	176
100 - 200	300	90	50 - 100	332	154
<b>TOTAL</b>	<b>1.164</b>	<b>482</b>	<b>TOTAL</b>	<b>789</b>	<b>478</b>

Fonte: PIAUI. Secretaria de Planejamento. Vale do Gurguéia; plano operativo. Teresina: Fundação CEPRO, 1976c.

Os percentuais, para os grupos escolhidos, no caso do sul do vale, foram de 50%, 40% e 30%, respectivamente. Para o centro do Vale do Gurguéia, os estabelecimentos beneficiados aparecem em proporções maiores, porque neles estão incluídas unidades produtivas dos municípios de Palmeira do Piauí e Santa Luz, assistidos através das equipes de Cristino Castro. (QUADRO 19).

Portanto, o programa atenderia, no primeiro ano de atuação, 960 estabelecimentos dos 1.953 localizados nos grupos de áreas definidas como pequenos e médios produtores, sem contar com os estabelecimentos de Palmeira e Santa Luz, a respeito dos quais o documento não apresenta números. Notamos que, para os municípios do sul do Vale, entram no programa, unidades produtivas com até 200ha, o que se justifica pelo fato de que essa região apresentou a pecuária como a ocupação de maior importância em relação à área central. Nesse sentido, a estratégia de intervenção reserva para a zona sul o incentivo à pecuária de corte e para o centro a ênfase maior é uma

agricultura mais dinâmica associada à pecuária de corte de caráter semi-intensiva.

Os grupos de áreas definidos para os municípios do sul do Vale de Guruguêla tiveram sua distribuição entre as atividades pecuária e agrícola, cabendo maior área a pecuária semi-intensiva agregada com consórcios agrícolas entre feijão-milho-algodão, milho-feijão-mandioca e arroz cultivado, de forma rudimentar. Para os municípios do centro do Vale, a ocupação principal proposta foi a agricultura, em geral, apresentando os mesmos consórcios, juntamente com o plantio simples do arroz. A pecuária aparece apenas nas faixas de áreas de 20 a 50 e 50 a 100ha, mas em escalas menores do que as propostas para o sul do Vale.

### ANÁLISE DO ORÇAMENTO

Observando a distribuição dos recursos (TABELA 17), em seus vários segmentos, para nós, fica clara a prioridade do PDRI para a região. A dotação de recursos financeiros para a implantação de estradas vicinais atinge quase 60% do total de recursos para 1976. Somando-se esses montantes com os destinados para assistência técnica e implantação de patrulhas motomecanizadas, alcança-se um percentual de 78,7%, o que não deixa dúvidas quanto ao intento de se iniciar um processo de modernização da área, não só quanto ao setor produtivo, mas, também, quanto a inserção das unidades produtivas na economia de mercado.

A combinação entre os subprojetos de apoio à produção com o crédito rural orientado expressa a medida do esforço para que as unidades beneficiadas aumentem, consideravelmente, o emprego de insumos químicos e máquinas agrícolas.

Não foram realizados planos plurianuais de intervenções para nenhuma área da atuação do POLONORDESTE no Piauí, quando de seu início, em 1976. Porém, em termos conclusivos, da análise dos quatro planos operativos que integraram a programação do POLONORDESTE para o ano de 1976, verificamos os seguintes pontos:

**TABELA 17 - ORÇAMENTO DO PDRI -  
VALE DO GURGUÉIA  
PLANO OPERATIVO  
1976**

Vale do Gurguéia	Valores (Cr\$ 1,00)	%
<b>1 - Subprojetos de Apoio</b>	<b>12.455.000</b>	<b>33,6</b>
- Assistência Técnica e Extensão Rural	3.310.000	8,9
- Pesquisa e Experimentação	2.335.000	6,3
- Serviços de Informação do Mercado	100.000	0,3
- Fomento		
. Posto de Revenda (Bom Jesus)	1.200.000	3,2
. Posto de Defesa Animal	600.000	1,6
. Mecanização com Galpões	3.910.000	10,6
. Centro Regional de Desenvolvimento Agropecuario	1.000.000	2,7
<b>2 - Infra-Estrutura Econômica</b>	<b>21.920.000</b>	<b>59,2</b>
- Estradas	21.920.000	59,2
<b>3 - Infra-Estrutura Social</b>	<b>2.625.000</b>	<b>7,1</b>
- Educação	2.025.000	5,5
- Saúde	600.000	1,6
<b>TOTAL</b>	<b>37.000.000</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PIAUI. Secretaria de Planejamento. Vale do Gurguéia; plano operativo. Teresina: Fundação CEPRO, 1976c.

- a) o programa, no Piauí, não teve uma preocupação maior em proteger o pequeno produtor como meta primordial. O que, na verdade, norteou a sua implementação foi o aproveitamento da flexibilidade de programação dos recursos liberados para promover uma integração regional dentro do Estado, através da dotação, nas respectivas áreas de atuação, de infra-estrutura de estradas vicinais e eletrificação rural, bem como, de equipamentos escolares e de saúde, de extrema carência em quase todo o território estadual. A bem da verdade, essas obras eram muito mais fáceis de serem executadas, pois, além de satisfazer os interesses econômicos e políticos dos poderosos locais, ainda se casavam com as conveniências de firmas particulares, construtoras ligadas às obras de estradas e de eletrificação rural:

- b) a indicação dos produtores diretamente beneficiados não se fundamentou em critérios objetivos e o número de estabelecimentos atingidos incluía proprietários entre 5 e 20ha. Pequenos produtores, representados por estabelecimentos de proprietários ou posseiros que não cultivavam além de 5ha, foram excluídos do programa, assim como, os pequenos produtores de dentro do latifúndio que trabalhavam na condição de **rendeiros** **parceiros** ou **arrendatários**. Para essas duas últimas categorias de produtores só restava o caminho da *"proletarização"*, servindo de reserva de mão-de-obra para as unidades que se modernizavam:
- c) o crédito rural, a assistência técnica, a formação de patrulhas motomecanizadas, a implantação de postos de saúde animal, a instalação de casas de revenda de insumos agrícolas, a dotação de estradas vicinais, eletrificação rural, armazéns e serviços de informação de mercado, além do estabelecimento de serviços de saúde e educação, estes últimos com menor ênfase, foram os investimentos de intervenção utilizados, quase que invariavelmente, para todas as áreas de atuação do programa:
- d) a estratégia de atuação do POLONORDESTE, assim, apresentava maiores condições para a modernização do próprio latifúndio do que propriamente da pequena e média propriedades. Se eram os latifundiários que tinham mais possibilidades de se apropriarem de seus instrumentos, inclusive de crédito, é lógico que esse programa propiciaria um processo de modernização da grande e média propriedades e, conseqüentemente, da atividade preferida por esses titulares, a pecuária bovina:
- e) os efeitos do programa não se limitavam aos municípios diretamente beneficiados pelos PDRIs. Como as estradas vicinais, eletrificação, assistência técnica e pesquisas podiam se estender para um número muito maior de cidades, podemos afirmar que os seus efeitos seriam bem mais

abrangentes, ainda que os esforços se concentrassem nos municípios indicados como área direta de atuação.

## 2 As tentativas de reformulação na estratégia do POLONORDESTE

### 2.1 Projeto Vale do Parnaíba

Este projeto representou uma extensão do PDRI do Delta do Parnaíba, à medida que ampliou o número de municípios beneficiados de 16 para 28. Mas o seu elemento principal foi a inclusão, em sua estratégia de atuação, de dois componentes novos: (1) **reestruturação fundiária** e (2) **recursos hídricos**. Com esses componentes, pretendia alcançar dois tipos de agentes sociais que o antigo PDRI não beneficiava, quais sejam: **os produtores sem terra e os produtores com terras insuficientes para uma produção mais moderna**.

As principais gestões que originaram o **Projeto Vale do Parnaíba** começaram em 1977, quando o então Secretário de Planejamento do Estado iniciou contatos com a direção do escritório do Banco Mundial, em Recife - PE. A partir de 1978, as negociações se estreitaram, conduzindo à discussão com técnicos desse Banco, sobre a definição da área de abrangência de um projeto de desenvolvimento rural integrado, que contaria, inclusive, com o apoio do "Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)".

Para tanto, foi formada uma equipe técnica na Fundação CEPRO, com objetivo de realizar estudos de "*levantamento de áreas potenciais favoráveis a implantação do projeto*". (PIAUI. Secretaria de Planejamento. 1987. p.4). No início, escolheram-se quatro subáreas do estado: **Delta do Parnaíba, Região de Teresina, Região de Valença e Região de Picos**, incorporando 49 municípios.

A área escolhida para a implantação do Projeto foi aquela que, partindo do Delta do Parnaíba, somaria outros municípios localizados

ais próximos das margens do rio Parnaíba, estendendo-se até o município de Amarante. Na área do Delta do Parnaíba, o POLONORDESTE já vinha atuando desde 1976, correspondendo às áreas de nove municípios, posteriormente, incluídos mais dois, totalizando, assim, 28 municípios, o que correspondia a uma área de considerável abrangência. Se acrescentarmos a isso, o fato de que esses municípios apresentavam os maiores índices de urbanização e de densidade demográfica, o projeto atingiu uma parcela populacional das mais significativas. Além disso, nessa região localizam-se as duas principais cidades do Estado, inclusive a capital, Teresina.

E nesta região, também, que marca presença um segmento das elites rurais de grande peso político e com forte influência na política estadual. Era a elite ligada ao **extrativismo vegetal** que, durante toda a primeira metade deste século, obteve forte poder político, ultrapassando a elite do Sul do Estado, mais ligada à **pecuária de corte**. Alguns membros da minoria prestigiada do Norte (extrativista) avançaram na industrialização, sobretudo em unidades industriais de beneficiamento da amendoa do babaçu (óleo comestível) e da cera de carnaúba, esta última, incluindo alguns comerciantes de Parnaíba.

Os municípios competentes da área de abrangência foram divididos em três subáreas, assim distribuídas:

Subárea I

Luis Correia  
Buriti dos Lopes  
Luzilândia  
Joaquim Pires  
Esperantina  
Batalha  
Matias Olímpio  
Porto  
Nossa Senhora dos Remedios  
Barras  
Parnaíba

Subárea II

Miguel Alves  
União  
Altos  
Teresina  
Demerval Lobão  
Monsenhor Gil  
José de Freitas

Subárea III

Agricolândia  
Água Branca  
Amarante  
Angical  
Barro Duro  
Hugo Napoleão  
Palmeirais  
Regeneração  
São Gonçalo do Piauí  
São Pedro do Piauí

A área de abrangência, em suas três sub-regiões, se diferencia, em termos ecológicos, mas pouco se distingue, no que diz respeito às condições estruturais, em que se enfatizam as relações de trabalho e a estrutura fundiária. Nesse último sentido, o diagnóstico não faz qualquer tipo de diversificação, como divulgado. (Secretaria de Planejamento, 1981).

A agricultura era a principal ocupação econômica da população não proprietária ou com pouca terra, sendo executada de forma rudimentar, com comercialização apenas dos irrisórios excedentes de arroz, milho, feijão e mandioca, os principais produtos regionais. As estruturas de posse e de propriedade da terra apresentavam-se extremamente concentradas. No entanto, o latifúndio fragmentava-se pelo estabelecimento de relações de parceria ou de pequenos arrendamentos, nestes termos.

*"... dos 57.700 agricultores encontrados na área do projeto, apenas cerca de 22% são proprietários, sendo que aproximadamente 70% dos proprietários, muitos deles desprovidos de documentos legais, são pequenos agricultores cujas terras têm menos de 100ha. Esse grupo controla apenas 18% de todas as terras agrícolas, ao passo que os proprietários de mais de 100ha controlam 82% delas."*

*"Os agricultores sem terra - 78% de todos os agricultores da área do projeto, são, sobretudo, arrendatários que cultivam pequenos lotes (3ha em média) nas grandes propriedades. Os contratos de arrendamentos, contrariando a legislação federal, são usualmente acérrimos verbais com prazo de um ano. Os arrendatários cultivam raramente o mesmo lote por mais de um ano. Os foros são excessivamente altos em relação ao total da produção (25 a 50%) e ao preço médio da terra. O pagamento dos foros, geralmente em espécie, pode ser exigido antes da colheita". (PIAUI, Secretaria de Planejamento, 1981, p.23).*

Notamos que o diagnóstico mostra grande preocupação com as questões da estrutura fundiária e com as relações de trabalho, ao contrário dos PDRIs analisados anteriormente. Entretanto, se descreve bem o problema agrário, esquece de ir ao cerne da questão, pois não discute o porquê da prevalência dessas relações. No entanto, representa, sem dúvida, um grande avanço em relação aos diagnósticos produzidos por outros planos.



Com efeito, nesse documento e expresso, com ênfase, a "situação ocupação da terra" como um entrave a produção agrícola, por culpar aos pequenos produtores, principalmente, aos sem-terra, o uso à propriedade da terra, sobretudo, porque eles não dispunham de título fundiário, mesmo considerando que o preço da terra no Estado Piauí era relativamente baixo (em média, US\$ 35/ha), ou ainda, porque grandes proprietários relutavam em vender pequenos lotes. Seus interesses reconheciam a falta de acesso a terra pelos pequenos arrendatários e parceiros, como um sério empecilho ao desenvolvimento da produção agrícola. Estes não tendo à sua disposição, lotes adequados para a introdução de novas tecnologias, eram obrigados a lidar com práticas agrícolas rudimentares em unidades minúsculas de terra, as quais, por não permitirem um sistema de rotação com descanso, acarretavam a deterioração progressiva dos solos em cultivo, resultando no maior empobrecimento dos pequenos agricultores da área.

O diagnóstico, também, denotava preocupação com a produtividade das unidades agrícolas, especialmente, as de pequena escala. Mostrava a predominância de métodos rudimentares, como o sistema de mata e queimada, sem emprego de fertilizantes, além da prática de cultivo manual consorciado com várias culturas, acarretava baixas produtividades do trabalho e da terra extremamente baixas, sem falar na instabilidade da produção no que diz respeito às variações climáticas.

Quanto aos serviços agrícolas, o documento reconhecia que a atuação do POLONORDESTE, desde 1976, melhorou bastante a situação, permitindo a montagem, no campo, de uma boa estrutura de serviços de assistência agrícola, assistência técnica, serviços de informação de mercado, postos de distribuição de sementes selecionadas e instalações públicas de armazéns. Porém, ainda era deficiente o aproveitamento dos cursos hídricos, seja para irrigação, seja para consumo humano. O mesmo se podia dizer para as estradas vicinais, que estavam mal conservadas em virtude da falta de recursos financeiros por parte dos governos municipais, encarregados de suas manutenções.

Em suma, o diagnóstico do Projeto Vale do Parnaíba (PIAUI,

retaria de Planejamento, 1987) simbolizou um perceptível avanço em relação aos dos PDRIs do POLONORDESTE implementados em 1976. (PIAUI, Secretaria de Planejamento, 1976a, 1976b, 1976c). E que expressava uma nova preocupação com os aspectos fundamentais atrelados à problemática da pequena produção, particularmente, às questões fundiárias, recursos hídricos e as precárias relações de trabalho, em que estava inserida a maior parte da população carente da região. Ademais, parece-nos muito importante que as famílias não proprietárias de terras e os proprietários minifundiários, excluídos dos projetos anteriores, apareçam, nesse plano, de forma privilegiada, quando se em referências aos itens sobre a renda da terra e as dificuldades de acesso à posse da terra, que são colocadas como essenciais na explicação do atraso da agricultura da região, refletido no baixo nível tecnológico das unidades produtivas agrícolas.

#### ANÁLISE DO ORÇAMENTO

O quadro da distribuição dos recursos financeiros por segmentos do projeto, representado na **TABELA 18**, demonstra que, se forem somados os segmentos de terra, irrigação, crédito rural e extensão, alcança-se uma percentual de cerca de 62,2% do total dos recursos previstos para cinco anos de execução. Isto representa uma completa inversão de estratégia, quando comparamos com os PDRIs anteriores. Além disso, a distribuição orçamentária está perfeitamente compatível com o tratamento proposto, o qual pretende beneficiar os produtores sem terra e torná-los produtores modernos e inseridos no mercado. Rescentamos que a mencionada **TABELA** omite: os gastos realizados pelo governo do Estado na **elaboração do projeto: o fundo de terras** (80-81), no valor de Cr\$ 100,0 milhões e **outros recursos** que se incorporam ao projeto, ao longo de sua execução.

As **Estradas vicinais** ainda se apresentam com bom volume de recursos, mas longe de se configurarem como elemento estratégico principal, além disso, que, com a redistribuição fundiária, assumem uma nova e diferente notação. Com efeito, à medida que servem para beneficiar aos

produtores assentados nas terras adquiridas, seriam as vias de acesso aos parcelheiros na comercialização de sua produção, embora não descartemos a possibilidade de as mesmas beneficiarem, também, os demais produtores ou proprietários de terras com intento especulativo.

Vale

**TABELA 18 - QUADRO RESUMO DOS RECURSOS PARA O PDRI - VALE DO PARNAÍBA PARA OS CINCO ANOS**

Subprojetos	Recursos em US\$ L.000	
	US\$	%
. Terra	16.200,0	17,9
. Extensão	10.000,0	11,1
. Pesquisa	2.400,0	2,7
. Sementes	1.000,0	1,1
. Comercialização	5.500,0	6,2
. Irrigação	14.800,0	16,4
. Pesca	2.800,0	3,1
. Saneamento	7.000,0	7,7
. Estradas	10.100,0	11,2
. Educação	2.500,0	2,8
. Administração, Monitoria e Avaliação	2.500,0	2,8
<b>TOTAL sem Credito</b>	<b>72.600,0</b>	<b>80,4</b>
. Credito Pesqueiro	2.535,0	2,8
. Credito Rural	15.135,0	16,8
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>90.270,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PIAUI, Secretaria de Planejamento, Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Parnaíba, Teresina: Fundação CEPRO, 1981.

Um ponto importante do orçamento e do próprio programa é o segmento irrigação, que buscará dotar alguns produtores, nas áreas potencialmente irrigáveis, com perímetros regados através de uma ação comunitária, pois na região, principalmente em **Parnaíba, Buriti dos Lopes e Joaquim Pires**, o percentual de irrigação de várzeas figura como o maior de todo o Estado, face à existência de uma série de

loças de grande potencial e da presença de muitos rios tributários do Parnaíba, os quais contam com grandes áreas de varzeas irrigáveis. Neste momento, é preciso lembrar que, embora concentre sua ação na região Norte, com destaque para as comunidades assentadas pelo Projeto de Parnaíba, o plano de irrigação trabalha com comunidades organizadas ou em terras desapropriadas pelo INCRA, para efeito de assentamentos.

## 2.2 Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP)

O PAPP apareceu, em 1986, como substituto do Programa POLONORDESTE, no âmbito da região nordestina. A novidade do PAPP consiste no apoio a comunidades de pequenos produtores com até 100ha de terras **proprietários ou não**, que, organizadas em núcleos comunitários e em sintonia com o sindicato dos trabalhadores rurais, definem os projetos considerados prioritários para cada uma. Excluindo estradas vicinais, eletrificação e infra-estrutura de saúde e educação, elementos que absorvem grande volume de recursos no POLONORDESTE, seus segmentos ou instrumentos são:

- ação fundiária;
- recursos hídricos;
- piscicultura e pesca artesanal;
- assistência técnica e extensão rural;
- geração e difusão de tecnologia;
- apoio a pequenas comunidades rurais (APCR);
- comercialização;
- capacitação de recursos humanos;
- crédito rural.

Os principais critérios para a seleção da área de atuação, segundo elaboração conjunta envolvendo a SUDENE e o Banco Mundial, constantes do documento SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (1989) são: (1) potencial hidroagrícola; (2) densidade populacional rural; (3) densidade de pequenos produtores rurais em

para: (4) áreas de conflitos de terra: (5) áreas onde já havia ocorrido distribuição de terra. A estratégia do programa tem como princípios básicos a

... ação integrada, progressiva, participativa e concentrada. Integrada porque contempla um elemento de atividades que so atingem (sic) o objetivo proposto se executadas (sic) em conjunto; nenhum isoladamente responde as expectativas de desenvolvimento integral da comunidade".

.....  
 "Progressiva porque foi estabelecido um cronograma de intervenção em que cada ano se incorporam novos municípios (...). Participativa porque o público-meta do programa tem participação ativa nas etapas de planejamento, execução e avaliação (...). Concentrada porque se dá prioridade de ações às áreas onde já foi resolvido o problema fundiário ...". (PIAUI. Secretaria de Planejamento, 1989, p.2-41).

O objetivo mais geral explícito continua sendo o apoio ao pequeno produtor, visando a melhorar o seu nível de vida, porém, não se pensa em produtores isolados, mas organizados em comunidades rurais. A unidade de intervenção é a comunidade com produtores que possuem até 100ha. Os critérios de escolha são, basicamente, três: (1) aquelas que se formaram através de assentamentos em áreas arrecadadas, através de desapropriação ou compra, pelo governo federal ou estadual; (2) comunidades em áreas com potencial de irrigação; (3) comunidades em áreas com bom potencial produtivo. Assim, o critério para se definir as áreas de abrangência do Programa não mais obedece ao antigo princípio do POLONORDESTE, baseado em "áreas-pólos", mas sim, o de concentrar as ações dentro das comunidades escolhidas. É portanto, o conceito de comunidade o elemento básico "renovador" do PAPP.

Os agrupamentos eleitos podem ser de origem espontânea ou estimulados pelos agentes comunitários do programa. Este último caso acontece, com frequência, nas áreas de assentamento, notadamente, quando as famílias assentadas não residiam na área arrecadada. Muitas vezes, as zonas de assentamento foram adquiridas por desapropriação ou compra, devido a existência de conflitos sérios. Desse modo, a comunidade se forma e/ou se solidifica por iniciativa governamental.

A área de abrangência do programa, no Piauí, incorpora os

municípios de maior potencial de irrigação, de maior incidência de conflitos e os que possuem comunidade de pequenos produtores em terras com bom potencial produtivo, além daquelas cidades, onde ocorrem as mais significativas compras de terras por parte do Projeto Vale do Arnaíba, as quais, nem sempre, eram palcos de embates mais graves.

Considerando que o PAPP ainda está em seu início, pois no período de 1987 a 1989, limitou-se, quase que exclusivamente, a ações típicas ou experimentais, somente a partir de 1990, é que pretendeu ampliar a área de atuação e imprimir ações concentradas nas comunidades eleitas. Assim, para 1990, as comunidades assistidas e diferenciadas, segundo os critérios colocados acima e com respaldo em informações das comunidades assistidas pelo PAPP, via unidade técnica, cruzadas com dados do INCRA sobre desapropriações de glebas em conflitos, estão descritas nos QUADROS 20, 21 e 22.

**QUADRO 20 - MUNICÍPIOS COM INTERVENÇÕES FUNDIÁRIAS E COM ÁREAS POTENCIALMENTE IRRIGÁVEIS**

Municípios	Numero de Comunidades	Numero de Famílias	Media família / Comunidade
Amarante	03	85	28
Buriti dos Lopes	02	275	137
Demerval Lobão	01	20	20
Palmeirais	03	170	57
Porto	01	240	240
Luzilândia	03	92	31
Teresina	02	125	63
Itaueira	02	200	100
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>	<b>1.207</b>	<b>59</b>

Assim, pelos critérios enunciados, o programa se estende por todas as regiões do Estado, embora se concentrando no Norte, onde estão os municípios de maior potencial de irrigação (bacia do

(carnaúba) e aqueles da região das palmeiras (babaçu e carnaúba) que, sob a forte pressão sobre a terra, em uma área de alta concentração fundiária e grande número de produtores sem terra, consolida-se como uma zona de grande tensão social.

**QUADRO 21 - MUNICÍPIOS COM INTERVENÇÕES FUNDIÁRIAS EM ÁREAS DE CONFLITOS**

Municípios	Numero de Comunidades	Numero de Familias	Media familia / Comunidade
Barras	02	350	39
Batalha	03	794	264
Esperantina	02	170	85
José de Freitas	02	100	50
União	01	50	50
Agricolândia	02	60	30
Barro Duro	02	50	25
Água Branca	02	75	37
Monsenhor Gil	03	146	49
Elesbão Veloso	03	116	39
Eliseu Martins	02	350	175
Itainópolis	01	55	55
São José do Peixe	02	76	38
Cristino Castro	02	56	56
Corrente	02	122	61
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>2.770</b>	<b>73.4</b>

Obs.: Ainda não tinha sido definido o número de famílias da comunidade 'Vaca Brava II', município de Barras.

Portanto, se traçarmos um mapa das cidades apoiadas pelo PAPP com ações concentradas, não teríamos uma área de atuação específica, mas superfícies que se espalham por todos os cantos do território estadual. É claro que apareceriam algumas pequenas superfícies contínuas apenas no Norte, pois no Semi-árido e nos Cerrados, encontraríamos, tão-somente, pontos no espaço.

## QUADRO 22 - MUNICÍPIOS ONDE JÁ EXISTIAM COMUNIDADES ORGANIZADAS

Municípios	Numero de Comunidades	Numero de Famílias	Media familia / Comunidade
Canto do Buriti	02	242	121
Simplicio Mendes	02	86	42
São Raimundo Nonato	03	376	125
Parnagua	03	100	37
Oeiras	03	105	35
Picos	03	201	67
Piracuruca	05	129	26
São Pedro	02	120	60
Regeneração	03	200	67
	26	1.569	60.3

### ESTRATÉGIA DO PROGRAMA: ELEMENTO PRINCIPAL

O fato novo do PAPP em relação ao Projeto Vale do Parnaíba é, justamente, a inclusão do conceito de comunidades de pequenos produtores, o qual foi incorporado concomitante com a idéia de participação dos referidos agrupamentos na definição dos projetos produtivos, equipamentos etc. Como elemento daí resultante, criou-se um segmento novo no programa - o "Apoio as Pequenas Comunidades Rurais (APCR)", o qual emerge, deliberadamente, no sentido de implantar e reforçar a idéia de "planejamento participativo", instituído com vistas a corrigir distorções dos programas anteriores, que não respeitavam a vontade e os interesses do seu publico-meta: os pequenos produtores. Neste sentido, o APCR se propõe, basicamente, a:

"a) mobilizar e capacitar, através da organização, os pequenos produtores rurais e suas comunidades, num permanente e auto-sustentado processo de efetiva participação;

"b) propiciar instrumentos para implementação, através das organizações e de forma comunitária, de outras oportunidades de emprego e renda nos setores primário, secundário e terciário;



"c) criar condições e otimizar o atendimento das demandas comunitárias relacionadas com equipamentos de uso comum". (SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE, 1989, p.22).

Para permitir a participação efetiva dos pequenos produtores, através de "ampla discussão entre técnicos e produtores", o programa propõe formas de organização dos produtores em:

"1 - organização em torno do processo produtivo; 2 - capacitação de técnicos e produtores na aplicação de metodologias participativas; 3 - descentralização das estruturas técnicas e administrativas de forma a criar mecanismos que assegurem a participação dos pequenos produtores, através de suas organizações e conforme orientação das diretrizes específicas do segmento; 4 - garantir a criação de mecanismos que favoreçam a democratização das informações relativas ao PAPP; 5 - criação de canais para atendimento efetivo das demandas comunitárias relativas aos outros segmentos do PAPP; 6 - sensibilização das estruturas políticas, dos vários setores envolvidos e da sociedade civil, de modo a favorecer a participação dos pequenos produtores rurais". (SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE, 1989, p.22).

Como vemos, a estratégia do APCR tem o cuidado de limitar o caráter da organização em torno do processo produtivo e da demanda referente as necessidades materiais das comunidades. A mobilização não pode se confundir com mobilização política dentro do sindicato. Este tem um papel a desempenhar, mas é apenas o de aglutinar seus associados, que integram as comunidades, em torno de reivindicações exclusivamente materiais e limitadas as carências mais prementes das comunidades. A mobilização se dá depois de solucionado o problema da terra.

A partir de então, podemos visualizar o PAPP como um programa de caráter "apaziguador" das tensões sociais no campo, de harmonizador ou medidor das relações sociais. Nas áreas de maior tensão, esse papel é desempenhado juntamente com o INCRA, atuando este nas desapropriações das propriedades onde os conflitos entre proprietários e moradores atingiram proporções insuportáveis, o que pode explicar, em parte, a concentração das ações do programa nas zonas de maior conflito no Estado - Barras, Esperantina, Batalha, Altos etc.

## ANÁLISE DE OUTROS ELEMENTOS DA ESTRATÉGIA

Entre os vários elementos de estratégia, o APCR se propõe a ser o elemento articulador da atuação dos demais segmentos. Esse papel é possibilitado pela estratégia geral do programa, que é a de atuar, exclusivamente, em nível de comunidades organizadas em núcleos comunitários articulados com as **Comissões Municipais**, as quais vão determinar os projetos que serão executados, embora tais projetos ainda tenham que passar pela decisão de uma **Comissão Partidária** que, em última instância, decide o número e a distribuição dos programas de trabalho entre municípios e comunidades. Em relação a **Comissão Partidária**, esta é uma instância política, em nível estadual, composta por representantes dos trabalhadores rurais (FETAG, sindicatos, técnicos do programa e agentes comunitários) e, também, um órgão de decisão em relação aos projetos propostos pela população envolvida.

Os núcleos comunitários são instrumentos de discussão e decisão dentro das comunidades, objetivando definir os projetos prioritários, que serão levados às **Comissões Municipais**, compostas por representantes dos grupos populacionais, agentes comunitários, representantes do sindicato dos trabalhadores rurais e representantes da Igreja. Essa organização evita, pelo menos em parte, a interferência de políticos, embora seja difícil impedir-lhes o acesso à instância de maior nível de decisão política.

Os projetos desenvolvidos nas comunidades são basicamente de dois tipos: (1) **projetos de geração de emprego e renda**; (2) **projetos de equipamentos comunitários**. Os primeiros são os chamados **projetos produtivos**, nos quais se incluem casas de farinha, motor para pilamento de arroz ou milho, campos agrícolas, juntas de bois, arados, tratores e outros elementos. Os **projetos de equipamentos comunitários** incluem poços, chafarizes, cisternas, armazéns, lavanderias etc., não incorporando, porém, construção de escolas, de postos de saúde, de rede de eletrificação rural e de construção de estradas.

Os projetos que compõem o segmento APCR são financiados por fundo

criado especialmente para essa finalidade, sendo, portanto, um fundo controlado por um esquema institucional, com as comunidades beneficiárias participando **ativamente** das decisões. Os demais segmentos, relacionados abaixo, estão, de certa forma, articulados com o APCR, pois seus beneficiários são, justamente, os pequenos produtores - até 100ha - organizados em comunidades:

**Recursos Hídricos** - contemplam as ações de abastecimento de água - poços, cisternas, chafarizes, lavanderias etc. -, irrigação pública e privada e apoio a pesca litorânea:

**Geração e Difusão de Tecnologia** - objetivam instalar "núcleos descentralizados" de experimentação e de produção de sementes:

**Assistência Técnica e Extensão Rural** - visam a distribuição de sementes e alimentos básicos, operações de "compra antecipada da produção (CAP)" e "compra do excedente da produção (CEP)" e a melhorar o sistema de informação de mercado.

**Crédito Rural** - destina-se ao custeio e ao investimento, bem como, ao crédito pesqueiro.

O PAPP apresenta, assim, vários aperfeiçoamentos, com a pretensão de corrigir defeitos de programas anteriores, além do intuito de apoiar não-somente comunidades organizadas de pequenos produtores. Abandona o segmento de implantação de infra-estrutura econômica e social, o que é bastante positivo, pois as avaliações efetuadas acerca dos programas anteriores atestam que os mesmos terminavam por beneficiar muito mais os grandes e médios proprietários do que os pequenos.

Agora, os elementos estratégicos empregados atingem, diretamente, o público-meta dentro de suas comunidades e se dirigem, prioritariamente, para o apoio à produção e ao fornecimento de equipamentos comunitários de uso comum. Esse procedimento dificulta a intermediação do político representante dos interesses das elites rurais, amenizando, em decorrência, a relação "paternalista", que so

inha prejudicando os pequenos produtores, além de atenuar os riscos de desvios de recursos para aplicações, em prol de interesses particulares do grande proprietário.

Entretanto, não podemos exagerar no entusiasmo. O programa ainda se mostra frágil e insuficiente em um aspecto de maior importância, que é a questão de reestruturação fundiária. O documento analisado não apresenta nenhum aspecto estratégico elaborado quanto a este aspecto, não ser a dependência as desapropriações do INCRA em áreas de conflitos, o que, na realidade, não dá nenhuma garantia de uma política consequente de redistribuição de terras, por motivos expostos anteriormente.

Em: O segmento de recursos hídricos, bastante importante na estratégia, apresenta-se muito frágil quanto a implementação de perímetros irrigados nas comunidades com potencial de irrigação. Fora os projetos recebidos do Projeto Vale do Parnaíba, o PAPP se propõe a implantar apenas 4.482ha de áreas irrigadas em vales unidos. Dos três projetos definidos, em dois, será necessário construir barragens de porte razoável, coisa que, devido ao volume de recursos requeridos, somente se materializara em um horizonte longo de tempo.

Além disso, embora os recursos e os elementos do programa estejam mais atrelados com o sistema institucional montado, isto não significa que as elites rurais não tenham influência nas decisões das instâncias superiores. Isto porque, os recursos serão distribuídos entre os vários órgãos executores e, nesse momento, os trabalhadores rurais tem pouca ou quase nenhuma influência quanto a sua aplicação. Assim, tais recursos podem ser aplicados seguindo direções diferentes, contrariando os objetivos do programa, inclusive, financiando projetos de interesse do próprio órgão executor, que podem não corresponder as demandas reais dos pequenos produtores. Ademais, fora o perigo de desvios dos recursos para outras finalidades, ainda surgem dúvidas relacionadas com o montante de recursos financeiros que serão liberados para a execução do programa:

SERÁ QUE ESSES RECURSOS SERÃO SUFICIENTES PARA CUMPRIR AS METAS ESTABELECIDAS?

SERÁ QUE SERÃO LIBERADOS A TEMPO, EVITANDO AS DESVALORIZAÇÕES PROVOCADAS PELO PROCESSO INFLACIONÁRIO?

### 4.3 Os programas dos Incentivos Fiscais e de Irrigação

A análise desses programas procura mostrar, de um modo geral, a lógica das transformações por eles geradas. No que concerne aos **Incentivos Fiscais**, nos beneficiamos de um trabalho de avaliação para o **FINOR Agropecuario** (Gasques, Moita, 1985) que efetivou um estudo para todo o Nordeste, ao mesmo tempo que confrontava os principais resultados detectados com alguns dados gerais para o Estado, no sentido de verificar a validade, para o Piauí, dessas conclusões. Para os programas de **Irrigação**, buscamos discutir os vários tipos de projetos implantados, no pós-70, com o objetivo de diferenciá-los quanto aos seus principais efeitos.

#### 4.3.1 Os projetos de Incentivos Fiscais

##### 4.3.1.1 Os projetos da SUDENE

Entre 1971 e 1984, foram implementados, no Piauí, aproximadamente, 60 projetos agropecuarios, dos quais 34 foram instalados durante os cinco primeiros anos da década de 80. São 50 projetos de **pecuária**, em sua maior parte, destinados a corte, com alguma variação entre reprodução e corte: 17 **agrícolas**; dois **industriais** e um **pesqueiro**. (**QUADRO 23**). Os projetos agrícolas, geralmente, aparecem apenas com lavouras. Em termos genéricos, tais planos de ação também trabalham com pecuária, combinando as duas

idades, embora tenham como ocupação básica os cultivos, principalmente, arroz e/ou caju.

Os 60 projetos implantados nesse período abrangeram 32 municípios, atingindo todas as regiões. Os municípios mais beneficiados foram: Canto do Buriti, com dez projetos; Ribeiro Gonçalves, com nove; Jerumenha, com seis; Uruçuí, com cinco e Pio IX, com cinco, os quais, grosso modo, tinham como traço marcante a instabilidade de estrutura fundiária e contavam com grandes espaços desocupados, sobretudo, em termos de terras devolutas ou pertencentes ao Estado. Os demais, receberam, no máximo, três projetos, sendo seus efeitos, assim, mais atenuados do que nos municípios citados.

**QUADRO 23 - PIAUÍ: DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS DA SUDENE 34/18 E FINOR 1971-1984**

Anos	71	72	73	75	76	78	79	80	81	82	83	84	TOTAL
Nº de Projetos	07	03	02	03	03	01	07	10	04	11	03	06	60

Fonte: Escritório da SUDENE, Teresina - PI.

Uma característica importante dos projetos do FINOR Agropecuario é a extensão, pois, poucas vezes, possuem áreas inferiores a 5.000ha. No início, as terras eram adquiridas, sobretudo, na região dos Cerrados, diretamente, ao governo estadual, a preços simbólicos, desde que era de interesse da administração pública, a instalação dos referidos projetos no Estado. A "Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI)" era o órgão encarregado das negociações, mas, face ao desconhecimento da quantidade de terras existentes e da situação em que se encontravam, podiam ser vendidas a mais de um projeto, culminando com a expulsão das pessoas que se encontravam em situação de posse. Em outras zonas, as terras eram adquiridas de proprietários

privados e, via de regra, eram terras "griladas". Isto porque, grandes proprietários da região registravam imensas extensões de terra em seus nomes e, depois, as vendiam aos projetos, mesmo com a ressalva de que o preço da terra era baixo.

Um dado interessante quanto a origem e localização dos projetos financiados pela SUDENE é que a maior parte dos seus responsáveis era empresário de fora do Estado, os quais preferiram se instalar nas regiões de baixa densidade demográfica, em geral, regiões típicas de pecuária extensiva e de predomínio absoluto do latifúndio, onde ainda existiam muitas terras em disponibilidade, sobretudo, devolutas. Esses empresários, em sua maioria, detinham prestígio, em nível regional, (quando não eram políticos de prestígio regional ou nacional), o que lhes propiciava certas facilidades junto a SUDENE, na aprovação de seus pleitos. Na verdade, eram grandes donos de terras em estados mais desenvolvidos da região, como Ceará, Pernambuco, Paraíba e Maranhão.

Assim, no que tange a procedência dos responsáveis pelos projetos, temos: 29, de Pernambuco; 12, do Ceará; dois, da Paraíba; um, do Maranhão; um, de São Paulo e um de Brasília, totalizando 46 projetos de empresários de outros estados, os quais, em sua maioria, abrangiam áreas acima de 10.000ha.

A análise do potencial transformador desses projetos na estrutura produtiva ou na organização da produção, segundo Gasques, Moita (1985), se concentra, notadamente, em seus efeitos sobre a produção e emprego. Não se trata, aqui, de uma interpretação com relação à repercussão dos projetos sobre a estrutura agrária, durante o período de 1970 em diante, mas, o que pretendemos, neste momento, é uma discussão geral e ampla do programa do FINOR Agropecuario, como potencial transformador, a qual é válida para toda a região e o Estado.

O estudo não engloba todos os projetos, mas se baseia em uma amostra de 129, de um total de 416. Este último total representa o total dos projetos aprovados e implantados pelo FINOR e os financiados pelo Sistema 34/18, que foram transferidos para o Sistema

FINOR, quando de sua instituição. O FINOR começou a funcionar a partir de 1975, e até o ano de 1983, foram autorizados 287 projetos. Destes, os autores supracitados escolheram mais de 50 projetos em todo o Nordeste, para a realização da avaliação, embora, nos limitemos apenas aqueles referentes ao Piauí. Os dados utilizados foram coletados no contexto da SUDENE, INCRA e, mediante a técnica de entrevista, junto a técnicos vinculados à SUDENE, INCRA, "Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB)", "Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)" e a outros organismos ligados, de alguma maneira, aos mencionados projetos.

### TRANSFORMAÇÃO NA ESTRUTURA PRODUTIVA

A maior parte dos projetos em referência, no Nordeste e no Piauí, preferiu a pecuária de corte. Alguns se dedicaram às atividades leiteiras e de reprodução, enquanto outros combinaram essas ocupações com lavouras, com ênfase para o arroz. O paradoxal é que a pecuária de corte, em nível de projetos, apresenta taxas de retorno inferiores às alternativas que combinam, juntamente com a criação para corte, a produção de leite ou lavouras, que, além de socialmente mais interessantes, dado a carencia de leite na região, oferecem um índice maior de emprego. No entanto, o cálculo das taxas de retorno, no âmbito dos projetos, não ultrapassa mera exigência formal, por ocasião da elaboração dos mesmos. A análise constata que a maioria dos projetos de pecuária de corte não cumpriu os cronogramas estabelecidos, no sentido de estabelecer práticas modernas de criatórios e de formar o rebanho necessário para garantir a rentabilidade preconizada.

O exame de desempenho dos projetos denuncia atraso quase que generalizado nos cronogramas de implantação, decorrente, segundo o Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA)" (Gasques, Moita, 1985) de: (1) **insuficiência de recursos** — não permite que os projetos recebam as verbas essenciais ao seu bom desempenho, devido à pulverização na distribuição dos recursos do FINOR em numerosos



Objetos: (2) desvio de recursos dos projetos para outras atividades. medida que os beneficiários, quase sempre, não tem a pecuária como principal ramo de negócio.

De conformidade com os autores acima arrolados, observamos que, cerca de 18 projetos no Piauí, aprovados no período de 1971-79, apresentavam atraso entre 16 a 120 meses, fato comum a todos os estados nordestinos, na mesma intensidade, não constituindo, portanto, uma especificidade do Piauí. No entanto, esse mau desempenho dos projetos não é causado pela demora na liberação dos recursos por parte da SUDENE, haja vista que, no Estado, por exemplo, as liberações aconteceram, em sua totalidade e, em alguns casos, os numerários superavam os valores previstos inicialmente.

A TABELA 19 dá uma ideia da defasagem do ritmo de implantação dos projetos em relação ao fluxo de recursos do financiamento, indicando que não foi a falta de liberação que determinou os atrasos no ritmo de implementação, pois somente o número 29 sofreu atraso considerável, mediante um ritmo de implantação (27%) bastante inferior ao percentual dos recursos liberados pelo FINOR (46%). Os dados sugerem que pode ter ocorrido, de fato, desvio de recursos, diante da defasagem constatada.

Para verificar melhor o impacto dos projetos na estrutura produtiva, (Gasques, Moita, 1985) relacionaram os projetos mais antigos, entre 1969-73, e cruzaram com os dados do INCRA quanto ao tipo de classificação que esse órgão atribuiu aos projetos, em 1978. Apenas um projeto foi classificado como empresa rural. Os demais, quase sete anos após sua implementação, não conseguiram transformar a forma de exploração da terra, permanecendo como latifúndios, como configurado no QUADRO 24.

Um outro indicador utilizado pelos autores acima citados, foi o nível de eficiência medido pela relação bovinos/hectares. Na análise, constam quatro projetos do Piauí, com os seguintes índices:

Índ. por exploração (Número dos Projetos)	Bovinos/hectares
---	------------------

**TABELA 19 - PIAUÍ: DESEMPENHO DOS PROJETOS FACE À LIBERAÇÃO DOS RECURSOS DO FINOR**

(Cr\$ Milhões)

Número do Projeto	Inversões Previstas <sup>(1)</sup>		Recursos Liberados 3/83		
	TOTAL	FINOR	Cr\$ Milhões	% Sobre o Total <sup>(3)</sup>	Ritmo de Implantação <sup>(2)</sup>
63	10.095	5.906	4.906	83	63
29	9.893	7.489	3.425	46	29
46	9.914	5.977	6.725	112	46
33	16.309	10.418	9.946	95	33
30	38.697	27.657	18.380	66	30
52	22.002	9.607	16.161	168	52
50	6.851	3.717	3.441	93	50

(1) Valor a preços de 12/84, obtidos pelo IGP-OI, base 1977-100.

(2) Refere-se ao percentual da implantação com relação ao previsto.

(3) Percentual da liberação de recursos do FINOR em relação ao previsto.

**QUADRO 24 - PIAUÍ: CLASSIFICAÇÃO DOS PROJETOS SEGUNDO O TIPO DE EXPLORAÇÃO DA TERRA**

Número dos Projetos	Área (ha)	Classificação na Última Declaração	Data da Aprovação do Projeto pela SUDENE
110	8.755,0	Lat. explorada	24/09/69
168	2.916,0	Lat. explorada	28/11/73
112	6.500,0	Emp. rural	24/11/71
113	6.500,0	Lat. exploração	22/12/71
114	24.000,0	Lat. exploração	28/04/71
116	1.889,0	Lat. exploração	26/02/71
118	21.000,0	Lat. exploração	24/03/71
119	7.000,0	Lat. exploração	22/11/71
124	18.195,0	Lat. exploração	22/01/75
125	33.000,0	Lat. exploração	24/01/71

Fonte: GASQUES, J. C., MOITA, A. S. Relatório de avaliação dos incentivos fiscais na agricultura do Nordeste (FINOR Agropecuário). Brasília: IPEA, 1985. p.14.

118	0,09
11	0,19

Empresa (Número do Projeto)

112	0,20
-----	------

Esses números são extremamente baixos se comparados com os de rendimentos mínimos definidos pelo INCRA para o Piauí (zonas de pecuária três e quatro, com índices de 0,50 e 0,25, respectivamente), pois nem mesmo o projeto classificado como **empresa rural** conseguiu o limite mínimo, denunciando o caráter extremamente extensivo com que esses projetos praticam a pecuária. Mas o pior é que os índices de eficiência ficam longe da média estadual de bovinos/hectares de pastagens para 1980, que foi de 0,42.

#### EFEITOS SOBRE A PRODUÇÃO E O EMPREGO

No que se refere aos efeitos sobre a produção, Gasques, Moita (1985, p.20) utilizam o indicador taxa de não implantação dos projetos "que é um indicador de quanto falta implantar para que atinjam seu pleno funcionamento", o qual expressa, em percentagem, o rebanho existente em relação ao rebanho de estabilização, ou seja, número de animais ou aves que garantirá o fluxo de produção planejada. Segundo a análise da amostra, nenhum projeto, em território piauiense, alcançou o rebanho de estabilização e a maioria está quase totalmente por implantar. Na amostra, aparecem três projetos mantendo taxas de não implantação acima de 80%.

Número dos Projetos	Tipo de Unidade Produtiva	Percentagem de não implantação
116	Latifundiária	98,0
118	Latifundiária	83,5
112	Empresa Rural	90,7

Os efeitos sobre o emprego também não parecem significativos. No Piauí, por exemplo, como a atividade preferida e a **pecuária de corte + reprodução**, exatamente a que apresenta menor índice de geração de empregos, esse efeito é quase nulo. Aqui, essa ocupação atinge mais ou menos 92% sobre o total dos projetos. Porém, a desativação de empregos, em decorrência da expulsão de posseiros das terras, também não foi muito significativa, em virtude dos projetos instalarem-se, prioritariamente, em áreas com baixa densidade demográfica. O indicador mão-de-obra/área total apresenta, para três projetos, no Estado, os números abaixo, que são os menores da região.

Número dos Projetos	Atividade	Eventual	Permanente
124	Bov. abate + bov. reprod.	0,0010	0,0016
114	Bov. abate + bov. reprod.	0,0002	0,0005
110	Bov. abate + bov. reprod.	0,0007	0,0050

Assim, considerando a avaliação de Gasques, Moita (1985), os projetos da SUDENE produziram poucos efeitos sobre as estruturas produtivas e de emprego. No entanto, como veremos nos capítulos posteriores, esses programas provocaram mudanças importantes na estrutura produtiva, pois, por incorporarem áreas extensas, ao se instalarem, constroem cercas, expulsam posseiros e, até, pequenos proprietários, isto produz, como decorrência, a desestruturação de uma tradição, sobretudo no Semi-árido e Cerrados, que era o pastoreio livre, onde as terras serviam de pasto para todos os animais da área. Nesse sistema, em que há o consórcio entre o gado e as culturas de subsistência, com essas últimas praticadas enquanto o gado permanece em outras localidades, a proporção que aparecem as cercas, os pequenos produtores deixam de possuir gado, passando a dedicar-se, exclusivamente, a agricultura.

Há também a melhoria do manejo do gado e do pasto, possibilitando a introdução de raças aperfeiçoadas e melhores pastos, desaparecendo, assim, a tradição do gado "*bê-duro*", até então, muito comum no Estado, ainda que fosse um animal de baixo rendimento, obrigado a se adaptar às condições precárias de pastos, e tornando-se, portanto, resistente à situação de cada região.

## 3.1.2 Os projetos do IBDF

Os projetos financiados pelo IBDF (FISSET), uma variante dos incentivos fiscais, implantaram-se, na época de 1978 a 1985, dedicaram-se, na quase totalidade, a cultura pura de caju, com a ressalva de que, somente após algum tempo de consolidação do projeto, era permitida a associação com o gado. Seu número atingiu cerca de 548 unidades de diversos tamanhos, conforme descrito no QUADRO 25. Os projetos, como um todo, atingem 30 municípios. No entanto, concentram-se em apenas oito, perfazendo um percentual de mais de 75%, com destaque para Uruçuí, Ribeiro Gonçalves e Canto do Buriti, os quais abrigam 256 dos 548 projetos implantados no período.

**QUADRO 25 - PIAUÍ: PROJETOS DE REFLORESTAMENTO NO PIAUÍ FINANCIADOS PELO IBDF, 1978-1985**

Municípios	Área (ha)				TOTAL
	Ate 50	51-100	101-500	500 e +	
Ribeiro Gonçalves	18	30	68	13	129
Uruçuí	17	45	53	12	127
Canto do Buriti	24	12	08	-	44
Manoel Emídio	08	-	10	03	16
Floriano	12	10	-	-	22
Pio IX	25	06	11	-	42
Castelo do Piauí	20	01	-	-	21
Jose de Freitas	08	06	01	-	15
Outros	01	31	14	01	132
<b>TOTAL</b>	<b>213</b>	<b>141</b>	<b>165</b>	<b>29</b>	<b>548</b>

Fonte: Informações de técnicos e documentos do IBDF.

Os projetos de reflorestamento possuem feições bem diferenciadas daquelas provenientes do FINOR Agropecuario. Em primeiro lugar, a maior parte (64,5%) se posiciona em grupos de áreas inferiores a 100ha. Somente este fato já é uma distinção relevante, desde que

permite a introdução de um tipo de unidade produtiva mais moderna em uma região tipicamente de latifúndios, embora não signifique que tenha gerado oportunidades para os pequenos e médios produtores da região. Além disso, como dito antes, muitos desses projetos estão atrelados a empresários de outros Estados, que aproveitam recursos baratos advindos de incentivos fiscais, coisa de difícil acesso aos pequenos produtores locais.

Esses projetos, de modo geral, pertencem aos mesmos empresários que receberam incentivos do FINOR Agropecuario. Porém, em função do IBDF estabelecer um limite em termos de áreas específicas para financiar planos para a cultura do caju, numerosas empresas que se beneficiam desses incentivos elaboram mais de um projeto. Dali, produtores com espaços planejados para o plantio do caju, com até 30.000ha, como é o caso da CAPISA, em Pio IX.

Além disso, como todos os projetos se dedicam a cultura industrial do caju, abrem possibilidades para a formação de unidades industriais de produção de sucos, doces e beneficiamento de castanha, ainda que isso não tenha acontecido com grande incidência. Na verdade, na própria unidade agrícola, é extraído o suco, posteriormente, enviado para as rebricas do Ceará ou de Pernambuco, para embalagem e comercialização, da mesma forma, como ocorre com a castanha, cujo beneficiamento também se dá fora do Piauí.

Um outro aspecto, também presente no FINOR Agropecuario, é que os projetos de reflorestamento do IBDF, em mais de 60%, têm vinculação a empresários de outras Unidades da Federação, destacando-se Pernambuco e Ceará, conforme evidencia o **QUADRO 26**.

Um outro ponto de convergência com o FINOR é que os municípios de maior concentração — **Uruçuí, Ribeiro Gonçalves e Canto do Buriti** — dos projetos do IBDF também são os mesmos que receberam, individualmente, maior número de projetos do FINOR, isto é, municípios com grande extensões territoriais, baixa densidade demográfica e com bastante terra em disponibilidade. Isso parece ser duplamente vantajoso para os responsáveis dos referidos programas: **terra barata e**

cesso às mesmas sem grandes dificuldades, pois representavam, em muitos casos, terras vazias, embora, em Pio IX, Oeiras e Pimenteiras, a implementação desses projetos tenha trazido conflitos envolvendo posseiros e pequenos proprietários, que acabaram expulsos das terras.

#### QUADRO 26 - PROJETOS SEGUNDO ESTADOS DE ORIGEM DOS TITULARES

Estado de Origem	Nº de Projetos
Piauí	174
Pernambuco	158
Ceará	144
Distrito Federal	18
Paraná	11
Minas Gerais	11
Para	9
Goiás	5
Rio Grande do Sul	5
Maranhão	3

Fonte: Informações de técnicos e documentos do IBDF.

#### 4.3.1.3 Repercussões gerais sobre a estrutura produtiva

A análise particularizada de uns poucos projetos revela que eles não apresentaram grandes efeitos na estrutura produtiva, mas, se verificarmos as repercussões, de um modo mais global, percebemos que os projetos da SUDENE e do IBDF, abordados nos itens 4.3.1.1 e 4.3.1.2 causaram sérias repercussões. A primeira, talvez a mais importante, foi o imenso impulso na utilização de áreas com lavouras permanentes, ressaltando-se a cultura do caju, objeto dos projetos do IBDF. Assim, as áreas de lavouras permanentes, no Estado, aumentaram de 156.473ha, em 1975 para 324.354ha, em 1985 (107,3%), crescendo a taxas bem superiores as das lavouras temporárias, que subiram apenas 37,9%, no mesmo período.

Mas o mais significativo e que podemos afirmar, com absoluta segurança, que foram os projetos do IBDF os responsáveis diretos por esse considerável aumento das áreas com culturas permanentes, pois somente contando os principais municípios beneficiados com tais projetos, notamos que eles foram responsáveis por esse incremento em torno de 119.883ha, o que corresponde a, aproximadamente, 71,4% da ampliação da extensão de lavouras permanentes em todo o Estado, no período 1975-85. Somente os municípios de **Ribeiro Gonçalves e Uruçuí**, os preferidos para a localização dos referidos planos de ação, contribuíram com 80.495ha, representando 47,7% do acréscimo total das áreas de lavouras permanentes. (QUADRO 27).

**QUADRO 27 - PIAUÍ: INFORMANTES E ÁREAS DE LAVOURAS, SEGUNDO MUNICÍPIOS MAIS BENEFICIADOS COM PROJETOS DO IBDF 1975-1985**

Municípios	Permanentes				Temporárias			
	1975		1985		1975		1985	
	Infor mantes	Area (ha)	Infor mantes	Area (ha)	Infor mantes	Area (ha)	Infor mantes	Area (ha)
Ribeiro Gonçalves	92	114	123	60.424	591	3.325	1.254	13.349
Uruçuí	167	182	325	20.071	873	3.155	1.353	5.798
Canto do Buriti	816	3.880	305	8.685	2.434	8.464	3.178	14.676
Manoel Emidio	82	92	63	8.690	470	2.375	945	3.831
Floriano	226	173	222	2.005	1.142	2.728	1.693	5.116
Pio IX	2.038	11.542	2.227	34.446	2.809	7.398	8.250	15.440
Castelo do Piauí	22	86	188	1.621	3.465	9.196	3.837	12.825
José de Freitas	52	321	218	331	2.470	3.616	2.801	6.557

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1975. Rio de Janeiro, 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sinopse preliminar do censo agropecuário; 1985. Rio de Janeiro, 1985.

Há uma estreita relação entre o crescimento das lavouras temporárias e o aumento do rebanho bovino na região onde se instalaram os projetos agropecuários. Isto porque, a formação de pastos e



realizada através de reideiro, que recebe terras nas propriedades para pagamento com renda em trabalho incorporado a terra, sobretudo, na limpeza e plantio de capim. Junto com o capim, o reideiro planta culturas alimentícias.

Os acréscimos das áreas de lavouras temporárias e do rebanho bovino, considerando apenas os municípios dos QUADROS 27 e 28, foram bem menos significativos, isto é, atingiram 93% e 24.6%, respectivamente. Ainda assim, para as cidades citadas, esses percentuais se posicionam bem acima da média estadual, com índices respectivos de 37,9% e 19,2%, o que indicia que esses projetos produziram efeitos na estrutura produtiva como um todo, sobretudo, em seu aspecto qualitativo, pois se o rebanho bovino não aumentou tanto, houve aprimoramento em sua qualidade, graças às mudanças inseridas no manejo animal e no acréscimo das pastagens artificiais, sem falar na introdução de animais de raças melhoradas.

**QUADRO 28 - PESSOAL OCUPADO, NÚMERO DE TRATORES E EFETIVOS DE BOVINOS SEGUNDO MUNICÍPIOS MAIS BENEFICIADOS COM PROJETOS DO IBDF 1975-1985**

Municípios	Pessoal Ocupado		Tratores		Bovinos	
	1975	1985	1975	1985	1975	1985
Ribeiro Gonçalves	3.024	6.238	-	190	11.360	19.371
Uruçui	4.046	4.826	12	104	14.800	16.892
Canto do Buriti	10.812	11.407	45	81	19.374	21.186
Manoel Emidio	1.451	2.616	2	12	4.655	11.165
Floriano	3.381	7.348	9	45	15.034	21.308
Pio IX	9.244	12.645	-	89	15.729	17.235
Castelo do Piauí	12.030	12.646	2	12	33.688	32.153
José de Freitas	5.763	9.529	8	27	11.047	17.258

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1975. Rio de Janeiro, 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese preliminar do censo agropecuário: 1985. Rio de Janeiro, 1985.

Quanto às melhorias tecnológicas, não nos foi possível analisá-las, em virtude da inexistência dos resultados completos do censo agropecuario de 1985. No entanto, dos dados referentes ao número de tratores nos municípios escolhidos, constam que ocorreu mudança expressiva no emprego de mecanização, pois o total de tratores passou de 78, em 1975 para 360, em 1985, correspondendo a um aumento percentual de 618%, o que ultrapassa, em muito, o índice de acréscimo em relação ao Estado, como um todo - 321,6%.

A contribuição quanto ao incremento do pessoal ocupado para os municípios escolhidos, embora sem registro de transformações nas relações de trabalho, não foi tão pequena. De 1975 a 1985, comprovamos acréscimo no pessoal ocupado de 49.751 pessoas para 67.255, o que equivale a um aumento percentual de 35%. Considerando tal progresso em relação ao aumento da área com lavouras permanentes, significa que somente os projetos de produção de caju (IBDF) aumentaram o emprego em uma proporção de 0,10 pessoas por hectare implantado.

#### 4.3.2 Os projetos de Irrigação

Foi a partir do início da década de 80, que a irrigação passou a ser visualizada, no Piauí, como a forma mais eficaz de sanar os seus problemas agrícolas. Essa crença teve sua origem em experiências frustradas, objetivando combater as secas e melhorar o nível de vida da população rural, tais como, construção de acudes, Projeto Sertanejo, POLONORDESTE e outros, que, de fato, só agravaram a situação do homem rural e não resolveram os problemas provocados pelas secas periódicas. Além disso, mesmo em período de chuvas normais, as mesmas são distribuídas irregularmente, tanto em relação ao território estadual, quanto ao longo do ano. Assim, o governo estadual, a partir de 1981, aproveitando o advento do Programa Pró-Varzeas e do PDRI Vale do Parnaíba, ampliou as ações de irrigação, de forma considerável.

... especialmente irrigáveis somam, no Piauí, cerca de

38.450ha, dos quais 143.300ha são vazantes (**aluviões**) e 295.150ha, latossolos, em terras altas, mas propícios à irrigação, representando, juntos, 86,9% do total dos espaços irrigáveis. Na maior parte, as águas são originadas de rios, sendo o Parnaíba a maior fonte; além de lagoas (existem no Piauí, 69 lagoas perenes com volume de água que variam de 2.350 mil a 44 milhões de metros cúbicos); açudes (até 1989, eram 37 açudes públicos, com capacidade total de mais de 241 milhões de metros cúbicos de água) e um potencial de águas subterrâneas, cujo volume explorável é estimado em 2,2 bilhões de metros cúbicos por ano.

### PRÓ-VÁRZEAS

O Pró-Varzeas foi o programa mais efetivo, pois, de 1981 a 1988, implantou 1.093 projetos, (QUADRO 29), atingindo uma área de 17.529ha, alcançando 1.093 famílias.

**QUADRO 29 - PRÓ-VÁRZEAS: NÚMERO DE PROJETOS IMPLANTADOS, ÁREA E NÚMERO DE BENEFICIADOS 1981-1988**

Anos	Numero de Projetos Implantados	Área (ha)	Beneficiarios
1981	47	337	47
1982	319	8.352	319
1983	75	3.025	75
1984	86	1.091	86
1985	100	899	100
1986	135	809	135
1987	195	2.424	195
1988	136	592	136
<b>TOTAL</b>	<b>1.093</b>	<b>17.529</b>	<b>1.093</b>

Fonte: Informações de técnicos e documentos da ENATER, Teresina - PI.

A área média irrigada por beneficiário está em torno de 16ha, correspondendo a uma média razoável, desde que as culturas irrigadas tendem a apresentar produtividade acima das alcançadas em regiões de sequeiro. Atuava, diretamente, com incentivo creditício ao próprio proprietário que possuía áreas irriáveis, financiando os equipamentos e as obras de sistematização do solo e das fontes de água, assim como, dando apoio técnico.

Trata-se, em suma, de um programa com grande potencial de modernização, sobretudo, quanto a introdução de métodos modernos de produzir e de novas relações de produção, fundamentado no assalariamento ou na criação de um tipo de parceria estreitamente vinculada ao mercado.

Os municípios mais beneficiados foram Parnaíba, Buriti dos Lopes e Joaquim Pires, os quais possuem as maiores áreas em aluviões ou várzeas, as margens do rio Parnaíba ou em lagoas.

#### PROJETOS DE IRRIGAÇÃO DO POLONORDESTE

O POLONORDESTE, através do Projeto Vale do Parnaíba, implantou, a partir de 1986, nove projetos de irrigação, provocando um acréscimo na área irrigada de 1.475ha, beneficiando 683 famílias. Estão em processo de implementação mais sete projetos, que, se somados aos anteriores, elevariam a área irrigada para 4.245ha. O POLONORDESTE implantou, ainda, mais três projetos financiados pelo PROINE, com área de 67ha e com 50 famílias beneficiadas, como descrito no QUADRO 30.

Tanto os projetos de irrigação implantados pelo POLONORDESTE quanto os oriundos do PROINE têm estratégias semelhantes, desde que ambos pretendem beneficiar o pequeno produtor. Os primeiros atuam em áreas compradas pelo POLONORDESTE, enquanto os projetos do PROINE resolvem o problema da terra através de negociação com proprietários, sendo o mais comum estes últimos cederem a terra em troca de eletrificação e estradas que beneficiem a propriedade.

### QUADRO 30 - PROINE: PROJETOS IMPLANTADOS

Municípios	Projetos	Área (ha)	Nº de Famílias Beneficiadas
Pimenteiras	Malhadina	42	20
Barras	Cantinho	19	20
Campo Maior	Santo Antonio	06	10
TOTAL		67	50

Fonte: Informações de técnicos e documentos da EMATER, Teresina - PI.

O traço mais importante desses projetos é a criação de uma certa diferenciação entre os pequenos produtores. Como vimos, esses produtores não tinham, até 1970, acesso a crédito ou a qualquer política governamental. Nesse sentido, trabalhavam no máximo 5ha de terras mediante mão-de-obra da própria família, utilizando técnicas extremamente rudimentares e com maior parte da produção se dirigindo ao autoconsumo, enquanto que o restante era entregue ao atravessador, a preços por ele estabelecidos. Assim, 683 famílias de pequenos produtores receberam áreas irrigadas (0,5 a 2ha) com apoio à comercialização, ao fornecimento de crédito e à assistência técnica, tornando-se modernizadas e fortemente ligadas ao mercado. (QUADRO 31).

A região Norte do Estado é a mais beneficiada com os projetos de irrigação, sobretudo o Baixo Parnaíba, onde estão as maiores áreas contínuas com várzeas, destacando-se os municípios de **Buriti do Lopes, Porto, União, Teresina, Demerval Lobão, Amarante**, além de outros, localizados nos vales dos rios Longá, Itaueira e Caninde. Nessa perspectiva, os projetos de irrigação diferem dos da SUDENE e IBDF, uma vez que os primeiros centram-se na região de maior densidade demográfica e maior índice de urbanização.

Existem ainda, no âmbito do POLONORDESTE, dois programas visando a incentivar a prática da irrigação entre os proprietários pequenos, médios e grandes, que possuem áreas irrigáveis. São eles:

PROJETOS PEQUENOS SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO - objetivam beneficiar pequenos proprietários com a introdução de dois tipos de módulos - 2 e 4ha, mediante a exigência de que o titular possua áreas irrigáveis, energia e água. O governo oferece equipamentos de irrigação, bombas, tubulações e aspersores. O pagamento pode ser feito em dinheiro ou em produtos, com planos de amortizações a combinar. Foram distribuídos, até 1988, a mais ou menos 800 famílias, então, em processo de instalação. A concentração dos módulos obedece a critérios políticos, privilegiando os municípios de maior peso político, como Piripiri e Barras.

**QUADRO 31 - IRRIGAÇÃO PÚBLICA  
POLONORDESTE: PROJETOS  
PLANEJADOS, PROJETOS  
EXECUTADOS E ÁREA-  
META PARA 5 ANOS  
INÍCIO: 1986**

Projetos Planejados		Projetos em Execução		Número de Famílias Beneficiadas
Especificação	Área (ha)	Especificação	Área (ha)	
. Vale do Rio Piauí	1.122	. Itaueira	154	58
. Vale do Rio Piracuruca	1.452	. Várzea Grande - Buriti dos Lopes	454	50
. Vale do Itaueira	100	. Lagoa/Ilha - Buriti dos Lopes	60	40
. Lagoa do Buriti	150	. Cajazeira - Buriti dos Lopes	467	220
. Lagoa do Campo Largo	600	. Campo Largo - Porto	150	130
. Cajazeira de Baixo	90	. Ponta da Várzea - Amarante	20	30
. Caieiras	40	. Lagoa das Araras - Amarante	20	65
. Lagoa das Araras - Amarante	12	. Olho D'Água - Demerval Lobão	120	60
. Ponta da Várzea - Amarante	20	. Caieiras - Teresina	30	30
. Olho D'Água - Demerval Lobão	120			
. Várzea Grande - Buriti dos Lopes	320			
. Campestre - Teresina	20			
. Lagoa do Piripiri - Amarante	29			
. Riachão - União	30			
. Sossego - Barras	20			
. Boca da Mata - Nossa Senhora dos Remédios	20			
<b>TOTAL</b>	<b>4.245</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.475</b>	<b>683</b>

Fonte: Informações de técnicos e documentos da EATER, Teresina - PI.

**PRONIR** - visa à implantação de áreas irrigadas para médios e grandes proprietários, cuja pretensão inicial é implantar 40 pivôs centrais, com 20 já adquiridos. A área média a ser irrigada por propriedade situa-se entre 15 a 20ha. O financiamento é distribuído assim: 50% pelo BNB, via negociação com o Banco e 50% restantes, pagos ao Estado através de produto ou dinheiro. O Estado fornece a infraestrutura básica de irrigação.

A administração estadual elaborou e está executando o "Programa Estadual de Irrigação 1987-91", com as seguintes metas: (1) implantar sistemas de irrigação em uma área líquida irrigável de 153.800 hectares; (2) adquirir 1.538 equipamentos agrícolas; (3) construir 3.094 km de estradas; (4) estabelecer 293 km de rede elétrica primária e 250,7 km de redes secundárias; (5) edificar 316 armazéns; (6) construir, aproximadamente, 26 mercados de produtores; (7) instalar infraestrutura de apoio indispensável à implantação do plano.

### OS PROJETOS DO DNOCS

O DNOCS, no Piauí, conta com 4 perímetros irrigados, conforme o **QUADRO 32**. Todos os projetos foram implantados durante a década de 70, representando cerca de 3.090ha, com um total de beneficiários de 545 famílias. Os produtos gerados são, sobretudo, arroz, feijão, algodão, melancia e milho. As produtividades médias por hectare, alcançadas por projeto, estão expressas no **QUADRO 33**.

Os produtos cultivados são, com exceção da melancia, produtos tradicionais, o que significa, segundo estudos e avaliações realizados sobre os programas de Irrigação no Nordeste, inclusive os do DNOCS, que a sua rentabilidade é muito baixa, gerando, conseqüentemente, renda irrisória para as famílias irrigantes. Segundo as análises, esses projetos só seriam rentáveis, com a produção de culturas de alto valor comercial como uva, tomate, melão, cebola, batata e aipafa, caso não houvesse nenhum tipo de problema, em nível de mercado.

**QUADRO 32 - PIAUÍ: PROJETOS DO DNOCS**

Projetos	Municípios	Ano de Implantação	Área Irrigada	Nº de Famílias Beneficiadas
Caldeirão	Piripiri	1972	388	97
Fidalgo	Simplicio Mendes	1973	308	85
Lagoas	Luzilândia	1976	495	149
Gurgueia	Cristino Castro	1977	1.899	214
TOTAL			3.090	545

de: Informações de técnicos e documentos do DNOCS, Teresina - PI.

**QUADRO 33 - PROJETOS DO DNOCS: PRODUTIVIDADES POR HECTARE, SEGUNDO TIPO DE CULTURAS**

Projetos	Arroz (t)	Feijão (t)	Algodão (t)	Milho (t)	Melancia (t)
Caldeirão	4,0	1,0	1,5	2,0	18
Fidalgo	1,8	0,8	1,2	2,4	-
Lagoas	4,0	1,0	1,7	3,0	15
Gurgueia	-	1,2	1,5	4,0	15

de: Informações de técnicos e documentos do DNOCS, Teresina - PI.

As informações obtidas sobre os projetos piauienses, segundo entrevistas com técnicos do DNOCS, dão conta de que esses planos de ação estão passando por dificuldades, ocasionadas não somente por problemas de mercado ou falta de rentabilidade econômica dos mesmos, mas, também e, principalmente, pelos métodos de relacionamento usuais entre DNOCS e irrigantes.

Tal relacionamento foi fundado à base de paternalismo exagerado por parte do DNOCS, que, desde o início, sanava todos os problemas do



processo produtivo e dos irrigantes, incluindo a própria administração cooperativa, a despeito do plano inicial prever que os beneficiados seriam que adquirir autonomia, ao decorrer do tempo. No entanto, quando isso foi tentado, surgiram questões de toda ordem, mormente, as concernentes a manutenção da infra-estrutura, dos equipamentos de fornecimento de água, além dos específicos, ligados ao processo de irrigação em si. Assim, a busca de autonomia dos irrigantes teve como decorrência a quase total deterioração dos equipamentos, obrigando o DNOCS a prosseguir com os serviços de manutenção, sob pena dos projetos paralisarem, por completo.

Alem disso, ha o fato de que tais projetos nem de longe tocaram nos problemas provocados pelas secas, pois nao atingem os grupos sociais mais afetados pelo fenomeno, alem de que os empregos criados foram insignificantes, sem falar na expulsão dos antigos moradores, que viviam nas areas, quando da arrecadação das terras.

Em síntese, os projetos ligados aos Incentivos Fiscais e a Irrigação trazem no seu bojo, fortes elementos transformadores das relações de produção, nos espaços onde se instalaram. Essas transformações implicam uma modernização das atividades produtivas que repercutem sobre a produção agropecuária e sobre o pessoal ocupado, além de provocar o redirecionamento das estruturas fundiária e agrária. São essas repercussões que serão detalhadas, na fase final desta tese, onde a unidade básica de análise sera a região e, dentro dela, serão eleitos os municípios mais atingidos, para uma investigação mais acurada.

#### 4.4 Considerações gerais

A análise interna dos programas governamentais indica que, apesar das diferenças entre os mesmos, sobretudo, quanto às estratégias, objetivos explicitos e produtores beneficiados, estes trazem todos um elemento comum: POSSIBILITAR A "MODERNIZAÇÃO" DA AGROPECUÁRIA PIAUIENSE.

Essa modernização é viabilizada pelos instrumentos empregados, quais sejam, o crédito agrícola, instrumento comum a todos os programas analisados. Ela se expressa mediante a introdução de métodos modernos de produção, quer nos latifúndios, quer nas unidades agrícolas de proprietários com áreas de até 200ha. Por sua vez, a grande propriedade se moderniza, através de melhoria da atividade pecuária de grande porte, a qual aumenta a área de pastagens plantadas e melhora o padrão genético dos animais. E a produção agrícola, ao receber crédito, também utiliza a assistência técnica, beneficiando-se das pesquisas agropecuárias realizadas pela "Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)", no Estado.

Esse processo traz consigo relevantes mudanças nas relações sociais. Os projetos de irrigação provocam diferenciações entre os pequenos produtores, pois os beneficiados se modernizam e passam a integrar o mercado. Os programas dos incentivos fiscais introduzem a empresa moderna (seja pecuarista, seja agrícola), gerando o assalariado.

A produção agrícola modernizando-se, aumenta a necessidade do assalariamento temporário, com o recrutamento dos pequenos produtores pobres, que passam a viver cada vez mais desse tipo de atividade, intensificando-se, assim, o processo de "proletarização", ainda que não signifique completa expropriação de suas roças.

O Programa POLONORDESTE (incluindo o projeto Vale do Parnaíba e o PAPP), através de seus instrumentos de implantação de infra-estrutura — estradas, eletrificação rural, irrigação, açudes etc. —, representou um importante instrumento de modernização, não apenas para os municípios diretamente beneficiados, mas também para outros que dele, indiretamente, se beneficiaram. A consequência mais importante desse programa foi o aumento do potencial produtivo de muitas propriedades, propiciando sua incorporação ao processo produtivo, sem falar na valorização das terras dessas propriedades. Por isso, podemos antecipar que os grandes beneficiários do programa foram os latifúndios pecuaristas, que encontraram uma oportunidade de aprimorar o criatório bovino, sobretudo, porque tiveram acesso a crédito

agrícola subsidiado. Entretanto, essas inferências advindas da análise dos instrumentos dos programas referidos, serão verificadas, no contexto de região e seus principais municípios, posteriormente.

## OS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E AS MUDANÇAS NO SISTEMA AGRÁRIO NA DÉCADA DE 70

### 5.1 Introdução

No capítulo anterior, efetivamos a análise dos programas governamentais quanto aos seus elementos internos, sobretudo, os referentes as estratégias de intervenção, enquanto que, neste momento, nosso objetivo essencial é verificar as mudanças ocorridas quanto aos seguintes aspectos: (1) estrutura fundiária; (2) relações de produção; (3) estrutura produtiva.

Como colocamos na fase inicial, no período 1950-70, o setor rural piauiense evoluiu no sentido de consolidar um sistema agrário onde o latifúndio aparecia como unidade produtiva básica, em que as relações de produção formaram-se pela entrega de parcelas de terra para produtores não proprietários, a fim de estabelecer relações de parceria e arrendamento. Paralelamente, e não isoladamente, se formou um setor agrícola composto pela pequena produção (mais de 94% do total de estabelecimentos agrícolas) e uma produção comercial que embora representasse pouco mais de 5% dos estabelecimentos, respondia por mais de 50% da produção dirigida ao mercado, no ano de 1970.

Em 1970, o índice técnico medido pelo percentual de estabelecimentos que utilizavam insumos químicos e máquinas era insignificante. Apenas 0,07% dos estabelecimentos possuíam tratores; 0,06% detinham arado a tração mecânica; 0,06% usavam adubos químicos e só 4,2% dos estabelecimentos obtiveram financiamentos bancários.

Assim, o Piauí, até o final da década de 60, ainda não tinha experimentado um processo mais conseqüente de modernização, embora os principais estados brasileiros (principalmente do Sul e Sudeste, inclusive alguns nordestinos, como Bahia e Pernambuco), já estivessem atravessando importantes mudanças quanto à maior integração com a

indústria, seja a indústria processadora de produtos agrícolas, seja a produtora de insumos químicos e máquinas agrícolas.

Pretendemos, portanto, estudar, em nível global, as transformações ocorridas no setor rural piauiense, mormente, as que podem ser atribuídas aos programas e políticas governamentais modernizantes que se instalaram durante os anos 70, tais como: (1) crédito rural; (2) pesquisas agropecuárias; (3) assistência técnica, POLONORDESTE e programas de irrigação. Acrescentamos que nos limitamos ao decênio mencionado, porque utilizamos dados censitários do IBGE — censos agropecuários —, e até o presente momento, ainda não foi publicado o censo alusivo ao ano de 1985.

Reiteramos, também, que, os resultados da análise ora empreendida restringem-se à checagem das mudanças globais, indicando, pois, tão-somente as tendências mais genéricas que fundamentarão os exames das regiões específicas e, particularmente, os efeitos provocados por cada um dos grandes projetos governamentais, constantes dos capítulos posteriores.

## 5.2 Mudanças na estrutura fundiária e nas relações de trabalho

A característica mais marcante do período 1950-70 foi a grande fragmentação da grande propriedade rural, que permitiu às pequenas unidades produtivas — áreas inferiores a 10ha — aumentarem, fortemente, em número e em participação, no total de estabelecimentos. Esse processo significou, também, uma brusca redução da área média para todos os grupos de estabelecimentos, além de diminuição acentuada do percentual de terras controladas, diretamente, pelos estabelecimentos com mais de 1.000ha.

Na década de 70, esta tendência foi revertida. A TABELA 20 comprova que, para os grupos de estabelecimentos com áreas inferiores a 10ha, os percentuais de participação no total de estabelecimentos permaneceram mais ou menos estáveis, com ligeiros decréscimos para os

os grupos de menores áreas (até 5ha) e aumento para o bloco de 5 a 10ha. O mesmo acontece, quando verificamos a variável **quantidade de área controlada**. Para aqueles, com extensões entre 10 a 500ha, o movimento foi semelhante, no entanto, para os estabelecimentos com mais de 1.000ha, embora a participação no total de estabelecimentos tenha permanecido a mesma entre os anos extremos do decênio, o percentual de área controlada passou de 36,1%, em 1970 para 42,1%, em 1980.

**TABELA 20 - PROPORÇÃO (EM %) DOS ESTABELECEMENTOS E ÁREA, SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL 1970-1975-1980**

Estabelecimentos e Área Grupos de Áreas (ha)	1970		1975		1980	
	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área
0 - 1	22,2	0,3	19,8	0,3	20,8	0,3
1 - 2	24,0	0,7	23,4	0,6	22,4	0,6
2 - 5	17,5	1,1	21,0	1,2	21,2	1,4
5 - 10	7,0	1,0	7,3	1,0	8,3	1,2
10 - 20	6,6	2,0	6,5	1,8	6,8	2,0
20 - 50	8,6	6,1	8,3	5,4	8,3	5,8
50 - 100	5,7	8,8	5,8	8,2	5,4	8,2
100 - 200	3,8	11,8	4,0	11,0	3,7	11,1
200 - 500	2,7	18,4	2,7	16,7	2,4	15,9
500 - 1.000	0,9	13,7	0,9	12,0	0,8	11,4
1.000 e mais	0,6	36,1	0,6	41,8	0,6	42,1
<b>TOTAL</b>	<b>217.886</b>	<b>9.606.704</b>	<b>216.704</b>	<b>10.523.517</b>	<b>249.129</b>	<b>11.162.097</b>

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censo agropecuário: 1970, Rio de Janeiro: 1970.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censo agropecuário: 1975, Rio de Janeiro: 1975.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censo agropecuário: 1980, Rio de Janeiro: 1980.

Tal situação denota, por um lado, que o crescimento no número de estabelecimentos seguiu um ritmo mais ou menos igual para todos os grupos e como, com exceção do grupo com mais de 1.000ha, os percentuais de participações no controle das terras permaneceram

Quais para os anos extremos da década, significa que a área média para esses agrupamentos de estabelecimentos não se modificou. Entretanto, por outro lado, para o grupo de mais de 1.000ha, que melhorou o percentual de controle das terras, a área média se ampliou, o que indica que esse grupo de estabelecimentos se apropriou da maior parte da área que foi adicionada ao processo produtivo durante a década, implicando, assim, um maior grau de concentração da terra em favor desses estabelecimentos.

Este fato pode revelar, também, que os grandes proprietários ao incorporarem novas áreas ao processo produtivo, tenham dado preferência a contratação de trabalhadores temporários sem precisar parcelar suas terras para garantir mão-de-obra, ou ainda, que muitas áreas incorporadas faziam parte de empresas rurais, especialmente, as financiadas pelos Incentivos Fiscais, sendo que as duas hipóteses não são excludentes. Para esclarecer, mais profundamente, essas possibilidades, verificamos o movimento do número de produtores segundo a condição de posse e uso da terra, bem como trabalhadores temporários, conforme descrito na TABELA 21.

**TABELA 21 - PARTICIPAÇÃO (%) DOS PRODUTORES, SEGUNDO CONDIÇÃO DO PRODUTOR 1970-1975-1980-1985**

DISCRIMINAÇÃO	1970	1975	1980	1985
Proprietários	33,9	36,5	33,0	33,5
Parceiros	20,1	17,3	21,3	22,8
Arrendatários	23,2	25,0	19,4	14,0
Ocupantes	22,8	21,2	26,3	29,7
<b>TOTAL</b>	<b>271.886</b>	<b>216.884</b>	<b>249.129</b>	<b>270.850</b>

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1970. Rio de Janeiro: 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1975. Rio de Janeiro: 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1980. Rio de Janeiro: 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese preliminar do censo agropecuário; 1985. Rio de Janeiro: 1985.

Os dados acima demonstram que ocorreu uma redução do percentual de arrendatários de 23,2%, em 1970 para 19,4%, em 1980 e 14,0%, em 1985, enquanto que acelerou a participação dos parceiros. Um outro ponto importante foi a ampliação da participação de ocupantes de 22,8%, em 1970 para 26,3%, em 1980 e 29,7%, em 1985. (TABELA 21).

Essa movimentação dos produtores, segundo sua condição, pode ser explicada pela ação dos vários programas governamentais que se estabeleceram na época. A troca de arrendatários por parceiros reflete maior interesse dos proprietários de terra por produtos melhor vendidos pelo mercado urbano em expansão, sendo, também, um indicativo que esses titulares passaram a se dedicar mais intensamente às suas atividades produtivas, notadamente, no melhoramento das condições de produção, incentivados por maior acesso a crédito, assistência técnica e condições mais eficazes de escoamento de produção, proporcionado pelas estradas implantadas, com destaque para o POLONORDESTE.

O número de parceiros teve um aumento de 49.772 produtores, em 1970 para 61.887, em 1985, o que também podemos atribuir ao grande incentivo à utilização das áreas de várzeas para a produção de arroz e foi proporcionado pelo POLONORDESTE e, particularmente, pelo Projeto Vale do Parnaíba, uma vez que a exploração das várzeas se dá, basicamente, através da relação de parceria. Nesta perspectiva, projetos, como o da Lagoa de Campo Largo e o da Lagoa de Buriti dos municípios (executados pelo POLONORDESTE), incrementaram a produção irrigada do arroz através da parceria, da mesma forma que o Programa 5-Várzeas pode ser considerado responsável pelo maior número de parceiros, a partir de 1981.

O grande crescimento do número de ocupantes pode estar vinculado à melhoria das condições de criação bovina, as quais se refletem no significativo aumento das áreas de pastagens plantadas, principalmente, oriundo dos Incentivos Fiscais. Como já explicado, a categoria "ocupantes", arrolada nos censos agropecuários, nem sempre apresenta posseiros em terras devolutas, mas produtores em terras de parceiros, cuja contrapartida pelas parcelas recebidas e a devolução são as mesmas, depois de certo período, com pastos formados.



configurando-se, assim, produtores na condição de rendeiros com pagamento com trabalho que se incorpora a terra, acrescentando, assim, as áreas de pastos artificiais.

Um outro fato importante, revelado na TABELA 22, é a crescente participação de proprietários e arrendatários nos grupos de área com até 2ha. Os proprietários passaram de 5 para 5,9%, enquanto os arrendatários evoluíram de 72,5% para 74,6%, entre 1970 a 1980. Esse fenômeno pode indiciar um processo de "proletarização", à medida que aumenta o número de produtores que passam a depender para viver, cada vez mais, do trabalho temporário, visto que suas diminutas parcelas de terra são insuficientes para a manutenção de suas famílias.

**TABELA 22 - PROPORÇÃO EM (%) DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR POR ESTABELECIMENTOS SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL  
1970-1975-1980**

CONDIÇÃO DO PRODUTOR E ANOS GRUPOS DE ÁREA (ha)	Proprietários			Parceiros			Arrendatários			Ocupantes		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980	1970	1975	1980	1970	1975	1980
0 - 1	1,6	2,6	2,5	35,1	29,6	27,2	39,4	39,8	43,5	23,8	17,7	19,4
1 - 2	3,4	4,5	3,4	42,4	41,4	38,8	33,1	35,7	31,1	29,0	26,7	26,7
2 - 5	9,6	11,2	9,2	21,0	24,8	26,7	17,6	20,8	20,2	28,1	34,8	32,4
5 - 10	10,6	10,7	10,6	1,8	2,7	5,5	4,3	2,3	3,6	8,6	10,8	11,1
10 - 20	14,6	13,7	14,5	0,5	0,7	1,4	2,0	0,5	0,8	4,8	5,6	5,9
20 - 50	22,1	20,6	22,4	0,4	0,4	0,3	1,2	0,3	0,3	3,2	2,8	2,8
50 - 100	15,1	15,1	15,5	0,2	0,1	0,1	0,4	0,2	0,1	1,3	1,0	0,9
100 - 200	10,7	10,4	10,9	0,1	0,1	0,0	0,2	0,1	0,1	0,6	0,4	0,4
200 - 500	7,5	7,1	7,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,1	0,1	0,4	0,2	0,2
500 - 1.000	2,5	2,3	2,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1
1.000 e mais	1,7	1,7	2,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0
<b>T O T A L</b>	<b>73.761</b>	<b>79.241</b>	<b>82.195</b>	<b>43.772</b>	<b>37.420</b>	<b>52.992</b>	<b>50.480</b>	<b>54.296</b>	<b>48.215</b>	<b>49.873</b>	<b>45.927</b>	<b>65.727</b>

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1970. Rio de Janeiro: 1970.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1975. Rio de Janeiro: 1975.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1980. Rio de Janeiro: 1980.

Essa situação não deixa de ser a contrapartida do processo de modernização que os programas governamentais imprimem no campo, forçando, pouco a pouco, a divisão da pequena e da média propriedades, acelerando o emprego do pequeno arrendamento como forma de tornar maior a reserva de mão-de-obra a disposição das unidades produtivas comerciais. Assim, os programas governamentais vem atuando no sentido de utilizar, cada vez mais, o emprego de parceria (áreas irrigadas), do rendeiro com pagamento em trabalho para o criatório bovino como forma de aumentar as áreas de pastagens artificiais e o maior emprego do trabalho temporário, tanto nas atividades agrícolas como na pecuária.

Quanto ao uso do trabalho temporário, a tendência de aumento é generalizada para todos os estabelecimentos classificados por grupos de área total, embora, como presumível, a dependência por empregados temporários seja maior a medida que cresce a escala do estabelecimento. É interessante observar que, em 1980, cerca de 34% dos estabelecimentos com menos de 1ha informaram usar trabalhadores temporários, ainda que o percentual de estabelecimentos nessa faixa, que recorria a essa categoria de empregado, tenha se reduzido nos anos 80.

Porém, a pequena produção de subsistência funciona, basicamente, com o emprego de trabalho familiar, pois consultando-se dados censuários de 1970, a composição da força de trabalho apresentava a mão-de-obra familiar (responsáveis e membros não remunerados da família), totalizando mais de 96% da mão-de-obra empregada. No entanto, esse contingente de pessoas tem uma movimentação, durante o ano, que vai desde o trabalho na roca da família, o trabalho como arrendatário em outra propriedade e finalmente o assalariamento temporário, notadamente, as famílias que labutam em estabelecimentos com menos de 2ha, sejam proprietários ou não. Essas mudanças na composição dos produtores, segundo a forma da administração da unidade produtiva, expressam, de fato, uma dinâmica mais intensa na agropecuária piauiense, no sentido de consolidar o grau de modernização, resultante dos grandes projetos governamentais implementados, na época.

Verificamos, então, o movimento da força de trabalho, no que concerne ao assalariamento temporário, considerando-se as informações censitárias que mostram o uso de empregados temporários mês a mês. A TABELA 23 demonstra que foram os estabelecimentos com menos de 2ha que produziram, proporcionalmente, a utilização de empregados temporários. Isto é, se em 1970, 43,3% dos estabelecimentos com menos de 1ha informaram lançar mão de trabalhadores temporários, em 1980, o percentual caiu para 34,2%, enquanto que para aqueles entre 1 a 2ha, os índices foram 52,7 e 45,4, respectivamente. É importante frisarmos que, em 1970, esses estabelecimentos representavam 46,2% do total, contra 42,6% em 1980, os quais significavam cerca de 100.471 e 106.109 estabelecimentos, para os dois anos censitários, respectivamente.

**TABELA 23 - VARIACÃO (%) DE ESTABELECEMENTOS QUE EMPREGAM MÃO-DE-OBRA EM REGIME TEMPORÁRIO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE ESTABELECEMENTOS DE CADA GRUPO DE ÁREA TOTAL 1970-1975-1980**

GRUPOS DE ÁREA (ha)	1970 (%)	1975 (%)	1980 (%)
0 - 1	+ 1,0	- 10,1	- 9,1
1 - 2	+ 3,0	- 10,3	- 7,3
2 - 5	+ 12,7	- 7,5	+ 5,2
5 - 10	+ 20,3	- 7,5	+ 12,8
10 - 20	+ 18,4	- 5,1	+ 13,3
20 - 50	+ 15,5	- 3,1	+ 12,4
50 - 100	+ 13,7	- 1,9	+ 11,8
100 - 200	+ 10,4	+ 1,6	+ 12,0
200 - 500	+ 7,2	+ 3,3	+ 10,5
500 - 1.000	+ 7,2	+ 11,4	+ 18,6
1.000 e mais	- 4,0	+ 20,5	+ 16,6

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1970. Rio de Janeiro: 1970.  
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1975. Rio de Janeiro: 1975.  
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1980. Rio de Janeiro: 1980.

O QUADRO 34 mostra que não somente cresceu o número de estabelecimentos que incrementou a contratação de mão-de-obra, mas também, que aumentou a média de trabalhadores por estabelecimentos para todos os grupos indistintamente, inclusive, para aqueles menores de 2ha. Isto indica cabalmente, que, à medida em que se intensificam as relações mais modernas na agropecuária piauiense, mais se acentua a dependência das unidades produtivas à contratação de empregados temporários e essa dependência é maior à proporção que sobe a escala da unidade produtiva.

**QUADRO 34 - MÉDIAS(\*) DE EMPREGADOS TEMPORÁRIOS POR ESTABELECEMENTOS CLASSIFICADOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL 1970-1975-1980**

GRUPOS DE ÁREA (ha)	1970	1975	1980
Menos de 1	0,5	1,0	1,0
1 a 2	0,6	1,5	1,2
2 a 5	0,7	1,8	1,6
5 a 10	0,7	1,6	1,7
10 a 20	0,7	1,7	1,7
20 a 50	0,8	1,9	1,9
50 a 100	0,9	2,1	2,4
100 a 200	0,9	2,4	2,8
200 a 500	1,0	2,7	3,6
500 a 1.000	1,4	3,4	4,7
1.000 e mais	2,2	4,6	7,4

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censo agropecuário: 1970, Rio de Janeiro: 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censo agropecuário: 1975, Rio de Janeiro: 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censo agropecuário: 1980, Rio de Janeiro: 1980.

(\*) Médias mensais de emprego de trabalhadores temporários divididas pelo número de estabelecimentos de cada grupo de área total.

Se incluirmos os empregados permanentes juntamente com os empregados temporários, desconsiderando a contratação de trabalhadores temporários nos meses de maior emprego, ou seja, considerando-se, apenas, a composição da ocupação no último mês do ano, a tendência é a

Assim como nos anos 70. Todos os estabelecimentos, segundo grupos de áreas, com maior intensidade para as de maior escala, aumentaram, consideravelmente, o percentual de estabelecimentos que contrataram mão-de-obra assalariada, particularmente, aqueles com mais de 1.000ha, que atingiram 70%.

Corroborando com essa situação, os censos nos revelam outro fato relevante: durante a década estudada, aumentou o período de ocupação da mão-de-obra temporária do final em relação ao início do decênio. Os meses de dezembro, janeiro e fevereiro continuam sendo os de maior intensidade na contratação dessa mão-de-obra. Porém, para 1975 e 1980, os períodos de maior duração ganharam importância em relação ao período de até dois meses, predominante no ano de 1970. Considerando o total contratado para todos os meses do ano, os dados do QUADRO 35 comprovam a situação seguinte:

**QUADRO 35 - TOTAL DE EMPREGADOS  
TEMPORÁRIOS NOS MESES  
DE MAIOR EMPREGO, POR  
PERÍODO DE OCUPAÇÃO  
1970-1975-1980**

ANOS	Ate 2 meses	2 a 4 meses	4 a 6 meses	6 a 8 meses	8 meses e mais
1970	482.992	328.961	77.909	16.838	8.068
1975	117.453	557.281	760.607	606.850	500.201
1980	195.887	525.498	598.013	530.823	828.294

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1970. Rio de Janeiro: 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1975. Rio de Janeiro: 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1980. Rio de Janeiro: 1980.

É crescente o emprego temporário em períodos maiores. Em 1975, o período de quatro a seis meses foi o que apresentou maior número de empregados, enquanto que, em 1980, foi o período acima de oito meses. Esse fato expressa mudanças na composição da produção agropecuária

piauense rumo a atividades de maior ciclo produtivo, ou ainda, um ritmo mais acelerado de implantação de novas unidades produtivas, as quais demandam trabalhadores para a realização do trabalho de limpeza do terreno. (QUADRO 35).

Esta assertiva é perfeitamente compatível com a implantação dos projetos agropecuários financiados pelos Incentivos Fiscais, a partir dos anos 70. Nessa década, foram executados vários projetos de pecuária de corte, com destaque, para o Sul do Estado, os quais decerto, exigiram pessoal para a tarefa de limpeza das terras e o plantio de pastagens, além da montagem de cercas. Além disso, alguns desses planos, ainda realizaram cultivos com culturas temporárias, o que significava, também, contratação de mão-de-obra temporária para os períodos de "pico" da ocupação agrícola.

O aumento da dependência por trabalhadores temporários entre os pequenos e médios estabelecimentos (até 100ha) pode ser explicado pelo advento do programa POLONORDESTE, em 1976, o qual, em face do fornecimento de crédito e assistência técnica aos seus beneficiários, possibilitou que esses cultivassem uma área maior em seus estabelecimentos. Mas, a própria intensificação da inserção no mercado, por parte desses produtores, torceu a ampliação das áreas de cultivo, ainda que possibilitado pelo crédito informal cedido pelos comerciantes-intermediários. Lembramos, ainda, o grande aumento, na década analisada, da cultura de arroz nas varzeas, permitindo ampliação expressiva do número de produtores que necessitaram, com certeza, de mão-de-obra temporária, nos períodos de limpeza e colheita.

A título de esclarecimento, na década de 70, se intensificou, bastante, o acesso a crédito bancário por parte dos estabelecimentos de menor escala, como confirmam as estatísticas referentes ao percentual de estabelecimentos por grupos de área: (1) menos de 1ha, passaram de 0,6, em 1970 para 3,0%; (2) 1 a 2ha, de 1,4 para 7,3%; (3) 2 a 5ha, de 2,8 para 16,5%; (4) 5 a 10ha, de 4,5 para 21,9%; (5) 10 a 50ha, de 7,7 para 23,7%; (6) 50 a 100ha, de 11,4 para 29,7%; (7) 100 a 200ha, de 12,7 para 23,9%; (8) 200 a 500ha, de 14,4 para 35,5%; (9)

a 1.000ha, de 14,5 para 36,1%; (10) 1.000 e mais, de 14,4% para 1%.

Com referência aos grandes estabelecimentos **mais de 1.000ha**, maior emprego de trabalho temporário, na década, é coerente com o significativo acréscimo na área trabalhada **culturas + pastagens plantadas**, a qual aumentou de, apenas 58.970ha, em 1970 para 5.060ha, em 1980, equivalendo a um crescimento percentual de 298,6%. Nesse período as pastagens plantadas foram responsáveis por cerca de 2.038ha na ampliação da área trabalhada desses estabelecimentos, ficando o restante para as roças de produtos alimentares realizadas pelos seus moradores.

Porém, se o crescimento da área trabalhada em, aproximadamente, 6.090ha, durante 10 anos, assume grande significação, pois apresenta uma expansão razoável, se analisarmos o **Estado como um todo**, o qual possui 25 milhões de hectares, dos quais, mais ou menos 12 milhões agricultáveis, concluímos que aquele total ainda expressa um espaço pequeno, ou, pelo menos, um movimento lento de incorporação de novas áreas trabalhadas.

Os perímetros irrigados do DNOCS, durante os anos 70, aumentaram apenas 2.000ha a área irrigada, para uma área potencial de mais de 20.000ha. O POLONORDESTE, implantado em 1976, através de quatro DRIs, tem seus efeitos espalhados ao longo do território, desde que suas obras de infra-estrutura econômica e outros elementos essenciais, tais como **estradas, eletrificação, açudes, crédito, assistência técnica, pesquisas** etc., sem dúvida, favoreceram o crescimento do potencial produtivo do solo, incrementando e estimulando a produção agropecuária.

No entanto, em apenas quatro anos (1976-80), esses efeitos ainda estavam em estágio incipiente. Por isso, em nível de dados censitários, as mudanças advindas desses programas ainda não revelam grandes transformações, embora isso não signifique afirmar que não são importantes. Ao contrário, em sua essência, eles deflagraram um processo de mudanças que significou profundas alterações sociais que

endem a se aprofundar nas próximas décadas, sobretudo, porque foi nos anos 80, que esses programas ganharam maior dinamicidade. Como decorrência, há grande expectativa em relação ao censo agropecuário do final desta década, o qual deve revelar mudanças muito mais surpreendentes.

### 3 Mudanças no grau de intensidade da exploração agropecuária

Vimos que, no período pós-70, a agricultura piauiense conquistou elementos que melhoraram os indicadores que apontam para uma maior "modernização" da produção, notadamente, aqueles que se referem a **utilização de trabalho temporário**, que é a principal forma de mão-de-obra contratada. Agora, aprofundaremos a análise, recorrendo a outras variáveis que permitem esclarecer melhor as mudanças principais rumo a formas de produção mais modernas, sobretudo, quanto a indicadores concernentes a emprego de insumos e máquinas agrícolas, os quais estão vinculados ao maior emprego de trabalho temporário, embora para os estabelecimentos de menor escala nem sempre isso seja verdadeiro, pois aumento desse tipo de mão-de-obra para tais unidades pode apresentar, tão-somente, uma área maior em cultivo ou maior integração com o mercado, decorrente de um incremento do acesso a crédito bancário e/ou informal.

Para a consecução deste objetivo, selecionamos variáveis, tais como: acesso a financiamento bancário; posse e utilização de tratores, arados mecânicos e à tração animal; emprego de adubos químicos e orgânicos; pessoal contratado; serviço de empreitada e outras.

Entre 1970 a 1980, ocorreu um aumento considerável de produtores, em todas as escalas, que obtiveram acesso a crédito bancário. Em termos absolutos, o número passou de 9.130, em 1970 para 11.173, em 1975 e 37.957, em 1980, correspondendo, em termos percentuais, a 4,2%, 4,2% e 15,2% de estabelecimentos em relação ao total que obtiveram esse benefício nos anos considerados. (TABELA 24). Reforcamos que esse crescimento do número de contratos de crédito, no período, se explica



la grande quantidade de produtores com menos de 10ha de áreas que não tiveram acesso a crédito bancário. O número de contratos para estes produtores saltou de apenas 2.757, em 1970 para 18.829, em 1980, significando um acréscimo percentual de cerca de 545%, além de apresentar 46% sobre o total de contratos contra a participação de apenas 30%, em 1970.

**TABELA 24 - ESTABELECEMENTOS QUE RECEBERAM FINANCIAMENTOS SEGUNDO GRUPOS DE ÁREAS TOTAL 1970-1975-1980**

GRUPOS DE ÁREA (ha)	1970			1975			1980		
	Total de Estabelecimentos	% sobre o Total de Estabelecimentos	% sobre o Total de Crédito	Total de Estabelecimentos	% sobre o Total de Estabelecimentos	% sobre o Total de Crédito	Total de Estabelecimentos	% sobre o Total de Estabelecimentos	% sobre o Total de Crédito
0 - 10	2.757	1,8	10,3	3.037	2,0	4,0	18.829	10,5	12,7
10 - 100	3.988	8,8	32,1	4.769	10,7	15,0	12.640	34,8	22,2
100 - 500	1.903	13,4	32,0	2.593	18,1	20,6	5.250	34,5	24,5
500 - 1.000	290	14,5	10,3	419	22,5	9,4	678	36,1	7,2
1.000 e mais	192	14,0	15,1	355	25,7	51,0	560	38,1	33,4
<b>TOTAL</b>	<b>9.130</b>			<b>11.173</b>			<b>37.957</b>		

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1970. Rio de Janeiro: 1970.  
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1975. Rio de Janeiro: 1975.  
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1980. Rio de Janeiro: 1980.

Também foi significativo o aumento de contratos para produtores com áreas entre 10 a 100ha, o que prova que, para o conjunto dos produtores que fazem parte da pequena produção, melhorou consideravelmente, sua condição de acesso a crédito no período. Isto pode estar associado ao advento do POLONORDESTE, que tinha o crédito rural como um dos elementos fundamentais em sua estratégia, embora o crédito bancário tenha originado muitos problemas, em toda a execução desse programa, no Piauí.

Porém, o percentual de estabelecimentos com menos de 10ha que recebeu crédito continuou ainda bem abaixo das unidades com maior área, denotando uma correlação muito forte do acesso ao crédito com a área extensiva. Em 1980, enquanto só 10,5% dos estabelecimentos dessa faixa eram beneficiados, aqueles com áreas de 10 a 100ha, 100 a 500ha, 500 a 1.000ha e 1.000 e mais hectares, obtinham percentuais bem mais elevados, 24,8%, 34,5%, 36,5% e 38,1%, respectivamente, embora, como já dissemos, todas as categorias tenham conquistado melhorias consideráveis. Quanto à participação do montante de crédito concedido, apenas os estabelecimentos entre 500 a 1.000ha sofreram redução e os mais beneficiados foram os que se posicionaram nas faixas de 0 a 10ha e 10 a 100ha, que passaram de 1,8% e 8,8%, para 12,7% e 22,2%, sucessivamente, o que condiz com o ritmo em que cresceu o número de contratos para esses estabelecimentos, embora isso não signifique que a média por estabelecimentos tenha crescido no mesmo ritmo. (TABELA 24).

Embora seja inviável estabelecer parâmetros comparativos quanto a ganhos ou perdas, em termos reais, podemos obter algumas conclusões sobre os números do QUADRO 36.

**QUADRO 36 - MÉDIA DO TOTAL DE  
FINANCIAMENTO POR  
ESTABELECEMENTOS  
INFORMANTES  
1970-1980**

(Cr\$ 1,00)

GRUPOS DE AREA (ha)	1970	1980
Menos de 10	1.298,12	28.581,84
10 a 100	3.017,21	74.494,46
100 e mais	26.423,72	424.801,94

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1980. Rio de Janeiro: 1980.

Em primeiro lugar, fica confirmada a relação entre o acesso a financiamento, montante recebido e o tamanho do estabelecimento, dado que a média cresce, fortemente, para unidades produtivas de maior extensão. Em segundo lugar, verificamos que na década de 70, os estabelecimentos menores avançaram mais que proporcionalmente em relação aos maiores. Em 1970, a média dos estabelecimentos de mais de 100ha era 20 vezes maior do que a dos menores de 10ha, enquanto que em 1980, decresce para 14 vezes. No entanto, os estabelecimentos intermediários (100 a 1000ha) melhoraram em relação aos de menor escala e menos de 10 -, isto porque, a relação entre as médias das duas categorias de estabelecimentos passa de 2.3 para 2.6, entre 1970 e 1980.

Este resultado pode ser conseqüência da atuação do POLONORDESTE, que provocou uma certa redistribuição no acesso ao crédito entre os vários tipos de estabelecimentos, prioritariamente, entre aqueles situados na faixa de 10 a 100ha, os quais faziam parte de seu público-alvo, embora aqueles acima de 100ha tenham melhorado suas posições quanto à apropriação em termos de volume de recursos recebidos, que passou de 57,4%, em 1970 para 65,1%, em 1980. Portanto, os estabelecimentos de mais de 1.000ha, que, em 1970, participavam com 15,1% do total de recursos, contra 53,4%, em 1980. Este último resultado pode ser compreendido, em parte, pela execução dos grandes projetos agropecuários durante a década. Logo, a distribuição melhorou apenas quanto ao volume de contratos de crédito.

A análise do crédito é particularmente importante, pois além dele vir acompanhado de projetos que implicam uma certa exigência de emprego de insumos químicos, sobretudo, para os projetos elaborados pela EMATER para os pequenos produtores, a análise indica, também, que estes últimos tornam-se mais dependentes ao mercado, à medida que precisam fazer dinheiro para saldar seus compromissos bancários, o que tem como resultante o próprio crescimento da área trabalhada no interior dos estabelecimentos.

De fato, esta pressuposição pode ser aplicada, com maior segurança, para os estabelecimentos com mais de 1.000ha, os quais

umentaram o percentual de área trabalhada de 1,7%, em 1970 para 5%, em 1975 e 4,4%, em 1980. Para 1980, não estão incluídas as pastagens plantadas, por isso, podemos dizer que, nesse ano, o percentual teve o mesmo nível de 1975 ou um pouco maior. Para os estabelecimentos com menos de 100ha, a ampliação da área trabalhada acompanhou o aumento da área total dos estabelecimentos, que passou de 37.026ha para 333.161ha, em 1980. A área desses estabelecimentos evoluiu de 300.652 para 322.359ha, significando percentuais respectivos de áreas trabalhadas em relação às áreas totais de 78,9% e 74,9%.

Por outro lado, da mesma forma, para as grandes unidades, o crédito é um indicador de investimentos em máquinas, animais de melhor raça, pastos artificiais, cerca etc., elementos que elevam o grau de modernização dessas unidades e mudam as próprias relações de produção no seu interior e na área circunvizinha, sobretudo, pelo efeito da cerca. Esta é extremamente importante, porque obriga os criadores da região a mudar a forma de criatório para, no mínimo, empregar o método semi-extensivo. Outra decorrência é que acaba com o pequeno criatório dos pequenos produtores, mesmo de animais de médio porte. Ademais, quase sempre, representa a expulsão de posseiros e/ou de pequenos proprietários que porventura possuíam pequenas glebas de terras incrustadas nas grandes áreas adquiridas, principalmente, pelos grandes projetos agropecuários.

O emprego de fertilizantes químicos na agricultura piauiense é coerente com a análise do crédito. De apenas 139 estabelecimentos que utilizavam esse insumo, em 1970, saltou para 1.200, em 1975 e 2.292, em 1980. Se entre o início e o fim da década, o aumento percentual foi de 1.548,9%, bem acima daquele que correspondeu ao crescimento dos contratos de crédito bancário, em termos absolutos representa pouco, à medida que passou de 0,06% do total de estabelecimentos para 0,9%, o que indica uma saída do zero para um patamar próximo de 1%, ficando abaixo do número de estabelecimentos que recebeu crédito. Isto atesta que a grande maioria daquelas unidades que conquistou esse elemento não o utilizou para melhorar a produtividade da terra, ainda que grande parte dos produtores que teve acesso a esse meio de produção

rios de menos de 10ha, que de apenas 70 passaram para 1.495 entre os anos extremos do decênio, principalmente, os estabelecimentos com áreas de 5ha, que subiram de 56, em 1970 para 1.293, em 1980.

Afirmamos que o pequeno produtor ao se comprometer com o crédito e com o emprego de insumos, ou ainda e simultaneamente aumentar sua área trabalhada e estreitar seus laços com o mercado, não quer dizer que se torne um produtor capitalista. Ao contrário, seus objetivos continuam os mesmos, centrados no sustento de sua família. O preço fica fora de seu controle e não implica que ele represente qualquer caráter de valorizar capital, mas tão-somente, o desejo de saldar seus compromissos e garantir a sobrevivência familiar. Se isso não for conquistado, não significa que o produtor paralise a produção, quando as condições produtivas não mais garantam sua subsistência mínima.

Quanto ao uso de adubos orgânicos, a porcentagem de estabelecimentos que declarou utilizá-los, permaneceu estável, isto é, em torno de 1,7%. Em termos de números absolutos, ocorreu um ligeiro decréscimo entre os anos extremos da década, ou seja, se reduziu de 3.680 estabelecimentos, em 1970, para 3.292 em 1980, o que nos permite arriscar o palpite de que em alguns estabelecimentos ocorreu uma substituição de adubos orgânicos por químicos.

É claro que entre o crédito e a aplicação de adubos químicos ocorrem mediações que nem sempre permitem que o crédito seja utilizado no melhoramento da produtividade do solo ou do trabalho. O pequeno agricultor, muitas vezes, não obedece às recomendações dos técnicos da EMATER e o crédito passa a ser utilizado, prioritariamente, para pagar diárias a empregados temporários, comprar mantimentos alimentícios, remédios ou outros gêneros de primeira necessidade. A própria semente selecionada, distribuída pelo governo, pode ser usada para a alimentação. Assim, os agricultores têm prioridades que nem sempre coincidem com as fixadas pelo órgão executor de programas oficiais e essas prioridades não controlam os riscos que o agricultor (sobretudo, o pequeno) corre com as irregularidades climáticas ou mesmo com sua falta de poder de barganha, ao negociar seus produtos. Nesse sentido, o agricultor procura formas de defesa das mais

riadas, que podem ir de encontro com as metas governamentais para o setor rural.

No que concerne a **mecanização**, os indicadores são ainda menos positivos do que os referentes a fertilizantes. O total de tratores subiu de 156, em 1970 para 250, em 1975 e para 1.098, em 1980, mantendo percentuais de estabelecimentos que declararam possuir esse instrumento, da ordem de 0,07%, 0,1% e 0,4%, respectivamente. Como previsto, são as unidades de maior escala, acima de 10ha, que concentram o maior número de tratores.

No entanto, o emprego de força mecânica é muito mais difundido e sofreu aumento significativo na soma de estabelecimentos que a empregou, ou seja, saltou de 1.175, em 1970 para 25.841, em 1980, correspondendo, portanto, a um crescimento considerável, passando de 0,5% do total, em 1970 para 10,4%, em 1980. Esse resultado deve-se, certamente, à instalação de patrulhas motomecanizadas em vários municípios piauienses, especialmente, com recursos do POLONORDESTE, que procurou incentivar o uso do arado mecânico entre os pequenos produtores. E foram esses produtores que mais contribuíram para o acréscimo do emprego da força mecânica, pois nos anos considerados, o número de estabelecimentos com menos de 10ha que declarou utilizar esse elemento pulou de apenas 309 para 15.109, entre os anos extremos da década de 70.

Também a **utilização da força animal** apresentou aumento relevante, no decênio, pois o montante de estabelecimentos que afirmou recorrer a essa força, subiu de 19.588 para 44.429, com percentuais respectivos de 9,0% e 17,8%, embora o número de estabelecimentos que mantinha arados a tração animal fosse bem menor - 5.768 e 19.119, nos anos extremos, respectivamente.

Para uma idéia mais genérica acerca do nível tecnológico dos estabelecimentos agrícolas do Estado, formulamos a **TABELA 25**. Esta apresenta a tecnologia aplicada para os principais produtos da agricultura em 1980, com a observação de que, na referida ilustração, a expressão outros elementos simboliza: emprego variado de

gação, defensivos e adubos: e os índices alusivos ao produto Algodão representam o item censuário "tecnologia não declarada".

A maioria esmagadora dos estabelecimentos utiliza apenas sementes comuns, em que os produtores com mais recursos mantêm a mesma proporção, em termo percentuais, dos produtores menos capitalizados. A alteração em relação aos anos censitários anteriores foi muito pequena, sobretudo em relação a 1975.

**TABELA 25 - PERCENTUAL DE ESTABELECEMENTOS SEGUNDO TECNOLOGIA APLICADA - PRINCIPAIS PRODUTOS - 1980**

TECNOLOGIA APLICADA	Mandioca (%)	Milho (%)	Feijão (%)	Arroz (%)	Algodão (%)
1 - Uso de sementes selecionadas e outros elementos	0,00	0,07	0,09	0,25	4,90
2 - Só sementes selecionadas	0,04	0,11	0,12	0,15	-
3 - Uso de sementes comuns e outros elementos	12,44	8,87	12,21	10,28	-
4 - Só sementes comuns	87,51	90,96	87,66	89,37	95,10
<b>TOTAL DE PRODUTORES</b>	<b>30.711</b>	<b>143.106</b>	<b>132.952</b>	<b>104.155</b>	<b>30.211</b>

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1980. Rio de Janeiro: 1980.

A maior parte dos produtores de feijão, milho, arroz e mandioca labuta em estabelecimentos com menos de 10ha, contribuindo com mais de 60% do total da produção nessas culturas. Se essa produção for somada com os estabelecimentos no grupo de área de 10 a 100ha, a quantidade produzida ultrapassa os 90% da totalidade. Essa produção é repartida quase pela metade entre os pequenos e médios proprietários e produtores não proprietários - parceiros, arrendatários e ocupantes - sendo que estes últimos pouco se diferenciam quanto à posse de condições objetivas, pois quase sua totalidade (mais de 90%) trabalha

estabelecimentos com menos de 10ha, enquanto que entre os proprietários ocorre uma diferenciação, desde que a maioria possuía estabelecimentos entre 10 a 100ha.

A criação bovina não foge muito das precárias condições técnicas em que se dá a produção agrícola. A pecuária de pequeno e médio porte, com exceção dos granjeiros, em Teresina e Parnaíba, é predominantemente praticada pelo pequeno produtor como uma ocupação complementar e de subsistência, conseqüentemente, é tocada de forma rudimentar, sem emprego de quaisquer práticas modernas de criatório. Nestes termos, limitaremos a análise as condições da pecuária bovina, que possui duas finalidades básicas: corte e leite. A pecuária de corte detinha, em 1980, mais de 80% do rebanho, enquanto a leiteira apenas 12,2%, ficando o restante por conta de atividades mistas, quais sejam - corte e leite, animais de trabalhos e outras.

A prática de criação, sobretudo na pecuária de corte, é mais extensiva, sendo ainda muito comum, principalmente, no Sul e Semi-árido, o criatório em campo aberto e/ou com consorciamento com culturas alimentares, prática essa que tem a vantagem de reduzir os gastos, mas que não propicia melhoramento genético adequado do rebanho. O tipo de pastagem é quase totalmente natural, embora nos últimos 15 anos - 1970-85 - tenha se estendido a participação da pastagem artificial. (TABELA 26).

**TABELA 26 - CRESCIMENTO DAS PASTAGENS NOS ANOS CENSITÁRIOS 1970-1975-1980-1985**

TIPOS DE PASTAGENS	1970	1975	1980	1985
Pastagem Natural (ha)	3.251.238	3.527.964	3.386.343	3.340.336
Pastagem Artificial (ha)	101.245	171.871	297.045	361.546
TOTAL	3.352.483	3.699.835	3.683.388	3.701.882

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1970. Rio de Janeiro: 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1975. Rio de Janeiro: 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1980. Rio de Janeiro: 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1985. Rio de Janeiro: 1985.



Assim, a área com pastagens plantadas cresceu, entre 1970 a 1985, equivalente a 257%, correspondendo em numeros absolutos a 260.301 hectares, contra uma redução, de 1975 a 1985, de 187.628 (5,3%) da área com pastagens naturais. No entanto, a participação das pastagens artificiais (1985, 10,8%) ainda é incipiente, mas seu crescimento pode ser atribuído a implantação de numerosos projetos nos cerrados, no Vale do Gurguêia e no Semi-árido.

Com efeito, em 1980, as áreas com pastagens plantadas, nas cinco microrregiões do Sul, representavam o equivalente a 70% das pastagens desse tipo no Estado, sendo, pois, as microrregiões que mais contribuíram para a maior participação das pastagens artificiais.

Comparando a evolução do rebanho bovino com a disponibilidade de áreas com pastagens, identificamos um baixo rendimento na pecuária piauiense. Em 15 anos, o rebanho pouco evoluiu (7,6%), conforme o QUADRO 37, crescendo inclusive, em índices inferiores a expansão da área com pastagem.

**QUADRO 37 - EVOLUÇÃO DO REBANHO E ÍNDICE CABEÇA/1.000ha DE PASTAGENS 1970-1975-1980-1985**

TIPOS DE PASTAGENS	1970	1975	1980	1985
Rebanho (cabeças)	1.473.788	1.330.686	1.555.796	1.586.270
Índice cabeças/1.000ha de Pastagens	440	360	420	430

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1970. Rio de Janeiro: 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1975. Rio de Janeiro: 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1980. Rio de Janeiro: 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sinopse preliminar do censo agropecuário; 1985. Rio de Janeiro: 1985.

Mas, a disponibilidade de espaços com pastagens em relação ao número de cabeças denuncia o baixo rendimento por hectare, isto é, o

o índice número de cabeças/1.000ha de pastagens para 1985 era praticamente o mesmo de 1970, sendo um indicador bastante baixo mesmo para os padrões nordestinos. Para Silva (1989), a média da região semi-árida para esse indicador em 1980, era de 591, enquanto para o Estado do Nordeste, 678.

Um outro indicador revelador das condições em que é praticada a pecuária no Estado e a distribuição das despesas. Assim, em 1970, os maiores itens das despesas foram "pagamento de salários" (34,5%) e "alimentação e tratos de animais" (27,7%), que juntos, correspondiam a 62,2% das despesas. Em 1980, a situação continuou quase a mesma, sendo gastos com salários, cerca de 43,8%, contra 17% em medicamentos e alimentação para animais. Lembrando que a atividade pecuarista necessita de pouca mão-de-obra e que os salários pagos no Piauí são extremamente baixos, é razoável afirmarmos, considerando os salários como principal item das despesas, os quais superaram em muito os gastos com "alimentação e trato dos animais", que esta é uma ocupação praticada de forma extremamente rudimentar.

É claro que alguns fazendeiros, sobretudo os que receberam financiamento da SUDENE, já empregam métodos mais racionais - confinamento, inseminação artificial, alimentação com rações adequadas e outros, mas estes representam muito pouco no contexto amplo de melhoramento da pecuária estadual. Na verdade, a grande maioria dos produtores ainda pratica a atividade de modo extensivo, através do criatório solto e intercalado com culturas alimentares ou forrageiras - algodão, palma, caju etc. -, quando a alimentação básica do gado, no verão, acaba sendo o restolho das culturas agrícolas e os pastos naturais durante a fase de chuvas. Esse tipo de criatório, além de dificultar o aperfeiçoamento genético do animal, ainda o expõe às intempéries do tempo. Tudo isto pode vir a ser uma explicação imediata do baixo índice de produtividade e do lento crescimento do rebanho entre 1970 a 1985.

Portanto, os principais índices de modernização ou de intensificação da produção agropecuária, para os anos 70, revelaram certa melhoria, embora, em termos genéricos, ainda seja pouco para

garantirmos que se criaram processos internos aptos a operar uma generalização capaz de modificar, de forma radical e abrangente, as relações estabelecidas durante o período de 1950 a 1970. Essas mudanças resultam, notadamente, da implementação dos programas e projetos governamentais para o setor rural, os quais têm exercido alterações ainda lentas, produzindo efeitos mais significativos em áreas específicas, mas que por sua continuidade, durante a década de 80, podemos antecipar que o processo iniciado nos anos 70 tenha se aprofundado na última década, principalmente, quanto aos Incentivos Fiscais e Irrigação, programas mais dirigidos a médios e grandes proprietários.

Os capítulos subseqüentes tratarão dos projetos específicos e de seus efeitos mais globais nas regiões onde mais se concentram. Em nível genérico, ainda não é possível apreender esses efeitos por falta dos dados censitários para o decênio de 80. Finalizando, é oportuno fazermos uma análise visando a compreender como se distribuem os principais elementos de produção entre os produtores proprietários e não proprietários, pois a propriedade da terra ainda é o principal elemento de produção e a condição essencial para o acesso a outros meios produtivos.

Examinando a distribuição dos estabelecimentos quanto à administração e ao controle das terras, notamos, como definido na TABELA 27, que as unidades dirigidas por proprietários representavam entre 1970-85 cerca de 35%, em média, do total, enquanto as unidades administradas por não proprietários eram a maioria, isto é, mais ou menos 66%. No entanto, quanto ao controle das terras, as unidades dirigidas pelos primeiros levaram vantagem extraordinária, pois os mesmos controlavam mais de 92% das terras apropriadas. Este é, sem dúvida, um dado significativo, pois além da terra figurar como o meio de produção indispensável para a produção rural, ainda permite o acesso a outros elementos básicos para a produção, especialmente, crédito para a aquisição de máquinas, implementos e insumos agrícolas, sem falar no poder que os proprietários podem exercer diante dos não proprietários.

**TABELA 27 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS E ÁREA APROPRIADA SEGUNDO PROPRIETÁRIOS E NÃO PROPRIETÁRIOS POR ESTABELECIMENTOS E ÁREA TOTAL**  
1970-1975-1980-1985

DISCRIMINAÇÃO	1970		1975		1980		1985	
	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área
Não proprietários	66,2	7,9	64,4	5,1	67,0	7,6	66,6	7,6
Proprietários	33,8	92,1	35,6	94,9	33,0	92,4	33,4	92,4
TOTAL	217.866	9.606.731	216.704	10.623.517	249.129	11.162.877	271.973	11.690.877

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1975. Rio de Janeiro: 1975.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1980. Rio de Janeiro: 1980.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese preliminar do censo agropecuário: 1985. Rio de Janeiro: 1985.

O controle de áreas exiguas pelo produtores não proprietários é indicativo das condições precárias em que se reproduzem. A grande maioria tocava estabelecimentos com áreas inferiores a 10ha (1975, 95,8%; 1980, 94,8%; 1985, 93,8%), mas, dentro dessa faixa, a maior parte desses estabelecimentos trabalhava menos de 2ha. Por outro lado, somente 25% das unidades dirigidas por proprietários se localizavam no grupo de menos de 10ha. Esse acesso diferenciado a terra determina, diretamente, o acesso diferenciado a outros elementos de produção de toda ordem, inclusive, meios de transporte e condições infra-estruturais imprescindíveis a um melhor ingresso nos mercados. Assim, de acordo com o censo agropecuario de 1980, os proprietários controlavam:

- 94,8% dos tratores;
- 87,4% do efetivo dos bovinos;
- 92,3% dos meios de transporte (caminhões e utilitários);
- 70,4% dos depósitos de produção para grãos;

- 79,7% dos arados à tração animal;
- 94,9% dos arados à tração mecânica;
- 86,5% do valor de bens existentes;
- 91,4% do total dos investimentos realizados no ano;
- 94,7% das máquinas para plantio;
- 96,5% das máquinas para colheitas.

Porém, é preciso qualificarmos melhor a própria situação dos produtores proprietários. Entre estes, a maior parte é constituída de pequenos produtores que tem quase as mesmas dificuldades em obter acesso aos meios de produção. A grande massa desses produtores possui, no máximo 50ha, isto é, 63,3% dos mesmos se concentravam, em 1985, nesse grupo de área, os quais controlavam apenas 9,1% das terras. Em uma posição intermediária, apareciam os proprietários com 50 a 500 hectares, que somavam 33,1% e controlavam 37,1% das terras, enquanto os grandes proprietários (500ha e mais) representavam apenas 3,5% do total, mas controlavam cerca de 57,7% da área apropriada. Essa última categoria de proprietários equivalia, em números absolutos, apenas a 3.177 unidades das 70.761 unidades por proprietários, em 1985.

É esses últimos estabelecimentos, embora representassem uma minoria, se apropriavam de, aproximadamente, 50% do rebanho bovino de melhor qualidade, pois detinham a maior parte das pastagens plantadas, utilizavam práticas de manejo mais modernas. A maioria (mais ou menos 90%), ainda praticava a pecuária de forma extensiva, em geral, consorciada com culturas alimentares ou com o algodão.

Sem dúvida, a contribuição desses estabelecimentos à produção agrícola se resumia aos moradores que recebiam parcelas a título de pagamento de renda. Mesmo assim, nos **latifúndios pecuaristas** mais extensivos, essa participação em termos de oferta ao mercado é praticamente desprezível, com exceção dos **latifúndios rentistas**, onde a renda aparece como principal forma de valorização dessas unidades. No entanto, os cadastramentos do INCRA apontam que, em 1972, havia 687 empresas rurais e, em 1987, esse número subiu para 1.654, ocorrendo, portanto, um acréscimo de quase 1.000 empresas rurais, muitas das quais representam projetos empresariais, que devem ter colaborado

rito para a melhoria dos indicadores de modernização que afloram na presente análise.

#### 4 A composição da produção agropecuária

Neste tópico, tracaremos uma análise da produção agropecuária na década de 70, a fim de verificar a sua composição entre as várias atividades rurais, no sentido de apreender quaisquer mudanças estruturais em termos de participação nos valores totais, distribuição entre os vários grupos de produtores (grupos de área), entre os tipos de produtores por sua condição de produtor, além de estudarmos as variações na produtividade agrícola no período.

Conforme exposto na parte inicial do item 2, no setor rural piauiense, se gestou uma **estrutura fundiária extremamente concentrada**, fruto, principalmente, de processos históricos. A partir dos anos 50, o latifúndio passou a ser o meio quase que somente a pecuária extensiva levou a extração de renda das famílias rurais não proprietárias que receberam parcelas de terra no interior da grande propriedade latifundiária. A distribuição das terras, a partir daí, parece que se agravou ainda mais. Em 1987, os grandes proprietários de terra imóveis com áreas acima de 1.000ha se apropriaram de cerca de 88,33 das terras registradas pelo INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (1987). Enquanto isso, 68% dos imóveis foram classificados como minifúndios, que detinham somente 11,73 das terras. Este quadro se espalha por todo o território estadual, com poucas distinções de uma região para outra.

O latifúndio domina, pois, o cenário. Dos 40.259 grandes imóveis rurais, 38.592 (95,8%) foram classificados como latifúndios, por exploração, e 13 como latifúndios, por dimensão. Apenas 1.654 (4,18) foram categorizados como empresas rurais. Se compararmos com a situação brasileira, em média, o PIAUI apresenta um quadro bastante retrógrado, pois, no Brasil, os latifúndios por exploração representavam, em 1987, aproximadamente, 70,6% do total dos grandes

veis, enquanto que a participação da empresa rural era de 29,3%, em cima, portanto, dos 4,1% piauienses. E é nesse espaço rural, que discutiremos o comportamento da produção agropecuária entre os anos extremos do decênio 70, para que formulemos uma ideia das suas tendências predominantes para a década posterior.

#### 4.1 Distribuição do valor da produção entre as varias atividades

Até 1950, as ocupações de **extração vegetal e pecuária** dominavam a produção agropecuária piauiense. A partir de então, o extrativismo começou a perder importância em favor do crescimento acelerado do cultivo das lavouras, com ênfase para os produtos alimentares de caráter temporário, ou seja, culturas de plantas de ciclo curto, como feijão, arroz, milho, cebola e mandioca. Estas últimas, em 1970, alcançavam o percentual de 47% do valor da produção rural.

Notamos pela **TABELA 28** que, na década de 70, aconteceu uma reversão no crescimento das lavouras que entre 1950 a 1970 só fizeram crescer de participação 33,9% para 52,8%. Na década analisada, a atividade extrativa continuou decrescendo, mas foi, principalmente, a pecuária que retomou o processo de crescimento, sobretudo, a de grande porte que, de 1970-80, ganhou cerca de quatro pontos percentuais. Enquanto isso, as lavouras temporárias sofreram uma queda considerável de quase seis pontos percentuais.

No período analisado, implantaram-se, no Estado, dois programas governamentais de mais alta relevância: (1) os **Incentivos Fiscais** através do FINOR Agropecuario; (2) o **POLONORDESTE**. O primeiro privilegiava os grandes proprietários de terra e investidores nordestinos chegados ao Piauí, possibilitando a implantação de diversos projetos de pecuária de corte. O segundo visava a beneficiar o pequeno produtor e, conseqüentemente, modernizar a pequena produção, predominantemente, ligada às lavouras temporárias.

**TABELA 28 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO VALOR DA PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES RURAIS 1970-1975-1980**

ANOS	Animal			Vegetal			
	Grande Porte	Médio Porte	Aves e Pequenos Animais	Lavouras Permanentes	Lavouras Temporárias	Silvicultura	Extração Vegetal
1970	20,3	7,5	5,2	5,8	47,0	0,0	14,2
1975	18,7	10,2	6,9	8,2	47,4	0,0	8,6
1980	24,5	10,9	8,9	6,8	41,2	0,0	7,7

**fontes:** INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Censo agropecuário;** 1970. Rio de Janeiro: 1970.  
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Censo agropecuário;** 1975. Rio de Janeiro: 1975.  
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Censo agropecuário;** 1980. Rio de Janeiro: 1980.

Em uma primeira aproximação, os dados dão ensejo a deduzirmos que o primeiro programa foi mais eficiente quanto aos seus objetivos, face ao inegável e forte crescimento da pecuária bovina. Por sua vez, o POLONORDESTE não foi capaz, em uma avaliação grosseira, de incrementar a produção e produtividade, no sentido de elevar a posição das lavouras temporárias. Se bem que o FINOR incentivava atividades empresariais e o POLONORDESTE não, mas, mesmo assim, a estratégia do segundo programa pretendia estreitar os laços do pequeno produtor com o mercado, o que, decerto, teria que refletir no aumento da produção, dado que isso significava, também, maior especialização, ou, pelo menos, mais dedicação do produtor em benefício de sua própria unidade de produção, perdendo importância outras fontes de renda. De fato, mesmo que a estratégia deixasse de ampliar a produção, pelo menos teria a propriedade de estimular a produção para o mercado, isto é, diminuir a produção para o autoconsumo.

Mas isso não quer dizer que o POLONORDESTE não foi importante para a produção agrícola, sobretudo, porque em termos de estabelecimentos, a pequena produção agrícola continuou se expandindo.



decada estudada. O numero de proprietarios somado com o total de ocupantes cresceu 24.288 unidades (19,6%), enquanto que os produtores dependentes (parceiros mais arrendatarios) aumentaram em, apenas 5.655 (9,9%) e, ainda, ocorreu uma melhoria, ainda que fraca, no emprego de insumos modernos e maquinas agricolas. Portanto, a queda de participação só pode ser explicada pelo avanço mais rapido dos latifúndios (notadamente, aqueles que de alguma forma se modernizaram) ou da media propriedade, que tem a pecuaria como ocupação principal em relação a pequena produção, que, em seu todo, pouco proveito tirou dos programas governamentais implementados na epoca, visto que o próprio POLONORDESTE acabou beneficiando, com mais forca, a produção agricola com estabelecimentos de maior escala.

7

No entanto, a propria participação da pecuaria precisa ser melhor qualificada. Da participação da pecuaria bovina, 24,5% em relação ao valor de produção, em 1980, mais ou menos 46,5% são responsabilidade dos estabelecimentos com areas inferiores a 100ha, portanto, considerados como unidades de pequena e media produção. Dessa participação, 21,1% possuem como contribuição dos estabelecimentos com menos de 10ha. Enquanto isso, nos segmentos da pecuaria de medio e de pequeno porte, os estabelecimentos com menos de 100ha são francamente majoritarios: 76,4% e 91,4%, respectivamente. Se somarmos a participação desses estabelecimentos no valor da produção vegetal, que é de 77,5%, a conclusão óbvia é de que as unidades produtivas com menos de 100ha detem o controle da maior parte do valor da produção agropecuaria do Piauí, controle este, que chega a 70,3%, conforme dados para 1980. (TABELA 29 e TABELA 30).

Porém, esclarecemos que nos estabelecimentos com area inferior a 100ha, essa participação aparece em função de seu numero, o que significa que o valor da produção, em media, por estabelecimento, é extremamente baixo, enquanto que para os de media e grande escalas, a média é superior. Além disso, a pecuaria bovina para os pequenos estabelecimentos constitui atividade complementar e essencialmente de subsistencia: via de regra, cada estabelecimento possui de duas a tres cabeças de gado, mais para o fornecimento de leite para a familia ou para o consumo local.

Porém, isso não significa que a economia latifundiária detenha apenas 22,5% do valor da produção. Na verdade, boa parte da produção nos estabelecimentos com menos de 10ha pertence ao próprio latifúndio sob a forma de renda fundiária, sem falar no fato de que a maioria da produção pecuária que vai ao mercado se origina nas grandes e médias propriedades latifundiárias. Os dados mostrados na TABELA 29 são apenas para 1980. No entanto, quanto a 1970, as participações, no final da década, revelam uma mudança importante em favor das unidades de maior escala, o que é coerente com a maior participação da pecuária bovina no valor da produção total.

**TABELA 29 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO VALOR DA PRODUÇÃO POR GRUPOS DE ÁREAS TOTAL**

**1980**

GRUPOS DE ÁREA (ha)	Animal				Vegetal			
	VPA	Grande Porte	Médio Porte	Aves e Pequenos Animais	WPV	Permanentes	Temporárias	Extração Vegetal
Menos de 10	27,8	14,1	43,5	45,3	45,4	20,3	51,9	32,4
10 a 100	33,6	29,4	32,9	46,1	32,1	46,6	30,5	27,6
100 e mais	38,6	56,2	23,6	8,6	22,5	33,1	17,6	40,0

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1980. Rio de Janeiro; 1980.

Por outro lado, se a economia rural piauiense fosse moderna não seria nenhuma surpresa que os estabelecimentos com até 100ha detivessem a maior parte do valor da produção. Isto porque, em economias avançadas, são esses tipos de estabelecimentos que mais produzem. Porém, não podemos garantir que são pequenos produtores, pois a atividade se dá de forma altamente intensiva quanto ao emprego de insumos modernos e máquinas agrícolas, resultando em altíssima produtividade da terra e do trabalho.

**BELA 30 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO VALOR DA PRODUÇÃO SEGUNDO CONDIÇÃO DO PROPRIETÁRIO 1970-1980**

ATIVIDADE S/VALOR DA PRODUÇÃO	Proprietários + Ocupantes		Ocupantes		Arrendatários + Parceiros	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
<b>Pecuária</b>						
Grande Porte	93.0	96.1	10.7	19.0	7.0	3.4
Médio Porte	75.0	79.3	21.3	21.7	25.1	20.3
Aves e Pequenos Animais	73.5	83.0	21.5	13.6	26.5	17.0
<b>Produção Vegetal</b>						
Lavouras Permanentes	93.3	95.3	19.6	15.2	6.7	4.7
Lavouras Temporárias	69.4	71.6	18.8	22.8	30.6	26.4
Extração Vegetal	88.8	77.5	8.8	34.9	21.2	22.5

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1980. Rio de Janeiro: 1980.

No Piauí, o valor da produção total em termos relativos é muito baixo, fruto da incipiente produtividade agrícola dos estabelecimentos, grosso modo, a ponto de 50% da produção, nas unidades de até 100ha, se destinarem ao autoconsumo, e a parte comercializada esta longe de suprir o mercado piauiense, mesmo sendo este limitado. Portanto, a situação da economia rural piauiense é apenas um reflexo do predomínio da economia latifundiária e de um sistema de produção agrícola em que predominam unidades em precárias condições de produção e com o objetivo único de subsistência.

A título de esclarecimento, acrescentamos que, em 1980, 73.1% dos estabelecimentos que tinham a lavoura como ocupação principal eram unidades com até 10ha. Se somarmos os grupos de áreas entre 10 a 100ha, esse percentual sobe para 93.3%. Logo, cerca de 6.7% dos estabelecimentos maiores de 100ha se apropriavam de 33.1% do valor das lavouras permanentes e 17.6% das lavouras temporárias, significando que o valor da produção concentrava-se em estabelecimentos de maior

escala, o que indica que a quantidade produzida tem uma relação estreita com a quantidade de terras controladas.

Essa situação é reforçada pelo volume muito maior de gastos por estabelecimentos em variáveis fundamentais, tais como: (1) **Investimentos** - os estabelecimentos com mais de 10.000ha investiram 177 vezes mais em termos monetários do que os de 5 a 10ha; (2) **Valor dos bens** - os primeiros tinham um patrimônio 253 vezes maior do que os últimos; (3) **Financiamentos** - os primeiros receberam 139,9 vezes mais em crédito do que os últimos; (4) **Despesas** - os primeiros gastaram 147,8 vezes mais do que os últimos, dados de 1980. Tudo isto comprova que essas variáveis crescem, em média, por estabelecimentos, à medida que se passa de grupos de áreas pequenas para as de maior escala.

A distribuição do valor da produção, em função da condição de produtor, mostra uma reversão no controle da produção em favor dos estabelecimentos tocados por proprietários, fazendo supor que os programas governamentais vieram, basicamente, beneficiar os produtores que detêm a propriedade da terra, o que vem agravar a situação dos produtores não proprietários, que representam quase 70% do total de produtores da agropecuária local.

Entre estes últimos, os mais prejudicados são os que estão nos latifúndios, na condição de moradores geradores de renda, pois foram quem mais perderam no que tange à participação, inclusive, no valor das lavouras temporárias, o que reforça a posição de que os produtores dependentes não passam de fornecedores de força de trabalho para as unidades produtivas independentes, mormente, para as administradas por proprietários, situação percebida, claramente, nos decênios anteriores, e que foi reforçada nos anos 70 e mais, em 80, quando os programas modernizantes do governo se intensificaram.

## 4.2 Estrutura da produção dos principais produtos agropecuários

As formas de utilização da terra no Piauí privilegiam, no que concerne a quantidade de área, as **pastagens e matas naturais**. Em 1970, segundo o IBGE, das terras apropriadas pelo total de estabelecimentos agropecuários, aproximadamente 61,7% eram utilizadas em pastagens nativas (33,6%) e matas naturais (27,9%). Porém, considerando que 6,6% das terras não tinham nenhuma destinação produtiva, isto significa que a área realmente explorada correspondia a apenas 72,1% da totalidade apropriada. Com isso, aumenta a importância da superfície empregada em pastagens nativas e matas naturais, passando a representar 84% do total da zona explorada (7.051.525ha). A área trabalhada (área das lavouras mais as das pastagens plantadas e matas plantadas) se resumia a 7,8% do total (ou seja, 749.325ha), correspondendo a mais ou menos 10,6% da área explorada. (TABELA 31).

**TABELA 31 - PERCENTAGEM EM PARTICIPAÇÃO DAS FORMAS DE UTILIZAÇÃO DAS TERRAS**

1970-1980

ANOS	Área Total (ha)	Lavouras		Terras em Descanso	Pastagens		Matas		Terras Produtivas não Utilizadas <sup>(1)</sup>
		Permanentes	Temporárias		Naturais	Plantadas	Naturais	Plantadas	
1970	9.606.731	1,5	5,1	-	33,6	1,1	27,9	0,1	26,6
1980	11.162.097	2,1	6,8	7,1	30,3	2,7	18,5	0,0	27,5

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário: 1970**. Rio de Janeiro: 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário: 1980**. Rio de Janeiro: 1980.

<sup>(1)</sup> Para 1970, as terras em descanso estão incluídas junto com as terras produtivas.

Em 1980, a situação se alterou muito pouco, mas avançaram, em termos de participação, as áreas destinadas às lavouras e às pastagens

ntadas, recuando, em conseqüência, aquelas destinadas às pastagens matas naturais. A área trabalhada alcançou, nesse ano, 11.6% do total das terras apropriadas, que, em relação a área explorada (92.520ha) representava 16%.

Em 1985, a área total dos estabelecimentos aumentou, comparando com 1980, apenas 4,7% (428.780). O espaço trabalhado com lavouras equivale a 9,2% do total, que somado com as zonas de pastagens matadas (3,1%) alcançava 12,3% de área cultivada, continuando, portanto, a tendência ascendente, principalmente, impulsionada pelo grande aumento das pastagens artificiais, o que mostra a contribuição pecuária melhorada (intensiva e semi-extensiva) para essa pequena melhoria na área trabalhada.

No entanto, a quantidade de terras trabalhadas continua sendo muito pouco em relação ao potencial de áreas agrícolas existentes no estado - há uma estimativa da SUDENE de que pelo menos 12 milhões de hectares no Piauí são propícios à prática agrícola. Essa situação mostra-se, portanto, compatível com as formas de exploração prevalentes no Estado. O latifúndio que domina a maior parte das terras tem como característica básica, justamente, a exploração extensiva da terra, onde as pastagens naturais e as reservas para arborização representam quase 95% das terras controladas por essas entidades. Por outro lado, a pequena produção, face as limitações recorrentes da falta de acesso a crédito e a outros elementos de produção, dificilmente, explora mais de 5ha com as próprias forças do trabalho familiar.

Para reforçar esta afirmativa, eis o percentual da área cultivada, segundo os estabelecimentos por grupos de área, em 1980: menos de 1ha: 98,8%; 1 a 2ha: 96,9%; 2 a 5ha: 89,7%; 5 a 10ha: 70,1%; 10 a 20ha: 43,5%; 20 a 50ha: 23,7%; 50 a 1.000ha: 5,6%; 1.000 e mais ha: 5,0%. Vejamos que se partiu dos extremos em que se utiliza a totalidade da área disponível até uma ínfima parcela de 5% nas grandes propriedades. Isto é, para os estabelecimentos minúsculos, o espaço disponível é explorado intensivamente e para os maiores, a terra é utilizada extensivamente.

Sendo assim, somente os estabelecimentos nos grupos de áreas de 15ha possuem uma área trabalhada que chega a mais ou menos 90% das áreas controladas ou disponíveis. A partir daí, a maior parte das terras fica realmente ociosa ou é empregada para pequenas criações de galinhas, porcos, algumas cabeças de gado.

A situação parece mais séria ainda, quando se comparam as áreas apropriadas pelos estabelecimentos com aquela registrada pelos imóveis rurais - esta última indica a superfície cadastrada como propriedades. Tal comparação mostra que cerca de 6.829.778ha são terras completamente ociosas, nem ao menos registradas como espaços disponíveis para pastos ou matas. A comparação da área dos imóveis com a extensão total do estado indica que a quase totalidade das terras já está praticamente apropriada, privadamente, restando apenas 6.572.745ha. Descontadas as zonas urbanas, não sobram muito em áreas devolutas possíveis de apropriação por ocupação, ou que possam propiciar alguma política de distribuição para famílias não proprietárias.

Área Trabalhada em 1985	Área Total dos Estabelecimentos em 1985	Área Total dos Imóveis (1986)	Área Total do Estado
1.437.978ha	11.690.877ha	18.520.655ha	25.093.400ha

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse preliminar do censo agropecuário*; 1985. Rio de Janeiro: 1985. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Estatísticas cadastrais*. Brasília: 1980.

Portanto, a área trabalhada se resume, basicamente, à produção agrícola, principalmente, lavouras temporárias e as pastagens plantadas, estas últimas correspondentes, sobretudo, à economia latifundiária, mas representando uma pecuária melhorada - **intensiva**, decorrente dos projetos do FINOR ou **semi-extensiva**, de alguns latifúndios ou médias propriedades, que graças a incentivos governamentais, decidiram aperfeiçoar o criatório bovino.

A produção agrícola tem como principais produtos o arroz, o feijão, o milho, a mandioca e o algodão (este último, a partir de 1987, foi praticamente dizimado pela praga do bicudo), os quais correspondiam a quase 80% do valor total da produção. O cultivo desses produtos figura, praticamente, como o campo de atuação da pequena produção — **pequenos proprietários e ocupantes** —, mas também, dos produtores moradores nas médias e grandes propriedades, pois os produtos alimentícios (feijão, milho, arroz) fazem parte do consumo diário desses indivíduos, embora a produção em suas roças não constitua a principal forma de sobrevivência.

Dessa forma, a produção de bens é controlada, em boa parte, por produtores que tocam estabelecimentos com até 10ha, que, comparando-se com as áreas realmente utilizadas com lavouras, equivalem a mais de 70% do número de estabelecimentos agrícolas.

A TABELA 32 dá uma amostra de que são os estabelecimentos classificados nos grupos de áreas de lavouras com menos de 10ha responsáveis por mais de 50% da produção de bens alimentícios.

**TABELA 32 — PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO DOS ESTABELECEMENTOS SEGUNDO ÁREAS DE LAVOURAS 1970-1980**

LAVOURAS	1970			1980		
	Menos de 10ha (%)	10 a 100ha (%)	100 e mais ha (%)	Menos de (%)	10 a 100ha (%)	100 e mais ha (%)
Arroz	67,6	18,9	13,5	60,4	39,6	17,4
Feijão	52,7	33,7	13,6	51,4	40,3	13,6
Milho	62,4	24,4	13,2	52,7	47,3	16,0
Mandioca	50,5	33,3	16,2	41,2	58,2	20,6

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1970. Rio de Janeiro: 1970.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1980. Rio de Janeiro: 1980.



No entanto, entre o início e o fim da década, a situação começou a mudar um pouco, a proporção que as maiores unidades acresceram sua participação, com destaque para o arroz, o milho e a mandioca. Essa situação reflete o fato de que estão aumentando os estabelecimentos com áreas de lavouras (áreas efetivamente trabalhadas com a produção agrícola) acima de 10ha, fato que pode ser decorrência dos programas governamentais, principalmente de Irrigação e do POLONORDESTE, pois essa ampliação se deu mais entre 1975 a 1980, a medida que, em 1975, a situação era praticamente a mesma de 1970.

Por outro lado, a TABELA 33 não deixa dúvidas quanto a mudanças estruturais, embora moderadas, no que concerne a participação mais intensa dos estabelecimentos de maior escala que utilizam áreas efetivas com lavouras.

**TABELA 33 - ESTABELECEMENTOS POR GRUPOS DE ÁREAS DE LAVOURAS 1970-1975-1980**

GRUPOS DE ÁREA (ha)	1970		1975		1980	
	Nº Absoluto	%	Nº Absoluto	%	Nº Absoluto	%
Menos de 10	194.942	94,1	199.155	94,1	223.813	91,6
10 a 100	12.041	5,8	12.263	5,8	20.003	8,2
100 e mais	122	0,1	130	0,1	417	0,2
<b>TOTAL</b>	<b>207.105</b>	<b>95,1</b>	<b>211.548</b>	<b>97,6</b>	<b>244.233</b>	<b>98,0</b>

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.  
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1975. Rio de Janeiro: 1975.  
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1980. Rio de Janeiro: 1980.

Notamos que, em 1970 e 1975, o número de unidades entre 10 e 100ha era praticamente o mesmo. No entanto, em 1980, este montante subiu para 20.003 unidades, registrando-se, também, aumento para as unidades com mais de 100ha utilizadas com lavouras. Isto pode ser reflexo do maior acesso a crédito pelos pequenos produtores, que, com

dinheiro, podem contratar mão-de-obra e, conseqüentemente, ampliar as áreas com lavouras, o que também é coerente com o incremento da área trabalhada nos estabelecimentos de maior escala (sobretudo, aqueles entre 10 a 100ha). Justamente, os que tiveram maior vantagem face a ação do POLONORDESTE no Estado. (TABELA 33).

Combinando-se a TABELA 32 com a TABELA 33, percebemos que os estabelecimentos de maior escala, como era natural, apresentam uma produtividade por unidade superior aos de menor escala. Assim, aqueles com áreas de lavouras acima de 100ha, que equivalem a apenas 0,23% no total, eram responsáveis por 17,4% da quantidade produzida de arroz; 13,6%, de feijão; 16%, de milho e 20,6%, de mandioca. Da mesma forma, a produtividade dos estabelecimentos intermediários (10 a 100ha de lavouras) mantém uma brutal diferença quanto as unidades de menor escala — menos de 10ha de lavouras. Esse diferencial não pode ser justificado tão-somente pela extensão da unidade produtiva, não que essas unidades de maior escala apresentassem maior produtividade por área ou por hectare. Neste último índice, percebemos pouca diferença entre as unidades analisadas quando recorremos aos dados por grupos de área total. Ao contrário, a tendência é que as menores unidades apresentem melhores índices de produtividade por área disponível.

No entanto, tal indicador parece inadequado, porque se está relacionando a quantidade produzida, não com espaços efetivamente utilizados com lavouras, mas com área total dos estabelecimentos. Logo, a propensão é privilegiar os estabelecimentos com menos de 10ha, os quais usam quase 60% das áreas disponíveis, enquanto que os de maior tamanho tendem a possuir zonas ociosas em mais de 60% das áreas disponíveis. Assim, é quase certo, que se o índice de produtividade fosse calculado em função das terras realmente utilizadas com lavouras, os estabelecimentos maiores ostentariam índices bem superiores, mesmo porque são eles que mais gastam, relativamente em termos de unidades monetárias, em fertilizantes, mecanização, defensivos agrícolas etc. Para uma ideia mais precisa, eis a média dos gastos por estabelecimentos em insumos e máquinas, no ano de 1960:

## Adubos e Corretivos:

Menos de 10	=	Cr\$	58,26
10 a 100	=	Cr\$	92,56
100 e mais	=	Cr\$	2.564,60

## Defensivos Agrícolas:

Menos de 10	=	Cr\$	76,37
10 a 100	=	Cr\$	263,71
100 e mais	=	Cr\$	1.651,40

## Aluguel de Maquinas e Equipamentos:

Menos de 10	=	Cr\$	240,12
10 a 100	=	Cr\$	219,01
100 e mais	=	Cr\$	5.068,16

A diferença não deixa dúvidas. Mas é preciso qualificar um pouco esses números. O cálculo foi feito, considerando a área total dos estabelecimentos que informaram dispêndios no ano. As despesas com adubos e corretivos, para a maior parte dos estabelecimentos, principalmente os menores, se referem a adubos orgânicos.

Porém, urge acrescentarmos que as pequenas unidades produtivas de 0 a 10ha nas áreas de várzeas, mormente, na produção de arroz, milho, alho e cebola, apresentam alta produtividade em relação às unidades em áreas altas, mesmo sem nenhum emprego de fertilizantes. Boa parte da pequena produção dos municípios nos vales dos rios (Parnaíba, Guaribas, Longá, Gurguéia, especialmente) se localizam nas várzeas, sobretudo tocando a produção de arroz com irrigação natural, sendo a maior limitação desses produtores a própria dificuldade de acesso a crédito e a comercialização, que seriam instrumentos indispensáveis para a melhoria de vida para as famílias que vivem as margens desses rios.

A produção pecuária apresenta um quadro bastante diversificado, desde que as atividades de pecuária bovina e leiteira tendem a ser de domínio da grande propriedade ou do latifúndio, enquanto as de médio e pequeno porte se concentram nos pequenos estabelecimentos. Estes últimos praticam essa atividade muito mais como elemento complementar de subsistência, pois a pequena criação de galinha ou porcos, em geral,

ção se destina a venda, a não ser eventualmente, quando há necessidade premente de dinheiro para alguma emergência ou mesmo em ocasiões de safra agrícola.

No entanto, nas principais áreas urbanas, como em Teresina, Arnaíba, Picos e Floriano, tem se desenvolvido, durante as duas últimas décadas, uma forte ocupação grangeira de criação de frangos para o mercado, o que, talvez, explique a maior participação dos estabelecimentos médios nas atividades de criação de aves e de produção de ovos, principalmente esta última, onde a participação dessas unidades saltou de apenas 27,9%, em 1970 para 57,9%, em 1980. (TABELA 34).

**TABELA 34 - PARTICIPAÇÃO (%) DA PRODUÇÃO PECUÁRIA SEGUNDO ESTABELECIMENTOS DIFERENCIADOS DOS GRUPOS DE ÁREA TOTAL 1970-1980**

PRODUTORES	1970			1980		
	Menos de 10ha	10 a 100ha	100 e mais ha	Menos de 10ha	10 a 100ha	100 e mais ha
Nº de Bovinos	15,0	29,9	55,1	12,0	27,2	60,8
Nº de Ovinos	26,7	37,1	35,9	25,6	37,5	37,0
Nº de Suínos	52,0	26,1	14,9	57,9	28,4	13,7
Nº de Caprinos	40,5	32,7	26,8	40,8	30,6	28,6
Nº de Aves	64,6	23,8	11,5	55,2	34,0	10,8
Nº de Ovos	60,4	27,9	11,7	32,0	57,9	10,1
Leite	20,9	36,2	41,3	14,5	35,9	49,6

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1970. Rio de Janeiro: 1970.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1980. Rio de Janeiro: 1980.

Grosso modo, a tendência definida no decênio foi a perda de participação das pequenas unidades, que aliás é uma propensão para todos os indicadores analisados, o que reflete, naturalmente, efeitos

captados, em nível global dos programas modernizantes implementados nos referidos anos.

As mudanças mais sensíveis, portanto, são aquelas referentes às atividades nobres, que são a pecuária bovina, leite e ovos, quando as grandes unidades tendem a ganhar terreno em comparação com as pequenas. Essas são tendências que, decerto, se aprofundaram nos anos 80, notadamente, com o desenvolvimento das bacias leiteiras de Teresina e Floriano. Em Teresina, por exemplo, nos últimos dez anos, foi instalada uma cooperativa de leite e ainda aconteceu um significativo crescimento da cooperativa de avicultores, iniciativas que têm provocado um forte progresso dessas duas atividades, sobretudo, no próprio município.

#### COMO A PRODUÇÃO SE DISTRIBUI SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR?

**TABELA 35 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO EM QUANTIDADES FÍSICAS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA AGROPECUÁRIA SEGUNDO CONDIÇÃO DO PRODUTOR 1970-1975-1980**

PRODUTOS	1970		1975		1980	
	Proprietários + Ocupantes (%)	Parceiros + Arrendatários (%)	Proprietários + Ocupantes (%)	Parceiros + Arrendatários (%)	Proprietários + Ocupantes (%)	Parceiros + Arrendatários (%)
Algodão	71,6	28,4	97,3	2,7	94,9	5,1
Arroz	51,2	48,8	51,4	48,6	59,2	40,8
Milho	62,4	37,6	68,0	32,0	72,0	28,0
Feijão	73,4	26,6	81,8	18,2	75,9	24,1
Mandioca	71,4	28,6	72,5	27,5	80,4	19,6
Pecuária Bovina	94,2	5,8	97,0	3,0	97,1	2,9
Pecuária Suína	86,4	13,6	64,1	35,9	68,8	31,2

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.  
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1975. Rio de Janeiro: 1975.  
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1980. Rio de Janeiro: 1980.

5. A TABELA 35 divide a produção entre produtores independentes e dependentes. Notamos, então, uma queda de participação, na década, dos produtores com parcelas de terras nas médias e grandes propriedades, o que pode ter sua razão de ser, principalmente, em virtude dos maiores proprietários poderem estar preferindo assumir a administração de suas unidades produtivas, ao invés de valorizarem suas terras, unicamente, com a renda fundiária "pre-capitalista", pois a queda de participação da produção de parceiros e arrendatários, em última instância, significa a própria diminuição relativa da renda da terra no valor da produção agropecuária.

Nesta perspectiva, é coerente o crescimento a taxas bem inferiores dos produtores dependentes (8,7%) em relação aos produtores independentes (39,1%). Entre os primeiros, ocorreu uma diminuição absoluta do número de arrendatários de cerca de 6.081, embora tenha se registrado um aumento substancial no total de parceiros (15.752). Porém, mesmo a expansão de parceiros reflete um maior interesse entre os proprietários na exploração de suas terras, pois muitos desses parceiros, a partir dos anos 70, apresentam natureza diferenciada dos antigos, que ainda prevalecem na agricultura piauiense. Os novos parceiros cresceram (e continuam crescendo) em função do desenvolvimento das culturas de várzeas, como arroz, milho, alho e outros, pois, por falta de mão-de-obra ou dificuldades de acesso a crédito, por parte dos titulares, a parceria constitui uma forma de explorar a propriedade com riscos divididos.

Por outro lado, a própria queda dos produtores dependentes reforça a natureza, essencialmente, de fornecedores de mão-de-obra desse segmento social no Piauí. Sendo isso verdade, reiteramos a pressuposição formulada de que a pequena produção agrícola local é formada pelos produtores proprietários e ocupantes (produtores que não têm a obrigação de pagar a renda da terra), enquanto que os parceiros e arrendatários, em sua maior parte, formam a mão-de-obra da economia do latifúndio, e logo, configuram-se como protagonistas das relações de produção básicas dessa unidade produtiva.

### 5.5 As formas de organização da produção

Para uma ideia, embora genérica, das formas de produção e de sua evolução, no período 1970-80, formulamos a TABELA 36, que expõe os números referentes aos vários tipos de unidades produtivas da agropecuária estadual, para permitir uma visão das repercussões em nível de estrutura dessas unidades dos programas modernizantes do governo.

As unidades latifundiárias foram definidas, incluindo os estabelecimentos com mais de 500ha de área, que não possuíam tratores e arados à tração mecânica, não utilizavam adubos químicos, embora contratassem serviços de empreitada, e muitas delas tivessem acesso a crédito bancário. Supomos que tais unidades se dedicam, preferencialmente, à pecuária extensiva, utilizando-se da mão-de-obra de seus moradores, parceiros e arrendatários, logo, consorciando a pecuária com culturas de subsistência, ou, simplesmente, algumas delas vivem quase inteiramente de renda.

**TABELA 36 - FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NO SETOR RURAL PIAUIENSE 1970-1975-1980**

DISCRIMINAÇÃO	1970		1975		1980	
	Nº de Estabelecimentos	%	Nº de Estabelecimentos	%	Nº de Estabelecimentos	%
1 - Latifúndios	3.209	1,50	3.130	1,44	2.899	1,16
2 - Empresas Rurais	100	0,05	183	0,08	807	0,32
3 - Unidades Camponesas Modernizadas	42	0,02	64	0,03	270	0,11
4 - Unidades Camponesas Pobres	98.685	45,51	105.568	48,73	124.028	49,82
5 - Unidades de Trabalhadores	100.504	46,40	93.431	43,13	106.109	42,62
6 - Unidades Produtivas Tradicionais	14.143	6,52	14.255	6,59	14.057	5,47
<b>TOTAL</b>	<b>216.683</b>	<b>100,00</b>	<b>216.631</b>	<b>100,00</b>	<b>248.966</b>	<b>100,00</b>

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970, Rio de Janeiro: 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1975, Rio de Janeiro: 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1980, Rio de Janeiro: 1980.

As empresas rurais são unidades com mais de 100ha que declararam possuir tratores, fazer uso de fertilizantes químicos e que receberam financiamentos bancários. Dedicam-se, preferencialmente, à pecuária de caráter intensivo ou a agricultura dirigida ao mercado de maior valor comercial, como caju, laranja, banana, cana-de-açúcar etc.

As unidades camponesas modernizadas apresentam as **mesmas características das empresas rurais**, mas foram limitadas aos estabelecimentos com áreas entre 20 a 100ha. Dedicam-se mais à produção de alimentos básicos, e a modernização pode ser resultado de estabelecimentos, principalmente, dirigidos por proprietários, que tiveram acesso às políticas do governo dirigidas aos pequenos produtores.

ii.

Os estabelecimentos de camponeses pobres foram, sobretudo, o que se chama de **pequena produção agrícola**, os quais representam as unidades (proprietários e posseiros) com 2 a 100ha, que praticam uma agricultura sem nenhum emprego de insumos e máquinas modernas. Em geral, não têm acesso a crédito e mesmo que possuam a propriedade e disponham de mais de 10 hectares, ela não é explorada intensivamente, em face da limitação do trabalho familiar. Em muitos casos, o restante das terras disponíveis é arrendado para famílias não proprietárias em troca de renda.

As unidades dos trabalhadores são os estabelecimentos com menos de 2ha, em geral, tocados por moradores nas médias e grandes propriedades, onde sua principal fonte de renda é o trabalho temporário nos estabelecimentos de maior escala ou na própria propriedade onde recebeu a parcela.

Finalmente, aparecem as unidades médias tradicionais que são os estabelecimentos com áreas que variam entre 100 a 300 hectares que **não empregam insumos modernos** (tratores, arados, mecânicos e insumos químicos), embora **contratem serviços de empreitada** e tenham acesso a crédito bancário. Dedicam-se, em grande parte, à pecuária extensiva.

Por esse critério, podemos avaliar que as mudanças, nos anos 70,



No sentido da modernização, foram tímidas, embora fundamentais. Ocorreram aumentos de participação das unidades produtivas mais modernas (empresas rurais, camponesas modernizadas), mas os índices de participação ainda nem ao menos alcançaram 0,5%. A estrutura latifundiária, no final da década, ainda aparece como importante. Da mesma forma, a pequena produção de subsistência teve sua posição reforçada, em 1980.

No entanto, mesmo que as mudanças, em nível global, pouco representem, visualizamos certa tendência quanto a uma maior diferenciação estrutural nas formas de organização de produção. A tendência esta, que, com certeza, se aprofundou no decênio 80, pois além dos novos projetos provenientes dos Incentivos Fiscais que se instalaram no Estado, foi a partir de 1983, que mais se intensificaram os programas de irrigação, destacando-se o Pro-Varzeas, sem falar nos próprios projetos de irrigação do Programa Vale do Parnaíba e sua atuação na área da ação fundiária.

## 5.6 Considerações gerais

Em síntese, as principais conclusões deste capítulo são:

- 1) A partir de 1970, o processo de fragmentação da grande e média propriedade foi contido. Esse processo que simbolizava relativa melhoria na distribuição da posse da terra (sem necessariamente significar melhoramento na distribuição da propriedade), entre 1950 a 1970, foi revertido em favor de uma reconcentração. Isso significou, em decorrência, aumento da área média dos maiores estabelecimentos e, inversamente, diminuição da área média dos estabelecimentos de pequena escala. Tudo isto pode ser resultante da implementação de programas governamentais, principalmente os Incentivos Fiscais, que acarretaram a valorização das terras, além da abertura de mercado de terras, favorecida por empresários interessados nos incentivos da SUDENE, bem como, os programas

que criaram fundos de terra, para comprar à vista e a preço de mercado, as terras oferecidas e as obras de infra-estrutura executadas pelo POLONORDESTE.

- 2) Os programas governamentais e a intensificação do processo de urbanização tiveram como resultado o remanejamento da estrutura dos produtores, segundo a sua condição. Os arrendatários perderam importância em favor dos parceiros, enquanto aumentou, ainda, o número de rendeiros que trabalham nos grandes estabelecimentos pecuaristas na obrigação de formar pastos, mudando, desse modo, as próprias formas da renda "pre-capitalistas", pois os parceiros constituem uma relação de produção conveniente nas unidades mais modernizadas ou nas áreas de várzeas, na produção de arroz com irrigação natural.

Os rendeiros significam, também, uma maneira barata para a formação de pastos nas unidades pecuaristas em expansão. Os arrendatários aderiram com maior intensidade nas regiões de maior concentração da atividade extrativa que, com a perda de importância dessa atividade, determinou, em parte, a diminuição no número de arrendatários, além de que essa relação de trabalho se configurava mais constitutiva no Piauí, em virtude da cobrança de renda sem respeito à legislação, a ser obrigatória mesmo que o arrendamento não tenha obtido uma produção regular. Esse movimento significa, na verdade, uma reformulação nas próprias relações de produção no campo, sendo, portanto, um bom indicador das mudanças provocadas pela atuação dos programas do governo.

A título de esclarecimento, quanto a renda paga pelo arrendatário ou parceiro, esta não constitui trabalho excedente na sua parcela, pois nem que não houvesse o pagamento da renda, face às condições precárias de produção, não seria suficiente nem para uma sobrevivência miserável. Em muitos casos, o fornecimento da parcela de terra na propriedade e a forma pela qual o latifúndio mantém mão-de-obra cativa para suas necessidades de trabalho.

Mas, "socialmente", representa uma espécie de "favor" que o proprietário faz para a família não proprietária. "Favor" este, pago com o "favor" de prestar serviços ao titular ou trabalhar por remuneração abaixo da normalmente paga aos outros empregados. Nessa relação, o morador ainda estreita seus laços com o dono, através do relacionamento pessoal de "amizade" ou paternalista, e, ao mesmo tempo, autoritária, em que o proprietário se torna uma espécie de "protetor" nas horas de dificuldade, de doenças ou desavenças com vizinhos, enfim, de todos os problemas que surgiam, sem falar nas relações de compadrio. A "arma" que o proprietário tem em mãos e a expulsão do morador de sua propriedade quando desejar e/ou por quaisquer motivos: desobediência, a não realização do trabalho combinado, o não pagamento da renda estipulada...

- 3) No mesmo movimento mencionado no item acima, **aumenta o número de estabelecimentos minúsculos fornecedores de mão-de-obra para as unidades de maior escala**, fato que não deixa de representar um processo de expropriação, embora sem deixar os trabalhadores totalmente livres de meios de obter a subsistência, isto é, sem perder a base de produtor rural, ainda que, quase nunca, consigam sua subsistência nas condições que controlam.

Com isso, cresce a procura de empregados temporários, não somente para os grandes estabelecimentos, mas também, para os de menor escala que conseguem acesso a crédito e com isso podem aumentar a área cultivada nos seus estabelecimentos. Isto implica um aumento da dependência das unidades produtivas, mesmo na pequena produção, representada pela contratação de mão-de-obra em caráter temporário. Outra inferência essencial é que aumenta os períodos de contratação do empregado temporário, o que reflete na ampliação de unidades produtivas que tocam atividades de maior período de produção, tais como: (1) **pecuária mais intensiva**; (2) **culturas permanentes** (caju, laranja, banana etc.); (3) **unidades produtivas com irrigação**, o que permite a realização de mais de uma safra por ano.

- 4) Na década de 70, a agricultura piauiense ampliou o emprego de insumos modernos e máquinas agrícolas. Esse aumento refletiu tanto na quantidade utilizada como na maior participação de estabelecimentos que passaram a utilizar esses meios de produção. Esse fato aconteceu "vis-a-vis" a uma maior integração com o mercado urbano. Os responsáveis por esta situação foram, certamente, os programas governamentais implementados na época. O POLONORDESTE, por exemplo, incrementou as condições de acesso a crédito para os pequenos produtores: melhorou, bastante, os meios de comunicação no campo (sobretudo, através de construção de rodovias); ampliou a rede de distribuição de energia elétrica, além de incentivar a pesquisa e a extensão rural. Os incentivos fiscais, através do financiamento de empresas agropecuárias, aperfeiçoaram os métodos de criatório bovino e, como decorrência, o emprego de insumos modernos no manejo do gado.

Esse processo tem contribuído para aumentar a diferenciação entre os unidades produtivas, seja entre as grandes, seja entre as pequenas, no sentido do emprego de insumos modernos, ainda que, entre os pequenos produtores, isto não signifique mudanças qualitativas quanto ao caráter da unidade produtiva, mas somente maior atrelamento às instituições bancárias e ao mercado.

- 5) O controle das terras entre estabelecimentos dirigidos por proprietários e não proprietários é muito desfavorável para os não proprietários. Em 1985, os primeiros controlavam mais de 92% das terras, quando representavam cerca de 33,4% do total de estabelecimentos. Isto mostra que a posse da terra se dá, prioritariamente, através da propriedade. Porém, o que é primordial é que esta situação determina, diretamente, o acesso a outros elementos básicos de produção, na mesma proporção do controle das terras. Além do mais, entre os próprios proprietários, o controle dos elementos de produção ainda é extremamente mal distribuído, o que significa que somente os médios e grandes proprietários (estabelecimentos

com áreas acima de 100ha) detinham o controle da maioria dos meios de produção, o que revela a importância que reveste o fenômeno de monopólio da terra por poucos, atribuindo-lhes poderes extraordinários sobre uma grande massa populacional.

- 6) O valor da produção agropecuária está dividido praticamente ao meio, entre as atividades das lavouras e da pecuária em geral. São as lavouras temporárias (feijão, arroz, milho e mandioca) e a pecuária bovina as atividades mais importantes, com a observação de que, em 1980, correspondiam a cerca de 65,7% do valor integral. As lavouras são controladas, em sua quase totalidade, pelas unidades produtivas com áreas inferiores a 100ha, sendo as de menos de 10ha as principais, enquanto a pecuária bovina é predominantemente ocupação da média e grande propriedade. Nos anos 70, verificou-se tendência para um maior controle dessas atividades pelas unidades produtivas de maior escala, principalmente, porque estas últimas conquistaram forte aumento de produtividade (por estabelecimentos e por área), graças aos programas modernos, antes executados pela administração pública.
- 7) As formas de utilização das terras mostram uma prevalência dos métodos mais extensivos, pois a área trabalhada é extremamente pequena, enquanto que as zonas com matas e pastagens naturais somam quase 60% do total das terras apropriadas pelos estabelecimentos. Tal situação apresentou uma ligeira melhoria durante a década, ampliando a participação das lavouras e das pastagens plantadas, tendência que, provavelmente, se intensificou, na década de 80.
- 8) Na década, cresceu a importância de produtores fora da unidade latifundiária (pequenos e médios proprietários e ocupantes) quanto à participação na produção agrícola, enquanto que a produção agrícola efetivada pelos moradores nos latifúndios perdeu participação, reiterando, portanto, o caráter de simples fornecedores de mão-de-obra dos produtores, na condição de pequenos arrendatários e/ou parceiros, embora

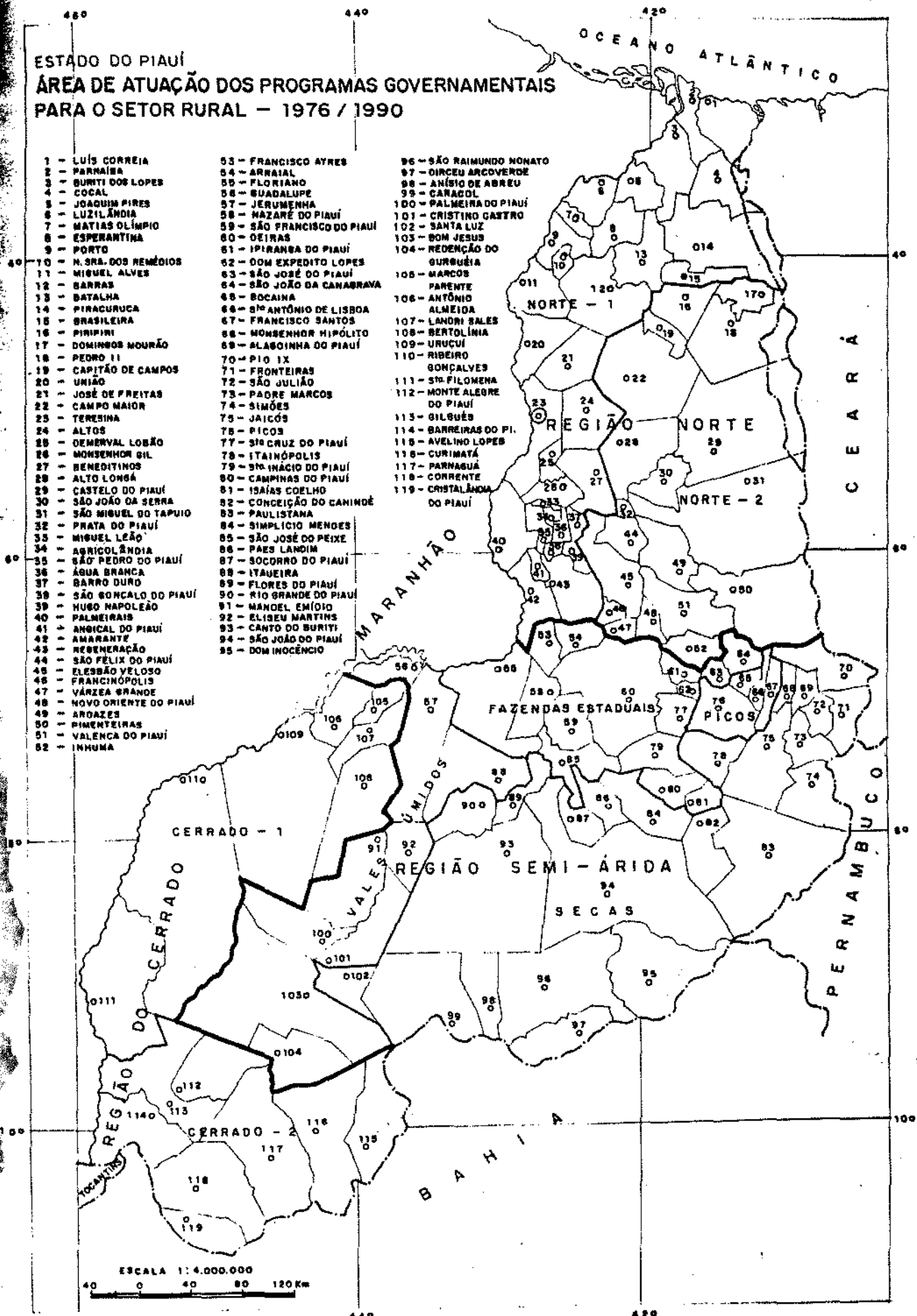
ressaltemos que muitos parceiros representam produtores sem terra que tocam estabelecimentos em áreas de varzeas, sendo assim, produtores que trabalham na produção em forma simples e de boa produtividade, podendo-se incluí-los no conjunto da pequena produção.

- 9) Finalmente, a conclusão mais geral que se pode extrair da análise deste capítulo é de que, no decênio estudado, estabeleceu-se **tendência no sentido de "modernização" da produção agropecuária piauiense**. Porém, as repercussões, no contexto amplo, ainda são tímidas. As mudanças atingem, com mais vigor, áreas e setores específicos e, em alguns deles, com caráter ainda limitado, no sentido de gerar processos mais abrangentes. Continua prevalecendo, de forma esmagadora, a presença de unidades latifundiárias, ainda que estas estejam se modernizando, junto com o conjunto de pequenos produtores pobres, estes últimos tocando estabelecimentos em condições técnicas precárias, quase sempre limitados a trabalharem no máximo chá com lavouras de alimentos, em face do precário acesso a crédito e a outros elementos de produção.

Porém, o processo que se iniciou nos anos 70, decerto se aprofundou na década seguinte, com a chegada de novos programas governamentais. A falta de dados censitários não permitiu analisá-la com maior profundidade, mas, nos capítulos posteriores, o tentaremos, mediante informações coletadas em viagens de campo e entrevistas com representantes de órgãos executores dos programas governamentais para o setor rural piauiense.

ESTADO DO PIAUÍ  
 ÁREA DE ATUAÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS  
 PARA O SETOR RURAL - 1976 / 1990

- |                            |                                       |                              |
|----------------------------|---------------------------------------|------------------------------|
| 1 - LUÍS CORREIA           | 53 - FRANCISCO AYRES                  | 96 - SÃO RAIMUNDO NONATO     |
| 2 - PARNAIWA               | 54 - ARRAIAL                          | 97 - CIRQUEZ ARCOVERDE       |
| 3 - BURITI DOS LOPES       | 55 - FLORIANO                         | 98 - ANÍSIO DE ABREU         |
| 4 - COCAL                  | 56 - SUDALUPE                         | 99 - CARACOL                 |
| 5 - JOAQUIM PIRES          | 57 - JERUMENHA                        | 100 - PALMEIRA DO PIAUÍ      |
| 6 - LUZILÂNDIA             | 58 - NAZARÉ DO PIAUÍ                  | 101 - CRISTINO GASTRO        |
| 7 - MATIAS OLÍMPIO         | 59 - SÃO FRANCISCO DO PIAUÍ           | 102 - SANTA LUZ              |
| 8 - ESPERANTINA            | 60 - OZEIRAS                          | 103 - BOM JESUS              |
| 9 - PORTO                  | 61 - IPIRANGA DO PIAUÍ                | 104 - REDENÇÃO DO            |
| 10 - N. SRA. DOS REMÉDIOS  | 62 - DOM EXPEDITO LOPES               | GURGUÉIA                     |
| 11 - MIGUEL ALVES          | 63 - SÃO JOSÉ DO PIAUÍ                | 105 - MARCOS                 |
| 12 - BARRAS                | 64 - SÃO JOÃO DA CANABRAVA            | PARENTE                      |
| 13 - BATALHA               | 65 - BOCAINA                          | 106 - ANTÔNIO                |
| 14 - PIRACURUCA            | 66 - S <sup>o</sup> ANTONIO DE LISBOA | ALMEIDA                      |
| 15 - BRASILEIRA            | 67 - FRANCISCO SANTOS                 | 107 - LANDRI SALES           |
| 16 - PIRIPIRI              | 68 - MONSIEHOR HIPOLITO               | 108 - BERTOLÍLIA             |
| 17 - DOMINOS MOURÃO        | 69 - ALAGOINHA DO PIAUÍ               | 109 - URUCUI                 |
| 18 - PEDRO II              | 70 - PIO IX                           | 110 - RIBEIRO                |
| 19 - CAPITÃO DE CAMPOS     | 71 - FROTEIRAS                        | GONÇALVES                    |
| 20 - UNIÃO                 | 72 - SÃO JULIÃO                       | 111 - S <sup>o</sup> FLORENA |
| 21 - JOSÉ DE FREITAS       | 73 - PADRE MARCOS                     | 112 - MONTE ALEGRE           |
| 22 - CAMPO MAIOR           | 74 - SIMÕES                           | DO PIAUÍ                     |
| 23 - TERESINA              | 75 - JAICÓS                           | 113 - GILVÉS                 |
| 24 - ALTOS                 | 76 - PICOS                            | 114 - BANREIRAS DO PI.       |
| 25 - DOMENVAL LOBÃO        | 77 - S <sup>o</sup> CRUZ DO PIAUÍ     | 115 - AVELINO LOPES          |
| 26 - MONSIEHOR GIL         | 78 - ITAINÓPOLIS                      | 116 - CURIMATÁ               |
| 27 - BENEDETTINOS          | 79 - S <sup>o</sup> INÁCIO DO PIAUÍ   | 117 - PARNAGUÁ               |
| 28 - ALTO LONGÁ            | 80 - CAMPINAS DO PIAUÍ                | 118 - CORRENTE               |
| 29 - CASTELO DO PIAUÍ      | 81 - ISAIAS COELHO                    | 119 - CRISTALÂNDIA           |
| 30 - SÃO JOÃO DA SERRA     | 82 - CONCEIÇÃO DO CANINDÉ             | DO PIAUÍ                     |
| 31 - SÃO MIGUEL DO TAPUIO  | 83 - PAULISTANA                       |                              |
| 32 - PRATA DO PIAUÍ        | 84 - SIMPLICIO MENDES                 |                              |
| 33 - MIGUEL LEÃO           | 85 - SÃO JOSÉ DO PEIXE                |                              |
| 34 - AGRICOLÂNDIA          | 86 - PAES LANDIM                      |                              |
| 35 - SÃO PEDRO DO PIAUÍ    | 87 - SOCORRO DO PIAUÍ                 |                              |
| 36 - ÁGUA BRANCA           | 88 - ITAUEIRA                         |                              |
| 37 - BARRO DURO            | 89 - FLORES DO PIAUÍ                  |                              |
| 38 - SÃO BONCALO DO PIAUÍ  | 90 - RIO GRANDE DO PIAUÍ              |                              |
| 39 - HUBO NAPOLEÃO         | 91 - MANOEL EMÍDIO                    |                              |
| 40 - PALMEIRAS             | 92 - ELISEU MARTINS                   |                              |
| 41 - ANICAL DO PIAUÍ       | 93 - CANTO DO BURITI                  |                              |
| 42 - AMARANTE              | 94 - SÃO JOÃO DO PIAUÍ                |                              |
| 43 - REBENECERAÇÃO         | 95 - DOM INOCÊNCIO                    |                              |
| 44 - SÃO FELIX DO PIAUÍ    |                                       |                              |
| 45 - ELESBÃO VELOSO        |                                       |                              |
| 46 - FRANCOINÓPOLIS        |                                       |                              |
| 47 - VÁRZEA GRANDE         |                                       |                              |
| 48 - NOVO ORIENTE DO PIAUÍ |                                       |                              |
| 49 - ARDAZES               |                                       |                              |
| 50 - PIMENTEIRAS           |                                       |                              |
| 51 - VALENÇA DO PIAUÍ      |                                       |                              |
| 52 - INHUMA                |                                       |                              |



ESCALA 1:4.000.000  
 0 40 80 120 Km

CDD 350.823 381 22

CDU 341.17:333.013.6(812.2)"1970"

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

PROGRAMA DE DOUTORADO

**OS PROGRAMAS E PROJETOS  
GOVERNAMENTAIS E SEUS EFEITOS SOBRE  
A ESTRUTURA AGRÁRIA PIAUIENSE NO  
PÓS-70**

**VOLUME II**

**WILIAM JORGE BANDEIRA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Doutorado em Economia do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Economia, sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio Salomé Silva

*Este exemplar corresponde ao original da  
tese defendida por William Jorge Bandeira  
em 24/02/94 e orientada pelo Prof. Dr. Sérgio  
Salomé Silva.*

*CPG/IE 24/02/94*  
*[Assinatura]*  
Campinas - SP  
nov. 1993

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL



## ANÁLISE DOS EFEITOS DOS PROGRAMAS DO GOVERNO: REGIÃO NORTE

A região Norte do Estado do Piauí, segundo a Resolução PR nº 51, 31/07/89, que aprova a divisão do Brasil em mesos e microrregiões geográficas, se compõe de cinco microrregiões: Litoral Piauiense (087), Teresina (088), Campo Maior (089), Valença do Piauí (091) e Rio Parnaíba Piauiense (090). Conta com 43 municípios, dos quais boa parte localiza-se as margens do rio Parnaíba.

A população, em 1980, atingia, aproximadamente, 1.576.016 habitantes, correspondendo a 64,4% da população total do Estado com 1.40.066 habitantes. A população urbana era de 681.344 habitantes e a rural, 694.672. Essa região apresentava as mais altas densidades demográficas do Piauí, as quais variavam de 6,86 hab./km<sup>2</sup> na microrregião de Valença do Piauí, até 49,93 hab./km<sup>2</sup> na microrregião de Teresina, esta última, bem acima da densidade demográfica média do Estado, que era 8,53 hab./km<sup>2</sup>.

Na referida região, foi muito forte a atuação dos programas COLONORDESTE e Irrigação (Pro-Várzeas e DNOCS), enquanto os planos de desenvolvimento com base nos Incentivos Fiscais (SUDENE e DNOCS), apareceram apenas esporadicamente. Ela pode ser dividida em duas sub-regiões, com características diferentes:

### SUB-REGIÃO NORTE I

Localiza-se as margens do rio Parnaíba, e, como decorrência, é rica em terras de várzeas. Seus principais municípios são: Parnaíba, Teresina, Buriti dos Lopes, Joaquim Pires, Luzilândia, Piripiri, Matias Olímpio, José de Freitas e Porto. Nele, foi implementado o PDRI Delta do Parnaíba (1976-81) e instalados dois projetos de irrigação do DNOCS (Piripiri e Luzilândia), além de integrar o Projeto Vale do Parnaíba (1982-86) e o programa Pró-Várzeas (1985-1987).

## SUB-REGIÃO NORTE II

Correspondendo a região das palmeiras (babaçu e carnaúba), próxima as fronteiras com o Ceará, tem como municípios mais importantes: Altos, Barras, Batalha, Esperantina, União, Miguel Alves, Dasteio do Piauí, Pedro II, Regeneração e Piracuruca. Esta sub-região foi beneficiada pelos **projetos Vale do Parnaíba (1982-86) e PAPP (1987)**.

A unidade de análise utilizada é o município, pois é nosso objetivo básico estudar as características específicas de cada projeto e os efeitos do conjunto da atuação governamental. Para tanto, a divisão em sub-regiões permite detectar diferenças em termos de efeitos dos programas POLONORDESTE confrontados com os projetos de irrigação, principalmente, quanto ao poder disseminador de programas de diferentes teor. A meta essencial, portanto, é apreender os impactos macroeconômicos, tendo em vista, prioritariamente, a capacidade dos programas governamentais em acelerar a "modernização" e/ou criar diferenciações entre regiões e sub-regiões.

Assim, o procedimento metodológico consistirá em verificar, para os municípios selecionados, o comportamento de variáveis que permitirão avaliar ou identificar mudanças que ocorreram nas duas últimas décadas, mormente, quanto a modernização das unidades produtivas e a mudanças na estrutura fundiária. Entretanto, como não dispomos das mesmas informações para os decênios 70 e 80, a análise dar-se-á em duas etapas, face a utilização de informações qualitativamente diferentes.

Para a década de 70, serão usados dados censitários (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1950, 1970, 1975, 1980, 1985) e o estudo se concentrará, mais, sobre as mudanças nas estruturas de distribuição da posse da terra, na composição da produção, no emprego de trabalho temporário, no emprego de insumos modernos e de máquinas agrícolas. Traçaremos, então, parâmetros comparativos entre os municípios atingidos diretamente pelos programas e os que não fizeram parte da área de abrangência dos mesmos.

No caso dos anos 80, concentraremos nossa atenção nos dados dos projetos específicos e nas informações colhidas nos órgãos executores, quando das viagens de campo realizadas às regiões. Logo, as variáveis discutidas referem-se às ações específicas mais importantes, componentes da estratégia de cada projeto, tais como:

- (1) número de produtores ou famílias beneficiadas;
- (2) tipos de produtores beneficiados;
- (3) capacidade dos instrumentos utilizados em realizar mudanças e a natureza dessas mudanças;
- (4) capacidade das transformações em gerar processos globais e abrangentes, visando a alterar o *STATUS QUO* da região atingida.

O exame dos dados censitários pretende apreender, para os anos 70, os efeitos, nos municípios, do programa POLONORDESTE (1975-1980), referentes ao PDRI do Delta do Parnaíba para os municípios da sub-região I, o qual incluiu o incentivo à utilização das varzeas irrigáveis na produção de arroz com irrigação vertical, bem como, o fornecimento de crédito bancário, assistência técnica e outros instrumentos para produtores em terras altas. Também serão verificados os efeitos dos projetos de irrigação do DNUCC, localizados em Píripiri (Projeto Caldeirão) e Luzilândia (Projeto Lagoas).

Para a última década, serão verificados os efeitos dos projetos Vale do Parnaíba (1982-86), PAPP (1987-89), Pro-Varzeas (1983-88), programas de irrigação do PAPP e Vale do Parnaíba, de caráter público. Estes últimos foram implantados durante o decênio e alguns deles, embora em fase inicial, já deixam antever os efeitos mais gerais quanto a alterações nas relações de trabalho.

Em resumo, além das informações censuárias, recorreremos às seguintes fontes:

- a) viagens de campo:

Durante essas viagens, efetivamos entrevistas com pessoas

envolvidas nas relações de produção e participação nos projetos governamentais, quais sejam: produtores rurais, presidentes de sindicatos dos trabalhadores rurais, técnicos das EMATERs, presidente da FETAG, coordenadores de projetos, agentes comunitários e outras.

Os municípios visitados foram escolhidos, previamente, em função da sua importância em termos econômicos, políticos e da sua inclusão em um número maior de projetos: (Sub-região I) - Parnaíba, Porto, Joaquim Pires, Buriti dos Lopes, Piripiri e Luzilândia; (Sub-região II) - Barras, Batalha, Esperantina, José de Freitas, Nossa Senhora dos Remédios; .

#### b) visitas a órgãos do Estado:

Contactamos com instituições executoras de projetos específicos - SEPLAN, EMATER, COMDEPI, SUDENE, Unidade Técnica do PAPP etc. , mantendo entrevistas com técnicos envolvidos com os referidos projetos e com os coordenadores dos mesmos, além de consultas a órgãos representativos dos trabalhadores rurais.

#### c) consultas a documentos oficiais referentes a pesquisas, avaliações e relatórios anuais de desempenho dos projetos.

### 6.1 Algumas características da região

A região Norte piauiense foi o palco principal da atividade extrativista durante toda a primeira metade do século atual. Em função disso, tornou-se a região mais populosa e urbanizada, abrigando as duas principais cidades do Estado - **Teresina e Parnaíba**, e, conseqüentemente, essa condição propiciou a região maior desenvolvimento econômico e social em relação às demais, especialmente, as que ficam mais ao Sul, de caráter essencialmente pecuarista. Aqui, se desenvolveram as maiores iniciativas industriais comerciais, com uma divisão mais intensa do trabalho campo-cidade.

A estrutura produtiva apresentava, em 1970, a agricultura e o extrativismo como importantes atividades econômicas, embora a pecuária de grande porte também aparecesse com significativa participação. Percebemos, pela TABELA 37 que, em geral, a atividade agrícola apresentava-se como a mais relevante, sobretudo, em municípios com grande disponibilidade de várzeas irrigáveis - Buriti dos Lopes, Teresina, Parnaíba e União -, enquanto que, em alguns municípios com significativa densidade de palmeira de babaçu, o extrativismo ainda era essencial - José de Freitas, Barras, União, Altos. Também a pecuária aparece como grande destaque nos maiores centros urbanos da região, como Teresina, Parnaíba e Campo Maior.

**TABELA 37 - PARTICIPAÇÃO (EM %) DO VALOR DA PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES SEGUNDO PRINCIPAIS MUNICÍPIOS**  
1970

PRINCIPAIS MUNICÍPIOS	Pecuária de Grande Porte	Lavouras Temporárias	Lavouras Permanentes	Extração Vegetal	Outras Atividades
Parnaíba	30,8	45,8	4,3	12,3	6,8
Teresina	23,3	40,6	3,2	6,8	26,1
Buriti dos Lopes	15,1	59,6	1,5	12,6	11,2
Campo Maior	29,0	39,8	1,0	15,4	14,8
Piripiri	17,0	57,1	3,5	11,8	10,6
Barras	10,0	44,0	3,0	26,3	18,7
Batalha	15,0	39,3	6,2	19,0	20,5
José de Freitas	6,1	35,1	1,7	47,3	9,8
União	10,8	36,8	4,8	25,4	22,2
Altos	12,3	30,9	16,9	22,2	17,7

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970, Rio de Janeiro: 1970.

No que se refere às formas de produção, com ênfase para a condição do produtor, o Borte figurava com o maior percentual de produtores não proprietários, o que refletia uma estrutura fundiária já bem consolidada, onde a presença do latifúndio, sobretudo, o de

ráter rentista, era bastante expressiva. A TABELA 38 revela forte predominância de produtores na condição de parceiros e arrendatários, reforçando a importância do latifúndio e o destaque com que comparece a renda fundiária de natureza pré-capitalista. Esta última aparece em diferentes formas, desde o arrendatário na atividade, onde a renda é paga com amêndoas de babaçu (Barras, União, Altos) ao parceiro em terras de varzeas na produção de arroz (Buriti dos Lopes, Campo Maior, Piri-piri), passando pelo parceiro em terras altas, com pagamento da renda em legumes.

**TABELA 38 - PARTICIPAÇÃO (EM %) DOS PRODUTORES POR CONDIÇÃO DO PRODUTOR, SEGUNDO PRINCIPAIS MUNICÍPIOS 1970**

MUNICÍPIOS	Proprietários	Arrendatários	Parceiros	Ocupantes
Parnaíba	16.9	57.0	3.2	22.9
Teresina	13.8	69.4	0.1	16.7
Buriti dos Lopes	18.3	6.3	58.0	17.4
Campo Maior	27.9	1.6	48.9	21.6
Piri-piri	14.4	3.2	70.7	11.7
Barras	12.1	76.7	0.1	11.1
Batalha	16.0	1.2	60.0	22.8
José de Freitas	6.7	0.1	88.0	5.2
União	12.5	63.6	0.0	23.9
Altos	18.5	18.5	0.1	11.8

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário, 1970. Rio de Janeiro, 1970.

A forte presença de ocupantes (posseiros) pode significar produtores em terras particulares vivendo da policultura e da extração vegetal, na condição de vender o produto extrativo ao proprietário; como também, posseiros em terras privadas, sujeitos a expulsões quando o dono achar conveniente, sendo, assim, fonte de conflitos. Isto é comum em municípios como Barras, Batalha, Esperantina, Altos e União, ainda que não ocorram tão-somente conflitos em torno da terra, mas também, embates em torno da renda, notadamente, quando na abusos por parte do proprietário.

A estrutura fundiária fortemente concentrada esta na base de toda essa situação, determinando um numero muito alto de produtores em situação precaria quanto as condições de produção, com destaque para a terra. Processos históricos determinaram para essa região uma **propriação muito rápida das terras e uma estrutura de distribuição extremamente concentrada**. Em 1970, para quase todos os municípios, os estabelecimentos com menos de 5ha representavam, em media, 80% do total, os quais controlavam menos de 4%, em media, das terras propriadas. Em contrapartida, os estabelecimentos com extensão superior a 500ha, correspondentes a 1% da totalidade, controlavam cerca de 45% das terras.

Outro aspecto importante para a maioria dos municípios, era que a quase totalidade das terras disponiveis, mormente, as mais aptas a prática agricola, estava, no ano estudado, tituladas e apropriadas privadamente, configurando-se, portanto, uma estrutura fundiária bastante consolidada, o que dificultava qualquer ação governamental em favor da grande massa de familias não proprietarias.

Neste ponto, a região Norte contrasta fortemente com as demais, sobretudo, as de prevalencia da pecuaria extensiva, onde a estrutura fundiaria ainda é instavel e seu movimento é basicamente influenciado pela implantação de projetos agropecuarios financiados pelo FINOR, observando-se, então, que os conflitos existentes giram em torno de expulsões de posseiros em terras devolutas ou de propriedade do Estado, com o fenomeno da grilagem sendo uma constante.

Uma forte característica da região ora abordada é seu peso politico. Nela, estão os elementos mais poderosos da oligarquia rural, aqueles que se firmaram através da economia extrativista, e que por isso mesmo, criaram laços urbanos importantes, especialmente, através de **iniciativas industriais** (beneficiamento da amendoa do babacu e da cera de carnaúba), **comerciais e de serviços diversos**, constituindo, assim, um bloco politico forte e consolidado, com grande influência nos negócios do governo, embora tenha que compartilhá-lo com a oligarquia pecuarista, principalmente do Sul do Estado, esta ultima, decerto, se mantendo como "*sócio menor*". Como resultado, é presumivel

De os maiores investimentos governamentais se direcionem para o norte, onde esta, inclusive, a sede do governo estadual e é a mais lotada de equipamentos urbanos, rodovias estaduais e municipais, eletrificação etc.

A seguir, dissecaremos a dinâmica agrária da região, com o intuito de identificar os principais efeitos dos programas do governo, principalmente, quanto à criação de condições para uma maior modernização da produção agropecuária.

## 6.2 Efeitos dos programas governamentais

### 6.2.1 Estrutura fundiária na década de 70

Durante os anos 70, os municípios localizados no delta do rio Parnaíba, no extremo Norte, foram beneficiados com a implementação do programa POLONORDESTE, a partir de 1976, atingindo e/ou privilegiando, assim, Parnaíba, Joaquim Pires, Buriti dos Lopes, Luzilândia, Nossa Senhora dos Remédios, Matias Olímpio, Porto e Miguel Alves. Também, se deu a implantação dos perímetros de irrigação do DNOCS, em Luzilândia e Piripiri, em 1976 e 1972, respectivamente. Como decorrência, a análise das informações censitárias enfatiza, prioritariamente, os municípios diretamente atingidos, mas, ao mesmo tempo, enseja uma comparação com os demais municípios da região, no sentido de verificar diferenças de comportamento das variáveis fundamentais.

A análise privilegiará a questão da estrutura de posse da terra e não da distribuição da propriedade, lembrando, porém, que para caracterizar a estrutura fundiária, não recorreremos ao conceito de imóvel adotado pelo INCRA, o que seria ideal para verificar a distribuição da propriedade da terra, desde que, esse órgão não publicou, até então, o seu cadastro para a década de 80. Utilizamos, pois, a concepção de estabelecimento como **unidade produtiva**, embora vários estabelecimentos (proprietários + parceiros + arrendatários)



podem compor uma mesma propriedade ou imóvel. No entanto, o que mais interessa no estudo da estrutura fundiária é detectar processos gerados por programas governamentais que criem tendências de concentração ou desconcentração da posse da terra e/ou intensificação e modernização.

Para essa década, o movimento na estrutura da posse da terra apresentou alterações relevantes, no sentido de aumentar a concentração de terras a favor dos grandes estabelecimentos. A maior parte dos estabelecimentos se encontrava na faixa de menos de 5ha, equivalendo a mais de 80%, sendo que para alguns municípios, esses índices ultrapassavam 90%. A inclinação era a ampliação do número de estabelecimentos nessa faixa de área. Por outro lado, para tais estabelecimentos, os percentuais de terras controladas se posicionavam abaixo de 5%, denotando, portanto, a forte pressão sobre a terra na região, a qual mostra uma evolução na direção de agravamento.

Esclarecemos que, a fim de verificar as tendências da estrutura da posse da terra, escolhemos os seguintes grupos: menos de 5ha; 5 a 10ha; 10 a 50ha; 50 a 100ha; 100 a 500ha; 500 a 1.000ha e 1.000 e mais hectares. O estudo, em capítulos anteriores, apontou para o fato de que a pequena produção se situou em estabelecimentos de até 10ha, em decorrência das dificuldades de acesso a crédito e outros elementos de produção que lhes permitissem trabalhar espaços maiores. As unidades mais capitalizadas encontravam-se em áreas maiores (10 a 500ha), enquanto o latifúndio integrava estabelecimentos acima de 500ha.

No outro extremo, os estabelecimentos com mais de 1.000ha apresentaram propensão para incrementar o controle sobre a terra. Para a maior parte dos municípios, os percentuais de participação no controle das terras recenseadas aumentaram, destacando-se os beneficiados com programas governamentais, como demonstram os índices integrantes da TABELA 39.

Com base na área média dos estabelecimentos, verificamos (QUADRO 38) que, mesmo não sendo possível generalizar para todos os municípios, há uma nitida tendência concentracionista para aqueles, diretamente, atendidos por programas governamentais.

**TABELA 39 - VARIACÃO (EM %) NA PARTICIPAÇÃO DO CONTROLE DAS TERRAS, DO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS NOS GRUPOS DE MAIOR ÁREA**

MUNICIPIOS	1970-75		1975-80		1970-80	
	500 - 1.000ha	1.000 e mais ha	500 - 1.000ha	1.000 e mais ha	500 - 1.000ha	1.000 e mais ha
Joaquim Pires	10,0	-6,9	2,4	-7,3	12,4	-14,2
Buriti dos Lopes	3,0	-3,7	-3,8	11,9	-0,2	8,2
Luzilândia	0,4	-1,0	0,0	3,0	-0,4	2,0
Piripiri	0,3	3,0	-0,9	-4,2	-0,6	-1,2
Miguel Alves	-0,8	2,9	1,1	-6,3	0,3	-3,4
Porto	-4,4	7,7	6,1	8,1	1,7	-0,4
Barras	-0,7	-0,1	-4,6	0,3	-5,3	0,2
Batalha	3,0	10,7	1,8	-5,2	4,8	5,5
Esperantina	-4,3	4,9	3,8	-4,9	-0,5	0,0
José de Freitas	-2,0	-2,0	-1,2	3,2	-3,2	1,2
Castelo do Piauí	-1,5	5,3	-3,0	6,3	-4,5	11,6
Parnaíba	-2,5	3,3	-9,4	30,2	-11,9	33,5

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1970. Rio de Janeiro: 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1975. Rio de Janeiro: 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1980. Rio de Janeiro: 1980.

Dos cinco municípios diretamente beneficiados pelo PDRI Delta do Parnaíba, três - Parnaíba, Buriti dos Lopes e Luzilândia - mantiveram números que revelam uma expansão da concentração de terras a favor dos estabelecimentos acima de 100ha, embora dois deles - Joaquim Pires e Piripiri - mostrassem índices decrescentes no período. Piripiri e Luzilândia foram beneficiados, na época, com perímetros irrigados do DNOCS: o primeiro melhorou seus índices de distribuição, enquanto o segundo intensificou a concentração da posse das terras.

Tal movimento parece revelar uma grande sensibilidade da estrutura de posse da terra (medida pela distribuição dos estabelecimentos rurais, os quais não significam propriedades, mas unidades de produção) aos efeitos dos programas governamentais. Se, por exemplo, intensifica-se o processo de parcelamento da grande

propriedade, isto se reflete nos índices de distribuição, diminuindo a área apropriada dos maiores estabelecimentos e aumentando a dos menores, sem acarretar, necessariamente, a melhoria dos índices de distribuição da propriedade da terra.

**QUADRO 38 - ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS SEGUNDO PRINCIPAIS MUNICÍPIOS, POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL 1970-1975-1980**

MUNICÍPIOS	1970				1975				1980			
	Área Média dos Estabelecimentos				Área Média dos Estabelecimentos				Área Média dos Estabelecimentos			
	0 - 5	5 - 10	10 - 100	100 e +	0 - 5	5 - 10	10 - 100	100 e +	0 - 5	5 - 10	10 - 100	100 e +
Parnaíba	1,38	6,13	36,41	415,37	1,42	6,37	38,00	418,18	1,29	6,24	36,21	833,99
Joaquim Pires	1,18	6,65	38,19	421,84	1,21	6,77	40,27	461,91	1,19	6,24	42,04	412,23
Buriti dos Lopes	1,41	6,34	41,23	432,67	1,21	6,37	39,73	437,05	1,18	6,16	40,55	527,40
Luzilândia	1,03	6,27	35,74	348,69	1,06	6,62	38,92	344,98	0,91	6,51	35,09	365,34
Nossa S. dos Remédios	1,14	6,50	43,58	571,67	1,22	6,60	38,36	315,68	1,05	7,38	35,00	500,31
Porto	0,92	6,92	42,92	628,11	1,09	7,00	41,32	782,60	0,95	6,62	42,75	693,30
Niquel Alves	0,98	6,18	43,95	642,10	1,29	6,75	42,68	642,96	1,13	6,77	43,34	631,61
Piripiri	1,03	6,57	38,09	455,56	1,10	6,43	38,58	370,71	1,50	6,31	35,46	333,20
Teresina	1,08	6,76	38,82	470,77	1,60	6,63	35,79	468,18	1,05	6,75	33,48	452,79
União	1,03	6,87	45,85	420,93	1,20	7,01	39,21	435,69	1,17	6,93	38,14	352,13
Barras	1,22	6,42	39,72	536,59	1,64	6,45	42,21	535,59	1,49	6,56	38,87	499,39
Batalha	0,97	6,57	42,95	373,92	1,30	6,20	39,01	478,72	1,33	6,45	38,44	459,72
Esperantina	1,15	6,46	37,93	397,44	1,40	6,80	38,76	399,32	1,34	6,84	40,53	373,32
Castelo do Piauí	1,62	6,42	42,24	652,90	1,91	6,57	41,21	729,65	1,78	6,81	38,32	835,25

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1970. Rio de Janeiro: 1970.  
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1975. Rio de Janeiro: 1975.  
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1980. Rio de Janeiro: 1980.

Assim, programas do tipo POLONORDESTE, que concentra sua atuação nos segmentos que visam a implantar obras de infra-estrutura econômica - estradas, eletrificação rural, açudes, poços artesianos, telefonia etc. - tendem a valorizar as terras e estimular a produção para o mercado, tendo, como resultado, por um lado, o reforço de uma estrutura concentrada da propriedade das terras e, por outro, o

arcelamento das grandes propriedades, objetivando obter ganhos com a ajuda de parceiros ou arrendatários. Este último resultado pode significar aperfeiçoamento na estrutura da posse da terra, com maior número de produtores na condição de rendeiros. Alias, talvez tudo isto represente a explicação para a grande variabilidade nos índices que medem a participação dos vários grupos de estabelecimentos na apropriação das terras e para o próprio comportamento das áreas médias dos estabelecimentos.

Tal situação pode ser melhor fundamentada, observando a evolução da participação de produtores como rendeiros, parceiros e arrendatários em alguns importantes municípios. Durante os anos 70. Para a quase totalidade dos municípios que aparecem na TABELA 40, os percentuais de participação desses produtores, em 1970, variavam de 50% até 90% em relação ao total dos estabelecimentos.

É importante ressaltarmos, antes de verificar a evolução na década, que a forma de posse da terra não denota simplesmente a condição dos titulares ou dos responsáveis pela administração dos estabelecimentos. Mais relevante é que ela reflete características essenciais das formas de produção predominante em cada município. A TABELA 40 permite avaliar esta afirmativa. Nela, estão selecionados 10 municípios com aspectos bem diferenciados: (1) os cinco primeiros são municípios em vales úmidos que, por isso, apresentam como ocupação primordial o aproveitamento agrícola das várzeas; (2) os cinco municípios seguintes são os de menor potencial de várzeas, com grande disponibilidade de palmeiras de babacu e uma predominância da agricultura em áreas de sequeiro. Fica bastante claro que para o primeiro conjunto de municípios, a parceria é a relação preferida, enquanto para o segundo grupo é o arrendamento.

Para o primeiro grupo de municípios, diretamente atingidos pelo PDRI Delta do Parnaíba, vimos que, durante o decênio, a relação de parceria só fez se acentuar, ressaltando o caso de Parnaíba, onde a participação dessa categoria passou de apenas 3,24%, em 1970 para 10,5%, em 1980. Uma justificativa seria a própria atuação do PDRI, que tinha como uma de suas metas, incentivar o cultivo

agrícola nas várzeas irrigáveis. Os demais municípios Buriti dos Lopes, Joaquim Pires, Luzilândia e Piripiri praticavam a cultura de várzeas como ocupação tradicional, sobretudo, a cultura do arroz. Entretanto, o crescimento da participação da parceria aconteceu, também, em bom ritmo, denotando a influência do programa.

**TABELA 40 - PARTICIPAÇÃO (EM %) DOS ESTABELECIMENTOS ADMINISTRADOS POR PARCEIROS E ARRENDATÁRIOS, SEGUNDO MUNICÍPIOS SELECIONADOS**

MUNICÍPIOS	1970		1975		1980	
	Arrendatários	Parceiros	Arrendatários	Parceiros	Arrendatários	Parceiros
Parnaíba	56,9	3,2	24,6	35,7	12,5	44,5
Buriti dos Lopes	6,3	58,0	0,1	69,0	0,3	69,6
Joaquim Pires	1,3	62,6	2,6	67,1	0,2	75,9
Luzilândia	1,1	65,5	13,3	57,7	1,7	71,8
Piripiri	3,2	70,7	0,2	69,7	0,1	72,2
Miguel Alves	62,1	20,0	88,5	0,0	79,1	0,6
Porto	37,8	38,0	79,2	1,8	67,6	12,4
União	63,6	0,0	67,8	0,1	73,1	0,1
Barras	76,7	0,1	72,4	3,3	71,5	6,2
Altos	69,6	0,1	65,9	0,7	48,5	8,4

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.  
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1975. Rio de Janeiro: 1975.  
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1980. Rio de Janeiro: 1980.

Os municípios do segundo grupo, embora não fizessem parte da área de atuação do PDRI Delta do Parnaíba, receberam vantagens de forma indireta do programa, em função da abertura de estradas e da instalação de redes de distribuição de energia elétrica. Em três deles Miguel Alves, Porto e União, a maior participação dos pequenos arrendatários foi expressiva, destacando-se Porto, cuja participação dos arrendatários subiu de 37,8% para 67,6%.

Barras e Altos, por sua vez, apresentaram diminuição na participação de arrendatários, mas em compensação, incrementaram a dos terceiros, o que pode ser resultante da intervenção do INCRA nos conflitos sociais que ali aconteceram, justamente, envolvendo questões em torno da renda da terra, isto porque, nesses municípios, a renda cobrada dos arrendatários é, em geral, muito alta, sendo exigida, independente dos arrendatários terem boa ou má safra. Assim, quando o produtor não pode pagar a renda, o proprietário o ameaça com expulsão, gerando, pois, inúmeros conflitos que conduziram o INCRA a execução de várias ações desapropriatórias na área, durante a década em análise. No entanto, apesar do fato de o arrendatário poder ou não saldar a renda, esse tipo de relação no Piauí (por causa do abuso sobre o montante da renda) se configura como um permanente foco de tensões sociais, lembrando que Barras é o caso mais sério.

Se as variações nas participações das categorias que indicam a condição do produtor são imprescindíveis na determinação dos índices de distribuição da posse da terra, outro fator mostra-se também relevante a quantidade de terras apropriadas pelos vários grupos de estabelecimentos. Exemplificando, se em um determinado município se processa a fragmentação das grandes propriedades mediante o fornecimento de parcelas em contratos de parceria ou arrendamento, este fato pode causar melhoria na estrutura de distribuição da posse da terra. No entanto, se acontece, simultaneamente, um forte acréscimo de terras em favor dos grandes estabelecimentos, isto pode compensar o efeito favorável do processo de fragmentação da posse. Observemos, por exemplo, o que aconteceu nos municípios de maior potencial de terras de várzeas, como o QUADRO 39 expõe.

Parnaíba é um caso bastante ilustrativo e elucidativo. Para o grupo de estabelecimentos entre 500 a 1.000ha ocorreu, na época, uma redução na participação no controle das terras, o que pode ser resultante de dois acontecimentos: (1) forte aumento da participação de parcerias (3,25 para 44,5%); (2) redução do montante de terra apropriada (8.496ha para 3.797ha).

**QUADRO 39 - VARIACÃO NO TOTAL DE  
TERRAS APROPRIADAS EM  
HECTARES**

**1970**

MUNICÍPIOS	500 - 1.000ha		1.000 e mais ha	
	1970	1980	1970	1980
Parnaíba	8.496	3.797	18.272	73.945
Buriti dos Lopes	15.299	13.388	44.530	48.377
Luzilândia	14.520	13.091	21.601	21.660
Joaquim Pires	7.260	14.721	27.211	17.080
Piripiri	16.774	16.045	20.825	19.447

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1980. Rio de Janeiro: 1980.

Por outro lado, para o grupo de estabelecimentos com mais de 1.000ha, o percentual de apropriação de terras cresceu 33,5%, o que pode ser creditado a atuação do POLONORDESTE no incentivo aos grandes proprietários para a utilização produtiva de suas terras. Esse mesmo fenômeno ocorreu em Buriti dos Lopes e Luzilândia. Todos apresentaram variações positivas nos índices de concentração, significando que o efeito do acréscimo das áreas exploradas em favor dos grandes estabelecimentos superou o efeito do parcelamento.

Enquanto isso, Piripiri e Joaquim Pires, que mantiveram números favoráveis ao decréscimo da concentração, apresentaram diminuição nos índices de apropriação de terras para os dois grupos de estabelecimentos. Para essas localidades, o efeito do parcelamento foi mais significativo, o que justifica os melhores índices de distribuição, mostrados na TABELA 39 e no QUADRO 38.

Podemos, pois, assegurar que os programas governamentais, com destaque para o POLONORDESTE, contribuíram para aumentar a tendência, que já se desenhava desde a década de 60, de concentração fundiária na região estudada. Tal contribuição se deu através da influência exercida na valorização das terras e do estímulo a produção para o mercado, elementos que incentivaram os grandes proprietários a

... acrescentarem novas áreas ao processo produtivo, cedendo, então, parcelas para famílias não proprietárias.

Em termos municipais, esses efeitos foram variados, pois dependiam dos traços essenciais de cada cidade. Para alguns, notamos o aumento da relação de parceria e para outros, incremento dos pequenos empreendimentos, além de acréscimos ou decréscimos no montante de terras incorporado ao processo produtivo, pelos vários grupos de áreas, tendo como resultante índices diferenciados entre os municípios estudados. Verificamos, porém, uma tendência para a ampliação da concentração de terras nos grandes estabelecimentos.

## 2.2 Uso da terra e grau de intensificação do processo produtivo

Pretendemos, neste item, discutir os efeitos dos programas governamentais sobre as formas de utilização da terra e sobre o nível de emprego de insumos modernos nos principais municípios do Norte piauiense, com maior atenção para os que foram beneficiados por esses programas. É nosso intuito apreender a evolução de indicadores de modernização via dados censitários para os anos de 1970, 1975 e 1980.

Um ponto interessante para todos os municípios é que a maior parte das áreas dos estabelecimentos é utilizada com pastagens e matas naturais, que totalizam, em média, perto de 50% do total, percentagem esta, que muda em função da variação da área trabalhada para cada município. Uma tendência marcante, também, para todos os municípios analisados, foi a expansão considerável dos espaços empregados com lavouras, sobretudo, lavouras temporárias.

As maiores taxas de crescimento ocorreram no período 1975-80, podendo ser atribuídas à atuação do POLONORDESTE, o mesmo se dando com os espaços utilizados com pastagens plantadas. Essa tendência de ampliação da área trabalhada (áreas com lavouras + áreas com pastagens artificiais) se estende para os municípios da região, indistintamente. Assim, o indicador área trabalhada em relação à área total dos



Estabelecimentos comprova que os 27 municípios selecionados, com exceção de Parnaíba e Nossa Senhora dos Remédios, tiveram acréscimos expressivos, o que significa um uso mais intenso da terra com ocupações agrícolas e pecuárias. Grosso modo, em termos quantitativos, esse indicador, praticamente, duplicou para os municípios estudados.

Este resultado pode ser percebido como decorrente da intensificação do processo de urbanização durante a década, o qual, graças a uma maior demanda por bens agropecuários, incentivou as referidas atividades. Neste contexto, o POLONORDESTE, em sua atuação no que concerne a abertura de estradas vicinais, incentivo ao crédito, à assistência técnica, à mecanização etc., além da ação governamental de implantação e melhoria/restauração das estradas estaduais, exerceu um relevante papel em todo esse processo. Tal assertiva é reforçada, principalmente, porque os maiores acréscimos nesse indicador ocorreram de 1975 a 1980, correspondendo aos cinco primeiros anos de execução do programa.

Assim, portanto, embora em ritmo lento, os estabelecimentos naturais, matas naturais e terras sem utilização, continuaram, durante toda a década, representando mais de 50% das extensões totais dos estabelecimentos, o que denota um sistema de uso da terra ainda incipiente e distante dos padrões mais modernos.

Verificamos, neste momento, o comportamento de alguns indicadores de MODERNIZAÇÃO, para melhor esclarecer os efeitos, sobretudo do POLONORDESTE. Dentre eles, um indicador relevante é o emprego de assalariados ou empregados, permanentes e temporários. Observando as informações censitárias, para a década, percebemos que o pessoal ocupado, distribuído segundo categorias, sem considerar o seu movimento durante o ano, segue a mesma tendência constatada para a análise em nível estadual. Para todos os municípios, inclusive os não beneficiados com programas governamentais, cresce, bastante, a participação da categoria empregados temporários, expressando, pois, uma nítida tendência na mudança da estrutura do emprego, pois, para muitas localidades, isto corresponde a uma redução razoável da participação da mão-de-obra familiar. Os municípios, onde essa mudança foi mais sensível aparecem na TABELA 41.

**TABELA 41 - PARTICIPAÇÃO (EM %) DA FORÇA DE TRABALHO, SEGUNDO MUNICÍPIOS ESCOLHIDOS 1970-1975-1980**

MUNICÍPIOS	1970		1975		1980	
	% FTF (1)	% Emp. Temp. (2)	% FTF	% Emp. Temp.	% FTF	% Emp. Temp.
Parnaíba	96,5	0,5	86,1	11,8	75,3	21,9
Piripiri	98,0	0,5	97,9	0,9	79,8	18,7
Castelo do Piauí	96,6	0,4	98,9	0,1	74,9	24,5
Piracuruca	91,6	0,5	99,0	0,1	72,3	25,7
Agricolândia	99,7	0,0	98,4	0,0	84,8	14,4
Amarante	95,0	1,6	98,7	0,8	85,0	14,2
Barras	99,1	0,1	99,4	0,3	85,2	13,5
Joaquim Pires	92,0	0,3	93,0	5,8	85,9	12,4
Altos	96,0	0,3	94,2	2,9	86,0	12,0
José de Freitas	99,5	0,2	97,3	0,6	84,6	11,7
Teresina	95,2	0,7	92,0	4,3	84,4	6,2
Luzilândia	99,1	0,2	97,3	0,9	92,6	7,0

fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1975. Rio de Janeiro: 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1980. Rio de Janeiro: 1980.

(1) FTF - Força de trabalho familiar (responsáveis e membros não remunerados da família).

(2) Emp. Temp. - Empregados Temporários.

Os dados da TABELA 41 sugerem várias observações. Em primeiro lugar, a amostragem apresenta municípios de características bem diferenciadas, que incluem os altamente urbanizados, Teresina e Parnaíba; os com forte potencial de varzeas irrigáveis, Joaquim Pires, Luzilândia, Amarante e Piripiri; e os com grande disponibilidade de palmeiras de babacu e predominância de agricultura de sequeiro, Altos, José de Freitas, Barras, Castelo do Piauí, Piracuruca. Esta idiossincrasia revela, a priori, uma tendência geral para toda a região, tornando impossível estabelecer algum tipo de padrão individual para qualquer conjunto de municípios.

No entanto, comparando os citados municípios com os demais, fica evidente que os mesmos apresentam aspectos que os tornam os mais

importantes. Teresina e Parnaíba, por exemplo, são os principais do Estado, econômica e politicamente. Piripiri e Luzilândia foram beneficiados com perímetros irrigados no DNOCS, enquanto os demais, são, também, municípios de peso político e econômico, principalmente, José de Freitas, Altos, Castelo do Piauí e Amarante, bastante contemplados com obras dos governos estadual e federal.

Em segundo lugar, os números mostram que, com exceção de Teresina, Parnaíba e Joaquim Pires, no período 1975-80, a propensão de aumento do emprego de trabalhadores temporários se configurou com intensidade, saltando de índices próximos de zero para patamares acima de 10%. Incrementou-se a produção de arroz nas varzeas (Parnaíba, Joaquim Pires, Luzilândia etc.) e nos próprios perímetros irrigados do DNOCS, onde, com certeza, cresceu a demanda de mão-de-obra em caráter temporário nas fases de maior volume de serviços, com a ressalva de que a época do levantamento do censo agropecuario representa um desses momentos - dezembro a fevereiro.

Esse crescimento do emprego de trabalhadores temporários, também, pode estar associado com a possibilidade maior de acesso a créditos bancários que os estabelecimentos, de todo tamanho, conseguiram a partir de 1975, o que, por seu turno, está vinculado à expansão da área trabalhada, em nível de unidades produtivas. Esse fenômeno é geral para a região. A TABELA 42 contém os municípios selecionados, onde vemos que, de 1975-80, cresceu, consideravelmente, a proporção dos estabelecimentos que receberam crédito, correspondendo ao acréscimo da área trabalhada, conduzindo, assim, ao aumento, também, da própria necessidade de trabalhadores assalariados, de acordo com os resultados expressos na TABELA 41.

Portanto, é um fenômeno associado a uma política nacional de facilidades para o crédito bancário subsidiado, que, conforme detectado na análise global, subiu muito o número de contratos de créditos, atingindo estabelecimentos de todas as escalas. Isto constitui um elemento essencial na estratégia do POLONORDESTE, ainda que a ampliação da área trabalhada tenha ocorrido mais intensamente em estabelecimentos de maior escala, refletindo, assim, mais fortemente,

o indicador pastagens plantadas, em relação ao total de pastagens, que, salvo raras exceções, aumentou bastante para todos os municípios.

**TABELA 42 - ÁREA TRABALHADA E PROPORÇÃO DE ESTABELECIMENTOS QUE RECEBERAM CRÉDITO, SEGUNDO MUNICÍPIOS SELECIONADOS 1970-1975-1980**

MUNICÍPIOS	1970		1975		1980	
	Area Traba lhada / Area Total	% de Estabe lecimentos que Recebe ram Crédito	Area Traba lhada / Area Total	% de Estabe lecimentos que Recebe ram Crédito	Area Traba lhada / Área Total	% de Estabe lecimentos que recebe ram Crédito
Parnaíba	13,4	17,3	19,1	13,0	10,2	12,7
Piripiri	9,4	3,0	9,3	6,2	17,6	19,8
Castelo do Piauí	2,2	0,4	4,4	2,4	6,6	14,2
Piracuruca	7,3	0,0	5,1	0,4	8,7	12,6
Agricolândia	23,0	1,0	42,5	11,0	45,6	27,0
Anarante	10,1	1,1	13,6	1,4	18,6	12,0
Barras	5,8	2,2	8,8	1,5	11,9	12,6
Joaquim Pires	6,0	9,6	6,7	3,7	11,8	8,0
Altos	5,8	1,2	6,6	2,1	12,2	17,1
José de Freitas	4,6	0,5	3,7	0,8	8,3	19,4
Terecina	10,4	1,7	12,2	1,5	15,8	5,4
Luzilândia	7,3	5,8	8,2	3,2	18,4	10,3

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1970. Rio de Janeiro: 1970.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1975. Rio de Janeiro: 1975.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1980. Rio de Janeiro: 1980.

Examinando outros indicadores, especificamente, para os municípios de Parnaíba, Piripiri, Joaquim Pires, Luzilândia e Buriti dos Lopes, de 1975 a 1980, constatamos avanços de peso nos indicadores concernentes a área irrigada e ao uso de tratores, os quais dobraram de valor, na época. O mesmo aconteceu para o indicador alusivo ao aperfeiçoamento do criatório bovino, exceto Parnaíba. Em geral, esses

municípios apresentaram maior ritmo de variação nos referidos indicadores, o que é um indicio de que os programas governamentais foram importantes na consecução desses resultados, ainda que os demais municípios tenham mostrado a mesma tendência (QUADRO 40).

**QUADRO 40 - EVOLUÇÃO DE INDICADORES DE MODERNIZAÇÃO SELECIONADOS SEGUNDO MUNICÍPIOS 1970-1975-1980**

MUNICÍPIOS	1970			1975			1980		
	Bovinos / 1.000ha Pastagens	Área Irrigada / Área Trabalhada	Nº de Tratores / 1.000 ha de Área Trabalhada	Bovinos / 1.000ha Pastagens	Área Irrigada / Área Trabalhada	Nº de Tratores / 1.000 ha de Área Trabalhada	Bovinos / 1.000ha Pastagens	Área Irrigada / Área Trabalhada	Nº de Tratores / 1.000 ha de Área Trabalhada
Parnaíba	1.267,6	1,84	1,18	943,1	3,61	1,63	569,1	1,38	1,74
Piripiri	472,9	0,32	1,16	440,2	1,84	1,27	755,2	3,53	2,13
Castelo do Piauí	234,3	0,35	0,35	299,5	0,00	0,18	378,2	0,26	1,64
Piracuruca	433,5	2,66	0,00	274,4	0,06	0,18	572,8	0,39	1,04
Agricolândia	1.412,6	0,00	0,00	2.004,4	0,00	0,00	3.261,4	0,00	0,00
Amarante	901,2	0,00	0,71	334,6	0,22	0,00	1.110,8	4,14	2,95
Barras	122,7	0,00	0,24	250,2	0,00	0,12	483,7	0,08	0,84
Joaquim Pires	1.011,9	0,68	0,25	431,4	1,10	0,44	1.380,3	1,62	0,95
Altos	316,9	0,02	0,40	269,1	0,00	0,84	518,5	0,05	3,40
José de Freitas	377,0	2,11	1,43	238,5	0,33	1,76	486,5	0,33	2,93
Teresina	955,4	0,74	1,82	785,1	2,18	2,32	708,6	2,54	2,51
Luzilândia	886,0	0,75	0,30	551,7	0,00	0,14	1.069,1	7,81	1,23
Buriti dos Lopes	747,4	0,06	1,19	1.011,6	0,48	1,11	1.035,9	11,20	2,35

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1975. Rio de Janeiro: 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1980. Rio de Janeiro: 1980.

Ampliando o conjunto de indicadores, a TABELA 43 reitera a mesma tendência positiva, da mesma forma que os indicadores estudados anteriormente, ainda que não possamos estabelecer diferenças nitidas entre os municípios que se beneficiaram diretamente com os demais programas.

Destes indicadores, chamam atenção importantes melhorias na

guária, pois os programas dissecados não tiveram como meta principal incentivo direto a esta atividade, o que indica que não foram apenas os pequenos produtores que receberam vantagens com esses planos de ação. Os grandes proprietários, além das vantagens do POLONORDESTE na forma de melhoria de estradas, eletrificação, açudes etc., ainda foram contemplados com crédito subsidiário.

**TABELA 43 - EVOLUÇÃO DE INDICADORES DE MODERNIZAÇÃO SELECIONADOS SEGUNDO MUNICÍPIOS 1975-1980**

MUNICÍPIOS	1975					1980				
	% Estabelecimentos c/ fertilizantes	% Estabelecimentos c/ defensivos	% Estabelecimentos c/ tratores	Área Explorada / tratores (ha)	Past. plantadas / total de pastagens (%)	% Estabelecimentos c/ fertilizantes	% Estabelecimentos c/ defensivos	% Estabelecimentos c/ tratores	Área Explorada / tratores (ha)	Past. plantadas / total de pastagens (%)
<b>COM PROGRAMAS</b>										
Paraíba	0,2	5,8	0,5	2.949	13,4	0,5	16,3	0,8	3.824	3,1
Buriti dos Lopes	0,1	4,5	0,2	5.300	11,6	0,2	4,9	0,7	2.219	20,4
Joaquim Pires	0,1	9,9	0,1	15.662	4,1	0,1	8,6	0,2	3.138	30,8
Luzilândia	1,1	7,2	0,0	53.765	2,6	2,6	5,8	0,3	2.481	14,0
Piripiri	1,4	8,3	0,2	4.502	3,6	2,1	16,6	0,6	1.593	7,5
Porto	0,3	3,3	0,2	8.579	18,6	0,1	2,7	0,4	3.667	44,0
Niquel Alves	0,1	4,6	0,0	36.016	7,2	0,3	3,8	0,4	2.356	15,4
<b>SEM PROGRAMAS</b>										
Barras	0,2	4,3	0,0	61.203	2,0	0,3	5,3	0,3	6.194	14,1
Batalha	0,3	14,3	0,0	67.716	4,5	0,2	9,0	0,3	4.446	7,5
Esperantina	0,2	19,0	0,0	0	7,5	0,2	15,3	0,3	9.091	12,1
Teresina	0,5	4,2	0,6	1.922	15,5	1,1	9,8	1,6	668	23,2
José de Freitas	0,2	4,4	0,3	7.149	1,3	0,5	10,2	0,9	2.021	10,0
Altos	0,4	10,4	0,2	10.496	3,2	1,7	36,6	0,9	1.042	4,1
Regeneração	0,3	23,1	0,0	33.479	6,8	0,3	30,0	0,1	8.744	14,8
Amarante	0,2	6,0	0,0	0	14,5	1,1	19,5	1,1	800	30,4

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1975. Rio de Janeiro: 1975.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1980. Rio de Janeiro: 1980.

r. Em 1980, por exemplo, 40,6% do total de crédito atingiu perto de 1.238 estabelecimentos com áreas superiores a 500ha, enquanto os situados na faixa de 100 a 500ha, receberam 24,5%. Logo, o índice de 65% do crédito bancário se destinou a estabelecimentos que têm a pecuária como principal ocupação econômica. Acrescentamos que, no mesmo ano, cerca de 31.469 estabelecimentos com menos de 100ha, acessaram somente 34,9% do montante do crédito bancário.

### 6.2.3 As mudanças na composição da produção

A análise feita, até então, mostrou que os programas governamentais tiveram importante influência no avanço dos indicadores de modernização para a região Norte. Neste tópico, ampliaremos, um pouco mais, a discussão a fim de verificar os efeitos desses programas sobre a estrutura produtiva.

A TABELA 44 revela importantes mudanças, nos anos de 1975 a 1980. A principal se refere a maior participação dos estabelecimentos que adotam a pecuária como atividade básica, embora isto não signifique que a produção agrícola tenha diminuído em termos absolutos. Na verdade, este fato apenas indica que a pecuária vem se desenvolvendo em ritmo mais acelerado que a agricultura. É relevante, ainda, o aumento de participação de estabelecimentos com atividades mistas (agropecuária), mostrando que tem ganho importância o consorciamento entre a pecuária e as lavouras, sobretudo, quanto a formação de pastos artificiais.

Identificamos, também, uma inegável diferenciação entre os dois conjuntos de municípios **com ou sem programas**. Esta distinção diz respeito a participação nos estabelecimentos com agricultura nos municípios contemplados com programas, indicando que para o segundo grupo, a pecuária avança com muito mais rapidez, o que delata a presença dos programas no incentivo a agricultura, mormente, nas áreas de varzeas irrigáveis em Parnaíba, Joaquim Pires, Bonito dos Lopes e Luzilândia, compensando, portanto, o ritmo forte do processo de "pecuarização" verificado na região, para esses municípios.

**TABELA 44 - PARTICIPAÇÃO (%) DOS ESTABELECEMENTOS SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL, MUNICÍPIOS SELECIONADOS 1975-1980**

MUNICÍPIOS	1975				1980					
	Agric. c/cur	Pecuária	Extrati- visco	Agro- pecuária	Outros	Agricul- tura	Pecuária	Extrati- visco	Agro- pecuária	Outros
<b>MUNICÍPIOS</b>										
Alcobaça	25,2	7,2	2,5	0,2	0,0	81,8	12,4	3,1	1,0	1,7
Aracá	32,0	5,9	4,6	0,4	0,0	77,5	18,5	2,6	1,1	0,3
Barra dos Lopes	23,3	7,9	1,8	1,7	0,0	83,8	14,3	0,7	1,0	0,2
Barroão	28,5	4,0	7,8	0,2	0,0	74,3	17,6	5,4	1,9	0,8
Barro Vermelho	25,0	3,9	0,5	0,1	0,1	78,5	18,8	1,1	1,2	0,4
Benedito Alves	23,3	0,2	5,3	0,1	0,0	42,2	11,9	43,0	2,6	0,2
Bom Jesus	27,2	13,6	4,7	0,5	0,1	67,4	16,5	14,3	1,6	0,1
Conceição dos Cabanos	23,4	14,3	7,3	0,4	0,0	58,3	16,6	21,0	3,9	0,1
<b>MUNICÍPIOS</b>										
Carajás	23,3	4,3	4,5	0,2	2,0	66,6	18,1	11,2	1,3	2,8
Casa Moura	27,2	14,7	5,1	0,9	0,1	53,9	39,9	7,9	2,6	0,7
Carquião	23,3	22,4	7,4	4,2	0,4	46,7	19,5	30,1	3,2	0,5
Craíras	23,3	3,0	3,7	0,0	0,0	58,7	20,6	17,9	2,7	0,1
Cristinápolis	27,2	5,7	5,0	1,9	0,0	58,8	37,1	2,2	1,7	0,2
Curatuba	27,2	4,9	10,0	1,7	0,0	63,8	27,8	5,7	2,2	0,5
Curimatá	27,2	5,2	0,6	0,2	0,2	65,3	31,3	2,4	1,0	0,0
Cordeiros	23,3	3,8	3,2	0,5	0,2	69,7	27,0	2,0	1,2	0,1
Costa Rica	27,2	3,0	10,5	0,7	0,3	63,0	24,4	10,9	1,2	0,5
Costa do Piauí	27,2	14,3	1,9	0,6	0,0	53,6	43,2	1,4	1,2	0,6

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1975. Rio de Janeiro: 1975.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo agropecuário: 1980. Rio de Janeiro: 1980.

A mesma percentagem se confirma quando utilizamos os indicadores de participação na valor da produção agropecuária. Com raras exceções, nas localidades selecionadas, a pecuária bovina, no período, ganhou vários pontos percentuais em comparação com as lavouras temporárias e a extrativismo vegetal. No entanto, para municípios como Alcobaça, Barra dos Lopes, Luzilândia e Piripiri, contemplados



com o POLONORDESTE e com o programa de irrigação do DNOCS, a participação das lavouras temporárias cresceu, ao contrário dos municípios não afetados diretamente por tais programas.

O POLONORDESTE também teve influência decisiva no progresso da pecuária, tendo em Parnaíba, o melhor exemplo. Esse município ampliou a participação da pecuária de grande porte no valor da produção de 27,5% em 1975 para 40,8% em 1980. O POLONORDESTE apoiou a cooperativa *Leiteira do Parnaíba*, destinada ao desenvolvimento da indústria de leite pasteurizado e da pecuária leiteira, e, sem dúvida, a maior cooperativa de laticínios do Estado com grande produção de leite pasteurizado e manteiga, servindo aos principais centros urbanos do Estado, inclusive Teresina.

Portanto, com exceção de Parnaíba que, embora sendo importante centro urbano, mantém uma atividade pecuária de grande porte em forte expansão, principalmente a leiteira, constituindo-se a maior base leiteira do Estado, os municípios das áreas dos programas apresentaram evolução positiva das atividades de lavouras temporárias. Nesses municípios, o principal produto incentivado foi o arroz, produzido na forma de arroz das varzeas irrigáveis ou nos perímetros irrigados do DNOCS, com grande demanda urbana. Nas varzeas, o arroz é utilizada a relação de parceria, o que está coerente com o aumento da participação dessa relação constatada em tópicos anteriores, sendo, portanto, uma tendência que o POLONORDESTE só fez acentuar.

Para a região como um todo, a atuação do POLONORDESTE provocou efeitos variados. Se nos municípios diretamente incentivados, a agricultura melhorou de participação no valor da produção, nos demais, foi a pecuária de grande porte que mais progrediu. Inferimos, daí, que os grandes proprietários foram muito beneficiados com o programa, pois detêm a maior parte das pastagens (naturais e plantadas) e possuem maior capacidade de acesso ao crédito e aos mercados, principalmente, através de suas próprias organizações, associações de produtores e outros recursos.

A evolução da pecuária pode ser medida pelo avanço das áreas de

pastagens plantadas em relação as áreas com lavouras temporárias, evidenciada nos exemplos dos municípios abaixo, segundo os dados censuários:

	1975	1980
Parnaíba .....	33,0%	14,5%
Buriti dos Lopes .....	24,0%	47,0%
Joaquim Pires .....	26,2%	56,3%
Porto .....	102,0%	129,0%
Barras .....	8,4%	38,0%
Campo Maior .....	18,6%	11,7%
Esperantina .....	32,0%	33,5%
José de Freitas .....	16,6%	89,2%
Teresina .....	29,2%	49,6%

Esses municípios representam situações bem diversificadas:

(1) municípios beneficiados pelo POLONORDESTE

Parnaíba, Buriti dos Lopes, Joaquim Pires;

(2) municípios importantes na produção extrativa

Barras, Batalha, Esperantina, José de Freitas e Porto;

(3) municípios com forte desenvolvimento urbano

Parnaíba, Teresina e Campo Maior.

Em quase todos, a tendência é bastante nitida, no sentido de acelerar a importância da pecuária, o que, decerto, explica a expressiva presença de "ocupantes", na categoria censitária, na realidade, espécie de renteiros, cujo pagamento da renda se dá mediante a formação de pastos nos latifúndios pecuaristas. Mas há, também, um movimento de mudanças no setor da produção agrícola, no sentido de privilegiar produtores de maior escala, fora, portanto, do segmento mais importante que se procurou definir como de pequena produção, o qual é representado por produtores com áreas de lavouras

inferiores a 10ha. Esse movimento se reflete na maior importância de estabelecimentos com áreas de lavouras acima de 10ha, fenômeno que atinge a maior parte dos municípios da região em análise.

**QUADRO 41 - TAXA DE VARIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS ESTRATIFICADOS POR GRUPOS DE ÁREAS DE LAVOURAS SEGUNDO MUNICÍPIOS 1975-1980**

MUNICÍPIOS	Grupos de Áreas de lavouras				
	Menos de 1ha	1 a 2ha	2 a 5ha	5 a 10ha	10 e mais ha
<b>COM PROGRAMAS</b>					
Parnaíba	-3.2	3.0	-4.8	2.9	2.2
Joaquim Pires	-9.6	6.0	3.3	0.0	0.3
Buriti dos Lopes	-1.7	5.8	-7.2	1.8	1.3
Luzilândia	11.7	-7.2	-6.2	0.0	1.7
Piripiri	-18.4	0.8	12.3	3.5	2.8
Miguel Alves	9.2	-2.6	-5.2	-1.1	-0.2
Porto	10.5	-6.1	-4.4	-0.3	0.5
Nossa S. dos Remedios	10.5	-5.1	-4.2	-1.1	-0.1
<b>SEM PROGRAMAS</b>					
Teresina	7.5	-8.1	-1.2	1.1	0.6
Campo Maior	-6.8	-2.3	7.4	0.6	1.0
União	2.2	-0.4	-1.3	-0.5	-0.1
Barras	6.9	-2.6	-4.6	-0.5	0.6
Bataiha	10.4	-11.4	-1.6	1.6	1.0
José de Freitas	17.3	-10.9	-7.7	0.1	1.0
Amarante	-3.6	-3.7	4.8	0.7	1.9
Regeneração	-10.9	-3.7	4.6	5.8	4.2
Altos	-2.8	-0.9	0.6	1.8	1.3
Castelo do Piauí	11.5	-6.4	-8.9	2.3	1.5

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1975. Rio de Janeiro: 1975.  
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1980. Rio de Janeiro: 1980.

O QUADRO 41 delata essa tendência para a maioria dos municípios, com exceção de apenas três, nos anos de 1975 a 1980. A variação é pequena, mas como tendência é muito importante, mesmo considerando-se um período curto. Entre os municípios beneficiados com programas governamentais, apresentaram maior variação Parnaíba, Piripiri, Luzilândia e Buriti dos Lopes, exatamente, os que receberam os perímetros irrigados do DNOCS - Piripiri e Luzilândia - e os de maior percentual em varzeas irrigáveis - Parnaíba e Buriti dos Lopes.

Outro fato revelado pelo QUADRO 41 é que, nos mesmos municípios onde aumentou a participação de estabelecimentos agrícolas de maior escala, cresceu, consideravelmente, o percentual de produtores com áreas de lavouras com menos de 1ha. Este dado pode significar que os dois fatos estão associados, a medida que as maiores propriedades fornecem pequenas parcelas a produtores sem terra, visando a garantir mão-de-obra para tocar a cultura de caráter comercial, efetivada nos maiores estabelecimentos.

Os censos analisados não mostram a participação, no valor da produção, dos estabelecimentos classificados por áreas de lavouras nos municípios, mas é possível ter uma ideia em termos estaduais. Em 1970, os estabelecimentos com áreas de lavouras acima de 10ha, que representavam ao 5,9% do total, respondiam por 32,4% da produção de arroz, 47,3% de feijão, 37,6% de milho e 49,5% de mandioca. Em 1980, a participação desses estabelecimentos passou para 8,4% do total e eram eles responsáveis por 39,6% da produção de arroz, 48,6% de feijão, 47,3% de milho e 58,8% de mandioca.

Portanto, confirmamos uma nitida tendência de aumentar o volume de bens agrícolas para o mercado urbano de unidades agrícolas de maior escala, significando que ganha importância um contingente de produtores agrícolas independentes e fortemente ligados ao mercado, que era um dos objetivos do programa POLONORDESTE para toda a região, ainda que essa evolução já fosse sentida antes mesmo da implantação do programa.

### 6.3 Os programas do governo na década de 80

Este tópico tem como objetivo aprofundar a análise realizada para os anos 70, trabalhando agora com dados específicos dos programas e projetos implantados nos anos 80.

#### 6.3.1 Projeto Vale do Parnaíba

O Projeto Vale do Parnaíba, como visto no item 4, teve como peculiaridade, em relação aos demais PDRs do POLONORDESTE, uma estratégia de intervenção na área fundiária que tinha como meta a compra de 200.000ha de terras, para posterior distribuição a lavradores sem terra. No período de atuação (1982-86), esse projeto adquiriu cerca de 196.424ha de terras em 24 municípios, dos 28 que integravam sua área de abrangência, na região Norte.

Esse estratagema foi formulado após a equipe técnica da CEPRO/SEPLAN, com apoio de técnicos do Banco Mundial, verificar que o POLONORDESTE no Estado, em um período de seis anos, não havia tocado nos principais problemas enfrentados pelos pequenos produtores rurais. As causas apontadas, no diagnóstico do programa, eram, principalmente, a falta de acesso à terra e a água pelos pequenos produtores. Nesse sentido, o projeto Vale do Parnaíba criou um "Fundo" para compra de terras e junto com essa política, veio o segmento de recursos hídricos, visando ao fornecimento de água não só para consumo humano, mas também para irrigação.

O Norte, conforme já constatado, apresentava um índice de apropriação de terras superior às demais regiões. Aqui, as terras estão quase todas apropriadas privadamente, existindo poucas áreas devolutas. A pressão sobre a terra é muito grande. Há um número enorme de produtores não proprietários explorando terras alheias através de toda sorte de contratos contra pagamento de renda fundiária pré-capitalista — dinheiro, espécie, trabalho.

Assim, a estrutura fundiária, ao final dos anos 70, sobretudo, no que concerne a propriedade da terra, apresentava-se altamente concentrada e consolidada. Logo, a arrecadação de terras para efeito de redistribuição só poderia ser feita através da compra ou de ações desapropriatórias. A este respeito, sabemos que, mormente, em Barras, Atalha e Esperantina, apesar do INCRA já ter realizado algumas desapropriações, ainda existem vários focos de conflitos abertos entre proprietários e moradores, ressaltando que nesses municípios e em outros, encontram-se os sindicatos de trabalhadores rurais mais combativos.

Neste contexto, dada a grande pressão sobre a terra, as controvérsias em torno da renda, por motivos de invasões e outras causas, aparecem em grandes proporções. É comum o surgimento de embates por causa de não pagamento da renda, especialmente, quando o proprietário se recusa a cumprir as normas do "Estatuto da terra" quanto aos prazos de arrendamento ou parceria, ou ainda em função de desacordo quanto ao montante da renda cobrada. Em Barras, por exemplo, segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a renda cobrada por linha (25 braças quadradas) é de 80kg de milho ou 60kg de arroz. Cada lavrador trabalha cerca de duas a 20 linhas, representando um peso muito grande para o mesmo, notadamente, nos anos de inverno ruim. Nesse município, prevalecem os contratos de pequenos arrendamentos, tendo o lavrador que pagar a renda, independentemente de ter conseguido ou não uma boa safra e tal situação se estende para muitos municípios da região.

Nos municípios onde predominam os contratos de parceria, os conflitos abertos aparecem em menor dimensão. No entanto, não são menos espoliativos, já que os parceiros sofrem restrições relacionadas aos tipos de produtos que devem ser cultivados, bem como, há um prazo menor para o lavrador colher seu produto. Em muitos casos, o titular está interessado tão-somente em colocar seu gado para pastar nas áreas das roças durante o verão e por isso, alguns tipos de produtos não podem ser cultivados, como a mandioca, produto proibido para os arrendatários, o que concorreu para que seu plantio se limitasse aos pequenos proprietários e posseiros. Há outros casos em que o morador

forçado a vender ao dono parte de sua produção, ao preço por este estabelecido.

Devido as condições econômicas e sociais da região, um programa que atua através de ações pretendendo a reestruturação fundiária se firma como elemento importante no apoio ao pequeno produtor, principalmente, para quem trabalha em terra de outrem ou não possui título de propriedade.

### AS AÇÕES DO PROJETO

Durante o período de outubro de 1980 a março de 1987, o projeto aplicou na região, aproximadamente, Cr\$ 204.018.651,33 (TABELA 45) em valores correntes, com os segmentos terra, assistência técnica e extensão rural, irrigação e estradas vicinais recebendo 64,8% deste total. Mas a distribuição dos recursos efetivamente aplicados sofreu alteração quanto ao previsto na fase de planejamento. O segmento fundiário, que de início, correspondia a 17,9%, caiu para 14,1%. O mesmo aconteceu com irrigação, que decresceu de 16,4% para 12,5%, enquanto foram gastos com estradas vicinais 18,9%, ainda que o percentual planejado fosse de 11,2%. Também o segmento de extensão rural ganhou em participação no que tange as aplicações efetivas de 11,1% para 19,3%. Outro fato significativo foi a participação do item - Administração, Monitoria e Avaliação, o qual, da previsão de apenas 1,8%, teve uma participação real de 13,8%. (PIAUI, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, 1988).

Esses remanejamentos representaram, de fato, uma diminuição dos recursos aplicados diretamente em favor do pequeno produtor, destacando-se irrigação e terra, privilegiando os tópicos estradas e assistência técnica, os quais, em geral, trazem mais vantagens para os grandes proprietários.

**TABELA 45 - PROJETO DE  
DESENVOLVIMENTO  
INTEGRADO VALE DO  
PARNAÍBA  
(EMPRÉSTIMO 2015-BR)  
RELATÓRIO DE TÉRMINO DO  
PROJETO - DEMONSTRAÇÃO  
DOS INVESTIMENTOS  
OUT. 81 A MAR. 87**

Cr\$ 1.00<sup>(1)</sup>

CATEGORIA DO PROJETO	Recursos Financeiros Aplicados			
	BIRD	NACIONAL	TOTAL	%
01 - Resumos Fundiários	8.407.199,72	20.327.263,58	28.734.463,30	14,1
02 - Pesquisa Agrícola	3.677.432,57	2.756.528,43	6.433.961,00	3,2
03 - Assist. Técnica e Extens. Rural	23.460.217,00	15.897.414,80	39.357.631,80	19,3
04 - Produção de Sementes	53.701,99	391.465,80	445.167,79	0,2
05 - Comercialização	3.209.758,66	2.283.910,46	5.493.669,12	2,7
06 - Irrigação	11.745.378,23	13.818.839,41	25.564.217,64	12,5
07 - Pesca Artesanal	1.352.072,87	577.770,95	1.929.843,82	1,1
08 - Estradas Vicinais	22.439.202,39	16.177.511,90	38.616.714,29	18,9
09 - Abastecimento d'água	8.246.167,79	12.266.748,10	20.512.915,89	10,1
10 - Educação	3.189.893,18	1.658.192,83	4.848.086,01	2,4
11 - Administração do Projeto	15.414.722,67	12.778.217,15	28.192.939,82	13,8
<b>SUBTOTAL I</b>	<b>101.396.453,27</b>	<b>99.033.670,49</b>	<b>200.430.123,76</b>	<b>98,3</b>
APCR - Fundo Comunitário <sup>(2)</sup>	-	1.830.459,87	1.830.459,87	0,8
Cap. de Recursos Humanos <sup>(2)</sup>	-	191.387,93	191.387,93	0,1
Saúde <sup>(2)</sup>	-	588.961,94	588.961,94	0,3
Projeto Sertanejo <sup>(2)</sup>	-	206.600,00	206.600,00	0,1
Psicultura <sup>(2)</sup>	-	774.917,88	774.917,88	0,4
<b>SUBTOTAL II</b>	<b>-</b>	<b>3.588.327,62</b>	<b>3.588.327,62</b>	<b>1,7</b>
<b>TOTAL</b>	<b>101.396.453,27</b>	<b>102.622.198,11</b>	<b>204.018.651,38</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PIAUI. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. PDRI, Vale do Parnaíba: relatório de término do projeto. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.

(1) Os valores monetários dos recursos financiados são valores correntes não reajustados.

(2) Segmentos não refinanciados pelo BIRD. Não houve programação para o exercício de 86/87 na área do Projeto do Vale do Parnaíba.

Ainda de acordo com a fonte supracitada, o projeto comprou 197.594ha de terras, aos quais somaram mais 9.280ha adquiridos pelo INCRA, com recursos do PROTERRA, perfazendo um montante de 206.874ha



ultrapassando, assim, a meta inicial de 200.000ha. E que não ocorreram quaisquer problemas quanto a oferta de terras, como garante técnicos do projeto, ao assegurarem:

"... um dado importante que pode ser observado nesta análise é a quantidade de área adquirida em relação a ofertada, o que pode justificar, de certa forma, a não desestabilização do mercado fundiário no que diz respeito aos preços vigentes". (PIAUI, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, 1988, p.22).

Os dados sobre oferta e demanda de terra apresentados na página 23 do referido documento são:

Períodos	Áreas Adquiridas (ha)	Áreas Ofertadas (ha)
out./82 - mar./81	51.221	67.391
abr./81 - mar./82	6.887	155.123
abr./82 - mar./83	29.852	146.861
abr./83 - mar./84	31.224	106.502
abr./84 - mar./85	66.521	94.582
abr./85 - mar./86	11.889	17.780
abr./86 - dez./86	-	-
	=====	=====
TOTAL	197.594	492.877

No entanto, se a quantidade de terras oferecidas era bem superior à demanda, isto não quer dizer que as terras adquiridas foram aquelas que melhor serviriam aos objetivos do projeto, porque, no processo de compra, valia o poder de barganha ou o prestígio político do ofertante. Logo, o livre jogo da oferta e procura não funcionou tão "livremente" nas transações realizadas...

Realmente, a aquisição de terras pelo Projeto Vale do Parnaíba não seguiu critérios rígidos quanto a fixação de áreas prioritárias. O processo girava em torno das ofertas recebidas e a partir de então, uma Comissão de Avaliação, composta por técnicos do INCRA e da unidade técnica do projeto, efetivava estudos e fornecia laudos, recomendando ou não a compra. Em caso afirmativo, a Comissão estabelecia o preço, levando em conta os critérios do INCRA para a região, quanto ao valor da terra pura, acrescentando-se, se for o caso, o valor das benfeitorias existentes nas glebas oferecidas.

Nem sempre, porém, esses laudos eram seguidos e obedecidos. Isto

porque, e claro que a politica de compra figurou como mais um elemento de favorecimento das elites rurais piauienses. Em quase 40% dos casos, as terras oferecidas por membros da oligarquia rural eram negociadas de modo irregular. Uma Comissão de Auditoria, formada em 1987, pelo "Instituto de Terras do Piauí (INTERPI)", composta por um advogado da FETAG, um auditor da Secretaria de Fazenda, um engenheiro civil da Secretaria de Obras e um engenheiro agrônomo da Secretaria da Agricultura, constatou a compra de 87.781ha de terras de forma irregular, representando 44,4% do total das terras adquiridas. Dentre as irregularidades, foram as mais comuns:

- a) compra de terras consideradas inviáveis para a prática da agricultura, contrariando recomendações da Comissão de Avaliação;
- b) pagamento em valores superiores aos recomendados pela Comissão;
- c) pagamento em valores superiores aos estabelecidos pelos contratos de compra e venda;
- d) recebimento de glebas com um montante de terras inferior ao constante dos contratos;
- e) compra de terras sem verificação ou análise da Comissão de Avaliação;
- f) áreas adquiridas que não foram encontradas.

Muitas glebas adquiridas ainda não foram distribuídas aos produtores, registrando-se casos em quase todos os municípios. Pesquisa executada pela Secretaria da Agricultura, em 1987, através da "Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Piauí (CEPA/PI)", constatou que de 3.257 lotes, foram assentados 3.138, culminando com a situação seguinte: 2.268 (72,5%) estavam sendo explorados; 119 (3,65%) estavam vagos; 369 (11,76%) estavam com problema. Quanto a estes últimos, tinha-se este panorama: 106 (3,38%) não explorados; 15 (0,4%)

explorados por terceiros; 168 (5,35%) abandonados, 80 (2,65%) processos de desistência. Acrescentamos que tais cálculos dizem respeito ao total de lotes assentados 3.138.

É óbvio, que todos estes fatos limitavam, bastante, as ações do projeto em relação ao favorecimento ao pequeno produtor. O prejuízo se configurava duplamente. Em primeiro lugar, muitas terras adquiridas não surtiram efeito positivo para a melhoria do nível de vida do pequeno produtor. Em segundo lugar, os recursos financeiros destinados à compra de terras eram mal utilizados e, em parte, desperdiçados na compra de lotes impréstaveis para a agricultura, além de superior ao valor real das glebas negociadas.

O projeto adquiriu terras em cerca de 24 municípios (TABELA 46), atingindo, prioritariamente, Barras, Buriti dos Lopes, Batalha, Palmeirais, Regeneração, José de Freitas e Hugo Napoleão, os quais somaram cerca de 62% da totalidade das terras arrecadadas. Portanto, não há uma distribuição igualitária das terras adquiridas entre os municípios, diferenciação que parece depender de fatores, tais como: existência de conflitos; oferta por parte dos proprietários; prestígio político do ofertante; importância e potencial produtivo do município.

A repercussão, em termos de mudanças nas estruturas fundiária e agrária, é bastante limitada. Isto pode ser avaliado por dois argumentos. Em primeiro lugar, com exceção de Hugo Napoleão (um município-fazenda), o percentual das terras adquiridas por município era muito pequeno. (TABELA 46). Em Hugo Napoleão, a compra de 11.195ha de terras representou 49,3% da área territorial do município. Para os demais, esse índice não superou 20%, e, para a maioria, não alcançou 10% das respectivas superfícies. Em segundo lugar, avaliando o indicador "numero" de lotes em relação aos produtores sem terras das principais localidades, os limites do projeto ficam ainda mais evidentes.

**TABELA 46 - PROJETO VALE DO  
PARNAÍBA - ÁREA  
ADQUIRIDA E TOTAL DE  
LOTES DISTRIBUÍDOS  
1981-1986**

MUNICIPIOS	Area Adquirida (ha)	%	Lotés (Quant.)	% s/a Area total no Município em 1980
Agricolândia	2.496	1,2	60	7,6
Água Branca	1.666	0,8	26	6,4
Altos	5.485	2,7	91	2,8
Amarante	3.014	1,5	43	2,6
Angical	-	-	-	-
Barras	25.070	12,1	348	8,7
Barro Duro	4.730	2,3	62	19,8
Batalha	21.802	10,5	841	12,5
Buriti dos Lopes	22.798	11,0	381	13,4
Demerval Lobão	280	0,1	-	0,7
Esperantina	9.494	4,6	19	9,1
Hugo Napoleão	11.195	5,4	185	49,3
Joaquim Pires	8.549	4,1	194	9,5
Jose de Freitas	11.478	5,5	103	6,7
Luis Correia	-	-	-	-
Luzilândia	8.514	4,1	57	7,1
Matias Olímpio	-	-	-	-
Miguel Alves	7.000	3,4	177	5,2
Monsenhor Gil	6.230	3,0	147	8,7
Nossa Senhora dos Remedios	901	0,4	25	2,1
Palmeirais	18.249	8,8	243	12,0
Parnaíba	2.409	1,2	46	2,5
Porto	2.254	1,1	57	3,0
Regeneração	17.724	8,6	151	9,9
São Gonçalo do Piauí	-	-	-	-
São Pedro do Piauí	1.330	0,6	31	6,4
Teresina	3.610	1,7	121	2,0
União	1.316	0,6	45	1,1
<b>TOTAL</b>	<b>206.874<sup>(1)</sup></b>	<b>100,0</b>	<b>3.480<sup>(2)</sup></b>	<b>-</b>

Fonte: PIAUI, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. PORI, Vale do Parnaíba: relatório de término do projeto. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.

(1) Estão incluídos 9.230ha adquiridos fora da área do Projeto (Alto Lonça), com recursos do PROTERRA/INCRA, em 1982.

(2) 27 lotes estão localizados fora da área do Projeto.

Observando-se os principais municípios, vemos os números apontados na TABELA 47. Notamos que, salvo Batalha, Palmeirais, Joaquim Pires, Barras e Regeneração, que atingiram índices razoáveis,

demais municípios descritos na referida TABELA foram afetados apenas marginalmente. Esta conclusão pode ser entendida para o restante da área de abrangência. Esses índices, se considerados os lotes efetivamente explorados, ainda decrescem significativamente, pois 15% deles ainda não estão sendo explorados, seja porque ainda não foram distribuídos, seja porque apresentam problemas diversos que dificultam sua utilização.

**TABELA 47 - NÚMERO DE LOTES EM  
RELAÇÃO AO NÚMERO DE  
PRODUTORES SEM TERRA  
1980**

MUNICÍPIOS	Lotes/arrend. + Parceiros (%)	Lotes/arrend. + Ocupantes (%)
Barras	7.4	6.8
Buriti dos Lopes	11.0	7.1
Batalha	27.0	23.5
Esperantina	4.0	0.7
Joaquim Pires	8.7	7.4
Jose de Freitas	5.0	4.1
Luzilândia	1.1	1.0
Palmeiras	18.4	8.4
Parnaíba	5.1	2.3
Porto	3.7	3.1
Regeneração	9.1	6.1

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1980. Rio de Janeiro: 1980.

Por outro lado, os negócios com a terra, proporcionados pelo projeto Vale do Parnaíba, trouxeram infindáveis vantagens para os grandes proprietários de terras, pois, além de abrir uma alternativa de venda de parte de suas propriedades, ainda os livraram de situações difíceis ou até passíveis de desapropriações, quando existiam desavenças com os moradores. Analisando o montante de hectares adquiridos pelo projeto, observamos que Barras, Batalha e Buriti dos Lopes apresentaram maior área. Em seguida, estão Jose de Freitas, Joaquim Pires e Esperantina.

Sem pretender estabelecer nenhuma relação mais definida de causa e efeito quanto a quantidade de terras compradas e aos traços essenciais dos respectivos municípios, afirmamos que estes mantinham maior intensidade de desavenças e maior número de aquisições irregulares de terra. Barras, Batalha e Esperantina são exemplos de locais com inúmeros casos de conflitos abertos, enquanto Joaquim Pires, Gurití dos Lopes e José de Freitas apresentavam vários casos de compras de terra irregulares.

A este respeito, especificamente, relatório de "Auditoria sobre Aquisição de Terras pelo Estado do Piauí", solicitado pela SEPLAN /PI, referente ao período de 1982 a 1986, divulgou estas informações:

8 imóveis adquiridos, apesar de laudos desfavoráveis da Comissão de Avaliação;

12 imóveis adquiridos, apesar de laudos inconclusivos;

13 imóveis adquiridos, com áreas não identificadas quanto à emissão de posse pelo Estado;

4 imóveis adquiridos, com pagamentos superiores à avaliação constante dos laudos técnicos.

Em termos de área, esses imóveis representavam cerca de 87.731ha. Isto é, 42% do total de terras adquiridas. E de fato, os grandes proprietários de terra foram beneficiados, principalmente, pela venda de terras bem acima de seus valores reais. Por outro lado, a compra de terras em conflito é uma solução das mais favoráveis para os titulares, desde que o problema é transferido para a órbita do Estado, isentando-o de arcar com suas obrigações com os moradores, pois muitos casos de discordâncias, mormente, em Barras, Batalha e Esperantina, originam-se de cobrança de preços exagerados pela renda da terra. Além disso, as obras de infra-estrutura, executadas nas áreas adquiridas, também "protegeram" os grandes proprietários pela valorização de seus lotes, incluindo aqueles que vieram em conflito, pois continuaram como proprietários, a medida que o espaço negociado representava apenas uma parte de suas terras.

**MAS, SE O PROJETO NÃO CONSEGUIU REALIZAR TRANSFORMAÇÕES DE PESO NA ESTRUTURA FUNDIÁRIA, QUAL A SITUAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS?**

O projeto, de 1982 a 1986, conseguiu assentar perto de 4.158 pequenos produtores, em áreas variando de 45 a 50ha, de acordo com o módulo rural definido pelo INCRA na região, dos quais 2.769 estavam sendo realmente explorados em 1987. Resta nos saber se esses produtores puderam crescer através do acesso, também, a outros elementos inseridos na ação ampla do projeto, tais como crédito, assistência técnica, irrigação, apoio à comercialização, dentre outros.

Para responder a questão, consultamos um trabalho de avaliação da atuação do projeto Vale do Parnaíba (PIAUI, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, 1986), quando são privilegiados estes indicadores: (1) produtividade monetária; (2) nível de emprego; e (3) renda. O método consistiu em calcular os indicadores para produtores beneficiários e não beneficiários, com o intuito de identificar as diferenças básicas entre os dois grupos, possibilitando, assim, uma avaliação do grau ou intensidade do impacto do programa sobre o grupo beneficiário.

Assim, quando verificamos os resultados alusivos a produtividades monetárias (da terra e do trabalho), percebemos que a situação dos beneficiários do projeto pouco mudou em comparação com os produtores não beneficiários, mesmo, estes últimos ainda sendo obrigados a pagar renda pelo uso da terra alheia (QUADRO 42). Para muitos municípios da amostra, os não beneficiários apresentavam-se em situação superior. A diferença a favor dos beneficiários só aparece quando se utiliza o indicador da produtividade monetária líquida da terra, o qual exclui, para os não proprietários, os gastos com mão-de-obra e com a renda da terra. Os municípios componentes do QUADRO 42 são aqueles que, em 1984, já possuíam lotes adquiridos pelo projeto e a amostragem dos produtores está assim delimitada:

Supareas	Beneficiários	Beneficiários	Total
Delta do Parnaíba	29	16	45

Teresina	47	25	72
Medio Parnaíba	84	127	211
	===	===	===
<b>VALE DO PARNAÍBA</b>	<b>160</b>	<b>168</b>	<b>328</b>

Entre as três subáreas pesquisadas, a do Delta do Parnaíba é a que apresenta melhores resultados, mormente, quanto a produtividade monetária da terra líquida e a produtividade monetária do trabalho.

### QUADRO 42 - PDRI VALE DO PARNAÍBA - PRODUTIVIDADE MONETÁRIA

SUBÁREAS/MUNICÍPIOS	Produtividade Monetária da Terra (Cr\$/ha)				Produtividade Monetária do Trabalho <sup>(2)</sup> (Cr\$ / Dias Homens)	
	Bruta		Líquida <sup>(1)</sup>		Beneficiados	Não beneficiados
	Beneficiados	Não beneficiados	Beneficiados	Não beneficiados		
<b>SUBÁREA DELTA DO PARNAÍBA</b>	<b>201.834</b>	<b>207.192</b>	<b>174.909</b>	<b>184.859</b>	<b>2.404</b>	<b>1.414</b>
Buriti dos Lopes	217.483	231.737	194.188	156.477	3.404	1.665
Joaquim Pires	199.446	144.833	178.113	139.085	2.303	1.010
Luziândia	83.259	187.179	22.425	162.441	163	1.241
<b>SUBÁREA TERESINA</b>	<b>178.950</b>	<b>183.429</b>	<b>149.899</b>	<b>137.707</b>	<b>1.778</b>	<b>2.592</b>
Teresina	145.197	169.733	103.735	132.018	1.312	1.106
Miguel Alves	186.110	73.772	152.549	60.089	1.285	309
Monsenhor Gil	212.092	196.150	203.454	145.873	3.987	4.533
<b>SUBÁREA MEDIO PARNAÍBA</b>	<b>179.347</b>	<b>263.789</b>	<b>137.037</b>	<b>208.417</b>	<b>1.805</b>	<b>2.570</b>
Amarante	201.747	201.391	201.747	182.991	1.239	1.212
Regeneração	219.794	245.763	189.682	151.810	2.057	998
Palmeira	186.088	202.636	149.922	157.571	1.810	1.851
Agricolândia	282.454	259.352	186.491	204.608	1.881	3.514
Huro Napoleão	85.007	334.014	65.513	277.880	1.593	2.470
São Pedro	-	330.415	-	273.455	-	3.614
<b>SUBÁREA VALE DO PARNAÍBA</b>	<b>182.565</b>	<b>243.406</b>	<b>146.194</b>	<b>190.069</b>	<b>1.880</b>	<b>2.437</b>

Fonte: PIAUI, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. Análise econômica dos beneficiários do PDRI Vale do Parnaíba. Teresina: Fundação CEPRO, 1984, p. 15.

(1) No cálculo da produtividade monetária líquida da terra, foram deduzidos, para os beneficiados, os gastos com mão-de-obra contratada e, para os não beneficiados, além dos gastos, o pagamento da renda pelo uso da terra.

(2) A produtividade monetária do trabalho foi calculada da renda bruta (valor bruto da produção) menos os gastos com mão-de-obra contratada, dividido pelos dias de trabalho (familiar e não familiar) para os beneficiados. No caso dos não beneficiados, deduziu-se o pagamento da renda pelo uso da terra.



Isto talvez se explique pelo fato de que nessa subarea, as terras de melhor qualidade ou apresentam melhor localização no que concerne ao acesso aos mercados. Buriti dos Lobos e Joaquim Pires, por exemplo, são os municípios com índices mais altos e são os que detêm maior potencial de áreas de varzeas para a cultura do arroz sem consorciamento, e, conseqüentemente, produtividade por hectare superior aos municípios onde predomina a policultura.

As causas dos resultados apontados pela pesquisa podem ser assim sintetizadas:

a) melhor qualidade dos solos dos não beneficiários, que contam com maiores alternativas na escolha da área a ser cultivada. Isto acontece, pois

*"aproximadamente 48% dos lotes distribuídos na região do Vale estão localizadas em áreas de solos de baixa fertilidade, enquanto 52% se situam em áreas de solos de fertilidade média ou regular". (PIAUI, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, 1986, p.16):*

b) falta de condições para o produtor beneficiário obter acesso aos recursos hídricos disponíveis;

c) o crédito recebido pelos beneficiários não foi aplicado no emprego de insumos químicos ou no uso da aração, nem tampouco na aquisição de sementes melhoradas, mas sim, na contratação de mão-de-obra, para atender as demandas básicas e a outros fins que não influenciaram na produtividade;

d) os dois grupos não se diferenciavam quanto à absorção de tecnologia. *"92% dos produtores beneficiários e 92% dos não beneficiários ainda plantam no toco", utilizam a enxada como instrumento de trabalho e queimam o solo para iniciar o processo produtivo. Isto apesar de "cerca de 96% dos beneficiários (serem) assistidos pela EMATER, enquanto que somente 28% dos não-beneficiários são contemplados com esse serviço". (PIAUI, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, 1986, p.21):*

e) a composição da produção é idêntica para os dois grupos de produtores. Exceto para alguns que receberam terras nas

várzeas (Buriti dos Lopes) para o plantio de arroz, o projeto não conseguiu mudar os hábitos antigos dos produtores. As culturas plantadas são as mesmas, isto é, os consórcios são praticamente idênticos (arroz/milho e o principal consórcio em ambos os grupos), enquanto o caráter da produção continua sendo, sempre, de subsistência.

A pesquisa ainda realiza comparações entre a renda econômica dos beneficiários e dos não beneficiários, concluindo que *"os beneficiados do Projeto Vale do Parnaíba se encontram praticamente nas mesmas condições dos não beneficiários no que diz respeito à renda familiar e per-capita"*. (PIAUI, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, 1986, p. 61-62). Entretanto, o documento referendado admite que os beneficiados receberam inúmeras vantagens traduzidas em melhorias habitacionais, escolas, lavanderias, postos de saúde, melhores condições de higiene e outras, o que não deixa de ser uma espécie de renda indireta que os diferencia dos não beneficiários.

Esse estudo vem, portanto, apontar limitações ainda mais sérias do que as analisadas anteriormente. Vimos, inclusive, que o número de famílias com terras era irrisório para provocar transformações fundamentais na estrutura das relações de produção na região, capazes de reduzir o poder do grande proprietário e provocar o melhoramento geral das condições de existência dos pequenos produtores. Ademais, o projeto, não proporcionando elementos econômicos para melhor explorar as terras e conquistar preços mais justos para os produtos, faz surgir o risco de os beneficiários esgotarem, com rapidez, a fertilidade da terra ou abandonarem os lotes para voltar a empregar-se nas grandes propriedades, na condição de rendeiros, reproduzindo as mesmas condições em que viviam antes do recebimento de terras.

### 6.3.2 Programa de Apoio ao Pequeno Produtor - PAPP

O PAPP foi implantado em 1987. Recebeu as terras do Projeto Vale do Parnaíba e continuou o processo de assentamento de

famílias, mas com uma estratégia diferente. Tal estratégia consiste em trabalhar com comunidades organizadas contando com uma colaboração mais efetiva dos sindicatos de trabalhadores rurais coordenados pela FETAG. Pretende, pois, concentrar suas ações para atender diretamente às comunidades, particularmente, aquelas cujas famílias receberam lotes de terras do Projeto Vale do Parnaíba ou do próprio PAPP.

No entanto, o PAPP, em seus três primeiros anos de atuação, tem se limitado a abolir as comunidades existentes, sem se preocupar com a aquisição de novas glebas de terras, a não ser 1.234ha desapropriados pelo INCRA em face da existência de conflitos, como dito antes, em Barras, Batalha, Esperantina e Altos em vários locais de conflitos abertos entre proprietários e moradores. No entanto, discordâncias, sob várias formas, acontecem em todo o Estado, existindo no INCRA inúmeros processos de desapropriação, envolvendo 22 municípios e 311.945ha de terras, em um total de 41 glebas com conflitos abertos. A propósito, tais embates aparecem por motivos diversos: (1) **desacordo em relação ao montante da renda cobrada**, em geral muito além do estabelecido pelo "Estatuto da Terra"; (2) **expulsão de antigos moradores ou posseiros em áreas particulares ou griladas**; (3) **expulsão de moradores que se recusam a cumprir exigências do titular**.

Quando da seleção dos municípios, o PAPP adotou os seguintes critérios: (1) **potencial hidroagrícola** - privilegiando os municípios dos vales unidos; (2) **densidade populacional rural**; (3) **densidade de pequenos produtores rurais sem terra**; (4) **área de conflitos de terras**; (5) **áreas onde já havia ocorrido distribuição de terras**. Então, a sua área de atuação envolvia 73 municípios, ao longo de todo o Estado, mas, principalmente, os localizados nos vales unidos (Parnaíba, Gurgueia, Itaueira, Fidalgo, Londu, Guaribas, Sambito, Piauí), além da Ibiapaba Piauiense e a área das Fazendas Estaduais. Porém, nos anos de 1987 e 1988, as ações promovidas nessas localidades não passaram de ações atílicas e isoladas, enquanto que as atividades concentradas se limitaram a poucos municípios, com destaque para os que receberam projetos produtivos.

O QUADRO 43 dá uma idéia da atuação do PAPP nos três primeiros

anos, comprovando que, só a partir de 1989, ele começou a ter uma ação mais intensa, executando 295 projetos produtivos e iniciando os projetos de mobilização comunitária executados pelos sindicatos de trabalhadores rurais, juntamente com os agentes comunitários.

Os projetos produtivos são de cinco tipos:

**QUADRO 43 - AÇÕES EXECUTADAS PELO  
PAPP  
1987-1988-1989**

TIPOS DE PROJETO	1987	1988	1989
1 - Mobilização Comunitária	-	-	07
2 - Produtivos	13	51	295
3 - Equipamentos Públicos Comunitários	03	24	23
4 - Inicativos	-	-	30

Fonte: PLAUÍ, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. Relatório anual de avaliação em processo: período 1987-88 - PAPP. Teresina: Fundação CEPRO, 1988a.

**Agrícolas** - irrigação comunitária, roça comunitária, campo agrícola, produção associativa;

**Pecuária** - forragem, conjunto de caprinos;

**Máquinas e Implementos** - arado/tracção animal, carroça de burro, batedor de babaçu;

**Pequenas Indústrias** - casa de farinha, beneficiamento de arroz, unidade artesanal e atividades diversas.

A ideia da unidade técnica e priorizar a atuação para 1990 em apenas 33 municípios mediante ações concentradas nas comunidades selecionadas, notadamente, naquelas que receberam terras do Projeto Vale do Parnaíba.

Nos três anos de atuação, o PAPP implementou cerca de 362 projetos produtivos, dos quais privilegiaram igual número de comunidades em aproximadamente 50 municípios: 50 equipamentos públicos comunitários, correspondendo a instalação de chafarizes, poços tubulares, lavanderias, armazem comunitário, recuperação de acude comunitário etc.; sete projetos de mobilização comunitária, compreendendo, sobretudo, a execução de cursos e seminários e 39 aditivos. (QUADRO 43).

Em 1989, os projetos produtivos implantados foram os seguintes:

- . 45 Casas de Farinha;
- . 30 Pequenas Usinas de Beneficiamento de Arroz;
- . 9 Roças Comunitárias;
- . 12 Projetos de Irrigação Comunitária;
- . 18 Forageiras;
- . 108 Fornecimentos de Equipamentos Agrícolas. (carroça para burro, burros, juntas de bois, arados com tração animal, debulhadeiras, trilhadeiras e outros).

Cada projeto produtivo atinge uma comunidade, cujo número de famílias varia, em geral, de 20 a 700. Os 12 projetos de irrigação comunitária, por exemplo, significaram 131ha de área irrigada implantados, atingindo 147 famílias, cada uma delas recebendo pouco menos de 1ha em média de área irrigada, além do acesso gratuito a sementes e adubos.

No que concerne ao crédito bancário, cerca de 3.004 famílias foram beneficiadas, correspondendo a igual número de contratos, em um total de Cr\$ 262.258,00. No entanto, a maior parte dos produtores não utilizou o crédito para a melhoria real do processo produtivo, mas sim, para atender a outras finalidades:

*"O acesso ao crédito da forma como vem se processando não significa garantia de melhoria de vida para o pequeno produtor, através do aumento da renda via aumento da produção, pois, além de ser antigo, o montante repassado é liberado em épocas inoportunas, ou seja, fora do calendário agrícola, e também na maioria das vezes não é devidamente aplicado, uma vez que ao homem do campo falta um acompanhamento sistemático,*

*de caráter de assistência técnica, durante o processo de liberação e aplicação das parcelas do crédito, o que tem levado a adquirir bens de consumo duráveis". (PIAUI, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, 1988a, p.62).*

O projeto beneficiou 635 produtores através da CAP, com a compra de 718 toneladas de grãos, enquanto que 7.063 produtores foram atendidos através da CEP, que alcançou 4.075 toneladas. No entanto, embora o número de produtores seja razoável, sobretudo para os beneficiários da CEP, o volume negociado foi muito baixo, pois somente Buriti dos Lopes obteve uma safra de arroz, em 1988, de mais ou menos 25.528 toneladas. Isto é um indicativo de que o programa está muito longe de implementar uma estratégia eficiente para resolver o problema da comercialização, evidenciando o fraco poder das cooperativas que atuam no Estado, já que essa ação se dá através de repasse de recursos para as cooperativas ou associações de produtores.

#### ANÁLISE DO PROGRAMA PARA A REGIÃO NORTE

Analisaremos a atuação do programa e seus efeitos a partir de informações prestadas pela unidade técnica e de observações colhidas durante a viagem de campo a dez municípios da região. Entre eles, estão os mais beneficiados com a aquisição de terras pelo Projeto Vale do Parnaíba e onde existe, conseqüentemente, o maior número de comunidades assistidas. De fato, os municípios selecionados foram os de significativo potencial de várzeas irrigáveis (Parnaíba, Joaquim Pires, Buriti dos Lopes, Luzilândia e Piripiri) e aqueles que mantêm concentração do latifúndio-rentista (Barras, Batalha, Esperantina, Porto, José de Freitas), mediante estes critérios: (1) maior quantidade de terras arrecadadas pelo Projeto Vale do Parnaíba; (2) maior quantidade de comunidades assistidas.

Os principais municípios visitados e que apresentam, proporcionalmente, maior número de comunidades assistidas, são os constantes do **QUADRO 44**, ressaltando-se que mais de 80% das comunidades beneficiadas são as que receberam terras ou lotes do Projeto Vale do Parnaíba.

Precisamos dizer que o número de famílias beneficiadas não é desprezível, principalmente, em Barras e Batalha, que, juntos, alcançam mais de 2.000 famílias em cerca de 62 comunidades beneficiadas com terras. Assim, poderíamos pensar que o efeito do programa tenha sido considerável para essas localidades, sobretudo, quanto a mudanças nas relações de produção e à melhoria do nível de vida das famílias.

#### QUADRO 44 - AÇÕES DO PAPP PARA OS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS ASSISTIDOS

MUNICÍPIOS	Numero de Projetos Produtivos	Numero de Comunidades Assioidas	Numero de Famílias Assentadas
Barras	11	42	1.260
Batalha	21	20	316
Esperantina	05	14	330
Porto	05	03	200
Joaquim Pires	05	08	271
Burití dos Lopes	-	15	450
José de Freitas	02	14	428
TOTAL	49	116	5.755

Fonte: Informações orais de agentes comunitários dos municípios e da unidade técnica do PAPP.

No entanto, apesar de a estratégia do programa prever a aplicação integrada de instrumentos variados, como crédito, assistência técnica, pesquisas, recursos hídricos, treinamento, apoio a comercialização e abastecimento, ação fundiária e mobilização comunitária, tais recursos, grosso modo, não funcionam de forma sincronizada e muito menos na dose desejável.

Por exemplo, em geral, o crédito, a assistência técnica, pesquisas e a ação fundiária funcionaram, até agora, muito timidamente, isto porque, a reestruturação fundiária é limitada ao assentamento de colonos nas áreas já adquiridas e, mesmo assim, esse processo é lento e caro. O segmento de recursos hídricos,

principalmente irrigação, segue o mesmo ritmo dos anteriores. A rigor, o único item referente a recursos hídricos com certa eficiência e o abastecimento de água, através da abertura de poços (tubular ou cacimbão) e da construção de chafarizes nas comunidades mais carentes de água para consumo humano.

As ações mais comuns são:

- a) construção de poços, chafarizes e lavanderias;
- b) construção de casas de farinha;
- c) fornecimento de motor para pilar arroz ou milho;
- d) fornecimento de animais de tração e arados;
- e) armazéns comunitários;
- f) apoio à comercialização (CAP e CEP);
- g) apoio através do APCR.

Elementos essenciais para a melhoria da produção e produtividade e, conseqüentemente, para o aumento da renda familiar, como o crédito, a assistência técnica e o fornecimento de insumos, são extremamente escassos: estão ausentes em mais de 90% das comunidades assistidas pelo programa, e, em outras, são fornecidos de forma precária, o que é muito grave para um plano que se propõe a incentivar a produção entre as comunidades.

O crédito, como uma categoria de apoio à produção, é imprescindível, não só no sentido de possibilitar o aumento da produção, mas, sobretudo, por incentivar o incremento da produtividade. Mas, esteve totalmente ausente em 1989, já que, desde 1988, esteve quase desaparecido. A assistência técnica também é outro elemento que não existe. A EMATER, no final da década, no Piauí, estava desativada, provocando efeitos dos mais negativos para a própria difusão das pesquisas desenvolvidas pela EMBRAPA.

A distribuição de sementes selecionadas está sendo feita, ainda que em caráter restrito, pelos escritórios do PAPP, espalhados, estrategicamente, pelos municípios apoiados ou através dos agentes comunitários que trabalham nos prédios da EMATER ou nos sindicatos dos trabalhadores rurais.



Alguns projetos produtivos importantes que os agentes comunitários conseguiram elaborar em conjunto com os representantes das comunidades, foram, na maioria dos casos, rejeitados pela Comissão Paritária, sediada em Teresina, sob a alegação de falta de recursos financeiros, conforme declaração de agentes sediados em Barras, Batalha e Joaquim Pires.

### SITUAÇÃO DE ALGUMAS COMUNIDADES

Estudar os efeitos do programa demanda delinear uma diferenciação entre as comunidades assistidas: comunidades em áreas de produção de sequeiro e comunidades em áreas com potencial de irrigação. As primeiras são, particularmente, as localizadas em Barras, Batalha, Esperantina, José de Freitas, Miguel Alves e Joaquim Pires, enquanto as localizadas em áreas com irrigação são as dos municípios de Buriti dos Lopes, Porto, Parnaíba, Luzilândia e Piripiri.

Entre esses dois grupos, as distinções são marcantes. As que se situam em áreas de sequeiro, que representam a maioria, pouco têm recebido no que se refere a apoio à produção. Naquelas, cujo estímulo se baseia na implantação de perímetros irrigados, o forte das ações se concentra na produção e comercialização. Para o primeiro caso, Barras e Batalha são exemplos bastante representativos. Nesses municípios, a atuação do programa é mais forte. Em Barras, por exemplo, foram arrecadados cerca de 40.000ha (somando-se as áreas compradas pelo Projeto Vale do Parnaíba - 25.070ha - e as desapropriadas pelo INCRA) de terras e quase a totalidade delas foi distribuída às famílias de produtores sem terra, através de assentamentos, totalizando 42 comunidades e 1.260 núcleos familiares.

As vantagens recebidas do PAPP, por tais comunidades, seguem um padrão pouco diversificado. Via de regra, esses grupos vivem de culturas de subsistência, tais como mandioca, feijão, milho e arroz. O programa instalou, em quase todas as comunidades, casas de farinha, motor para pular arroz ou milho, pocos (cacimbões ou tubulares) para

instalações de chafarizes e/ou lavanderias. Nas comunidades que apresentam excedentes para comercialização, o PAPP oferece apoio, através de empréstimos do "Fundo para a Comercialização (FINACOM)", que consiste na CAP e CEP, além de facilitar a construção de armazéns, o que propicia aos pequenos produtores se livrarem do atravessador e conquistarem melhores preços para seus produtos.

Em **Batalha**, ocorre situação semelhante. Somente o Projeto Vale do Parnaíba adquiriu mais de 21.000ha que foram somados a outras glebas de terras desapropriadas pelo INCRA. Ainda existem áreas em processo de desapropriação em decorrência de conflitos. Nesse município, já foram assentadas perto de 816 famílias. Das glebas adquiridas destaca-se a *"Data Macambira"*, com cerca de 17.000ha e que integra, aproximadamente, 17 comunidades.

As ações são, praticamente, as mesmas efetivadas em Barras. As comunidades que receberam terras e benefícios vivem em condições de subsistência, isto é, de suas roças de produtos alimentares, sem expressivas alterações quanto as condições de produção. Alias, em visita a algumas comunidades da *"Data Macambira"*, membros dos núcleos comunitários nos informaram que, apesar da situação ter melhorado, as famílias prosseguem enfrentando serias dificuldades no que diz respeito a melhoria da produção e produtividade, bem como, quanto a comercialização do excedente.

Esses grupos sociais carecem de acesso a instrumentos de produção, especialmente, arados e implementos que incrementem a produtividade da terra e do trabalho. Sem eles, o processo produtivo fica muito limitado, em geral, restrito ao tamanho da família para trabalhar uma área de produção maior. Assim, cada núcleo familiar possuía, em média, 20ha, mas não dispunha de condições de cultivar mais de 5ha, com a produção ainda limitada pela baixa qualidade do solo de muitos lotes.

Muitas das comunidades da *"Data Macambira"* possuem matas de palmeiras de carnaúba, que fornecem um pó ainda bastante valorizado na zona. No entanto, para a extração rápida do pó da palha da palmeira e

preciso uma máquina que nenhuma das comunidades tem. Com isso, elas são obrigadas a pagar ao comerciante que a possui, o qual só extrai o pó com a condição de o mesmo ser vendido a ele próprio, pelo preço por ele estabelecido. Logo, um plano urgente seria a aquisição da máquina de extrair o pó para permitir ao pequeno produtor se livrar do intermediário (dono da máquina) e repassar, a melhor preço, o pó extraído. No entanto, apesar dos insistentes apelos da população envolvida, o projeto ainda não foi autorizado pela Comissão Paritária do PAPP, como também, outros planos de ação de cunho produtivo têm encontrado dificuldades de aprovação pelas instâncias decisórias superiores do programa, o que leva inúmeras das comunidades apoiadas a frustração e ao descredito.

Tivemos oportunidade de constatar tal desanimo em conversas com agentes comunitários e membros dos núcleos comunitários, chefes de famílias assentadas. O presidente do Núcleo Comunitário da Comunidade Carpina, na "Data Macambira", chegou a afirmar que "ste agora o PAPP ainda não fez nada pela nossa comunidade", mesmo as famílias tendo se beneficiado com os títulos de propriedade de seus lotes e com a instalação de uma casa de farinha com motor a diesel.

Em **Esperantina**, a situação não é diferente. Em uma das glebas adquiridas, ainda não se iniciaram os trabalhos de assentamento das famílias, pois o programa comprou uma área com problema de regularização cartorial. Assim, após o pagamento ao proprietário, surgiram dúvidas quanto a regularização da área adquirida, o que permanece até hoje, sem qualquer solução, conforme depoimento do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município.

Em **José de Freitas**, a situação é precária, pois as terras adquiridas são, em grande parte, inaproveitáveis para a prática agrícola. Esse fator deixou totalmente prejudicada a atuação do PAPP no município, em virtude de muitas famílias assentadas terem abandonado os lotes, como confirmado, tanto por José do Carmo, agrônomo e técnico da EMATER do município de José de Freitas, como por pesquisa sobre a situação dos lotes, realizada pela unidade técnica do PAPP, quando se comprovou a existência de 11 lotes vagos dentre o total de 42.

## AS COMUNIDADES EM ÁREAS POTENCIALMENTE IRRIGÁVEIS

Na região visitada, como de resto em toda a área abrangida pelo PAPP, são poucas as comunidades que receberam terras em áreas com disponibilidade de água e solos adequados para a irrigação. A rigor, nessa região, só em Porto e Buriti dos Lopes, o PAPP beneficia comunidades com irrigação de grande dimensão. Os demais têm pequena dimensão: Teresina (30ha); Amarante (10ha); União (10ha e 30ha). Apenas, em Teresina, o método é de aspersão e as culturas são melão, milho, feijão e o restante se refere ao método de inundação para a produção do arroz.

No entanto, não podemos afirmar que esses grupos praticam a irrigação propriamente dita. Na verdade, atuam em áreas de varzeas, onde a irrigação, antes mesmo do PAPP, já era praticada de forma natural, isto é, aproveitando as vazantes de rios e lagoas.

### a) Projeto Lagoa de Campo Largo - Município de Porto

No município de Porto, o PAPP apóia a comunidade da Lagoa de Campo Largo. Essa lagoa, de área aproximada de 1.500ha, é formada pelas águas do rio Parnaíba, que a partir de dezembro inunda mais ou menos 400ha. O governo, através do Projeto Vale do Parnaíba, comprou uma área de 200ha, a qual foi distribuída entre 200 famílias, cada uma obtendo o equivalente a 1ha para plantio de arroz. O projeto construiu uma pequena barragem entre a lagoa e o rio, com a finalidade de controlar as águas e permitir a produção de arroz durante a vazante, que ocorre com a chegada do mês de abril ou maio e se estende até novembro.

A terra distribuída às famílias da comunidade foi adquirida de um proprietário do município, que ficou ainda com cerca de 150 a 200ha de área irrigável. Segundo o presidente da Associação dos Produtores e outros camponeses, essa área é a melhor para o plantio do arroz, além

de ter sido edificada uma barragem dentro da propriedade do grande produtor e eletrificada a área, benfeitorias que, por enquanto, privilegiam tão-somente o latifundiário.

A comunidade formou a Associação dos Produtores da Lagoa do Campo Largo, que funciona como uma espécie de cooperativa. Ela recebeu do PAPP uma máquina de pilar arroz e um trator com carroceria e construiu um armazem para acomodar a produção, além do apoio ou crédito para comercialização através do FINACOM.

Os produtores não tem recebido crédito para produção, o que restringe a produção por família, notadamente, na fase de plantio, quando é necessário limpar o terreno (retirada de mato ou capina) e realizar o transplântio, tarefa que exige muita mão-de-obra. Em vista disso, a produção fica limitada ao tamanho do grupo familiar, sem falar nas próprias condições dos lotes recebidos, verificando-se expressivas diferenças de produtividade em face das diferenças de localização. Em síntese, a produção por produtor varia de 5.000 a 200kg e tal diferença é determinada pelo tamanho da família e pela localização do lote. Alguns produtores não possuem terras na área irrigada local de alagamento quando cresce o nível do rio e neste caso, a produção se dá nas terras altas, sem irrigação.

A irrigação é feita de modo natural. A medida que a lagoa vai secando, o plantio vai se realizando, em geral, por etapa. Começa em canteiros nos próprios quintais dos produtores. Com a lagoa secando, as mudas vão sendo, pouco a pouco, transferidas para o centro da lagoa. Quando há necessidade de molhar a planta, isto é feito manualmente, com manqueiras. Não há uso de adubos ou fertilizantes, nem tampouco foi realizado qualquer serviço de sistematização da área irrigável.

Os produtores da lagoa tem como única atividade o plantio de arroz durante o verão. Não há emprego de trabalho assalariado no espaço destinado as famílias da comunidade. **Todo o trabalho é de responsabilidade direta das próprias famílias.** Na área do grande proprietário, se desenvolve a pecuária. O arroz é plantado pelos

moradores e, depois de colhido, os restos servem de pastagem para o gado.

De qualquer forma, o projeto teve o merito de transformar os produtores locais em proprietários de suas próprias condições de produção. Além disso, o apoio a comercialização permite a Associação livrar-se da ação do intermediário, pois, com o crédito e o armazem, pode esperar o melhor momento para vender seus produtos, mesmo que sejam vendidos aos atravessadores. Entretanto, sem dúvida, quem mais teve vantagens foi o próprio titular que vendeu a área que o PAPP distribuiu aos pequenos produtores. Além de repassar parte de suas terras a preço de mercado, recebeu, gratuitamente, eletrificação e barragem que permite controlar as águas do rio Parnaíba que inundam a lagoa periodicamente, ficando, pois, com uma considerável área irrigável, a qual, segundo os membros da Associação, é a melhor parcela.

Porém, todas as limitações que sofrem os produtores, a produção fica restrita a unidade familiar. Tais limitações são a falta de crédito para a produção e a própria extensão do lote. Nesse sentido, fica vedada a contratação de trabalho assalariado e o aparecimento de outras formas de atuação, como a parceria, por exemplo. Essa categoria fica descartada, essencialmente, pelo tamanho mínimo do lote que cada família labuta. Mas a ausência de parceiros também se dá em virtude do fato de que os lotes recebidos não vieram acompanhados pela distribuição de título de propriedade. E como se a área fosse de propriedade coletiva, ou seja, toda a área ainda pertence à Associação dos Produtores e, como decorrência, a família não pode vendê-la ou alugá-la.

Outro dado significativo que o projeto fez emergir, foi a libertação das famílias que integram a comunidade das relações de subordinação com os grandes proprietários. Isto corresponde a uma militância política mais expressiva dos membros da Associação dos Produtores da Lagoa de Campo Largo, militância esta, que culminou em uma maior integração e participação dos produtores na Associação, com o presidente desta e seus diretores, também fazendo

parte do quadro dirigente do Sindicato. No que tange a ação propriamente política, tanto o Sindicato como a Associação tem feito indicações para candidatos à Câmara Municipal e, segundo o presidente da Associação, estão próximos de eleger alguns vereadores e, depois, lutar pela prefeitura.

#### b) Projeto Lagoa Grande de Buriti dos Lopes

Em Buriti dos Lopes, a ação principal do PAPP se concentrou no apoio à comunidade da Lagoa Grande, composta de 194 famílias em uma área localizada no centro da lagoa, de, aproximadamente, 920ha. Com um diâmetro aproximado de 15km, a lagoa é formada pelas águas do rio Longa. No entanto, todo que o Longa sai da lagoa desemboca no rio Parnaíba.

A área distribuída às famílias dos produtores foi cedida pela prefeitura ao Projeto Vale do Parnaíba. Este construiu duas barragens no rio Longa: uma a montante da lagoa, para controlar o fluxo de água, e outra a jusante, a fim de controlar os "repiques" do rio Parnaíba. "Repiques" são enchentes que ocorrem durante o verão, decorrentes do controle das águas do rio Parnaíba pela barragem de Boa Esperança, que fornece energia para o Estado ou, ainda, por chuvas fora de época, lembrando que eles começaram a ocorrer após a construção da citada barragem e passaram a acontecer, com frequência, prejudicando a produção de arroz na lagoa.

O Projeto Vale do Parnaíba teve como finalidade construir barragens para controlar as águas na lagoa a fim de aumentar a produção e a produtividade de arroz, ocupação usual, desde a década de 50. Pretendia, também, construir vias de acesso entre a área produtiva e a sede do município, implantar um sistema de eletrificação, distribuir terras na lagoa para pequenos produtores e fornecer crédito e assistência técnica para esses trabalhadores.

As relações de propriedade das áreas com irrigação natural (método de vazantes) eram determinadas pela posse de terras as margens

da lagoa, isto é, os proprietários de terras reivindicavam áreas que no inverno ficavam inundadas, para plantar arroz, na época das vazantes. As terras situadas no centro da lagoa, uma área não muito definida em virtude da existência de dúvidas entre os proprietários e a prefeitura, foram cedidas ao projeto pela prefeitura. Foi justamente essa área que foi distribuída a pequenos produtores sem terra, definindo-se a distribuição de cerca de 920ha para 504 famílias, enquanto que 1.973ha corresponderam aos antigos proprietários.

Cada família recebeu um lote de mais ou menos 1,5ha, com 50m de frente e 500m de extensão, na direção do centro da lagoa. O plantio é feito por etapas, de início, e feito, de forma provisória, em canteiros

*"às margens da lagoa ou nas partes que primeiro vão sendo desocupadas pelas águas, e só posteriormente, de conformidade com a baixa das águas, vai se fazendo o transplante ou muda, em espaçamento definitivo". (Martins, 1985, p.67).*

A produtividade é maior a medida que vai se aproximando do centro da lagoa. No começo de cada lote, as margens da lagoa, a produtividade média é de 50 a 60 cargas (uma carga equivale a 60kg) de arroz, enquanto que, no centro da lagoa, chega a 120 cargas, o que corresponde a uma produtividade aproximada de 6.000kg/ha.

As relações de trabalho nos lotes distribuídos pelo projeto são tipicamente familiares, isto é, não há regularidade na contratação de mão-de-obra assalariada (a não ser esporadicamente ou através de ajuda mútua), nem mesmo contratos de parceria ou de arrendamento. Cada produtor trabalha, de maio a outubro, na tarefa de limpeza do lote e plantio, enquanto a colheita ocorre geralmente em janeiro. Não há, também, emprego de insumos químicos (fertilizantes, inseticidas etc.), nem emprego de máquinas, a não ser o uso de pequenas embarcações dentro da lagoa, para ajuda, especialmente, na colheita do arroz.

Acrescentamos que, apesar da alta produtividade proporcionada pelo plantio na lagoa, boa parte da produção se perde em virtude das enchentes em épocas não chuvosas, sobretudo, devido aos "ripiquetes"



do rio Parnaíba, problema que, mesmo com a barragem, não foi resolvido por completo. Também a barragem edificada a montante da lagoa, por ser simples e não possuir comportas, não foi suficiente para a realização de um controle adequado das águas no interior da lagoa, tendo sido reconstruída pela terceira vez, pois, em alguns anos, não suporta a pressão das águas do rio Londa. Fora das áreas distribuídas as famílias, as relações de trabalho são muito diferentes. Em 1983, a distribuição da área em produção seguiu a tendência expressa no QUADRO 45.

**QUADRO 45 - PROJETO LAGOA GRANDE DE BURITI DOS LOPES  
NÚMERO DE INFORMANTES E  
ÁREA CULTIVADA (ha)  
SEGUNDO PROPRIETÁRIOS E  
NÃO PROPRIETÁRIOS  
1983**

PROPRIETÁRIOS	1983	
	INFORMANTES	ÁREA CULTIVADA (ha)
1 - Proprietários	13	620,5
2 - Não proprietários	117	226,8
2.1 - Parceiros	98	180,9
2.2 - Ocupantes	19	45,9

Fonte: MARTINS, A. J. de S. Os PGRs do Piauí: uma avaliação de desempenho do projeto de valorização hidroagrícola da Lagoa do Buriti. Belém: UFPA, 1985. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, 1985.

Em primeiro lugar, os números mostram que as terras estão muito concentradas nas mãos de poucos titulares. Verificamos, ainda, que os proprietários trabalham áreas bem maiores que os não proprietários, sem falar nos que recebem a cota-parte correspondente ao pagamento da renda do parceiro, mostrando assim, uma apropriação extremamente desigual da renda gerada. Isto é revelado pela grande diferença entre o valor médio da produção entre proprietários e não proprietários (TABELA 48). Observamos que, de 1980 - antes da intervenção do

governo \_ a 1983 \_ depois da intervenção \_ ocorreram incrementos consideráveis nos níveis de produtividade e área média cultivada. Constatando que a interferência governamental favoreceu o aumento da renda auferida pelos produtores, mormente, pelos proprietários.

**TABELA 48 - PROJETO LAGOA GRANDE DE BURITI DOS LOPES EVOLUÇÃO DE INDICADORES SELECIONADOS 1980-1983**

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	Produtividade (kg/ha)			Área Média Cultivada			Valor Médio da Produção		
	1980	1983	80-83 (%)	1980	1983	80-83 (%)	1980	1983	80-83 (%)
1 - Proprietários	1.205	2.688	123	18,80	47,50	153	9.108	22.953	152
2 - Não proprietários	1.044	2.166	107	1,85	1,94	4,8	362,4	780	113
. Parceiros	1.046	2.098	100	1,86	1,85	(-0,6)	762,0	725	100
. Ocupantes	1.848	2.432	32	1,25	2,42	94	419,3	1.064	150

Fonte: MARTINS, A. J. de S. Os PDRI's do Piauí: uma avaliação de desempenho do projeto de valorização hidroagrícola da Lagoa do Buriti. Belem: UFPA, 1985. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Para, 1985.

6.3.3 Os projetos de irrigação do Pro-Varzeas

Além dos projetos do PAPP, a região conta ainda com projetos do DNOCS e do Pro-Varzeas. O DNOCS possui dois perímetros irrigados (Caldeirão, em Piripiri; Lagoas, em Luzilândia). O Pro-Varzeas tem sua área de abrangência em Joaquim Pires, Parnaíba e Buriti dos Lopes, sendo este último o de maior área e potencial, em termos de várzeas irrigáveis. Esses três últimos municípios pertencem as bacias do rio Longa e do baixo rio Parnaíba, apresentando uma extensão de 457.800ha de áreas potencialmente irrigáveis do Estado, segundo vários estudos concluídos. A visita a eles a fim de avaliar o Programa Pro-Varzeas (1) são os municípios de maior potencial de irrigação de várzeas: (2) foram objeto de atuação intensa do programa, no período de 1982 a 1986.

Nesses municípios, o Pro-Varzeas implementou a maioria dos projetos executados no Piauí, cerca de 1.093, até 1988. Estima-se que implantou uma área aproximada de 17.000ha de áreas sistematizadas, o que possibilitou vários projetos privados, mais para a produção de arroz.

Na realidade, os anos de 1982 a 1986 marcaram um período de forte movimento de implantação de projetos privados nesses municípios. A 'Construtora Andrade Gutierrez' se encarregou de implantar os grandes projetos **limpeza, sistematização, irrigação e drenagem**. Todos os projetos privados são de sócios da Cooperativa Agropecuária União de Parnaíba, que se encarregava de insumos produtivos. Assim, os sócios que tinham propriedades em áreas de varzeas entregavam seus pedidos à Cooperativa, esta entregava-os à Construtora para a elaboração e implantação dos projetos, os quais eram financiados pelo "Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)". A partir de 1987, com o recrudescimento do processo inflacionário, ocorreu paralisação na elaboração de novos projetos, embora alguns deles tivessem realizado ampliação das áreas irrigadas durante o período.

A maioria dos projetos do Pro-Varzeas adota o sistema de inundação para a produção de arroz, no entanto, existem projetos pelo sistema de sulcos, para a produção de milho, sorgo, feijão e banana, mas que não representam nem 10% do total dos projetos incentivados pelo programa.

Em Joaquim Pires, Buriti dos Lopes e Parnaíba, a extensão dos projetos elaborados pela mencionada Construtora varia de 50 a 460ha. Embora não fosse possível uma listagem completa e minuciosa de todos os projetos de maior escala, técnicos das EMATERs desses municípios estimam que existem perto de 40 projetos de grande porte, acima de 50ha, porém, há um número bem maior de pequenos projetos, de no máximo 10ha, elaborados e implantados pela própria EMATER. Isto porque, esse órgão se encarrega de executar os pequenos projetos, pois os custos para implantá-los eram bem menores que os cobrados pela Andrade Gutierrez, conforme informou Miguel Norberto, técnico da EMATER e consultor de numerosos projetos.

Como ilustração, apresentamos alguns projetos citados por técnicos das EMATERs, nos principais municípios de atuação do Pro-Várzeas:

PARNAIBA:

1	Lama Preta .....	- Inundação	- 100ha	- Arroz
2	Jatoba .....	- Inundação	- 56ha	- Arroz
3	Andrade Gutierrez .....	- Inundação	- 225ha	- Arroz
4	Sussuapara .....	- Inundação	- 55ha	- Arroz
5	Boca da Lagoa .....	- Inundação	- 45ha	- Arroz

BURITI DOS LOPES:

1	Carlos Henrique .....	- Inundação	- 150ha	- Arroz
2	Emerval Filho .....	- Inundação	- 400ha	- Arroz
3	Carlos Alberto .....	- Inundação	- 50ha	- Arroz
4	Clóvis .....	- Inundação	- 30ha	- Arroz
5	Tomas Neto .....	- Inundação	- 50ha	- Arroz
6	Dr. Maximo .....	- Inundação	- 150ha	- Arroz
7	Raimundinho .....	- Inundação	- 10ha	- Arroz
8	Lourival Parente .....	- Inundação	- 300ha	- Arroz
9	J. M. Borges .....	- Inundação	- 100ha	- Arroz

JOAQUIM PIRES:

1	Jose Fortes Vasconcelos .....	- Inundação	- 10ha	- Arroz
2	Ildebrando .....	- Inundação	- 15ha	- Arroz
3	Nene Portela .....	- Inundação	- 5ha	- Arroz
4	Antonio Narciso .....	- Inundação	- 20ha	- Arroz
5	Chico Genesis .....	- Inundação	- 30ha	- Arroz
6	Graciano Ferraz .....	- Inundação	- 10ha	- Arroz
7	Dr. Araújo .....	- Inundação	- 10ha	- Arroz
8	Noé Pires .....	- Inundação	- 20ha	- Arroz

Os maiores projetos se desenvolveram em Buriti dos Lopes e Parnaíba, onde, segundo depoimento do técnico supracitado, entre 1984 a 1985, foram implantados mais de 7.000ha de áreas sistematizadas com irrigação e drenagem, sendo que, em 1986, prosseguiram os trabalhos de execução de novos projetos, elevando-se a área para, aproximadamente, 10.000ha.

É fácil deduzirmos que o impacto, em termos produtivos, foi significativo. Considerando, somente, os projetos listados, temos um montante de 1.791ha de áreas irrigadas para a produção de arroz, os quais, a uma produtividade média de 2.800kg/ha, significam um acréscimo na produção de arroz de mais de 5.000 toneladas. Levando em conta que o Pro-Varzeas possibilitou um acréscimo na área irrigada em mais ou menos 17.000ha, se toda essa área fosse destinada a produção de arroz, o impacto produtivo seria muito expressivo, correspondendo a um incremento na produção de arroz, em cerca de 47.000 toneladas. Acrescentemos a isso, as áreas com produção irrigada de modo natural, isto é, áreas tocadas por produtores que realizam a produção nas vazantes de lagoas e de rios. O rio Longá possui, na área, cerca de 56 lagoas com grande potencial para a produção de arroz, nas quais predomina a produção de pequenos produtores.

A principal relação de trabalho que se estabeleceu na maioria dos projetos do Pro-Varzeas foi a parceria, utilizada em mais de 90% dos projetos com áreas sistematizadas, como afirmam técnicos da EMATER, inclusive o próprio Miquel Norberto. No entanto, esse tipo de relação de produção não corresponde àquela empregada na produção de arroz no Rio Grande do Sul, estudada com detalhes por Beskow (1986). No Rio Grande do Sul, a produção de arroz é, em grande parte, tocada por arrendatários capitalistas, que fazem investimentos na terra e a exploram via trabalho assalariado. Logo, a renda para o proprietário já constitui renda fundiária capitalista, no sentido clássico analisado por Marx (1985).

No caso do Piauí, o funcionamento é diferente. A parceria se configura como uma relação de trabalho ainda pre-capitalista, porém sem a mesma conotação de parceria das áreas de sequeiro. Aqui, o nível

tecnológico é mais avançado, mesmo na produção de arroz, onde o método de irrigação por inundação é um dos mais simples, pois não exige maior nível de conhecimento do produtor, mas já é razoável o emprego de máquinas e insumos químicos, destacando-se a uréia. Dessa forma, esse tipo de parceria é diferente da parceria tradicional do Estado. Esta é uma forma de relação de trabalho em que o parceiro, em geral, é morador na propriedade onde recebe uma pequena parcela de terra para tocar roças de subsistência, dando para o dono uma parte de sua produção, que não passa de 20%. Em outros casos, o pagamento da renda é efetivado mediante a formação de pastos.

Nas áreas irrigadas do Pro-Várzeas, o proprietário entrega pequenas parcelas para produtores sem terra **em média 1ha por família**, os quais exploram-nas através do trabalho familiar. Em geral, o proprietário com área irrigada faz todos os investimentos na terra e a entrega a várias famílias que exploram as parcelas e se obrigam a pagar uma cota-parte da produção, na maior parte dos casos, a metade da produção colhida. Em outras palavras, se um titular dispõe de 20ha em áreas irrigadas, pode contratar, em média, 20 famílias para explorá-las, em troca de pagamento correspondente a 50% da produção. Urge ressaltarmos que o parceiro não condiciona seu contrato a garantia de auferir lucro e, muitas vezes, o que consegue não dá nem para garantir sua subsistência.

Mesmo assim, o relevante é que esse parceiro não é mais um simples produtor de subsistência. Agora, é um produtor inserido no mercado, pois todas as suas condições de vida tem que ser buscadas no mercado, ainda que, obviamente, continue exercendo a atividade de pesca nos rios e lagoas, para complemento da sua sobrevivência. Sua parte na produção se destina, também, na quase totalidade, ao mercado.

Esta parece-nos uma situação idêntica a dissecada por Marx (1985, p.259), em que esse tipo de parceria constituía uma *"forma de transição entre a forma originária da renda e a renda capitalista"*. A parte que cabe ao proprietário (50% da produção) não constitui renda, mas inclui os juros do capital aplicado na terra, resultantes de gastos com limpeza, drenagem, bombas, mangueiras, sistematização do

terreno etc. Pode, como também admite esse teórico, absorver todo o trabalho excedente do parceiro ou meeiro e, portanto, a formação desse tipo de relação de trabalho não significa recriar velhas relações de trabalho, mas sim, um avanço para formas de relações mais modernas, embora não possamos denominá-las de **relações tipicamente capitalistas**.

Nesta perspectiva, podemos indagar se não seria mais vantajoso o proprietário explorar essas terras através de relações assalariadas, ou talvez a pergunta possa ser colocada de outra maneira:

### **POR QUE O PROPRIETÁRIO NÃO UTILIZA DIRETAMENTE TRABALHO ASSALARIADO?**

É lógico que para responder com profundidade a questão, seria necessário um estudo mais demorado. E que a visita a área teve como meta essencial observar os efeitos nas relações de produção e propriedade e não propriamente explicar a genese mais profunda de tais relações. Porém, podemos recorrer ao estudo de Silva (1989), que trata de perímetros irrigados no Nordeste semi-árido.

Nesse estudo, a conclusão principal é de que a parceria não é uma alternativa para o trabalho assalariado. São as condições técnicas, financeiras e econômicas que vão determinar a recriação de formas de parcerias nos perímetros irrigados. A utilização de trabalho assalariado pressupõe um desenvolvimento tal das forças produtivas que permita um controle adequado do processo produtivo por parte do proprietário ou administrador do perímetro. Tais condições técnicas estariam atreladas a existência de tarefas padronizadas e de fácil execução a ponto de não se necessitar de mão-de-obra com certa habilidade para a realização do trabalho.

Ora, essas condições não são preenchidas pelos perímetros irrigados do Pro-Varzeas, no Piauí. O processo de produção demanda certa prática por parte do agricultor, seja na administração da água, seja no manejo da cultura, no que se refere as tarefas de plantio, em

geral, feito por etapas, através do encanteiramento. Nesse sistema, o trabalho assalariado seria apenas empregado na tarefa de limpeza do terreno, isto quando a família do produtor não pudesse arcar com a tarefa. Tais entraves aumentam sobremaneira, desde que não há, na área, um mercado de trabalho estruturado, no que concerne a oferta de mão-de-obra abundante e qualificada.

Outra dificuldade é a financeira. Um proprietário, por exemplo, com 40ha de área irrigada, para recorrer a trabalho assalariado, teria que dispor de um capital de giro muito elevado para pagar aos trabalhadores, principalmente, nas épocas de pico da atividade produtiva. Isso fica difícil, diante do crescente e contínuo processo inflacionário, em que os custos financeiros tornam proibitiva a sustentação da atividade de grande risco, sobretudo, devido a falta de controle na determinação dos preços do produto.

Além disso, a maior parte dos grandes proprietários de áreas irrigadas do Pro-Varzeas exerce outras funções, não agrícolas, o que lhes impede de dedicar atenção total ao processo produtivo, sendo, pois, mais cómodo entregar as terras a parceiros e só cuidar da comercialização do produto.

Ademais, o sistema empregado, neste Estado, divide a área irrigada em várias parcelas, cada uma delas entregue a famílias diferentes. Isto significa que cada parceiro tem direito a uma quantidade relativamente pequena do produto e, o que é mais importante, cada um, individualmente, não tem nenhum controle sobre o processo de comercialização, ao contrário do proprietário, que recebe metade da produção da área e tem maior poder de barganha na comercialização, negociando diretamente com o usineiro ou cooperativa. Ao parceiro, restam as alternativas de repassar ao atravessador ou ao próprio dono da terra, sendo a última alternativa a mais comum nos locais visitados. Assim, o proprietário acaba levando vantagem, pois compra o produto de seu parceiro a preço inferior aquele que consegue junto aos usineiros. Nesse caso, toda a produção do parceiro também é vendida ao proprietário, que entrega o produto à cooperativa. O parceiro fica totalmente subordinado ao proprietário, não passando de um simples empregado.



Essa forma de organização de trabalho aparece, pois, como decorrência "natural" das condições de produção e do ambiente econômico-social em que a produção irrigada se insere no Estado, isto é, ela acaba sendo uma "linha de modernização" cercada por relações de produção rurais ainda "pre-capitalistas".

#### 6.4 Considerações gerais

A análise dos programas governamentais para a região Norte suscita as seguintes conclusões:

- a) O POLONORDESTE foi o programa que apresentou efeitos mais abrangentes. Embora tivesse como objetivo explícito beneficiar o pequeno produtor, de fato, trouxe benefícios mais gerais, no sentido de ser um verdadeiro veículo para incentivar a modernização da região. Assim, com seus segmentos de implantação de estradas vicinais, eletrificação rural, crédito e assistência técnica, pesquisa agropecuária, atingiu não somente os municípios diretamente contemplados como beneficiários, mas, praticamente, toda a região. Da mesma forma, não foram somente os pequenos produtores beneficiados, mas, também, e, fortemente, os grandes proprietários.

A atuação do programa possibilitou o aumento do potencial produtivo de terras antes ociosas, causando a sua incorporação no processo produtivo, através do artifício do parcelamento, mormente, da grande propriedade, ampliando, pois, o número de produtores na condição de parceiros ou de pequenos arrendatários, além de melhorar a integração da pequena produção ao mercado. Propiciou, através do crédito e da assistência técnica, a melhoria dos métodos de produção tanto da pecuária (grande proprietário), como da produção agrícola mercantil. Essas mudanças se refletem no forte crescimento do número de estabelecimentos que tiveram acesso a crédito, incrementaram a utilização de insumos químicos e máquinas

agricolas, principalmente, tratores, e ampliaram as areas de pastagens plantadas.

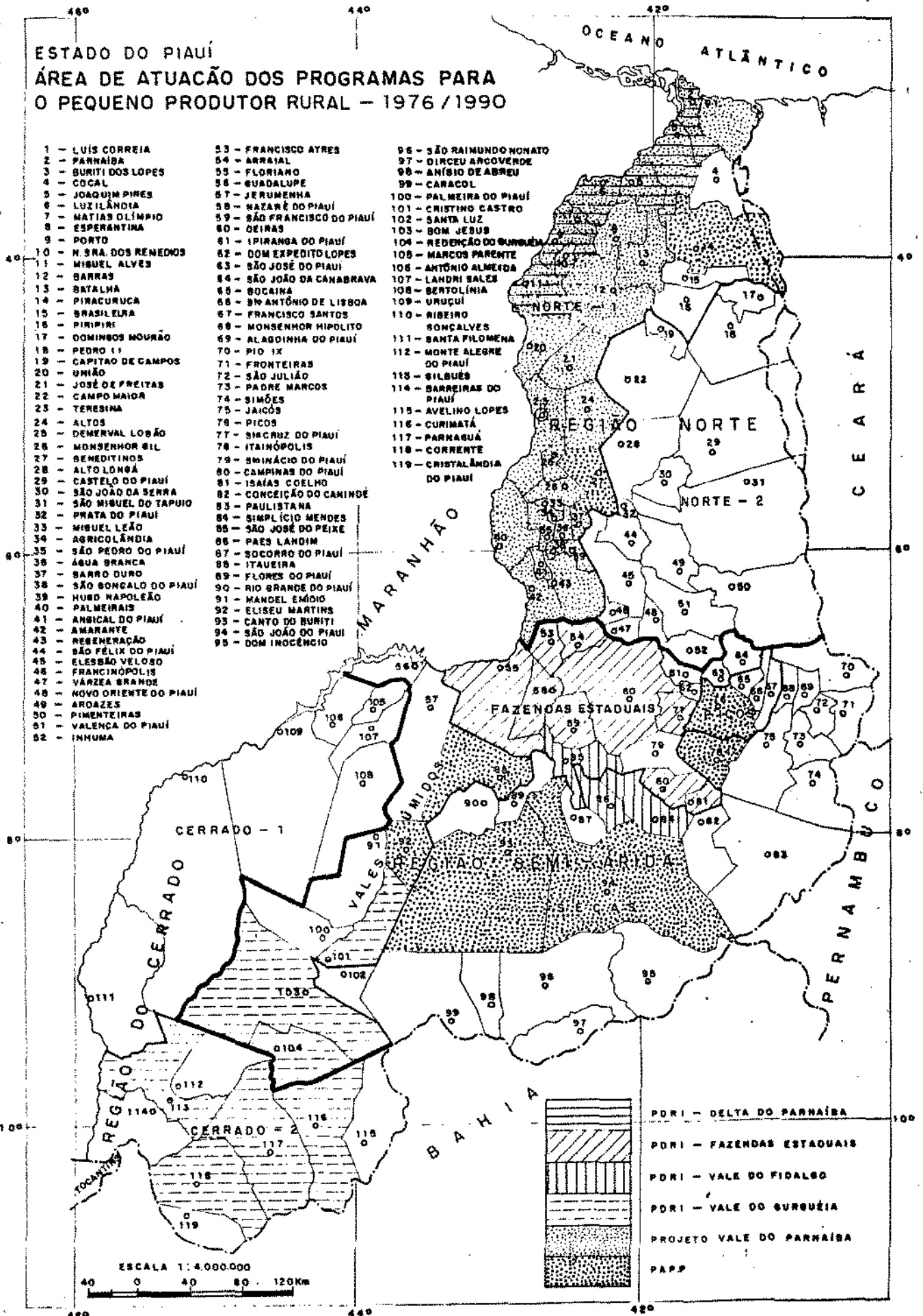
Outro efeito importante do POLONORDESTE foi a tendencia de maior concentração da propriedade e da posse da terra, especialmente, em virtude de propiciar a valorização das terras e o acesso desigual aos seus beneficios, tendo como consequencia, mudancas nas relações de trabalho, maior dificuldade de acesso a terra pelas familias não proprietarias e o acirramento dos conflitos rurais provocado pelo numero crescente de expulsões de antigos posseiros ou moradores das grandes propriedades.

- b) O Projeto Vale do Parnaíba, ainda que tivesse uma estratégia fundiária que objetivasse beneficiar o produtor sem terra, apresentou como resultado mais importante, a intensificação do processo iniciado pelo PDRI do Delta do Parnaíba, não apenas porque ampliou o numero de municípios beneficiados diretamente (de nove para 29), mas, sobretudo, porque continuou construindo estradas, estendendo a rede de distribuição de energia elétrica, incentivando a assistência técnica e a pesquisa, trouxe como novidade o segmento de recursos hídricos, que possibilitou implantar projetos importantes de irrigação, tais como: Lagoa Grande de Buriti dos Lopes; Projeto de Campo Largo, em Porto; Projeto Itaueiras, além de outros planos de ação de irrigação comunitária.
- c) Os programas de irrigação apresentaram efeitos na mesma direção dos anteriores. O programa mais forte foi o Pró-Várzeas, que se concentrou, basicamente, em três municípios do Delta do Parnaíba - Parnaíba, Buriti dos Lopes e Joaquim Pires, onde se deu a expansão de mais ou menos 10.000ha em áreas sistematizadas para a produção irrigada de arroz, beneficiando, prioritariamente, grandes e médios proprietários de terras.

Em suma, esses programas, na região, propiciaram a modernização a produção agropecuária, principalmente, do latifúndio pecuarista e a produção agrícola mercantil, além de provocar uma maior diferenciação da pequena produção. Essa diferenciação ocorreu, sobretudo, pela transformação de pequenos produtores em produtores de arroz nas várzeas irrigáveis intimamente vinculados aos mercados, beneficiados com ações dos projetos, ao contrário da pequena produção em área de sequeiro, com quase nenhuma assistência governamental e tendo como objetivo maior a subsistência familiar.

ESTADO DO PIAUÍ  
 ÁREA DE ATUAÇÃO DOS PROGRAMAS PARA  
 O PEQUENO PRODUTOR RURAL - 1976/1990

- |                            |                             |                             |
|----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| 1 - LUÍS CORREIA           | 53 - FRANCISCO AYRES        | 96 - SÃO RAIMUNDO NONATO    |
| 2 - PARNAÍBA               | 54 - ARRAIAL                | 97 - DIRCEU ARCOVERDE       |
| 3 - SURITI DOS LOPES       | 55 - FLORIANO               | 98 - ANÍSIO DE ABREU        |
| 4 - COCAL                  | 56 - GUADALUPE              | 99 - CARACOL                |
| 5 - JOAQUIM PIRES          | 57 - JERUMENHA              | 100 - PALMEIRA DO PIAUÍ     |
| 6 - LUXILÂNDIA             | 58 - NAZARÉ DO PIAUÍ        | 101 - CRISTINO CASTRO       |
| 7 - MATIAS OLÍMPIO         | 59 - SÃO FRANCISCO DO PIAUÍ | 102 - SANTA LUZ             |
| 8 - ESPERANTINA            | 60 - DEIRAS                 | 103 - BOM JESUS             |
| 9 - PORTO                  | 61 - IPIRANGA DO PIAUÍ      | 104 - REDEÇÃO DO BURURUPÉ   |
| 10 - N. SRA. DOS RENEDES   | 62 - DOM EXPEDITO LOPES     | 105 - MARCOS PARENTE        |
| 11 - MIGUEL ALVES          | 63 - SÃO JOSÉ DO PIAUÍ      | 106 - ANTONIO ALMEIDA       |
| 12 - BARRAS                | 64 - SÃO JOÃO DA CANABRAVA  | 107 - LANDRI SALES          |
| 13 - BATALHA               | 65 - BOCAINA                | 108 - BERTOLÍLIA            |
| 14 - PIRACURUCA            | 66 - BR. ANTONIO DE LISBOA  | 109 - URUCUI                |
| 15 - BRASILEIRA            | 67 - FRANCISCO SANTOS       | 110 - RIBEIRO               |
| 16 - PIRIPIRI              | 68 - MONSENHOR HIPOLITO     | SONHALVES                   |
| 17 - DOMINGOS MOURÃO       | 69 - ALAGUINHA DO PIAUÍ     | 111 - SANTA FILOMENA        |
| 18 - PEDRO II              | 70 - PIO IX                 | 112 - MONTE ALEGRE DO PIAUÍ |
| 19 - CAPITÃO DE CAMPOS     | 71 - FRONTEIRAS             | 113 - SILVÉS                |
| 20 - UNIÃO                 | 72 - SÃO JULIÃO             | 114 - SARRÊIRAS DO PIAUÍ    |
| 21 - JOSÉ DE FREITAS       | 73 - PADRE MARCOS           | 115 - AVELINO LOPES         |
| 22 - CAMPO MAIOR           | 74 - SIMÕES                 | 116 - CURIMATÁ              |
| 23 - TERESINA              | 75 - JAICÓS                 | 117 - PARNAÍBA              |
| 24 - ALTOS                 | 76 - PICOS                  | 118 - CORRENTE              |
| 25 - DEMERVAL LOBÃO        | 77 - SINCRUZ DO PIAUÍ       | 119 - CRISTALÂNDIA DO PIAUÍ |
| 26 - MONSENHOR SIL         | 78 - ITAINÓPOLIS            |                             |
| 27 - BENEDITINOS           | 79 - SEMINÁRIO DO PIAUÍ     |                             |
| 28 - ALTO LONGÁ            | 80 - CAMPINAS DO PIAUÍ      |                             |
| 29 - CASTELO DO PIAUÍ      | 81 - ISAIAS COELHO          |                             |
| 30 - SÃO JOÃO DA SENRA     | 82 - CONCEIÇÃO DO CANINDE   |                             |
| 31 - SÃO MIGUEL DO TAPIUÁ  | 83 - PAULISTANA             |                             |
| 32 - PRATA DO PIAUÍ        | 84 - SIMPLÍCIO MENDES       |                             |
| 33 - MIGUEL LEÃO           | 85 - SÃO JOSÉ DO PEIXE      |                             |
| 34 - AGRICOLÂNDIA          | 86 - PAZ LANDIM             |                             |
| 35 - SÃO PEDRO DO PIAUÍ    | 87 - SOCORRO DO PIAUÍ       |                             |
| 36 - ÁGUA BRANCA           | 88 - ITAUEIRA               |                             |
| 37 - BARRO DURO            | 89 - FLORES DO PIAUÍ        |                             |
| 38 - SÃO GONCALO DO PIAUÍ  | 90 - RIO GRANDE DO PIAUÍ    |                             |
| 39 - HUMO NAPOLEÃO         | 91 - MANDEL EMÍDIO          |                             |
| 40 - PALMEIRAS             | 92 - ELISEU MARTINS         |                             |
| 41 - ANSICAL DO PIAUÍ      | 93 - CANTO DO BURITI        |                             |
| 42 - AMARANTE              | 94 - SÃO JOÃO DO PIAUÍ      |                             |
| 43 - RESENERAÇÃO           | 95 - DOM INOCÊNCIO          |                             |
| 44 - SÃO FELIX DO PIAUÍ    |                             |                             |
| 45 - ELESSÃO VELOSO        |                             |                             |
| 46 - FRANCINÓPOLIS         |                             |                             |
| 47 - VARZEA BRANCA         |                             |                             |
| 48 - NOVO ORIENTE DO PIAUÍ |                             |                             |
| 49 - ARDAZES               |                             |                             |
| 50 - PIMENTEIRAS           |                             |                             |
| 51 - VALENÇA DO PIAUÍ      |                             |                             |
| 52 - INHUMA                |                             |                             |



ESCALA 1:4.000.000  
 40 0 40 80 120 Km

- PORI - DELTA DO PARNAÍBA
- PORI - FAZENDAS ESTADUAIS
- PORI - VALE DO FIDALGO
- PORI - VALE DO BURRUPE
- PROJETO VALE DO PARNAÍBA
- PAPP

## 7 OS EFEITOS DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS - REGIÃO SEMI-ÁRIDA

Para a delimitação da região Semi-árida, utilizamos as microrregiões do IBGE, propostas pela Resolução PR nº 51, de 31/07/89, que aprova a divisão em mesos e microrregiões geográficas. Para selecionar as microrregiões que constituem o Semi-árido piauiense, de início, nos baseamos na classificação de Carvalho (1988), que inclui as microrregiões de Floriano (050), Baixões Agrícolas Piauienses (051), Médio Gurqueia (053) e Altos Piauí e Caninde (054), as quais se fundamentavam em Resolução do IBGE de 1968 sobre a divisão do Brasil em mesos e microrregiões. A seguir, atualizamos a classificação para a nova Resolução, determinando as seguintes microrregiões: Floriano (094), Alto Médio Gurguéia (095), São Raimundo Nonato (096), Picos (098), Pio IX (090) e Alto Médio Canindé (100). Esta nova classificação permitiu uma subdivisão mais detalhada do espaço do Semi-árido, em face, decerto, do aperfeiçoamento da metodologia do IBGE e, também, por causa de mudanças nas condições socioeconômicas regionais.

A região integra 54 municípios localizados na parte Centro-sul do Estado, limitando-se com os municípios dos Cerrados piauienses (Uruçuí, Ribeiro Gonçalves e Santa Filomena), com o Extremo-sul e com os estados do Ceará, Pernambuco e Bahia. Tem área territorial aproximada de 120.163 km<sup>2</sup>, perto de 48% do território estadual e de acordo com informações do IBGE, de 1980, possuía 666.629 habitantes (31% da população do Estado) e uma densidade demográfica de 5,9 hab/km<sup>2</sup>.

Para efeito de observação e análise, dividimos a região em quatro sub-regiões, diferenciadas em função das intervenções governamentais e, também, por fatores fisiográficos e traços peculiares quanto a estrutura fundiária. Estão aqui definidas:

a) Sub-região de Picos - municípios selecionados para

estudo: Picos, Bocaina, Francisco Santos e Santo Antonio de Lisboa:

b) **Sub-região das Fazendas Estaduais** - municípios escolhidos: Floriano, Oeiras, Arraial, Francisco Ayres, Nazare do Piauí, Socorro do Piauí, Santa Cruz do Piauí, Santo Inacio do Piauí, Campinas do Piauí e Isaias Coelho:

c) **Sub-região das Secas** - municípios selecionados: Canto do Buriti, Pio IX, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Paulistana, Jaicos, Socorro do Piauí, Fronteiras e Simões:

d) **Sub-região dos Vales Úmidos** - municípios incluídos: Cristino Castro, Bom Jesus, Redenção do Gurqueia, Jerumenha, Manoel Emidio, Palmeiras do Piauí, Simplicio Mendes, Paes Landim, São Jose do Peixe e Itaueiras.

A análise dos efeitos dos programas do governo segue o mesmo procedimento metodológico utilizado para o Norte, assim, o estudo ocorrerá em duas etapas: exploraremos as informações dos censos agropecuarios do IBGE para a década de 70; para os anos 80, recorreremos a informações colhidas nos órgãos executores dos programas, além das observações levantadas através da pesquisa de campo efetivada nos principais municípios. Os municípios visitados foram:

a) **Sub-região de Picos:** Picos e Bocaina:

b) **Sub-região das Fazendas Estaduais:** Floriano e Oeiras:

c) **Sub-região das Secas:** Canto do Buriti, Pio IX e São João do Piauí:

d) **Sub-região dos Vales Úmidos:** Simplicio Mendes, Jerumenha, Manoel Emidio e Itaueiras.

## 7.1 Algumas características econômicas das sub-regiões

Faremos uma rápida caracterização econômica das sub-regiões do Semi-árido, para o ano de 1970, visando a um melhor entendimento das alterações que se processaram no decorrer das duas décadas seguintes.

### 7.1.1 A sub-região de Picos

A sub-região de Picos constituir-se dos municípios de Picos, Bocaína, Francisco Santos e Santo Antonio de Lisboa, não correspondendo exatamente a microrregião de Picos definida pelo IBGE, através da citada Resolução PR nº 51, de 31/07/89, que trata da divisão do Brasil em mesos e microrregiões geográficas. Nessa Resolução, a microrregião ora em estudo contém, além dos municípios citados, Santa Cruz do Piauí, Nazaré do Piauí, Ipiranga e São João da Canabrava. Os três municípios por nos considerados, agora Picos, apresentam características semelhantes a este último em termos de estruturas produtivas e de propriedades das terras, por terem feito parte, antes do desmembramento, do município de Picos. Logo, passaram pelos mesmos processos históricos referentes ao atual município de Picos, além de serem objeto do mesmo tipo de intervenção governamental.

A sub-região ora analisada se caracteriza por apresentar uma estrutura fundiária bastante consolidada, em virtude de não possuir áreas vazias ou terras devolutas, sem permitir grande movimentação, sobretudo, provocada pela implantação de grandes projetos agropecuários. Em 1970, essa estrutura apresentava uma predominância de pequenos proprietários minifundiários e uma baixa participação de latifúndios, segundo a classificação do INCRA. Isso pode ser fundamentado por uma ligeira comparação da estrutura fundiária dessa sub-região com a média estadual.

Pelos dados da TABELA 49, em que o termo latifúndio está sendo

empregado na acepção de latifúndio por exploração. fica bem clara a presença pouco expressiva de latifúndios na sub-região de Picos, o que é, portanto, um fato peculiar, considerando-se que o Piauí ainda tinha, em 1970, no latifúndio, uma unidade de produção importante, núcleo de sua formação histórica. Julgamo-lo um elemento essencial, porque é dele que se origina o poder no campo, quando as unidades agrícolas de pequeno porte estão intimamente a ele vinculadas, seja porque as mesmas, em grande parte, estão em seu interior, seja porque aquelas tocadas por pequenos proprietários dependiam dele para complementar a subsistência, mediante a venda de força de trabalho em regime temporário.

**TABELA 49 - PARTICIPAÇÃO EM % DOS IMÓVEIS CLASSIFICADOS COMO MINIFÚNDIOS E LATIFÚNDIOS NA SUB-REGIÃO DE PICOS E A MÉDIA DO ESTADO 1972**

Discriminação	Imoveis com menos de 50ha	Minifúndios	Latifúndios
Sub-região de Picos	87.7	95.2	0.1
Média Estadual	60.7	78.9	20.4

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Estatísticas cadastrais, Rio de Janeiro: 1972.

Na sub-região de Picos, esses laços de subordinação da pequena plantação parecem não ser tão fortes como em outras áreas do território piauiense. Isto é ilustrado, através da pequena participação de produtores na condição de pequenos arrendatários e parceiros. Em Picos, por exemplo, a presença desses produtores não alcançava 10% em Bocaina, 9% em Francisco Santos, 13% em Santo Antonio de Lisboa, 19.5%. Nessa sub-região, a participação de produtores proprietários variava de 55.18% em Santo Antonio de Lisboa



87,9%, em Bocaina, apresentando, em média, índices bem acima dos mantidos pela região Norte e outras sub-regiões do Semi-árido.

Por conta de tal estrutura fundiária, a sub-região de Picos se destaca como expressiva produtora de produtos agrícolas, ostentando uma participação, em relação a pecuária, em termos de valor da produção, com índices superiores às demais áreas piauienses. A composição da sua produção agropecuária está detalhada na TABELA 50.

**TABELA 50 - SUB-REGIÃO DE PICOS  
COMPOSIÇÃO DO VALOR  
DA PRODUÇÃO  
AGROPECUÁRIA  
1970**

(Em %)

Municípios	Animal			Vegetal		
	Grande Porte	Médio Porte	Aves e Pequenos Animais	Lavouras Permanentes	Lavouras Temporárias	Extração Vegetal
Picos	18,5	3,5	2,4	15,3	52,1	7,2
Bocaina	7,0	3,2	1,6	3,7	82,6	2,0
Francisco Santos	13,0	1,2	2,0	0,3	77,7	5,6
Santo Antonio de Lisboa	21,3	4,7	4,4	1,0	57,8	10,6

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.

As lavouras superam muito, em termos de valor da produção, a atividade de criação animal, sendo esta uma outra peculiaridade da sub-região, ou seja, a predominância da produção agrícola em comparação com a pecuária. As principais culturas de inverno são o milho, o feijão, o arroz e a mandioca, cultivados no período de dezembro a maio, aproveitando a estação das chuvas. No verão, as ocupações agrícolas se resumem as culturas do alho e cebola, e, em menor grau, do arroz, estas últimas realizadas às margens do rio Guaribas ou em baixões ou brejos - margens dos riachos.

Como a produção agrícola era apoiada em pequenos produtores

proprietários, um dos maiores problemas enfrentados por eles é a precariedade de condições para a comercialização de seus produtos. O capital comercial é bastante ativo na sub-região, formando uma grande malha de atravessadores, que negociam de forma vantajosa com esses produtores. A Cooperativa de Sussuapara, fundada por pequenos produtores, ainda não reúne condições de diminuir a influência do intermediário, em face de dispor de poucos recursos para negociar toda a safra agrícola dos seus associados.

Em função de tais singularidades, a sub-região de Picos não foi a área preferida para a implantação de grandes projetos com Incentivos Fiscais e tampouco foi palco da atuação sistemática de programas como o POLONORDESTE ou programas de Irrigação. As intervenções do governo (sobretudo, POLONORDESTE e PAPP), se resumem ao apoio financeiro à Cooperativa de Comercialização Agrícola de Picos, à construção de uma barragem no rio Guaribas e outras medidas relacionadas com a infraestrutura, como construção de estradas, eletrificação rural e outras.

#### 7.1.2 A sub-região das Fazendas Estaduais

A sub-região das Fazendas Estaduais abrange os municípios de Floriano, Debras, Araraí, Francisco Ayres, Nazare do Piauí, Socorro do Piauí, Santa Cruz do Piauí, Santo Inácio do Piauí, Campina e Isaias Coelho. Conta com municípios das microrregiões geográficas, segundo critérios do IBGE, Floriano, Alto Médio Canindé e Médio Parnaíba Piauiense.

Resolvemos trabalhar com essa sub-região, em virtude de ela apresentar uma peculiaridade importante com relação aos nossos objetivos: corresponde a área onde existem as Fazendas Estaduais, onde, como dito anteriormente, a maior parte das terras pertencia ao governo estadual e se encontrava em regime de posse.

Em 1976 foi elaborado um PORI do POLONORDESTE, com o intuito de fazer uma discriminatório para verificar a situação das terras das

Fazendas e realizar uma regularização fundiária. A pretensão do PDRI era identificar cerca de 1,2 milhões de hectares de terras, que, posteriormente, seriam vendidos aos grandes posseiros e regularizadas ou doadas aos pequenos posseiros, além de efetivar um levantamento das condições socioeconômicas existentes, visando a formular um plano de desenvolvimento para a área.

Nesta perspectiva, a inclusão dessa sub-região tem o objetivo, para nosso estudo, de dissecar os efeitos, para os seus municípios, do referido PDRI e dos projetos dos incentivos fiscais, que se instalaram a partir da segunda metade dos anos 70.

A estrutura de distribuição da posse da terra na sub-região se assemelhava, em 1970, às regiões onde esta posse era mais concentrada. Para todos os seus municípios, os estabelecimentos com mais de 500ha, que não passavam de mais de 4% da totalidade, se apropriavam de mais de 40% das terras recenseadas pelo IBGE, como áreas dos estabelecimentos. Enquanto isso, aqueles com menos de 10ha, que representavam mais de 80% do total, não chegavam a deter, na maioria dos casos, nem 1% da área dos estabelecimentos.

A concentração maior acontecia entre os estabelecimentos com mais de 1.000ha, indicando que uns poucos posseiros se apropriavam de espaços imensos, o que reforçava a necessidade de uma intervenção mais sistemática, a fim de se realizar uma regularização que minorasse a situação de privilégio na apropriação de terras públicas em detrimento dos pequenos produtores. A situação pode ser melhor compreendida, quando analisamos a participação de ocupantes na composição dos estabelecimentos, por condição de produtor. (TABELA 51).

A TABELA 51 mostra uma grande diversidade na composição dos produtores. Há municípios com grande participação de proprietários — Floriano e Nazare do Piauí —; com grande número de posseiros — Arraial, Francisco Ayres e Oeiras —; com baixa participação de proprietários e posseiros, mas com alta participação de arrendatários — Valença do Piauí —; e outros com distribuição mais ou menos equilibrada entre as várias categorias de produtores.

**TABELA 51 - SUB-REGIÃO DAS FAZENDAS ESTADUAIS - PRODUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS POR CONDIÇÃO DO PRODUTOR**  
1970

MUNICÍPIOS	Estabelecimentos com Proprietários (%)	Estabelecimentos com Arrendatários (%)	Estabelecimentos com Parceiros (%)	Estabelecimentos com Ocupantes (%)
Floriano	60,6	20,6	0,4	18,3
Deiras	27,8	39,1	9,2	23,9
Arraial	23,4	2,3	0,0	74,4
Francisco Ayres	33,3	37,0	4,5	25,2
Nazaré do Piauí	74,8	3,8	18,5	2,9
São Francisco do Piauí	23,2	60,3	0,9	15,6
Santa Cruz do Piauí	17,5	64,3	2,3	15,8
Santo Inácio do Piauí	3,0	73,2	3,7	0,1
Campinas do Piauí	2,4	95,2	0,1	2,4
Isaias Coelho	2,4	95,2	0,2	2,2

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.

Do contrário da sub-região de Picos, a sub-região das Fazendas Estaduais mantém uma significativa diferença entre as áreas totais de seus municípios e as áreas totais dos estabelecimentos registrados em 1970, a favor dos primeiros. Isto é um forte indicio de que a sub-região tinha uma estrutura ainda pouco consolidada, em virtude de possuir grande quantidade de áreas sem utilização produtiva, fato que atrai empresários e especuladores, sobretudo, quando se instalam programas e projetos com apoio governamental, os quais levam à valorização produtiva das terras, gerando movimentos que provocam mudanças substanciais na configuração socioeconômica da sub-região. A TABELA 52 descreve a composição das atividades produtivas da sub-região, em 1970.

Estabelecendo uma relação entre as TABELAS 51 e 52, apreendemos uma correlação interessante. Para os municípios onde identificamos uma forte concentração de terra entre arrendatários (Santo Inácio, Campinas e Isaias Coelho), ocorre uma maior participação da atividade

pecuária e, conseqüentemente, baixa participação das lavouras. Por outro lado, no grupo com maior presença de posseiros, acontece o inverso, isto é, tem-se uma maior participação das lavouras, sobretudo de alimentos — Oeiras, Arraial, Francisco Ayres —, mostrando uma correlação positiva entre a relação de arrendamento com a atividade principal dos grandes estabelecimentos, para a sub-região.

**TABELA 52 — SUB-REGIÃO DAS FAZENDAS ESTADUAIS — COMPOSIÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA 1970**

(Em %)

Municípios	Animal			Vegetal		
	Grande Porte	Médio Porte	Aves e Pequenos animais	Lavouras Permanentes	Lavouras Temporárias	Extracção Vegetal
Floriano	22.3	4.3	2.8	2.7	19.1	48.8
Oeiras	20.1	11.6	5.1	2.7	55.1	5.4
Arraial	13.2	15.2	5.2	0.4	47.2	18.8
Nazaré do Piauí	18.2	6.7	5.3	1.0	53.7	15.1
São Francisco do Piauí	18.2	6.8	1.3	1.0	57.5	15.1
Santa Cruz do Piauí	37.5	9.4	3.6	6.8	14.6	18.1
Santo Inácio do Piauí	54.6	6.5	4.3	0.0	29.5	3.2
Campinas do Piauí	43.0	13.3	4.6	6.6	15.2	17.1
Isaias Coelho	55.9	17.8	2.5	2.3	12.2	9.3
Francisco Ayres	17.5	10.4	4.0	0.5	54.6	13.0

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.

### 7.1.3 A sub-região das Secas

A sub-região das Secas corresponde às microrregiões do IBGE chamadas de São Raimundo Nonato (sete municípios), Pio IX, (seis municípios), Alto Médio Caninde (12 municípios). No entanto, alguns municípios desta última microrregião pertencem ao vale do rio Fidalgo e, assim, estão incluídos na sub-região dos Vales Unidos. Os principais municípios, que serão objeto de análise, por terem sido os

preferidos para implantação de projetos, são Canto do Buriti, Pio IX, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Paulistana, Jaicós, Socorro do Piauí, Fronteiras e Simões. Tais municípios se caracterizam por sua localização em área de maior incidência das secas. Não dispõem de rios perenes, e, via de regra, suas atividades produtivas funcionam baseadas em açudes, barreiros e aguadas. Detem vastas áreas de terras sem nenhum aproveitamento, desde que ainda não contam com infraestrutura de açudes, estradas e eletrificação, além de seus solos apresentarem baixa fertilidade.

A estrutura fundiária, na sub-região, em 1970, também era muito concentrada. Os estabelecimentos com até 50ha, que categorizamos como pequenos, representavam a grande maioria em, praticamente, todos os municípios. Esses estabelecimentos apareciam com participação, no total, em mais de 70% e na apropriação da área dos estabelecimentos, em torno de 13%. A maior concentração nessa faixa de área, estava no grupo de 10 a 50ha, ao contrário da região Norte e demais sub-regiões do Semi-árido, cuja concentração de estabelecimentos se situava na faixa de 0 a 10ha. Decerto, este fato se explica pela baixa fertilidade dos seus solos, em geral, inferior a dos solos das demais sub-regiões.

Ha também uma maior participação de estabelecimentos nos grupos de 50 a 100 e de 100 a 500ha, com percentuais acima de 20%, no que tange a estabelecimentos e 30%, quanto a apropriação das terras em relação ao total de áreas. Porém, nas faixas de 500 a 1.000ha e de 1.000 e mais hectares, um número pequeno de estabelecimentos (ao redor de 2% do total) se apropriava de 40 a 50% do total das terras dos estabelecimentos, para a maior parte dos municípios.

Na sub-região das Secas, em 1970, prevalecia a pecuária de forma extensiva, em volta de açudes. No entanto, a produção agrícola, sobretudo, das safras temporárias, era também importante, principalmente, pelo fato de ser expressivo o número de pequenos e médios proprietários e de posseiros, os quais exerciam atividades próximo a açudes, barreiros e aguadas, onde criam os brios beira de córregos, onde a produção tinha como principais produtos, feijão,

mandioca, milho, arroz e algodão. A composição dos produtores, segundo condição do produtor, está descrita na TABELA 53.

**TABELA 53 - SUB-REGIÃO DAS SECAS  
PERCENTAGEM DOS  
PRODUTORES SEGUNDO  
CONDIÇÃO DO PRODUTOR  
1970**

Municípios	Proprietários	Arrendatários	Parceiros	Ocupantes
Canto do Buriti	70,4	0,1	0,9	28,7
Píó IX	71,2	7,0	4,2	17,6
São João do Piauí	74,1	0,3	0,7	24,9
São Raimundo Nonato	56,1	0,0	0,0	43,8
Paulistana	82,9	0,0	0,1	17,1
Jaicós	69,3	1,1	0,1	29,5
Socorro do Piauí	92,3	5,2	0,0	2,5
Fronteiras	70,2	0,6	5,4	23,8

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.

A presença de produtores na condição de parceiros e arrendatários é quase insignificante, o que comprova a natureza extensiva com que eram executadas as atividades produtivas na sub-região, com ênfase para a pecuária, que demandava pouca mão-de-obra para o manejo de gado. Isto se confirma com os baixíssimos índices de contratação de trabalhadores em regime temporário ou permanente, os quais não ultrapassavam percentuais acima de 13 do pessoal ocupado, para a maioria dos municípios. A composição das atividades produtivas, segundo valor da produção, integra a TABELA 54.

A distribuição reflete, de certa forma, as condições do semi-árido, onde a pecuária se desenvolve extensivamente. Logo, não chega a apresentar participação dominante. Enquanto isso, é a agricultura (alimentos basicamente de subsistência) que detem maior participação, mesmo tendo o algodão conquistado algum destaque. Por isso, municípios como Simões, Fronteiras e Paulistana mantem boa participação de lavouras permanentes, percebendo-se, então, influência decisiva da cultura de algodão arbóreo.

**TABELA 54 - SUB-REGIÃO DAS SECAS  
COMPOSIÇÃO DO VALOR DA  
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA  
1970**

(Em %)

Municípios	Animal			Vegetal		
	Grande Porte	Médio Porte	Aves e Pequenos animais	Lavouras Permanentes	Lavouras Temporárias	Extração Vegetal
Canto do Buriti	26.0	8.0	2.2	4.8	47.6	11.4
Pio IX	6.8	1.5	0.6	4.1	83.2	1.8
São João do Piauí	40.0	14.7	3.3	5.0	29.0	8.0
São Raimundo Nonato	22.4	10.3	4.5	0.7	56.8	5.3
Paulistana	28.0	13.1	4.2	14.2	23.2	17.3
Jaicós	24.9	6.0	2.7	5.7	49.5	11.2
Socorro do Piauí	31.6	6.9	3.1	3.0	51.0	4.5
Fronteiras	30.2	6.0	2.0	22.5	32.3	6.0
Simões	24.0	4.7	1.3	43.8	23.8	2.4

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.

#### 7.1.4 A sub-região dos Vales Úmidos

A sub-região dos Vales Úmidos se encontra dentro das microrregiões homogêneas do IBGE, denominadas de **Alto Médio Gurguéia** (095) e **Alto Médio Canindé** (100), integrando os vales dos rios Gurgueia e Fidalgo. Acrescentamos o município de **Itaueiras**, localizado no vale do rio Itaueira, mas pertencente a microrregião homogênea de Floriano (094), pois nele foi implantado, pelo POLONORDESTE, um importante projeto de irrigação.

Os municípios selecionados para análise são alguns que fizeram parte dos PDRI's do POLONORDESTE para o Vale do Fidalgo e Gurgueia e outros que receberam projetos do FINOR. São os seguintes: **Cristino Castro**, **Bom Jesus**, **Redenção do Gurguéia**, **Jerumenha**, **Manoel Emídio**, **Palmeiras do Piauí** (Gurguéia), **Simplicio Mendes**, **Paes Landim**, **São José do Peixe** (Fidalgo) e **Itaueiras**.



Na sub-região ora discutida, foram executados dois projetos de irrigação do DNOCs - o Projeto Fidalgo (Simplicio Mendes) e o Projeto Gurguéia (Cristino Castro) -, bem como alguns outros, financiados pelo FINOR Agropecuario.

Nos Vales Úmidos, são relevantes as ocupações agrícolas efetivadas nas varzeas de rios, mormente, através de pequenos produtores, que preferem as culturas de arroz, milho e feijão. Ademais, os governos federal e estadual tem incentivado a prática da irrigação via grandes projetos ou benefícios às comunidades de produtores em áreas de varzeas, como, por exemplo, em Manoel Emídio e Itaueiras. Nessa sub-região, foram implementados alguns projetos financiados pelo FINOR Agropecuario para pecuária de corte, em Manoel Emídio e Jerumenha.

Na sub-região dos Vales Úmidos, há concentração de produtores no grupo de área de 0 a 5ha, que correspondem a maior parte dos municípios, com percentuais acima de 40%, como são os casos de Manoel Emídio, Itaueiras, Cristino Castro, Bom Jesus, Redenção do Gurguéia e Jerumenha, situados no Vale do Gurgueia. No entanto, os produtores nessa faixa de área possuem em torno de 1%, apenas, das terras dos estabelecimentos registrados em 1970. Esta é uma diferença interessante em comparação à sub-região das Secas, justificada pelo fato de que as varzeas de rios são geralmente exploradas por pequenos produtores, ostentando alta fertilidade em relação aos solos da sub-região. Portanto, 5ha de varzeas podem ter melhores condições produtivas do que 50ha em terras arenosas e com baixa disponibilidade de água.

Por este motivo, talvez, a sub-região dos Vales Úmidos possua uma estrutura fundiária mais concentrada do que a das Secas. Com efeito, na primeira sub-região, em contrapartida ao grupo de até 5ha, os grupos de terras de 500 a 1.000 e de 1.000 e mais hectares detêm, em geral, mais de 50% das terras apropriadas pelos estabelecimentos. Os casos mais graves eram em Itaueiras, 67,4%; Cristino Castro, 76,2%;

Dos grupos de áreas intermediárias, o mais expressivo era o de 100 a 500ha, que mantinha percentuais significativos tanto em termos de número de estabelecimentos, quanto em área. Assim, índices de participação para os estabelecimentos se situavam entre 8,6% (Redenção do Gurgueia) a 20,8% (Simplicio Mendes), enquanto para a área apropriada, ficavam no intervalo de 17,6% (Cristino Castro) e 42,7% (Manoel Emidio). Em termos de composição por condição do produtor, a situação em 1970 era a exposta na TABELA 55.

**TABELA 55 - SUB-REGIÃO DOS VALES ÚMIDOS - PERCENTAGEM DOS PRODUTORES SEGUNDO CONDIÇÃO DO PRODUTOR 1970**

(Em %)

Municípios	Proprietários	Arrendatários	Parceiros	Ocupantes
Manoel Emidio	36,6	0,2	19,9	43,8
Itaueiras	53,4	4,6	9,2	32,8
Simplicio Mendes	88,1	0,0	0,0	11,9
Cristino Castro	46,3	16,6	3,8	23,3
Paes Landim	73,1	0,3	0,0	26,6
São José do Peixe	57,4	1,4	4,1	37,1
Bom Jesus	49,4	11,6	6,5	32,5
Palmeiras do Piauí	72,4	1,0	6,5	20,1
Redenção do Gurgueia	43,3	0,2	56,3	0,2
Jerumenha	43,1	35,0	1,8	20,2

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censo agropecuário: 1970, Rio de Janeiro: 1970.

A principal diferença em relação a sub-região das Secas é o maior número de produtores rendeiros, **parceiros e arrendatários**, notadamente, nas localidades de maior potencial de varzeas, quais sejam, Bom Jesus, Jerumenha, Cristino Castro e Manoel Emidio.

Quanto a distribuição do valor da produção agropecuária, esta compõe a TABELA 56. Observamos que, a estrutura das atividades produtivas não mostra tanta diferença em relação a sub-região das Secas. Há certa semelhança na participação relativa das diversas

ocupações, a não ser uma ligeira vantagem, para os Vales Úmidos, da pecuária de grande porte, o que era presumível, graças à existência na sub-região, de melhores pastos.

**TABELA 56 - SUB-REGIÃO DOS VALES ÚMIDOS - COMPOSIÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA 1970**

(Em %)

Municípios	Animal			Vegetal		
	Grande Porte	Médio Porte	Aves e Pequenos Animais	Lavouras Permanentes	Lavouras Temporárias	Extração Vegetal
Manoel Emídio	19,3	7,7	3,8	5,6	93,7	9,9
Itaueiras	11,2	6,0	3,3	0,4	70,3	8,3
Simplicio Mendes	47,0	11,9	3,1	3,6	15,1	19,3
Cristino Castro	31,8	5,6	3,5	8,5	73,5	17,1
Paes Landim	46,9	10,1	2,5	9,3	25,4	3,8
São José do Peixe	50,6	8,1	1,6	0,6	31,0	8,0
Bom Jesus	38,3	3,3	2,4	7,5	46,3	8,0
Palmeiras do Piauí	22,3	5,0	4,5	10,0	43,6	14,7
Redenção do Gurqueia	32,2	7,5	1,8	6,6	32,4	19,6
Jerumenha	22,7	8,1	4,5	2,5	37,4	24,8

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.

## 7.2 A análise dos anos 70

### 7.2.1 As mudanças na estrutura fundiária

O Semi-árido tende a apresentar um estrutura da posse e propriedade da terra um pouco menos concentrada do que a região Norte. Porém, durante o decênio, o, sobretudo, de 1975-80, a tendência foi o aumento de concentração, o que é constatado pela ampliação considerável do número de estabelecimentos de menor escala sem que crescesse, na mesma proporção, a quantidade de terras apropriadas por

esses estabelecimentos. Ao mesmo tempo, subiu, em ritmo mais lento, o total de grandes estabelecimentos, porém, aumentou, mais velozmente, o volume de terras apropriadas, significando que as terras que são adicionadas ao processo produtivo tem a tendência de se submeterem ao processo de apropriação, em sua maior parte, pelos grandes estabelecimentos. Tal fenômeno se registrou mais nas sub-regiões das Secas e nos Vales Úmidos, onde foram executados projetos agropecuários financiados pelo FINOR e IBDF, denotando-se a natureza altamente concentracionista desse tipo de política.

Em contraposição, nas sub-regiões de Picos e Fazendas Estaduais, aconteceu o inverso, sobretudo, para a área das Fazendas, onde, em 1976, o PDRI do POLONORDESTE desenvolveu uma ação de regularização fundiária, refletindo nos dados censitários de 1980, pois embora não tenha feito nenhuma reestruturação fundiária, regularizou as posses existentes e distribuiu mais ou menos 700 títulos a pequenos posseiros, confirmando uma estrutura fundiária bastante concentrada, ainda que em níveis mais brandos do que a do Norte. A sub-região de Picos é a que possui uma estrutura de posse e de propriedade da terra menos concentrada, fruto de processos históricos particulares, que deram uma conformação peculiar a estrutura de distribuição de terra para a área.

Uma característica distinta da distribuição da posse da terra no semi-árido em relação a região Norte é que o número de estabelecimentos está menos concentrado nas unidades de menor escala, isto é, naqueles com menos de 5ha. Há um índice superior de estabelecimentos nas faixas de 10 a 50ha e 50 a 100ha para todas as sub-regiões do Semi-árido, destacando-se os municípios das Secas, pois nas sub-regiões de Picos e Fazendas Estaduais, o grau de concentração dos estabelecimentos na faixa de área de menos de 5ha se aproxima muito daquele verificado para o Norte. Isto pode ser resultante das piores condições de fertilidade dos solos do Semi-árido em relação ao Norte, o que exige maior extensão para os estabelecimentos. Além disso, as áreas de várzeas são mais freqüentes na região Norte, e como nessas áreas, a quantidade de terra por produtor é muito pequena, esta pode ser uma razão forte para a existência de mais de 80% dos estabelecimentos com menos de 50ha.

Avaliando a evolução da distribuição da terra pelo indicador área média dos estabelecimentos, observamos, pelo QUADRO 46, que as sub-regiões das Secas e dos Vales Unidos apresentam uma nítida tendência para a concentração das terras nos maiores estabelecimentos, sobretudo, nos de mais de 1.000ha.

**QUADRO 46 - ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECEMENTOS SEGUNDO SUB-REGIÕES DO SEMI-ÁRIDO 1970-1975-1980**

SUB-REGIÕES	1970						1975						1980					
	0 a 5	5 a 10	10 a 50	50 a 100	100 a 1.000	1.000 e mais	0 a 5	5 a 10	10 a 50	50 a 100	100 a 1.000	1.000 e mais	0 a 5	5 a 10	10 a 50	50 a 100	100 a 1.000	1.000 e mais
	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha
Fazendas Estaduais	2,2	6,8	20,9	67,1	539,7	1.606,5	2,1	6,9	20,4	68,6	628,2	8.080,4	2,2	6,6	22,0	66,1	665,6	2.192,3
Picos	2,0	6,5	19,8	65,0	630,7	1.037,6	2,2	7,0	22,1	62,3	692,0	622,5	2,1	6,7	21,6	66,2	669,2	884,7
Secas	2,6	6,7	23,6	67,8	652,9	3.353,5	2,7	6,8	24,1	69,1	654,9	3.187,7	2,6	6,3	23,3	68,3	633,3	3.620,7
Vales Unidos	2,7	6,7	24,9	68,1	701,8	2.936,7	2,4	6,6	24,2	67,3	678,6	2.787,0	2,3	6,9	23,7	68,2	682,9	4.505,1

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970, Rio de Janeiro: 1970.  
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1975, Rio de Janeiro: 1975.  
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1980, Rio de Janeiro: 1980.

Para as secas, a área média dos estabelecimentos de mais de 1.000ha oscilou de 3.353,5ha, em 1970 para 3.187,7ha, em 1975 e 3.620,7ha, em 1980. Esta tendência ascendente foi, sem dúvida nenhuma, provocada pela implantação de projetos agropecuários na região, principalmente em Pío IX e Canto do Buriti. Neste último município, foram instalados cinco projetos, em 1971; um, em 1972 e um, em 1975. Em virtude disso, para essa localidade, a área média dos estabelecimentos com mais de 1.000ha passou, de 1970 a 1975, de 3.536,8 para 9.967,7, enquanto a evolução, no período 1975-80, foi de 9.362,4 para 10.371,3. Em Pío IX que recebeu um projeto em 1975 e outro em 1972, a evolução da área média dos estabelecimentos de mais de 1.000ha foi de 12.286,7ha, em 1970 para 4.290,8, em 1985 e

952,2ha, em 1980. Enquanto isso, os demais municípios da sub-região apenas receberam projetos na década de 80, o que explica uma certa estabilidade do referido indicador na década em análise.

A tendência ascendente do indicador área média para os dois municípios que receberam projetos, no período 1975-80, puxou para cima este indicador para toda a sub-região das Secas, permitindo-nos afirmar, com segurança, que os projetos do FINOR apresentam nítida tendência concentracionista, pois adquirem áreas imensas de terras, elevando, fortemente, a área média das grandes propriedades e diminuindo a dos estabelecimentos de menor escala. Além disso, sua implantação, em muitos casos, representou a expulsão de posseiros que atuavam nas zonas ocupadas pelo projetos.

Para Canto do Buriti, o crescimento nas áreas dos estabelecimentos com mais de 1.000ha foi extraordinário, pois passou de 42.441ha, em 1970 para 146.456, em 1975 e 248.911, em 1980, enquanto que o número correspondendo aos estabelecimentos nessa faixa foi de 9.13 e 15, respectivamente, nos mesmos anos. Por sua vez, o número de estabelecimentos no grupo de área de 0 a 5ha passou de apenas 233, em 1970 para 1.320, em 1980, mas a quantidade de terras apropriadas por tais estabelecimentos pulou de 778ha para 2.072 **aumento de 169% na área apropriada, contra 428% de ampliação no número de estabelecimentos**, significando, exatamente, um fenômeno inverso para os de mais de 1.000ha.

Nos Vales Unidos, essa problemática pode ser vista com maior nitidez, pois, para os municípios escolhidos, existe um maior número com projetos, no decênio de 70. Enquanto isto, para a média da sub-região, o indicador área média dos estabelecimentos apresenta uma evolução para os estabelecimentos com mais de 1.000ha de 1.936,7ha, 2.787,0ha e 4.505,1ha, nos anos respectivos de 1970, 1975 e 1980. Notamos, pois, que foi, durante 1975 a 1980, que o indicador registrou um grande salto, equivalendo a 61,6% de crescimento, porque foi somente durante a segunda metade da década que se implementou a maioria dos projetos: Cristino Castro (1980), São José do Peixe (1980), Itaueiras (1978), Bom Jesus (1980), Jerumenha (1975, 1979 e 1980), ressaltando-

se que, no primeiro município arrolado, em 1977, foi implantado o perímetro irrigado do DNOCS. Tais localidades apresentaram evolução no indicador, conforme QUADRO 47.

**QUADRO 47 - ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECEMENTOS DOS MUNICÍPIOS DOS VALES ÚMIDOS QUE RECEBERAM PROJETOS DO FINOR NA DÉCADA DE 1970**  
1970-1975-1980

MUNICÍPIOS	1970					1975					1980				
	0	5	10	50	1.000	0	5	10	50	1.000	0	5	10	50	1.000
	a	a	a	a	e	a	a	a	a	e	a	a	a	a	e
5	10	50	100	mais	5	10	50	100	mais	5	10	50	100	mais	
	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha
Cristino Castro	2,3	6,0	24,8	63,5	3.610,6	3,0	6,2	24,0	63,0	4.687,3	2,2	6,5	19,3	63,4	12.681,8
São José do Peixe	2,4	7,4	25,6	72,6	3.088,7	1,9	6,7	23,6	66,1	2.197,2	2,7	6,2	20,7	64,2	4.433,9
Itaueira	2,6	6,6	24,8	67,0	5.223,1	2,6	6,5	23,5	68,3	3.593,0	2,1	6,1	22,3	66,8	4.613,3
Bom Jesus	1,7	6,7	26,0	66,1	3.352,2	2,5	6,4	25,1	67,7	3.289,4	2,4	6,3	26,0	68,3	4.409,8
Jerumenha	1,3	6,9	21,6	65,6	3.489,8	1,4	7,2	25,0	68,0	3.637,6	1,5	6,5	24,3	72,9	3.965,7

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1975. Rio de Janeiro: 1975.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1980. Rio de Janeiro: 1980.

A análise dos municípios em questão constata, portanto, que foi na segunda metade da década, quando se implantaram os projetos do FINOR, que o indicador das áreas médias dos estabelecimentos com mais de 1.000ha teve aumento significativo, se estabilizando ou ficando ligeiramente descendente para os de pequena escala. Enquanto isso, os municípios dos Vales Úmidos, que não receberam projetos na época, mostraram uma evolução de indicadores mais ou menos estável, com ligeira tendência ascendente, sobretudo, para os estabelecimentos de grande escala, com mais de 1.000ha. Para os de área inferior a 5ha, a propensão foi uma ligeira queda, ainda que sempre se situe em torno de 2ha, denotando que a maioria desses estabelecimentos possui áreas de até 2ha.

Para a sub-região das Fazendas Estaduais, a tendência entre 1975 a 1980 foi uma redução drástica da área média dos estabelecimentos com mais de 1.000ha, mantendo-se certa estabilidade para os demais grupos. Para essa faixa de área, não ocorreu implantação de projetos do FINOR, na época, de forma que podemos atribuir tal melhoria na distribuição da posse da terra a atuação do PDRI do POLONORDESTE, implantado em 1976.

Com efeito, incrementou-se a participação de estabelecimentos de menor escala, tanto quanto ao número de estabelecimentos, como quanto à terra apropriada, fato significativo para os municípios de Floriano, Oeiras, Arraial, Francisco Ayres e Santa Cruz do Piauí, os principais beneficiados com o referido PDRI, revertendo uma forte tendência concentracionista encontrada na primeira metade da década. A este respeito, lembramos que o PDRI das Fazendas Estaduais tinha como principal objetivo realizar um programa de regularização fundiária nas posses existentes nas terras do Estado. Para isso, foram delimitados cerca de 230.000ha e distribuídos 737 títulos de propriedade, ainda que o PDRI não tenha cumprido todos seus objetivos, especialmente, no que concerne a uma melhor distribuição de terras. Isto é, não foi cumprida a meta de fazer uma discriminação na área, para posterior distribuição entre os produtores sem terra, pois esta pretensão esbarrou nos interesses políticos dos grandes posseiros da área.

A sub-região de Picos, que também não recebeu nenhum projeto do FINOR, no período, tem uma estrutura de posse da terra estável e uma distribuição fundamentada na pequena propriedade. A atuação do governo na sub-região foi pequena, restringindo-se à ajuda financeira para a Cooperativa de Sussuapara, no sentido de comercializar a produção de pequenos produtores no rio Guaribas (prioritariamente, a produção de alho) e construir uma barragem no rio citado..

A mudança da estrutura da posse da terra por condição do produtor não foi muito significativa. Para as sub-regiões do Semi-árido, ao contrário do Norte, a posse da terra apresentou uma estruturacão, em que os proprietários e os ocupantes aparecem com participacões das mais acentuadas.



Para as Fazendas Estaduais, tal inclinação se acentuou ainda mais (TABELA 57). Para Floriano, a soma entre proprietários e ocupantes passou de 78,9%, em 1970 para 90,1%, em 1975 e 90,7%, em 1980, sendo que o maior aumento foi o da participação dos ocupantes ou posseiros, quando da atuação do PDRI do POLONORDESTE (1975-80).

**TABELA 57 - SUB-REGIÕES DO SEMI - ÁRIDO - PERCENTAGEM DOS PRODUTORES SEGUNDO CONDIÇÃO DO PRODUTOR 1970-1975-1980**

PRINCIPAIS MUNICÍPIOS POR SUB-REGIÕES	1970				1975				1980			
	Proprie- tários	Arrenda- tários	Parcei- ros	Ocupan- tes	Proprie- tários	Arrenda- tários	Parcei- ros	Ocupan- tes	Proprie- tários	Arrenda- tários	Parcei- ros	Ocupan- tes
<b>Fazendas Estaduais</b>												
Floriano	60,6	20,6	0,4	18,3	56,5	8,7	1,4	33,6	44,1	7,7	1,7	46,6
Oeiras	27,8	39,1	0,2	23,9	56,7	12,6	2,6	28,1	59,5	7,7	13,3	19,6
Arraial	23,4	2,3	0,0	74,4	22,4	15,8	0,1	61,7	25,1	23,2	0,3	51,4
Francisco Ayres	33,3	37,0	4,5	25,2	28,7	18,2	0,0	53,1	36,8	0,3	23,7	39,2
<b>Picos</b>												
Picos	71,5	2,0	13,5	13,1	64,0	2,5	13,3	20,2	50,2	0,8	29,0	20,1
Bocaina	88,0	5,7	3,4	2,9	77,2	0,2	1,9	20,7	54,2	0,0	21,4	24,4
<b>Secas</b>												
Canto do Buriti	70,4	0,1	0,9	28,7	67,0	1,3	4,0	27,7	59,0	2,1	3,9	35,0
Pio IX	71,2	7,0	4,2	17,6	45,0	20,9	5,2	37,9	38,3	4,4	13,8	43,6
São João do Piauí	74,1	0,3	0,7	24,8	73,2	0,1	0,0	26,7	76,7	0,4	0,2	22,8
São Raimundo Nonato	56,2	0,0	0,0	43,8	63,4	0,0	0,0	36,6	46,6	0,0	0,1	53,4
Paelistana	82,9	0,0	0,1	17,1	74,1	74,1	0,0	0,0	25,9	0,4	0,1	29,4
<b>Vales Unidos</b>												
Manoel Emídio	36,6	0,2	19,9	43,8	45,8	20,4	13,2	20,6	31,4	13,7	24,1	30,8
Itaueira	53,4	4,6	9,2	32,8	50,8	17,6	2,1	29,5	30,4	0,6	26,5	43,5
Simplicio Mendes	88,1	0,0	0,0	11,9	71,7	0,1	0,4	27,8	67,5	0,1	0,2	32,3
Cristino Castro	46,3	16,6	8,8	28,3	51,7	5,3	3,9	39,1	29,2	9,2	37,3	24,4
Bom Jesus	49,4	11,6	6,5	32,5	65,7	3,4	2,4	28,4	51,3	8,1	21,7	18,9
Jerumenha	43,1	35,0	1,8	20,2	51,2	22,0	16,1	10,2	33,7	1,9	38,8	25,9

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1975. Rio de Janeiro: 1975.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1980. Rio de Janeiro: 1980.

Em Oeiras, a evolução estrutural esteve mais coerente com a estratégia do referido PDRI, pois cresceu, consideravelmente, a participação de produtores proprietários, além de diminuir muito a dos arrendatários e, levemente, a dos ocupantes. Arraial e Francisco Ayres mostraram tendência semelhante, denotando que foi mais forte nesses três últimos municípios a atuação do POLONORDESTE. No entanto, os dados mostram, para alguns municípios da sub-região Santa Cruz do Piauí, Francisco Ayres, Nazare do Piauí, uma presença razoável de produtores como parceiros ou arrendatários.

Para a sub-região de Picos, verificamos, para seus principais municípios (Picos e Bocaina), uma significativa mudança da estrutura da posse da terra. A propensão para queda da participação de produtores proprietários foi muito forte, ao longo da década, a favor do aumento da participação de parceiros, e, em menor ritmo, de ocupantes. Esse movimento pode estar vinculado a readaptações nas relações de trabalho nas varzeas do rio Guaribas, para a produção de alho. A introdução de bombas para a produção de alho nas terras mais altas, às margens do rio, trouxe alterações básicas entre os pequenos produtores, permitindo o aumento do número de parceiros representados pelos produtores que não tem acesso ao rio para plantar alho, e nem tampouco conseguem recursos para a compra de bombas elétricas. Esta assertiva é fundamentada em contato pessoal nosso com alguns grupos sociais que vivem da produção do alho no rio Guaribas.

O que mais nos interessa, porém, é o que aconteceu com as sub-regiões dos vales unidos do Piauí. Nesta última sub-região, a presença de parceiros e arrendatários é quase insignificante. Entretanto, durante o decênio em pauta, notamos um forte acréscimo na participação de produtores na condição de "ocupantes". Em Canto do Buriti, por exemplo, a participação de proprietários caiu de 70,4%, em 1970 para 67,0%, em 1975 e 59,0%, em 1980. Por outro lado, a participação dos ocupantes passou de 28,7% para 35%, nos anos extremos da década. A mesma tendência se deu em Pão de Açúcar, São Raimundo Nonato e Paulistana, mantendo-se estável a situação para São João do Piauí. Mas para o conjunto dos municípios dessa sub-região, podemos dizer que a evolução é generalizada.

A presença importante de ocupantes ou posseiros não significa que esses produtores ocupam terras devolutas e que, assim, estejam livres da relação com os grandes donos da área. Ao contrário, esses produtores, conforme tivemos oportunidade de dizer, em grande parte, estão dentro dos latifúndios sem a obrigação de pagar renda em dinheiro ou em produtos, mas são forçados a formar pastos durante o período em que recebem a parcela de terras ou a fornecer trabalhos diversos para o proprietário.

Portanto, o uso desses "ocupantes" se configura como uma forma econômica de aprimorar as condições de pastos no latifúndio pecuarista, sendo uma maneira de compensar a diminuição dos pastos naturais provocada pela implantação dos projetos agropecuários do FINOR, que, através da colocação de cercas obrigam os antigos criadores a mudarem o método de criatório para uma forma semi-extensiva, além de exigirem melhores pastos, em razão do aperfeiçoamento do padrão genético do boi, possibilitado por maior acesso a crédito para a pecuária.

Lembramos, neste momento, que, para essa sub-região, um traço essencial é a concentração de grandes extensões de terras, não exploradas em face da escassez de água para consumo humano e animal. Em geral, as atividades econômicas e a população se concentram em torno de acúdes e aquadas, construídos pelo governo ou particulares, existindo, na região, seis grandes acúdes construídos pelo DNOCS, cuja capacidade de armazenamento de águas atinge quase 114.861.000m<sup>3</sup>: tres, em São Raimundo Nonato; um, em Fronteiras; um, em Paulistana; um, em Pío IX. (Satisa, 1981).

Na sub-região dos Vales Unidos, o movimento se encaminha em direção à maior participação de produtores ocupantes e em relação de parceria, a qual vem crescendo ao mesmo tempo que os produtores proprietários perdem participação. Tal transformação pode estar vinculada ao incentivo à utilização das várzeas irrigáveis, sobretudo, através de pequenos produtores que se concentram as margens dos principais rios da sub-região. Pode, ainda, ser atribuída à presença do POLONORDESTE que, ao valorizar produtivamente as terras, incentivou

os proprietários a realizar parcelamento para entregar a produtores não proprietários em troca de renda, e, também, ao desenvolvimento da própria atividade pecuária, tanto pelos projetos do FINOR, como pela melhoria do criatório pelos antigos criadores.

#### 7.2.2 Uso da terra e grau de intensificação do processo produtivo

A forma de utilização da terra na região semi-árida aparece de modo fortemente extensiva. Com exceção da sub-região de Picos, onde a área explorada, comparada a área dos estabelecimentos e mesmo a área total do município, apresenta índices altos, as demais sub-regiões aparecem com espaços imensos sem nenhum aproveitamento.

Isto ocorre, com mais frequência, na sub-região das Secas, o que era de se esperar, face a menor fertilidade da terra, a maior irregularidade de clima e a falta de água, o que resulta em aglomerações populacionais e produtivas concentradas em torno de açudes e aguadas, aparecendo, desta forma, imensas quantidades de terras, na maioria das vezes cercadas, mas sem nenhum uso. Exemplificando, Canto do Buriti explora só 49,5% do total das terras apropriadas pelos estabelecimentos, mas, se considerarmos a área total do município, a área explorada alcança apenas 18,5%, isto é, cerca de 76.956ha estavam, em 1980, sem qualquer modalidade de aproveitamento, embora fossem, em sua maior parte, apropriadas privadamente. Para os demais municípios da sub-região das Secas, essa é uma situação comum, ainda que em menores proporções.

Quando estudamos, no QUADRO 48, a evolução do uso da terra para os principais municípios do Semi-árido, vemos que a área trabalhada (lavouras + pastagens plantadas), em comparação à área total dos estabelecimentos e à área explorada, mantém tendência crescente, denotando que a terra tem sido explorada com maior intensidade. Para essa região, as pastagens plantadas e as lavouras permanentes são os elementos que mais crescem, ao contrário do Norte, onde as lavouras temporárias ganhavam espaço em relação aos pastos. Tais inclinações

são mais fortes para a sub-região das Secas, particularmente, quanto às lavouras permanentes, mas essa situação mostra aspectos muito distintos da região Norte. No Semi-árido, são os grandes estabelecimentos que mais ampliam a área trabalhada, notadamente, a grande unidade pecuarista.

**QUADRO 48 - INDICADORES DE USO DA TERRA DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DO SEMI-ÁRIDO CLASSIFICADOS SEGUNDO RECEBIMENTO OU NÃO DE PROJETOS DO FINOR 1970-1975-1980**

PRINCIPAIS MUNICÍPIOS	1970			1975			1980		
	Área Trab/ Área Total dos Estabe- lecimentos	Área Explora- da / Área To- tal dos Esta- belecimentos	Área Ira- bainhada/ Área Ex- plorada	Área Trab/ Área Total dos Estabe- lecimentos	Área Explora- da / Área To- tal dos Esta- belecimentos	Área Ira- bainhada/ Área Ex- plorada	Área Trab/ Área Total dos Estabe- lecimentos	Área Explora- da / Área To- tal dos Esta- belecimentos	Área Ira- bainhada/ Área Ex- plorada
<b>CON=PROJETOS</b>									
Canto do Buriti	10,8	84,8	12,7	12,0	29,5	41,5	9,4	49,7	19,0
Pio IX	7,3	79,9	9,1	12,6	70,3	17,9	16,3	50,5	32,3
Simplicio Mendes	6,6	53,9	12,2	7,9	77,3	10,2	11,1	75,0	19,8
Cristino Castro	3,2	77,9	4,1	6,3	91,1	6,9	4,1	96,4	4,2
Bom Jesus	4,4	60,9	7,2	2,4	63,9	11,5	7,6	67,1	15,6
<b>SEMI=PROJETOS</b>									
São João do Piauí	6,3	66,9	9,3	7,0	71,2	9,9	10,9	65,4	16,7
São Raimundo Nonato	7,9	79,3	10,0	7,2	28,1	25,5	10,3	30,9	33,3
Paulistana	13,7	72,2	18,9	12,9	78,0	16,5	18,8	79,9	23,6
Jaicós	14,8	79,9	18,1	15,6	57,6	27,0	19,6	80,7	24,3

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1975. Rio de Janeiro: 1975.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1980. Rio de Janeiro: 1980.

Mas, a evolução não pode ser atribuída somente aos grandes estabelecimentos, pois há uma tendência de expansão da agricultura em Canto do Buriti, Pio IX, Itaueira, Bom Jesus, Cristino Castro e

Simplicio Mendes, pois tal situação é comum a quase todos os municípios analisados e, até para o Estado como um todo, foi verificada uma tendência de avanço, em ritmo razoável, das pastagens ou da pecuária em relação às lavouras, prioritariamente, as temporárias.

No Semi-árido, esta propensão tem se mostrado mais forte que no Norte do Estado, uma vez que as áreas de pastagens artificiais mais as áreas com lavouras permanentes ultrapassam as áreas com lavouras temporárias, na maioria dos municípios, enquanto no Norte, esta relação se inverte, indicando que, no Semi-árido, a pecuária aparece como a principal ocupação econômica, ainda que com características extensivas. Nas pastagens plantadas em crescimento, podemos detectar uma melhoria no padrão de criação, mesmo que limitada aos projetos agropecuários e a poucos criadores que buscam, de alguma forma, modernizar-se. Tal processo se confirma pelo incremento da participação do emprego temporário na estrutura ocupacional de toda a região, reduzindo-se, pois, a participação do trabalho familiar.

Notamos, pela TABELA 58, que os municípios que receberam projetos - Canto do Buriti, Pio IX, Itaueira, Cristino Castro e Jerumenha - demonstraram, sobretudo, de 1975 a 1980, maior crescimento da participação de empregados temporários. Canto do Buriti passou de apenas 0,4%, em 1975 para 11,4%, em 1980; Pio IX também teve um incremento de 11 pontos percentuais, isto é, passou de 4,6% para 15,7%. Da mesma forma, Itaueira, Bom Jesus, Jerumenha e Cristino Castro ostentaram aumentos apreciáveis na participação de empregados temporários. Por outro lado, municípios que não receberam projetos tiveram acréscimos menores, na mesma época, tais como Manoel Emídio (3,0% para 1,6%), Simplicio Mendes (1,5% para 3,0%) e São João do Piauí (3,2% para 6,2%).

Agregando outros indicadores de uso da terra (TABELA 59), evidenciamos que os municípios beneficiados com projetos apresentaram melhor desempenho na evolução de índices de modernização importantes. Mormente, a melhoria dos percentuais de mecanização e de densidade de bovinos em relação às áreas de pastagens, os quais condizem com o número crescente de estabelecimentos que obtiveram o crédito bancário.

**TABELA 58 - EMPREGO DA FORÇA DE TRABALHO DIVIDIDA EM FAMILIARES E EMPREGADOS TEMPORÁRIOS EM MUNICÍPIOS SELECIONADOS 1970-1975-1980**

(Em %)

SUB-REGIÕES E MUNICÍPIOS	1970		1975		1980	
	FTF <sup>(1)</sup>	Emprega dos Tem porarios	FTF <sup>(1)</sup>	Emprega dos Tem porarios	FTF <sup>(1)</sup>	Emprega dos tem porarios
<b>FAZENDAS ESTADUAIS</b>						
Florianópolis	92,8	5,6	94,0	0,3	81,3	10,1
Oeiras	96,8	0,6	95,2	3,3	89,9	7,7
Arraial						
<b>PICOS</b>						
Picos	92,8	5,3	96,0	2,2	90,3	6,0
Bocaina	100,0	0,0	96,5	1,3	85,0	14,7
<b>SECAS</b>						
Canto do Buriti	95,3	0,1	97,8	0,4	86,3	11,4
Pio IX	99,6	0,2	94,9	4,6	83,6	15,7
São João do Piauí	98,3	0,3	93,3	3,2	91,2	6,2
São Raimundo Nonato	99,6	0,1	96,6	2,4	87,6	10,8
Paulistana	99,1	0,6	99,0	0,6	92,6	5,2
<b>VALES UMIDOS</b>						
Manoel Emídio	98,0	0,3	95,0	3,0	93,4	1,6
Itaueira	99,0	0,6	98,9	0,5	91,7	7,2
Cristino Castro	64,1	31,7	93,9	3,0	86,3	8,7
Simplicio Mendes	93,4	1,7	95,0	1,5	93,5	3,0
Bom Jesus	77,0	1,2	88,6	2,1	74,2	20,1
Jerumenha	95,0	0,2	93,4	0,5	76,4	7,4

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1975. Rio de Janeiro: 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1980. Rio de Janeiro: 1980.

(1) FTF = Força de Trabalho Familiar corresponde à categoria de "responsáveis e membros não remunerados da família".

Percebemos, ainda, uma coerência com os indicadores de área trabalhada e contratação de empregados temporários, no período de 1975-80 (fase em que se implantou a maioria dos projetos financiados pelo FINOR), quando esses indicadores mais evoluíram, além de que

oram os municípios de Pio IX, Canto do Buriti, Itaueira e Jerumenha que apresentaram os melhores resultados.

**TABELA 59 - EVOLUÇÃO DE INDICADORES DE USO DA TERRA PARA MUNICÍPIOS SELECIONADOS COM OU SEM PROJETOS GOVERNAMENTAIS 1970-1975-1980**

PRINCIPAIS MUNICÍPIOS	1970				1975				1980			
	Area Irrigada/Área Trabalhada	Area Explorada/Trator	% de Estabelecimentos com Financiamentos	Nº de Bovinos de Pagamentos 1.000ha	Area Irrigada/Área Trabalhada	Area Explorada/Trator	% de Estabelecimentos com Financiamentos	Nº de Bovinos de Pagamentos 1.000ha	Area Irrigada/Área Trabalhada	Area Explorada/Trator	% de Estabelecimentos com Financiamentos	Nº de Bovinos de Pagamentos 1.000ha
<b>COM PROJETOS</b>												
Canto do Buriti	0,0	54.002	3,0	773,4	0,0	1.541	3,5	164,4	0,0	3.195	11,0	310,0
Pio IX	0,0	0,0	9,2	275,5	0,0	0,0	9,8	357,3	0,0	1.891	22,5	3.780,0
Itaueira	0,0	35.449	9,6	129,0	0,0	8.441	10,4	268,7	0,0	351,8	31,5	1.620,8
Cristino Castro	0,0	0,0	9,4	154,7	1,4	20.780	8,4	427,3	1,1	24.691	32,7	38,6
São João do Piauí	0,0	16.243	13,5	192,3	0,3	16.875	15,1	374,8	0,0	3.378	18,6	685,8
Simplicio Mendes	0,5	56.857	6,3	863,9	0,3	9.806	9,0	482,8	0,8	3.399	11,2	858,1
Bom Jesus	0,0	82.389	6,0	256,3	0,0	43.536	13,0	341,1	0,4	8.429	20,1	181,1
Jerumenha	0,0	0,0	2,2	86,9	0,1	34.665	2,7	188,9	0,1	3.648	10,4	423,9
<b>SEM PROJETOS</b>												
Manoel Evidio	0,0	0,0	2,0	208,8	0,0	23.007	3,6	118,9	0,3	5.423	12,5	1.247,0
Paes Landim	0,0	0,0	7,3	261,7	0,0	20.069	17,5	258,6	0,0	3.449	5,7	963,0
São Raimundo Nonato	0,0	81.880	1,7	366,1	0,1	43.103	1,5	1.031,1	0,0	8.229	18,6	551,4
Paulistana	0,0	0,0	3,3	550,4	0,0	270.211	4,3	461,1	0,0	50.237	13,3	672,5
Jaicós	0,0	8.727	8,5	1.247,5	0,0	70.490	9,0	580,5	0,0	10.805	18,6	459,1

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1975. Rio de Janeiro: 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1980. Rio de Janeiro: 1980.

Por outro lado, os municípios não contemplados com projetos do FINOR revelaram a mesma tendência, embora com menor ritmo de crescimento. Isto indica que os efeitos cruzados de vários programas e projetos governamentais podem criar diferenciações entre os municípios, a medida que uns são mais contemplados que outros ou que



alguns recebem efeitos diretos e outros apenas indiretos, como é o caso daqueles que não foram incluídos na área de atuação do POLONORDESTE nem receberam projetos do FINOR, mas que, por efeito da implantação de infra-estruturas econômicas e do crédito rural, acompanharam o mesmo rumo dos municípios diretamente atingidos, ainda que em movimento mais lento.

Acrescentando outros indicadores mais ligados a produtividade da terra e a modernização da pecuária, verificamos, na TABELA 60, que a pecuária apresentou taxas de modernização mais evidentes, enquanto indicadores como uso de insumos químicos e máquinas tiveram evolução muito lenta. Os municípios que receberam projetos do FINOR são, mais uma vez, os que detem as maiores taxas de crescimento, sobretudo, quanto a participação das pastagens plantadas no total das áreas de pastagens.

Para analisarmos a força dos referidos projetos, o que aconteceu em São João do Piauí é bastante ilustrativo, pois apenas um projeto, Zebubraz, executado em 1980, foi capaz de elevar a participação das pastagens plantadas de 4,8%, em 1975 para 22,2%, em 1980 e de estender as pastagens artificiais de 7.940ha para cerca de 15.271ha, o que, combinado com uma redução nas áreas das pastagens naturais nos estabelecimentos recenseados em 1980 em relação a 1975, produziu o referido salto no indicador analisado, conforme dados do INCRA, registrados em microfilmes.

De acordo com essa mesma fonte, Canto do Buriti foi o município que teve uma evolução mais firme no indicador ora discutido (0,4, em 1970; 16,2, em 1975 e 22,4, em 1980), porque foram ali implantados, seis projetos entre 1971-72 e apenas um, em 1975, o que justifica o índice ter evoluído com maior ritmo, de 1970 a 1975. Pio IX teve um acréscimo quase insignificante na participação das pastagens plantadas (de 0,2 para 1,2), mas os dois projetos implantados nessa localidade (1975 e 1979) foram de natureza agrícola - produção de caju - fato que também não provocou aumento significativo no número de estabelecimentos que empregavam fertilizantes e defensivos, pois apenas duas unidades não poderiam provocar grande mudança no

indicador, além de que o uso desses insumos na cultura de caju é muito baixo. (TABELA 60).

**TABELA 60 - EVOLUÇÃO DE INDICADORES DE MODERNIZAÇÃO EM MUNICÍPIOS SELECIONADOS 1970-1975-1980**

PRINCIPAIS MUNICÍPIOS	1970				1975				1980			
	% de Esta- belecimen- tos com Fertili- zantes	% de Esta- belecimen- tos com Defensi- vos	% de Esta- belecimen- tos com Tratores	Pastagens Plantadas S/ Total de Pasta- gens	% de Esta- belecimen- tos com Fertili- zantes	% de Esta- belecimen- tos com Defensi- vos	% de Esta- belecimen- tos com Tratores	Pastagens Plantadas S/ Total de pasta- gens	% de Esta- belecimen- tos com Fertili- zantes	% de Esta- belecimen- tos com Defensi- vos	% de Esta- belecimen- tos com Tratores	Pastagens Plantadas S/ Total de Pasta- gens
<b>COM PROJETOS</b>												
Canto do Buriti	0,0	-	0,1	0,4	0,3	18,4	1,8	16,2	0,6	32,0	1,7	22,4
Pio IX	0,0	-	0,0	0,7	0,1	15,6	0,0	0,2	0,2	17,7	1,0	1,2
Itaueira	0,1	-	0,2	1,2	0,1	18,4	0,8	4,3	0,3	10,5	4,6	20,0
Cristino Castro	0,0	-	0,0	3,0	0,2	19,1	0,8	17,3	5,8	37,5	1,1	3,1
São João do Piauí	0,1	-	0,1	1,7	0,1	24,6	0,5	4,8	0,3	20,5	1,2	22,2
Simplicio Mendes	0,1	-	0,1	2,2	1,0	28,1	0,8	3,2	2,7	33,2	0,9	7,3
Bom Jesus	0,2	-	0,1	8,1	0,0	38,7	0,3	17,0	0,6	29,7	1,5	14,5
Jerumenha	0,0	-	0,0	0,8	0,7	19,1	0,5	1,2	0,9	27,9	3,1	10,7
<b>SEM PROJETOS</b>												
Manoel Emidio	0,2	-	0,0	1,2	0,6	39,1	0,4	1,8	0,2	49,7	1,6	2,6
Paes Landim	0,2	-	0,0	0,9	0,0	12,0	0,3	3,0	0,5	16,2	1,0	8,0
São Raimundo Nonato	0,1	-	0,1	4,4	0,1	17,3	0,0	7,7	0,2	42,8	0,4	9,3
Paulistana	0,1	-	0,0	5,8	0,0	14,7	0,0	3,3	0,6	21,8	0,1	4,3
Jaicós	0,0	-	0,6	3,2	0,2	44,1	0,0	0,4	0,2	57,8	0,3	1,1

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1970. Rio de Janeiro: 1970.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1975. Rio de Janeiro: 1975.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1980. Rio de Janeiro: 1980.

Dos municípios que receberam projetos, Simplicio Mendes e Cristino Castro, com perímetros irrigados do DNOCS, foram os que tiveram melhor evolução no indicador de utilização de insumos químicos, pois mostram as maiores taxas comparadas com os demais municípios do Semi-árido.

A tendência de melhoria nos indicadores da TABELA 60 atinge todos

os municípios da região, mas os que receberam projetos governamentais foram os que mostraram melhores índices, confirmando-se, portanto, a situação até agora verificada na análise, isto é, os referidos projetos, da forma como se distribuem, provocam diferentes ritmos de crescimento da modernização na atividade produtiva, embora a tendência seja a mesma para todos os municípios analisados.

### 7.2.3 As mudanças na composição das atividades produtivas

A composição das atividades produtivas da sub-região Semi-árida mantém um movimento parecido com o do Norte, o qual aponta para um ganho de participação da pecuária em relação às lavouras. A TABELA 61 demonstra que, de 1975 a 1980, aumentaram de participação os estabelecimentos e a área destinada a atividade pecuária, em um ritmo muito forte, superior até ao verificado para a região Norte.

Quanto a essa tendência, não é possível estabelecer diferenças mais qualitativas entre os municípios que receberam projetos e os não contemplados, pois para a maior parte dos municípios, com raríssimas exceções, acontece o mesmo fenômeno, embora em ritmos diversificados, o que nos leva a afirmar que se trata de um processo global, seja para os Vales Unidos, seja para a sub-região das Secas, seja para as sub-regiões das Fazendas Estaduais e Picos. Podemos, assim, destacar que os municípios com maior número de projetos do FINOR — Bom Jesus, Jerumenha, São João do Piauí, Cristino Castro, Itaueiras e Canto do Buriti apresentaram níveis altíssimos de áreas empregadas na atividade pecuária em 1980, alcançando percentuais acima de 71%, enquanto os que não receberam projetos, no decênio, expõem níveis bem abaixo.

Todavia, a própria caracterização do Semi-árido aponta para uma presença forte da pecuária, que só fez se acentuar nos anos 70, com o advento dos projetos governamentais executados na região. Estes, ainda que não cheguem a mudar de forma a estrutura regional, contribuem para uma maior intensificação da atividade

pecuária, no sentido de acelerar sua modernização, não só através de sua implementação, mas também, dos antigos criadores, que visam a aperfeiçoar o padrão genético do rebanho e estabelecer um sistema semi-extensivo, por meio de um melhor manejo dos pastos.

**TABELA 61 - PARTICIPAÇÃO (%) DO NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS E ÁREA SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA EM MUNICÍPIOS SELECIONADOS 1975-1980**

PRINCIPAIS MUNICÍPIOS	1975						1980					
	Agricultura		Pecuária		Agropecuária		Agricultura		Pecuária		Agropecuária	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
<b>COM PROJETOS</b>												
Canto do Buriti	87,6	41,6	8,2	49,7	6,2	0,7	66,2	27,6	31,2	71,5	2,2	0,8
Pio IX	97,2	61,3	2,7	18,6	0,1	0,1	79,8	36,6	18,6	60,0	1,5	3,1
Itaueira	90,4	53,8	9,2	66,1	0,3	0,1	76,6	24,3	19,5	71,9	4,3	3,7
Cristino Castro	77,2	27,6	21,0	71,2	1,8	0,2	73,9	3,9	21,4	93,6	3,1	1,2
Simplicio Mendes	81,2	40,6	15,5	49,7	3,0	9,6	50,3	28,7	43,8	64,6	4,8	6,1
São João do Piauí	84,6	38,7	13,3	58,2	0,9	0,9	34,7	17,6	59,6	74,0	4,7	4,6
Bom Jesus	79,5	20,5	19,1	76,2	1,4	1,3	70,4	14,6	24,8	80,7	2,7	3,8
Jerumenha	54,1	11,9	33,0	58,5	0,1	0,1	47,4	3,0	48,0	75,3	0,6	0,4
<b>SEM PROJETOS</b>												
Manoel Emidio	66,6	23,2	32,1	76,2	0,2	0,1	64,1	13,1	53,8	63,5	1,1	5,0
Paes Landim	88,4	66,6	4,7	17,0	1,8	9,3	57,7	40,1	38,9	49,8	3,1	9,8
São Raimundo Nonato	51,6	16,5	8,3	30,9	40,1	52,5	59,6	23,2	35,7	73,0	3,9	3,9
Paulistana	92,3	86,6	7,5	10,6	0,1	2,7	62,6	47,2	31,4	44,6	5,5	7,9
Picos	94,9	70,6	3,2	22,3	0,4	0,6	70,7	39,2	26,4	53,4	1,8	3,6
Floriano	40,2	7,2	36,5	71,1	0,0	0,6	46,0	10,7	44,5	75,0	3,7	3,6

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1975, Rio de Janeiro: 1975.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1980, Rio de Janeiro: 1980.

Outro fenômeno importante, revelado na TABELA 62, é o aumento da participação dos estabelecimentos classificados por áreas anteriormente utilizadas com lavouras com mais de 10ha. Isto também se dá na região

Norte, não revelando nenhuma especificidade nem tampouco uma influência mais representativa que possamos atribuir, tão-somente aos projetos do FINOR implantados no Semi-árido, até porque essa é uma tendência verificada no Norte. O que podemos destacar de diferente em relação ao Norte é que a participação de estabelecimentos com áreas de lavouras acima de 5ha é bem mais expressiva no Semi-árido, o que era presumível, face as melhores condições de fertilidade e a disponibilidade de água da região.

**TABELA 62 - PARTICIPAÇÃO (%) DOS ESTABELECEMENTOS SEGUNDO GRUPOS DE ÁREAS DE LAVOURAS EM MUNICÍPIOS SELECIONADOS 1975-1980**

PRINCIPAIS MUNICÍPIOS	1975					1980				
	Mais de 1 ha	1 a 2 ha	2 a 5 ha	5 a 10 ha	10 e mais ha	Mais de 1 ha	1 a 2 ha	2 a 5 ha	5 a 10 ha	10 e mais ha
<b>COM PROJETOS</b>										
Canto do Buriti	2,9	24,2	48,6	17,4	6,9	6,0	19,2	42,6	20,2	11,8
Pio IX	3,5	21,4	46,4	17,0	12,7	5,3	23,9	36,1	18,3	16,5
Itaueira	1,6	10,0	46,0	28,9	13,6	0,3	19,1	43,8	22,3	14,6
Cristino Castro	0,2	4,4	48,7	37,7	9,0	6,7	25,3	47,2	14,6	6,1
Simplicio Mendes	1,3	5,5	41,3	31,2	20,5	0,6	3,8	31,0	34,1	30,5
São João do Piauí	1,5	10,3	46,4	22,8	19,0	2,3	9,7	40,9	23,5	23,6
Bom Jesus	0,3	13,7	59,3	20,6	6,1	2,5	20,9	52,6	14,3	9,8
Jerumenha	30,0	32,8	28,7	5,5	3,0	19,9	32,7	33,9	5,8	7,7
<b>SEM PROJETOS</b>										
Manoel Emídio	4,5	15,7	48,5	18,1	13,2	30,2	26,9	28,4	9,4	5,2
Paes Landim	1,4	14,0	37,2	20,9	26,6	0,0	5,0	42,4	25,5	27,1
São Raimundo Nonato	1,5	22,2	52,7	17,0	6,6	0,8	23,2	50,0	17,5	8,6
Paulistana	2,2	6,6	31,9	30,6	28,7	2,1	9,1	26,0	24,2	36,6
Picos	16,0	27,0	37,2	12,6	7,2	14,1	26,2	38,0	14,4	7,2
Floriano	28,1	30,7	31,1	6,9	3,2	22,2	31,5	34,4	4,9	7,0

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1975. Rio de Janeiro: 1975.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1980. Rio de Janeiro: 1980.

Por outro lado, para a maior parte dos municípios contemplados com programas governamentais, cresceu em demasia, entre 1975-80, a participação dos estabelecimentos com áreas inferiores a 2ha, o que pode ser interpretado como resultante do aumento da pressão sobre a posse da terra, indicando, pois, a ocorrência de um processo, mesmo lento, de expansão da camada camponesa mais pobre da região a disposição das unidades produtivas de maior escala.

Outro fato a destacar, que comprova disparidade entre o Semi-árido e o Norte, refere-se ao menor ritmo na evolução dos indicadores de modernização na primeira região. Talvez, isto decorra do fato da região Norte ser mais forte na atividade agrícola, enquanto o Semi-árido tem na pecuária a ocupação mais privilegiada pelos programas governamentais. De fato, analisando a maior variação positiva da pecuária em relação as outras atividades no Semi-árido, nos anos de 1975 a 1980, detectamos que a evolução é mais expressiva para Canto do Buriti, Pio IX, Simplicio Mendes e Jerumenha, que receberam projetos do FINOR. No caso dos municípios que não acessaram programas, a pecuária teve relevante crescimento em Paulistana, Floriano e Picos. (TABELA 63).

Alguns desses municípios revelam aumento de participação da pecuária, combinada com redução relativa das lavouras temporárias ou permanentes. Canto do Buriti, Jerumenha, Picos e Floriano. Grosso modo, os municípios que receberam projetos do FINOR apresentaram maior ritmo de mudanças. Em Canto do Buriti e Jerumenha, por exemplo, que foram os mais beneficiados com projetos agropecuários, oito e três, respectivamente, os indicadores são bastante coerentes, pois Canto do Buriti apresentou, de 1975-80, forte acréscimo, tanto no valor da produção da pecuária de grande porte, quanto nas lavouras permanentes, o que corresponde a uma redução nos índices de participação das demais atividades, mormente, das lavouras temporárias, que perderam cerca de 12 pontos percentuais, no período.

Jerumenha mostrou idêntico resultado, com a diferença de que reduziu também a participação das lavouras permanentes. Além de Canto do Buriti, que recebeu, como dito antes, oito projetos, Pio IX, dois e

Jerumenha, três, os demais municípios acolheram um só projeto por município. Para estes últimos, o movimento da estrutura da distribuição no valor da produção teve comportamento semelhante, quando comparados com os municípios não contemplados com os referidos projetos.

**TABELA 63 - VARIACÃO DA PARTICIPAÇÃO (%) NO VALOR DA PRODUÇÃO POR PRINCIPAIS MUNICÍPIOS SEGUNDO PRINCIPAIS ATIVIDADES 1975-1980**

PRINCIPAIS MUNICÍPIOS	Animal			Vegetal		
	Grande Porte	Médio Porte	Aves e Pequenos Animais	Lavouras Permanentes	Lavouras Temporárias	Extração Vegetal
<b>COM PROJETOS</b>						
Canto do Buriti	+7,8	-1,0	-1,0	+7,8	-12,0	-9,0
Pio IX	+9,4	+3,1	+1,1	-17,2	+2,4	+1,2
Itaueira	-1,3	-4,9	+1,1	-0,4	+5,7	-0,3
Cristino Castro	+3,8	-4,6	-0,2	-8,6	+8,3	+1,4
Simplicio Mendes	+10,1	-2,0	-0,5	-8,6	+1,0	-0,1
São João do Piauí	-1,0	-4,0	+0,5	-3,8	-2,0	-2,3
Bom Jesus	+3,5	-4,7	-4,2	-4,2	+4,1	+0,3
Jerumenha	+9,9	+4,1	+0,2	-2,2	-5,5	-6,5
<b>SEM PROJETOS</b>						
Manoel Emídio	+0,3	+0,3	-1,4	-0,6	+6,0	-3,7
Paes Landim	+15,4	+0,5	+0,5	-5,1	+7,8	-19,1
São Raimundo Nonato	-9,4	-5,4	-1,8	-0,6	+11,2	+6,0
Paulistana	+5,4	-3,1	-0,6	-8,4	+7,1	-0,4
Picos	+3,6	+1,6	+2,6	-0,2	-6,7	-1,3
Floriano	+14,7	-3,1	-2,5	+0,8	-4,0	-12,0

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1975, Rio de Janeiro: 1975.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1980, Rio de Janeiro: 1980.

No entanto, para os demais municípios classificados na TABELA 63, as variações apresentadas não se mostram consistentes com os efeitos que poderiam produzir projetos do tipo FINOR Agropecuário.

decerto porque o número de planos de ação foi reduzido, sendo, como decorrência, insuficiente para gerar efeitos mais significativos, que pudessem ser captados, ao nível de dados para todo o município. É preciso registrarmos que, a execução de projetos agropecuários, via de regra, pode acarretar diminuição da produção agrícola, em virtude, principalmente, da expulsão de pequenos produtores das áreas adquiridas pelos projetos, sobretudo, dos produtores na condição de posseiros. Assim, podemos inferir que:

- a) os grandes projetos agropecuários financiados pelos Incentivos Fiscais são capazes de ampliar a concentração da terra, por adquirirem áreas acima de 5.000ha e expulsarem pequenos produtores proprietários ou posseiros das terras compradas;
- b) os grandes projetos agropecuários transformam, também, a estrutura produtiva, a proporção que incrementam a participação da pecuária e/ou culturas permanentes, como cana, laranja e outras. Modificam, ainda, a estrutura de emprego, desde que contribuam com maior emprego de trabalhadores assalariados, temporários e permanentes, além de destruir unidades familiares;
- c) as mudanças provocadas por esses projetos na região Semi-árida na década de 70 só foram significativas para os municípios com maior número de projetos, pois os projetos espalharam-se em vários municípios. O exemplo de Canto do Buriti é significativo: ganhou sete projetos, no decênio, sofrendo modificações relevantes, mormente, nas estruturas fundiária e produtiva;
- d) independentemente dos projetos, verificamos um processo global que atinge toda a região, no sentido de aumentar a concentração da terra, direcionar a estrutura produtiva a favor da pecuária e melhorar, pouco a pouco, os índices de modernização — emprego de insumos químicos e máquinas. Tal tendência tem, nos referidos projetos, um fator importante que



intensifica o ritmo de seu movimento, o que faz com que os projetos apareçam como veículos de modernização do latifúndio, destacando-se o Semi-árido, onde é mais nitido o processo de modernização do latifúndio, particularmente, o pecuarista:

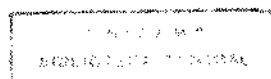
- e) o processo mais geral de modernização pode ser atribuído às ações do POLONORDESTE, que surgiu a partir de 1976, dois PDRs na região, beneficiando os Vales Unidos, mas que, pela natureza de seus instrumentos (estradas, eletrificação, crédito, assistência técnica etc.) atinge uma área bem mais extensa do que a definida pelo programa.

### 7.3 Os projetos e programas dos anos 80

Neste momento, pretendemos discutir os programas e projetos governamentais nas sub-regiões do Semi-árido, com o intuito de verificar as principais alterações por eles provocadas, tomando por base, as sub-regiões e os principais projetos implantados na década. Para cada sub-região, analisaremos os municípios que mais receberam projetos e que, por isso, foram eleitos para a pesquisa de campo. Antes de estudarmos os efeitos por sub-regiões, faremos algumas considerações acerca dos projetos nos incentivos fiscais.

#### 7.3.1 Considerações gerais sobre os projetos dos Incentivos Fiscais

Os projetos agropecuários financiados pelos Incentivos Fiscais no Semi-árido foram em número de 35, dos quais 16 implantados, nos anos 70 e 19, na década de 80 (QUADRO 49). No primeiro decênio, os 16 projetos iniciais concentraram-se em apenas cinco municípios: Canto do Buriti (8), Pio IX (3), Jerumenha (2), Itauernas (1), Cristino Castro (1) e Simões (1). Nos anos 80, dez municípios receberam os referidos projetos, sendo que em três municípios, em cada um, os principais beneficiados,



**QUADRO 49 - NÚMERO DE PROJETOS DO  
FINOR QUE SE INSTALARAM  
NA REGIÃO SEMI-ÁRIDA  
1970-1980**

MUNICÍPIOS	DÉCADA DE 70									DÉCADA DE 80					TOTAL
	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	
Canto do Buriti	06	01			01									01	09
Pio IX					01	01			01			02			05
Jerumenha					01				01	01		01	01		05
Fronteiras										01					01
Itaueiras								01							01
Manoel Emídio											01				01
Deiras										01				01	02
Bom Jesus										01	01	01			03
Florianópolis													02	01	03
São João do Piauí										01		01			02
São Raimundo Nonato													01		01
Cristino Castro	01					01									01
Simões															01
<b>TOTAL</b>	<b>07</b>	<b>01</b>			<b>03</b>	<b>02</b>		<b>01</b>	<b>02</b>	<b>05</b>	<b>02</b>	<b>05</b>	<b>04</b>	<b>03</b>	<b>35</b>

Fonte: Escritório da SUDENE. In: Inesina - PI.

Na esfera de sub-regiões, percebemos que a dos Vales Unidos e a das Secas são as preferidas. Na primeira, foram instalados cerca de 17 projetos, em Jerumenha, Itaueira, Manoel Emídio, Bom Jesus, Cristino Castro, enquanto na sub-região das Secas implementaram-se 19 projetos, em Canto do Buriti, Pio IX, Fronteiras, São João do Piauí, São Raimundo Nonato e Simões. Deiras e Florianópolis, municípios da área das Fazendas Estaduais, receberam cinco projetos.

Portanto, dos 54 municípios da região semi-árida, somente 13 acessaram projetos do FINOR Agropecuario. No entanto, de acordo com o estudo da década de 70, constatamos que houve uma distribuição desigual, pois os três municípios receberam três ou mais projetos, Canto do Buriti, Pio IX e Jerumenha, apresentando, então, efeitos mais significativos, no âmbito de município, que se refletiram nos dados censitários. Nos anos 80, foram Bom Jesus, Florianópolis e Jerumenha que receberam três projetos cada um e por isso, experimentaram efeitos

tais visíveis. Os demais municípios do **QUADRO 49** ganharam, no máximo, dois projetos, os quais, por sua natureza fundamentalmente pecuária, afetaram, em termos gerais, a estrutura produtiva e/ou de emprego. Desde que os projetos do FINOR, em geral, adquiriram áreas acima de 10 mil hectares, além de provocarem a valorização das terras do município, o que leva a expulsões de posseiros e a maiores dificuldades de acesso a terra pelos pequenos produtores.

Não queremos dizer, porém, que somente nos 13 municípios constantes do **QUADRO 49**, os referidos projetos foram capazes de realizar transformações. O efeito demonstração e a diminuição dos pastos nativos que os mesmos representam tendem a distorcer os resultados para as localidades circunvizinhas, ainda que tais efeitos se processem em ritmo e forma diferenciados.

Assim sendo, em uma inferência preliminar, incluindo a análise para os anos 70, asseguramos que os projetos financiados pelo FINOR Agropecuario para o Semi-árido provocaram efeitos distintos para o conjunto de municípios. Exerceram maior peso transformador em cinco municípios — **Canto do Buriti, Pio IX, Jerumenha, Bom Jesus e Floriano** —, os quais receberam mais de três projetos nas duas décadas estudadas. Em seguida, afetaram os municípios que registraram menos de três projetos e, finalmente, os que foram atingidos apenas indiretamente.

Na década de 80, entrou em cena um outro elemento relevante na economia de alguns municípios da região Semi-árida: a **cultura do caju**. Nos anos 80 (alguns projetos foram implantados nos anos de 78 e 79), foram aprovados pelo IBDF, 187 projetos para a produção de castanha de caju e poucos outros, para a produção de sucos. O **QUADRO 50** revela que esses projetos estão distribuídos por apenas 11 municípios, e que sete deles — **Canto do Buriti, Pio IX, Floriano, Manoel Emídio, São João, São Raimundo Nonato e Bom Jesus** — reúnem cerca de 83% do total de planos de ação.

**QUADRO 50 - NÚMERO DE PROJETOS DO  
IBDF - REFLORESTAMENTO  
COM CAJU POR EXTRATO DE  
ÁREA EM MUNICÍPIOS  
SELECIONADOS DO SEMI-  
ÁRIDO**

1980

MUNICÍPIOS	Ate 100ha	101 a 500ha	Mais de 500ha	TOTAL
Canto do Buriti	36	08	-	44
Pio IX	31	11	-	42
Floriano	22	-	-	22
Manoel Emidio	03	10	03	16
São João do Piauí	12	-	-	12
Bom Jesus	08	02	-	10
Simplicio Mendes	08	-	-	08
Jaicós	09	-	-	09
Picos	04	02	-	06
Jerumenha	03	02	-	05
Fronteiras	03	-	-	03
TOTAL	139	35	03	177

Fonte: Informações de técnicos e documentos do IBAMA, Teresina - PI.

Os projetos de cultura de caju localizam-se, praticamente, nos mesmos municípios agraciados pelos projetos do FINOR Agropecuário. Segundo técnicos da EMATER de Canto do Buriti e Pio IX, ocorre uma superposição entre os projetos do FINOR e FISET, isto é, os mesmos beneficiários do FINOR recebem financiamentos para projetos de reflorestamento de caju. Daí, os 187 projetos que aparecem no **QUADRO 50** não apresentarem unidades produtivas novas. São poucos os projetos implantados, exclusivamente, com os financiamentos do FISET para reflorestamento. O mais importante é um localizado em Pio IX. Trata-se da Empresa "Caucaia Agropecuaria do Piauí S/A (CAPISA)", com área projetada para produção de caju de cerca de 30.000ha e tendo como produtos básicos, castanha do caju e sucos.

Uma pesquisa direta realizada por técnicos do IBGE, em 1983, aponta para o Semi-árido, quatro municípios como principais produtores de caju, os quais detêm os números integrantes da **TABELA 64**.

**TABELA 64 - PARTICIPAÇÃO (%) DA  
ÁREA E PRODUÇÃO DOS  
PRINCIPAIS MUNICÍPIOS  
PRODUTORES DE CAJU NO  
SEMI-ÁRIDO**

MUNICÍPIOS	% de área em Relação ao Estado	% de Produção em Relação ao Estado
Pio IX	30,13	28,47
Monte do Buriti	10,36	13,37
Floriano	3,05	6,98
Bom Jesus	0,32	0,45
<b>TOTAL</b>	<b>44,16</b>	<b>46,27</b>

Fonte: Informações de técnicos e documentos do IBGE, Teresina - PI.

Portanto, considerando os dois tipos de projetos, a inferência anterior continua válida e, ainda, reforçada, pois os projetos para a cultura de caju concentram-se, exatamente, nos municípios de maior incidência dos projetos do FINOR Agropecuario. Para os projetos de caju, os efeitos disseminadores ficam mais evidentes, porque provocaram o aparecimento de firmas compradoras de castanha em toda a região do Semi-árido, o que estimulou **todos** os produtores para que adotassem a cultura do cajueiro, que, na prática, veio substituir a cultura do algodão arbóreo, a partir de 1987, quando esta última foi atingida pela praga do bicudo.

### 7.3.2 A sub-região de Picos

Esta sub-região, diante de suas características de apresentar uma estrutura de posse e propriedade da terra já bastante consolidada, em virtude de ter poucas áreas vazias, não constituiu uma área preferida para a instalação de grandes projetos provenientes do FINOR Agropecuario ou do FISEI.

Durante a década de 80, pouca coisa foi modificada na estrutura produtiva e na configuração da relação de propriedade. As ações do governo na área de Picos não tiveram a propriedade de realizar ou iniciar qualquer tipo de processo transformador do perfil sócioeconômico da área. O POLONORDESTE não atuou de forma efetiva e as ações dirigidas aos pequenos produtores não passaram de topicas ou pontuais, especialmente, nas fases mais intensas de secas ou de poucas chuvas. Em termos genéricos, as intervenções se limitaram à construção de barreiros ou aguadas \_ pequenos açudes \_, chafarizes ou auxílios de pouca significação a algumas comunidades rurais, tais como, fornecimento de animais e arados, motor para pillar arroz ou milho, junta de bois e fontes de água.

A iniciativa mais significativa do governo, na área, foi a construção de uma barragem no rio Guaribas, no município de Bocaina, sob o patrocínio do ONOCS e executado pelo "39 Batalhão de Engenharia e Construção (39 BEC)", sediado em Picos, lembrando que a região de Picos inclui os seguintes municípios: Picos, Bocaina, Francisco Santos e Santo Antonio de Lisboa e sua área de influencia inclui toda a microrregião homogênea (categoria do IBGE) dos *Baixões Agrícolas Piauienses*, a qual contém 18 municípios dentro do Semi-árido piauiense.

Ainda a respeito dessa barragem, esta, segundo colocações de Oru, (1982, p.71), pretendia regularizar o curso do rio Guaribas e *"evitar as enchentes periódicas que inundaram grande parte da cidade de Picos"*. Além disso, viria privilegiar os proprietários de terras às margens do rio, em termos de aproveitamento produtivo na plantação de alho e cebola, que, com as enchentes periódicas, eram muito prejudicadas. Para esse autor, a barragem, já concluída, *"... armazenara um volume de água que alcançara uma distância de 13km, e direção à nascente do Guaribas, inundando todas essas terras principalmente os baixios"*.

O Plano Estadual de Irrigação, entre 1987-92, definiu um projeto de irrigação nas terras a jusante da barragem, com uma área de cerca de 1.500ha, no sistema de irrigação privado, segundo o qual o govern

Implementaria as obras de infra-estrutura e forneceria crédito aos proprietários para a implantação de obras particulares. No entanto, até o presente, ainda não foi tomada qualquer iniciativa no sentido de se iniciarem essas obras.

Os efeitos da construção da barragem nas relações de produção e de propriedade parecem significativos. Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Picos, a barragem não provocou grandes problemas, pois as famílias desapropriadas pela inundação foram devidamente indenizadas e a mesma possibilitou um desenvolvimento mais tranquilo da cultura do alho, a medida que as enchentes periódicas foram evitadas.

No entanto, na confluência dos rios Guaribas e Riachão, onde este desemboca suas águas naquele, há um trecho que se tornou inviável a cultura do alho. Em virtude da diminuição do volume de águas do Guaribas, predominam as águas do Riachão, que não são boas para a cultura do alho. Nesse trecho, vivem algumas comunidades, dentre elas as de Santa Luzia e Lagoa dos Negros, com aproximadamente 70 famílias que, antes da barragem, plantavam alho nas margens do Guaribas (dentro do rio durante a vazante). Depois da barragem, a produtividade do alho caiu muito, inviabilizando, totalmente, a antiga forma de cultivo. A razão disso, segundo os produtores da área, é que as águas do Riachão trazem um tipo de "terra arenosa" e "a água é saiôba [saiobre]", o que prejudica o plantio do produto, que, em decorrência, agora, só pode ser feito nas terras altas, com uso de bombas e mangueiras.

Isso fêz transmutar as relações de produção entre os membros das comunidades, uma vez que, só então, apenas as pessoas que possuem bombas podem produzir alho na área. Com isso, os que não possuem o equipamento são obrigados a trabalhar de rendeiros nas terras daqueles que o possuem, o que, sem dúvida, corresponde a mais um tipo de distinção entre os produtores de alho. Antes, os privilegiados eram aqueles que tinham propriedades às margens do rio, o que lhes propiciava o direito de plantar o alho no seu leito. Aqueles que não tinham terras nas margens eram forçados a pagar renda para os primeiros na base de 4/1 (a cada quatro milheiros produzidos, um é

ago ao proprietário). Com as bombas, a relação é de 3/1. Nessas comunidades, apenas sete proprietários possuem o instrumento citado, os quais empregam em média quatro parceiros, com a relação de 3/1.

A diferença de nível de vida entre eles é notável. Aqueles que possuem bombas moram em casas melhores, gozam um melhor padrão de vida, dispõem de móveis de melhor qualidade, luz elétrica, televisão, geladeira e outros recursos, enquanto os que não dispõem desse meio de produção vivem bem mais modestamente.

Ao longo de todo o rio Guaribas, as **diferenciações entre os produtores são visíveis** e o "ponto de mutação" é a posse de bombas ou não, ou a propriedade ou não de terras às margens do curso de água natural. Isso leva a que muitos produtores de alho sejam parceiros ou arrendatários, prevalecendo o primeiro tipo. O assalariamento quase que inexistente, talvez, em virtude do processo produtivo de alho desde o plantio até a feitura das "frankas" exige certa "habilidade de artesão", o que limita o emprego de assalariado. Assim, uma vez que cada família, dificilmente, consegue cultivar mais de 2,5ha com alho, o restante das terras é cedido aos moradores da área com experiência no plantio de alho, em troca de renda.

Porém, agora o fato ora descrito, as intervenções do governo na sub-região foram pouco expressivas. Nenhum programa de grande porte foi implementado, no sentido de mudar a configuração das relações de produção e propriedade no contexto global da sub-região.

### 7.3.3 A sub-região das Fazendas Estaduais

Essa área tem como **principais municípios** Ueiras, Floriano, Santa Cruz do Piauí, Nazare do Piauí, Ipiranga e São Francisco do Piauí. Nessas localidades ocorrem conflitos sérios entre posseiros e empresários detentores de financiamentos da SUDENE, a fim de instalar projetos agropecuários. Aliás, nessa zona, desde 1976, o POLONORDESTE, através de um PDRI, tenta concretizar um trabalho de delimitação de



perímetro, loteamento e titulação dos espaços das **Fazendas Estaduais**. De início, a tarefa esteve a cargo da COMDEPI, até 1981 e posteriormente, do INTERPI. É interessante ressaltarmos que da área total das **Fazendas**, estimada em 3 milhões de hectares, o INTERPI apenas encontrou 560.000ha não ocupados. As posses de grandes posseiros que tinham áreas acima de 3.000ha não foram tocadas pelo trabalho, pois, de fato, o INTERPI não fez nenhum esforço para recompor a estrutura fundiária.

Todavia, o trabalho, considerado o mais importante do PDRI, não foi executado até então. As razões apontadas para essa situação não foram esclarecidas, mas, segundo o presidente do INTERPI, durante o período de 1982 a 1987, a questão era, essencialmente, política. O Instituto conseguiu identificar cerca de um milhão de hectares pertencentes ao Estado na área, mas a maior parte dessas terras já estava apropriada por grandes posseiros, isto é, pessoas com prestígio político na região. Como decorrência, nada foi feito para que as terras pudessem ser loteadas em favor de pequenos produtores.

Embora entre os posseiros, alguns pequenos produtores tenham ganho títulos, as terras apropriadas e cercadas pelos grandes titulares não foram retomadas, configurando, mais uma vez, uma estrutura de posse bastante desigual nas áreas das **Fazendas Estaduais**, que não foram, nem de leve, tocadas pela atuação do POLUNORDESTE. Ao contrário, o programa serviu para consolidar e reiterar uma situação de extrema concentração de terras nas mãos de poucos privilegiados.

Segundo técnicos da EMATER e pequenos produtores de Oeiras e Floriano, o que vem acontecendo com o advento dos grandes projetos agropecuários, sobretudo nesses municípios, é que esses programas adquirem áreas de antigos posseiros que conseguiram registrar as terras em seus nomes e nada fizeram com as mesmas, ou compram direitos de posse de alguns posseiros e passam a cercar uma área correspondente a um montante muito maior do que as compradas. E, nesse momento, que surgem os conflitos com os demais posseiros, que são atingidos pelas cercas dos grandes projetos, reforçando-se que as desavenças, quase sempre, são resolvidas em prol dos empresários, registrando-se, no

máximo, uma indenização das benfeitorias feitas pelos posseiros atingidos.

Mas os pequenos produtores da área também são alcançados, quando os projetos se apropriam de grandes áreas antes, totalmente, desocupadas, utilizadas por eles na retirada de madeiras e na realização de cacá. Com a instalação dos programas, as zonas passam a ser vigiadas e cercadas, privando os pequenos produtores das antigas atividades, que representavam elemento essencial na subsistência de grande número de famílias.

Esse processo, que vem acontecendo, recentemente, e de modo mais intenso, durante os anos 80, permite um movimento muito grande na estrutura da propriedade e da posse da terra, mas, raramente, pode ser detectado através de censos agropecuarios, pois nem sequer foram publicados, até o momento, os resultados para 1985. Podemos, contudo, em vista de todo o processo, deduzir que **está ocorrendo um movimento de concentração da estrutura fundiária, com repercussões relevantes na estrutura agrária ou nas relações sociais de produção.**

Os projetos que se localizaram, até agora, na área, pouco têm feito em termos produtivos, desde que ainda simbolizam apenas "fachadas" para recebimento dos recursos financeiros da SUDENE, sem que sejam cumpridos os cronogramas estabelecidos. Os poucos que estão produzindo, seja com pecuária ou com cacá, empregam em número ínfimo, segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Floriano. Os poucos assalariados existentes são recrutados fora dos municípios piauienses e mesmo os contratados no local se queixam nos sindicatos dos baixos salários e da falta de cumprimento dos direitos trabalhistas, sendo este fato mais uma fonte de embates, criada por esses produtores. Tais conclusões são provenientes de entrevistas que realizamos com os chefes da EMATER e presidentes dos sindicatos de trabalhadores rurais, em Oeiras e Floriano.

A influência do PAPP, no que diz respeito a outros benefícios oferecidos aos pequenos produtores, é quase insignificante. As comunidades apoiadas ainda não alcançaram estágio superior de vida.

porque as "vantagens" se restringem ao fornecimento de alguns animais e arados, bem como, a construção de chafarizes para fornecimento de água. Isto porque, os açudes edificadas com verbas do PULONORDESTE só serviram, por enquanto, para privilegiar os criadores de gado com métodos extensivos e apenas, marginalmente, os pequenos produtores, com o fornecimento de água.

Entretanto, ainda que as mudanças sejam mínimas para os pequenos produtores, o critério rural e os Incentivos Fiscais tem permitido o aperfeiçoamento do criatório bovino para muitos produtores, mormente, com a introdução de raças melhoradas, seja para a pecuária de corte, seja para a pecuária de leite. Alias, esta última tem progredido, bastante, ao longo do decênio estudado. Ueiras e Floriano, como centros urbanos de certa expressão, já possuem uma **bacia leiteira razoável**, contando com produtores, embora poucos, que empregam métodos mais intensivos de criatório.

Na agricultura, em contraposição, prevalecem ainda os pequenos produtores de subsistência, com utilização de métodos rudimentares de produção. Assim, as transformações no setor avançam, com lentidão, mesmo com o impulso dado pelo PDRI do PULONORDESTE. A atuação do PAPI no apoio as comunidades rurais pode incrementar os métodos de produção com a introdução de arados a tração animal, e melhores procedimentos tecnológicos quanto a utilização de sementes aprimoradas e espaçamento mais adequado. Mas essa ação se limita ainda a poucas comunidades e encontra um apoio restrito da EMATER (em condições precárias de funcionamento) e de outros órgãos, que pouco contribuem para uma transformação mais profunda e consistente na produção agrícola. Como esclarecimento, informamos que **todas essas colocações se respaldam em dados obtidos via entrevistas com técnicos da EMATER, presidentes de sindicatos e visitas a algumas unidades produtivas.**

#### 7.3.4 A sub-região das Secas

A análise dos projetos dos Incentivos Fiscais para essa sub-

região denuncia que privilegiamos Pío IX e Canto do Buriti, os dois municípios de maior concentração dos projetos no Semi-árido e que têm apresentado conotação diferente dos analisados, até agora. Neles, os projetos se instalaram em áreas de baixa densidade demográfica e as terras foram adquiridas pelos projetos, a preços baixos.

Em Pío IX, onde já foram implementados seis grandes projetos, a área preferida foram as serras. Isto porque, cerca de 40% do seu território é composto de serras, até 1970, totalmente inexploradas. A partir de 1970, em virtude de cinco anos seguidos de secas no Semi-árido, alguns produtores começaram a comprar terras nas serras, onde, por causa da maior umidade, mesmo com uma seca rigorosa, sempre é possível conseguir alguma produção, sobretudo de feijão e mandioca. Além disso, os solos das serras, constituídos, basicamente, de "terra quartzosa", são propícios à cultura do caju, sobretudo, porque a umidade não é tão rigorosa, já que as serras tem altitudes inferiores a 400 metros. Logo, justamente nas serras, começaram a ser instalados os projetos, dos quais um, CAPISA, como arrolado anteriormente, tem uma extensão de mais ou menos 60.000ha, com uma área projetada para o plantio do caju que o próprio IBDF considera como o maior espaço plantado com caju, em termos mundiais.

As terras das serras foram adquiridas de um senhor residente em Pío IX, Abílio Arraes, que, segundo depoimento do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município "... se considerava praticamente o único dono das terras disponíveis do município". De conformidade com esse depoente, o citado proprietário "arribou" cerca de 250.000ha, a maior parte, em áreas serranas, e posteriormente, os vendeu aos projetos e a outros produtores do município.

A produção dos projetos, segundo o chefe da EMATER no município, em número de sete, com área nunca inferior a 10.000ha, é realizada em moldes capitalistas, sendo a principal o caju, com espaçamento de 12m entre um "de e outro". A mão-de-obra é assalariada, com forte emprego de mulheres e crianças, acrescentando-se que, tratoristas e motoristas ganham salário mínimo, enquanto os catadores recebem por produção.

Muitas famílias moram nas terras dos projetos, com a única finalidade de trabalhar na colheita do caju, pois não é permitido fazer roças nem criar qualquer tipo de animal. Todo projeto tem uma espécie de cooperativa, que vende alimentos e outros mantimentos para as famílias moradoras e para os trabalhadores temporários. Nos dias de pagamento, o valor dos mantimentos é descontado dos salários, sobrando muito pouco, as vezes ficando dívida, segundo depoimentos de alguns chefes de famílias entrevistados dentro do maior projeto do município - **CAPISA** - do chefe da EMATER e do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

As instalações dos projetos não provocaram conflitos de terras no município, porque nas áreas das serras não existiam ocupações produtivas e, conseqüentemente, a densidade demográfica era muito baixa. O povoamento só foi possível porque o governo, através do "Projeto Padre Cicero", instalou algumas cisternas, destinadas ao abastecimento de água para famílias que compraram terras nas serras, a partir dos anos 80. Os embates mais comuns são de ordem trabalhista, principalmente, referentes a indenizações de trabalhadores demitidos dos projetos sem justa causa. Esses conflitos vão desembocar no sindicato dos trabalhadores, que destaca um advogado para solucionar os casos.

A produção de caju no município é realizada pelos projetos, em mais de 80%, vindo o restante dos demais produtores. Estes últimos, além do caju, plantam feijão e mandioca, mesmo na época produtiva do primeiro. Nos planos de ação governamentais, isso só é realizado no primeiro ano de plantio do cajueiro, sobretudo, o feijão, que é uma cultura de ciclo curto. A mandioca, por sua vez, quase nunca é plantada nas terras dos projetos.

Dois dos projetos existentes em Pío IX - **CAPISA** e **PLANALTO** - produzem suco de caju, enviado para Fortaleza, onde é embalado e distribuído para o Nordeste. Segundo o chefe da EMATER no município, somente esses dois projetos possuem cerca de 3.000 empregados permanentes, recrutados em vários municípios, inclusive em Pío IX.

A parte semi-árida do município de Pío IX continua intocada. Nela, prevalece a pecuária extensiva, onde o boi é criado solto nas chapadas e durante o verão, se alimenta do restolho das culturas do feijão, algodão e milho. A maior parte dos pequenos produtores é constituída por rendeiros ou pequenos parceiros, cuja renda varia de 1/2 a 1/5, dependendo da forma como recebem a terra para trabalhar, mas independente do produto, ou seja, é paga para todos os produtos cultivados: algodão, milho, feijão, mandioca e arroz.

Em Pío IX, existe um acude de grande dimensão, localizado em um lugar denominado de Cajazeiras. No entanto, o acude serve apenas para fornecer água para o gado e o consumo humano, além da pesca. Ao redor do acude, predominam pequenos posseiros, mas, apesar de ele ter sido construído, desde a década de 50, até agora, não houve nenhuma iniciativa da administração pública para o aproveitamento produtivo e regularização das posses existentes, especialmente, nas suas margens, o que acarretaria inúmeras vantagens para as comunidades dos pequenos produtores residentes. Na opinião dos integrantes do Sindicato dos Trabalhadores, essa zona do acude é palco de tensões, pois alguns grandes proprietários do lugar tentam, com frequência, expulsar pequenos posseiros, o que requer constante vigilância do órgão, para evitar que os conflitos atinjam dimensões gigantescas.

Portanto, o principal agente de mudanças no município de Pío IX é a empresa rural oriunda de financiamento dos Incentivos Fiscais. Com ela, um outro agente social aparece no município: o trabalhador assalariado. Para as condições desse município, esses agentes aparecem como acréscimo aos agentes tradicionais do município: o pequeno produtor (proprietário e rendeiro) e o latifundiário, destacando-se o pecuarista com emprego de métodos extensivos.

Não há conflitos ou contradições entre esses agentes. As duas economias atuam quase que separadamente: uma na parte semi-árida do município e a outra, na região serrana. Mas é claro que há conexão entre elas. A primeira supre mão-de-obra (principalmente temporária) para a segunda e os grandes proprietários de terras serranas se beneficiam com a valorização das suas terras. Os comerciantes também

tiram vantagens das compras de mantimentos feitas pelas cooperativas das empresas serranas, assim como, os grandes proprietários de terras dispõem de um mercado dentro do próprio município para seus produtos, pecuarios ou agrícolas.

Nesta perspectiva, configura-se uma forma de ocupação dos espaços vazios por meio de grandes projetos apoiados pelo governo, ao contrario da ocupação desses espaços por pequenos produtores de subsistência. Assim, a tendencia e a permanência ou ate a ampliação da concentração da terra, em contraposição, ao que ocorreu entre 1950 a 1970, quando a tendencia era a fragmentação da propriedade latifundiária, mediante contratos de parceria ou pequenos arrendamentos.

Canto do Buriti e outro município do Semi-árido piauiense eleito para instalação de projetos dos Incentivos Fiscais. Entre os anos de 1971 a 1984, foram executados sete projetos para pecuária de corte e dois, predominantemente, agrícolas, voltados para a cultura do caju, financiados com recursos do FINOR Agropecuario e FISCAL. Também foram financiados 44 projetos, exclusivamente, para a produção de caju, pertencentes aos mesmos grupos dos projetos do FINOR Agropecuario.

O total de terras adquiridas pelos nove projetos do FINOR Agropecuario se aproxima de 120.000ha, segundo dados fornecidos pelo Escritorio da SUDENE, em Teresina. Por outro lado, o então IBDF informa que foram aprovados cerca de 44 projetos para a produção do caju, na sua maioria, com area inferior a 100ha cada um. Isso não significa, porem, que se instalou um numero igual de empresas agrícolas. E que esse organismo estabelece uma area maxima para a aprovação dos projetos, o que faz com que cada empresa elabore varios projetos para esse Instituto, acarretando a existência de projetos com áreas imensas com plantação de caju que correspondam a varios projetos de, no maximo 500ha, sem contar as areas plantadas, sem auxilio de projetos especificos dos órgãos governamentais.

Um outro fato e que os mesmos proprietários das áreas beneficiadas do FINOR Agropecuario também acessam incentivos de reflorestamento coordenados pelo IBDF.

A visita ao município comprovou a existência de cerca de nove grandes projetos, nos quais cinco se dedicam, quase restritamente, à pecuária de corte, enquanto os demais têm a produção de castanha de caju como ocupação principal. Dois destes últimos produzem suco de caju, figurando como projetos agroindustriais.

Em Canto do Buriti, ao contrário de Pio IX, os projetos se instalaram nas áreas mais secas. Aqueles que se destinam, predominantemente, à pecuária de corte, se concentram na região entre Canto do Buriti e Elizeu Martins, área com um tipo de solo *ossolo vermelhos-amarelo*, que se presta à implantação de pastos com capim colonial e elefante. Os projetos específicos para a produção de caju estão distribuídos pelo município, sem espaço bem definido.

Os projetos, agrícolas ou pecuários, também plantam outras culturas, como arroz, feijão, maracujá e manga. O chefe do IBGE no município informou que alguns projetos obtiveram, nos últimos anos, grande produção de feijão, a qual foi classificada, embalada e exportada para outros estados. As culturas de arroz, maracujá e manga ainda são afetivadas nos projetos em caráter experimental, mas o referido informante afirmou que a produção dessas culturas tende a aumentar, principalmente, porque, em 1989, a safra de castanha teve uma queda de 40% em relação à do ano anterior, devido à insuficiência de chuvas no período de floração dos cajueiros.

As terras dos projetos foram adquiridas de grandes proprietários do município. No início da década de 70 (sete dos grandes projetos se instalaram entre 1971 a 1972; um, em 1975 e outro, em 1984), aconteceram alguns conflitos, em face da expulsão de antigos moradores das terras adquiridas, cujas benfeitorias os projetos não quiseram indenizar. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores afirmou que ocorreram 100 a 150 casos, mediados pelo Sindicato. No entanto, dada a significativa extensão territorial do município e ao fato de muitos pequenos produtores serem proprietários, as desavenças não assumiram grandes proporções.

Ademais, a maior parte das terras adquiridas pelos projetos era



constituída por áreas vazias. O mais grave dos conflitos se referia a indenizações trabalhistas. Mas o depoente supracitado garantiu que depois que esse órgão de classe começou a estabelecer mediações, as questões cessaram. E, hoje, quando há dispensa de trabalhadores, os próprios gerentes dos projetos buscam o Sindicato para acertar as contas.

Esse padrão de ocupação dos espaços vazios da região Semi-árida se dá, também, nos demais municípios. As diferenciações quanto as repercussões dizem respeito as atividades principais dos projetos, os efeitos maiores ocorrem quando o projeto adota a **atividade agrícola**, sobretudo a cultura de caju, pois esta demanda muito mais mão-de-obra do que a **pecuária**, a qual exige uma quantidade maior de mão-de-obra apenas no momento da implantação, para os serviços de limpeza do terreno e construção de cercas, precisando, assim, de poucos trabalhadores permanentes e de inexpressiva mão-de-obra temporária, ao contrario da atividade agrícola.

Em comparação com municípios de outras sub-regiões, como por exemplo **Jerumenha**, que recebeu seis projetos, vemos que este apresentou resultados bem menos significativos, quanto ao uso de insumos modernos e introdução de mão-de-obra assalariada, do que **Pio IX**, com cinco projetos. E que os projetos implantados em **Jerumenha** foram, preferencialmente, de pecuária de corte, enquanto que, em **Pio IX**, prevaleceram os projetos agrícolas.

O **QUADRO 51** mostra efeitos diferenciados em função da natureza dos projetos que se instalaram em municípios pertencentes a sub-regiões diferentes. **Canto do Buriti** e **Pio IX** (sub-região das Secas), por exemplo, tiveram suas áreas de lavouras permanentes, fortemente, ampliadas, no período de 1975-85, refletindo a influência dos projetos de produção de caju que se instalaram nesses municípios.

Por outro lado, **Jerumenha** e **Bom Jesus** (sub-região das Secas) permaneceram com suas áreas de lavouras permanentes praticamente no mesmo nível, porém **Jerumenha** mostra crescimento muito grande na área de pastagens plantadas entre 1975-85. Para **Bom Jesus**, não foi possível

percebermos o que aconteceu com a área de pastagens artificiais, pois ainda não se dispõe dessa informação para 1985. No entanto, os projetos executados, nesse município, nos anos 80, tem como atividade principal a pecuária de corte. Aqueles que visavam a cultura de caju são em número pequeno, não chegando, portanto, a provocar efeitos mais significativos. São João do Piauí apresentou situação semelhante a Bom Jesus e Jerumenha.

**QUADRO 51 - EVOLUÇÃO DAS ÁREAS COM LAVOURAS E PASTAGENS PLANTADAS EM MUNICÍPIOS SELECIONADOS DA REGIÃO SEMI-ÁRIDA QUE RECEBERAM PROJETOS DO FINOR E DO IBDF 1975-1980-1985**

MUNICÍPIOS	Áreas com Lavouras Permanentes (ha)			Pastagens Plantadas <sup>(1)</sup>	
	1975	1980	1985	1975	1980
Canto do Mundi	5.088	7.286	8.685	16.000	12.607
Pio IX	11.542	15.082	54.446	11.540	15.000
São João do Piauí	8.006	7.187	2.740	7.000	15.267
Paulistana	31.033	52.968	44.874	2.642	2.977
Florianópolis	173	1.493	2.005	170	4.949
São Raimundo Nonato	475	970	7.754	4.200	8.398
Jerumenha	80	60	419	11.740	11.740
Bom Jesus	271	325	120	7.058	16.205

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1970. Rio de Janeiro: 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1975. Rio de Janeiro: 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1980. Rio de Janeiro: 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sinopse preliminar do censo agropecuário; 1985. Rio de Janeiro: 1985.

(1) A Sinopse preliminar do censo agropecuário de 1985 não contém as áreas de pastagens plantadas, ao nível de município.

Para uma idéia mais consistente da evolução da produção de castanha de caju nesses municípios, ao longo dos anos 80, vejamos a TABELA 65, que mostra o volume desse produto para os principais municípios produtores, para o ano de 1988.

**TABELA 65 - QUANTIDADE PRODUZIDA E ÁREA COLHIDA DE CASTANHA DE CAJU PARA OS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS PRODUTORES DA REGIÃO SEMI-ÁRIDA 1980-1988**

MUNICÍPIOS	Quantidade Produzida (t)		Área Colhida <sup>(1)</sup> (ha)
	1980	1988	1988
Canto do Buriti	105	1.426	7.200
Pio IX	84	5.784	15.000
São João do Piauí	(2)	-	-
Jerumenha	-	112	800
Bom Jesus	0	119	600
Floriano	41	477	1.705
Cajarias	-	233	728
% em relação ao Estado	12,8%	32,1%	35,0%

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, *Estatísticas municipais*; 1988. Rio de Janeiro: 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, *Censo agropecuário*; 1980. Rio de Janeiro: 1980.

(1) Não consta no censo, a área colhida para 1980.

(2) Não consta no censo.

Como explicitado na TABELA 65, apenas Canto do Buriti, Pio IX e Floriano produzem quantidades significativas de castanha de caju. Paulistana, que consta da TABELA 54 como o município com maior área de lavouras permanentes, não está como produtor de castanha de caju. Quase a totalidade da área com lavouras permanentes que aparece na TABELA 54, para esse último município, se refere à cultura de algodão arbóreo e a outras culturas permanentes. Floriano também mostra uma grande evolução na produção de castanha de caju, não tanto por causa da implantação de projetos, mas porque pequenos e médios produtores passaram a substituir o algodão pelo plantio do caju, principalmente, a partir de 1986, quando apareceu a praga do bicudo, que dizimou a produção algodoeira em quase toda a região Semi-árida.

Outro fato revelado pela TABELA 65 é que os projetos de caju

contribuíram para elevar a participação do Semi-árido na produção estadual de castanha de caju de apenas 12,8% em 1980 para 32,1% em 1988, mesmo estando esses projetos concentrados, praticamente, em poucos municípios. Ressaltamos que, se as repercussões desses projetos em **Canto do Buriti** e **Pio IX** são bem mais significativas quanto ao emprego de trabalhadores assalariados, não há, em nenhum caso, um processo de destruição radical das atividades tradicionais dos municípios onde se implementaram. As ações dos projetos provocam mudanças importantes nas áreas onde se instalam, mas, devido ao número reduzido, ainda não são capazes de transformar os municípios, em sua totalidade.

Os grandes projetos se localizaram, como vimos, em áreas vazias. **Providenciam cercas, sistema de abastecimento de água e contratam trabalhadores assalariados**, em muitos casos, em caráter permanente, recrutando os trabalhadores locais e até de outras regiões piauienses ou de demais Unidades da Federação. Mas, não desorganizam, por completo, a economia antiga que funciona em torno dos acúdes públicos ou privados, fundamentada, em geral, na pecuária extensiva. Nestes termos, as relações assalariadas no interior dos projetos aparecem como novas relações em um contexto de formas de produção arcaicas, embora não possamos argumentar que tais projetos não mudam a configuração socioeconômica dos municípios onde se instalam.

Isto porque, esses projetos têm o poder de provocar transformações relevantes na estrutura de propriedade e da posse da terra, pois adquirem áreas (nunca inferiores a 5.000ha), o que significa que, mesmo em número reduzido, possuem áreas superiores a toda o espaço utilizado com culturas temporárias tocadas por pequenos produtores. Em **Canto do Buriti**, por exemplo, apenas dez projetos em 1980, possuíam 120.000ha de terras, embora utilizassem menos de 20% das mesmas, considerando as áreas com pastagens plantadas mais as áreas das culturas permanentes. Tal quantidade de terras representava mais de sete vezes o montante de terras utilizadas com lavouras temporárias.

**QUADRO 52 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS  
EM MUNICÍPIOS  
SELECIONADOS DA SUB-  
REGIÃO DAS SECAS  
1980**

MUNICÍPIOS	1980			
	Pastagens Naturais (ha)	Matas e Florestas (ha)	Terras Produtivas não utilizadas (ha)	Culturas Temporárias (ha)
Canto do Buriti	56.268	83.558	156.891	16.827
Pio IX	45.370	17.730	74.330	14.330
São João do Piauí	62.862	186.590	118.226	34.248
São Raimundo Nonato	90.700	2.646	290.065	43.915
Paulistana	67.566	24.878	48.417	29.295
Bom Jesus	112.220	1.710	54.740	4.540
Jerumenha	110.220	30.050	47.890	4.550
Floriano	83.720	7.230	32.920	4.940

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, *Censo agropecuário*; 1980. Rio de Janeiro: 1980.

Em todos esses municípios, as áreas de pastagens naturais são grandes. Em sua maior parte, elas pertencem aos latifúndios pecuaristas, que as utilizam para pastagens, com o gado solto durante o inverno. No verão, o gado também se alimenta dos restos das culturas dos pequenos produtores que trabalham no interior desses latifúndios. (QUADRO 52). É importante salientarmos a grande quantidade de áreas utilizadas matas naturais mais terras produtivas não utilizadas. Essas áreas representam uma formidável quantidade de terras ainda por explorar, e, na verdade, constituem reserva de valor nas mãos de poucas pessoas. Enquanto isso, é pequena, em comparação com as terras não trabalhadas, a área empregada com culturas temporárias, as quais representam menos de 10% dos espaços não utilizados, produtivamente.

Em se tratando do Semi-árido, as terras não exploradas necessitam, para serem produtivas, de uma série de obras, como estradas, fornecimento de água, eletrificação, comunicação etc. E representam áreas de expansão para os grandes projetos agropecuários, se a administração pública não tomar a iniciativa de povoá-las, com programas dirigidos aos pequenos produtores.

### 7.3.5 A sub-região dos Vales Umidos e a irrigação

Para essa sub-região, os projetos importantes são os de irrigação. Daí concentrarmos a análise na repercussão dos principais planos de Irrigação que se implantaram nessa sub-região e no Semi-árido como um todo, bem como, respaldarmos nossas informações em dados coletados no DNOCS e em contatos empreendidos com técnicos e irrigantes.

No Piauí, ainda não há uma política sistemática de irrigação para o Semi-árido. As poucas iniciativas existentes não têm proporcionado grandes mudanças nos municípios onde se localizaram. O DNOCS tem apenas dois perímetros na região Projeto Gurqueia e Projeto Fidalgo, enquanto que o PAPP instalou só um projeto em Itaueira. Outros municípios que tem culturas de verão efetivadas as margens de rios ou lagoas, configuradas como cultivos de "vazantes" não podem, de fato, ser considerados, tecnicamente, como áreas irrigadas. Assim, a rigor, a política de recursos hídricos para a região se concentra na construção de açudes, poços, barreiros etc., mas a preocupação maior é com o fornecimento de água para animais e para o consumo humano.

Estes projetos se caracterizam como de irrigação pública, onde as áreas foram arrecadadas por desapropriações. Projetos do DNOCS e compra. Projetos do PAPP. Este último recorre a terras adquiridas pelo "Projeto Itaueira", coordenado pela SEPLAN/PI, o qual, com o PAPP, passou a trabalhar com a comunidade formada pelos colonos assentados, dando continuidade a implantação do mesmo.

#### 7.3.5.1 Os principais projetos

### PROJETO FIDALGO \_ MUNICÍPIO DE SIMPLÍCIO MENDES

Os municípios onde se instalaram os projetos do DNOCS

**Simplicio Mendes** e **Cristino Castro** têm diferenciações marcantes. Simplicio Mendes fica no vale do rio Fidalgo. No município, predomina o latifúndio pecuarista de caráter extensivo, convivendo com o pequeno produtor, proprietário ou não, sobretudo, o não proprietário que trabalha nas terras alheias sujeito ao pagamento de renda. A relação latifundiário "versus" rendeiro é imprescindível para a viabilização da pecuária extensiva, especialmente, porque além dos moradores-rendeiros servirem de mão-de-obra, os restos das culturas tocadas por eles, feijão, arroz, milho servem como alimento para o gado durante o verão, quando os pastos naturais estão desgastados. Os açudes, varreiros e poços construídos pelo governo ou particulares garantem a permanência dessas relações durante o verão, pois os rios que passam no município são temporários e secam, por completo, durante essa estação do ano.

O Projeto de Irrigação do DNOCS **Projeto Fidalgo** foi oficializado a partir de 1975, quando foram desapropriados 5.444ha de terras. Se lá para cá, foram implantados 470ha de área irrigada, com o assentamento de mais ou menos 80 famílias. As glebas distribuídas tem, em média, 2,5ha para cada irrigante. Cerca de 4.932ha funcionam como área de sequeiros, onde são distribuídos lotes cujo tamanho fica a critério do irrigante, 1 a 3ha, pois depende da capacidade de trabalho da família.

A captação de água é feita através de poços com bombas, existindo, no momento do estudo, seis poços em atividade, os quais distribuem a água em canais de cimento que se espalham ao redor das áreas destinadas a irrigação. A aplicação da água nas culturas se dá pelo método de gravidade. Os terrenos são sistematizados, arados e construídas valas ao longo do terreno em linhas paralelas que respeitam, naturalmente, o tipo de cultura que se pretende plantar.

A principal cultura irrigada, nesse momento, é a **banana**, plantada nas valas com espaçamento de dois metros entre as covas. Entre uma vaia e outra, é permitido plantar o feijão ou a melancia, dependendo do colono, mas, sempre, seguindo as determinações do técnico do DNOCS. É empregado adubo, com destaque para a uréia, que fornece melhores

resultados em termos de produtividade. Até 1986, a principal cultura do perímetro era o algodão, como já vimos, abandonada em virtude da praga do bicudo, cujo controle não foi possível. No caso das áreas de sequeiro, os colonos plantam arroz, feijão, milho e mandioca, registrando-se, também, áreas destinadas a pecuária, onde cada irrigante possui, em média, seis cabeças de gado.

Os maiores problemas enfrentados pelo perímetro são as restrições de solo e clima, a **salinização** e a presença de ervas daninhas, sendo a salinização o problema mais sério, pois já desativou cerca de metade da área irrigada. Segundo os técnicos do DNUCC, esse fenômeno é originado da água dos poços, estando sendo providenciado teste de novos poços com menor profundidade, para ver se diminui a quantidade de sal na água.

Não há emprego de mão-de-obra de fora do perímetro. Cada irrigante possui os lotes em função da capacidade do trabalho da família. Quando há necessidade de ajuda, tanto para as culturas de inverno quanto para as de verão, ocorre o sistema de interajuda entre os proprietários colonos, como se fosse uma espécie de mutirão. Por isso mesmo, não há nenhum tipo de aglomeração de produtores sem terra ao redor do perímetro.

Os produtos comercializados são a banana e o milho, já que o arroz e o feijão destinam-se, basicamente, ao consumo da família dos irrigantes. Cada irrigante, segundo o presidente da Cooperativa, produz, em média, 80 a 100 milheiros de banana e 4.000kg de milho. O preço da banana é determinado pela Cooperativa, segundo cálculos que levam em conta os custos de produção e uma margem de lucro. A seguir, a Cooperativa debate e/ou barganha com os compradores que chegam ao perímetro. Não há dúvida, pois, de que este é o principal produto, garantindo algum retorno para o irrigante, ao final do ano, durante a realização do balanço comercial. O milho, em contraposição, é vendido através de leilão, levando o produto quem fizer a melhor oferta.

O sistema funciona como se fosse uma compra antecipada da produção. O irrigante entrega o produto a Cooperativa e recebe uma



certa importância em dinheiro. De posse do produto, ela procura os melhores momentos para a venda. No fim do ano, a sobra é devolvida ao irrigante, depois de cobrada uma taxa para custear as despesas na Cooperativa e o pagamento do banco fornecedor de crédito de comercialização a Cooperativa, além do pagamento da energia utilizada para o fornecimento de água para as culturas de verão. Ainda no que se refere a comercialização do produto, como este precisa ser repassado logo, devido ao alto grau de perecibilidade, a venda por atacado proporciona melhor preço, face ao maior poder de barganha da Cooperativa.

A renda auferida pelos irrigantes varia de acordo com a situação de cada um, a diferença está na capacidade de trabalho familiar, que, quanto maior, proporciona uma área trabalhada de cultura de sequeiro maior (significando mais produção de milho) e, ainda, nas condições de cada um quanto aos lotes irrigados na produção de banana. Alguns irrigantes apresentam, em seus lotes, maior produtividade, em virtude do menor índice de salinização. No entanto, no geral, esses trabalhadores mantêm níveis de vida semelhantes, que, se não são excelentes, a ponto de serem considerados pequenos capitalistas rurais, pelo menos estão bem acima da maior parte dos pequenos produtores rurais do município e da região Semi-árida como um todo.

Neste contexto, o projeto firma-se como um elemento que não provoca grandes mudanças nas atividades produtivas do município, em sua totalidade. Saindo do interior do perímetro, notamos que a estrutura produtiva é semelhante a outros municípios da sub-região. Assim, aquelas 85 famílias representavam produtores privilegiados em relação aos quase mil produtores do município, em 1989, dos quais cerca de 360 eram produtores sem terra.

É certo que o projeto arrecadou mais de 5.000ha de terras, assentando 85 famílias. Embora não tenhamos dados que mostrem o total de famílias que tiveram de ser retiradas, o número de unidades familiares assentadas parece muito pequeno, se confrontado com a dimensão da área. É claro que este tipo de projeto concorre para amenizar os problemas fundiários da região de implantação, pois a área

arrecadada se destina a distribuir lotes entre famílias que antes não possuíam terras.

O projeto também não apresentou grande efeito para as zonas circunvizinhas, pois não foi baseado na construção de barragem em rios ou na construção de açude. O fornecimento de água fica restrito ao perímetro irrigado, nem proporcionou a construção de rodovias, a não ser a via de acesso para o perímetro e as que ligam os vários setores dentro do próprio perímetro. Dessa forma, não proporcionou grande valorização das terras próximas, que pudesse provocar algum tipo de especulação imobiliária e/ou a formação de mercado de terras.

Por outro lado, o projeto não favoreceu a ligação com a agroindústria alimentar. Os produtos do perímetro são vendidos a comerciantes do local ou de outros municípios. Mesmo quando o principal produto era o algodão, não se criou nenhuma iniciativa industrial para seu beneficiamento e a produção era totalmente vendida para usinas beneficiadoras do Ceará e para a indústria de Picos.

O perímetro proporcionou o aparecimento da figura do irrigante, que se soma aos agentes tradicionais do local: latifundiários, moradores, rendeiros, posseiros e pequenos produtores proprietários. O irrigante aparece como um produtor de aspectos distintos em comparação com os pequenos produtores tradicionais, sobretudo, porque surge como um produtor mais inserido no mercado, embora através da Cooperativa do projeto. Isso permite uma razoável renda monetária, gasta principalmente no comércio local, o que não deixa de provocar efeitos positivos na área urbana do município, gerando empregos no comércio.

É claro que se a implantação desse tipo de projeto se firmar como uma política mais sistemática para o Semi-árido piauiense, pode favorecer mudanças substanciais, de caráter reformador ou progressista, na estrutura fundiária e nas relações econômicas e sociais da região, trazendo inúmeras vantagens para as populações mais carentes. É certo que a experiência do DNOCS, no Semi-árido de todo o Nordeste, tem sido objeto de muitas críticas, que vão desde os custos elevados de assentamento dos colonos, até ao relacionamento Estado X

irrigante, de natureza paternalista e autoritária, passando pela baixa rentabilidade das culturas processadas nesses perímetros irrigados. Assim, esses problemas precisariam ser discutidos e resolvidos, para que uma "política de grande irrigação pública" (Carvalho, 1988, p. 102) se configurasse como um elemento importante na solução dos problemas do Semi-árido nordestino.

### PROJETO GURGUÉIA: MUNICÍPIO DE CRISTINO CASTRO

O Projeto Gurgueia, coordenado e executado pelo DNOCS, foi, por sua magnitude, uma iniciativa de irrigação que provocou efeitos importantes, no âmbito do município. No caso do projeto ora abordado, contamos com o trabalho de Silva (1989) que incluiu esse perímetro irrigado entre outros do Semi-árido nordestino, com o intuito de verificar seus principais efeitos. Os resultados dessa pesquisa, para o caso específico do Projeto Gurgueia, são:

- a) ocorreu um aumento da concentração da estrutura fundiária, tanto para a posse quanto para a propriedade da terra, embora o documento não atribua tal efeito exclusivamente a implantação do perímetro;
- b) ocorreu uma melhoria no grau de modernização no município, no período de 1975 a 1980. Tal resultado se baseia nos indicadores de emprego de fertilizantes, despesas por hectare explorado, consumo intermediário em relação ao valor da produção. No entanto, esses indicadores não são tão substanciais que possamos garantir que os impactos do projeto pudessem ser considerados significativos.

Ressaltamos que a região onde se localiza o perímetro, desde o início dos anos 70, vem sofrendo um processo de ocupação por parte de grandes projetos agropecuários, financiados pelos Incentivos Fiscais coordenados pela SUDENE, o qual tem estimulado uma forte concentração

de terras, notadamente, por ação de grilagem. Isto porque, na região, existem muitas terras devolutas ou ainda não apropriadas que, com o interesse de empresários de outros estados e os incentivos do governo, despertaram a cobiça de pessoas ligadas à região. Estas, com prestígio no governo estadual, passaram a registrar as terras em cartórios e, depois, puderam vendê-las aos chamados "projeteiros".

No entanto, mesmo em nível de município, o projeto não deixa de proporcionar efeitos interessantes, mormente, no que concerne ao valor da produção agrícola e ao emprego de máquinas e insumos químicos. Implantado em 1977, esse é o maior projeto do DNOCS no Estado. Atualmente, conta com cerca de 1.200ha de área irrigada com grande produção de feijão, melancia, arroz e banana e assentou 214 famílias de irrigantes em um município que, em 1975, tinha apenas 491 estabelecimentos. Para maior visualização do emprego das terras, de 1975 a 1980 - fase abordada por Gilva (1989) -, vejamos alguns dados do censo agropecuário para o município e que compõem o QUADRO 53.

**QUADRO 53 - ÁREA TRABALHADA, ÁREA EXPLORADA E ÁREA DE PASTAGENS PLANTADAS NO MUNICÍPIO DE CRISTINO CASTRO**

**1975-1980**

ANOS	Numeros Absolutos (em ha)			Área Total
	Área Trabalhada	Área Explorada	Área de Pastagem Plantada	
1975	5.812	83.247	3.296	91.247
1980	12.687	249.137	7.193	256.185

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censo agropecuário; 1975. Rio de Janeiro: 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censo agropecuário; 1980. Rio de Janeiro: 1980.

## Índice de Variação entre 1975-80

Area trabalhada	118,6%
area explorada	199,6%
area de pastagem plantada	118,5%
Area total de estabelecimentos	180,8%

Acréscimo da Área Total dos Estabelecimentos, em ha, segundo Grupos de área, entre 1975 a 1980

0 a 50	=	1.444
50 a 100	=	928
100 a 500	=	3.831
500 a 1.000	=	3.822
1.000 e mais	=	171.753

Observamos, portanto, para o período, um forte acréscimo na área total apropriada pelos estabelecimentos, gerando um processo de ocupação com ritmo muito acentuado. O mesmo aconteceu com a área explorada, resultado que se deve a expansão de pastos naturais, que passaram de 41.057, em 1975 para 204.575ha, em 1980. Paralelo a isso, mais do que dobrou a área com pastagens plantadas. Esses dois últimos indicadores demonstram que a ocupação da área, no período, se deveu, especialmente, a expansão da pecuária extensiva e a implantação de projetos do FINOR Agropecuario, com métodos de criatório mais extensivos e introdução de raças melhoradas.

A área trabalhada — soma das áreas com lavouras e pastagens plantadas mais matas plantadas — aumentou de 5.812ha para 12.687ha. Como não ocorreu ampliação no espaço de matas plantadas, a diferença em relação as pastagens artificiais (8.790) simboliza, basicamente, grosso modo, o impacto do projeto do DNOCS, fato bastante significativo para o município, mas não suficiente para se contrapor ao efeito de ocupação através da pecuária extensiva, sobretudo, quanto a estrutura fundiária, serviu, contudo, para estimular a utilização de uso de máquinas e insumos modernos, face à alta tecnologia adotada.

A propósito do remanejamento da estrutura da posse da terra em Cristino Castro, de 1975 a 1980, registramos que os estabelecimentos com menos de 50ha aumentaram a área disponível em 1.444ha. Enquanto isso, os grupos de 50 a 100ha, 100 a 500ha e 500 a 1.000ha reduziram suas áreas disponíveis e, no entanto, os estabelecimentos de mais de 1.000ha ampliaram a área em 171.753ha. Observamos que, em 1980, consta do censo agropecuário, um estabelecimento de 150.000ha, provavelmente, o projeto do FINOR Agropecuario, instalado em 1976.

### PROJETO ITAUEIRA: MUNICÍPIO DE ITAUEIRA

O Projeto Itaueira, de irrigação pública, no vale do rio Itaueira, de responsabilidade da SEPLAN/PI, foi implantado mediante a compra de 500ha, localizados às margens do rio Itaueira, culminando com o assentamento de 58 famílias, cabendo a cada uma um lote de 2,6ha.

O processo de captação de água se concretiza, através de bombas instaladas, depois de ter sido construída uma grande barragem, com o objetivo de controlar o fluxo de água do rio. Junto com essa barragem, ainda foram edificadas seis barragens auxiliares. A área de irrigação é a jusante da barragem, a cerca de 1 a 2km de distância da grande barragem. A distribuição de água é feita via canais que se localizam ao redor dos lotes, enquanto a aplicação de água nas plantas se efetiva mediante métodos de aspersão e gravidade, este último utilizado na área destinada a produção de arroz. A área irrigada está distribuída da seguinte maneira:

- 40ha para milho;
- 90ha para arroz;
- 20ha para horticultura.

Os colonos receberam títulos provisórios, por dois anos, quando serão observados e submetidos a acompanhamento, para, posteriormente, fazerem jus aos títulos definitivos. A seleção dos colonos foi feita

por uma Comissão Paritaria, formada por representantes do PAPP e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município.

O projeto ainda não pode ser avaliado, no que tange ao impacto produzido no município, notadamente, em termos de valor da produção, pois 1989 foi, na prática, o primeiro ano de colheita, com uma pequena quantidade comercializada. A maior parte da produção dos colonos foi destinada ao consumo e só a melancia foi comercializada, no âmbito do próprio município.

Os colonos formaram uma associação que adira como interlocutora junto ao PAPP e ao Conselho Municipal das Comunidades, órgão do município, além de receptora dos benefícios do programa. Por enquanto, os colonos ainda não estão pagando a semente, os adubos e a energia, visto que o projeto se encontra em fase experimental.

A comercialização é apoiada pelo FINACOM, fundo criado pelo PAPP para dar crédito de comercialização aos colonos do tipo CAP e CEP. Foi construído um armazém próximo ao perímetro irrigado, que será administrado pela associação dos colonos.

A arrecadação de terras não teve nenhum efeito traumático, pois foi uma área adquirida pelo fundo de terras financiado pelo BIRD e Banco Mundial, com pagamento à vista, a dinheiro e a preço de mercado. Além disso, as terras próximas do rio, a jusante da barragem até o perímetro irrigado do projeto, puderam se beneficiar do controle das águas do rio, proporcionado pelas barragens, o que veio valorizá-las, elas que pertencem, em sua maior parte, a médios e grandes proprietários.

#### 7.4 Considerações gerais

A partir do exposto até então, as ilações essenciais sobre os efeitos dos programas governamentais para a região Semi-árida podem ser assim enunciadas:

1) Nas duas últimas décadas, a região recebeu três importantes programas:

- a) POLONORDESTE , dois PDRI's para os Vales Umidos;
- b) Incentivos Fiscais , FINOR e FISET;
- c) Projetos de irrigação, para diversas sub-regiões.

Apreendemos, ao longo da análise, que os referidos programas geraram um processo que provocou mudanças significativas, reforçando a concentração da estrutura fundiária e modificando as relações de produção, mediante a introdução do trabalho assalariado, a intensificação da proletarianização do pequeno produtor e da modernização da pecuária bovina.

2) As repercussões oriundas do POLONORDESTE são menos visíveis do que as provocadas pelos projetos dos Incentivos Fiscais. Para o primeiro, os efeitos são mais gerais, pois seus instrumentos — implantação de estradas, eletrificação, assistência técnica, pesquisa, açudes, crédito etc. — sem o poder de atingir toda a região e seus efeitos abrangem, de forma mais efetiva, os grandes proprietários. Estes se beneficiam com a valorização produtiva de suas terras e são estimulados a incorporá-las ao processo produtivo, sobretudo, através da pecuária, com métodos melhorados.

3) Além desses efeitos mais abrangentes, o POLONORDESTE incentivou, diretamente, produtores com áreas de até 200ha, tanto para agricultura, como para a produção pecuária, apoio esse que incluiu crédito, assistência técnica e crédito para comercialização, contribuindo para incrementar o emprego de insumos modernos e máquinas agrícolas. Essa atuação incluiu estímulo aos produtores nas varzeas irrigáveis dos vales umidos da região, com ênfase para os vales do Gurgueia e Itaueira.

4) Os projetos dos Incentivos Fiscais — FINOR e FISET — distribuíram-se desigualmente no espaço, atingindo, diretamente, 13 municípios dentre os 24 que compõe a região. Dos municípios que receberam os referidos projetos, cinco foram os mais afetados: Canto



do Buriti, Jerumenha, Pio IX, Bom Jesus e Floriano, onde se instalaram 26 projetos do FINOR Agropecuario (72%) e 123 projetos do FASET para reflorestamento com caju (65,8%).

Assim, as repercussões na região como um todo se processaram em ritmo e forma diferenciados, a medida que foram nesses cinco municípios que os efeitos se mostraram mais fortes e/ou significativos. Os grandes projetos para a produção de caju, que se concentraram em Canto do Buriti e Pio IX, provocam efeitos mais fortes quanto a introdução de trabalho assalariado, enquanto os projetos de pecuária de corte (Jerumenha, Bom Jesus e Floriano) são menos propensos a mudar a estrutura do emprego, mas incrementam a área de pastagens plantadas e os métodos de criatório bovino, pois ocasionam alterações, também, nos métodos de criatório dos antigos criadores da região. Logo, as sub-regiões foram afetadas distintamente, pois os projetos de pecuária de corte e leite preferem as sub-regiões dos Vales Unidos e Fazendas Estaduais, enquanto os de caju se concentram na sub-região das Secas.

Na sub-região de Picos, onde a estrutura de propriedade da terra baseia-se na pequena propriedade, e, praticamente, não existiam grandes áreas vazias ou sem utilização produtiva, não houve instalação de nenhum grande projeto do FINOR Agropecuario. Porém, muitos produtores, de todo tamanho, se interessaram pela produção de caju (foram registrados seis projetos para caju - quatro, com menos de 100ha e dois, entre 100 a 500ha), o que colocou o município de Picos como o segundo maior produtor de castanha de caju, em 1988. Esse resultado se deve menos aos projetos e mais ao interesse de produtores do próprio município na cultura do caju como alternativa ao algodão arbóreo, também uma cultura permanente.

5) Os efeitos principais detectados pela análise para os projetos dos Incentivos Fiscais, nos municípios mais representativos, foram:

a) **tendência ao agravamento da concentração na estrutura fundiária;**

b) **mudanças nas relações de trabalho, sobretudo com a implantação**

do emprego de trabalhadores assalariados, do maior uso do rendeiro formador de pastos e de expulsões de antigos posseiros;

c) aumento das áreas de pastagens plantadas em relação as pastagens naturais e area de lavouras;

d) melhoria do padrão genético do gado, pela substituição do gado "pe-duro" pelo gado de "raça" (raças estrangeiras) e melhoria na alimentação e manejo;

e) melhoria nos métodos de produção agrícola, através da intensificação do emprego de insumos químicos e maquinas;

f) aumento da participação na produção do produtor mais capitalizado e, conseqüentemente, redução da importancia da pequena produção, que entra em um processo de "proletarização" à proporção que cresce a importancia do trabalho temporario na manutenção da subsistencia do pequeno produtor.

6) O incentivo à irrigação foi outro elemento que contribuiu para melhorar os metodos de produção agricola na região. Destacamos, então, os projetos do UNOCS [ **Projetos Fidalgo e Gurguéia** ], as iniciativas do POLUNORDESTE, através do **Projeto Itaueira**, no vale do rio Itaueira e o apoio aos produtores nas areas irrigaveis na produção de arroz, milho feijão, além do alho, no vale do Guaribas;

7) Apesar de não dispormos de dados censuarios para os anos 80, a análise, em nível dos projetos, permitiu a retirada de inferências positivas no sentido de afirmarmos que, na ultima década, se intensificou o processo de modernização das atividades produtivas rurais no Piauí, iniciado no decenio 70. Os efeitos cruzados dos programas estudados geraram um processo de modernização que se estendeu por toda a região, ainda que não tenha acontecido, de forma homogênea e em ritmos iguais, para os seus 54 municípios. As discrepâncias podem ser atribuídas, em parte, a diferenças dos programas às distincões físicas e estruturais (sobretudo, quanto a estrutura

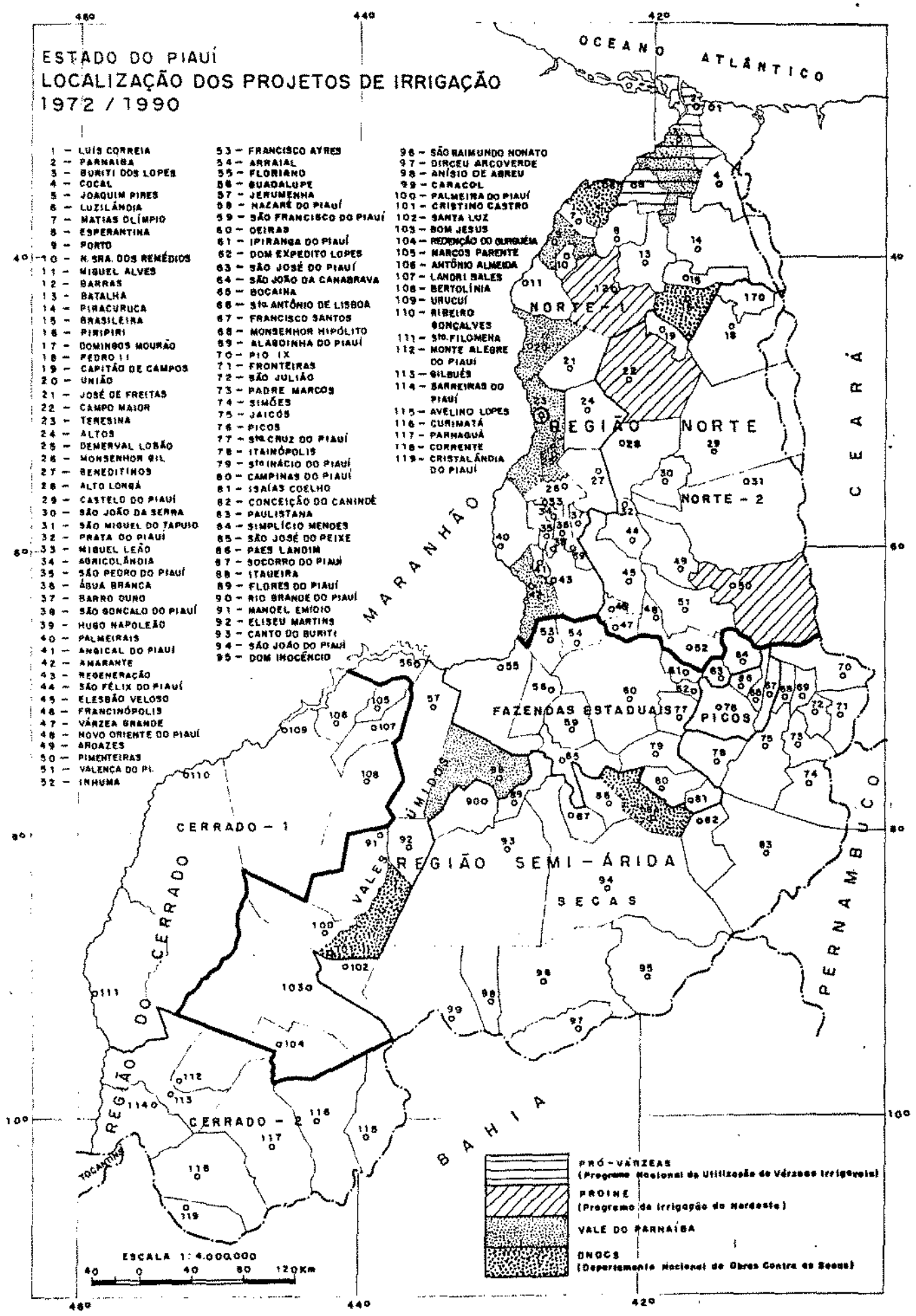
fundiaria) e às desigualdades de peso político entre os municípios. Este último fator se vincula, diretamente, ao próprio grau de desenvolvimento de cada município e a sua posição econômica na região.

ESTADO DO PIAUÍ  
LOCALIZAÇÃO DOS PROJETOS DE IRRIGAÇÃO  
1972 / 1990

- 1 - LUIS CORREIA
- 2 - PARNAIBA
- 3 - BURITI DOS LOPES
- 4 - COCAL
- 5 - JOAQUIM PIRES
- 6 - LUZILÂNDIA
- 7 - MATIAS OLÍMPIO
- 8 - ESPERANTINA
- 9 - PORTO
- 10 - N. SRA. DOS REMÉDIOS
- 11 - MIGUEL ALVES
- 12 - BARRAS
- 13 - BATALHA
- 14 - PIRACURICA
- 15 - BRASILEIRA
- 16 - PIRIPIRI
- 17 - DOMINGOS MOURÃO
- 18 - PEDRO II
- 19 - CAPITÃO DE CAMPOS
- 20 - UNIÃO
- 21 - JOSÉ DE FREITAS
- 22 - CAMPO MAIOR
- 23 - TERESINA
- 24 - ALTOS
- 25 - DEMERVAL LOBÃO
- 26 - MONSENHOR GIL
- 27 - BENEDITINHOS
- 28 - ALTO LONGA
- 29 - CASTELO DO PIAUÍ
- 30 - SÃO JOÃO DA SENNA
- 31 - SÃO MIGUEL DO TAPUIO
- 32 - PRATA DO PIAUÍ
- 33 - MIGUEL LEÃO
- 34 - AGRICOLÂNDIA
- 35 - SÃO PEDRO DO PIAUÍ
- 36 - ÁGUA BRANCA
- 37 - BARRO DURO
- 38 - SÃO BONCALO DO PIAUÍ
- 39 - HUGO NAPOLEÃO
- 40 - PALMEIRAS
- 41 - ANGICAL DO PIAUÍ
- 42 - ANARANTE
- 43 - REGENERAÇÃO
- 44 - SÃO FÉLIX DO PIAUÍ
- 45 - ELESBÃO VELOSO
- 46 - FRANCINÓPOLIS
- 47 - VÁRZEA GRANDE
- 48 - NOVO ORIENTE DO PIAUÍ
- 49 - AROAZES
- 50 - PIMENTEIRAS
- 51 - VALENÇA DO PI.
- 52 - INHUMA

- 53 - FRANCISCO AYRES
- 54 - ARRAIAL
- 55 - FLORIANO
- 56 - GUADALUPE
- 57 - JERUMENHA
- 58 - NAZARÉ DO PIAUÍ
- 59 - SÃO FRANCISCO DO PIAUÍ
- 60 - CEIRAS
- 61 - IPIRANGA DO PIAUÍ
- 62 - DOM EXPEDITO LOPES
- 63 - SÃO JOSÉ DO PIAUÍ
- 64 - SÃO JOÃO DA CANABRAVA
- 65 - BOCAINA
- 66 - SÃO ANTONIO DE LISBOA
- 67 - FRANCISCO SANTOS
- 68 - MONSENHOR HIPÓLITO
- 69 - ALABOINHA DO PIAUÍ
- 70 - PIO IX
- 71 - FROTEIRAS
- 72 - SÃO JULIÃO
- 73 - PADRE MARCOS
- 74 - SIMÕES
- 75 - JAICÓS
- 76 - PICOS
- 77 - SMCRUZ DO PIAUÍ
- 78 - ITAINÓPOLIS
- 79 - SÃO INACIO DO PIAUÍ
- 80 - CAMPINAS DO PIAUÍ
- 81 - ISAIAS COELHO
- 82 - CONCEIÇÃO DO CANINDE
- 83 - PAULISTANA
- 84 - SIMPLICIO MENDES
- 85 - SÃO JOSÉ DO PEIXE
- 86 - PAES LANDIM
- 87 - SOCORRO DO PIAUÍ
- 88 - ITAUEIRA
- 89 - FLORES DO PIAUÍ
- 90 - RIO GRANDE DO PIAUÍ
- 91 - MANOEL EMÍDIO
- 92 - ELISEU MARTINS
- 93 - CANTO DO BURITI
- 94 - SÃO JOÃO DO PIAUÍ
- 95 - DOM INOCÊNCIO

- 96 - SÃO RAIMUNDO NONATO
- 97 - DIRCEU ARCOVERDE
- 98 - ANÍSIO DE ABREV
- 99 - CARACOL
- 100 - PALMEIRA DO PIAUÍ
- 101 - CRISTINO CASTRO
- 102 - SANTA LUZ
- 103 - BOM JESUS
- 104 - REDENÇÃO DO GURUMÁ
- 105 - MARCOS PARENTE
- 106 - ANTONHO ALMEIDA
- 107 - LANDRI SALES
- 108 - BERTOLÍNA
- 109 - URUCUI
- 110 - RIBEIRO
- 111 - S. FILOMENA
- 112 - MONTE ALEGRE DO PIAUÍ
- 113 - GILBUÉS
- 114 - BARREIRAS DO PIAUÍ
- 115 - AVELINO LOPES
- 116 - CURIMATÁ
- 117 - PARNAGUÁ
- 118 - CORRENTE
- 119 - CRISTALÂNDIA DO PIAUÍ



PRÓ-VÁRZEAS  
(Programa Nacional de Utilização de Várzeas Irrigáveis)

PROINE  
(Programa de Irrigação do Nordeste)

VALE DO PARNAÍBA

DNOCs  
(Departamento Nacional de Obras Contra as Secas)

ESCALA 1:4.000.000  
0 40 80 120 KM

## 8 OS EFEITOS DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS NA REGIÃO DOS CERRADOS

A região dos Cerrados piauienses localiza-se em uma longa faixa de terras que abrange tres microrregiões: (1) Alto Parnaíba Piauiense (092); (2) Chapadas do Extremo Sul Piauiense (097) e (3) Alto Médio Gurguéia (095). Incluímos, ainda, o município de Bertolinia, componente da microrregião de Bertolinia, pois além de fazer fronteira com Urucui, contém cerca de 20% de seu território nas áreas dos Cerrados. Essa região faz fronteira com o Maranhão, separada pelo rio Parnaíba no sudoeste do Estado, e também com Goiás e Bahia, no Extremo-Sul. Em face dos projetos dos Incentivos Fiscais concentrarem-se nos municípios do Alto Parnaíba e, também, em virtude de diferenças quanto a ocupação entre esses municípios e aqueles situados no Extremo-Sul, dividimos a região em duas sub-regiões: Cerrados I e Cerrados II.

Os municípios componentes de cada sub-região são:

- a) Cerrados I - Urucui, Ribeiro Gonçalves, Santa Filomena e Bertolinia;
- b) Cerrados II - Parnaíba, Curimata, Avelino Lopes, Corrente, Cristalândia do Piauí, Barreiras do Piauí, Monte Alegre e Gilbues.

Essa classificação não é rigorosa, pois a maior parte dos municípios considerados, excetuando Urucui, Ribeiro Gonçalves e Santa Filomena, tem áreas territoriais apenas, parcialmente, localizadas nas áreas de Cerrados. Quanto aos Cerrados, de modo geral, constituem-se de terras altas - ao redor de 400 metros em relação ao nível do mar -, com regime de chuvas mais ou menos regular no período invernal, cujos solos, embora com forte acidez, são topograficamente excelentes para mecanização. São solos adequados à agricultura, principalmente, arroz, feijão, mandioca e soja. No entanto, precisam de correção com

calcario e uso de adubos quimicos. Por isso, representam uma area muito importante no sentido de gerar demanda para a industria de insumos e maquinas agricolas.

## 8.1 Algumas características econômicas das sub-regiões

### 8.1.1 A sub-região dos Cerrados I

A sub-região dos **Cerrados I** corresponde, na nova classificação do IBGE, a microrregião do Alto Parnaíba (092), incorporando os municípios de Uruçuí, Ribeirão Gonçalves e Santa Filomena. E, como dito acima, incluímos Bertolínia, por possuir parcela de suas terras dentro dos Cerrados, apresentando, pois, aspectos físicos semelhantes aqueles municípios.

A sub-região, segundo o **QUADRO 54**, possui uma característica relevante: a maior parte das suas terras se encontra sem nenhum tipo de aproveitamento. Assim, considerando-se os quatro municípios, notamos que, aproximadamente, 80% das terras não aparecem como áreas componentes dos 2.398 estabelecimentos registrados, em 1970. A situação parece mais grave, quando observamos que, tão-somente, 4% das áreas dos estabelecimentos figuravam como terras trabalhadas com lavouras e pastagens plantadas. Enquanto isso, 86,3% das terras dos estabelecimentos correspondiam a pastagens nativas, denunciando a importância da atividade de pecuária extensiva na estrutura produtiva dessa área geográfica.

A **TABELA 66**, que revela a participação no valor da produção das principais ocupações agropecuárias, expressa muito bem tal situação: a pecuária, apesar de empregar a maioria das terras, tem menor participação quando comparada à atividade agrícola, especialmente, as lavouras temporárias. Estas aparecem com percentuais bem superiores, com exceção do município de Santa Filomena, que detém o maior índice de participação da atividade de criação.

**QUADRO 54 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS, ÁREA TRABALHADA, ÁREA EXPLORADA E ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS DOS MUNICÍPIOS DA SUB-REGIÃO DOS CERRADOS I 1970**

MUNICÍPIOS	Nº de Estabelecimentos	Área Total dos Estabelecimentos (ha)	Área Trabalhada <sup>(1)</sup> (ha)	Área Explorada <sup>(2)</sup> (ha)	Área do Município (ha)
Urucui	902	251.509	12.558	219.713	896.700
Ribeiro Gonçalves	462	116.657	3.643	87.904	1.217.200
Santa Filomena	580	170.142	3.044	157.053	539.500
Bertolina	454	86.877	5.782	75.009	368.000
Total	2.398	625.165	25.027	539.679	3.021.400

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censo agropecuário: 1970, Rio de Janeiro: 1970.

(1) Área trabalhada = área com lavouras + área com pastagens plantadas + área com matas plantadas.

(2) Área explorada = área trabalhada + área com pastagens nativas + área com matas naturais.

Os 20% das terras da sub-região que figuram como áreas dos estabelecimentos, isto é, as que estavam incorporadas ao processo produtivo, ainda que empregadas em caráter extensivo, mantinham-se fortemente concentradas nos estabelecimentos com áreas superiores a 500ha. O município de Santa Filomena ostentava a situação de maior gravidade, pois 86,3% das suas terras eram apropriadas por apenas 13,8% dos estabelecimentos com áreas acima de 500ha, em 1970. Por outro lado, os estabelecimentos com área de até 5ha, que equivaliam a 59,70% do total, controlavam, somente, 0,3% das terras.

Ribeiro Gonçalves, o maior município em extensão territorial do Estado, apresentava o menor índice de utilização das terras. Dos mais de 1.200.000ha, somente 7,2% eram empregados com a agropecuária

significando um caso de verdadeiro "vazio demográfico". Em termos de distribuição da posse da terra, era, dos quatro municípios componentes da sub-região, o de menor concentração, com 53,1% das terras apropriadas pertencentes a 11% dos estabelecimentos com áreas com mais de 500ha. A maior parte dos estabelecimentos se concentrava nas faixas de área entre 10 a 500ha, os quais somavam 89,2% da totalidade e controlavam 41,9% das terras. Os estabelecimentos com menos de 10ha correspondiam a apenas 2,8%.

**TABELA 66 - PARTICIPAÇÃO (%) DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS NO VALOR DA PRODUÇÃO ANIMAL E VEGETAL NOS MUNICÍPIOS DA SUB-REGIÃO DOS CERRADOS I**  
1970

Municípios	Animal			Vegetal		
	Grande Porte	Médio Porte	Aves e Pequenos Animais	Lavouras Permanentes	Lavouras Temporárias	Extração Vegetal
Uruçuí	21,0	5,4	2,6	7,6	28,2	35,2
Ribeiro Gonçalves	32,0	8,0	4,0	5,2	45,1	5,7
Santa Filomena	39,1	6,6	9,2	7,0	28,1	10,0
Bertolinia	33,2	6,4	2,8	3,4	40,7	13,5

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.

No caso de Uruçuí e Bertolinia, os percentuais de apropriação das terras, pelos estabelecimentos de mais de 500ha, atingiam mais de 70%, configurando, pois, uma situação similar à de Santa Filomena.

A estrutura de distribuição da posse da terra e as condições de utilização das terras se somam a uma organização da produção onde predominam formas de produção rudimentares. Prevaleciam unidades produtivas tocadas por proprietários e ocupantes. A presença de



produtores na condição de parceiros ou arrendatários era íntima, ao contrário da região Norte, onde essas últimas categorias de produtores apareciam intensivamente. (TABELA 67).

**TABELA 67 - PARTICIPAÇÃO (%) DOS PRODUTORES, SEGUNDO CONDIÇÃO DO PRODUTOR, NOS MUNICÍPIOS DA SUB-REGIÃO DOS CERRADOS I 1970**

Municípios	Proprietários	Arrendatários	Parceiros	Ocupantes
Urucui	75,1	9,0	0,0	16,0
Ribeiro Gonçalves	87,2	0,9	0,2	11,7
Santa Filomena	37,4	13,3	0,5	48,8
Bertolinia	67,4	18,1	2,9	11,7

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.

#### 8.1.2 A sub-região dos Cerrados II

Os Cerrados II compreendem os municípios componentes da microrregião "Chapadas do Extremo Sul Piauiense" - Parnaíba, Curimata, Corrente, Avelino Lopes e Cristalândia do Piauí -, incluindo, ainda, Gilbues, Monte Alegre e Barreiras do Piauí que integram a microrregião do "Alto Médio Burqueia", segundo nova classificação do IBGE.

Segundo o QUADRO 55, a situação, em 1970, quanto ao uso da terra, pouco se diferencia da sub-região dos Cerrados I. A área trabalhada representava apenas 4,4% da área apropriada pelos estabelecimentos. Somente 21,7% da área dos municípios era apropriada pelos 4.033 estabelecimentos registrados pelo IBGE, em 1970. Das terras efetivamente utilizadas - área explorada -, 94,6% eram áreas de pastagens nativas e, das terras trabalhadas, cerca de 57% estavam cobertas com pastagens plantadas. Esses indicadores comprovam que a atividade básica era a pecuária, sobretudo, a de natureza extensiva.

Mesmo assim, a agricultura mantém significativa participação no valor da produção agropecuária, conforme TABELA 68. O valor da produção é dividido quase pela metade entre produção animal e vegetal. Monte Alegre, Parnaíba e Curimata constam como os principais municípios com pecuária, com participação acima de 40%. No entanto, a pequena quantidade de terras usadas na agricultura nos leva a deduzir que a pecuária ainda era praticada de modo muito rudimentar, ainda que as lavouras fossem praticadas primitivamente.

**QUADRO 55 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS, ÁREA TRABALHADA, ÁREA EXPLORADA E ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS DOS MUNICÍPIOS DA SUB-REGIÃO DOS CERRADOS II 1970**

MUNICÍPIOS	Nº de Estabelecimentos	Área Total dos Estabelecimentos (ha)	Área Trabalhada (ha)	Área Explorada (ha)	Área do Município (ha)
Gilbués	599	79.706	2.539	72.350	348.400
Barreiras do Piauí	139	26.956	705	24.925	377.300
Corrente	1.029	122.942	8.506	84.922	430.800
Cristalândia	293	33.290	3.161	27.334	135.300
Parnaíba	502	109.327	4.887	102.465	558.300
Curimata	621	93.372	2.212	65.684	418.500
Avelino Lopes	576	76.658	2.250	67.133	282.100
Monte Alegre	274	58.918	2.255	44.374	223.600
<b>TOTAL</b>	<b>4.033</b>	<b>601.169</b>	<b>26.335</b>	<b>489.187</b>	<b>2.774.300</b>

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censo agropecuário: 1970, Rio de Janeiro: 1970.

A estrutura de distribuição da posse da terra era também concentrada, como nas demais regiões do Estado. Para todos os

municípios, os estabelecimentos com mais de 500ha, os quais não ultrapassavam 15% do total, apropriavam-se de mais de 45% das terras. Por outro lado, a participação dos estabelecimentos com áreas inferiores a 10ha era bem menor do que na região Norte, mas se assemelhava a da sub-região dos Cerrados I.

**TABELA 68 - PARTICIPAÇÃO (%) DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS NO VALOR DA PRODUÇÃO ANIMAL E VEGETAL NOS MUNICÍPIOS DA SUB-REGIÃO DOS CERRADOS II**  
1970

Municípios	Animal			Vegetal		
	Grande Porte	Médio Porte	Aves e Pequenos Animais	Lavouras Permanentes	Lavouras Temporárias	Extração Vegetal
Gilbues	36,6	7,9	3,3	14,2	39,6	2,4
Barreiras	33,9	2,0	1,2	22,7	36,2	4,0
Corrente	34,8	7,2	2,4	12,5	37,0	6,1
Cristalândia	32,4	4,6	2,1	17,2	32,1	11,6
Parnaguá	42,7	6,1	1,6	5,2	42,4	2,0
Curimata	40,6	14,4	1,9	7,8	33,3	2,1
Avelino Lopes	30,6	16,6	2,7	3,1	42,1	4,9
Monte Alegre	55,5	8,1	2,4	7,0	23,8	3,2

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.

Na sub-região, o parcelamento das grandes propriedades, com o intuito de formar produtores na condição de parceiros ou arrendatários, era nulo. As unidades produtivas, como expõe a TABELA 69, eram tocadas por proprietários e ocupantes.

Portanto, no que tange aos dados analisados, percebemos pouca distinção entre as duas sub-regiões. Talvez a diferença maior, até o final dos anos 60, era que os Cerrados II tinham um desenvolvimento pecuário mais intenso e uma ocupação populacional mais expressiva.

ainda que, dadas as características extensivas do criatório bovino, a densidade populacional fosse baixíssima, comparada a densidade do Norte, com processo mais adiantado de urbanização. Apesar disso, foi a área preferida para se iniciar um processo de ocupação via Incentivos Fiscais (sobretudo do FINDER Agropecuário), a partir do decênio 70, destacando-se os Cerrados I.

**TABELA 69 - PARTICIPAÇÃO (%) DOS PRODUTORES, SEGUNDO CONDIÇÃO DO PRODUTOR, NOS MUNICÍPIOS DA SUB-REGIÃO DOS CERRADOS II 1970**

Municípios	Proprietários	Arrendatários	Parceiros	Ocupantes
Gilbues	91,0	0,0	0,0	19,0
Barreiras do Piauí	84,2	0,0	0,0	15,8
Corrente	74,0	0,0	0,0	26,0
Cristalândia	70,5	0,0	0,0	23,6
Parnagua	78,4	0,0	0,0	21,5
Curimata	80,8	0,0	0,0	19,2
Avelino Lopes	48,8	0,0	0,0	51,2
Monte Alegre	77,0	0,0	0,0	22,6

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.

Sobre a sub-região ora discutida, concentraremos a análise, com o interesse maior de verificar os efeitos dos projetos financiados pelos **Incentivos Fiscais**, ressaltando-se os municípios de Ribeiro Gonçalves e Uruçuí, que aparentam uma posição privilegiada, uma vez que abrigaram o maior número de projetos.

## 8.2 A análise dos anos 70

### 8.2.1 As mudanças na estrutura fundiária

A estrutura fundiária na sub-região dos Cerrados I evoluiu na

década de 70, em termos de posse de terra, no sentido da incorporação de novas áreas ao processo produtivo, de forma muito veloz. Aumentou, consideravelmente, a área apropriada pelos estabelecimentos com mais de 1.000ha, assim como, a área com estabelecimentos de pequena escala - menos de 10ha. Mas, para o caso desses últimos, o número de estabelecimentos cresceu em ritmo maior ainda, permitindo uma redução na área média de tais unidades produtivas (QUADRO 56).

**QUADRO 56 - ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECEMENTOS SEGUNDO ESTRATOS, NOS MUNICÍPIOS DAS SUB-REGIÕES CERRADOS I E II 1970-1975-1980**

SUB-REGIÕES E MUNICÍPIOS	1970					1975					1980				
	0	5	10	500	1.000	0	5	10	500	1.000	0	5	10	500	1.000
	a	a	a	a	e	a	a	a	a	e	a	a	a	a	e
5	10	50	1000	mais	5	10	50	1000	mais	5	10	50	1000	mais	
	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha
<u>Cerrados I</u>	2,2	6,9	24,7	691,3	2.680,9	2,3	6,7	24,4	659,5	2.956,3	1,8	6,5	24,7	689,5	5.097,5
Uruçuí	1,8	6,8	24,1	675,7	2.279,2	1,9	6,1	25,5	698,2	4.426,8	1,6	6,4	25,7	646,4	3.943,5
Ribeiro Gonçalves	3,6	7,5	26,1	639,1	1.916,2	4,0	7,2	27,0	620,5	1.801,0	3,0	6,4	24,3	680,6	6.457,5
Santa Filomena	1,7	7,2	28,4	694,0	3.163,9	1,4	6,9	22,8	687,4	3.090,2	1,2	6,6	23,9	699,7	3.282,5
Bertolínia	1,7	6,4	20,1	756,3	3.364,5	1,6	6,7	22,5	792,1	2.507,2	1,4	6,8	25,1	731,2	6.726,1
<u>Cerrados II</u>	2,9	6,2	27,2	659,8	2.217,5	2,8	6,2	26,3	673,9	1.952,8	2,6	6,5	23,1	659,6	2.278,5
Corrente	2,6	6,5	26,5	645,2	1.967,3	2,8	6,4	24,3	672,1	2.943,4	2,1	6,5	23,8	645,8	2.617,5
Parnaíba	3,2	6,3	28,4	673,6	3.121,8	2,9	5,9	26,8	683,1	2.298,3	2,6	6,3	21,1	707,4	2.153,5
Silvès	2,2	6,3	25,6	645,0	1.711,5	2,7	6,0	25,5	645,8	1.504,1	2,7	6,7	25,3	670,2	2.890,7
Avelino Lopes	2,6	5,7	31,6	664,5	2.100,2	2,5	6,1	30,3	612,3	1.493,0	3,4	5,9	18,4	637,4	1.520,2
Monte Alegre	2,9	5,8	22,8	661,0	2.699,9	2,7	6,8	26,5	712,3	2.039,2	2,3	6,6	25,6	695,6	2.113,3
Cristalândia	2,3	6,7	25,5	647,0	2.755,0	2,8	6,2	23,7	673,9	2.145,0	2,5	6,1	21,5	609,0	1.754,3
Barreiras	4,4	5,7	29,8	676,6	1.411,7	3,2	5,9	26,8	686,6	1.606,7	2,4	7,1	24,0	650,3	2.508,6

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.  
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1975. Rio de Janeiro: 1975.  
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1980. Rio de Janeiro: 1980.

Assim, Uruçuí, que em 1970, possuía 110 estabelecimentos, com

áreas inferiores a 5ha, contando com 201ha, em 1980, já tinha 762 estabelecimentos, com área total de 1.249ha. Isto indica que subiu o número de unidades em 593%, enquanto a área cresceu em 510%. Por outro lado, os estabelecimentos de mais de 1.000ha aumentaram de 15 para 17, enquanto a área apropriada evoluiu de 50.467ha para 114.344ha, significando, assim, uma forte ampliação da área média.

O mesmo fenômeno se deu com os demais municípios da sub-região, para os estabelecimentos pequenos, com exceção de **Santa Filomena**, que apresentou um resultado inverso. Nessa localidade, não se registrou a instalação de nenhum projeto, nas duas últimas décadas, mas cresceu o número de unidades com mais de 1.000ha. A ocupação tem se dado através da compra de terras por agricultores pequenos e médios de estados do Sul do País, enquanto **Uruçuí** e **Ribeiro Gonçalves** tem nos grandes projetos o principal "foco" de transformações na estrutura fundiária. Talvez por isso, **Santa Filomena** tenha mantido certa estabilidade na evolução da área média dos grandes estabelecimentos. Assim, para as unidades de mais de 1.000ha, esse indicador, no período 1970-75-80, foi de 3.163,9ha, 3.090,2ha e 3.282,5ha, respectivamente. (QUADRO 56).

Enquanto isso, para **Uruçuí**, **Ribeiro Gonçalves** e **Bertolínia**, as respectivas áreas médias desses estabelecimentos muito se expandiram. **Uruçuí** aumentou mais, de 1970-75, passando de 3.279,2ha para 4.426,8ha e reduzindo para 3.943,5ha, em 1980. Este dado é coerente com o fato de que foram executados, na primeira metade da década, três projetos, financiados pela SUDENE, que contavam com mais de 55.000ha, o que, sem dúvida, reforça a força dos Incentivos Fiscais como elemento apto a proporcionar o incremento da concentração da propriedade da terra.

Portanto, em termos de tendência, verificamos uma nitida concentração da terra em prol dos estabelecimentos de grande escala, seja quando examinamos a evolução da área média, seja quando observamos o percentual de terras apropriadas por grandes estabelecimentos. Em **Uruçuí**, por exemplo, em 1970, 6,8% dos estabelecimentos com mais de 1.000ha se apropriavam de 55,3% das terras, enquanto, em 1980, estas unidades correspondiam a apenas 4,2%.

mas detinham 71,4% das terras. Idêntica propensão se verificou para **Ribeiro Gonçalves** e **Bertolândia**. Para **Santa Filomena**, acresceu a participação da terra apropriada por esses estabelecimentos de 68,8% para 81,3% e, também, a participação dessas unidades de 6,4% para 10,2%, como resultado da ampliação do número de estabelecimentos com mais de 1.000ha e da redução dos estabelecimentos com menos de 5ha.

A título de informação complementar, afirmamos que, em **Santa Filomena**, o processo de ocupação através de pequenos e médios produtores do Sul do Brasil não provocou expressivo aumento da área média dos estabelecimentos com mais de 1.000ha, porque esses agricultores adquiriram áreas de, no máximo, 5.000ha, enquanto os grandes projetos compraram áreas bem maiores, algumas alcançando mais de 30.000ha.

Quanto a sub-região dos **Cerrados II**, a estrutura fundiária mostrou-se mais estável, pois não é uma região de ocupação de grandes projetos, mas se caracteriza pela presença de produtores advindos de outros estados, ademais, é um espaço com uma estrutura mais consolidada, dada a pecuária, como uma ocupação bem antiga. Nessa região, há uma separação mais nítida entre a área de pecuária e os espaços vazios onde ocorre a ocupação, que se dá, notadamente, nas terras mais altas, **serras**, onde ainda não há uma infra-estrutura de rodovias e eletrificação, bem como de disponibilidade de água.

Em **Corrente**, por exemplo, o governo, através do INTERPI, realizou uma discriminatória arrecadando cerca de 40.000ha nas serras, que foram totalmente distribuídas para agricultores de outras Unidades da Federação. O processo de ocupação não reflete, de forma muito nítida, o movimento da estrutura fundiária, principalmente da posse, nos dados censitários, mesmo porque, tem ocorrido com muito mais intensidade nos anos 80.

Quanto ao movimento das formas de acesso a terra ou quanto ao uso da categoria censuária "*condição do produtor*", a sub-região dos **Cerrados I** mostra um relevante aumento do total de "*ocupantes*", o que parece contraditório em uma região de ocupação por grandes projetos.

cuja característica importante é a expulsão dos posseiros das terras adquiridas. No entanto, esse movimento se torna coerente e compreensível, quando apreendemos que a maior parte dos "ocupantes" não representa "posseiros clássicos", ocupantes de terras devolutas, mas sim, produtores sem terra que recebem pequenos lotes nas grandes propriedades, para a formação de pastos. Essa prática tornou-se muito comum, na área, graças a redução dos pastos nativos pelo advento das cercas dos projetos governamentais, obrigando os criadores a mudarem a forma de criatório para um método semi-extensivo, no sentido de aumentar a densidade do gado por área de pastagens. (Fiorentino, 1982).

Também constatamos, para a mesma sub-região, uma maior participação de parceiros e arrendatários, que pode ser decorrência da expulsão de antigos posseiros que passaram a trabalhar como parceiros ou arrendatários nas médias e grandes propriedades, com o fim de complementar a subsistência, empregando-se, temporariamente, nas fazendas de gado ou nos grandes projetos que se instalaram, no período. Vemos que foi em Uruçuí, município onde se instalaram quatro projetos, onde mais cresceu a participação desses produtores, sobretudo, arrendatários. Esses pequenos produtores podem estar, estreitamente, atrelados a demanda de mão-de-obra temporária por parte dos projetos agropecuários, sobretudo, para as tarefas de limpeza do terreno e construção de cercas, representando, assim, produtores fornecedores de mão-de-obra que, durante uma certa fase, trabalham em pequenas roças para assegurar sua subsistência.

Quando analisamos a distribuição da forma de posse da terra para a sub-região dos Cerrados II fica mais evidente que a categoria dos ocupantes está muito vinculada à atividade pecuária. Notamos, pela TABELA 70, que para todos os municípios da área, quase não existem as figuras dos arrendatários e parceiros. Porém, cresceu, na década, o número de ocupantes paralelamente a expansão da pecuária. Corrente e Parnaguá, que são os principais municípios criadores de gado da área, apresentaram maiores índices evolutivos da participação dos ocupantes, mormente, nos anos de 1975 a 1980. Isto denota que a expansão das áreas de pastagens está estreitamente relacionada com a utilização



dessa categoria de produtor, observando-se que foram nessa localidades, onde mais se expandiu a área de pastagens plantadas: Corrente, 465%, e Parnaíba 476%.

**TABELA 70 - PARTICIPAÇÃO (%) DOS ESTABELECIMENTOS SEGUNDO CONDIÇÃO DO PRODUTOR, NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DOS CERRADOS 1970-1975-1980**

SUB-REGIÕES E MUNICÍPIOS	1970				1975				1980			
	Proprietários	Arrendatários	Parceiros	Ocupantes	Proprietários	Arrendatários	Parceiros	Ocupantes	Proprietários	Arrendatários	Parceiros	Ocupantes
<b>Cerrados I</b>												
Uruçui	75,0	8,9	0,0	16,0	57,4	15,0	11,8	15,8	40,5	36,6	0,7	22,3
Ribeiro Gonçalves	87,2	0,9	0,2	11,7	94,6	1,9	0,3	7,2	52,5	3,2	1,6	42,7
Santa Filomena	37,4	13,3	0,5	48,2	48,2	23,9	0,0	27,9	51,4	6,4	9,4	32,7
Bertolínia	67,4	18,1	2,9	11,7	48,0	39,0	3,8	9,2	36,3	22,8	26,0	14,8
<b>Cerrados II</b>												
Corrente	73,9	0,0	0,0	26,1	79,8	0,0	0,0	20,2	61,1	0,1	0,1	38,7
Parnaíba	78,5	0,0	0,0	21,5	93,9	0,0	0,0	6,1	41,1	0,2	0,1	58,6
Silvès	80,9	0,0	0,0	19,1	81,5	0,6	0,0	17,9	76,2	0,3	0,0	23,5
Curimatá	80,8	0,0	0,0	19,2	74,8	0,0	0,1	25,1	84,7	0,1	0,0	15,2
Avelino Lopes	48,8	0,0	0,0	51,2	51,9	0,0	0,0	48,1	44,6	0,0	0,1	55,6
Monte Alegre	77,0	0,0	0,4	22,6	92,4	0,0	0,0	7,6	64,7	8,0	2,5	24,8

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1970. Rio de Janeiro: 1970.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1975. Rio de Janeiro: 1975.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1980. Rio de Janeiro: 1980.

Em suma, para a região como um todo, a tendência é a de aumentar a concentração fundiária, principalmente, na sub-região dos Cerrados I, por força da influência dos grandes projetos agropecuários, reiterando, assim, uma situação evidente: **A ESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DA TERRA É UMA VARIÁVEL GRANDEMENTE AFETADA PELOS PROJETOS.** A este respeito, o Presidente do INTERPI afirmou que, de 1980-86, o Estado vendeu, na área dos Cerrados, cerca de dois milhões de hectares, para

pessoas interessadas em implantar projetos, sem fazer nenhuma discriminatória, o que levou, inclusive, a se vender a mesma área para mais de um interessado.

A seguir, verificaremos os efeitos da situação ora retratada em outras variáveis, destacando o grau de modernização produtiva, refletida nos indicadores de emprego de trabalho temporário, uso de insumos químicos e máquinas.

### 8.2.2 Grau de intensidade da exploração da terra

O **QUADRO 57** revela, com nitidez, a "vocaçã" pecuária da região dos **Cerrados**. A sub-região dos **Cerrados I** apresenta grandes áreas em pastagens, aparecendo em montantes superiores as áreas não utilizadas, enquanto as áreas usadas com lavouras não representam nem 10% das empregadas com pastagens. Dos quatro municípios, três apresentam expansão das áreas com pastagens, pois, só Uruçuí mostra uma regressão nessa categoria de utilização da terra, mas foi onde ocorreu um forte aumento nas áreas de reservas **matas e terras produtivas não utilizadas**.

Registramos, particularmente, em **Uruçuí**, decréscimo nas áreas de pastagens, entre os anos extremos da década, embora este fato tenha sido mais forte, de 1970-75. Justamente no período citado, se instalaram três grandes projetos agropecuários, correspondentes a mais de 56.000ha, que podem ter provocado a redução nas áreas de pastagens, pelo efeito das suas cercas, voltando, no entanto, a crescer na época de 1975 a 1980, por força, decerto, da incorporação de novas áreas ao criatório extensivo do gado. Mas, foi nesse município, onde detectamos a maior expansão na área de pastagens plantadas, passando de apenas 10ha, em 1970 para 11.080, em 1975 e 12.730, em 1980, ou seja, a maior expansão se deu quando da implantação dos três projetos.

**QUADRO 57 - UTILIZAÇÃO DA TERRA  
SEGUNDO ATIVIDADES  
PRINCIPAIS NOS  
MUNICÍPIOS DA REGIÃO  
DOS CERRADOS  
1970-1975-1980**

(1.000ha)

MUNICÍPIOS	1970			1975			1980		
	Lavouras	Pastagens	Matas e Terras não Utilizadas	Lavouras	Pastagens	Matas e Terras não Utilizadas	Lavouras	Pastagens	Matas e Terras não Utilizadas
<u>Cerrados-I</u>									
Uruçui	2,37	193,45	54,05	3,34	32,78	99,05	10,31	134,51	137,03
Ribeiro Gonçalves	3,14	71,26	40,79	3,44	80,47	49,34	3,65	236,44	114,23
Santa Filomena	1,12	126,43	36,14	1,07	111,92	62,77	11,70	114,56	108,30
Bertolínia	0,84	51,80	33,63	1,28	44,89	17,81	3,30	94,64	60,40
<u>Cerrados-II</u>									
Corrente	3,10	20,05	97,10	4,44	25,37	101,51	9,18	101,43	80,59
Parnaíba	1,69	49,83	56,27	2,70	19,55	99,90	6,50	37,32	79,94
Curimata	1,55	11,64	34,00	3,29	28,91	63,14	4,28	31,10	74,27
Monte Alegre	0,85	20,50	35,79	1,88	23,60	25,99	2,76	33,91	23,18

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1975. Rio de Janeiro: 1975.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1980. Rio de Janeiro: 1980.

Em Ribeiro Gonçalves, onde se implantaram quatro projetos na década \_ 1976 e 1978 e mais dois, em 1980, houve a maior expansão das áreas de pastagens plantadas na segunda metade do decênio, por efeito da execução dos referidos projetos. No entanto, ocorreu, também, nessa fase, uma forte ampliação das áreas das pastagens naturais, denotando um revigoramento na pecuária do tipo extensiva.

Em todos os municípios da sub-região, constatamos ampliação da área com lavouras, o que é compatível com a expansão dos pastos plantados, pois os rendeiros plantam o capim consorciado com as lavouras temporárias de subsistência. Logo, há uma estreita correlação entre aumento das áreas de pastagens plantadas e aumento das áreas de lavouras, embora, nesses casos, as lavouras de subsistência tendam a desaparecer em favor das pastagens.

Entretanto, para **Santa Filomena**, parece que o crescimento da área com lavouras não está vinculado à expansão das pastagens plantadas, principalmente, porque as primeiras cresceram em ritmo bem maior que as áreas de pastagens artificiais. As áreas de lavouras passaram de apenas 1.120ha, em 1970 para 1.070, em 1975 e 11.700, em 1980, enquanto as pastagens plantadas subiram de 3.100ha, em 1975 para 7.850ha, em 1980. Nesta perspectiva, a hipótese mais plausível é a de que o crescimento das áreas de lavouras está atrelado a um desenvolvimento agrícola independente da pecuária. É possível que o movimento para a produção de arroz, de forma moderna, através de produtores do Sul e Sudeste do País, tenha se iniciado em 1975-80.

Para **Uruçuí**, tal pressuposição não pode ser descartada, pois as áreas de lavouras ostentam crescimento, também, expressivo, o que não pode ser dito para os municípios de **Ribeiro Gonçalves** e **Bertolínia**, para os quais as respectivas áreas com lavouras permaneceram quase que as mesmas, na fase estudada.

Os principais municípios dos **Cerrados II** tiveram comportamento similar. Observamos, também, crescimento das áreas de pastagens e de lavouras, especialmente, as temporárias, o que revela a relação mútua entre elas. Todavia, as áreas de pastagens plantadas, sobretudo, em **Corrente** e **Parnaíba**, municípios com maior avanço pecuário, são bem mais extensas que naquelas localidades agraciadas por projetos nos **Cerrados I** — **Ribeiro Gonçalves** e **Uruçuí** —, denotando maior nível de avanço do criatório bovino. Na última sub-região, o criatório extensivo ainda era importante.

Os dados da **TABELA 71** demonstram um maior crescimento da área trabalhada para os **Cerrados II**, comparando-se os principais municípios das duas sub-regiões. Verificamos uma evolução mais firme, em **Corrente** e **Parnaíba**, do percentual das terras trabalhadas — **pastagens plantadas + lavouras** — em comparação com as áreas exploradas nos municípios, antevendo um maior desenvolvimento para os **Cerrados II**, mormente, em termos pecuários, pois são as áreas das pastagens que mais crescem nos municípios referendados.

**TABELA 71 - ÁREA TRABALHADA EM  
RELAÇÃO À ÁREA  
EXPLORADA EM MUNICÍPIOS  
SELECIONADOS DA REGIÃO  
DOS CERRADOS  
1970-1975-1980**

MUNICÍPIOS	1970 (%)	1975 (%)	1980 (%)
Ribeiro Boncalves	4,1	5,5	6,2
Uruçuí	5,7	5,9	12,6
Santa Filomena	1,9	2,9	8,8
Bertolínia	7,6	7,4	9,4
Corrente	10,0	15,1	25,9
Parnaíba	4,8	11,6	55,6

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário: 1970.** Rio de Janeiro: 1970.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário: 1975.** Rio de Janeiro: 1975.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário: 1980.** Rio de Janeiro: 1980.

Se os resultados enunciados não podem ser atribuídos aos Incentivos Fiscais, podemos pressupor que o apoio do POLONORDESTE (principalmente, a Cooperativa dos Produtores) e do PDRI do Vale do Gurqueia, tenha sido importante para o melhoramento da atividade pecuária na sub-região.

Neste momento, para aprofundamento da discussão, verificaremos a dinâmica de alguns indicadores que mostram o grau de intensidade do uso da terra e de emprego de métodos modernos de produção.

A primeira variável de importância na evolução da região é a estrutura do emprego. Assim, verificamos, na TABELA 72, que todos os municípios arrolados revelam uma mudança nessa estrutura, privilegiando o maior emprego de **trabalhadores temporários**. Para a sub-região dos Cerrados I, vale um contraponto entre Uruçuí e Santa Filomena, de um lado, e os demais municípios, de outro. O primeiro recebeu três projetos agropecuários na década, enquanto Santa Filomena

não recebeu nenhum, mas apresenta uma forma de ocupação através da compra de terras por pequenos e médios produtores de outros estados e mais do Sul brasileiro.

**TABELA 72 - PARTICIPAÇÃO (%) DA MÃO-DE-OBRA FAMILIAR E EMPREGADOS TEMPORÁRIOS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DOS CERRADOS 1970-1975-1980**

SUB-REGIÕES E MUNICÍPIOS	1970			1975			1980		
	Total de Pessoal Ocupado	% de Mão-de-Obra Familiar	% de Empregados Temporários	Total de Pessoal Ocupado	% de Mão-de-Obra Familiar	% de Empregados Temporários	Total de Pessoal Ocupado	% de Mão-de-Obra Familiar	% de Empregados Temporários
<u>Cerrados I</u>									
Uruçuí	3.647	87,0	1,9	4.046	85,3	6,5	5.081	82,4	11,4
Ribeiro Gonçalves	2.423	91,0	6,8	3.024	91,6	1,7	6.162	88,5	5,4
Santa Filomena	2.023	98,2	0,1	1.950	82,9	9,7	2.947	67,1	24,8
Bertolínia	1.505	94,0	1,1	2.115	92,0	5,7	2.866	92,5	2,2
<u>Cerrados II</u>									
Corrente	4.388	98,0	0,1	2.581	92,3	1,2	9.111	65,6	26,4
Parnaíba	1.763	99,5	0,0	1.444	77,7	4,7	6.132	75,3	17,0
Curimatá	1.011	99,9	0,0	724	93,4	0,8	1.917	87,3	6,1
Monte Alegre	1.415	98,7	0,3	3.031	93,3	6,6	4.679	88,0	11,2

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.  
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1975. Rio de Janeiro: 1975.  
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1980. Rio de Janeiro: 1980.

No entanto, os números provam que Santa Filomena manteve um maior ritmo de transformações na estrutura do emprego rumo ao aumento da participação do emprego temporário. Partindo de uma participação de apenas 0,1%, em 1970 chega a 24,8%, em 1980, juntamente com redução no emprego de mão-de-obra familiar. No caso de Uruçuí, registramos, também, uma evolução significativa [ 1,9% para 11,4% ], mas em intensidade inferior a Santa Filomena.

Estas constatações podem estar relacionadas com a natureza da

atividade de cada produtor. Os grandes projetos eram, na maioria, de pecuária de corte, atividade que requer mão-de-obra reduzida, enquanto que os produtores que se instalaram em **Santa Filomena** preferiram trabalhar com a produção de arroz, recorrendo a tecnologia mais moderna, face a exigência do próprio solo, que demanda o emprego de adubos e calcário, além de forte mecanização. A própria evolução das áreas de lavouras atesta que **Santa Filomena** e **Uruçuí** avançam muito no sentido da produção agrícola, com destaque para o arroz. Entre 1970 a 1980, **Santa Filomena** evoluiu de apenas 1.120ha para 11.700ha, no que se refere a áreas de lavouras, enquanto **Uruçuí** expandiu essa área de 2.370ha para 10.310ha.

Enquanto isto, **Bertolínia** e **Ribeiro Gonçalves** tiveram fraco desempenho na evolução do uso de empregados temporários, o que pode estar relacionado com o baixo crescimento de suas respectivas áreas com lavouras, embora **Ribeiro Gonçalves** tenha acrescido de 1,7% para 5,4% a participação de empregados temporários no espaço de 1975 a 1980, particularmente, graças a implantação de projetos do FINOR, enquanto que **Bertolínia** decresceu essa participação (5,7% em 1975 contra 3,2% em 1980), com a participação das pastagens avançando em relação a lavouras, (TABELA 72). Logo, **Uruçuí** e **Santa Filomena** foram os municípios que atingiram crescimento significativo, tanto no que tange as áreas de lavouras, como ao emprego de trabalhadores em regime temporário, denotando que as unidades produtivas instaladas enfatizaram a produção agrícola e mais o arroz.

Entretanto, foi nos **Cerrados II** onde mais evoluiu o emprego do trabalho temporário, com ênfase para **Corrente** e **Parnaguá**, municípios de maior progresso na área. Porém, é uma zona de forte desenvolvimento pecuário com criadores da própria sub-região, que recebem apoio da administração pública, sob a forma de crédito e ajuda à **Cooperativa de Corrente**. Este, por sinal, foi o município que apresentou maior avanço no emprego desse tipo de mão-de-obra, ainda que não tenhamos registro da execução de qualquer projeto financiado por Incentivos Fiscais, além de apresentar crescimento nas áreas da lavouras em ritmo menor do que **Uruçuí** e **Santa Filomena**.

**TABELA 73 - EVOLUÇÃO DE INDICADORES DE USO DA TERRA NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DOS CERRADOS 1970-1975-1980**

SUB-REGIÕES E MUNICÍPIOS	1970				1975				1980			
	Área Irrigada / Área Total	% de Esqueletos / Financiamento	Bovinos / 1.000ha de Pastagens	Pastagens Plantadas / Total de Pastagens	Área Irrigada / Área Total	% de Esqueletos / Financiamento	Bovinos / 1.000ha de Pastagens	Pastagens Plantadas / Total de Pastagens	Área Irrigada / Área Total	% de Esqueletos / Financiamento	Bovinos / 1.000ha de Pastagens	Pastagens Plantadas / Total de Pastagens
<b>Cerrados I</b>												
Uruçui	5,0	6,8	76,8	5,6	4,0	14,5	64,7	5,1	7,3	18,1	142,7	10,5
Ribeiro Gonçalves	3,0	7,8	175,1	0,6	3,8	17,7	141,0	2,1	4,4	27,8	65,2	3,6
Santa Filomena	1,8	1,4	77,2	1,5	2,3	7,7	109,1	2,8	7,2	11,0	81,5	5,7
Pertolândia	6,7	2,4	157,3	10,5	8,2	0,7	154,6	10,0	6,2	9,0	117,9	7,8
<b>Cerrados II</b>												
Corrente	7,0	13,9	1.405,4	16,4	11,8	8,1	1.320,6	79,3	15,4	22,7	436,1	28,0
Parnaíba	4,5	7,2	403,1	6,9	12,6	4,3	1.151,1	124,3	19,8	6,5	812,2	97,0
Cristalândia	9,5	9,2	473,9	15,7	13,5	18,1	1.753,8	147,5	16,7	10,5	631,6	41,0
Avelino Lopes	3,0	0,1	814,6	5,0	4,8	2,2	334,4	5,4	8,5	9,8	414,3	9,8

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.  
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1975. Rio de Janeiro: 1975.  
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1980. Rio de Janeiro: 1980.

Porém, os indicadores da TABELA 73, apesar de apontarem certa melhoria no grau de intensidade do uso da terra, ainda estão em um patamar baixo. Mesmo assim, asseguramos, especialmente, para Uruçui (que recebeu três projetos na década analisada, dos cinco registrados) que os referidos projetos agropecuários muito contribuíram para provocar mudanças rumo à modernização. Para essa localidade, os números demonstram significativos avanços nas áreas trabalhadas, no acesso a crédito bancário, na intensidade do criatório bovino e na participação das pastagens plantadas em relação às naturais. Para Ribeiro Gonçalves, embora tenha ganho quatro projetos na década dentro o total de nove registrados, os índices não são tão otimistas, mas são positivos para três dos quatro indicadores arrolados.

Comparando as duas sub-regiões, inferimos que a sub-região dos



**Cerrados II** ainda detinha melhores índices, ao final dos anos 70, sobretudo, no que se refere ao criatório bovino, pois, para essa sub-região, os indicadores que medem a densidade de boi por hectare de pastagem e a participação de pastos plantados são bem melhores, mesmo em comparação com **Uruçuí**, para o ano de 1980.

Na intenção de aprofundar o estudo, trataremos da evolução de indicadores concernentes ao uso de insumos e máquinas. Neste sentido, a **TABELA 74** indica um nível ainda baixo de emprego de insumos modernos, para toda a região. Especialmente para os municípios beneficiados pelos projetos do FINEC, **Uruçuí** e **Ribeiro Gonçalves** houve uma pequena evolução em tais indicadores, no entanto, somente no caso de **emprego de defensivos** podemos dizer que o avanço foi representativo, acrescentando-se que o uso de mecanização e de fertilizantes ainda era insignificante, ao final do decênio.

**Santa Filomena** foi o município dos **Cerrados I** que apresentou o melhor desempenho durante a fase abordada, sobretudo, quanto ao incremento da participação de estabelecimentos que utilizavam fertilizantes (0,0 para 5,2%) e que possuíam tratores (0,0 para 8,7%). Isto é, a ocupação por produtores agrícolas mantém maior dinamismo em relação a ocupação por grandes projetos, notadamente, através da atividade pecuária, com a vantagem de não provocar movimentos bruscos na estrutura fundiária, na direção da concentração.

Comparando, porém, as duas sub-regiões, percebemos que, para a primeira, os índices referentes ao grau de utilização de insumos e de máquinas modernas evoluíram em ritmo mais intenso, o que permitiu que, para esses indicadores, a sub-região dos **Cerrados I** apresentasse um processo de modernização mais rápido. Isto pode ser decorrência da natureza mais agrícola dessa sub-região, pois a expansão da pecuária vem acontecendo com o crescimento das pastagens plantadas por pequenos produtores, os quais, quase não empregam máquinas e insumos modernos. Além disso, os municípios dos **Cerrados II** têm apenas parte de seus territórios em áreas de Cerrados, justamente, as terras vazias e, em geral de serras, as quais, somente com os projetos em execução, foram ocupadas com maior intensidade por agricultores de outros estados.

Logo, os dados censitários não poderiam captar os efeitos de um processo que estava, apenas, em sua fase inicial, ao final da década de 70.

**TABELA 74 - INDICADORES DE EMPREGO DE INSUMOS E MÁQUINAS EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO DOS CERRADOS PIAUIENSES 1970-1975-1980**

SUB-REGIÕES E MUNICÍPIOS	1970				1975				1980			
	% de Es- tabeleci- mentos c/Ferti- lizantes	% de Es- tabeleci- mentos c/Defen- sivos	% de Es- tabeleci- mentos c/Trator	Area Ex- plorada / Trator	% de Es- tabeleci- mentos c/Ferti- lizantes	% de Es- tabeleci- mentos c/Defen- sivos	% de Es- tabeleci- mentos c/Trator	Area Ex- plorada / Trator	% de Es- tabeleci- mentos c/Ferti- lizantes	% de Es- tabeleci- mentos c/Defen- sivos	% de Es- tabeleci- mentos c/Trator	Area Ex- plorada / Trator
<u>Cerrados I</u>												
Uruçui	0,0	-	0,0	0,0	0,3	27,2	1,3	20.337	1,5	32,7	3,9	3.596
Ribeiro Gonçalves	0,0	-	0,0	0,0	0,0	29,0	0,0	0,0	0,6	30,0	3,3	6.584
Santa Filomena	0,2	-	0,0	0,0	0,2	47,8	0,4	72.119	5,2	44,1	8,7	3.590
Bertoinnia	0,2	-	0,0	0,0	0,3	51,9	0,0	0,0	0,4	56,4	1,2	7.540
<u>Cerrados II</u>												
Corrente	0,0	-	0,0	0,0	0,0	69,0	0,0	0,0	0,6	46,4	1,3	5.759
Parnaíba	0,0	-	0,0	0,0	0,0	82,6	0,2	119.994	0,2	56,9	0,8	4.987
Cristalândia	0,0	-	0,0	0,0	0,0	55,8	0,0	0,0	0,2	45,4	0,4	8.893
Avelino Lopes	0,0	-	0,0	0,0	0,0	53,0	0,1	56.061	0,2	34,6	0,3	13.750

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1975. Rio de Janeiro: 1975.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1980. Rio de Janeiro: 1980.

Em suma, quanto aos indicadores de intensidade do uso da terra, as duas sub-regiões apresentam diferenças notáveis em sua evolução. A sub-região dos Cerrados I avança mais rapidamente quanto ao emprego de insumos químicos e máquinas agrícolas, enquanto os Cerrados II detiveram melhores índices quanto ao emprego da terra para criatório bovino. Mas é comum uma evolução quanto à modernização de suas principais atividades. A primeira, mais agrícola, favorece maior uso de insumos, os quais aumentam a produtividade da terra e da mão-de-

obra, enquanto a segunda, mais pecuária, aperfeiçoa o manejo dos pastos e do gado, acarretando a melhoria do criatório bovino e do padrão genético do gado, sem grandes demandas de insumos e máquinas.

#### 8.2.5 Aspectos da evolução da composição das atividades produtivas

A participação das principais atividades agropecuárias no valor da produção está representada na TABELA 75.

**TABELA 75 - PARTICIPAÇÃO (%) NO VALOR DA PRODUÇÃO, DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DOS CERRADOS 1970-1975-1980**

SUB-REGIÕES E MUNICÍPIOS	1970			1975			1980		
	Pecuária Bovina	Lavouras Temporárias	Lavouras Permanentes	Pecuária Bovina	Lavouras Temporárias	Lavouras Permanentes	Pecuária Bovina	Lavouras Temporárias	Lavouras Permanentes
<b>Cerrados I</b>									
Uruçui	21,0	28,2	7,6	25,0	49,2	4,2	30,3	50,8	4,7
Ribeiro Gonçalves	32,0	45,1	5,2	34,7	39,9	3,3	31,0	50,5	1,2
Santa Filomena	39,1	28,1	7,0	41,3	32,8	5,1	29,1	42,0	2,8
Bertolinia	33,2	40,7	3,4	34,0	43,1	4,5	42,8	41,3	2,9
<b>Cerrados II</b>									
Corrente	34,8	37,0	12,5	44,1	28,8	8,1	45,3	24,4	4,1
Parnaíba	42,7	42,4	5,2	56,8	31,5	4,0	46,1	38,2	3,1
Curimatá	32,4	32,1	17,2	52,3	25,0	8,2	46,2	28,0	2,7
Monte Alegre	30,6	42,1	3,1	35,9	31,1	1,1	25,7	35,5	0,9

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.  
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1975. Rio de Janeiro: 1975.  
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1980. Rio de Janeiro: 1980.

A sub-região dos Cerrados I tende a valorizar a importância das

lavouras temporárias sem que apresente uma situação definida da perda de participação da atividade pecuária, com exceção de **Santa Filomena**, onde esta ocupação perde dez pontos percentuais entre os anos extremos da década, contrariando, pois, a propensão global de um processo de "pecuarização" em curso.

O aumento de relevância da atividade agrícola é mais nítido para **Santa Filomena**, possivelmente, devido à forma de ocupação diferenciada, isto é, a vinda de agricultores de outros estados, mormente do Sul do País, trazendo experiências novas, sobretudo, no que tange ao plantio de arroz, o produto que mais se desenvolveu, no município, durante o período. **Uruçuí** conseguiu, na década, uma evolução de participação da pecuária razoável (crescimento de 9,3 pontos percentuais, enquanto **Ribeiro Gonçalves** caiu 13). No entanto, em ambos os municípios, ocorreram avanços importantes na participação das lavouras temporárias: **Uruçuí**, de 28,2 para 50,83; **Ribeiro Gonçalves**, de 45,1 para 50,53, revelando uma "vocação" agrícola para a sub-região, que viria se intensificar durante os anos 80. (TABELA 75).

A tendência do fortalecimento da atividade agrícola para os Cerrados I é reiterada pelos indicadores da TABELA 76. Em **Uruçuí**, agraciado com quatro projetos agropecuários (tres, entre 1972 a 1973 e um, em 1979), a expansão das áreas de lavouras em relação às pastagens plantadas foi notável, resultado que pode sugerir que tais projetos mudaram seus planos iniciais de trabalhar apenas com pecuária de corte, para introduzir lavouras temporárias, registrando-se que isto se acentuou nos anos 80, quando a maior parte dos projetos em **Uruçuí** e **Ribeiro Gonçalves** passou a se dedicar, prioritariamente, a cultura do arroz.

Este dado é reforçado ainda mais, quando estudamos o caso de **Bertolândia**, município que ostentou maior avanço da pecuária, em termos de participação no valor da produção, embora tenha crescido mais ou menos 1% na participação das lavouras, o que mostra que a área dos cerrados passava a despertar interesse dos agricultores locais e até de outros estados.

**TABELA 76 - EVOLUÇÃO DO INDICADOR  
DAS PASTAGENS PLANTADAS  
/ ÁREAS DAS LAVOURAS EM  
MUNICÍPIOS DA REGIÃO  
DOS CERRADOS  
1970-1975-1980**

MUNICÍPIOS	1970	1975	1980
<b>Cerrados I</b>			
Unicui	4,50	2,52	1,24
Ribeiro Gonçalves	0,15	0,49	1,08
Santa Filomena	1,69	2,70	0,65
Bertolínia	5,77	5,15	2,07
<b>Cerrados II</b>			
Corrente	11,09	2,34	2,41
Parnaíba	1,90	4,01	2,84
Cristalândia	2,84	4,08	3,39
Ávelino Lopes	0,25	0,34	0,43

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1975. Rio de Janeiro: 1975.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1980. Rio de Janeiro: 1980.

Nessa sub-região, somente **Ribeiro Gonçalves**, com quatro projetos agropecuários, entre 1975 e 1980, detem uma evolução positiva no que se refere ao indicador, ainda que não muito significativa, mesmo assim, o incremento na área de lavouras temporárias, na época, foi de 124,23%, passando de 5.038ha para 6.812ha, contribuindo para maior participação das lavouras no valor da produção, o que deve ter concorrido para a queda de participação da pecuária bovina.

A sub-região dos **Cerrados II** revela inclinação a pecuarização, como era esperado, dada a tradição de área tipicamente pecuária. Aqui está havendo um aumento de participação das áreas de pastagens entre os anos extremos da década, ao contrário da tendência na primeira sub-região, onde as áreas de lavouras cresceram mais que as pastagens, durante os anos 70.

Os números seguintes dão uma idéia desse processo. A **TABELA 77**

demonstra uma expressiva ampliação da participação dos estabelecimentos com área acima de 10ha de lavouras, em comparação com a totalidade de estabelecimentos. Particularmente, para a sub-região dos **Cerrados II**, a ocupação agrícola também tem se expandido, o que denota que a implantação de pastagens plantadas tem ocorrido em ritmo maior que as áreas com lavouras para os estabelecimentos de maior escala.

**TABELA 77 - PERCENTAGEM DOS ESTABELECEMENTOS COM ÁREAS DE LAVOURAS ACIMA DE 10ha NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DOS CERRADOS 1970-1975-1980**

MUNICÍPIOS	1970	1975	1980
<b>Cerrados I</b>			
Uruçuí	1.4	3.3	3.4
Ribeiro Gonçalves	21.9	17.7	14.9
Santa Filomena	1.1	2.0	2.7
Bertolínia	1.0	1.5	3.7
<b>Cerrados II</b>			
Corrente	3.5	6.4	13.7
Parnaíba	5.3	14.9	12.3
Cristalândia	2.4	2.3	4.0
Avelino Lopes	0.2	4.4	9.8

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário**; 1970. Rio de Janeiro: 1970.  
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário**; 1975. Rio de Janeiro: 1975.  
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário**; 1980. Rio de Janeiro: 1980.

Os resultados ora discutidos parece-nos coerentes com a realidade da sub-região dos **Cerrados II**. Sua atividade principal é a pecuária, mas ela tende também a avançar em termos agrícolas, não só quanto a ampliação da área empregada com lavouras, mas também, quanto ao ganho de participação de estabelecimentos com áreas de lavouras em maior escala, acompanhando a inclinação verificada para todo o Estado.

Em suma, no decênio 70, os projetos dos Incentivos Fiscais que se instalaram na região dos Cerrados — oito ao todo, dos quais, sete se localizaram em apenas dois municípios — provocaram, como feito principal, uma **intensificação da concentração das terras nas mãos de grandes proprietários** e ocasionaram maior participação dos grandes estabelecimentos na apropriação das terras.

No entanto, mesmo que muitos deles priorizassem a pecuária bovina de corte, a qual não apresenta alto índice de geração de novos empregos e nem se caracteriza por forte emprego de insumos e máquinas modernas, ainda assim, **contribuíram, de forma razoável, para o processo de modernização agropecuária**, mesmo sabendo que alguns desses projetos eram apenas "fachadas" para o recebimento de recursos do FINOR Agropecuario, razão pela qual, não tiveram os respectivos cronogramas executados conforme o previsto. Esta é mais uma razão para que os efeitos provocados por esses projetos, no período considerado, não fossem mais importantes. Neste momento, é válido acrescentarmos que tais resultados contrariam, em parte, para o Piauí, o trabalho do IPÊA (Gasques, *ibid.*, 1985) que afirma que a maioria dos Projetos do FINOR Agropecuario, no Nordeste, não causou efeitos positivos nas estruturas produtiva e de emprego, além de desviar recursos para outras atividades.

Por outro lado, a forma de ocupação, através de **pequenos e médios agricultores de outros estados**, revela-se bem mais significativa, a medida que contribui para o aumento da produção agrícola e maior intensidade modernizadora, sem causar muitos traumas na estrutura fundiária, apesar de que o interesse dos agricultores agita o mercado de terras da região. Nesse caso, aparecem pessoas que compram ou "arilam" grandes quantidades de áreas para loteamentos e venda aos interessados que chegam, como é comum em **Santa Filomena**. Esse processo, obviamente, traz problemas para os antigos posseiros da região, que acabam sendo expulsos pelos grandes arrecadadores de terras.

Assim, apesar dos projetos terem como planos iniciais a produção pecuária, a tendência da sub-região dos **Cerrados I**, onde se

instalaram, e a intensificação da produção agrícola, como esclarecido a seguir.

### 8.3 Os projetos e a dinâmica na sub-região dos Cerrados I, nos anos 80

A sub-região dos Cerrados I recebeu, nas duas últimas décadas, cerca de 15 projetos do FINOR Agropecuario, que se concentraram nos municípios de Ribeiro Gonçalves, Uruçuí e Bertolinia. Destes, dez se destinavam à pecuária de corte, quatro à agricultura e um à agroindústria.

No QUADRO 58 não consta nenhum projeto para um município importante da sub-região dos Cerrados I, Santa Filomena. E que, como visto, essa localidade mantém uma forma de ocupação peculiar, marcada pela ação dos agricultores de outras Unidades Federativas.

#### QUADRO 58 - NÚMERO DE PROJETOS IMPLANTADOS POR ANO NOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DA SUB-REGIÃO DOS CERRADOS I

PRINCIPAIS MUNICÍPIOS	72	73	76	78	79	80	81	82	83	84	TOTAL
Uruçuí	02	01			01			01			05
Ribeiro Gonçalves			01	01		02	02	01	01	01	09
Bertolinia								01			01
TOTAL	02	01	01	01	01	02	02	03	01	01	15

Fonte: Escritório da SUONE, Teresina - PI.

Mas, em que pese a sub-região apresentar só quatro municípios da zona dos Cerrados, onde está ocorrendo uma ocupação mais sistemática,



isso significa muito, em termos de área territorial, além de figurarem, até o final dos anos 60, como espaços praticamente vazios. Assim, na sub-região existia grande disponibilidade de áreas devolutas e com baixíssima densidade demográfica, principalmente, Uruçuí e Ribeiro Gonçalves, o que, talvez, explique a preferência por esses municípios.

De fato, no que se refere às áreas de Cerrados, esses municípios representam uma disponibilidade de terras que monta a mais de dois milhões de hectares, sendo o maior espaço contínuo dos Cerrados piauienses, ainda que possamos contestar este total, desde que, apenas mais ou menos 20% de Bertolinia é zona de Cerrados. De qualquer forma, esses hectares, comparados com as áreas ocupadas pelos estabelecimentos, provam que ainda restam muitas terras para exploração, o que indica que a ocupação produtiva da região está em fase inicial. (QUADRO 59).

**QUADRO 59 - ÁREA TERRITORIAL E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS NOS MUNICÍPIOS DA SUB-REGIÃO DOS CERRADOS I 1970-1975-1980**

MUNICÍPIOS	Área Total dos Municípios (ha)	Área dos Estabelecimentos		
		1970	1975	1980
Uruçuí	896.700	251.509	314.707	358.554
Ribeiro Gonçalves	1.217.200	116.637	363.212	457.480
Santa Filomena	539.500	170.142	274.637	217.957
Bertolinia	368.000	86.877	164.448	162.059
<b>TOTAL</b>	<b>3.021.400</b>	<b>625.165</b>	<b>1.117.004</b>	<b>1.196.050</b>

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1970. Rio de Janeiro: 1970.  
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1975. Rio de Janeiro: 1975.  
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1980. Rio de Janeiro: 1980.

A maior parte dos projetos instalados em Uruçuí e Ribeiro

Gonçalves teve uma história um tanto tumultuada. Os primeiros proprietários não tinham intenção de leva-los adiante. Assim, aproveitaram o fato de que o governo estadual dava facilidades na cessão de terras e, juntamente com o prestígio que tinham no contexto regional, formaram forças suficientes para "arrancarem" da SUDENE, através do FINOR Agropecuário, e antes do Artigo Nº 34/81, recursos, depois, desviados para outros negócios, conforme pesquisadores do IPEA constataram, ao longo da avaliação desses projetos.

Posteriormente, as áreas, quase intocadas, foram vendidas a empresários paulistas, gaúchos, paranaenses e catarinenses, que vieram, na verdade, recebendo novos financiamentos da própria SUDENE, a desenvolver atividades produtivas, com uma parte da área utilizada com arroz, pastagens e até caju, e a outra como reserva de valor, de cunho especulativo. Outras pessoas também adquiriram espaços para lotear e vender para os que ainda estão chegando, emergindo, assim, um mercado de terras em franca expansão.

Nesse sentido, as características dos projetos mudaram bastante. Antes, a intenção era captar o dinheiro da SUDENE através do FINOR Agropecuário. Agora, mais precisamente nos anos 80, o objetivo é implantar grandes empresas agrícolas para a produção de arroz e, futuramente, soja, registrando-se, aqui, o esforço de deputados federais piauienses que buscam trazer para o Estado recursos japoneses, com o fim de financiar a produção de soja na região. Porém, os mesmos projetos financiados pelo FINOR foram também beneficiados com recursos para reflorestamento, coordenados pelo IBDF. Por isso, a sub-região dos Cerrados I apresentava, no final do decênio de 80, uma das maiores áreas com caju. (QUADRO 60).

Esses projetos, aprovados pelo IBDF, no período 1978-85, constituíam a metade de todos os projetos de reflorestamento aprovados para o Estado, no mesmo período.

**QUADRO 60 - PROJETOS DO IBDF  
(IBAMA) NOS PRINCIPAIS  
MUNICÍPIOS DA SUB-  
REGIÃO DOS CERRADOS I,  
POR ESTRATOS DE ÁREA,  
APROVADOS ENTRE  
1978-1985**

MUNICÍPIOS	Ate 100ha	100 a 500ha	500 e mais ha	TOTAL
Ribeiro Gonçalves	48	68	13	129
Uruçui	62	53	12	127
Bertolinia	17	05	-	20
<b>TOTAL</b>	<b>127</b>	<b>124</b>	<b>25</b>	<b>276</b>

g: informações de técnicos e documentos do IBDF, Teresina - PI.

No entanto, a produção de castanha nessa sub-região, não foi bem sucedida, face às condições ecológicas pouco propícias à cultura do produto, solos inadequados e umidade exagerada, devido à altura da área, da qual não correspondia a maioria do total do Estado. As pesadas produções significavam 67,7%, enquanto a produção de castanhas equivalia a apenas 12,1% da produção estadual, em 1988. As produtividades (Kg/ha), em Ribeiro Gonçalves e Uruçui (70 e 56, respectivamente), estavam bem abaixo da produtividade média estadual (194 Kg/ha). (QUADRO 61).

Por tudo isso, o que vem acontecendo, mais recentemente, com a maioria dos projetos que detêm plantios de cajueiros e a sua derrubada, para substituí-los pela cultura do arroz, que apresenta uma produtividade bem acima da média estadual, mesmo sem o emprego de calcário e adubos químicos, de acordo com a fala de técnicos das EMATERs dos municípios agora analisados.

**QUADRO 61 - INFORMAÇÕES SOBRE O  
CULTIVO DO CAJU NOS  
MUNICÍPIOS DA SUB-  
REGIÃO DOS CERRADOS I  
1978**

MUNICÍPIOS	Area (ha)			Produção Produtividade	
	Total	Árvores Novos	Árvores em Produção	Kg/ha	Castanhas Produzidas
Ribeiro Gonçalves	75.809	51.515	24.294	70	1.700
Uruçuí	38.573	18.598	19.975	56	1.119
Bertolínia	1.070	480	590	349	206
<b>TOTAL</b>	<b>115.452</b>	<b>70.593</b>	<b>44.859</b>	<b>-</b>	<b>3.025</b>

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (Pesquisa direta) - 1988.

### 3.6.1 As repercussões na estrutura fundiária

Como vimos, para a década de 70, a implantação dos projetos agropecuários governamentais, sobretudo, em **Ribeiro Gonçalves** e **Uruçuí**, provocou maior concentração da terra nas mãos de grandes proprietários, porque tais projetos se apropriavam de áreas que ultrapassavam os 15.000ha, além de processarem a expulsão de pequenos posseiros e alguns titulares que se encontravam nas respectivas áreas. Ora, como nos anos 80, o processo de instalação desses projetos se intensificou, e razoável supormos que a concentração se agravou. Os dados censitários alusivos a fase 1980-85, podem dar uma ideia desse fato, visto que os projetos, em sua maior parte, se instalaram nesse período.

Observando-se a evolução dos dados dos **QUADROS 62, 63 e 64**, percebemos que **Ribeiro Gonçalves** e **Uruçuí**, municípios que receberam projetos do FINOR, tiveram uma concentração maior de terras nas mãos dos grandes produtores, sobretudo, aqueles com mais de 10.000ha.

**QUADRO 62 - ESTRUTURA DE  
DISTRIBUIÇÃO DA POSSE  
DA TERRA NOS MUNICÍPIOS  
DA SUB-REGIÃO DOS  
CERRADOS I  
1980**

MUNICÍPIOS	TOTAL		0 a 10		10 a 100		100 a 1.000		1.000 a 10.000		10.000 e mais	
	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A
Ribeiro Gonçalves	1.167	363.212	267	1.164	468	17.596	394	79.825	50	72.841	08	121.784
Santa Filomena	669	274.637	263	1.275	211	8.209	127	42.705	05	126.503	05	76.710
Uruçui	1.346	314.707	317	1.590	233	10.226	239	73.107	53	145.640	04	79.140
Bertolinia	1.129	164.448	823	1.106	141	5.799	148	42.966	16	58.761	01	55.583

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: 1980. Rio de Janeiro: 1980.

**QUADRO 63 - ESTRUTURA DE  
DISTRIBUIÇÃO DA POSSE  
DA TERRA NOS MUNICÍPIOS  
DA SUB-REGIÃO DOS  
CERRADOS I  
1985**

MUNICÍPIOS	TOTAL		0 a 10		10 a 100		100 a 1.000		1.000 a 10.000		10.000 e mais	
	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A
Ribeiro Gonçalves	1.290	457.480	364	1.463	589	28.249	271	76.570	34	76.552	12	274.636
Santa Filomena	695	217.957	193	755	299	10.190	159	53.456	41	98.883	03	54.673
Uruçui	1.419	358.554	820	1.765	277	11.944	260	87.835	54	146.011	05	110.997
Bertolinia	1.659	162.059	842	1.330	174	6.894	124	37.517	18	61.728	01	54.589

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sinopse preliminar do censo agropecuário: 1985. Rio de Janeiro: 1985.

Ribeiro Gonçalves, por exemplo, elevou de oito para 12 o número de estabelecimentos com mais de 10.000ha, exatamente, o total de projetos implantados de 1980-85, o que provocou um aumento do montante de terras apropriadas por esses estabelecimentos em mais de 100.000ha, acarretando uma participação maior desses estabelecimentos na

apropriação das terras de 47,8%, em 1980 para 60,0%/, em 1985 , causando, ainda, uma ampliação da área média de tais unidades.

Uruçuí apresentou tendência similar. Embora tivesse recebido apenas um projeto no período, isto significou um incremento da área média dos grandes estabelecimentos. E que, como as áreas médias dos demais grupos de estabelecimentos mantiveram-se mais ou menos estáveis, o resultado geral foi a intensificação da concentração de terras nos dois municípios, o que mantém a tendência verificada nos anos 70.

**QUADRO 64 - ESTRUTURA DE  
DISTRIBUIÇÃO DA POSSE  
DA TERRA NOS MUNICÍPIOS  
DA SUB-REGIÃO DOS  
CERRADOS I  
1980-1985**

MUNICÍPIOS	TOTAL		0 a 10		10 a 100		100 a 1.000		1.000 a 10.000		10.000 e mais	
	1980	1985	1980	1985	1980	1985	1980	1985	1980	1985	1980	1985
Ribeiro Gonçalves	311,2	354,6	4,4	3,8	37,6	47,9	252,0	282,5	2.428,0	2.251,5	21.473,0	22.886,3
Santa Filomena	410,5	313,6	4,8	3,9	38,9	34,1	336,3	336,2	2.008,0	2.411,8	19.342,0	18.224,3
Uruçuí	233,8	252,7	1,9	2,2	43,9	43,1	326,8	337,8	2.747,9	2.703,9	19.785,0	22.199,4
Bertolinia	145,7	97,7	1,3	1,6	41,1	39,6	290,3	302,6	3.672,6	3.429,3	55.583,0	54.589,0

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1980. Rio de Janeiro: 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese preliminar do censo agropecuário; 1985. Rio de Janeiro: 1985.

Em Santa Filomena, o movimento foi um tanto diferente. Os grupos de área total que ganharam produtores foram os de 10 a 100ha e de 100 a 1.000ha, enquanto que os com mais de 1.000ha sofreram redução, tanto no número de estabelecimentos, quanto no total de áreas. Esse resultado teve como contrapartida uma melhoria nos indicadores de distribuição da posse e da propriedade das terras, refletido, particularmente, na diminuição das áreas médias dos estabelecimentos para os grandes proprietários, mas limitada a uma redistribuição nos

grupos intermediários. Esta, no entanto, é uma situação particular, dada a forma distinta de ocupação do município, efetivada por produtores advindos do sul do país, a fim de produzir arroz. Eles adquiriram lotes de terras oferecidos por corretores-donos de grandes áreas para loteamento, consolidando, assim, um movimento inverso daquele proporcionado pela ocupação via grandes projetos financiados pelo FINOR Agropecuario ou pelo FISET.

Para os demais municípios, o processo de ocupação dos Cerrados segue um movimento que tende a agravar a estrutura fundiária, pois a compra de grandes áreas na região - municípios de **Ribeiro Gonçalves, Uruçuí e Bertolândia** -, e o interesse de produtores agrícolas de outros estados pelas terras, tanto para produção quanto para especulação, tiveram, como consequência, uma valorização considerável. Para se ter uma ideia mais específica, em **Ribeiro Gonçalves**, apenas 13 projetos financiados pela SUDENE vieram cerca de 364.000ha de terras, segundo depoimento do chefe da EMATER do município.

Esse fato provocou dois tipos de fenômenos: (1) grandes áreas de terras adquiridas pelos grandes projetos e/ou especuladores em muitos casos continuaram, em seu anterior, propriedades ou posses de pequenos produtores, os quais, através de pressões de todo tipo, exercidas pelos compradores, foram obrigados a vender suas terras ou, simplesmente, desocupá-las em troca de indenizações irrisórias; (2) outros pequenos e médios proprietários da região, face à dificuldade de acesso a meios de produção (**crédito, cerca, semente, adubos** etc.), preferiram vender suas propriedades para labutar nos projetos instalados. Somente os pequenos proprietários em áreas de baixios ou às margens dos rios, ficaram em suas roças.

Além disso, os latifundiários da região foram incentivados a modificar a **forma de criatório pecuarista bovino** de uma atividade essencialmente extensiva para semi-extensiva, mediante a implantação de currais e formação de pastos, elevando a contratação de mão-de-obra para tratar do gado e também de rendeiros para cuidar dos pastos. Ao mesmo tempo cresceram as expulsões de antigos produtores que detinham a terra em condições precárias **sem título de propriedade**.

quais foram pressionados para deixar suas antigas produções de subsistência para atuar nos projetos ou nos antigos latifúndios que se modernizam.

Tais elementos, reunidos, logicamente, conduziram a mudanças substanciais na estrutura fundiária, em direção de uma maior concentração. Todavia, isto não ocorre, com a mesma intensidade, nos três municípios onde se concentram os projetos. Em **Ribeiro Gonçalves**, dá-se com maior força, pois existe um maior número de projetos. Em **Bertolândia**, onde apenas 20% (aproximadamente) de seu território estão em áreas dos Cerrados e com menor número de projetos, essas transformações aparecem em menor grau, se comparadas a realidade de **Ribeiro Gonçalves e Uruçuí**.

É importante acrescentarmos que os municípios circunvizinhos **Jerumenha, Manoel Emídio, Floriano, Santa Filomena** não sofreram, com a mesma intensidade, essas alterações, o que nos leva a assegurar que esses fenômenos se restringiram aos municípios diretamente atingidos pelos projetos dos incentivos fiscais, sobretudo nos Cerrados, onde a produção se efetiva com forte processo de mecanização e uso de insumos químicos.

Para esse grupo de municípios, os projetos que se instalaram, em geral, se limitaram a **pecuária de corte e à cultura do caju**, as quais não provocam transformações tão intensas na estrutura de propriedade. As mudanças, nesse caso, dão-se em função da transmutação de um latifúndio com criatório extensivo para uma empresa agropecuária com criatório intensivo. Os antigos moradores das propriedades são remanejados e introduzidos em outras formas de relação de trabalho. Assim, nesse grupo de municípios, as maiores alterações se dão na forma de criatório bovino, como comprovamos em entrevistas realizadas na região, durante viagem de campo.

### 8.3.2 Composição das atividades produtivas

Para a análise dos fatores específicos, nos fundamentamos,



sempre, no que acontece nos municípios de maior concentração dos projetos dos Incentivos Fiscais para, em seguida, verificarmos as repercussões nos municípios fronteiricos.

Como descrito antes, os projetos iniciais foram vendidos para produtores gauchos, paulistas, paranaenses e catarinenses, os quais vieram com a intenção de, realmente, trabalhar, dirigindo suas atenções para a produção de arroz. A introdução do cultivo deste produto mudou, bastante, a estrutura produtiva dos municípios referenciados. A produção agrícola, antes realizada por pequenos produtores para subsistência e com técnicas rudimentares, cede lugar a produtores grandes e médios, praticando cultivo puro de arroz com o emprego de tecnologia altamente moderna. Embora continue a pequena produção, essa foi fortemente "esmurrada" e limitada não somente aos antigos pequenos proprietários, que ainda persistem em suas práticas agrícolas, resistindo ao assalariamento nas unidades modernas. A TABELA 78 dá parâmetros do volume de produção e da estrutura das unidades produtivas, nos Cerrados I, embora não tenhamos conseguido dados sobre Santa Filomena.

**TABELA 78 - PRODUÇÃO DE ARROZ DE PRODUTORES CAPITALIZADOS E NÃO CAPITALIZADOS EM TRÊS MUNICÍPIOS DA SUB-REGIÃO DOS CERRADOS I (ESTIMATIVA) 1989**

MUNICÍPIOS	Tipos de Produtores	
	Produtores Capitalizados	Produtores não Capitalizados
Ribeiro Gonçalves	30.780 t (90%)	4.420 t (10%)
Uruçui	12.000 t (80%)	3.000 t (20%)
Bertolinia	1.520 t (40%)	2.432 t (60%)

É visível que **Ribeiro Gonçalves** é o município que apresenta o maior percentual de produção via métodos modernos. Esta situação vem ocorrendo a partir dos últimos cinco anos, com a propensão de acrescentar, cada vez mais, novas áreas para a produção de arroz. Além disso, espera-se, em um futuro próximo, a introdução da cultura da soja, de forma definitiva. Em **Santa Filomena**, a produção de soja, por alguns produtores, já é uma realidade, e sabemos que a EMATER e EMBRAPA já testaram variedades que se mostraram adequadas às condições da região.

Os dados do IBGE, expostos no **QUADRO 65**, denunciam uma forte evolução da produção de arroz desde 1970. Notamos uma dinâmica maior no período 1980-86, em que **Santa Filomena** apresenta uma evolução mais firme, saltando de apenas 713ha, em 1980 para 8.980ha, em 1986, em áreas cultivadas com arroz, se firmando, assim, como o principal município produtor, ainda que não se tenha registro de implantação de nenhum projeto do FINOR.

**QUADRO 65 - ÁREA CULTIVADA E  
PRODUÇÃO DE ARROZ EM  
MUNICÍPIOS DA SUB-  
REGIÃO DOS CERRADOS I  
1970-1980-1986**

MUNICÍPIOS	1970		1980		1986	
	Produção (t)	Área Cultivada (ha)	Produção (t)	Área cultivada (ha)	Produção (t)	Área cultivada (ha)
Ribeiro Gonçalves	682	678	1.352	2.015	6.500	4.447
Uruçui	574	603	1.849	2.848	6.480	4.900
Santa Filomena	280	369	593	713	10.932	8.980
Bertolínia	289	337	924	1.003	2.357	1.798

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1970. Rio de Janeiro: 1970.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1980. Rio de Janeiro: 1980.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas municipais; 1986. Rio de Janeiro: 1986.

tal fato demonstra que a ocupação, por meio de produtores agrícolas que compram áreas nos Cerrados piauienses, atinge resultados mais expressivos que a ocupação por grandes projetos. Urge acrescentarmos que esses produtores, provenientes de outros estados, trazem consigo experiências de regiões com níveis técnicos mais avançados, contribuindo para aperfeiçoar o nível tecnológico nos Cerrados.

A tecnologia de produção dos médios e grandes produtores de arroz é altamente moderna. As fases de destocamento, plantio, colheita e beneficiamento são totalmente mecanizadas. O emprego de mão-de-obra assalariada se dá, sobretudo, na fase de destocamento e limpeza do terreno, quando os trabalhadores cumprem as tarefas de carregar ou queimar os troncos de árvores derrubadas pelos tratores. Há, também, o emprego de novas variedades de sementes de arroz, realização de espaçamento correto e uso de adubos químicos. O calcário ainda não é usado. Se fosse, ao que tudo indica, elevaria a produtividade de 1.500kg/ha em média para 2.500kg/ha, segundo técnicos da EMAFER.

A pequena produção se dedica, majoritariamente, a policultura em caráter de subsistência, seja os que possuem a propriedade da terra, seja os que trabalham terras alheias como rendeiros. No entanto, alguns produtores que possuem terras nos brejos ou em baixões cultivam também o arroz de forma pura, mas não representam muito em relação ao total da produção, nem em relação ao abastecimento do mercado.

### 8.3.3 As mudanças nas relações de produção

Relações de produção são consideradas, por nós, como as relações técnicas e sociais que estabelecem os agentes produtivos no processo de produção. Esta concepção envolve, naturalmente, relações de propriedade dos meios de produção e a forma de se concretizar a produção. Assim, a execução dos grandes projetos para produção de arroz e desenvolvimento da pecuária, empregando técnicas modernas, veio introduzir, nos quatro principais municípios com áreas de

Cerrados, a produção agropecuária capitalista, em que a posse de capital passa a ser o elemento determinante. Somente em **Ribeiro Gonçalves**, detectamos cerca de 12 projetos com atividades de produção de arroz, pecuária, caju e agroindústria. (QUADRO 66).

Esses são apenas alguns dos grandes projetos implantados e em plena atividade na região. Começam a surgir pessoas de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina que compram terras e instalam empreendimentos melhores para a produção de arroz em cultura pura, com emprego de técnicas modernas e com relações assalariadas. Então, grandes e médios produtores capitalistas estão dominando a produção agropecuária nas áreas dos Cerrados, em um processo que parece estar apenas se iniciando, pois a compra e venda de terras tem alcançado dimensão bastante razoável na região, e não param de chegar novos produtores interessados em terras.

**QUADRO 66 - NOME, ÁREA DE ATIVIDADES DOS PROJETOS DOS INCENTIVOS FISCAIS IMPLANTADOS EM RIBEIRO GONÇALVES 1980**

Nome	Área (ha)	Atividade
Matrisa	47.000	Arroz, caju, pecuária e agroindústria
Emater	62.000	Arroz, caju, e agroindústria
Confiança	25.000	Arroz e agroindústria
União	25.000	Arroz e pecuária
Agrisa	22.000	Arroz e agroindústria
J. Dois	25.000	Arroz e agroindústria
Quemak	30.000	Arroz e agroindústria
Cajupi	20.000	Arroz e caju
Tramzero	30.000	Arroz, pecuária e agroindústria
Estrela	25.000	Arroz, pecuária e agroindústria
Avarandado	15.000	Arroz, pecuária e agroindústria
Ribeirão	28.000	Caju e pecuária

Fonte: Escritório da ENATER, Ribeiro Gonçalves - PI.

Ura, esse processo não deixa de provocar significativas transformações nas atividades tradicionais da região. O pequeno produtor de subsistência passa a ser pressionado a largar suas pequenas posses de terras, mormente, os que labutam como "rendeiros", nos latifúndios tradicionais. Assim, esses produtores abandonam esses latifúndios e passam a trabalhar como assalariados nas grandes e médias unidades produtivas modernas. Os pequenos produtores que possuíam ou possuem terras nos Cerrados, em face da pressão que os grandes projetos exercem e das dificuldades de acesso aos meios de produção que lhes possibilitam produzir com eficiência — crédito, força, assistência técnica, sementes etc. —, grosso modo, acabam vendendo seus pequenos lotes, tomando como destino o assalariamento ou a emigração para outras regiões.

Os grandes proprietários são forçados, também, a se adaptar às novas condições. O **criatório bovino**, em virtude da inviabilidade de utilização dos chapadões como pastos, é obrigado a se tornar semi-extensivo, o que expande a área destinada a pastos artificiais. Surge, assim, a tendência de se estabelecerem novas relações de trabalho, ainda que de caráter pre-capitalista. Essas relações consistem em ceder terras para lavradores sem a propriedade da terra, para a formação de roças, com a obrigação de plantar café, configurando uma forma de reneio com pagamento em trabalho incorporado à terra. Essa relação de trabalho, pela sua lógica, tende a desaparecer a medida que decrescer a necessidade de formar pastos. Além disso, ela é uma relação que obriga os produtores a passarem de uma propriedade a outra em períodos curtos, o que lhes dá instabilidade.

Para os proprietários que não se dedicam ao criatório bovino, a propriedade é dividida em parcelas, para entrega a lavradores em troca da renda em produto. O lavrador cultiva arroz, milho, feijão e mandioca e dá como renda uma parte da produção. Na geral, arroz, o produto preferido na região dos Cerrados. De cada cinco "quartas" (uma quarta equivale a 33 quilos) colhidas, o lavrador é obrigado a entregar uma, para o titular. Isto, quando o lavrador não recebe a terra preparada para o plantio. Quando isto acontece, a renda sobe para 50%, ou seja, para cada duas quartas colhidas, o proprietário

recebe uma. Essas categorias de relações de trabalho estão disseminadas para toda a região dos Cerrados e demais municípios. Entretanto, a divisão do produto, para estes, é variável: nos Cerrados, o produto exigido é o arroz; para as demais localidades, a renda inclui todos os produtos cultivados.

Para as fazendas de gado com métodos mais intensivos, o trabalhador, para cuidar do boi, configura-se como vaqueiro e recebe como pagamento a "sorte", categoria de relação de trabalho com pagamento em espécie, em que, para cada quatro "crias" para o gado que o vaqueiro cuida, ele recebe uma, a "cria". No entanto, acaba devolvida ao proprietário para pagamento de mantimentos, remédios e algum dinheiro que o vaqueiro recebe durante o tempo que vai de um "acerto de contas" a outro. É uma relação extremamente espoliativa. A julgar pelas palavras da esposa de um vaqueiro, morador de uma fazenda visitada:

*"A gente lida com o boi do patrão há mais de 16 anos e tem dia que a gente não tem nada para comer. O patrão se esquece que a gente não come capim feito boi. Eu preferia que meu marido trabalhasse de rendeiro em outra terra, pois seria bem melhor. Isso é um cativoeiro. Se o meu marido fosse mais vivo (ou esperto) devia brigar pelos nossos direitos pelo menos que o patrão desse um pedaço de terra maior para a gente plantar uma roça para tirar o que comer. É também um pouco mais de folga, pois a gente não tem nenhum tempo pra gente. O trabalho com o boi leva todo nosso tempo."*

Não menos espoliativas são as demais relações estabelecidas pelos trabalhadores rendeiros, sobretudo, os que pagam renda com trabalho ou formação de pastos, pois, além de receberem uma área de terra muito pequena, ainda sofrem restrições de não plantar a mandioca, um produto muito importante para a família do produtor — fornece a farinha e a tapioca, elementos importantes na dieta familiar. Além disso, a exigência de plantar o capim e o caráter nômade da relação são elementos adicionais que tornam ainda mais complexa e instável a vida do trabalhador e de seu núcleo familiar.

O trabalho dos produtores rendeiros, porém, não se restringiu ao trabalho que trabalhava na terra dos outros e pagava com trabalho. No entanto, com o advento dos grandes projetos de arroz, os produtores rendeiros

diminuíram, pois preferem trabalhar como assalariados nos projetos. Mesmo os pequenos proprietários, em face dos entraves de acesso a crédito e a outros elementos para garantir sua produção, optam por labutar nas grandes plantações de arroz. Com isso, a produção agrícola do pequeno produtor está quase desaparecendo de **Uruçuí** e **Ribeiro Gonçalves**, como informa o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais deste último município.

Nos municípios de **Floriano**, **Jerumenha**, **Manoel Emídio** e parte de **Rertolândia**, que se localizam fora da área de Cerrados, predomina, ainda, a pequena produção agrícola, onde o produtor sem terra prevalece os **posseiros** e **rendeiros**. O produto agrícola principal, nesses municípios, também é o arroz, cultivado nas terras de várzeas, brejos e baixões, não figurando como cultura pura, mas consorciada ao feijão, a tava, ao milho e a mandioca. No entanto, nos espaços com maior disponibilidade de água, várzeas ou margens dos rios, o arroz é o principal produto, pois a produtividade alcançada por hectare é quase quatro vezes superior, comparado com as terras altas.

Nas áreas de várzeas, como no resto das terras dos municípios, a **distribuição de glebas é extremamente desigual**. O grande ou médio proprietário explora essas terras através da cessão de parcelas para lavradores sem terra (rendeiros), que pagam de renda cerca de 20% do produto colhido. Cada família de rendeiro consegue cultivar algo em torno de duas tarefas (cada tarefa consiste em 1/3 de um hectare) e, quando não há problemas, colhe até cerca de 1.340kg de arroz nas tarefas, fora o feijão, plantado durante a vazante do rio. A título de esclarecimento, lembramos que o arroz é cultivado quando as águas do rio começam a subir, no início do inverno e, por sua vez, o plantio de feijão em duas tarefas, nas várzeas, dá, em média, 400kg de feijão.

Os pequenos proprietários, nessas áreas, atuam em situação semelhante, com a diferença de que não pagam renda, mas as condições de vida entre eles não diferem muito. O produto colhido, via de regra, é vendido aos grandes proprietários ou atravessadores, que pagam preços extremamente baixos, relegando esses pequenos produtores a uma vida de extrema miséria.

Em síntese, podemos afirmar que as **relações capitalistas de produção** estão sendo introduzidas, com muita rapidez, nos principais municípios dos Cerrados I. Fora daí, as mudanças ainda se dão em ritmo lento. A presença de empresas agropecuárias, especialmente, as de natureza agrícola, ainda ocorre, em número pequeno. Como decorrência, não chegam a provocar transformações significativas nas relações de trabalho. Para uma ideia das relações de trabalho que estão se desenvolvendo na sub-região dos Cerrados I, apresentamos, a seguir, de modo esquemático, os **principais agentes econômicos e sociais** que identificamos através de nossa pesquisa de campo:

1. **Empresas Agropecuárias - Projetos** financiados pela SUDENE para a produção de arroz, criatório bovino e produção de caju. Também tem surgido outras empresas e médios produtores com financiamentos dos Banco do Brasil e BNB. Esse tipo de unidade produtiva está em expansão na sub-região dos Cerrados I, enquanto que, nas outras sub-regiões, essas empresas aparecem, esporadicamente, isoladas, no sentido de que suas presenças não significam grandes mudanças nas relações de produção da área como um todo.
2. **Assalariados (peões)** - Trabalhadores assalariados que atuam nas empresas agropecuárias das áreas dos Cerrados, incluindo, os assalariados nas fazendas com criatórios intensivos, como o vaqueiro. Em geral, atuam, sobretudo, na construção de galpões, cercas e no desmatamento e destocamento da área para plantio. Tal tarefa se resume a catação e queimada dos tocos, derrubados, mecanicamente. A labuta nas fazendas não é permanente e, então, os trabalhadores mudam de uma para outra empresa. O salário é pequeno e, quase sempre, não é pago, integralmente, mas apenas a diferença entre o valor contratado e as despesas que a empresa gasta para transporte e fornecimento de mantimentos aos assalariados, durante a execução das tarefas. Essa é uma categoria que se expande com o aumento do número de empresas e o crescimento da área de plantio de cada uma. O recrutamento é feito nos próprios municípios onde as empresas se instalam e em estados vizinhos, como Maranhão, Pernambuco e Bahia.



A expansão dos assalariados nas áreas piauienses de Carrados também se dá por um processo de expropriação que vem expulsando antigos pequenos produtores da região, de modo que, muitos desses assalariados possuem pequenos lotes de terras.

- 3 **Pequenos Produtores Proprietários - Produtores agrícolas de culturas alimentares para subsistência.** Grosso modo, possuem áreas com até 100ha, mas não têm capacidade de explorá-las em sua totalidade, face a limitação do trabalho familiar e das dificuldades de acesso a crédito para pagar diárias para trabalhadores, sabendo-se que, a mão-de-obra que alguns empregam advém da ajuda de outros pequenos produtores, no sistema de interajuda, mantido por eles.

Esses produtores se diferenciam, notadamente, pela localização de suas terras. Quando estas são áreas de varzeas, brejos ou baixões, com maior disponibilidade de água, há uma tendência pela maior especialização (mormente, na produção de arroz), o que os leva a uma maior inserção no mercado ou a um maior relacionamento com o capital comercial e/ou cooperativas. Aqueles que trabalham áreas altas tendem a uma maior diversificação ou a policultura, havendo maior equilíbrio entre as culturas trabalhadas - arroz, feijão, fava, milho, mandioca e até uma cultura permanente, que pode ser o caju - além de algum tipo de criação, como galinha, porco, bode.

Esses produtores tendem a ser mais auto-suficientes, isto é, sua inserção no mercado é menor que os primeiros. Todavia, as dificuldades são maiores, pois são mais sensíveis às condições climáticas, diante da menor disponibilidade de água de rios, baixa produtividade das terras etc. Por isso mesmo, tendem, também, especialmente, nas áreas mais difíceis, a buscar trabalho nas médias e grandes propriedades, para complementar a subsistência familiar. Muitos deles tem, nessa última atividade, a maior fonte de renda e/ou sustento da família. É, de fato, até alguns projetos, diante da grande dimensão de terras adquiridas, envolviam muitos pequenos proprietários.

praticamente, expulsos de suas glebas, por toda sorte de pressões, inclusive, a violência.

- 4 **Pequenos Produtores Não Proprietários.** Nesta categoria, podemos incluir duas sub-categorias: posseiros; rendeiros. O posseiro possui as mesmas características do produtor proprietário, com a diferença de que não tem o título de propriedade. Em termos genéricos, labuta em terras do governo ou da Igreja, ainda não apropriadas ou regularizadas. Seu número não é grande nos municípios visitados, mas, no Estado, é mais frequente, na região das Fazendas Estaduais e no Extremo-Sul, nos Cerrados, está desaparecendo.

O rendeiro se caracteriza sob duas formas: o rendeiro puro e o rendeiro-assalariado temporário. O primeiro carece, totalmente, de terras e trabalha em parcelas cedidas pelas propriedades médias e grandes, tendo como pagamento a formação de pastos, em um prazo que varia de um a três anos. Derruba o mato, prepara a roca com suas culturas de subsistência e planta capim. Além das mesmas limitações dos pequenos produtores proprietários e da condição de não possuir terras, ainda sofre uma limitação adicional: **o fato de ser produtor nômade**, pois quase todo o ano tem que se transferir de terra para formar novos pastos. Assim, forma uma categoria de produtores extremamente instáveis, seja porque não explora uma parcela da terra em caráter permanente, seja porque tende ao desaparecimento, à medida que decrescer a necessidade de formação de pastos nas propriedades.

O rendeiro-assalariado temporário é o lavrador que recebe parcelas de terras nas médias e grandes propriedades em troca de parte da produção, geralmente 20% de cada tipo de cultura colhida. Essa condição não é rígida. Em muitos casos, a renda é paga com determinado produto, por exemplo, o arroz e o montante da renda varia de acordo com as condições em que recebe a terra e/ou instrumentos de produção cedidos pelo proprietário.

Muitos desses lavradores já vivem há muitos anos nos latifúndios, sem que se estabeleça, formalmente, a renda a ser paga, estando, pois, sujeitos a todo tipo de veleidades do proprietário. Em face da vulnerabilidade em que vivem, são obrigados, muitas vezes, a se assalariar, na própria propriedade em que recebem as parcelas, ou ainda, em outras terras, a fim de complementar o seu sustento. Na verdade, figuram como reserva de mão-de-obra para os latifúndios e médias propriedades. Mesmo assim, essa relação de trabalho é mais estável que a anterior, embora os produtores vivam quase miseravelmente.

- 5 **Grandes e Médios Proprietários.** Não há uma separação nítida entre essas categorias. Em termos práticos, a distinção está na quantidade de terra apropriada. O **grande proprietário ou latifundiário** é aquele que possui mais de 1.000ha de terras e as explora, extensivamente, através de moradores ou rendeiros, na atividade pecuária ou agrícola. Os latifundiários pecuaristas podem ser diferenciados, ainda, pela forma de procedimento quanto ao criatório bovino — extensivo ou semi-extensivo. O latifúndio, nos cerrados, está cedendo lugar às empresas agropecuárias, ou os antigos proprietários estão mudando as velhas formas de criatório bovino a favor de métodos mais intensivos, ou, ainda, estão especulando com suas terras, dada a abertura de mercado de terras, proporcionada pela execução dos projetos agropecuários financiados pelos Incentivos Fiscais.

É claro, que as categorias econômico-sociais, aqui delineadas, não derivam de pesquisa exaustiva realizada na área. Tais concepções resultam de observações preliminares, requerendo, portanto, um estudo mais detalhado para maior aprofundamento e conhecimento de suas dinâmicas e inter-relacionamentos. No entanto, essa preocupação principal, quando da pesquisa de campo foi observar, sobretudo e de modo geral, as mudanças provenientes da implantação dos grandes projetos agropecuários, na região.

## 1.3.4 As formas de apropriação da renda da terra

Os grandes investimentos agropecuários nos cerrados têm promovido transformações significativas quanto à apropriação da renda da terra na região. A ocupação de uma área vazia, antes considerada inaproveitável para a agricultura, tem proporcionado, sobretudo, para os primeiros ocupantes, ganhos elevados, em virtude da valorização das terras, decorrente da perspectiva de ganhos produtivos que as mesmas podem proporcionar, bem como, dos gastos do governo na região, com o aquecimento para a eletrificação e abertura de rodovias. Os projetos pioneiros, financiados pela SUDENE, receberam terras da administração pública e não levaram adiante o estabelecido, mas, ao vendê-las, obtiveram rendimentos semelhantes ao "ganho de fundador". Entretanto, mesmo os compradores das terras desses pioneiros ou os compradores de outras terras, também, estão auferindo lucros oriundos da valorização, face à previsão de ganhos produtivos e a crescente demanda de terras provocada pelas pessoas que estão chegando à região.

Parece-nos que, no momento, a região específica dos Cerrados já está quase toda apropriada, mas há, em pleno desenvolvimento, um mercado secundário de terras que tem ampliado em dinamismo pelas perspectivas de valorização futura das terras em reserva. Vimos que a maioria dos projetos possui terras em quantidade muito superior aos seus planos de produção, enquanto muitos compradores de grandes quantidades de terras tem, como único objetivo, o loteamento para venda posterior. É que, na visão das pessoas, os municípios dos Cerrados serão, futuramente, o "celeiro" do Piauí e do Nordeste. Daí, a antevisão de notáveis investimentos governamentais na área, elevando, assim, o comércio de terras, o que proporciona maior circulação de dinheiro nesses municípios. Por enquanto, o preço da terra ainda está relativamente baixo, estimulando que pequenos proprietários do Sul ou Sudeste vendam suas terras e adquiram grandes áreas nos cerrados piauienses.

mas, a apropriação por iniciativa de toda a área depende da implementação de um programa governamental que financie, a juros

baixos, os produtores da região. Isto porque, a produção agrícola vai depender de **gastos com mecanização, correção e adubação dos solos**, para que sejam alcançadas produtividades razoáveis no cultivo de arroz e soja, capazes de compensar as grandes distâncias do Piauí em relação aos maiores mercados consumidores. Por enquanto, apenas a SUDENE e o Banco do Brasil, este com apoio do Banco Mundial, estão concedendo empréstimos aos produtores de arroz da região, mas, a ocupação produtiva dos Cerrados piauienses ainda está em seu início.

Assim, embora os proprietários de terras dos Cerrados não tenham tido ganhos apreciáveis com aluguéis ou arrendamentos das terras, as possibilidades de rendimentos especulativos em face da valoração da terra são alcançadas para um futuro não muito distante, graças ao dinamismo que se visualiza, no presente momento, quanto ao aproveitamento produtivo dessas terras, desde que, já vemos, nos municípios dos Cerrados, um grande movimento de corretores de terras, tendo sido instalada, em Urucui, uma empresa imobiliária somente para negociar com terras. Porém, esta é uma outra questão, que exige estudos específicos que nos possibilitem maior conhecimento dos efeitos que o movimento especulativo com terras pode provocar para a área em questão e para municípios circunvizinhos.

O processo de apropriação das terras nos Cerrados, também, gerou na região como um todo, incluindo as localidades vizinhas, a intensificação da renda-trabalho, com incremento do total de rendeiros-puros, decorrente da transformação da pecuária extensiva em semi-extensiva. Os dados constantes do **QUADRO 67** fornecem uma ideia desse fenômeno.

Verificamos, então, uma correlação direta e positiva entre a ampliação das áreas de pastagens plantadas e o aumento do número de ocupantes **— produtores em terras devolutas, do governo ou de terceiros, com ou sem permissão, nada pagando o produtor pelo seu uso**. Isto porque o termo "ocupantes" está sendo empregado na concepção de rendeiro puro visto que, pela própria lógica da dinâmica da região, a tendência é a redução ou a eliminação total dos posseiros em terras devolutas. Logo, é praticamente desprezível o número desses posseiros.

Em Jerumenha, o fato ocorreu com maior intensidade. Isto se explica pela situação geográfica desse município, enclavado entre os três municípios detentores de áreas de Cerrados, resultando que, por isso, sofreu, com maior força, a repercussão da apropriação das terras, ocasionando maior dinamicidade na mudança dos métodos de criatório. Em Ribeiro Gonçalves, também se comprovou grande expansão nas áreas de pastagens, o que reflete a preferência dos projetos agropecuários ali instalados. Mas há uma divergência em relação a Jerumenha, onde foram os antigos proprietários que provocaram a transformação, o que não significa que não houve implantação de nenhum projeto novo.

**QUADRO 67 - ÁREAS DE PASTAGENS PLANTADAS E NÚMERO DE OCUPANTES EM MUNICÍPIOS DA SUB-REGIÃO DOS CERRADOS I E MUNICÍPIOS VIZINHOS 1975-1980**

MUNICÍPIOS	Pastagens Plantadas (ha)		Número de Ocupantes	
	1975	1980	1975	1980
Ribeiro Gonçalves	1.690	8.299	44	498
Urucui	11.078	12.732	146	500
Santa Filomena	3.100	7.850	134	137
Bertolinia	4.056	6.822	62	167
Jerumenha	1.469	11.743	82	359
Manoel Emídio	694	1.464	98	254
TOTAL	22.087	55.910	566	1.775

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censo agropecuário; 1975, Rio de Janeiro: 1975.  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censo agropecuário; 1980, Rio de Janeiro: 1980.

Também se intensificou, nos municípios de Jerumenha, Manoel Emídio e Bertolinia, os dois primeiros circunvizinhos a região de cerrados, o emprego de rendeiro-assalariado temporário, o que se

reflete no aumento do número de parceiros (na concepção de rendeiros-assalariados temporários) nessas localidades. Isto pode ser resultante do fato de muitos grandes proprietários não se interessarem em melhorar seus métodos de criação, o que implicaria a busca de crédito para introduzir raças aperfeiçoadas, além de exigir maior dedicação à administração da propriedade. Neste sentido, a entrega de parcelas a lavradores em troca de renda era o procedimento mais cômodo para os proprietários absenteístas, cujo interesse pelas terras não era a exploração, no sentido moderno, quando os riscos estão inseridos nos investimentos. (QUADRO 68).

**QUADRO 68 - NÚMERO DE PARCEIROS E ARRENDATÁRIOS EM MUNICÍPIOS QUE FAZEM FRONTEIRA COM A SUB-REGIÃO DOS CERRADOS I 1975-1980**

MUNICÍPIOS	Arrendatários		Parceiros	
	1975	1980	1975	1980
Berolândia	263	258	26	294
Jerumema	168	27	123	531
Manoel Emídio	97	113	63	199

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1975. Rio de Janeiro: 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário; 1980. Rio de Janeiro: 1980.

É lógico que, nossa análise ainda não reflete toda a problemática da renda da região visitada. Urge aprofundar a pesquisa, tanto em termos de dados censitários, como do próprio INCRA, além de discutir, mais minuciosamente, as questões da terra e da produção, emprego e movimento populacional, na fase de 1970 a 1985.

### 8.3.5 Repercussões no setor urbano

A sub-região dos **Cerrados I**, composta por Ribeiro Gonçalves, Uruçuí, Santa Filomena e Bertolinia, sempre se caracterizou por municípios com grandes extensões territoriais, mas com íntimas densidades populacionais. Uruçuí tinha, por ocasião do censo de 1980, o equivalente a 14.000 habitantes, estimando-se que, atualmente, conta com mais ou menos 17.000. Ribeiro Gonçalves, agora, possui uma população estimada de 8.000 habitantes. Os três primeiros municípios citados, juntos, totalizam cerca de 20.000km<sup>2</sup>, significando aproximadamente 1.800.000ha em áreas de Cerrados, com a ressalva de que Bertolinia, como já citado, tem somente 10% (no máximo) de seu território em terras de Cerrados.

No entanto, as sedes urbanas dos municípios ora abordados não passam de pequenos povoados, o que causa surpresa às pessoas que lá chegam, sobretudo, quando estão informadas da força da atividade agropecuária fortemente capitalizada, mas, se aprofundarmos as observações sobre as relações econômicas vigentes, o paradoxo se desfaz. Os grandes projetos agropecuários e mesmo as empresas menores empregam tecnologia altamente modernizada na produção de arroz, caju e pecuária. O emprego de trabalho assalariado é intenso, no entanto, não corre dinheiro no município, pois o comércio, praticamente, inexistente. Os empregados assalariados dos projetos quase não recebem dinheiro. Durante a fase de trabalho, as empresas oferecem mantimentos a preços altos, os quais são descontados, quando da prestação de contas. Assim, os trabalhadores, ao findarem a labuta, saem dos projetos, da mesma forma, como entraram. O dinheiro que sobra mal dá para "tomar uma cachacinha" nas bodegas das sedes dos municípios.

Os pequenos produtores proprietários ou rendeiros destinam a quase totalidade da produção para as 'despesas' ou consumo familiar. As mercearias das cidades não vendem arroz, milho, feijão, farinha. Todos os lavradores possuem esses produtos em suas próprias casas como "fundo de consumo". Quando, em situações inesperadas, vendem algum excedente ou parte de suas reservas, fazem-no para os atravessadores,



que, com frequência, aparecem em caminhões, trazendo, também, mantimentos, repassados aos lavradores, a preços bastante altos.

Os grandes e médios produtores de arroz vendem a produção para os mercados de Floriano, Teresina, São Luís e outros que dispõem de infra-estrutura básica e de condições adequadas a comercialização, com armazéns, caminhões, acesso fácil a política de preços mínimos executados pela DEP, além de processarem, industrialmente, o arroz em fases de beneficiamento, classificação e empacotamento. O mesmo ocorre com a castanha de caju e com a produção pecuária, vendidas para outras regiões.

Como vimos um pouco antes, as sedes dos municípios não possuem comércio organizado, a não ser algumas "bodegas", uma agência do Banco do Brasil, alguns poucos restaurantes e pequenas hospedarias. A cidade que mais tem se beneficiado, em termos comerciais, do progresso dos cerrados, é Floriano. Com mais de 70.000 habitantes na sede do município, **centraliza todas as atividades da região**, especialmente, na vida comercial. Possui várias agências bancárias, bancos oficiais e particulares, bem como, lojas que vendem máquinas e insumos agrícolas, hotéis mais sofisticados, lojas de departamento e outras facilidades. Enfim, é uma cidade que detém muitos dos recursos e equipamentos de uma área urbana.

Assim, as relações econômicas prevaletentes, ao invés de criarem empregos urbanos, realizam efeito contrário: encolhem, ainda mais, as sedes dos municípios onde se desenvolve, aceleradamente, a produção agropecuária em moldes capitalistas. O chefe da EMAFER em Uruçuí, Marcos Lopes Neto, indagado sobre as repercussões dos grandes projetos sobre o comércio no município, o qual é o que possui a maior população urbana dentre os três municípios dos cerrados, afirma:

*"A repercussão é até negativa. Antes existiam três agências bancárias, hoje só existe o Banco do Brasil. Há mais de cinco anos que só existem dois postos de gasolina. Os salários são baixos e muitos trabalhadores chegam de outras regiões. A alta mecanização das empresas não exige muita mão-de-obra. O comércio na sede do município não prospera há muitos anos. O único comércio que se desenvolveu em Uruçuí foi o comércio de terra. É onde corre dinheiro realmente".*

### 6.3.6 Mudanças na estrutura do poder local

O poder político local continua sendo dominado por antigos políticos, proprietários de terras da região. Esses senhores manipulam os partidos, em nível municipal e, conseqüentemente, elegem "seus afiliados" para a Prefeitura e Câmara dos Vereadores. Os deputados estaduais, representantes dos municípios na Assembleia Legislativa, são sempre os mesmos há mais de 70 anos. Se ocorre alguma mudança, isto não significa que os novos "representantes" defendam outros princípios. Ao contrário, são continuadores da política dos antecessores, que, em geral, os indicam e os sustentam.

No entanto, as transformações nas relações econômicas e sociais tem possibilitado o surgimento de políticos com novas ideologias, o que vem fortalecendo o partido opositor. Essas mudanças decorrem, naturalmente, do desmantelamento das antigas relações paternalistas entre os grandes proprietários de terras e seus moradores. É o enfraquecimento dessas relações decorre da maior "independência" que os pequenos produtores conquistaram com uma nova alternativa de sobrevivência, o trabalho assalariado nas empresas agropecuárias.

Parece-nos, porém, que os sindicatos dos trabalhadores rurais da região não assimilaram, na íntegra, as mudanças que marcam a atualidade. A principal frente de luta desses órgãos ainda é um trabalho de conscientização de seus poucos associados no sentido do direito de acesso à terra e de defesa das glebas. Há uma divisão no seio do sindicato entre os pequenos proprietários, os rendeiros (produtores sem terra), posseiros e assalariados (expropriados de seus lotes). O presidente do Sindicato de Floriano declarou, por exemplo, que quando a entidade se reúne para discutir os problemas dos posseiros pressionados para largar seus lotes, as demais categorias não se interessam, achando que não tem nada a ver com a questão. Quando pedem que os assalariados se inscrevam e participem da luta dos sindicatos, eles dizem que o Sindicato nada pode fazer por eles.

Alem de toda essa problemática, essas entidades classistas vivem

com extrema dificuldade financeira e de representatividade. Em termos genéricos, nem 10% dos trabalhadores rurais são sindicalizados, e, desses, poucos pagam, com regularidade, as contribuições mensais. Em Uruçuí, nem sequer existe um sindicato dos trabalhadores rurais. Em Ribeiro Gonçalves, os 246 trabalhadores são filiados, para um total estimado de 3.000, sendo a maioria constituída de assalariados, segundo o presidente da entidade. Assim, os sindicatos da região quase que inexistem como força política influente. Por isso, os novos políticos, que estão se fortalecendo, na verdade, são antigos adversários políticos dos que sempre detiveram o poder, de forma quase absoluta.

Os novos proprietários, que começam a se instalar em empresas agropecuárias, tendem a se aliar aos grupos oligárquicos da região, visando a conquistar, com maior rapidez, os investimentos governamentais que lhes interessam: **rodovias, eletrificação, crédito, comunicações telefônicas e outros**. De fato, os gastos governamentais acabam beneficiando todos os novos e velhos proprietários, pois valorizam as terras de toda a região.

Diante do exposto até então, é possível apreendermos o porque de não haver conflitos sociais na região, as áreas que estão sendo ocupadas eram terras "vazias", com baixíssimas densidades demográficas, de modo que, os antigos proprietários não tiveram ainda seu poder e seus interesses econômicos ameaçados. Os trabalhadores rurais, os mais prejudicados, não possuem força política, através de suas organizações, para detender seus interesses quanto ao acesso à terra e a melhores condições de trabalho e de salários.

#### 8.4 Considerações gerais

A análise deixa-nos inferir as seguintes considerações:

- 1) Os Incentivos Fiscais nas regiões dos Cerrados, especialmente na Sub-região dos Cerrados I, tiveram uma trajetória um tanto

diferente dos da região Semi-árida. Aqui, de início, nos anos 70, os projetos instalados eram, basicamente, de pecuária de corte e pertenciam a empresários e/ou políticos nordestinos. Esses projetos pouco fizeram para mudar a configuração econômico-social dos municípios onde se instalaram, pois os objetivos de seus titulares, ao que tudo indica, parece que eram somente de apropriar-se dos recursos da SUDENE e desviá-los para outras iniciativas.

- 3) No início dos anos 80, empresários do Sul do País, adquiriram esses primeiros projetos e os redirecionaram para a atividade agrícola, arroz e/ou caju, o que gerou um processo de ocupação produtiva dos Cerrados, mormente, em Uruçuí e Ribeiro Gonçalves. Santa Filomena passou por uma forma distinta de ocupação, pequenos e médios produtores do Sul (gauchos, paulistas, catarinenses, paranaenses etc.) compram terras para a produção de arroz, visando ao mercado.
- 4) Esse processo trouxe mudanças notáveis para os três municípios, com quase dois milhões de hectares em áreas de cerrados. Tais transformações correspondem à introdução da cultura de arroz, com o emprego de métodos modernos de produção, sobretudo, a mecanização, embora o uso de calcário e adubos ainda não aconteça com muita intensidade, em virtude da inexistência, na área, de uma fábrica de processamento de calcário.
- 4) Os efeitos dos projetos nas estruturas de distribuição da propriedade e da posse da terra são muito fortes. Desde os anos 70, quando se iniciou a execução desses projetos, já se via uma tendência para maior concentração da terra, o que significava expulsão de antigos posseiros e pequenos proprietários que praticavam a agricultura de subsistência.
- 5) As repercussões no conjunto da estrutura agrária foram notáveis, bem mais expressivas do que no Semi-árido. Nos municípios de Uruçuí, Ribeiro Gonçalves e Santa Filomena, a

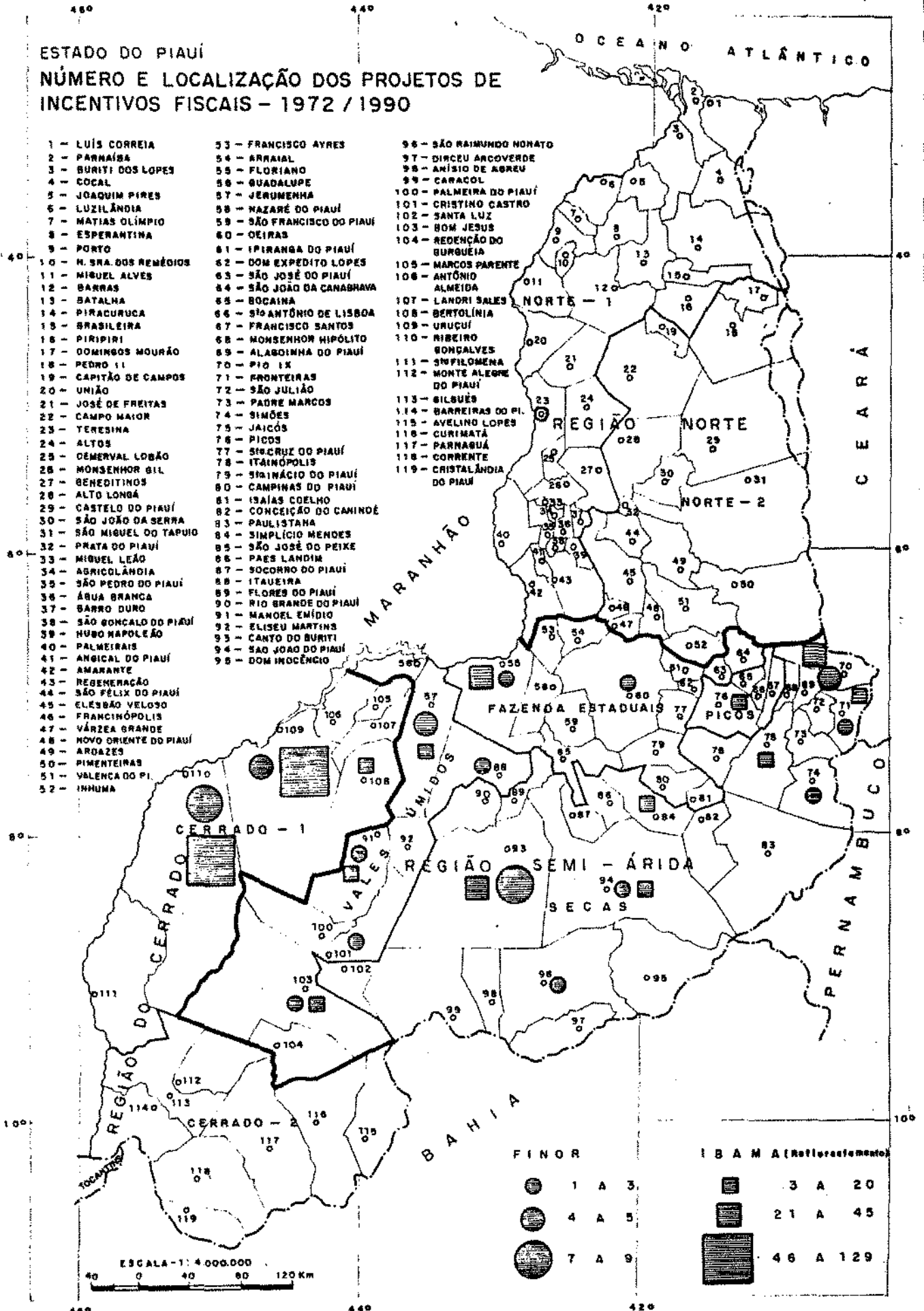
produção moderna de arroz tende a se generalizar, causando alterações nas relações de trabalho. Aqui, portanto, essas transmutações não são apenas parciais, como acontece no Semi-árido. Com efeito, a presença do assalariado cresce cada vez mais, juntamente com empresas agrícolas modernas, que permitem o emergir de uma burguesia rural, contrastando, fortemente, com a lentidão das mudanças na maior parte do Estado.

- 6) O preço da terra apresenta um movimento ascendente, sendo objeto de um mercado bastante movimentado, onde já há empresas especializadas em comprar grandes áreas para realização de loteamentos, assim como, a especulação com a terra é uma realidade. Os proprietários e grandes proprietários da área mantêm a terra como reserva de valor, pois a pressuposição é de que, no futuro, ela venha a obter grandes rendimentos, com a introdução da cultura da soja. Para isso, deputados piauienses atuam, em Brasília, com o intuito de incluir o Piauí em um programa de aproveitamento dos Cerrados, com financiamento japonês, dentro de um plano maior, que seria o prosseguimento do "Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER)", executado em Minas Gerais e em alguns estados do Centro-Oeste.
- 7) A perspectiva é de que continue a ocupação através de grandes empreendimentos agrícolas para a região, onde a produção de arroz e, particularmente, soja, se tornarão as ocupações econômicas principais, pois o caju não deu certo, na área, em face de condições ecológicas desfavoráveis, provocando a derrubada dos cajueiros ainda existentes, mormente, em Ribeiro Gonçalves e Urucui.
- 8) Nessa região, o processo de modernização e, portanto, as mudanças nas relações de produção, acontecem com maior velocidade. Há um movimento propiciador do aparecimento e fortalecimento de uma burguesia rural que, ao longo do tempo, se tornara hegemônica, à medida que se estabeleça um programa mais efetivo de crédito e se introduza a cultura da soja, pois as condições naturais são favoráveis a isso. A dificuldade,

talvez, ainda resida na distancia dos postos de escoamento, o que onera o transporte, em comparação com as áreas produtivas do Centro-Oeste ou mesmo do Sul e Sudeste brasileiro.

ESTADO DO PIAUÍ  
 NÚMERO E LOCALIZAÇÃO DOS PROJETOS DE  
 INCENTIVOS FISCAIS - 1972 / 1990

- |                            |                             |                             |
|----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| 1 - LUÍS CORREIA           | 53 - FRANCISCO AYRES        | 96 - SÃO RAIMUNDO NONATO    |
| 2 - PARNAÍBA               | 54 - ARRAIAL                | 97 - DIRCEU ARCOVERDE       |
| 3 - BURITI DOS LOPES       | 55 - FLORIANO               | 98 - ANÍSIO DE ABRÉU        |
| 4 - COCAL                  | 56 - GUADALUPE              | 99 - CARACOL                |
| 5 - JOAQUIM PIRES          | 57 - JERUMENHA              | 100 - PALMEIRA DO PIAUÍ     |
| 6 - LUXILÂNDIA             | 58 - NAZARÉ DO PIAUÍ        | 101 - CRISTINO CASTRO       |
| 7 - MATIAS OLÍMPIO         | 59 - SÃO FRANCISCO DO PIAUÍ | 102 - SANTA LUZ             |
| 8 - ESPERANTINA            | 60 - OEIRAS                 | 103 - BOM JESUS             |
| 9 - PORTO                  | 61 - IPIRANGA DO PIAUÍ      | 104 - REDEÇÃO DO BURGUEIA   |
| 10 - N. SRA. DOS REMÉDIOS  | 62 - DOM EXPEDITO LOPES     | 105 - MARCOS PARENTE        |
| 11 - MIGUEL ALVES          | 63 - SÃO JOSÉ DO PIAUÍ      | 106 - ANTÔNIO ALMEIDA       |
| 12 - BARRAS                | 64 - SÃO JOÃO DA CANABRAVA  | 107 - LANDRI SALES          |
| 13 - BATALHA               | 65 - BOCAINA                | 108 - BERTOLÍNIA            |
| 14 - PIRACURUCA            | 66 - SÃO ANTONIO DE LISBOA  | 109 - UNUCUI                |
| 15 - BRASILEIRA            | 67 - FRANCISCO SANTOS       | 110 - RIBEIRO GONCALVES     |
| 16 - PIRIPIRI              | 68 - MONSENHOR HIPÓLITO     | 111 - SIMFLOMENA            |
| 17 - DOMINGOS MOURÃO       | 69 - ALAGOINHA DO PIAUÍ     | 112 - MONTE ALEGRE DO PIAUÍ |
| 18 - PEDRO II              | 70 - PÃO DE AZÚCAR          | 113 - SILVÉS                |
| 19 - CAPITÃO DE CAMPOS     | 71 - FRONTEIRAS             | 114 - BARREIRAS DO PI.      |
| 20 - UNIÃO                 | 72 - SÃO JULIANO            | 115 - AVELINO LOPES         |
| 21 - JOSÉ DE FREITAS       | 73 - PADRE MARCOS           | 116 - CURIMATÁ              |
| 22 - CAMPO MAIOR           | 74 - SIMÕES                 | 117 - PARNAGUÁ              |
| 23 - TERESINA              | 75 - JAICÓS                 | 118 - CORRENTE              |
| 24 - ALTOS                 | 76 - PICOS                  | 119 - CRISTALÂNDIA DO PIAUÍ |
| 25 - CEMERAL LOBÃO         | 77 - SECURUZ DO PIAUÍ       |                             |
| 26 - MONSENHOR GIL         | 78 - ITAINÓPOLIS            |                             |
| 27 - BENEDITINOS           | 79 - STANÍCIO DO PIAUÍ      |                             |
| 28 - ALTO LONGÁ            | 80 - CAMPINAS DO PIAUÍ      |                             |
| 29 - CASTELO DO PIAUÍ      | 81 - ISAIAS COELHO          |                             |
| 30 - SÃO JOÃO DA SERRA     | 82 - CONCEIÇÃO DO CANINÉ    |                             |
| 31 - SÃO MIGUEL DO TAPUI   | 83 - PAULISTANA             |                             |
| 32 - PRATA DO PIAUÍ        | 84 - SIMPLÍCIO MENDES       |                             |
| 33 - MIGUEL LEÃO           | 85 - SÃO JOSÉ DO PEIKE      |                             |
| 34 - ABRICOLÂNDIA          | 86 - PAES LANDIM            |                             |
| 35 - SÃO PEDRO DO PIAUÍ    | 87 - SOCORRO DO PIAUÍ       |                             |
| 36 - ÁGUA BRANCA           | 88 - ITAUEIRA               |                             |
| 37 - BARRO DURO            | 89 - FLORES DO PIAUÍ        |                             |
| 38 - SÃO GONCALO DO PIAUÍ  | 90 - RIO GRANDE DO PIAUÍ    |                             |
| 39 - HUBO NAPOLEÃO         | 91 - MANOEL ENÍDIO          |                             |
| 40 - PALMEIRAS             | 92 - ELISEU MARTINS         |                             |
| 41 - ANGICAL DO PIAUÍ      | 93 - CANTO DO BURITI        |                             |
| 42 - AMARANTE              | 94 - SÃO JOÃO DO PIAUÍ      |                             |
| 43 - REBENECARÃO           | 95 - DOM INOCÊNCIO          |                             |
| 44 - SÃO FÉLIX DO PIAUÍ    |                             |                             |
| 45 - ELESBÃO VELOSO        |                             |                             |
| 46 - FRANCINÓPOLIS         |                             |                             |
| 47 - VÁRZEA GRANDE         |                             |                             |
| 48 - NOVO ORIENTE DO PIAUÍ |                             |                             |
| 49 - ARDIZES               |                             |                             |
| 50 - PIMENTEIRAS           |                             |                             |
| 51 - VALENÇA DO PI.        |                             |                             |
| 52 - INHUMA                |                             |                             |



<b>FINOR</b>	<b>IBAMA (Reforçamento)</b>
● 1 A 3	■ 3 A 20
● 4 A 5	■ 21 A 45
● 7 A 9	■ 46 A 129

ESCALA - 1: 4.000.000  
 40 0 40 80 120 Km

## 9 CONCLUSÕES GERAIS

A intervenção governamental na agricultura piauiense, acentuada a partir dos anos 70, se deu sobre uma **estrutura agrária onde predominavam relações de produção pré-capitalistas associadas ao latifúndio, ao lado de uma produção agrícola predominantemente de subsistência**, ainda que uma minoria de poucos produtores mais capitalizados oferecesse importante parcela da produção de alimentos para as áreas urbanas.

A essa estrutura produtiva, composta pelo **latifúndio, pequena produção de subsistência e produção agrícola dirigida ao mercado**, que também empregava métodos produtivos rudimentares, mesmo sendo como base o trabalho assalariado em regime temporário, chamamos de **sistema latifúndio-camponês**, devido à interligação entre as referidas unidades. As características nitidamente camponesas dos pequenos produtores agrícolas e a importância da unidade produtiva latifundiária.

Esse sistema se consolidou durante 1950 a 1970, apesar de que, nessa época, a agricultura brasileira adquiriu uma tendência de sensível mudança na direção da modernização, mormente, nos estados mais desenvolvidos, mesmo sem se generalizar para todos os produtos, pois **milho, feijão, mandioca e arroz** continuavam relegados as terras menos férteis, tocadas por produtores pobres, com exceção do arroz, em áreas irrigadas.

Causas internas e externas determinaram esse sistema. Entre as internas, anulam-se a **formação econômica, a baixa qualidade dos solos, a irregularidade das chuvas, a distância dos principais mercados consumidores e a falta de uma organização institucional de defesa dos produtores**. As causas externas concernem ao **processo de integração dos mercados em nível nacional**, com o Piauí, mantendo nitidas e irremediáveis desvantagens competitivas.

A formação econômica foi marcada por dois sistemas — a **pecuária**



e o **extrativismo** \_ que determinaram a criação e a consolidação de uma estrutura fundiária fortemente concentrada e fundamentada em extensas unidades latifundiárias.

A **pecuária**, atividade iniciada em meados do século XVIII, passou por duas etapas bem distintas, que determinaram traços relevantes na formação da estrutura fundiária. A **primeira**, com grande participação dos mercados nordestinos e, sobretudo, mineiros, se estendeu até a metade do século XVIII, assumindo um caráter essencialmente escravista. Nessa fase, a necessidade de recursos para manter a fazenda era mais premente, pois havia intensa luta contra os indígenas e conflitos entre posseiros e sesmeiros.

Na **segunda fase**, iniciou-se o período de decadência, devido à entrada, no mercado, de concorrentes mais qualificados. Além disso, o charque produzido no Rio Grande do Sul, levou à significativa diminuição na renda monetária da atividade. Nessa época, a importância do trabalho livre se aprofundou, representado pela figura do vaqueiro, que recebia a "*quarta*" (para cada quatro crias, recebia uma, de pagamento). A partir daí, surge a possibilidade de maior diversificação da estrutura fundiária, pois o vaqueiro ao juntar um pequeno rebanho, conquistava a possibilidade de iniciar uma pequena fazenda, em virtude do baixo volume de recursos financeiros requeridos para tocá-la, sobretudo, depois de sanado o conflito entre sesmeiros e posseiros, em favor dos últimos, e da existência de muitas terras devolutas.

A introdução do **algodão**, no século XIX, propiciada pela Guerra da Secessão nos Estados Unidos, foi outro elemento de destaque na modificação da estrutura fundiária, seja pelo aparecimento do pequeno produtor agrícola, seja pela própria diversificação da unidade latifundiária pecuária, que passou a intercalar a atividade criatória extensiva com a produção agrícola comercial, embora antes isso já acontecesse, com base na agricultura alimentar, voltada, essencialmente, para o consumo da própria fazenda. Esta se caracterizava, portanto, como uma unidade praticamente autárquica, mantendo relações comerciais exclusivamente com mercados de outros

estados, ainda que referentes às necessidades de consumo de bens mais elaborados.

A **economia extrativa**, fundada no final do século passado e com sua fase aurea durante toda a primeira metade deste século, apresentou aspectos semelhantes à **pecuária**, no que toca a formação de grandes unidades produtivas, e que, a medida que requeria, do grande produtor, recursos razoáveis para preservar sua área produtiva, para evitar a invasão de produtores de fora de seu controle, carecia de financiamento para a montagem do "barracão", lugar onde se realizavam os negócios entre o proprietário e os extratores e estes últimos recebiam, em troca do produto, mantimentos e gêneros alimentícios, determinando uma circulação de dinheiro bastante limitada.

Tal procedimento teve como consequência essencial o fato de o **extrativismo**, a exemplo da **pecuária**, desenvolver-se mediante a formação de grandes áreas de terras nas mãos de poucas pessoas. Em decorrência, contribuiu para a consolidação de uma estrutura fundiária notadamente concentrada em todo o Estado, pois a **atividade extrativa** localizava-se em áreas onde a **pecuária** tinha uma presença incipiente, como no norte e noroeste.

O **extrativismo**, ao contrário da **pecuária**, necessitava de uma quantidade bem maior de mão-de-obra, o que atraía para as áreas extrativas um contingente de muitas pessoas, incrementando a densidade demográfica dessas zonas. Esse fato foi relevante no momento da desestruturação do próprio latifúndio e do estabelecimento de uma agricultura mais atrelada aos mercados urbanos. E que o latifúndio, nessas áreas, foi redimensionado, lançando mão, exatamente, dessa faixa populacional, sem propriedade da terra e baixa organização política, para estabelecer relações pré-capitalistas assentadas no pequeno arrendamento e na parceria, quando a **economia extrativa** entra, então, em franca decadência, com a perda dos mercados externos.

Assim, a **pecuária** e o **extrativismo**, além de determinarem uma estrutura de distribuição da terra bastante concentrada, com relações de produção arcaicas e baixo desenvolvimento tecnológico, não

propiciaram relacionamentos fortes com outros setores, como indústrias produtoras de meios de produção, produtos alimentícios manufaturados e agrícolas, face ao caráter quase "autárquico" das unidades produtivas.

A crise dos mercados externos da **economia extrativa**, ao final da década de 40, representou perda brutal de renda para os latifúndios extrativos e para a arrecadação fiscal, pois a atividade exportadora de produtos extrativos aparecia como a maior fonte de renda tributária, ainda que desse continuidade a produção de amendoas de babaçu e de cera de carnaúba para algumas fábricas instaladas no Estado, naquele decênio.

Os anos de 1950 a 1970 marcam uma época de profundas mudanças na agropecuária estadual, quando o Piauí passou a integrar-se de forma mais intensa com as economias nacional e regional. O programa de integração nacional, através da implantação de infra-estruturas econômicas, principalmente rodovias, eletrificação e telecomunicações, atuava no sentido de quebrar as barreiras entre as Unidades da Federação, criando um mercado nacional, tanto para produtos manufaturados, como para produtos agrícolas.

Esse processo acelerou o ritmo da **urbanização**, que vinha se manifestando no Piauí, desde os anos 30. Houve, então, o redirecionamento do comércio, que passou de essencialmente atacadista-exportador para atacadista-importador, crescendo, fortemente, o comércio varejista como negociador de produtos importados de outros estados e produtos agrícolas e manufaturados produzidos internamente. As atividades industriais de maior escala, como têxtil e química, sofreram forte concorrência, acarretando a falência da maioria das unidades menos competitivas. Por outro lado, cresceram as unidades industriais de pequeno porte, com ênfase para os ramos de minerais não-metálicos, ligados ao setor de construção civil, e as produtoras de alimentos.

O **setor serviços** é o que apresentou maior incremento, sobretudo, os ramos ligados às finanças, comunicações, governo e consumo de bens duráveis como oficinas de reparações de veículos, eletrodomésticos,

postos de gasolina etc. Nesse período, muito cresceu a produção agrícola medida pelo valor da produção agropecuária e pelo aumento da área utilizada com lavouras temporárias e permanentes.

Mas o traço realmente importante do período foi o grande ritmo da **fragmentação da grande propriedade**, proporcionada pela entrega de parcelas de terras para produtores sem terras. Esse fenômeno significou a intensificação da formação, no interior das propriedades, de relações de produção pre-capitalistas, com respaldo no pequeno arrendamento e na parceria. Essas categorias de relações de trabalho, que em 1950 existiam em proporções bem modestas, passaram a configurar, em 1970, cerca da metade do total de estabelecimentos registrados pelo INCRA.

Paralelamente a este fato, outro fenômeno importante, na época, foi a **divisão da pequena e média propriedade**, provocando a multiplicação de pequenas unidades produtivas agrícolas, expansão da cidade no meio e em torno dos pequenos possesitos, registrados nos censos agropecuários, como "ocupantes".

O esfacelamento da grande propriedade correspondeu a um processo de readaptação do latifúndio às novas condições criadas pela crise do **extrativismo** e pelo **aceleramento da urbanização** ocorrida nessa época. Notamos, sem dúvida, a expansão do **latifúndio pecuário** e a formação do **latifúndio rentista**, este baseado na extração da renda pré-capitalista de arrendatários ou parceiros com pagamento preferencialmente em espécie — **produtos extrativos ou cereais**.

O **latifúndio rentista** se desenvolveu, mais efetivamente, no Norte, onde foi mais forte a **atividade extrativa** e maior a densidade demográfica. O latifúndio pecuário apareceu mais no Semi-árido e no Extremo-Sul, regiões de maior concentração da **pecuária**. O Semi-árido foi palco, também, do **extrativismo**, na fase da produção de borracha de manipóia, com altas densidades demográficas. O Extremo-Sul tinha mais tradição no criatório bovino, razão pela qual, sofreu poucas mudanças. O latifúndio rentista, com os latifúndios pecuários, também, pouco se transformaram, persistindo como uma área com baixa densidade populacional e predomínio do **latifúndio pecuário**.

A produção agrícola, de 1950-70, expandiu-se através da **divisão da pequena e média propriedade e com o aumento de pequenos posseiros**, tanto em terras devolutas, como em terras de terceiros. A característica básica dessa pequena produção era a total falta de acesso a instrumentos essenciais de produção, como **crédito, assistência técnica, sementes selecionadas** etc. A força de trabalho fundamental era a da própria família, razão por que esses produtores, raramente, cultivavam mais de 5ha com lavouras. Eles representavam, em 1970, cerca de 40% do total de estabelecimentos, formando, junto com os produtores com pequenas parcelas de terras nos latifúndios, na adição de rendeiros (parceiros ou arrendatários), a grande massa de produtores e/ou de pequenos estabelecimentos agrícolas, aqueles com unidades produtivas, essencialmente, de subsistência e estes, rendeiros, com relações de trabalho nas grandes propriedades latifundiárias, seja pelo pagamento de renda em espécie, seja pelo fornecimento de trabalho. Ambos constituam, portanto, elementos essenciais para o funcionamento da economia do latifúndio.

Outro segmento da produção agrícola era o dos **médios e grandes produtores**, mais vinculados ao mercado, esses, por possuírem alguma condição de acesso a crédito e terras em melhores condições de fertilidade e localização, podiam cultivar áreas de lavouras acima de 10ha, com o emprego de mão-de-obra em regime de trabalho temporário ou empreitada. Representavam, em 1970, apenas 5,9% do total de estabelecimentos, respondendo por cerca de 50% da produção dirigida ao mercado urbano.

No entanto, o emprego de **insumos químicos e máquinas** na agropecuária estadual era insignificante, até 1970. Nesse ano, apenas 0,06% dos estabelecimentos declararam recorrer a fertilizantes químicos. O mesmo percentual afirmou utilizar ou possuir tratores. Mesmo o número de estabelecimentos com acesso a crédito era muito pequeno, pois somente 4,2% se beneficiaram desse elemento. Em contrapartida, cerca de 19% contrataram serviços de empreitada, revelando ligação com o mercado.

A presença de **empresas rurais** era também muito rara, desde que,

so, a partir dos anos 70, começaram a ser implantados projetos financiados pelos Incentivos Fiscais. Os programas governamentais se resumiam à realização de obras de infra-estrutura, como rodovias, açudes, pontes, barragens, dentre outras.

As razões da consolidação dessa estrutura socioeconômica, no Piauí, são complexas, pois englobam fatores de ordem interna e externa que se entrelaçam. Entre as causas intrínsecas, uma das mais relevantes é a própria **formação histórica**, envolvendo as atividades **acuária, algodão e extrativismo**, as quais, por força de um relacionamento muito instável com os mercados externos **— nacionais e internacionais —**, não foram capazes de gerar um maior dinamismo interno no sentido de diversificar a atividade econômica. Sobretudo, quanto à criação de mercados de bens e de trabalho motivadores de investimentos e de melhorias tecnológicas.

Ao invés disso, formaram-se unidades produtivas quase **"autárquicas"**, cujo relacionamento com outras unidades internas era praticamente inexistente. Com isso, além da produção comercial **— produtos extrativos, gado, algodão etc. —**, existiam atividades agrícolas no interior das unidades visando ao consumo da própria fazenda. A mão-de-obra era presa à própria unidade produtiva, especialmente, no caso do estabelecimento pecuario. No **extrativismo**, ainda havia a possibilidade do fornecedor de produtos extrativos ser pequeno proprietário ou posseiro, obrigado a vender sua produção para o grande produtor, geralmente, em troca de mantimentos e alimentos no barracão deste último.

As oportunidades de investimentos fora das ocupações essenciais eram, assim, remotas. As iniciativas industriais provocadas pela atividade extrativa foram a **produção de óleo comestível**, a partir da amendoa do babaçu e o beneficiamento da cera de carnauba. Isso ocorreu, nos anos 40, sendo que, hoje, devem existir cerca de dez unidades industriais ligadas às atividades extrativas, com destaque para o óleo bruto ou comestível, com outras poucas aparecendo, mais recentemente, na produção de carvão, da casca do coco de babaçu.

Fatores externos se relacionavam com a formação de um mercado em nível nacional, provocada pela destruição das barreiras estaduais nos âmbitos jurídico e de comunicação. Esse fato, junto com os elementos internos, tornavam os produtores agrícolas estaduais pouco competitivos, obrigando-os a se adaptarem a situação e a buscarem formas de valorização de seus patrimônios agrários que não envolvessem riscos demasiados. Nesse sentido, para os grandes proprietários, a opção por uma pecuária extensiva era uma solução mais conveniente pois os elementos principais da unidade produtiva — **gado e terra** — se valorizavam quase naturalmente, sobretudo, com a ação governamental na construção de açudes, estradas, concessão de crédito etc.

O problema da mão-deobra foi resolvido de forma simples, pois a **economia extrativa** atraiu um grande contingente de pessoas disponíveis em razão da crise dessa economia. O artifício de oferecer parcelas de terra na propriedade representou a maneira de obter esses indivíduos e dispor de mão-deobra barata e abundante, atria que crescia a terra. Além disso, o monopólio da terra nas mãos de poucos obrigava a **divisão das grandes e médias propriedades**, constituindo-se, assim, minifúndios incapazes de sustentar uma família devido às condições em que trabalhavam a terra, a baixa qualidade dos solos e as irregularidades climáticas. Esses pequenos produtores também figuravam como reserva de mão-deobra, utilizada pelo latifúndio e pela unidade agrícola de maior escala, para empreitadas ou trabalho em regime temporário.

O período 1950-70 mostra, em síntese, uma **estrutura agrária** composta das seguintes unidades:

- a) **latifúndio pecuarista e latifúndio rentista**, este tendo como principal atividade a cultura agrícola, tocada por famílias com contratos de parceria e/ou arrendamento. As relações de produção emergentes nessas unidades eram, portanto, basicamente, pre-capitalistas. Os pequenos arrendatários ou parceiros recebiam pequenas parcelas de terra nas grandes propriedades e eram compelidos a pagar renda por seu uso, quase sempre em produtos — cereais ou amêndoas de babaçu. Nos latifúndios pecuaristas, em sua maior parte, a renda era

cobrada, mediante trabalho, no manejo do gado, limpeza do terreno, construção de cercas ou formação de pastos;

- b) **pequena produção agrícola de subsistência** composta de pequenos proprietários e de posseiros que, por não terem acesso a crédito, a assistência técnica e poder de barganha na comercialização, utilizavam mão-de-obra, essencialmente, familiar. Por isso mesmo, dificilmente cultivavam mais de 5ha. Em virtude de suas péssimas condições de produção e comercialização viviam miseravelmente, tanto pela baixa produção, como porque ainda eram vergonhosamente explorados pelos atravessadores que pagavam preços a seu bel-prazer, retirando parte dos seus elementos reprodutivos, pois, quando nunca, o produto comercializado representava um excedente às suas necessidades reprodutivas.

Esses produtores e aqueles que trabalhavam dentro do latifúndio, como fornecedores de serviços, arrendatários ou parceiros, constituíram a camada social mais pobre do campo, conforme denotam os dados numéricos. A mais de 94% do total de estabelecimentos, em 1970, os que viviam como parceiros ou arrendatários, trabalhando no máximo 2ha de terras, dependiam muito do emprego temporário na propriedade onde moravam ou em outros estabelecimentos. Por isso, não os incluíamos como produtores agrícolas, fornecedores de cereais para o mercado, mas como mão-de-obra disponível para as demandas do latifúndio, ainda que parte da produção desses produtores fosse levada ao mercado pelos próprios latifundiários.

Os pequenos produtores agrícolas **proprietários e posseiros** eram importantes fornecedores de produtos para o mercado, os quais eram arrecadados pelos comerciantes **atravessadores ou caminhoneiros**. Mas, pelas condições em que produziam, muitos deles, obrigados a buscar emprego em caráter temporário ou a se sujeitar à condição de parceiro em alguma outra propriedade de maior escala, configuravam-se, muito mais, como fornecedores de mão-de-obra, ou seja, se identificavam, basicamente, como produtores presos ao latifúndio.



c) **produção agrícola comercial** compondo os estabelecimentos com mais de 10 hectares com área utilizada para lavouras. Em 1970, esses estabelecimentos somavam 12.096 unidades, isto é, em termos relativos, equivaliam a 5,9% do total. No entanto, respondiam por 52,4% da produção de arroz, 33,3% de feijão, 37,6% de milho e 49,5% de mandioca, sendo assim, os principais fornecedores de cereais para o mercado. Porém, mesmo utilizando, em grande escala, trabalho temporário, serviços de empreitada, ainda praticavam uma agricultura com métodos rudimentares, pois não usavam adubos químicos, máquinas ou sementes selecionadas, embora tivessem acesso a crédito, a adubo orgânico e a assistência técnica.

Essas diferentes unidades produtivas tornavam um sistema, ao mesmo tempo, contraditório e solidário. O latifúndio e o fruto do monopólio da terra nas mãos de poucos e responsável pela existência das unidades que tornam a pequena produção, sem como pelos produtores, em particular, nos latifúndios, consequentemente, as relações de mercado e, mais em geral, os vínculos mercantis, ligam-se ao latifúndio e à pequena produção, em virtude, apesar de serem unidades produtivas, a mão-de-obra representativa para toda a produção.

Tal sistema agrário, que denominamos de **latifúndio-camponês** ou **latifúndio-camponês**, difere, em pouco, do sistema **latifúndio-minifúndio**, por envolver não apenas o latifúndio e as unidades minifundiárias em seu interior ou ao seu redor, mas por agregar o próprio capital comercial e suas atividades com os produtores agrícolas **pequena produção e produção mercantil**.

Definido o sistema agrário, no final do decênio 60, cabe, agora, colocarmos as **ilações fundamentais** sobre os **efeitos** provocados pelos **programas e políticas governamentais** implementados durante os anos 70 e 80. A conclusão mais geral a que chegamos é que esses programas e políticas, no pós-70, deflagraram um **processo de mudanças importantes** na **estrutura agrária** formada no período anterior, tais mudanças se inserem nas transformações mais globais por que passou a agricultura brasileira, denominadas de *"modernização conservadora"*, apresentando as seguintes características:

- (i) **modernização do latifúndio pecuarista**, no sentido de mudanças no modo de criação, correspondendo a formação de pastagens melhoradas, ao aperfeiçoamento do padrão genético do gado e a utilização de padrão alimentar mais eficaz via melhoramento das pastagens e rações;
- (ii) **implantação de empresas rurais** ligadas à produção de carne, leite e pecuária de corte ou leite;
- (iii) **intensificação do processo de expropriação** nos pequenos produtores de subsistência e das famílias residentes nos latifúndios, por intermédio de contratos de parceria ou arrendamentos, caracterizados por ênfase na parceria, participação na produção agrícola por parte desses produtores, apesar de terem crescido em número absoluto;
- (iv) **aumento da participação dos produtores mercantis** com áreas de culturas com maior valor, recorrente de acesso a crédito, assistência técnica, pesquisas, sementes selecionadas, irrigação etc.;
- (v) **diferenciação dos pequenos produtores**, a saber, que alguns receberiam terras, assistência técnica, irrigação, sementes selecionadas etc., apenas para manter a seguir o caminho da proletarianização, com o aparecimento da pequena produção capitalizada;
- (vi) **modernização dos médios e grandes proprietários beneficiados** com projetos de irrigação, estradas, eletrificação, açudes e outros investimentos, vinculados a infra-estrutura.

A análise dos programas governamentais mostra, assim, que o sistema agrário vigente até o final dos anos 60 está sendo alterado, com vigor. Ainda que o processo não seja homogêneo para todo o Estado, e em algumas regiões as mudanças se processarem, com lentidão, são evidentes as transformações que se estão realizando, com o caráter temporário e as empreitadas ganhando importância muito grande, no

pos-70. Os pequenos produtores de subsistência tornam-se, agora, cada vez mais fornecedores de mão-de-obra e cada vez menos produtores. Desta forma, perde relevância a renda em espécie no interior do latifúndio, com os pequenos produtores passando a ser mais trabalhadores nas fazendas do que propriamente rendeiros.

As áreas de pastagens plantadas conquistam participação especial, em relação às pastagens naturais e às áreas com lavouras, apesar destas últimas terem, também, aumentado bastante. Isto significa um "processo de pecuarização" que atinge todo o território estadual, com destaque para as regiões de maior "vocaçáo" pecuária como o Semi-árido e Extremo-Sul.

A produção agrícola se moderniza através dos programas de irrigação, Incentivos Fiscais e POLONORDESTE, com os produtores valendo-se cada vez mais, de insumos modernos, máquinas agrícolas e trabalho assalariado em regime temporário, registrando-se, ainda, uma expressiva elevação no número de produtores com áreas irrigadas. Os cerrados vão sendo ocupados com empresas rurais financiadas pelo FINOR Agropecuario e com produtores que chegam do Sul e do Sudeste do País, notadamente, para a produção de arroz, soja e hortaliças, apoiados por créditos fornecidos pelos Bancos do Brasil e BNR, com o objetivo prioritário de financiar máquinas, insumos e acelerar a comercialização. Por sua vez, a produção agropecuária, nos vales unidos do Semi-árido, vai sendo estimulada, mediante grandes projetos de irrigação (estaduais e/ou federais), além da implantação de empresas rurais beneficiadas pelos Incentivos Fiscais, na pecuária e no cultivo do caju.

Preannunciamos, em suma, um processo de mudanças que leva a grandes alterações do perfil socioeconômico do setor rural piauiense, com os programas do governo fortalecendo-se como os veículos principais das transformações referidas, atingindo todo o território piauiense, ainda que em ritmos diferentes nas diversas zonas. Traçado o quadro geral do processo de transformações, coloquemos, então, algumas singularidades referentes a programas específicos e a diferenciações locais.

## O PROGRAMA POLONORDESTE

O Programa POLONORDESTE teve um período de atuação de mais de dez anos, ou seja, de 1976 a 1986. Iniciou com quatro PDRI's, sendo um na região norte (Delta do rio Parnaíba) e três, no Semi-árido. Abrangia, no início, 30 municípios, mas, com o advento do Projeto Vale do Parnaíba, esse número subiu para 49 municípios. Excetuando o PDRI do Vale do Parnaíba, o POLONORDESTE procurou beneficiar cerca de 1.500 produções rurais com assistência técnica, crédito, pesquisas e apoio à comercialização, enquanto que o Projeto Vale do Parnaíba tinha como meta o apoio a 5.000 pequenos produtores, com distribuição de terra, crédito, assistência técnica.

Esses números já indicam, por si sós, a natureza do programa, que é a promoção da **modernização da produção agrícola e a diferenciação da pequena produção**. Isto porque, os 1.500 agricultores beneficiados pela primeira parte, não pertenciam à pequena produção, conforme se definiu, mas à outra categoria de produtores mais vinculados ao mercado, que puderam elaborar projetos de crédito junto a EMATER. Os 5.000 produtores visados pelo PDRI Vale do Parnaíba eram, na maioria, pequenos produtores, sobretudo sem terra, que ascenderiam a uma condição melhor, vivendo-se do processo de proletarianização que atingiu esse segmento, no pós-70.

O PDRI Vale do Parnaíba promoveu várias iniciativas de irrigação, algumas de grande porte, como os projetos da Lagoa de Buriti dos Lopes, Porto e Itaueira e outras de irrigação comunitária. Essas iniciativas reforçaram o caráter modernizador do programa, pois permitiu o acesso de mais de 1.500 pequenos produtores a tecnologia de irrigação, ainda que, para muitos deles, fosse possibilitada, tão somente, a produção de arroz em áreas de varzeas, com irrigação natural.

Porém, os efeitos principais e mais abrangentes do POLONORDESTE foram os proporcionados pelos segmentos de **infra-estrutura econômica**, quais sejam, implantação de estradas vicinais, eletrificação rural,

construção de açudes, pontes etc., que permitiram aos 49 municípios beneficiados e a outros tantos atingidos de modo indireto, maior integração ao mercado e aumento do potencial produtivo das propriedades rurais. Logo, os beneficiários do programa não foram somente os produtores agrícolas visados, mas também, os grandes proprietários de terras que tiraram vantagem desses elementos infra-estruturais. Esses latifundiários puderam, dessa forma, incorporar ao processo produtivo, terras antes ociosas e tal incorporação se deu, sobretudo, através da intensificação da atividade de pecuária, pois esses proprietários, além de receberem os benefícios do programa, puderam ter acesso a crédito bancário subsidiado para compra de gado, formação de pastos e investimentos nas fazendas.

O resultado de tudo isto, foi uma expressiva ampliação, nos anos 70, das pastagens plantadas em relação as áreas de lavouras temporárias, revertendo a tendência que prevalecia no período 1950-70, este fato se verificou por todo o Estado, mormente, nas regiões de maior tradição pecuária, como o sul e o semi-norte. Somente poucos municípios de maior potencial agrícola - **Buriti dos Lopes, Joaquim Pires, Luzilândia**, por exemplo -, situados no vale do rio Parnaíba escaparam a essa tendência.

Esses efeitos tomam a forma de um processo mais global de modernização do latifúndio e de transformação importante na atividade pecuária extensiva para um método de criatório semi-extensivo e até intensivo. Essa modernização se reflete na melhoria do padrão genético do gado e de seu manejo e na implantação de pastos artificiais, embora não possamos afirmar que esse processo venha transformando o latifúndio em empresas rurais. E que, mesmo que tenha aumentado o emprego de trabalhadores assalariados em regime temporário, eles continuam presos ao latifúndio, na condição de parceiros ou pequenos arrendatários, permitindo que as unidades latifundiárias disponham de mão-de-obra cativa e barata.

Além do mais, as pastagens nativas continuam sendo amplamente utilizadas durante o inverno. Somente no verão, o gado é submetido a um regime de semiconfinamento, onde são utilizadas as pastagens

plantadas. Tal método (semi-extensivo), permite ainda um criatório de baixo custo de manejo, seja em alimentação, seja em mão-de-obra, já que esta é recrutada entre as famílias com parcelas na propriedade.

### OS PROGRAMAS DOS INCENTIVOS FISCAIS

Os programas dos incentivos fiscais representados pelos financiamentos do SUDENE - FINOR Agropecuário e do IBDF - Fiset privilegiaram, notadamente, como áreas de atuação, as regiões do Semi-árido e Terragos, ainda que existiam poucos, em municípios do Norte.

Entre 1971 e 1984, implantaram-se, no Estado, cerca de 70 projetos do FINOR Agropecuário: 26, nos anos 70 e 44, nos anos 80. No decênio 70, os projetos preferenciais eram os de pecuária de corte, enquanto na década seguinte, emergiram os projetos agrícolas, com destaque para os Terragos.

Em contrapartida, os projetos do IBDF se fixaram, no período 1970-85, em número de 548. No entanto, esse total não representa quantitativo igual de unidades produtivas, por dois motivos: (1) cada empresa podia se beneficiar de mais de um projeto; (2) muitos dos projetos do IBDF para a produção de caju pertenciam aos mesmos grupos econômicos ou a empresários que se beneficiaram com financiamentos do FINOR Agropecuário.

O estudo dos efeitos dos projetos de incentivos fiscais conduz as seguintes conclusões:

- a) os projetos de pecuária de corte e leite, que se instalaram, de preferência, na região Semi-árida, tiveram como resultado, a melhoria do padrão genético do gado, o aumento das áreas em pastagens plantadas e a pressão sobre os criadores da região no sentido de mudar o criatório bovino, seja pelo efeito demonstração, seja pela redução das áreas de pastagens naturais, este último efeito provocado pelas cercas construídas nas terras dos grandes projetos;

b) os projetos de produção de caju trouxeram grande aumento nas áreas de culturas permanentes, a introdução do trabalho assalariado, a diminuição das áreas de pastos nativos, a movimentação do comércio do município (compras de mantimentos) pelas cooperativas dos projetos, além da valorização das terras dos grandes proprietários locais.

Em termos globais, as repercussões mais fortes desses projetos são assim enumeradas:

a) agravamento da concentração da terra em favor dos grandes proprietários, refletida no aumento da área média dos maiores estabelecimentos, e na perda de parte considerável das terras apropriadas por parte dos estabelecimentos de menor escala.

b) ampliação da utilização de mão-de-obra em caráter temporário, recrutada nos menores estabelecimentos, principalmente, os de menos de 5ha, reforçando na lento, mas firme processo de proletarianização dos pequenos produtores proprietários;

c) incremento da utilização de rebanhos com pagamento de trabalho incorporado a terra, através da formação de pastos nas grandes propriedades.

No entanto, os efeitos não foram homogêneos entre as regiões, considerando-se a região semi-árida, por exemplo, os efeitos desses projetos não aconteceram no mesmo ritmo. Nela, foram instalados cerca de 20 projetos, 26 dos quais se concentraram em apenas cinco municípios, dentre os 13 que receberam projetos. Nesses cinco, os efeitos foram mais fortes, enquanto que, nos demais, as transformações se processaram de modo diverso, dependendo das condições de cada município.

No caso dos Cerrados, particularmente, a sub-região dos Cerrados I, os projetos dos Incentivos Fiscais apresentaram efeitos mais marcantes e abrangentes. Essa área incorpora municípios, como Uruçuí,

Ribeiro Gonçalves e Santa Filomena, os quais, juntos, constituem quase dois milhões de hectares de áreas de cerrados, onde foram mais significativas as transformações verificadas durante as duas últimas décadas. Para toda a sub-região, foram implantados 15 projetos, entre 1972 a 1984, nove dos quais em Ribeiro Gonçalves: cinco. Em Uruçuí e em Bertolínia, não registrando-se projetos para Santa Filomena.

Os projetos instalados na década de 70 foram, preferencialmente, de pecuária de corte, sem um processo de implantação de acordo com o planejamento. No entanto, a partir de 80, os antigos projetos mudaram de proprietários e implementaram novas ações, dirigidas, prioritariamente, para a produção de arroz e cana. No caso específico dessa sub-região as repercussões mais marcantes foram:

- a) maior concentração da distribuição de terras nas mãos dos grandes proprietários. A descoberta do potencial agrícola dessa região resultou na aquisição de grandes espaços de terras por projetos e especuladores, provocando a expulsão de possesores e a pressão para que pequenos proprietários vendessem suas terras para esses especuladores e/ou projetos. Esse processo acarretou, também, a mudança no modelo bovino dos antigos criadores, acelerando a redução forçada de posseiros e eliminando a criação de animais por pequenos produtores, desde que o aparecimento de cercas fez desaparecer as grandes áreas de pastagens naturais que serviam para todos os criadores da região;
- b) aumento considerável da produção de arroz de forma moderna, isto é, com emprego, em alta escala, da mecanização e uso de adubo químico, o que fortaleceu a necessidade de contratação de trabalhadores assalariados, especialmente, para as tarefas de limpeza do terreno, construção de cercas e serviços agrícolas. Santa Filomena foi o município que avançou mais rapidamente na produção de arroz, modernamente, ainda que não tenhamos registro da condução de nenhum projeto financiado pelo FINOR, ressaltando-se que, seus produtores eram famílias do Sul, que compraram terras para o plantio de arroz e soja;



- c) **incremento no processo de transformações nas relações de produção**, com as relações assalariadas aumentando de importância à medida que se instalam empresas rurais (grandes projetos) e médios e grandes produtores de arroz e soja com técnicas modernas de produção. As antigas relações, de natureza precapitalistas, estão, pouco a pouco, desaparecendo, com o banimento de posseiros e a transformação de antigos pequenos produtores proprietários em assalariados. O antigo latifúndio pecuarista está se modernizando, através de um tipo de criatório mais intensivo e do emprego de vaqueiros assalariados. Nessas fazendas, é comum o emprego de gandeiro com pagamento em taboão, na formação de pastos;
- d) **valorização das terras**, devido à expectativa de uso para produção de produtos de maior custo. Como decorrência, sobe o número de corretores que compram grandes áreas para loteamento e venda, para produtores provenientes do Sul e Sudeste, pois o preço por hectare ainda continua relativamente baixo, incentivando que eles adquiram grandes extensões de terra com o intuito de vendê-las mais tarde, nos estados de origem.

### OS PROGRAMAS DE IRRIGAÇÃO

Os programas de irrigação são menos abrangentes do que os programas analisados antes, pois atingem áreas bem localizadas — com destaque, para as **áreas de várzeas** — embora seus efeitos sejam extremamente modernizantes e transformadores das relações de produção.

O principal programa de irrigação foi o **Pró-Várzeas**, que possibilitou a implantação de cerca de 17.000ha em áreas irrigadas, sobretudo, do Delta do rio Parnaíba, trazendo vantagens para mais de 10 mil proprietários.

O **POLONORDESTE**, através do projeto Vale do Parnaíba, iniciou, na década de 80, uma política de irrigação, englobando a irrigação

comunitária e grandes projetos em lagoas e rios. Tal política vem sendo como principal resultado a diferenciação da pequena produção agrícola, desde que milhares de produtores sem terra receberam pequenos lotes de áreas irrigadas, além de apoio creditício, fornecimento de insumos químicos, máquinas, armazéns e incentivos à comercialização.

O DNOCS implantou, na década dos anos 70, quatro perímetros irrigados, ampliando a área irrigada em cerca de 2.000 hectares, beneficiando quase 4.000 produtores agrícolas, contribuindo, assim, para o processo de modernização da agropecuária estadual.

**FINALMENTE,** afirmamos que esses programas contribuíram, significativamente, para deflagrar um processo de mudanças do perfil sócioeconômico do Piauí, integrando-o ao processo de modernização da agricultura brasileira, a partir dos anos 70. Com efeito, o latifúndio se moderniza, sobretudo, através da reafirmação nos modos de criação bovino; as terras dos grandes proprietários se valorizam em virtude do aumento do seu potencial produtivo proporcionado pelas obras governamentais de construção de estradas, eletrificação, açudes, pontes etc. Com isso, modifica-se o caráter da propriedade da terra, no sentido de extração da renda capitalizada, além de perderem importância a renda fundiária pre-capitalista e as relações de parceria e pequeno arrendamento.

Assim, as terras vão, gradativamente, sendo controladas por empresários e não mais por latifundiários "retrogrados". Os Incentivos Fiscais, mediante 70 projetos do FINOR Agropecuario, possibilitaram a compra de terras, no Estado, a mais ou menos 70 empresários pernambucanos, cearenses, paraibanos, maranhenses, paulistas, brasilienses e piauienses. Ora, se cada projeto detém, em média, 10.000ha, somente esse programa possibilitou a posse de cerca de 700.000ha de terras, sobretudo, no Semi-árido e Cerrados, a indivíduos que, além de utilizá-las com fins produtivos, ainda agem no sentido de ganhos especulativos, mormente, através da renda capitalizada. Isso

revela uma transformação no caráter da propriedade da terra no Estado na qual o latifúndio perde importância, mudando, porém, a natureza da questão agrária no Estado, em sintonia com o que vem sucedendo em nível nacional, embora a presença do latifúndio, no final da década nos anos 80, ainda seja uma realidade.

Reforça, também, o processo de proletarianização da pequena produção de subsistência e dos produtores na condição de rendeiros com parcelas de terra nas grandes e médias propriedades rurais, consolidando o sistema em uma massa de trabalhadores rurais que tem como principal forma de sobrevivência o trabalho temporário, ainda que continue em pequenas parcelas de terra, isto é, não totalmente expropriados do fator de produção.

A produção agrícola para o mercado, inclusive a pequena produção de moderniza através do acesso a novas tecnologias, ainda que restrita a menos de 10% do número de estabelecimentos, incluindo as unidades com mais de 100 ha com áreas de lavouros e pequenos produtores com acesso aos programas de irrigação.

Estas formas, latifundiárias e camponesas se redefinem em um processo que ainda apresenta ritmos diferentes ao longo do território piauiense. Em muitas áreas, o processo ainda é lento, mas parece irreversível. Em outras, como nos cerrados e extremo norte, a velocidade das alterações é maior. A tendência mais comum é a homogeneização do processo modernizante para todo o Estado. No entanto, a percepção mais clara desse processo carece de mais estudos, que esclareçam, principalmente, os seguintes pontos:

- a) o papel transformador das obras infra-estruturais provenientes dos programas governamentais, como estradas, eletrificação, açudes etc.;
- b) avaliação mais profunda dos programas de Incentivos Fiscais e Irrigação;
- c) formas que assume o processo de proletarianização da pequena

produção e dos produtores, na condição de rendeiros, nas grandes e médias propriedades.

d) formas e velocidade do processo de pecuarização que vem ocorrendo no Estado, desde o início dos anos 70;

e) horizonte ideológico dos agentes sociais no campo, com ênfase para os pequenos produtores e grandes proprietários de terras.

Podemos afirmar, assim, que os programas governamentais para o setor rural têm constituído veículos de modernização em todo o setor. Entretanto, o processo é contraditório, já que elementos conservadores interagem com forças modernizadoras. Resultando em formas diferenciadas de transformações, notadamente, quanto ao privilegiamento de atividades (pecuária, por exemplo), que mantêm relações não assimétricas, aproveitando-se das famílias não proprietárias que se encontram dentro das grandes propriedades e cuja principal produção de subsistência e que carecem de complementos para desenvolver, com o assalariamento temporário. Tal processo garante o mantimento de uma configuração socioeconômica baseada arcaica e constitui para um ritmo muito lento das transformações.

## 10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACELLAR, Ulavo Ivanhoe de Brito. Crescimento populacional e dimensão migratória piauiense, 1960-1980. *Carta CEPRO*, Teresina, v.12, n.1, p. 61-80, jan./jun. 1987.
- CANDEIRA, William Jorge de Al. O Piauí e a divisão regional do trabalho no Brasil. *Carta CEPRO*, Teresina, v. 9, n.1, p.31-50, jul./dez. 1983.
- CANDEIRA, William Jorge de Al. *Análise do processo de urbanização no Piauí*. Teresina, Fundação CEPRO, 1985.
- CASTILHA, João Gabriel. *Geografia Física do Piauí*. 2.ª ed. Teresina, COMEPI, 1981.
- DESKOW, Paulo Roberto. O arrendamento capitalista na agricultura do Nordeste. *Boletim*, 1980.
- FARU, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1980.
- FRANCO, Odimar de. *A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- CRUZ, Luis Carlos Rodrigues. *Notas sobre o processo de exploração das pequenas propriedades da área piauiense de Picos*. Campina Grande: 1982. mimeo.
- DOMINGOS NETO, Manuel, LIMA, Solimar Oliveira. O castro dos dolares. *Carta CEPRO*, Teresina, v.13, n.1, p.15-28, jan./jun. 1988.
- FLORENTINO, Raul. *Formulação do PDRI Sul do Gurguéia (PI); diagnóstico da Missão UEA juntamente com técnicos da Unidade Técnica do POLONORDESTE - PI*. Teresina: 1982.

FUNDAÇÃO CEPRO. Estrutura agrária e desenvolvimento econômico e social do Piauí. Teresina: 1983. 2v. v.1.

\_\_\_\_\_. Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento. Teresina: 1979.

\_\_\_\_\_. O POLONORDESTE no Piauí, uma avaliação referencial: período 1976-80. Teresina: 1982. (Avaliações realizadas pela Unidade Técnica do Programa.)

IBRAFUD. Centro. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Nacional, 1960.

IBRAUD. Diretoria Geral. Agricultura, pecuária e florestas. Relatório de avaliação de incentivos fiscais na agricultura do Nordeste (FINOR Agropecuario). Brasília: IPEA, 1985.

BORENDER, Jacob. Escravismo colonial. São Paulo: Atica, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agrícola: 1960. Rio de Janeiro: 1960.

\_\_\_\_\_. Censo agropecuário: 1950. Rio de Janeiro: 1950.

\_\_\_\_\_. Censo agropecuário: 1970. Rio de Janeiro: 1970.

\_\_\_\_\_. Censo agropecuário: 1975. Rio de Janeiro: 1975.

\_\_\_\_\_. Censo agropecuário: 1980. Rio de Janeiro: 1980.

\_\_\_\_\_. Censo demográfico: 1950. Rio de Janeiro: 1950a.

\_\_\_\_\_. Censo demográfico: 1970. Rio de Janeiro: 1970a.

\_\_\_\_\_. Estatísticas municipais: 1986. Rio de Janeiro: 1986.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_: 1988. Rio de Janeiro: 1988.

- \_\_\_\_\_. Sinopse preliminar do censo agropecuário: 1985. Rio de Janeiro: 1985.
- INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS. Diagnóstico do Vale do Parnaíba. Recife: 1983. 2v.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Estatísticas cadastrais. Rio de Janeiro: 1972.
- \_\_\_\_\_. Brasília: 1967.
- \_\_\_\_\_. Brasília: 1968.
- KAGEYAMA, Angela et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. Campinas: UNICAMP, 1987. mimeo.
- MARQUES, Azeiteiro José de Sousa. Os PDRIs do Piauí: uma avaliação de desempenho do projeto de valorização hidroagrícola da Lagoa do Buriti. Belém: UFPA, 1985. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará, 1985.
- MARX, Karl. O Capital. São Paulo, Abril, 1985. v. 3, III.
- MOORE, G. L. Barrington. As origens sociais da ditadura e da democracia, senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo, Martins Fontes, 1983.
- MULLER, Gerardo. Agricultura e industrialização no campo. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 2/1, no. 1, p. 47-78, 361-7jun. 1982.
- NUNES, Union. Pesquisa para a história do Piauí. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- OLIVEIRA, Francisco de. Questionamento à economia brasileira. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977. A economia brasileira: crítica a razão dualista.

PIAUI. Governo do Estado. Decreto Nº 224 de 31 de maio de 1978.  
Teresina: 1978.

PIAUI. Secretaria de Planejamento. Análise econômica dos beneficiários  
do PDRI Vale do Parnaíba. Teresina: Fundação CEPRO, 1986.

\_\_\_\_\_. Delta do Parnaíba: plano operativo, 1978. Teresina: Fundação  
CEPRO, 1976a.

\_\_\_\_\_. Fazendas Estaduais e Vale do Fidalgo: plano operativo  
Teresina: Fundação CEPRO, 1976b.

\_\_\_\_\_. PDRI, Vale do Parnaíba. Relatório de avaliação do projeto.  
Teresina: Fundação CEPRO, 1987.

\_\_\_\_\_. O POLONORDESTE no Piauí: uma avaliação referencial  
1976-80. Teresina: Fundação CEPRO, 1982.

\_\_\_\_\_. Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do  
Parnaíba. Teresina: Fundação CEPRO, 1981.

\_\_\_\_\_. Relatório anual de avaliação em processo: período 1987-88.  
PAPP. Teresina: Fundação CEPRO, 1988a.

\_\_\_\_\_. Relatório de término de projeto. Teresina: Unidade Técnica de  
Coordenação do Projeto Nordeste. Teresina: Fundação CEPRO, 1988.

\_\_\_\_\_. Relatório plurianual de metas realizadas: 1986-88.  
Teresina: 1989.

\_\_\_\_\_. Vale do Gurguéia: plano operativo. Teresina: Fundação  
CEPRO, 1976c.

PORIO, Carlos Eugenio. Roteiro do Piauí. Rio de Janeiro: Artenova  
1974.

PRADO JUNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo:  
Brasiliense, 1977.



- SOEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **A importância da borracha de moniçoba na economia do Piauí: 1900-1920.** Teresina: UFFR, 1980. Dissertação (Mestrado em História Econômica) — Universidade Federal do Paraná, 1984.
- \_\_\_\_\_. **zonas. Estrutura agrária do Piauí.** Carta CEPRO, Teresina, v. 8, n. 1, p. 194-200, jan./jun. 1987.
- \_\_\_\_\_. **A pecuária produção rural no Estado do Piauí.** Carta CEPRO, Teresina, v. 10, n. 1, jan./jun. 1988.
- SILVA, Zene et al. **Política agrícola no Nordeste**. Brasília: ANEP, 1979.
- SANTANA, Ramundo N. Monteiro de. **Evolução histórica da economia piauiense.** Teresina: Cultura, 1964.
- SILVA, José Maurício de. **Land.** Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. Rio de Janeiro: AUCIEP, 1970.
- \_\_\_\_\_. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- \_\_\_\_\_. **A irrigação e a problemática fundiária do Nordeste.** Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1989.
- SILVA, Sérgio. **Capital e trabalho no campo.** São Paulo: HUCITEC, 1979. Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo. (Coleção Estudos Brasileiros, 7).
- \_\_\_\_\_. **Valor e renda da terra: o movimento do capital no campo.** São Paulo: Polis, 1981.
- SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Comissão Regional de Desenvolvimento Rural. Proposta e recomendações para reorientação do PAPP.** Recife: 1989.
- TELES, João Agostinho, PEREIRA, Antonio Reis. **Estrutura econômica piauiense.** Teresina: Fundação CEPRO, 1976. (Ensaio Econômico, 3).

BANDEIRA, Wiliam Jorge. Os programas governamentais e seus efeitos sobre a estrutura agrária piauiense no pós-70. Campinas: UNICAMP, 1993. 493p. Tese (Doutorado em Economia) \_ Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. 1993.

## R E S U M O

A partir da premissa de que programas governamentais podem ser veículos indutores de modernização agrícola e, conseqüentemente, de mudanças importantes nas estruturas social, econômica e fundiária da população, objetiva-se verificar os efeitos dos principais programas e projetos do governo para o setor rural piauiense \_ POLONORDESTE, Incentivos Fiscais e Irrigação \_, no período pós-70. Para a consecução desta proposição, de início, estuda-se a influência das atividades pecuária e extrativista na formação da estrutura fundiária estadual, desde a fase de colonização até o final dos anos 40. Em seguida, analisa-se o movimento da estrutura agrária no período de 1950 a 1970, visando a caracterizar os aspectos mais marcantes das relações econômicas e sociais do setor rural estadual. Com essa caracterização, busca-se perceber a responsabilidade da intervenção governamental nas transformações ocorridas na estrutura agrária, a partir dos anos 70, mediante a discussão das seguintes variáveis: estrutura produtiva; acesso a crédito bancário; uso de insumos industriais e máquinas agrícolas; relações de trabalho e estrutura de distribuição da posse da terra. Utiliza-se o município como unidade de observação, com ênfase para os formalmente beneficiados pelos programas, mas, incluem-se, também, aqueles atingidos, indiretamente, para reforçar a hipótese formulada de que alguns programas disseminam seus efeitos em uma área maior que a prevista. Para a coleta de dados, recorre-se a dados censitários referentes a 1950, 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985, complementando-os com informações coletadas, via entrevista não-diretiva, em 24 municípios, com pessoas envolvidas com os programas, tais como, chefes das EMATERs, presidentes de sindicatos dos trabalhadores rurais, produtores e agricultores. Os resultados confirmam que os referidos programas e projetos representam a "via" pela qual se insere, no Piauí, os mecanismos da "modernização conservadora". A estrutura de distribuição da terra, já bastante concentrada, agrava-se. Amplia-se o uso de insumos e máquinas agrícolas modernas. Aumenta, fortemente, o emprego do trabalho temporário, sobretudo, nas unidades produtivas de médio e grande portes. A pecuária avança em ritmo maior que a agricultura, representando uma valorização da grande propriedade. Os estabelecimentos de médio e grande portes ganham participação na oferta de produtos para o mercado urbano, em detrimento das unidades de menor porte \_ até 10ha de área de lavouras. Tudo isto constitui aceleração do processo de proletarianização do pequeno produtor rural, que passa a depender ainda mais do trabalho temporário para garantir seu sustento ou optar por emigrar. Tais mudanças ocorrem em todo o Estado e com ritmo mais acelerado nas áreas de concentração dos programas estudados, o que comprova a interveniência dos mesmos nas alterações detectadas.